



DOLAR
EDUCACIONAL



Curso Preparatório
para Certificação dos

DIRIGENTES DA UNIDADE GESTORA DO RPPS

Avançado



Sumário

| | | |
|----|---|-----|
| 1 | Seguridade Social..... | 3 |
| 2 | Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS | 31 |
| 3 | Planos de Benefícios | 62 |
| 4 | Plano de Custeio..... | 71 |
| 5 | Gestão Atuarial | 76 |
| 6 | Gestão de Investimentos dos Recursos Previdenciários..... | 104 |
| 7 | Gestão Contábil | 316 |
| 8 | Responsabilidade Fiscal e Previdenciária..... | 373 |
| 9 | Compensação Previdenciária | 388 |
| 10 | Gestão e Governança..... | 397 |
| 11 | Planejamento | 458 |
| 12 | Controle Interno e Externo..... | 463 |
| 13 | Regulação, Fiscalização e Supervisão | 485 |
| 14 | Certificação Institucional – Pró Gestão | 522 |
| 15 | Compliance e Ética..... | 588 |
| 16 | Administração Pública (Licitações e Contratos) | 656 |
| 17 | Regime Jurídico dos Servidores | 745 |
| 18 | Processo Administrativo | 807 |
| 19 | Gestão de Pessoas | 812 |
| 20 | Inelegibilidade..... | 819 |
| 21 | Responsabilidade Disciplinar, Civil e Criminal | 824 |
| 22 | Crterios do CRP | 831 |
| | Bibliografia..... | 831 |

1. Seguridade Social

1.1 Conceito

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações, de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

1.2 Princípios

UNIVERSALIDADE DA COBERTURA E DO ATENDIMENTO

O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento pode ser identificado como o objetivo da seguridade social de promover a cobertura de todos indistintamente, propiciando a maior cobertura dos riscos sociais.

Muitas vezes, esse princípio é traduzido pela expressão em língua inglesa “from the cradle to grave”, popularizada pela imprensa inglesa como síntese do plano elaborado pelo Lord Beveridge, considerado o eixo central da seguridade social.

A noção almejada por esse princípio é a de que o trabalhador, impedido de prover o próprio sustento por algum infortúnio, merece uma proteção social para garantir sua subsistência e de sua família, sendo que o conceito de trabalhador na realidade do sistema jurídico brasileiro deve ser estendido para todas as pessoas, já que o serviço, principalmente, da saúde, revela cobertura ampla a todos.

Esse princípio possui duas dimensões: a universalidade da cobertura e a universalidade do atendimento.

Em relação à universalidade da cobertura, é aquela relacionada às situações de risco social que podem gerar necessidades, sendo que todas elas serão cobertas pela seguridade social.

No tocante à universalidade do atendimento, está se refere aos sujeitos protegidos, o que implica dizer, dentro do universo da seguridade, que todas as pessoas sem distinção são titulares desse direito público subjetivo.

Esse princípio é colocado como o primeiro dos objetivos da seguridade, por ser, certamente, a maior expressão desse instituto, do qual os demais derivam, além de ser, claramente, uma tradução da isonomia.

SELETIVIDADE E DISTRIBUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS

Esse princípio, como o anterior, tem que ser analisado sob duas dimensões: seletividade e distributividade, que por sua vez se subdividem em benefícios e serviços.

Em relação ao princípio da seletividade, ele é o meio que baliza o legislador na escolha dos riscos sociais que devem ser cobertos pela seguridade social. Ele se pauta pelos critérios de justiça e bem-estar social.

Em razão das limitações orçamentárias e da infindável necessidade humana, esse princípio é pautado por escolhas políticas, que cabem ao legislador, para definir as metas e prioridades que serão postas na lei.

A outra dimensão desse princípio, a distributividade está relacionada à escolha dos destinatários dos benefícios e serviços eleitos pelo legislador para serem protegidos

pela seguridade social, sendo aspecto relevante desse princípio que os grupos populares mais necessitados recebam melhores prestações, ou seja, é uma síntese do princípio da isonomia, donde se denota que a distributividade tem por objetivo reduzir desigualdades sociais e regionais.

Ainda, convém destacar a diferença entre benefícios e serviços, sendo que o primeiro é fruível individualmente pelo seu titular, ou seja, cada relação jurídica relaciona-se diretamente com uma prestação certa e determinada, já o segundo possui um aspecto coletivo, além do individual, já que os serviços da seguridade social são disponíveis a todos que dela necessitem, de titularidade da coletividade, mas são utilizados de forma individual.

UNIFORMIDADE E EQUIVALÊNCIA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS

Esse princípio ganhou destaque constitucional para corrigir uma injustiça histórica no país, que sempre tratou de forma diferente as populações urbanas e rurais, sendo que a seguridade social, a princípio, era destinada à proteção dos trabalhadores urbanos, enquanto o homem do campo era entregue à própria sorte.

Dessa injustiça histórica surgiu um dever consciente da sociedade de reverter a desigualdade entre trabalhadores urbanos e rurais, constituindo um regime único do Sistema Nacional da Seguridade Social.

Esse princípio também deve ser estudado sob dois aspectos: uniformidade e equivalência.

A uniformidade faz referência direta às prestações da seguridade social, donde se pode inferir que, sendo idênticos os riscos, devem ser idênticos os benefícios, independentemente do local onde trabalham.

No tocante à equivalência, essa se refere ao valor dos benefícios, identificando que não podem ser distintos em função das pessoas que são protegidas, devendo as prestações serem aferidas pelos mesmos critérios objetivos.

PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DO VALOR DOS BENEFÍCIOS

O princípio da irredutibilidade do valor do benefício, ao contrário do que muitos, de forma equivocada, professam, é um princípio próprio da seguridade social, e não da previdência social e está relacionada à impossibilidade de redução do valor nominal dos benefícios da seguridade social e não à manutenção do seu valor real frente à inflação.

Esse equívoco é justificado, pois muitas vezes as pessoas confundem princípio semelhante próprio da previdência social inserido no artigo 201, § 4º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998:

*§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservá-
lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios
definidos em lei.*

Essa confusão acontece com quem identifica benefícios como algo intrínseco da Previdência Social, esquecendo que há benefícios ligados à Assistência Social como: Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Previdência Social (BPC/LOAS).

Então, o que tem que ficar claro é que o princípio aqui tratado revela apenas a vedação à redução dos valores nominais dos benefícios da seguridade social, tal qual o princípio geral de direito que veda o retrocesso em conquistas dos direitos humanos.

EQUIDADE NA FORMA DE PARTICIPAÇÃO E CUSTEIO

A equidade na forma de participação e custeio é outro princípio ligado à isonomia e justiça social. A ideia central desse princípio é que todos os atores sociais devem contribuir para a seguridade social, porém, quem tem condições de pagar mais, contribui mais para a manutenção do sistema e quem tem menos, contribui com menos.

Trata-se de buscar o equilíbrio entre a capacidade econômica de todos que devem contribuir e o esforço financeiro que eles necessitam para a manutenção da seguridade social, ou seja, é um meio de impulsionar a redução das desigualdades sociais.

No entanto, isso não esgota o princípio, pois o mesmo pode ser inferido de regra semelhante de direito tributário, mas vai além, e se conecta também na esfera dos contribuintes empregadores aos riscos da atividade econômica, de onde se extrai que as empresas que exercem atividades de maiores riscos, devem pagar mais, sendo o inverso também verdadeiro, já que a empresa que mitiga os riscos de sua atividade pode ter reduzidas certas alíquotas de suas contribuições sociais. O mesmo vale para empresas que tem alta rotatividade de mão de obra e geram mais desemprego, logo, aumentam o risco social e devem contribuir mais.

Portanto, a equidade exige a busca constante da “situação equivalente” entre os contribuintes, sendo signo da justiça social, já que determina que o custeio do sistema

deve ser efetuado por todos, mas quem pode mais e ou gera maiores riscos sociais, deve contribuir mais.

PRINCÍPIO DA DIVERSIDADE DA BASE DE FINANCIAMENTO

Como já referido no princípio anterior, a sociedade toda é convocada para custear a seguridade, sendo referido pela doutrina que o custeio é tripartite, os trabalhadores, os empregadores e o Estado devem contribuir para o sistema.

Nos primórdios da seguridade social, quando ela estava atrelada de modo quase exclusivo ao seguro social, sua base de financiamento estava atrelada à folha de pagamento das empresas.

Contudo, com a inclusão de novos benefícios, novos serviços, da saúde e da assistência social para formarem o sistema moderno da seguridade social, percebeu-se que seria inviável a manutenção desse sistema de financiamento, pois geraria um custo muito alto concentrado em uma única fonte, o que dificultaria o desenvolvimento do mercado de trabalho.

Isso levou o constituinte a perceber que seria necessário diversificar os meios de financiamento do sistema como forma de se adequar à realidade moderna, sem implicar em custos de produção e redução da produtividade, identificando novos signos de riqueza que tragam o financiamento necessário ao sistema, sem afetar a atividade produtiva.

Assim, a Constituição Federal definiu como fontes de custeio as contribuições sociais e os recursos provenientes dos orçamentos dos entes federados, em suma, toda a

sociedade. Além disso, criou contribuições sobre o lucro e sobre o faturamento das empresas. Esse princípio é expresso pelo artigo 195 da Carta Magna:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

§ 1º - As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

CARÁTER DEMOCRÁTICO E DESCENTRALIZADO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Esse princípio garante a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos que administram a seguridade social, pois o objeto desse sistema é de grande interesse para eles, e não apenas ao poder público, por isso a Constituição Federal permite suas participações em deliberações e discussões atinentes ao sistema, tanto nas áreas da saúde, assistência social e previdência social.

Na área da previdência social há, ainda, mais um especificado, que é a participação na gestão do INSS dos aposentados, que têm assento no Conselho Nacional da Previdência Social, pelo que se diz que a gestão do INSS é quadripartite.

Tal princípio não é uma inovação da Carta Magna atual, mas tem origem na criação da Organização Internacional do Trabalho, hoje ligada à Organização das Nações Unidas, mas é mais antiga do que a organização a qual está submetida, já que é criação dos pós Primeira Guerra Mundial. No advento dessa organização ficou estabelecido que ela seria dirigida pelos representantes de três atores sociais: os trabalhadores, os patrões e os governos.

A participação democrática da comunidade se dá no âmbito dos Conselhos, que podem ser nacionais ou regionais. Esses conselhos são órgãos superiores de deliberação

colegiada e têm a atribuição de emitir resoluções, moções e recomendações, que orientam os serviços a eles ligados.

No que concerne à descentralização da gestão, esta define que a gestão deve estar próxima dos atendidos, do contrário, a participação da comunidade apenas no âmbito nacional, não traduzirá verdadeira participação na gestão, pois não se pode dizer que um representante dos patrões do Estado de São Paulo tenha as mesmas experiências sociais de um representante dessa categoria do Estado do Acre, portanto, a descentralização da gestão serve justamente à participação democrática.

OUTROS PRINCÍPIOS DA SEGURIDADE SOCIAL

Obviamente, como já visto, os objetivos acima estudados constituem em realidade princípios da seguridade social, mas nem de longe esgotam o tema, já que uma infinidade de doutrinadores faz questão de identificar cada vez mais princípios que orientam esse sistema.

Como já referido, esse breve estudo, nem de longe busca esgotar o tema, pelo que se passará a analisar apenas alguns outros importantes princípios identificados pelos principais doutrinadores, que decorrem dos maiores princípios da Constituição como a dignidade da pessoa humana, isonomia, democracia e equidade, que não são objetos desse estudo, pois constituem não princípios da seguridade, mas princípios gerais de todo o ordenamento jurídico.

Assim, os princípios escolhidos para serem analisados adiante são: solidariedade, obrigatoriedade, efetividade e preexistência do custeio/regra da contrapartida, que é

identificada por muitos como objetivo da seguridade social, mesmo não estando no rol de objetivos explícitos do artigo 194 da Constituição Federal.

PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE

A solidariedade é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, estando encartado logo no rol de diretrizes do artigo 3º da Constituição Federal:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

A seguridade social é a representação pura do princípio da solidariedade, onde quem pode contribuir, não o faz para seu próprio benefício, mas para de todos que precisem dos benefícios e serviços desse sistema; é justamente uma forma de combate ao egoísmo das pessoas em prol do estabelecimento de um sistema social justo, que combata às diferenças sociais.

A solidariedade consiste exatamente nessa situação: é uma forma de supressão da carência social e econômica de determinados indivíduos, fruto do próprio sistema, por meio da contribuição dos mais afortunados ao sistema de proteção social.

Ademais, como já visto, a seguridade social é universal, no sentido de cobrir a todos dos danos selecionados pelo legislador, exigindo a participação de todos os atores econômicos no seu custeio, não só dos trabalhadores, mas dos patrões e do governo,

dentro das suas respectivas capacidades de financiamento; isso é solidariedade, que é o objetivo não só da seguridade, mas objetivo fundamental do país para a construção de uma sociedade mais justa. Ou seja, é indubitável que a solidariedade, apesar de não expressa como objetivo da seguridade social, é princípio importantíssimo, do qual decorre o próprio sistema da seguridade social.

PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE

Esse princípio decorre da solidariedade, mas informa que a solidariedade que forma a seguridade social não é optativa, mas obrigatória a todos.

Ou seja, quem pode contribuir deve, obrigatoriamente, contribuir sem escusas, não sendo permitido a qualquer pessoa renunciar o direito de participação no sistema.

Sob o aspecto previdenciário, também se diz que a filiação ao sistema é obrigatória, não cabendo às pessoas, mesmo sem registro formal de trabalho, escolher se participam ou não da previdência, sendo que se auferem renda, são obrigatoriamente filiados à Previdência e sua não contribuição é encarada como sonegação e não opção por não filiação.

Em relação à saúde, pelo seu caráter de atendimento universal, também não cabe à qualquer pessoa a renúncia a essa proteção social, para justificar qualquer não pagamento de contribuição social porque a pessoa não usufrui do sistema, ou seja, a vinculação de todos à seguridade, não é opcional, mas obrigatória e visa a garantia de direitos sociais mínimos a todos.

PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE

Também chamado de princípio da suficiência, esse princípio orienta que os benefícios e serviços da seguridade social devam ser suficientes para combater de forma eficaz uma contingência social.

Sendo assim, nenhum benefício pode ser inferior ao salário mínimo, não se podendo colocar nessa lista o auxílio-acidente, pois ele não tem caráter de benefício, mas de indenização por acidente de trabalho.

O pai da seguridade social, Lord Beveridge, enquanto economista liberal, também abordava a suficiência sobre outro aspecto, qual seja, aquele de que os benefícios não poderiam ser generosos ao ponto de desestimular o trabalho e a busca de melhores condições de vida por meios próprios, ainda que, devessem garantir o mínimo para o desenvolvimento digno das pessoas.

PRINCÍPIO DA PREEXISTÊNCIA DO CUSTEIO OU REGRA DA CONTRAPARTIDA

Este princípio visa o equilíbrio econômico financeiro do sistema da seguridade social, impedindo que decisões de ocasião prejudiquem o futuro do sistema através da criação ou aumento súbito de um benefício ou serviço, sem a indicação da correspondente fonte de custeio.

Trata-se na verdade de regra que visa a própria preservação do sistema e está encampada no artigo 195, § 5º, da Constituição Federal:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

(...)

§ 5º - Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

É uma regra que em geral não é apenas da seguridade social, mas uma regra da administração pública de uma forma geral, pois não pode qualquer administrador instituir um gasto qualquer sem apontar e separar os recursos para esse fim, ou seja, é regra de preservação não só da seguridade social, mas de todo governo.

A regra da contrapartida, como também é mais conhecido esse princípio, é definida por muitos doutrinadores como um objetivo da seguridade social que não está disposto no rol do artigo 194 da Carta Magna. Sendo encarada como o princípio da garantia dos indivíduos de que o sistema não irá à bancarrota no futuro, ou seja, não seria apenas garantia do próprio sistema e do governo, mas de quem está filiado à seguridade.

1.3 Previdência Social: Artigos 6º e 201 da Constituição Federal. Conceito. Direito Social.

ESTRUTURA CONSTITUCIONAL

Em nossa ordem constitucional, a Previdência Social se encontra disciplinada no âmbito dos artigos 6º. e 201, nos seguintes termos:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a:

I - cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.

Por seu turno, o art. 202 vem disciplinar, de forma geral, o regime de previdência privada, caracterizado como complementar e organizado de forma autônoma ao Regime Geral de Previdência Social. Diferentemente do RGPS, possui caráter facultativo, prevendo, ainda, a constituição de reservas que garantam o benefício contratado, sendo sua regulação sediada em Lei Complementar, conforme veremos adiante.

Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.

§ 1º A lei complementar de que trata este artigo assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.

§ 2º As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.

§ 3º É vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas

autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

§ 4º A lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de planos de benefícios previdenciários, e as entidades de previdência complementar.

§ 5º A lei complementar de que trata o § 4º aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de planos de benefícios em entidades de previdência complementar.

§ 6º A lei complementar estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência complementar instituídas pelos patrocinadores de que trata o § 4º e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.

Adicionalmente, a própria Constituição Federal assegura aos servidores públicos titulares de cargo efetivo na administração pública da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, regime especial de previdência, na forma de seu art. 40.

Situando a estrutura previdenciária brasileira dentro do modelo de três pilares, abordados anteriormente, podemos afirmar que o RGPS e os RPPS correspondem ao 1º Pilar, oferecendo cobertura previdenciária básica aos trabalhadores da iniciativa privada e aos servidores públicos, respectivamente.

Por outro lado, o regime de previdência complementar oferece aos trabalhadores brasileiros, o acesso ao 2º e ao 3º Pilares, em suas formas fechada e aberta, respectivamente.

CONCEITO

Os direitos relativos à Previdência Social fazem parte dos assim denominados direitos fundamentais sociais, os quais, de acordo com o disposto pelo art. 6º da Constituição Federal de 1988, são os direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade, à infância e à assistência aos desamparados.

De acordo com o ilustre doutrinador José Afonso da Silva, segundo o qual os direitos sociais consistem em:

“Prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos

que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais.

São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade.”

A FUNÇÃO SOCIAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A Previdência Social é uma política pública que oferece um benefício monetário à pessoas em situações de vulnerabilidade, mediante contribuição. As contingências clássicas cobertas por um sistema previdenciário são: idade avançada, invalidez, morte, enfermidade, maternidade, acidente de trabalho, encargos familiares e desemprego involuntário. No Brasil, a última contingência é coberta pelo seguro-desemprego, fora do regime previdenciário.

Sintetizando, a Previdência tem dois grandes objetivos:

- 1) garantir a reposição de renda dos seus segurados contribuintes, quando não mais puderem trabalhar;
- 2) suprir a falta de recursos essenciais para as pessoas que, por contingências demográficas, biológicas ou acidentais, não possam participar, por meio do mercado de trabalho, de processo de produção da riqueza nacional e, nessas condições, estejam impossibilitadas de garantir seu próprio sustento.

O fato de, a princípio, haver uma relação contributiva obrigatória (sempre que haja capacidade contributiva), com fundamento na participação dos cidadãos no sistema previdenciário, não significa necessariamente que qualquer concessão de benefício tenha que ser na medida estrita das contribuições monetárias realizadas pelo segurado. O conceito de Seguridade Social especifica a possibilidade de haver a instituição de

benefícios não-contributivos para o combate à pobreza, quando não há renda monetária a partir da qual possa ser paga uma contribuição prévia e a inclusão de mecanismos redistributivos de renda para compensar grupos ou pessoas que, por algum outro motivo, tenham dado alguma outra contribuição (não-monetária) relevante à sociedade.

Um exemplo disto seriam os benefícios rurais no Brasil, a consideração de tempo dedicado aos filhos pelas mulheres, em diversos outros países, para efeito de integralização de tempo de contribuição ou as aposentadorias dedicadas aos ex-combatentes de determinado país. Obviamente, tais benefícios, ao fugirem de uma lógica atuarial estrita, requerem que, nas contas previdenciárias, haja uma explicitação das transferências de renda implicadas e uma definição de uma fonte de financiamento específica e adequada, que não seja a folha salarial tradicional.

É importante deixar claro que benefícios “não-contributivos” não são necessariamente “assistenciais”, uma vez que, em geral, há contribuições não monetárias que embasam o direito de sua percepção. O benefício assistencial pressupõe que se documente a incapacidade de, por forças próprias, prover alguém seu próprio sustento.

1.4 Organização da Previdência Social

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Passando à análise dos três regimes de previdência estabelecidos na Constituição Federal, observamos inicialmente o Regime Geral de Previdência Social – RGPS que, conforme visto acima, possui caráter contributivo e filiação compulsória, tendo por objetivo

a cobertura de eventos de doença, invalidez, morte e velhice; a proteção à maternidade; e ainda, a proteção ao trabalhador desempregado.

O ordenamento infraconstitucional básico do Regime Geral de Previdência Social conta com as seguintes normas jurídicas:

- Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.
- Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.
- Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 – Aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências.

REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Os regimes próprios de previdência social encontram sua disciplina básica no art. 40 da Constituição Federal. Em que pese o tema ser objeto de estudo específico em módulo específico deste Programa de Capacitação, julgamos conveniente a análise, em linhas gerais de seus principais preceitos constitucionais:

- Cobertura exclusiva a titulares de cargos efetivos;
- Equilíbrio financeiro e atuarial;
- Caráter contributivo;
- Vedação à acumulação de aposentadorias custeadas por RPPS's;
- Contagem recíproca de tempo de serviço;
- Observância dos critérios estabelecidos para o RGPS;

- Aplicação do RGPS para ocupantes exclusivamente de cargos em comissão ou emprego público;
- Vedação à existência de mais de um regime próprio ou unidade gestora.

A disciplina infraconstitucional dos RPPS se encontra esparsa em diversas normas legais, além de outras regulamentares, expedidas em sua grande maioria pela Secretaria Especial de Previdência Social e Trabalho, antigo Ministério da Previdência Social, órgão ao qual compete a coordenação, a fiscalização e o acompanhamento dos regimes previdenciários de servidores públicos. Entretanto, merece destaque a Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que traz as diretrizes gerais de funcionamentos dos sistemas de previdência no serviço público.

Dentre os princípios trazidos pela Lei Federal em tela, ressaltamos o do Equilíbrio Financeiro e Atuarial, com realizações de avaliações atuariais quando da instituição do regime e anualmente, ao final de cada exercício; o financiamento mediante recursos dos entes federativos, dos servidores ativos, dos inativos e dos pensionistas; a utilização dos recursos alocados ao RPPS exclusivamente com o custeio de benefícios e despesas administrativas, limitadas ao valor da taxa de administração estabelecida naquela Lei; além da garantia de pleno acesso dos segurados às informações do RPPS, incluindo o direito de participação nas instâncias de deliberação do regime; além de registro individualizado das contribuições vertidas pelo servidor e pelos entes estatais.

REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O Regime de Previdência Complementar - RPC tem por finalidade proporcionar ao trabalhador uma proteção previdenciária adicional àquela oferecida pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS ou pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, para os quais as contribuições dos trabalhadores são obrigatórias.

A adesão ao RPC é facultativa e desvinculada da previdência pública (RGPS e RPPS), conforme previsto no art. 202 da Constituição Federal. Nesse contexto, o RPC possui regras específicas estabelecidas pelas Leis Complementares n.ºs. 108 e 109 de 29/05/2001.

No RPC, o benefício de aposentadoria será pago com base nas reservas acumuladas ao longo dos anos de contribuição, ou seja, o que o trabalhador contribui hoje formará a poupança que será utilizada no futuro para o pagamento de seu benefício. Esse sistema é conhecido como Regime de Capitalização.

O RPC é composto por dois segmentos: aberto, operado pelas Entidades Abertas de Previdência Complementar – EAPC e o fechado, operado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, cada qual com suas especificidades e características próprias, sendo fiscalizadas por órgãos de governo específico para cada segmento: o fechado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e o aberto pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

As EFPC administram planos de benefícios de caráter previdenciário para indivíduos que possuam vínculo empregatício ou associativo com empresas, órgãos públicos, sindicatos e/ou associações representativas. Já o segmento aberto oferece

planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.

SEGMENTO FECHADO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

As EFPC atuam sob forma de fundações de direito privado ou de sociedade civil e não possuem fins lucrativos, sendo responsáveis por administrar e operar planos de benefícios previdenciários criados por empresas (patrocinadores) para seus empregados (participantes) ou por pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial (instituidores) para seus associados.

Para que as atividades das EFPC, popularmente conhecidas como Fundos de Pensão, sejam realizadas em conformidade com os normativos legais, existem órgãos no âmbito do Ministério da Fazenda, que atuam de forma a assegurar maior confiabilidade ao Segmento Fechado de Previdência Complementar, quais sejam:

- I. Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar, órgão singular que possui, dentre suas atribuições, a competência de assistir o Secretário de Previdência na formulação e no acompanhamento das políticas e das diretrizes do regime complementar operado pelas EFPC;
- II. Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, autarquia responsável pela aprovação, acompanhamento, supervisão e fiscalização das atividades das EFPC;
- III. Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, órgão colegiado responsável pela regulação das atividades e operações das EFPC; e

- IV. Conselho de Recursos da Previdência Complementar – CRPC, órgão colegiado de última instância recursal do segmento para os processos administrativos instaurados pela Previc.

A relação das EFPC com os integrantes do segmento, sejam eles patrocinadores ou instituidores de planos de benefícios, não se altera, independentemente da quantidade de planos que administram, ou seja, a EFPC é autônoma, possui personalidade jurídica própria e seu patrimônio não se mistura com o dos patrocinadores ou instituidores, sendo segregado por plano de benefícios.

A estrutura organizacional para funcionamento de uma EFPC é estabelecida em seu estatuto, sendo composta por, no mínimo: Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

As modalidades dos planos de benefícios previstas na legislação são: Contribuição Definida – CD, Benefício Definido – BD e Contribuição Variável – CV.

Todo plano de benefício possui um regulamento, no qual são estabelecidos os direitos e deveres dos participantes, dos assistidos, dos patrocinadores e dos instituidores, além dos benefícios oferecidos e suas respectivas regras de concessão, cálculo e forma de pagamento. Embora não haja obrigatoriedade, normalmente, os planos oferecem além dos Benefícios programados, os Benefícios de Risco.

Merecem destaque, ainda, alguns direitos previstos nos regulamentos dos planos de benefícios, denominados institutos, os quais conferem maior flexibilidade a quem adere

a um plano de benefícios, que são: Benefício Proporcional Diferido – BPD, Portabilidade, Resgate e Autopatrocínio.

1.5 Caráter Contributivo e Solidário

Solidariedade é técnica imposta pelo custeio e exigência do cálculo atuarial, não sendo uma instituição típica da Previdência Social.

Principiologicamente, quer dizer união de pessoas em grupos, universalmente consideradas, contribuindo para a sustentação econômica de indivíduos em sociedade que, por sua vez, em dado momento também contribuirão para a manutenção de outras pessoas, e assim sucessivamente. A contribuição de seguridade social, é espécie tributária que visa à obtenção do financiamento. As contribuições previdenciárias são, manifestamente, espécies de contribuição de seguridade social e, como tais, não objetivam financiar apenas o benefício de aposentadoria daquele que efetua seu recolhimento, mas sim o financiamento da seguridade social como um todo, dentro da qual se encontra a previdência social.

O princípio da solidariedade sustenta a ideia de previdência social, pois é através dele que se impede a adoção de um sistema puramente de capitalização em todos os seus segmentos, uma vez que o mais bem-sucedido deve contribuir mais do que o desafortunado.

A solidariedade social e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro fundamentam a instituição da cobrança da contribuição previdenciária não só dos servidores públicos ativos, como também dos inativos e dos pensionistas, que não

possuem apenas direitos, mas também obrigações junto ao sistema que os mantém, qual seja o regime próprio a que estão vinculados.

Foi a Emenda Constitucional nº 20/98 que trouxe para a redação do caput do artigo 40 da Constituição da República, além da regra geral do equilíbrio financeiro e atuarial, o princípio da contributividade. Esses elementos hoje se encontram tanto em normas constitucionais como infraconstitucionais.

Através da Emenda Constitucional nº 41/03, foi instituída a chamada “taxação” dos inativos e pensionistas, o que aparentemente violaria a Constituição Federal por supostamente ferir o direito adquirido daqueles que já se encontravam na situação de aposentados ou pensionistas no momento da edição da referida Emenda.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI da ‘Reforma da Previdência’, que pretendia ver declarada a inconstitucionalidade da cobrança de contribuição previdenciária dos inativos, decidiu, por maioria, pela improcedência da ação em relação ao caput do artigo 4º da Emenda Constitucional nº 41/03.

1.6 Filiação Obrigatória

No âmbito da matéria previdenciária, o instituto da filiação representa elemento essencial na relação jurídica prestacional.

Filiar-se quer dizer pertencer, fazer parte, ter direitos e obrigações frente a um Sistema de Proteção Social. O elo ao seguro social do qual decorrerá direitos e obrigações recíprocos tem origem com a atividade econômica remunerada descrita na norma de direito social. Da condição de segurado da Previdência Social se inicia um liame jurídico

estabelecido entre o segurado e o ente segurador a um objeto associativo, o risco assegurado.

Com base na interpretação da relação jurídica de natureza previdencial depreende-se que o instituto da filiação está diretamente vinculado à relação jurídica de seguro social, não se manifestando, por conseguinte, nas outras áreas da Seguridade Social como na saúde e na assistência social.

Tipos de Filiação

A filiação consiste em um instituto típico de Seguro Social. Na Lei 8.213/91, Lei de Benefícios Previdenciários, não há uma referência explícita à filiação como no Decreto 3.048/99 , verbis:

Art. 20- Filiação é o vínculo que se estabelece entre pessoas que contribuem para a previdência social e esta, do qual decorrem direitos e obrigações.

Parágrafo único. A filiação à previdência social decorre automaticamente do exercício de atividade remunerada para os segurados obrigatórios e da inscrição para o segurado facultativo.”

Do Decreto regulamentador acima apontado, a filiação gera para os segurados direitos e obrigações. Nasce, assim, uma relação jurídica complexa onde o segurado é sujeito ativo, e o sujeito passivo, a entidade gestora da proteção outorgada.

Deste vínculo pode se estabelecer duas situações jurídicas:

1. a primeira, pela concessão das prestações subordinada ao prévio cumprimento de um ato formal, necessário para que a relação seguradora se forme validamente, ou que a concessão seja automática. Este ato formal ou inscrição constitui uma condição requerida para gozar das prestações ao verificar-se o evento previsto;
2. e a segunda, ao contrário da anterior, o direito às prestações se dá independentemente de um ato formal entre o segurado e a entidade.

A característica marcante da filiação facultativa é a volição, quer dizer, o interesse de filiar-se ao regime previdenciário. A facultatividade é opção do não segurado obrigatório. A filiação obrigatória ocorre independentemente da vontade do segurado. Se este exerce uma atividade remunerada abrangida pela previdência social, resta automaticamente vinculado ao respectivo regime, promovendo a partir desta ligação jurídica, uma relação de direitos e deveres. Em outras palavras, ao mesmo tempo que o titular do seguro social possui direito subjetivo a uma prestação previdencial, é também, sujeito passivo, devedor da contribuição previdenciária.

2. Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS

2.1 Organização e Funcionamento dos RPPS

Considera-se instituído o RPPS a partir da entrada em vigor da lei que assegurar a concessão dos benefícios de aposentadoria e pensão, independentemente da criação de unidade gestora ou do estabelecimento de alíquota de contribuição, observadas as condições estabelecidas na própria lei de criação, vedada a instituição retroativa.

Quando os benefícios de aposentadoria e pensão estiverem previstos em leis distintas, considerar-se-á instituído o RPPS na data da vigência da lei mais recente que estabeleça a concessão de um desses benefícios.

A lei instituidora do RPPS poderá prever que a sua entrada em vigor dar-se-á depois de decorridos noventa dias da data da sua publicação, intervalo de tempo necessário para a cobrança das contribuições dos segurados, mantendo-se, nesse período, a filiação dos servidores e o recolhimento das contribuições ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Os servidores titulares de cargo efetivo do ente federativo que não tenha editado lei instituidora de RPPS são vinculados obrigatoriamente ao RGPS.

Considera-se em extinção o RPPS do ente federativo que deixou de assegurar em lei os benefícios de aposentadoria e pensão por morte a todos os servidores titulares de cargo efetivo por ter:

- vinculado, por meio de lei, todos os seus servidores titulares de cargo efetivo ao RGPS;

- revogado a lei ou os dispositivos de lei que asseguravam a concessão dos benefícios de aposentadoria ou pensão por morte aos servidores titulares de cargo efetivo;
- adotado, em cumprimento à redação original do art. 39, caput da Constituição Federal de 1988, o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT como regime jurídico único de trabalho para seus servidores, até 04 de junho de 1998, data de publicação da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, e garantido, em lei, a concessão de aposentadoria aos servidores ativos amparados pelo regime em extinção e de pensão a seus dependentes.

O ente detentor de RPPS em extinção deverá manter ou editar lei que discipline o seu funcionamento e as regras para concessão de benefícios de futuras pensões ou de aposentadorias aos segurados que possuíam direitos adquiridos na data da lei que alterou o regime previdenciário dos servidores, até a extinção definitiva.

A extinção do RPPS dar-se-á com a cessação do último benefício de sua responsabilidade, ainda que custeado com recursos do Tesouro.

A simples extinção da unidade gestora não afeta a existência do RPPS.

2.2 Normas Gerais. Lei 9.717/98 – Portaria nº. 402/2008

Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito

Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

- Realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço, utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios;
- Financiamento mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, para os seus respectivos regimes;
- As contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas no art. 6º, inciso VIII, desta Lei, observado os limites de gastos estabelecidos em parâmetros gerais;
- Cobertura de um número mínimo de segurados, de modo que os regimes possam garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro, conforme parâmetros gerais;
- Cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, vedado o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios;
- Pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e

inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

- Registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais;
- Identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo civil, militar e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos;
- Sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo.
- Vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança ou de cargo em comissão, exceto quando tais parcelas integrem a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com fundamento no art. 40 da Constituição Federal, respeitado, em qualquer hipótese, o limite previsto no § 2º do citado artigo;
- Vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, do abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.
- Aplicam-se adicionalmente aos regimes próprios de previdência social as disposições estabelecidas aos fundos com finalidade previdenciária por eles instituídos.

- Os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios operacionalizarão a compensação financeira a que se referem o § 9º do art. 201 da Constituição Federal e a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, entre si e com o regime geral de previdência social, sob pena de incidirem nas seguintes sanções:
 - Suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União;
 - Impedimento para celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;
 - Suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.
- O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem.
- Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal.
- Fica vedada a concessão de aposentadoria especial, nos termos do § 4º do art. 40 da Constituição Federal, até que a lei complementar federal discipline a matéria.

- Fica facultada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, desde que observados os critérios de que trata o artigo 1º e, adicionalmente, os seguintes preceitos:
 - Existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro da unidade federativa;
 - Aplicação de recursos, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;
 - Vedação da utilização de recursos do fundo de bens, direitos e ativos para empréstimos de qualquer natureza, inclusive à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, às entidades da administração indireta e aos respectivos segurados;
 - Vedação à aplicação de recursos em títulos públicos, com exceção de títulos do Governo Federal;
 - Avaliação de bens, direitos e ativos de qualquer natureza integrados ao fundo, em conformidade com a Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações subsequentes;
 - Estabelecimento de limites para a taxa de administração, conforme parâmetros gerais;
 - Constituição e extinção do fundo mediante lei.
- No estabelecimento das condições e dos limites para aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social, o Conselho Monetário Nacional deverá considerar, entre outros requisitos:

- A natureza pública das unidades gestoras desses regimes e dos recursos aplicados, exigindo a observância dos princípios de segurança, proteção e prudência financeira;
- A necessidade de exigência, em relação às instituições públicas ou privadas que administram, direta ou indiretamente por meio de fundos de investimento, os recursos desses regimes, da observância de critérios relacionados à boa qualidade de gestão, ambiente de controle interno, histórico e experiência de atuação, solidez patrimonial, volume de recursos sob administração e outros destinados à mitigação de riscos.
- O descumprimento do disposto nesta Lei pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e pelos respectivos fundos, implicará, a partir de 1º de julho de 1999:
 - Suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União;
 - Impedimento para celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;
 - Suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.
- Os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades do ente estatal, os dirigentes da unidade gestora do respectivo regime próprio de previdência social e os membros dos seus conselhos e comitês respondem diretamente por infração ao disposto nesta Lei, sujeitando-se, no que couber, ao regime disciplinar estabelecido na Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e seu regulamento, e conforme diretrizes gerais.

- As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos irregulares, assegurados ao acusado o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com diretrizes gerais.
- São também responsáveis quaisquer profissionais que prestem serviços técnicos ao ente estatal e respectivo regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada.
- Os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.
- Os dirigentes da unidade gestora do regime próprio de previdência social deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:
 - Não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar;
 - Possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais;

- Possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;
 - Ter formação superior.
- Os requisitos acima transcritos aplicam-se aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos da unidade gestora do regime próprio de previdência social.
- Compete à União, por intermédio da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, em relação aos regimes próprios de previdência social e aos seus fundos previdenciários:
 - A orientação, a supervisão, a fiscalização e o acompanhamento;
 - O estabelecimento e a publicação de parâmetros, diretrizes e critérios de responsabilidade previdenciária na sua instituição, organização e funcionamento, relativos a custeio, benefícios, atuária, contabilidade, aplicação e utilização de recursos e constituição e manutenção dos fundos previdenciários, para preservação do caráter contributivo e solidário e do equilíbrio financeiro e atuarial;
 - A apuração de infrações, por servidor credenciado, e a aplicação de penalidades, por órgão próprio, nos casos previstos no art. 8º desta Lei;
 - A emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), que atestará, para os fins do disposto no art. 7º desta Lei, o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e exigências aplicáveis aos regimes próprios de previdência social e aos seus fundos previdenciários.

- A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, na forma, na periodicidade e nos critérios por ela definidos, dados e informações sobre o regime próprio de previdência social e seus segurados.
- No caso de extinção de regime próprio de previdência social, a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social.

2.3 Filiados Obrigatórios

Da Cobertura Exclusiva a Servidor Titular de Cargo Efetivo:

O RPPS abrange, exclusivamente, o servidor público titular de cargo efetivo, o servidor inativo e seus dependentes.

- Até 15 de dezembro de 1998, data anterior a da publicação da Emenda Constitucional nº 20, o servidor público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, de cargo temporário, de emprego público ou mandato eletivo poderia estar vinculado a RPPS que assegurasse, no mínimo, aposentadoria e pensão por morte, nos termos definidos em lei do ente federativo.

- O aposentado por qualquer regime de previdência que exerça ou venha a exercer cargo em comissão, cargo temporário, emprego público ou mandato eletivo vincula-se, obrigatoriamente, ao RGPS.
- O servidor titular de cargo efetivo amparado por RPPS, nomeado para o exercício de cargo em comissão, continua vinculado exclusivamente a esse regime previdenciário, observado o disposto no art. 29, não sendo devidas as contribuições ao RGPS sobre a remuneração correspondente ao cargo em comissão.
- Quando houver acumulação de cargo efetivo com cargo em comissão, com exercício concomitante e compatibilidade de horários, haverá o vínculo e o recolhimento ao RPPS, pelo cargo efetivo e, ao RGPS, pelo cargo em comissão.
- Não são segurados de RPPS, os notários ou tabeliães, os oficiais de registro ou registradores, os escreventes e os auxiliares, não remunerados pelos cofres públicos.
- É vedada a filiação ao RGPS, na qualidade de segurado facultativo, de segurado de RPPS.

São filiados ao RPPS, desde que expressamente regidos pelo estatuto dos servidores do ente federativo, o servidor estável, abrangido pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e o admitido até 05 de outubro de 1988, que não tenha cumprido, naquela data, o tempo previsto para aquisição da estabilidade no serviço público.

O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mantém o vínculo ao regime previdenciário adotado pelo ente do qual é servidor nas seguintes situações:

- quando cedido, com ou sem ônus para o cessionário, a órgão ou entidade da administração direta ou indireta de quaisquer dos entes federativos;
- quando licenciado;
- durante o afastamento do cargo efetivo para o exercício de mandato eletivo em quaisquer dos entes federativos; e
- durante o afastamento do país por cessão ou licenciamento com remuneração.

A vinculação do servidor ao RPPS dar-se-á pelo exercício das atribuições do cargo de que é titular, nos limites da carga horária que a legislação local fixar.

Na hipótese de ampliação legal e permanente da carga horária do servidor que configure mudança de cargo efetivo, será exigido o cumprimento dos requisitos para concessão de aposentadoria neste novo cargo.

Se houver desempenho, pelo segurado, de atividades ou cargo em outro turno, sem previsão na legislação, o servidor será vinculado ao RGPS pelo exercício concomitante desse novo cargo.

2.4 Benefícios

Rol de Benefícios de acordo com a Emenda Constitucional N° 103 de 2019.

O art. 9º da Emenda Constitucional – EC nº 103 de 2019 definiu que o rol de benefícios dos RPPS fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte, sendo que os afastamentos por incapacidade temporária e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo.

“Art. 9º Até que entre em vigor a lei complementar que discipline o § 22 do art. 40 da Constituição Federal, aplicam-se aos regimes próprios de previdência social o disposto na Lei no 9.717, de 27 de novembro de 1998, e o disposto neste artigo.

(...)

§ 2º O rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

§ 3º Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula.”

Com relação ao salário-família e o auxílio-reclusão, a emenda constitucional 103 de 2019 lhes conferiu natureza de benefício assistencial a ser concedido a servidores de baixa renda, inclusive quando aposentados, não integrando a remuneração destes, estando a cargo do ente federativo o seu pagamento.

Com base nesse entendimento, esses benefícios deixarão de ser computados na despesa bruta com pessoal, pois de acordo com o disposto no Manual de Demonstrativos

Fiscais, os benefícios assistenciais não compõem a despesa bruta com pessoal para fins dos limites da LRF.

DAS APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS COMUNS DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS

A reforma desconstitucionalizou regras de elegibilidade da aposentadoria voluntária comum dos servidores públicos civis nos regimes próprios de previdência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. De acordo com o dispositivo transcrito a seguir, com exceção da idade mínima, cuja fixação exige emenda às respectivas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas, os demais requisitos de aposentadoria deverão ser estabelecidos mediante lei complementar do respectivo ente federativo.

Portanto, foram desconstitucionalizados os requisitos de tempo de contribuição, tempo de efetivo exercício no serviço público e de tempo no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria para todos os entes da Federação. A ausência desses parâmetros na Carta Magna implica a eficácia limitada, não autoaplicável, dessa norma constitucional de concessão do benefício de aposentadoria voluntária comum dos servidores públicos civis.

Esse modelo previdenciário federal de desconstitucionalização é de observância obrigatória pelas Constituições dos Estados e pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, em razão do princípio da simetria federativa.

Para salvaguardar expectativas de direito do servidor titular de cargo efetivo, esse que já era, ao tempo da reforma, destinatário das regras constitucionais permanentes do sistema previdenciário próprio, e que permaneceria, neste regime, sujeito a novos

requisitos (mais exigentes) para a aposentação, foi adotada uma disciplina jurídica de transição entre o sistema jurídico anterior e o novo sistema de previdência social, tendo em vista o princípio da segurança jurídica e a proteção da confiança do servidor que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor da EC nº 103, de 2019.

Por outro lado, em face da eficácia limitada da norma constitucional permanente de concessão de aposentadoria voluntária (inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição), a qual depende de providência legislativa para se concretizar, a reforma estabeleceu disposições transitórias para os servidores federais que venham a ingressar no serviço público em cargo efetivo após a data de entrada em vigor da EC nº 103, de 2019, também aplicáveis aos que já haviam ingressado até a data de sua publicação, se mais vantajosas, com eficácia plena e aplicabilidade imediata enquanto não sobrevier tal complementação legislativa.

DAS APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS ESPECIAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS

Não obstante, quanto à reforma das normas constitucionais sobre aposentadorias voluntárias especiais advinda da EC nº 103, de 2019, elas continuam não autoaplicáveis, já que dependem de lei complementar do respectivo ente federativo para regulamentá-las, ou seja, carecem de integração normativa para viabilizar o exercício do direito que consagram, sendo, portanto, de eficácia limitada.

Destarte, a reforma preservou o quadro jurídico anterior à sua promulgação no que concerne, entre outras matérias, à aplicação das normas constitucionais sobre aposentadorias especiais então vigentes, às quais continuam a ter aplicação para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a redação citada abaixo, enquanto estes não promulgarem a respectiva reforma previdenciária, devendo obediência aos condicionamentos impostos pela EC nº 103, de 2019, ou seja, à supremacia da Constituição Federal, já que a reforma da Carta do Estado ou da Lei Orgânica do Município, trata-se de Poder decorrente.

A preservação do quadro jurídico anterior à promulgação da EC nº 103, de 2019, no que concerne à aplicação das normas constitucionais e infraconstitucionais sobre aposentadorias especiais então vigentes, ainda que pro tempore, também implica a da jurisprudência constitucional do colendo Supremo Tribunal Federal – STF, consolidada sobre a referida matéria. Assim é que a Súmula Vinculante - SV do STF nº 33 continua aplicável aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, quanto à observância da legislação do Regime Geral de Previdência Social como parâmetro de regulamentação infraconstitucional da aposentadoria especial de que trata o art. 40, § 4º, III, da Constituição Federal (na redação anterior à EC nº 103, de 2019), ou seja, nas atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, até a edição de lei complementar do respectivo ente federativo.

Para a aposentadoria especial dos servidores com deficiência no âmbito dos regimes próprios de previdência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com base no art. 40, § 4º, I, da Constituição Federal (na redação anterior à EC nº 103, de 2019), à míngua de lei complementar federal ou, após a promulgação da EC nº 103, de

2019, de lei complementar estadual, distrital ou municipal regulamentadora dessa matéria, permanece a necessidade de impetração de mandado de injunção para viabilizar o exercício desse direito constitucional.

A APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO

Com a reforma previdenciária, a aposentadoria “por invalidez permanente” passa a denominar-se aposentadoria “por incapacidade permanente para o trabalho”. A EC nº 103, de 2019 constitucionaliza a exigência de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, bem como a condição de o servidor ser insuscetível de readaptação.

Em relação aos Estados, Distrito Federal e Municípios, ante a ausência de disposição transitória, e por força do que prescreve o § 7º do art. 10 da EC nº 103, de 2019, mantém-se o quadro jurídico imediatamente anterior à promulgação da EC nº 103, de 2019, no que concerne à aplicação das normas constitucionais e infraconstitucionais que estavam em vigor sobre a concessão e cálculo da “aposentadoria por invalidez permanente”, com eficácia plena e aplicabilidade imediata, até a edição de lei do respectivo ente federativo.

Quando for promovida a reforma dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios referente aos respectivos regimes próprios, deverá ser observado, na edição da lei regulamentadora do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho (art. 40, § 1º, I, da Constituição), como vimos, que a EC nº 103, de 2019,

constitucionaliza a exigência de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão dessa aposentadoria, bem como a condição de o servidor ser insuscetível de readaptação.

DA REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO NO CARGO EFETIVO, PARA FINS DE CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA COM BASE NA TOTALIDADE DA REMUNERAÇÃO

O cálculo dos proventos de aposentadoria concedida com fundamento na integralidade, no âmbito do RPPS dos Estados, Distrito Federal e Municípios, mantém-se regido, quanto à apuração da remuneração, pela lei do respectivo ente federativo, em vigor antes da publicação da EC nº 103, de 2019, isto é, de acordo com o que for prescrito como remuneração do cargo efetivo, a título de vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes, com o acréscimo de adicionais de caráter individual e vantagens pessoais permanentes.

DAS PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS

Até a edição de lei do respectivo ente federativo subnacional, ou de lei federal (no caso da Polícia Civil do DF), os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aplicar, para fins de concessão do benefício de pensão por morte, as disposições previstas no art. 2º da Lei nº 10.887, de 18/06/2004, com esta redação:

“Lei nº 10.887, de 2004

Art. 2º Aos dependentes dos servidores titulares de cargo efetivo e dos aposentados de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, falecidos a partir da data de publicação desta Lei, será concedido o benefício de pensão por morte, que será igual:

I - à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite; ou

II - à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor das pensões, o limite previsto no art. 40, § 2º, da Constituição Federal.”

DAS PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS

Para os Estados, Distrito Federal e Municípios, a reforma recepcionou as normas constitucionais e infraconstitucionais a ela anteriores, no que concerne às aposentadorias,

o que a nosso ver se estende ao cálculo dos proventos, assegurando-lhes a continuidade da vigência com eficácia plena e aplicabilidade imediata, até que sejam promovidas alterações na legislação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios referente aos respectivos regimes próprios, quando então a sua eficácia estará exaurida.

Assim, enquanto não sobrevier a lei do Estado, Distrito Federal ou Município que discipline o cálculo dos proventos de aposentadoria (salvo em relação à aposentadoria especial dos policiais civis do Distrito Federal), estes entes da Federação deverão aplicar o disposto no art. 1º da Lei nº 10.887, de 18.6.2004, com esta redação:

“Lei nº 10.887, de 2004

Art. 1º No cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, previsto no § 3º do art. 40 da Constituição Federal e no art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo, desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados mês a mês de acordo

com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral de previdência social.

§ 2º A base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio.

§ 3º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência, aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público, na forma do regulamento.

§ 4º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º deste artigo, não poderão ser:

- I. inferiores ao valor do salário-mínimo;*
- II. superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.*

§ 5º Os proventos, calculados de acordo com o caput deste artigo, por ocasião de sua concessão, não poderão ser inferiores ao valor do salário-mínimo nem exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.”

2.5 Gestão do Regime Próprio

É vedada a existência de mais de um RPPS para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente federativo.

- Entende-se por unidade gestora a entidade ou órgão integrante da estrutura da Administração Pública de cada ente federativo, que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.
- A unidade gestora única deverá gerenciar, direta ou indiretamente, a concessão, o pagamento e a manutenção, no mínimo, dos benefícios de aposentadoria e pensão concedidos a partir da publicação da Emenda Constitucional no 41, de 2003, de todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.
- A unidade gestora única contará com colegiado ou instância de decisão, no qual será garantida a representação dos segurados.
- É facultada aos entes federativos a constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária.
- Aos segurados deverá ser assegurado pleno acesso às informações relativas à gestão do RPPS.

2.6 Utilização dos Recursos Previdenciários

- Os recursos previdenciários, somente poderão ser utilizados para o pagamento dos benefícios previdenciários, salvo o valor destinado à taxa de administração.
- Os recursos previdenciários oriundos da compensação financeira de que trata a Lei nº 9.796, de 1999, serão administrados na unidade gestora do RPPS e destinados ao pagamento futuro dos benefícios previdenciários, exceto na hipótese em que os benefícios que originaram a compensação sejam pagos diretamente pelo Tesouro do ente federativo, hipótese em que serão a ele alocados, para essa mesma finalidade.
- É vedada a utilização dos recursos previdenciários para custear ações de assistência social, saúde e para concessão de verbas indenizatórias ainda que por acidente em serviço.
- Os recursos previdenciários do RPPS em extinção somente poderão ser utilizados para:
 - pagamento de benefícios previdenciários concedidos e a conceder;
 - quitação dos débitos com o RGPS;
 - constituição ou manutenção do fundo previdenciário previsto no art. 6º da Lei nº 9.717, de 1998;
 - pagamentos relativos à compensação financeira entre regimes de que trata a Lei nº 9.796, de 1999.

2.7 Taxa de Administração

A Taxa de Administração para o custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão ou entidade gestora do RPPS, inclusive para conservação de seu patrimônio, deverá observar o disposto na lei do ente federativo e os seguintes parâmetros:

- financiamento, exclusivamente por meio de alíquota de contribuição incluída no plano de custeio definido na avaliação atuarial do RPPS, da seguinte forma:
 - apuração, na avaliação atuarial, da alíquota de cobertura do custo normal dos benefícios de aposentadorias e pensões por morte, na forma dos arts. 13, 44 e 47 da Portaria MF nº 464, de 18 de novembro de 2018;
 - adição à alíquota de cobertura do custo normal, a que se refere a alínea "a", de percentual destinado ao custeio da Taxa de Administração, observados os limites previstos no inciso II do caput, na forma do § 1º do art. 51 da Portaria MF nº 464, de 2018
 - definição, no plano de custeio proposto na avaliação atuarial, das alíquotas de contribuição do ente federativo e dos segurados do RPPS, suficientes para cobertura do custo normal e da Taxa de Administração, de que tratam as alíneas "a" e "b", na forma do inciso I do art. 48 da Portaria MF nº 464, de 2018;
 - implementação, em lei do ente federativo, das alíquotas de contribuição do ente federativo e dos segurados do RPPS que contemplem os custos de que trata a alínea "c", na forma do art. 49 da Portaria MF nº 464, de 2018;

- destinação do percentual da Taxa de Administração à Reserva Administrativa prevista no inciso III do caput, após a arrecadação e repasse das alíquotas de contribuição de que trata a alínea "d" ao órgão ou entidade gestora do RPPS.

- limitação dos gastos com as despesas custeadas pela Taxa de Administração, aos seguintes percentuais anuais máximos, conforme definido na lei do ente federativo, aplicados sobre o somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS, apurado no exercício financeiro anterior, ressalvado no caso dos recursos da Reserva Administrativa, decorrentes das sobras de custeio administrativo e dos rendimentos mensais auferidos:
 - de até 2,0% (dois inteiros por cento) para os RPPS dos Estados e Distrito Federal, classificados no grupo Porte Especial do Indicador de Situação Previdenciária dos RPPS - ISP-RPPS;
 - de até 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Grande Porte do ISP-RPPS;
 - de até 3,0% (três inteiros por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Médio Porte do ISP-RPPS;
 - de até 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Pequeno Porte do ISP-RPPS

- manutenção dos recursos relativos à Taxa de Administração, obrigatoriamente, por meio da Reserva Administrativa de que trata o § 3º do art. 51 da Portaria MF nº 464, de 2018, que:
 - deverá ser administrada em contas bancárias e contábeis distintas dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios;
 - será constituída pelos recursos de que trata o inciso I do caput, pelas sobras de custeio administrativo apuradas ao final de cada exercício e dos rendimentos mensais por eles auferidos;
 - poderá ser objeto, na totalidade ou em parte, de reversão para pagamento dos benefícios do RPPS, desde que autorizada na legislação do RPPS e aprovada pelo conselho deliberativo, vedada a devolução dos recursos ao ente federativo.

- utilização dos recursos da Reserva Administrativa, desde que não prejudique as finalidades de que trata o caput, somente para:
 - aquisição, construção, reforma ou melhorias de imóveis destinados a uso próprio do órgão ou entidade gestora nas atividades de administração, gerenciamento e operacionalização do RPPS;
 - reforma ou melhorias de bens vinculados ao RPPS e destinados a investimentos, desde que seja garantido o retorno dos valores empregados, mediante verificação por meio de análise de viabilidade econômico-financeira.

- recomposição ao RPPS, pelo ente federativo, dos valores dos recursos da Reserva Administrativa utilizados para fins diversos do previsto neste artigo ou excedentes ao percentual da Taxa de Administração inserido no plano de custeio do RPPS na forma da alínea "c" do inciso I, conforme os limites de que trata o inciso II, sem prejuízo de adoção de medidas para ressarcimento por parte dos responsáveis pela utilização indevida dos recursos previdenciários; e
- vedação de utilização dos bens de investimento ou uso por outro órgão público ou particular em atividades assistenciais ou quaisquer outros fins não previstos, exceto se remunerada com encargos aderentes à meta atuarial do RPPS.
- eventuais despesas com prestação de serviços relativos à assessoria ou consultoria, independentemente da nomenclatura utilizada na sua definição, deverão observar os seguintes requisitos, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação do ente federativo ou estabelecidas pelo Conselho Deliberativo:
 - os serviços prestados deverão ter por escopo atividades que contribuam para a melhoria da gestão, dos processos e dos controles, sendo vedada a substituição das atividades decisórias da diretoria executiva e dos demais órgãos estatutários do órgão ou entidade gestora do RPPS;
 - o valor contratual não poderá ser estabelecido, de forma direta ou indireta, como parcela, fração ou percentual do limite da Taxa de Administração de que trata o inciso I do caput deste artigo ou como percentual de receitas ou ingressos de recursos futuros; e
 - em qualquer hipótese, os dispêndios efetivamente realizados não poderão ser superiores a 50% (cinquenta por cento) dos limites de gastos anuais.

- a lei do ente federativo poderá autorizar que a Taxa de Administração prevista no inciso II do caput, desde que financiada na forma do inciso I do caput, destinada ao atendimento das despesas de que trata o § 6º e embasada na avaliação atuarial do RPPS, na forma do disposto no art. 51 da Portaria MF nº 464, de 2018, seja elevada em 20% (vinte por cento), ficando os limites alterados para:
 - 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento), 2,88% (dois inteiros e oitenta e oito centésimos por cento), 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento) ou 4,32% (quatro inteiros e trinta e dois centésimos por cento), respectivamente, se adotados pela lei do ente federativo os percentuais anuais máximos previstos nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso II do caput da Portaria nº. 19.451 de 18 de agosto de 2020;
 - o percentual correspondente à aplicação da elevação de que trata o caput sobre o percentual adotado na lei do ente federativo, se inferior aos percentuais máximos previstos nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso II do caput da Portaria nº. 19.451 de 18 de agosto de 2020.

- os recursos adicionais decorrentes da elevação de que trata o § 5º da Portaria nº. 19.451 de 18 de agosto de 2020, deverão ser destinados exclusivamente para o custeio de despesas administrativas relacionadas à:
 - obtenção e manutenção de certificação institucional no âmbito do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS, instituído pela Portaria MPS nº 185, de

14 de maio de 2015, podendo os recursos ser utilizados, entre outros, com gastos relacionados à preparação para a auditoria de certificação, a elaboração e execução do plano de trabalho para implantação do Pró-Gestão RPPS, ao cumprimento das ações previstas no programa, inclusive aquisição de insumos materiais e tecnológicos necessários, à auditoria de certificação, procedimentos periódicos de autoavaliação e auditoria de supervisão e o processo de renovação ou de alteração do nível de certificação.

- atendimento dos requisitos mínimos relativos à certificação para nomeação e permanência de dirigentes do órgão ou entidade gestora do RPPS, do responsável pela gestão dos recursos e dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos, conforme previsto no inciso II do art. 8º-B da Lei nº 9.717, de 1998, e regulação específica, contemplando, entre outros, gastos relacionados à:
 - preparação, obtenção e renovação da certificação; e
 - capacitação e atualização dos gestores e membros dos conselhos e comitê.

- A elevação da Taxa de Administração de que trata o § 5º observará os seguintes parâmetros:
 - deverá ser aplicada a partir do início do exercício subsequente ao da publicação da lei de que trata o caput do § 5º da Portaria nº. 19.451 de 18

de agosto de 2020, condicionada à prévia formalização da adesão ao Pró-Gestão - RPPS;

- o deixará de ser aplicada se, no prazo de dois anos, contado a partir da data prevista no item anterior, o RPPS não obtiver a certificação institucional em um dos níveis de aderência estabelecidos no Pró-Gestão RPPS;
- o voltará a ser aplicada, no exercício subsequente àquele em que o RPPS vier a obter a certificação institucional, se esta se der após o prazo de que trata o item anterior.

2.8 Responsabilidade do Ente no caso de vinculação de servidores titulares de cargos efetivos ao RGPS

É vedado o estabelecimento retroativo de direitos e deveres em relação ao RGPS, permanecendo sob a responsabilidade dos RPPS em extinção o custeio dos seguintes benefícios:

- os já concedidos pelo RPPS;
- aqueles para os quais foram implementados os requisitos necessários à sua concessão;
- a complementação das aposentadorias concedidas pelo RGPS, caso o segurado tenha cumprido todos os requisitos previstos na Constituição Federal para concessão de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo até a data da inativação.

O RPPS em extinção, será responsável pela concessão dos benefícios previdenciários aos servidores estatutários ativos remanescentes e aos seus dependentes.

O servidor que tenha implementado os requisitos necessários à concessão de aposentadoria proporcional pelo RPPS até a data da lei de extinção do regime, permanecendo em atividade, vincula-se obrigatoriamente ao RGPS, sendo-lhe assegurado o direito aos benefícios previdenciários deste regime, desde que cumpridas as condições nele estabelecidas.

É vedada a existência de mais de um RPPS para servidor público titular de cargo efetivo por ente federativo.

3. Planos de Benefícios

3.1 Beneficiários (Vide item 2.2 – Filiados Obrigatórios)

3.2 Dependentes

Os regimes próprios deverão observar a limitação de concessão de benefício apenas aos dependentes constantes do rol definido para o RGPS, que compreende o cônjuge, o companheiro, a companheira, os filhos, os pais e os irmãos, devendo estabelecer, em norma local, as condições necessárias para enquadramento e qualificação dos dependentes.

3.3 Rol de Benefícios limitado à aposentadoria e pensão

As normas do art. 9º da EC nº 103, de 2019, sobre organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social, limitam o rol de benefícios dos RPPS à concessão de aposentadorias e pensões e atribui ao ente federativo a responsabilidade direta pelo pagamento de salário maternidade e afastamentos por incapacidade temporária.

Sendo assim, as normas dos entes federados incompatíveis com a EC nº 103, de 2019, não são recepcionadas por esta, perdem a sua vigência diante da revogação, mesmo que não haja preceito revogatório expresso.

Importante salientar que com relação ao salário-família e o auxílio-reclusão, o legislador constitucional atribuiu natureza de benefício assistencial a ser concedido a

servidores de baixa renda, inclusive quando aposentados, não integrando a remuneração destes, estando a cargo do ente federativo o seu pagamento.

3.4 Remuneração de Contribuição

A lei do ente federativo definirá as parcelas da remuneração que comporão a base de cálculo da contribuição, podendo prever que a inclusão das parcelas pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão, ou de outras parcelas temporárias de remuneração, será feita mediante opção expressa do servidor, inclusive quando pagas por ente cessionário.

Os segurados ativos contribuirão também sobre o décimo terceiro salário, e os inativos e pensionistas sobre a gratificação natalina ou abono anual e não incidirá contribuição sobre o valor do abono de permanência.

Quando o pagamento mensal do servidor sofrer descontos em razão de faltas ou de quaisquer outras ocorrências, a alíquota de contribuição deverá incidir sobre o valor total da remuneração de contribuição prevista em lei, relativa à remuneração mensal do servidor no cargo efetivo, desconsiderados os descontos.

Havendo redução de carga horária, com prejuízo de remuneração, a base de cálculo da contribuição não poderá ser inferior ao valor do salário-mínimo.

Incidirá contribuição de responsabilidade do segurado, ativo e inativo, do pensionista e do ente sobre as parcelas que componham a base de cálculo, pagas retroativamente em razão de determinação legal, administrativa ou judicial, observando-se que:

- se for possível identificar-se as competências a que se refere o pagamento, aplicar-se-á a alíquota vigente em cada competência;
- em caso de impossibilidade de identificação das competências a que se refere o pagamento, aplicar-se-á a alíquota vigente na competência em que for efetuado o pagamento;
- em qualquer caso, as contribuições correspondentes deverão ser repassadas à unidade gestora no mesmo prazo fixado para o repasse das contribuições relativas à competência em que se efetivar o pagamento dos valores retroativos;
- se as contribuições devidas forem repassadas após o prazo previsto no item anterior, incidirão os mesmos acréscimos legais previstos para as contribuições relativas à competência do pagamento.

3.5 Proventos (Forma de Cálculo e Reajustamento do Valor dos Benefícios)

O cálculo dos proventos de aposentadoria concedida com fundamento na integralidade, no âmbito do RPPS dos Estados, Distrito Federal e Municípios, **mantém-se regido, quanto à apuração da remuneração, pela lei do respectivo ente federativo, em vigor antes da publicação da EC nº 103, de 2019, isto é, de acordo com o que for prescrito como remuneração do cargo efetivo, a título de vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes, com o acréscimo de adicionais de caráter individual e vantagens pessoais permanentes.**

3.6 Abono de permanência

O abono de permanência é devido ao servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas nos 40 § 19 da CF/88, art. 2º. da EC 41/2003, art. 3º da EC 47/2005 (Entendimento -Tribunal de Contas da União).

De acordo com o que dispõe a Emenda Constitucional 103 de 2019, após a edição de lei local, o Ente Federativo **poderá prever ou não o pagamento do abono e terá discricionariedade para estabelecer valores.**

O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do respectivo ente federativo e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício, mediante opção expressa do servidor pela permanência em atividade.

Em caso de cessão de servidor ou de afastamento para exercício de mandato eletivo, o responsável pelo pagamento do abono de permanência será o órgão ou entidade ao qual incumbe o ônus pelo pagamento da remuneração ou subsídio, salvo disposição expressa em sentido contrário no termo, ato, ou outro documento de cessão ou afastamento do segurado.

Na concessão do benefício de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo, ainda que pelo RGPS, cessará o direito ao pagamento do abono de permanência.

A concessão de abono de permanência com base nas regras de transição das reformas previdenciárias anteriores das Emendas nº 41, de 2003 (arts. 2º e 6º), e nº 47, de 2005 (art. 3º), pode vir a ser extinta para os RPPS dos Estados, Distrito Federal e Municípios mediante lei do respectivo ente que referende integralmente a sua revogação

pelo art. 35, incisos III e IV, da EC nº 103, de 2019. No entanto, tal abono poderá ser mantido pro tempore, na reforma previdenciária dos entes subnacionais, nos moldes da redação do § 3º do art. 3º da EC nº 103, de 2019, até que entre em vigor a lei do respectivo ente que regulamente o disposto no § 19 do art. 40 da Constituição.

3.7 Averbação de Tempo

A averbação de tempo de serviço/contribuição é o registro nos assentamentos funcionais dos períodos prestados a órgão ou entidade de natureza pública ou privada, sendo considerada para concessão de benefícios (aposentadoria, disponibilidade, licença prêmio, licença capacitação e adicional de tempo de serviço, respeitadas as restrições legais), conforme a característica da entidade de origem do tempo de contribuição.

Nos registros de averbações não são consideradas as averbações registradas em Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição de outros órgãos ou empresas privadas, devendo sempre ser apresentada também a certidão original, emitida pelo INSS ou pelo próprio órgão (tempo de serviço público federal, estadual, municipal, Distrital ou forças armadas).

Para a Averbação de Tempo de Contribuição (Serviço Privado, Empresa Pública, Administração Indireta e Sociedade de Economia Mista, o servidor deve anexar a Certidão de tempo de contribuição emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, discriminando os períodos de contribuição ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS. Caso os períodos tenham ocorrido após 01/07/1994 é necessário que constem também as remunerações correspondentes. No caso de averbação de Serviço Público (federal,

estadual, municipal, distrital e forças armadas) o servidor deve anexar a Certidão de tempo de contribuição emitida pelo órgão anterior, discriminando os períodos de contribuição ao Regime Próprio da Previdência Social – RPPS. Caso os períodos tenham ocorrido após 01/07/1994 é necessário que constem também as remunerações correspondentes.

3.8 Conversão de Tempo

No âmbito da contagem recíproca, em princípio, a conversão de tempo especial em tempo comum está expressamente vedada, assim como qualquer outra forma de contagem fictícia, com fulcro no inciso I do art. 96 da Lei nº 8.213, de 1991, exceto em relação à conversão de tempo de serviço público especial em tempo comum, referente ao período celetista anterior ao advento do regime jurídico único estatutário, pois nesta hipótese, ela está de acordo com a jurisprudência consolidada do STF e do STJ, que não aduz qualquer inconstitucionalidade, sendo pacífico o entendimento de que o servidor ex-celetista possui direito adquirido à contagem especial antes referida.

De acordo com o § 12 do artigo 40 da Constituição federal, o RPPS deve observar, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o RGPS, que autoriza a conversão de tempo especial em tempo comum, prevista no art. 57, § 5º, da Lei nº 8.213, de 1991.

Sendo assim, o STF deve decidir no âmbito do Recurso Extraordinário nº. 1014286, se a referida regra pode ser estendida aos servidores públicos vinculados aos regimes próprios de previdência, ou se esta regra não se aplica ao RPPS, considerando que a Súmula Vinculante nº 33 determina a aplicação analógica das regras do RGPS sobre

aposentadoria especial de que trata o art. 40, § 4º, inciso III da Constituição, no que couber, até a edição de lei complementar específica.

A referida decisão foi prolatada nos seguintes termos:

Questão submetida a julgamento

Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 40, § 4º, inc. III, da Constituição da República, a possibilidade de aplicação das regras do regime geral de previdência social para a averbação do tempo de serviço prestado em atividades exercidas sob condições especiais, nocivas à saúde ou à integridade física de servidor público, com conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada.

Tese Firmada

Até a edição da Emenda Constitucional nº 103/2019, o direito à conversão, em tempo comum, do prestado sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física de servidor público decorre da previsão de adoção de requisitos e critérios diferenciados para a jubilação daquele enquadrado na hipótese prevista no então vigente inciso III do § 4º do art. 40 da Constituição da República, devendo ser aplicadas as normas do regime geral de previdência social relativas à aposentadoria especial contidas na Lei 8.213/1991 para viabilizar sua concretização enquanto não sobrevier lei complementar disciplinadora da matéria. Após a vigência da EC n.º 103/2019, o direito à conversão em tempo comum, do prestado sob condições especiais pelos servidores

obedecerá à legislação complementar dos entes federados, nos termos da competência conferida pelo art. 40, § 4º-C, da Constituição da República.

3.9 Contagem Recíproca de Tempo de Contribuição

A contagem recíproca de tempo de serviço/contribuição é um direito garantido aos segurados dos Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), que se materializa por meio da averbação do tempo no órgão/ente de destino para o fim de concessão de vantagens e/ou benefícios, mormente o da aposentadoria.

Sobre o tema os incisos VI, VII e VIII do art. 96 da Lei nº 8.213/1991, inseridos pela MP nº 871/2019, contêm comandos legais a serem obedecidos pelos RPPS de todos os entes da federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

Conforme esclarecimentos contidos nesta Nota Informativa, conclui-se que:

- Não é permitido aos RPPS emitir CTC a servidor ainda em exercício do cargo no qual se requer a certificação.
- A contagem recíproca e averbação de tempo pelos RPPS, inclusive para fins de concessão de abono de permanência ou outras vantagens financeiras, somente serão feitas mediante CTC emitida pelo RGPS, não sendo mais admitida a averbação automática pelo ente instituidor.
- O tempo regularmente averbado automaticamente antes da publicação da MP não exigirá a emissão de CTC para a concessão de benefícios funcionais ou previdenciários ou mesmo compensação financeira.

- Não se admite a desaverbação de tempo que foi averbado (automaticamente ou mediante CTC) e que tenha gerado o pagamento de vantagens remuneratórias ao servidor.

3.10 Certidão de Tempo de Contribuição

A certidão de tempo de contribuição (CTC) é um documento que contém o registro oficial dos períodos contribuídos em um regime de previdência, para que esse período possa ser levado para outro regime.

Isso permite que o servidor some o tempo contribuído em diferentes regimes de previdência.

4. Plano de Custeio

4.1. Caráter Contributivo

O RPPS terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do ente federativo, dos servidores ativos, inativos e pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Entende-se por observância do caráter contributivo:

- a previsão expressa, em texto legal, das alíquotas de contribuição do ente federativo e dos segurados ativos, dos segurados inativos e dos pensionistas;
- o repasse mensal e integral dos valores das contribuições à unidade gestora do RPPS;
- a retenção, pela unidade gestora do RPPS, dos valores devidos pelos segurados ativos, dos segurados inativos e dos pensionistas, relativos aos benefícios e remunerações cujo pagamento esteja sob sua responsabilidade; e
- o pagamento à unidade gestora do RPPS dos valores relativos a débitos de contribuições parceladas mediante acordo.

4.2. Contribuição do servidor Ativo

Quanto à contribuição dos servidores ativos, a alíquota de contribuição previdenciária de 14%, que foi exigida no âmbito do RPPS da União a partir de 1/3/2020, de acordo com o disposto no caput do art. 11 c/c o art. 36, I, da EC nº 103, de 2019, implica,

a partir dessa mesma data, para os demais entes da Federação, em regra, o dever de majorar a sua alíquota, quando inferior, ao menos até o referido percentual, por meio de lei, salvo se for comprovado a inexistência de déficit atuarial, em observância ao que dispõe o § 4º do art. 9º da EC nº 103, de 2019, antes mencionado, sob pena de o respectivo RPPS ser considerado em situação previdenciária irregular, a teor dos arts. 3º e 7º da Lei nº 9.717, de 1998.

4.3. Contribuição sobre os proventos de Aposentadoria e Pensões

De acordo com a cláusula de vigência do art. 36, II, da EC nº 103, de 2019, a nova redação que a reforma conferiu ao art. 149 da Constituição não é aplicável aos Estados, Distrito Federal e Municípios, enquanto estiver em período de vacância, já que depende de referendo destes entes da Federação para o início de sua vigência, mediante a publicação de lei de iniciativa privativa do respectivo Poder Executivo.

Assim, enquanto não houver o referendo integral da nova redação dada ao art. 149 da CF, por meio de lei estadual, distrital ou municipal, continua a valer para os entes subnacionais, a redação do referido artigo anterior à data de entrada em vigor da EC nº 103, de 2019. 123.

Isto significa que, sem o referendo mediante lei do ente subnacional, de que trata o inciso II do art. 36 da EC nº 103, de 2019, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão instituir alíquotas de contribuição para o custeio do RPPS de forma progressiva, nem fazer incidir a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas sobre o valor dos proventos e pensões que superem o salário mínimo, se houver déficit

atuarial, pois, em todo o caso, deverá incidir sobre proventos e pensões que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, ou que superem o dobro desse limite quando o beneficiário for acometido de doença incapacitante.

4.4. Contribuição do Ente Federativo

O dever de majorar a alíquota de contribuição do segurado também se estende à majoração da alíquota do ente, por meio de lei, já que a contribuição do ente não poderá ser inferior ao valor da contribuição do segurado nem superior ao dobro desta, consoante o art. 2º da Lei nº 9.717, de 1998.

4.5. Contribuição parcelada decorrente de termo de acordo de parcelamento

De acordo com o § 11, do artigo 195 da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional 103/2019, são vedados a moratória e o parcelamento em prazo superior a 60 (sessenta) meses e, na forma de lei complementar, a remissão e a anistia das contribuições sociais.

4.6. Contribuição Suplementar e Aportes para equacionamento de déficit atuarial

Como alternativas para equacionamento do déficit é a implementação de plano de amortização, que deverá ser estabelecido em lei pelo ente federativo, observados os

parâmetros definidos na Portaria MF nº 464, de 2018, em especial em seus arts. 48 e 54, e na Instrução Normativa SPREV nº 07, de 21 de dezembro de 2018.

Esse plano poderá consistir no estabelecimento por meio da contribuição patronal suplementar na forma de alíquotas, ou aportes periódicos de recursos com valores preestabelecidos, para cobertura do déficit atuarial.

Na hipótese da inviabilidade do plano de amortização previsto para o equacionamento do déficit atuarial do RPPS, será admitida a segregação da massa de seus segurados, que consiste na separação dos segurados vinculados ao regime em dois grupos distintos, cada um pertencente a um fundo de previdência específico, os quais são denominados: Fundo em Repartição (anteriormente, a Portaria MPS nº 403, de 2008, denominava de Plano Financeiro); e Fundo em Capitalização (anteriormente denominado de Plano Previdenciário).

4.7. Observância do caráter Contributivo

As Reformas de 1998 e 2003 possibilitaram superar em definitivo a concepção de que a aposentadoria do servidor era uma mera extensão de sua relação de trabalho, estabelecendo o vínculo contributivo, mediante participação conjunta e solidária dos servidores e dos entes federativos, como requisito indispensável para a sua concessão.

Os regimes de previdência dos servidores públicos passaram a estar sujeitos a princípios que a Constituição de 1988 desde o seu texto original estabelecera para o sistema de Seguridade Social, tais como a solidariedade e a equidade no seu custeio, com a distribuição dos encargos (contribuições) entre o trabalhador (servidor) e seu

empregador (o Poder Público, de forma direta, e a sociedade, de forma indireta, por meio da arrecadação dos tributos em geral).

5. Gestão Atuarial

5.1 Conceitos De Atuária

As Ciências Atuariais ou Atuária, é a ciência que analisa e faz a gestão dos riscos e expectativas futuras de natureza econômica, financeira e biométrica para promover proteção social.

A Atuária se utiliza de várias ferramentas para descrever os fenômenos ditos “incertos” tais como: teorias econômicas, modelos matemáticos, probabilísticos e estatísticos. Portanto, a Atuária é uma área de conhecimento multidisciplinar.

As ciências atuariais têm início, como uma ciência propriamente dita, na Inglaterra no século XIX. Os primeiros estudos envolviam a pesquisa sobre a mortalidade da população notadamente sobre o cálculo da expectativa de vida e seus impactos na concessão de aposentadorias e pensões.

A partir do início do século XX, a aplicabilidade da teoria dos processos estocásticos, que serviam de base para as operações de seguros, ganhou sofisticação e, ao mesmo tempo, expandiram sua abrangência para outras áreas de conhecimento como Contabilidade, Matemática, Economia, Finanças, Direito e claro, Estatística.

A atuária divide-se em dois principais ramos: (i) vida, e (ii) não-vida. O primeiro envolve os seguros de pessoas, dimensionados, no longo prazo, como invalidez precoce, morte precoce, aposentadoria, pensões e saúde. Já o segundo envolve risco dos ativos físicos ou financeiros, para patrimônio das pessoas e das empresas.

A Ciência Atuarial, portanto, tem como objetivo estudar as consequências que terão certos eventos que envolvam riscos e incertezas. Ela é responsável por verificar, examinar e contribuir para a gestão dos resultados, na qual integra os custos e os benefícios dos eventos.

Entre as obrigações dos Regimes Próprios de Previdência Social está o Cálculo Atuarial que nada mais é do que a Avaliação Atuarial desenvolvido pelo atuário, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas dos segurados do RPPS para verificar se os recursos existentes serão suficientes para garantir o pagamento dos benefícios para seus segurados. Em outras palavras, o cálculo atuarial é o ponto de partida para a gestão previdenciária, assegurando se o regime se encontra em equilíbrio financeiro e atuarial e se haverá solvência do Regime Próprio de Previdência Social no futuro.

5.2 Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial (DRAA)

O Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA) é um documento elaborado em conformidade com os atos normativos da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, exclusivo de cada RPPS, que demonstra, de forma resumida, as características gerais do plano de benefícios, da massa segurada pelo plano e os principais resultados da avaliação atuarial.

O DRAA está previsto na Portaria 403 de 10 de dezembro de 2008, artigo 2º, Inciso VIII:

VIII - Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA: documento exclusivo de cada RPPS que registra de forma resumida

as características gerais do plano e os principais resultados da avaliação atuarial;

O DRAA deve ser encaminhado à Secretaria de Previdência e deve ser precedido da NTA que fundamenta a avaliação atuarial.

No ato do preenchimento e envio do DRAA, será gerado um comprovante no qual os responsáveis pela gestão do RPPS atestarão a veracidade e correspondência entre as informações contidas no DRAA com aquelas constantes do Relatório da Avaliação Atuarial e dos fluxos atuariais. Os responsáveis que devem atestar a veracidade do DRAA são:

- I. o representante legal do ente federativo;
- II. o dirigente da unidade gestora do RPPS;
- III. o representante do conselho deliberativo do RPPS; e
- IV. o atuário responsável pela avaliação atuarial.

No caso dos entes federativos que colocaram o RPPS em extinção, ou os que possuem RPPS mas mantêm massa de beneficiários sob responsabilidade financeira do Tesouro, relativamente a essa massa, deverão encaminhar o DRAA de forma simplificada, nos termos definidos pela Secretaria de Previdência.

As principais informações para o preenchimento do DRAA: hipóteses, estatísticas da população coberta, resultados etc. são encontrados na Avaliação Atuarial. A Avaliação Atuarial é o documento anual elaborado pelo atuário que serve de base para o Plano de Financiamento e Gestão de cada RPPS.

5.3 Normas Aplicáveis às Avaliações Atuariais dos RPPS

As normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos RPPS estão dispostas na Constituição Federal e em outras normativas que estabelecem os parâmetros para a gestão dos Regimes de Previdência dos servidores titulares de cargo efetivo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

5.3.1 Constituição Federal

O princípio básico do sistema previdenciário dos servidores públicos é o Equilíbrio Financeiro e Atuarial, disposto no art. 40 da CF, no qual descreve os parâmetros básicos para os RPPS.

*Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados **critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.** (grifo nosso)*

A Constituição dispõe sobre os princípios básicos, e os demais dispositivos infraconstitucionais e infralegais (leis, decretos, portarias, orientações normativas etc.) estabelecem parâmetros e critérios específicos para regulação do sistema.

5.3.2 Lei 9.717 de 27 de novembro de 1998

A Lei 9.717 de 27 de novembro de 1998, uma lei de apenas 11 artigos, dispõe sobre as regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

I - realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios;

5.3.3 Lei 10.887 de 18 de junho de 2004

A Lei 10.887 de 18 de junho de 2004, dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, alterou dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, também previu em seu artigo 9º a gestão atuarial dos RPPS.

Art. 9º A unidade gestora do regime próprio de previdência dos servidores, prevista no art. 40, § 20 da Constituição Federal:

...

III - disponibilizará ao público, inclusive por meio de rede pública de transmissão de dados, informações atualizadas sobre as receitas e despesas do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.

5.3.4 Portaria 204 de 10 de julho de 2008

A Portaria 204 de 10 de julho de 2008, que dispõe sobre as exigências da Secretaria de Previdência Social para a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP para os entes que possuem RPPS. Também obriga a observância do equilíbrio financeiro e atuarial e o encaminhamento do DRAA à Secretaria de Previdência.

Art. 5o A SPS, quando da emissão do CRP, examinará o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e das exigências abaixo relativas aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS:

....

II - observância do equilíbrio financeiro e atuarial, correspondente à implementação, em lei, atendidos os parâmetros estabelecidos pelas Normas de Atuária aplicáveis aos RPPS, do que segue:

...

XVI - encaminhamento à Secretaria de Previdência, dos seguintes documentos e informações: (Redação dada pela Portaria MF no 333, de 11/07/2017)

b) Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA;

5.3.5 Portaria 402 de 10 de dezembro de 2008

A Portaria 402 de 10 de dezembro de 2008 disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento das Leis no 9.717, de 1998 e no 10.887, de 2004.

Art. 8o Ao RPPS deverá ser garantido o equilíbrio financeiro e atuarial em conformidade com a avaliação atuarial inicial e as reavaliações realizadas em cada exercício financeiro para a organização e revisão do plano de custeio e de benefícios.

Art. 9o A avaliação atuarial do RPPS deverá observar os parâmetros estabelecidos nas Normas de Atuária aplicáveis aos RPPS definidas pelo MPS.

5.3.6 Portaria 403 de 10 de Dezembro de 2008

A Portaria 403 de 10 de dezembro de 2008 dispõe sobre as normas aplicáveis as avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, define parâmetros para a segregação da massa.

5.4 Portaria 464/2018

A Portaria MF no. 464 de 19 de novembro de 2018 dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial.

Art. 1o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão observar, no dimensionamento dos compromissos do plano de benefícios e no estabelecimento do plano de custeio dos regimes próprios de previdência social - RPPS, instituídos conforme Lei no 9.717, de 27 de novembro de 1998, os parâmetros técnico-atuariais previstos nesta Portaria, para assegurar a transparência, solvência, liquidez e a observância do equilíbrio financeiro e atuarial previsto no art. 40 da Constituição Federal, no art. 69 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 1o da Lei no 9.717, de 1998.

§ 1o Os parâmetros de que trata o caput incluem os regimes financeiros aplicáveis por tipo de benefício, as hipóteses, premissas, metodologias e critérios atuariais, os requisitos para

definição da qualidade da base cadastral, a apuração dos custos e do resultado atuarial e a definição e revisão dos planos de custeio e de equacionamento de déficit atuarial.

§ 2o O ente federativo deverá garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, sendo responsável, nos termos da Lei no 9.717, de 1998, pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

A Portaria 464/18 deu especial atenção à gestão atuarial como fundamental para garantir a solvência e liquidez do plano de benefícios, estimulando a adoção de medidas de aperfeiçoamento da gestão dos ativos e passivos do RPPS e reforçando a participação dos conselhos deliberativo e fiscal em seu acompanhamento.

Entre as medidas visando a melhoria da gestão atuarial estão:

- I. definição, acompanhamento e controle das bases normativa, cadastral e técnica e dos resultados da avaliação atuarial;
- II. estabelecimento do plano de custeio e do equacionamento do déficit;
- III. ações relacionadas à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios;
- IV. políticas de gestão de pessoal que contribuam para assegurar a transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico, financeiro e atuarial do plano de benefícios do RPPS;

- V. implementação de um plano para identificação, controle e tratamento dos riscos atuariais;
- VI. contínuo acompanhamento do equilíbrio entre os compromissos do plano de benefícios e os respectivos ativos garantidores; e
- VII. verificação da evolução das provisões matemáticas.

Caso seja verificada a ocorrência de fato relevante para a deterioração da situação financeira e atuarial do RPPS ou em decorrência de alteração de disposições do seu plano de benefícios, deverá ser elaborada nova avaliação atuarial no período compreendido entre as duas avaliações atuarias anuais.

Em caso de legislação do ente federativo publicada posteriormente à data de elaboração da avaliação atuarial anual que altere a estruturação atuarial ou o plano de custeio do RPPS e que não tenha sido considerada nessa avaliação, deverá ser elaborado novo estudo atuarial e reencaminhado o DRAA e demais documentos, que somente serão considerados aptos para regularidade do equilíbrio financeiro e atuarial após análise da Secretaria de Previdência.

Na hipótese de alteração legal relacionada à estrutura funcional e remuneratória dos segurados ativos do RPPS, à ampliação e reformulação dos quadros existentes e às demais políticas de pessoal do ente federativo que possam provocar a majoração potencial dos benefícios do regime próprio, a unidade gestora, a partir de estudo técnico elaborado por atuário legalmente habilitado, acompanhado das premissas e metodologia de cálculo utilizadas, deverá demonstrar a estimativa do seu impacto para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. Nessa situação, o ente federativo deverá prever fontes de custeio e

adotar medidas para o equacionamento do déficit se a alteração agravar a situação de desequilíbrio financeiro ou atuarial do RPPS.

Tanto o ente federativo quanto a unidade gestora do RPPS poderão realizar auditorias atuariais periódicas, por atuário legalmente habilitado, para verificar e avaliar a coerência e a consistência das avaliações atuariais, atendidas as disposições legais e as determinações dos conselhos deliberativo ou fiscal do RPPS.

Os entes federativos que implementaram planos de amortização anteriores à vigência da Portaria 464/18, poderão repactuar o equacionamento dos déficits atuariais nas novas condições estabelecidas, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.

Os entes federativos que efetuaram, até 31 de maio de 2018, a revisão da segregação de massa, sem aprovação da Secretaria de Previdência poderão apresentar para sua análise e parecer, plano de adequação com a constituição de submassas, constituição de fundos ou outros arranjos atuariais, na forma do art. 61 da Portaria 464/18.

5.5 Avaliação Atuarial Anual

O Relatório da avaliação atuarial é um documento elaborado por atuário legalmente habilitado que apresenta os resultados do estudo técnico desenvolvido, baseado na Nota Técnica Atuarial e demais bases técnicas, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de previdência.

Conforme artigo 70 da Portaria MF 464/18, o Relatório da Avaliação Atuarial deverá observar a estrutura e os elementos mínimos do modelo aprovado pela IN SPREV no. 08 de 21 de dezembro de 2018, conter o Parecer Atuarial e ser assinado pelo atuário responsável pela avaliação.

Além de outras informações previstas na Portaria MF 464/18, o Relatório da Avaliação Atuarial deverá conter:

- I. a descrição da base de dados e a certificação do nível de sua adequação;
- II. a descrição das hipóteses atuariais e os fundamentos da sua utilização e, se for o caso, a análise de sensibilidade do resultado à alteração das principais hipóteses utilizadas na avaliação atuarial;
- III. a demonstração dos resultados e análises das projeções atuariais;
- IV. informações circunstanciadas sobre a situação atuarial do plano de benefícios dos RPPS, dispendo, quando for o caso, sobre as principais causas do superávit ou do déficit apontado;
- V. a definição do plano de custeio de equilíbrio do RPPS, e, em decorrência, os valores dos custos normal e suplementar e dos compromissos do plano de benefícios, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão do plano vigente;
- VI. a indicação, dentre aquelas previstas na legislação aplicável, das medidas para o equacionamento de déficit e para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial, demonstrando os cenários e os seus impactos;
- VII. a recomendação da medida a ser adotada pelo ente federativo para o equacionamento de déficit e das demais ações que deverão pautar a busca da sustentabilidade de longo prazo do RPPS;

- VIII. a evidenciação dos custos e compromissos do plano de benefícios do RPPS para as massas de que tratam os §§ 1º e 4º do art. 10, se for o caso;
- IX. a análise comparativa entre os resultados das três últimas avaliações atuariais, indicando as maiores alterações e os prováveis motivos;
- X. informações repassadas pela unidade gestora do RPPS relativas a:
- a. execução do plano de custeio vigente, no decorrer do exercício, no que se refere à regularidade do repasse das contribuições normais e suplementares; e
 - b. implementação ou não dos planos de custeio e de amortização do déficit estabelecidos na última avaliação atuarial realizada e as razões alegadas para sua não implementação.
- XI. como anexo, a demonstração dos ganhos e perdas atuariais, na forma disposta em instrução normativa da Secretaria de Previdência.

O Relatório da Avaliação Atuarial com data focal em 31 de dezembro deverá ser anexado, juntamente com nota elaborada pela unidade gestora do RPPS, como anexo ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias do exercício seguinte, em atendimento à exigência da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS prevista no art. 4º, § 2º, inciso IV, "a" da Lei Complementar nº 101, de 2000. O conteúdo do Relatório da Avaliação Atuarial poderá ser adequado ao porte e perfil de risco atuarial do RPPS, na forma do art. 77 da Portaria MF no. 464/18.

Os insumos e os resultados das avaliações atuariais devem ser convergentes e coerentes entre si, de modo que eventual divergência de informações entre Relatório da Avaliação Atuarial, DRAA, Certificado do DRAA, Fluxos de Caixa Atuarial e NTA, será

objeto de notificação ao ente federativo, conforme art. 71 da Portaria MF no 464, de 2018, e, enquanto não forem realizadas as devidas correções, será considerado que o ente federativo não adotou as medidas para atendimento ao equilíbrio financeiro e atuarial.

5.6 Base Cadastral

A avaliação atuarial requer informações atualizadas e consistentes que inclua a totalidade dos beneficiários do RPPS, de quaisquer dos poderes, órgãos e entidades do ente federativo, compreendendo:

- I. os servidores públicos titulares de cargos efetivos e os servidores estáveis não titulares de cargo efetivo;
- II. os magistrados, ministros e conselheiros dos tribunais de contas e os membros do Ministério Público; e
- III. os militares em atividade, em reserva remunerada ou reforma dos Estados e do Distrito Federal.

A base de dados cadastrais, funcionais e remuneratórios dos beneficiários do RPPS a ser utilizada na avaliação atuarial deverá estar posicionada entre setembro e dezembro do exercício relativo à avaliação atuarial anual com data focal em 31 de dezembro, abrangendo os servidores afastados ou cedidos a outros entes federativos.

Os poderes, órgãos e entidades do ente federativo devem encaminhar à unidade gestora do RPPS as informações dos beneficiários do regime para elaboração da avaliação atuarial, ou permitir o seu acesso por meio de sistemas informatizados, em tempo hábil para sua análise, correção, processamento e apresentação dos resultados.

Após o recebimento das informações, a unidade gestora do RPPS deverá realizar análise prévia da base de dados e prestar os esclarecimentos necessários para que o atuário possa apurar adequadamente os compromissos do plano de benefícios.

O banco de dados especificamente utilizado pelo atuário na avaliação atuarial do RPPS, incluindo os ajustes estatísticos efetuados nessa base para as projeções atuariais pertinentes, deverá ser reencaminhado por aquele profissional à unidade gestora do RPPS e ser mantido pelo prazo de 10 (dez) anos de forma confiável e segura.

O Relatório da Avaliação Atuarial deverá descrever a base de dados dos beneficiários explicitando:

- I. se foram apresentadas todas as informações necessárias para o correto dimensionamento dos custos e compromissos do plano de benefícios do RPPS;
- II. a análise da qualidade dos dados, destacando sua atualização, amplitude e consistência;
- III. as premissas adotadas para o ajuste técnico dos dados que não atendem aos atributos previstos no inciso II, sempre numa perspectiva conservadora quanto aos impactos na diminuição das obrigações do RPPS; e
- IV. as providências adotadas pelo ente federativo e pela unidade gestora do RPPS para a adequação da base de dados disponibilizada para a avaliação que foi objeto dos ajustes mencionados no relatório da avaliação atuarial do exercício anterior.

Os arquivos contendo a base de dados utilizada na avaliação atuarial do RPPS deverão ser encaminhados à Secretaria de Previdência conforme a estrutura e os elementos mínimos do modelo aprovado em instrução normativa.

O prazo para envio da base cadastral dos beneficiários do RPPS será estabelecido em instrução normativa da Secretaria de Previdência, podendo ser observado critério de acordo com o porte e perfil atuarial do regime.

As bases cadastrais devem observar o leiaute padronizado pela Coordenação de Acompanhamento Atuarial, disponível no site eletrônico da Secretaria de Previdência, não sendo permitida qualquer alteração. As informações faltantes devem ser supridas por meio de hipóteses e ou premissas.

A não observância do leiaute ou o envio de dados incompletos ou inconsistentes ocasionará a rejeição do envio e a emissão de novas notificações, e, em conformidade com o que dispõe o art. 9º da Lei no 9.717/98, poderá configurar uma irregularidade, por não atendimento ao critério do equilíbrio financeiro e atuarial.

Quadro 1. Resumo dos Exercícios e Leiautes da Base Cadastral

| Exercício | Leiaute da Base de Dados | Orientações |
|------------------|---|--|
| 2019 | O mesmo aplicado para as avaliações atuariais de 2018 | Página eletrônica da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho |
| 2020 | O mesmo aplicado para as avaliações atuariais de 2018 | Página eletrônica da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho |
| 2021 | Instrução Normativa no. 01 de 2018 | Página eletrônica da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho |

Fonte: Portaria MF 464/2018

5.7 Plano de Custeio Proposto na Avaliação Atuarial

As avaliações atuariais indicarão os valores dos custos, dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial.

Antes da apuração do resultado do plano de benefícios do RPPS, deverão ser considerados no mínimo:

- I. a satisfação das exigências regulamentares relativas ao custeio do plano, mediante o uso de modelos e critérios consistentes (normas gerais de organização e funcionamento do RPPS);
- II. os riscos que possam comprometer a solvência e liquidez do plano de benefícios;
- III. a adequada precificação dos ativos garantidores do plano de benefícios; e
- IV. o correto provisionamento das contingências passivas imputáveis ao plano de benefícios, observados os princípios contábeis e as normas legais vigentes.

5.7.1 Ativos Garantidores dos compromissos

Poderão ser considerados como ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios do RPPS:

- I. os valores dos recursos de que trata o art. 3º da Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, desde que:
 - a. destacados contabilmente como investimentos;
 - b. mensurados adequadamente, conforme normas de contabilidade aplicáveis ao Setor Público;

- c. aplicados em cumprimento aos limites, requisitos e vedações ali estabelecidos; e
 - d. em caso de bens, direitos e demais ativos vinculados ao RPPS, desde que atendidos, no mínimo, os parâmetros previstos no art. 62 desta Portaria.
- II. os valores dos créditos a receber reconhecidos nas demonstrações contábeis do RPPS, exigindo-se, em relação aos créditos a receber do ente federativo, que:
- a. estejam por ele devidamente reconhecidos e contabilizados como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS; e
 - b. tenham sido objeto de termo de acordo de parcelamento celebrado entre ele e a unidade gestora do RPPS e tenha sido esse acordo encaminhado à Secretaria de Previdência, até a data focal da avaliação atuarial, por meio do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV.

Como já explicitado nos módulos II e III, a. avaliação atuarial deve indicar o plano de custeio necessário para a cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de benefícios do RPPS.

5.7.2 Custeio do Plano de Benefícios

O custeio do plano de benefícios do RPPS dar-se-á por meio de:

- I. Contribuições a cargo do ente federativo e dos segurados ativos, aposentados e pensionistas;

- II. Repasses do Ente para a cobertura de eventuais insuficiências financeiras do regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários (§ 2º do art. 1º da Portaria 464/18).
- III. Repasses para cobertura da insuficiência financeira mensal devida pelo ente federativo ao Fundo em Repartição (parágrafo único do art. 59 da Portaria 464/18).
- IV. Independentemente da forma de estruturação do RPPS, as eventuais insuficiências financeiras para o pagamento dos benefícios previstos no Plano de Benefícios são, nos termos das normas gerais de organização e funcionamento desses regimes, de responsabilidade orçamentária do respectivo ente federativo (art. 78 da Portaria 464/18).
- V. Outras receitas destinadas ao RPPS, observadas as normas gerais de organização e funcionamento desses regimes.

As contribuições, na forma de alíquotas ou aportes, e repasses financeiros a cargo do ente federativo deverão abranger todos os poderes, órgãos e entidades que possuem beneficiários do RPPS. Poderão ser diferenciadas por massa de segurados sujeita a critérios legais de elegibilidade específicos, desde que assegurada a equidade no financiamento do RPPS e demonstrado que o plano de custeio financia integralmente o custo total apurado na avaliação atuarial.

5.7.3 Os Prazos para Implementação do Plano de Custeio

O plano de custeio proposto na avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de cada exercício que indicar a necessidade de majoração das contribuições,

implementado por meio de lei do ente federativo editada, publicada e encaminhada à Secretaria de Previdência e ser exigível até 31 de dezembro do exercício subsequente, observará o seguinte:

- I. o ente federativo deverá atentar para os prazos relativos ao processo legal orçamentário; e
- II. em caso de majoração das alíquotas relativas aos segurados ativos, aposentados e pensionistas, a lei deverá ser publicada em prazo compatível para observância do previsto no § 6º do art. 195 da Constituição Federal.

A legislação do RPPS deve prever:

- I. prazo para repasse das contribuições, normal ou suplementar, na forma de alíquotas ou aportes, até uma data do mês subsequente ao da competência da folha de pagamento dos segurados ativos, aposentados e pensionistas; e
- II. aplicação, em caso de inadimplemento do repasse, de índice oficial de atualização e de taxa de juros e previsão de outras medidas e sanções, inclusive, multa.

O plano de custeio será objeto de contínuo acompanhamento por parte do Ente Federativo, da unidade gestora do RPPS, dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS, e do atuário responsável pela avaliação atuarial.

5.7.4 O Custeio Administrativo

A avaliação atuarial deverá propor plano de custeio para o financiamento do custo administrativo do RPPS.

A alíquota de contribuição do plano de custeio do custo administrativo (taxa de administração), deverá ser somada àquela destinada à cobertura do custo normal dos benefícios e deverá ser corretamente dimensionada, de forma a impossibilitar que sejam utilizados para administração do RPPS recursos destinados à cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de benefícios.

O custo administrativo também poderá ser suportado por meio de aportes preestabelecidos com essa finalidade, por repasses financeiros ou pagamentos diretos pelo ente federativo.

Os recursos destinados para essa finalidade deverão ser mantidos pela unidade orçamentária do RPPS por meio de Reserva Administrativa, segregada dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios. Se houver saldo remanescente ao final de cada exercício, poderá ser revertido para pagamento dos benefícios do RPPS conforme previsão legal do Ente Federativo e prévia aprovação do conselho deliberativo.

Se houver segregação da massa, deverá ser definida expressamente na legislação do ente federativo a forma de custeio e utilização dos recursos da Reserva Administrativa para administração dos benefícios do Fundo em Repartição e do Fundo em Capitalização. Não existindo previsão legal, o custeio deverá ser repartido, igualmente, entre os fundos, independentemente do número de segurados ou beneficiários que estejam a eles vinculados.

Os recursos destinados ao financiamento do custo administrativo do RPPS deverão ser objeto de contínuo acompanhamento por parte do ente federativo, da unidade gestora do RPPS, dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS, que deverão zelar pela utilização dos recursos segundo os parâmetros gerais e observados os princípios que regem a Administração Pública.

5.8. Equacionamento do Deficit Atuarial

No caso de a avaliação atuarial de encerramento do exercício apurar déficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento. O Relatório da Avaliação Atuarial, com base no estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial do RPPS, deverá identificar as principais causas do déficit atuarial por meio do balanço de ganhos e perdas atuariais, apresentar cenários com as possibilidades para seu equacionamento e os seus impactos e propor plano de equacionamento a ser implementado em lei pelo ente federativo.

O equacionamento do déficit atuarial poderá consistir:

- I. em plano de amortização com contribuição suplementar, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos;
- II. em segregação da massa; e
- III. complementarmente, em:
 - a. aporte de bens, direitos e ativos;
 - b. aperfeiçoamento da legislação do RPPS e dos processos relativos à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios; e

- c. adoção de medidas que visem à melhoria da gestão integrada dos ativos e passivos do RPPS e da identificação e controle dos riscos atuariais do regime.

A proposta do plano de equacionamento do déficit só será considerada implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo.

5.8.1 Equacionamento por plano de amortização

O plano de amortização deve ser estabelecido em lei do ente federativo e deverá observar os seguintes critérios:

- I. cobrir os custos de todos os benefícios do RPPS, inclusive o financiamento do custo administrativo;
- II. demonstrar que possui viabilidade orçamentária, financeira e fiscal atendendo aos limites de gastos com pessoal impostos pela Lei Complementar nº 101, de 2000.
- III. consistir o plano de amortização do déficit atuarial no estabelecimento de alíquota de contribuição suplementar ou em aportes mensais cujos valores sejam preestabelecidos;
- IV. quando instituído na forma de alíquotas, ter a remuneração de contribuição dos segurados ativos como base de cálculo das contribuições do ente federativo, normal e suplementar;
- V. as contribuições, normal ou suplementar, a cargo do ente federativo poderão ser diferenciadas por massa de segurados sujeita a critérios legais de elegibilidade específicos, desde que assegurada a equidade no financiamento do RPPS e

- demonstrado que o plano de custeio financia integralmente o custo total apurado na avaliação atuarial;
- VI. em caso de segregação da massa, a contribuição a cargo do ente poderá ser diferenciada por Fundo em Repartição e Fundo em Capitalização, considerando a necessidade de observância do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS;
 - VII. sua revisão, com redução das contribuições, na forma de alíquotas ou aportes, deverá observar os critérios prudenciais estabelecidos no art. 65 da Portaria 464/18;
 - VIII. garantir a solvência e liquidez do plano de benefícios, mantendo nível de arrecadação de contribuições e acumulação de reservas compatível com as suas obrigações futuras, a serem demonstrados por meio dos fluxos atuariais;
 - IX. que o montante de contribuição no exercício, na forma de alíquotas ou aportes, seja superior ao montante anual de juros do saldo do déficit atuarial do exercício;
 - X. que seja adotado plano que proporcione menor custo total, compatível com a capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo;
 - XI. não poderá prever diferimento para início da exigibilidade das contribuições; e
 - XII. contemplar as alíquotas e valores dos aportes para todo o período do plano.

O plano de amortização será apresentado à Secretaria de Previdência na forma estabelecida por esse órgão em instrução normativa e deverá ser objeto de contínuo acompanhamento.

O ente federativo deverá optar por uma das espécies de planos de amortização definidas na instrução normativa devendo constar, do Relatório da Avaliação Atuarial, em

caso de modificação da modelagem adotada, a justificativa técnica para a alteração, com a demonstração dos seus impactos para o nível de solvência do RPPS.

5.8.2 Equacionamento pela segregação da massa

Poderá ser implementada a segregação da massa dos beneficiários do RPPS, divididos entre o Fundo em Repartição e o Fundo em Capitalização, para o equacionamento do déficit do regime, observados os seguintes parâmetros:

- I. atendimento aos princípios da eficiência e economicidade na alocação dos recursos financeiros do regime e na composição das submassas;
- II. o Fundo em Repartição será constituído por um grupo fechado em extinção, sendo vedado o ingresso de novos segurados, os quais deverão ser alocados no Fundo em Capitalização;
- III. para a definição da composição da submassa do Fundo em Capitalização, deverá ser considerado que a esse fundo serão vinculados os saldos de todos os recursos financeiros do RPPS acumulados anteriormente à implementação da segregação, para fazer frente aos compromissos desse grupo; e
- IV. não se estabeleçam datas futuras para a composição da submassa do Fundo em Capitalização, à exceção, no que se refere ao parâmetro relativo ao ingresso de segurados ativos no ente federativo, do prazo previsto no art. 49 ou do início do funcionamento do Regime de Previdência Complementar cujo pedido tenha sido protocolado junto ao órgão federal competente dentro daquele prazo, conforme comprovação apresentada à Secretaria de Previdência.

Não devem ser utilizados outros modelos de agrupamentos ou desmembramentos de massas além dos já descritos no artigo 56 da Portaria 464/18 exceto quando o porte e perfil do regime próprio permitir outra forma de modelagem, desde que seja aprovada previamente pela Secretaria de Previdência, tenha sido apreciada pelo conselho deliberativo do RPPS e demonstre a adoção de medidas que visem assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema.

A segregação da massa deve ser objeto de contínuo acompanhamento e avaliação dos seus impactos orçamentários, financeiros e fiscais e adotar medidas para mitigar os riscos do não cumprimento do plano de custeio e aportes:

- pelo Ente Federativo;
- pela Unidade Gestora do RPPS;
- pelos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS; e
- pelo atuário responsável pela avaliação atuarial.

5.9. Aporte de Bens, Direitos e Demais Ativos ao RPPS

Em adição ao equacionamento do déficit por plano de amortização ou segregação da massa, poderão ser aportados ao RPPS bens, direitos e demais ativos de qualquer natureza para constituição dos fundos garantidores do plano de benefícios, observando, no mínimo, além das normas legais e regulamentares relativas à matéria, os seguintes parâmetros:

- I. ser precedido de estudo técnico e processo transparente de avaliação e análise de viabilidade econômico-financeira;

- II. observar a compatibilidade desses ativos com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do RPPS;
- III. ser aprovado pelo conselho deliberativo do RPPS;
- IV. serem disponibilizados pela unidade gestora, aos beneficiários do RPPS, o estudo e o processo de avaliação e análise de sua viabilidade econômico-financeira; e
- V. ter sido sua vinculação realizada por meio de lei do ente federativo.

Os bens, direitos e demais ativos poderão ser alocados ao Fundo em Repartição ou ao Fundo em Capitalização, sendo vedada utilização de bens, direitos e demais ativos para dação em pagamento das obrigações relativas a contribuições vencidas.

Com relação às contribuições relativas ao plano de amortização do déficit vincendas, em caso de aporte de bens, direitos e demais ativos, já reconhecidos contábil e juridicamente como ativos garantidores do plano de benefícios do RPPS e que ensejem a alteração do plano de amortização, caberá à legislação do ente federativo disciplinar como se dará a substituição das obrigações correspondentes.

5.10 Informações Atuariais dos RPPS

Em atendimento ao art. 9º da Lei nº 9.717/98 e ao artigo 68 da Portaria 464/18 os entes federativos deverão encaminhar à Secretaria de Previdência os seguintes documentos e informações atuariais relativos ao RPPS:

- I. Nota Técnica Atuarial (NTA);
- II. Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA);
- III. Fluxos atuariais;

- IV. Base cadastral utilizada na avaliação atuarial;
- V. Relatório da Avaliação Atuarial;
- VI. Demonstrativo de Duração do Passivo;
- VII. Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio; e
- VIII. Relatório de Análise das Hipóteses.

6. Gestão de Investimentos dos Recursos Previdenciários

6.1 Legislação Específica dos Investimentos dos RPPS

6.1.1 Introdução

Resolução 4.963/2021

A Resolução 4.963/2021 e alterações, dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A regulamentação em vigor estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, em seu art. 1º estabelece que os recursos garantidores dos Regimes Próprios de Previdência Social devam ser aplicados conforme as diretrizes estabelecidas na Resolução 4.963 que entrou em vigor em 25/11/2021. Em seu primeiro artigo estabelece que:

“Os recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados conforme as disposições desta Resolução”.

Na aplicação dos recursos de que trata esta Resolução, os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social devem:

- I. observar os **princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação** à natureza de suas **obrigações** e **transparência**;
- II. exercer suas atividades com **boa fé, lealdade** e **diligência**;
- III. zelar por elevados padrões éticos;

- IV. adotar regras, procedimentos e controles internos que visem garantir o cumprimento de suas **obrigações**, respeitando a **política de investimentos** estabelecida, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos nesta Resolução e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes, em regulamentação da Secretaria de Previdência;
- V. realizar com diligência a seleção, o acompanhamento e a avaliação de prestadores de serviços contratados;
- VI. realizar o prévio credenciamento, o acompanhamento e a avaliação do gestor e do administrador dos fundos de investimento e das demais instituições escolhidas para receber as aplicações, observados os parâmetros estabelecidos de acordo com o inciso IV.

Para assegurar o cumprimento dos princípios e diretrizes estabelecidos na Resolução, os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social e os demais participantes do processo decisório dos investimentos deverão comprovar experiência profissional e conhecimento técnico conforme requisitos estabelecidos nas normas gerais desses regimes.

Os parâmetros para o credenciamento das instituições de que trata o inciso VI acima descrito deverão contemplar, entre outros, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho.

Entendem-se por responsáveis pela gestão, para fins desta Resolução, as pessoas que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social e os participantes do mercado de títulos e valores mobiliários no que se refere à distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes.

Incluem-se no rol de pessoas previstas no § 4º da Resolução 4.963/2021, na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes.

O regime próprio de previdência social deve definir claramente a separação de responsabilidades de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância.

O regime próprio de previdência social deverá manter registro, por meio digital, de todos os documentos que suportem a tomada de decisão na aplicação de recursos.

Podemos perceber no capítulo 1 deste curso e no disposto acima, transcrito da Resolução 4.963/2021, que ao direcionar os recursos originados nas contribuições do **ente federativo** e dos **servidores** para aplicações em ativos no mercado financeiro, deve-se observar princípios que visem a proteção de tais recursos.

As pessoas e entidades envolvidas na gestão dos ativos garantidores dos RPPS não devem apenas se preocupar com o retorno da operação, mas também com sua perenidade, pois as **obrigações previdenciárias** são de **longo prazo** e devem garantir a aposentadoria do servidor ou a pensão para os dependentes. Assim, procedimentos que protejam esta poupança devem ser adotados e mesmo antes de selecionar o ativo ou o fundo e até as instituições, se faz necessário avaliar se a aplicação é permitida pela regulamentação em vigor.

6.1.2 Alocação dos Recursos

A definição dos segmentos de mercado que estão aptos a receber aportes de regimes próprios de previdência são estabelecidos no Artigo 2º da Resolução 4.963/2021, como segue:

Sempre observando os limites e requisitos definidos pelo Resolução 4.963/2021 e suas alterações, os recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser aplicados nos segmentos de:

- renda fixa;
- renda variável;
- investimentos no exterior;
- investimentos estruturados;
- fundos imobiliários;
- empréstimos consignados.

Para efeito do que estabelece a Resolução, são considerados investimentos estruturados:

- fundos de investimento classificados como multimercado;
- fundos de investimento em participações (FIP); e
- fundos de investimento classificados como "Ações - Mercado de Acesso".

Os fundos de investimento objeto de aplicação por parte dos regimes próprios de previdência social devem ser registrados na Comissão de Valores Mobiliários, e os investimentos por eles realizados, inclusive por meio de cotas de fundos de investimento, devem observar os requisitos dos ativos financeiros estabelecidos nesta Resolução.

Os regimes próprios de previdência social devem avaliar os custos decorrentes das aplicações, inclusive daquelas efetuadas por meio de fundos de investimento, e divulgar as despesas com as aplicações e com a contratação de prestadores de serviços.

Recursos e disponibilidades

Ressalvadas as regras expressamente previstas na Resolução 4.369/2021, aplicam-se aos fundos de investimento os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela **Comissão de Valores Mobiliários** em regulamentação específica.

Para efeito desta Resolução, são considerados recursos:

- as disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capital;

- os demais ingressos financeiros auferidos pelo regime próprio de previdência social;
- as aplicações financeiras;
- os títulos e os valores mobiliários;
- os ativos vinculados por lei ao regime próprio de previdência social; e
- demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária do regime próprio de previdência social.

Os recursos dos regimes próprios de previdência social visam à constituição das reservas garantidoras dos benefícios do regime e devem ser mantidos e controlados de forma segregada dos recursos do ente federativo e geridos, em conformidade com a política de investimento estabelecida e os critérios para credenciamento de instituições e contratações, de forma independente.

Para garantir a segregação de que trata o § 1º, os recursos do regime próprio de previdência social deverão ser vinculados a órgão ou entidade gestora do regime ou a fundos previdenciários com inscrição específica no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

6.1.3 Política de Investimentos

Os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social, antes do exercício a que se referir, deverão definir a política anual de aplicação dos recursos de forma a contemplar, no mínimo:

- I. o modelo de gestão a ser adotado e, se for o caso, os critérios para a contratação de pessoas jurídicas autorizadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras;
- II. a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos;
- III. os parâmetros de rentabilidade perseguidos, que deverão buscar compatibilidade com o perfil de suas obrigações, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos nesta Resolução;
- IV. os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica;
- V. a metodologia, os critérios e as fontes de referência a serem adotados para precificação dos ativos de que trata o art. 3º;
- VI. a metodologia e os critérios a serem adotados para análise prévia dos riscos dos investimentos, bem como as diretrizes para o seu controle e monitoramento;
- VII. a metodologia e os critérios a serem adotados para avaliação e acompanhamento do retorno esperado dos investimentos;
- VIII. o plano de contingência, a ser aplicado no exercício seguinte, com as medidas a serem adotadas em caso de descumprimento dos limites e requisitos previstos nesta Resolução e dos parâmetros estabelecidos nas normas gerais dos regimes próprios de previdência social, de excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos.

Justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação.

O regime próprio de previdência social deverá estabelecer critérios para a contratação de pessoas jurídicas que desempenham atividade de avaliação de investimentos em valores mobiliários, às quais devem ser registradas, autorizadas ou credenciadas nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, com a finalidade de produção de recomendações, relatórios de acompanhamento e estudos, que auxiliem no processo de formulação da política de investimento e de tomada de decisão de investimento.

A elaboração, a revisão e as informações constantes na política de investimentos devem observar os parâmetros de que trata o inciso IV do § 1º do art. 1º.

A política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior competente, antes de sua implementação.

A elaboração, a revisão e as informações constantes na política de investimentos devem adotar regras, procedimentos e controles internos que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando a política de investimentos estabelecida, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos nesta Resolução e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes, em regulamentação da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.

As aplicações e a continuidade dos investimentos nos ativos abordados no art. 3º da resolução 4.963/2021, deverão observar a compatibilidade dos ativos investidos com

os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras do regime próprio de previdência social, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do regime.

Objetivando garantir compatibilidade, citada no quadro acima, os responsáveis pela gestão do regime próprio devem:

- manter **procedimentos** e **controles internos** formalizados para a **gestão** do **risco de liquidez** das aplicações de forma que os **recursos** estejam **disponíveis** na data do **pagamento dos benefícios** e demais obrigações do regime;
- realizar o acompanhamento dos fluxos de pagamentos dos ativos, assegurando o cumprimento dos prazos e dos montantes das obrigações do regime, independentemente de tratar-se de gestão própria ou por entidade autorizada e credenciada. Quando a opção for por gestão terceirizada, os responsáveis pela gestão do RPPS deverão observar atentamente o que dispõem o art. 22º da Resolução 4.963/2021.

Segmentos de Aplicação e Limites

Para fins de cômputo dos limites definidos nesta Resolução, são consideradas as aplicações de recursos de que tratam os incisos I, II, III e IV do art. 3º da Resolução 4.963/2021, excluídos os recursos de que tratam os incisos V e VI daquele artigo, as disponibilidades financeiras mantidas em conta corrente e as cotas de fundos de investimento imobiliário de que trata o § 3º do art. 11.

As aplicações e a continuidade dos investimentos nos ativos de que trata o art. 3º deverão observar a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras do regime próprio de previdência social, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do regime.

Para garantir a compatibilidade de que trata o § 1º, os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social devem:

- I. manter procedimentos e controles internos formalizados para a gestão do risco de liquidez das aplicações de forma que os recursos estejam disponíveis na data do pagamento dos benefícios e demais obrigações do regime;
- II. realizar o acompanhamento dos fluxos de pagamentos dos ativos, assegurando o cumprimento dos prazos e dos montantes das obrigações do regime, independentemente de tratar-se de gestão própria ou por entidade autorizada e credenciada de que trata o art. 21.

6.1.4 Segmento de Renda Fixa

A obrigação de zelar pelos recursos sob gestão é atribuída a todos que participam da gestão das aplicações das reservas garantidoras do RPPS. A legislação em vigor estabelece limites para a aplicação em ativos e fundos de investimentos. Quando se tratar de aplicação em cotas de fundos de investimento, cujas políticas de investimento assumam o compromisso de buscar o retorno de qualquer índice ou subíndice praticado

pelo mercado, sujeitam-se à demonstração, por parte do responsável pela gestão dos recursos do RPPS, que a carteira de investimento desses fundos seja aderente ao compromisso estabelecido.

As aplicações do RPPS em fundos de investimento cujas carteiras sejam representadas, exclusivamente ou não, por cotas de outros fundos de investimento sujeitam-se à demonstração, por parte do responsável pela gestão dos recursos do RPPS, da manutenção, por estes fundos, das mesmas composições, limites e garantias exigidos pela Resolução do CMN para os fundos de investimento em que foram aplicados diretamente os recursos do RPPS. Ou seja, quando os fundos compram cotas de outros fundos, deve-se observar o enquadramento dos fundos, onde o fundo adquirido pelo RPPS aplica.

As regras para as aplicações no segmento de renda fixa estão definidas no Art. 7º da Resolução 4.963/2021 e por renda fixa entende-se todo tipo de investimento que tem regras de rendimento definidas antes. Na hora de aplicar, o investidor já fica sabendo o prazo e a taxa de rendimento ou o índice que será usado para valorizar os recursos investidos.

Artigo 7º - No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

- I. até 100% (cem por cento) em:
 - a. títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);
 - b. cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, constituídos

sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem que seus recursos sejam aplicados exclusivamente em títulos definidos na alínea "a", ou compromissadas lastreadas nesses títulos;

- c. cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, cujos regulamentos determinem que suas carteiras sejam compostas exclusivamente em títulos definidos na alínea "a", ou compromissadas lastreadas nesses títulos (fundos de índice de renda fixa);

Nota: com as modificações introduzidas pela Resolução CMN nº 4.695/2018 deixou de ser exigido que o fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, que aplique seus recursos exclusivamente em títulos públicos (alínea "a" do mesmo artigo), ou compromissadas lastreadas nesses títulos, e cuja política de investimento assegure que o patrimônio líquido não esteja investido em ativos que acompanham índice de renda fixa atrelado à taxa de juros de um dia, seja fundo referenciado (art. 112 da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014). Assim, qualquer fundo de renda com carteira representada por 100% de títulos públicos ou por operações compromissadas lastreadas nesses títulos será enquadrado na alínea "b" do inciso I do art. 7º da Resolução CMN nº 4.963/2021.

- II. até 5% (cinco por cento) diretamente em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" do inciso I;
- III. até 60% (sessenta por cento) no somatório dos seguintes ativos:

- a. cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, constituídos sob a forma de condomínio aberto (fundos de renda fixa);
- b. cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, compostos por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índice de renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de índice de renda fixa);

Nota: para ser enquadrado no art. 7º, III, “a”, o fundo deve assegurar assim, a composição mínima da carteira prevista na regulamentação da CVM.

No art. III, “b”, trata dos ETF de Renda Fixa que é um fundo negociado em Bolsa que busca reproduzir as variações e a rentabilidade, antes de taxas e despesas, de índices de renda fixa cujas carteiras teóricas são compostas, majoritariamente, por títulos públicos ou títulos privados. Como índice de referência do ETF, admite-se qualquer índice de renda fixa reconhecido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os índices de renda fixa permitem ao investidor avaliar como um grupo específico de ativos se comportou em relação a um outro grupo ou à sua própria carteira de ativos. Isso porque os índices são calculados a partir de uma carteira teórica de ativos, criada apenas para medir o desempenho desses ativos.

A emissão e resgate das cotas acontecem através da Bolsa de Valores, que caracterizam o mercado primário de um ETF. Os processos de integralização e de resgate das cotas permitem que o ETF aumente ou reduza seu patrimônio através da emissão de novas cotas ou cancelamento das cotas existentes pelo administrador do ETF.

Tanto na emissão quanto no resgate das cotas deve ser utilizado o valor patrimonial apurado no fechamento do dia da solicitação. O valor patrimonial da cota é o resultante da divisão do valor do patrimônio líquido do fundo pelo número das cotas existentes no encerramento do dia, apurado com base nos mesmos critérios utilizados para o cálculo do valor de fechamento do índice de referência.

Os investidores que desejam investir em um ETF através deste processo no mercado primário, devem fazê-lo por meio dos agentes autorizados pelo fundo, que são as corretoras ou distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

O processo de integralização das cotas, através de um agente autorizado, requer: (i) a entrega da cesta de ativos ao administrador, em troca do lote mínimo das cotas do ETF (modelo In Kind); ou (ii) entrega de moeda corrente nacional, em troca do lote mínimo das cotas do ETF (modelo In Cash).

O processo de resgate das cotas, solicitado pelo investidor através de um agente autorizado, requer a entrega de pelo menos um lote mínimo de cotas do ETF de Renda Fixa ao administrador, em troca (i) da cesta de ativos (modelo In Kind) ou (ii) de moeda corrente nacional (modelo In Cash).

As cotas do ETF são negociadas na B3 S/A de forma semelhante às ações. Ao adquirir tais cotas, o investidor, indiretamente, passa a deter todos os títulos de renda fixa da carteira teórica do índice de referência, sem ter de comprá-los separadamente no mercado.

Cabe destacar que para aplicar nesta modalidade de fundo é necessário contratar uma corretora ou distribuidora que cobrarão uma taxa de corretagem para realizar tanto a

negociação de compra como a de venda. Desta forma, esse custo deve ser ponderado, pois refletirá no retorno do fundo.

- IV.** Neste inciso, o limite será de até 20% (vinte por cento) diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que atendam às condições previstas no inciso I do § 2º do art. 21.

Nota: Ativos de emissão ou coobrigação de instituições financeiras são ativos emitidos por estas instituições ou garantido por estas para captação própria de recursos ou prestação de garantias para terceiros. Os CDBs, as LCIs, LCAs e LCs são tipos de emissões bancárias. Ao aplicar em um desses ativos, o investidor está emprestando dinheiro ao banco e recebe em troca uma remuneração.

O objetivo da instituição que capta recursos com a emissão destes instrumentos varia conforme o objetivo final. Pode ser, por exemplo, para financiamento de uma empresa do setor imobiliário (captar através de LCIs) ou do agronegócio (captar através de LCAs), por sua vez a emissão de CDB serve para captação de recursos para serem emprestados aos clientes tomadores da instituição.

Cabe destacar que o limite para a aplicação em CDB imposto pela Resolução 3.922/10 é de R\$250.000,00 por instituição financeira, logo, não há risco de perda do principal, caso a instituição sofra intervenção do Banco Central ou mesmo venha a pedir falência, pois neste caso o FGC garante a aplicação.

Fundo Garantidor de Créditos - FGC

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) é uma entidade privada e sem fins lucrativos que protege os investidores que colocam seu dinheiro em instituições financeiras associadas a ele.

Além dos bancos e financeiras, também são associadas ao FGC:

- Associações de poupança e empréstimo;
- Bancos de desenvolvimento;
- Companhias hipotecárias;
- Sociedades de crédito, financiamento e investimento;
- Sociedades de crédito imobiliário.

Essa proteção acontece em casos de “intervenção e liquidação extrajudicial” e quando o Banco Central reconhece o estado de “insolvência” da instituição.

Isso significa que, se um banco “quebrar”, os clientes que investem em produtos financeiros dele não perdem todo o seu dinheiro: o FGC garante a devolução de até R\$250 mil dos valores investidos.

Em outras palavras, o que o FGC faz é proteger o patrimônio dos investidores do patrimônio das instituições.

Existe um limite de cobertura para os valores investidos de até R\$ 250 mil por instituição financeira para cada CPF do titular do crédito – a pessoa em cujo nome o crédito está registrado.

No caso de contas conjuntas, o valor da garantia é limitado a R\$ 250 mil ou ao saldo da conta – caso seja inferior a esse limite – dividido pelo número de titulares.

Agora, cada investidor mantém a proteção de até R\$ 250 mil por conta em banco, mas tem um teto de cobertura de R\$ 1 milhão por CPF ou CNPJ globais durante 4 anos.

Em outras palavras, cada ressarcimento que o investidor recebe do FGC dá início a um período de 4 anos de “carência”, em que o valor é descontado do teto de R\$ 1 milhão. Depois desse período, o limite volta a ser de R\$ 1 milhão.

V. O limite de 5% previsto no inciso VII do art. 7º é aplicável a cada uma das alíneas isoladamente, ou seja, os recursos financeiros do RPPS podem ser aplicados em até:

- a) 5% em cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC);
 - b) 5% em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo “crédito privado”, constituídos sob a forma de condomínio aberto;
- MAIS

5% em cotas de fundo de investimento de que trata art. 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, que disponha em seu regulamento que 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo seja aplicado em debêntures de que trata o art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011, observadas as normas da CVM.

6.1.5 Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados

O art. 8º estabelece condições e limites para aplicação no segmento de renda variável que pode ser entendido por uma modalidade de investimentos em que não são estabelecidos o rendimento da operação e nem uma taxa de correção. O rendimento pode variar em pouco tempo por influência de diferentes fatores como inflação, taxas de juros, câmbio, cenário econômico e político, por exemplo.

Neste segmento, os limites para aplicação de recursos vão de **0** a **30%** do patrimônio do regime próprio de previdência.

Também chamados de fundos de renda variável, devem investir no mínimo 67% de seu patrimônio em ações ou outros valores mobiliários relacionados à ações, como bônus e recibos de subscrição e certificados de depósito de ações.

Como seu principal fator de risco é a variação nos preços das ações que compõem sua carteira, esse tipo de fundo é mais indicado para investimentos de longo prazo e que suportem uma maior exposição a riscos em troca de uma expectativa de rentabilidade mais elevada.

- a. até 30% (trinta por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda variável);

Nota: Os fundos cujo patrimônio líquido não esteja investido em ativos que acompanhem ou não índices do segmento de renda variável, deverão ser enquadrados nesse artigo. A Resolução CMN nº 4,963/2021, estabelece que o seu patrimônio líquido esteja investido em ativos compostos por ações, e que atenda à regulamentação da CVM. Portanto, a carteira

desses fundos deve obedecer à regulamentação da CVM (art. 115, § 1º, da ICVM nº 555/2014), além do previsto na Resolução do CMN, devendo ser investido em ativos de renda variável (ações admitidas à negociação em bolsa de valores; bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações admitidas à negociação em bolsa de valores; cotas de fundos de ações e cotas dos fundos de índice de ações negociadas em bolsa de valores; e *Brazilian Depositary Receipts* classificados como nível II e III) que acompanhem o indicador composto por ações, divulgado por bolsa de valores.

- II. até 20% (vinte por cento) em cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, divulgados ou negociados por bolsa de valores no Brasil, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de índice de renda variável).cotas de fundos de investimento em índice de mercado variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de índice de renda variável);

Nota: os fundos admitidos nesta alínea possuem as mesmas características dos vistos no módulo anterior, com a diferença de ter que refletir o retorno das ações componentes de seu índice de referência. É importante destacar, ainda, que os fundos de índice do mercado de ações, diferentemente da renda fixa, não refletem apenas a rentabilidade do índice a que está atrelado, mas também os riscos inerentes ao segmento.

Regras Gerais

Os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento de que trata o inciso I do artigo 8º aplica-se o previsto no § 6º do art. 7º.

Para fins do disposto no § 1º do artigo, não são considerados ativos financeiros as ações, os bônus ou recibos de subscrição, os certificados de depósito de ações, as cotas de fundos de ações e as cotas dos fundos de índice de ações negociados nos pregões de bolsa de valores.

Os regimes próprios de previdência social que comprovarem, nos termos do § 7º do art. 7º, a adoção de melhores práticas de gestão previdenciária terão os limites para aplicação nos ativos de que tratam os incisos I e II do caput elevados em 5 (cinco) pontos percentuais a cada nível de governança comprovado.

Os regimes próprios de previdência social que não alcançarem os níveis de governança previstos no § 7º do art. 7º subordinam-se aos limites de que tratam os incisos do caput deste artigo.

6.1.6 Segmento de Investimentos no Exterior

A Resolução 4.604/2017, que alterou a Resolução 3.922/2010, passou a disciplinar que o conceito de “**ativos financeiros no exterior**” a ser utilizado para regular as aplicações dos RPPS nesses ativos que é o mesmo estabelecido na regulamentação da CVM, não restando mais dúvidas sobre os tipos de ativos permitidos nas carteiras dos fundos a serem investidos pelos regimes próprios de previdência. Previu-se com aquela

Resolução que os fundos de que trata o art. 7º não poderão manter em seu patrimônio aplicações em ativos financeiros no exterior (§ 7º do art. 7º), mas que os fundos de que tratam os incisos I do art. 8º da Resolução CMN nº 4.963/2021 poderão manter em seu patrimônio aplicações em ativos financeiros no exterior, desde que atendidos os limites previstos pela CVM para fundos de investimento em geral (até 20% (vinte por cento) de seu patrimônio líquido) (§ 2º do art. 7º).

Ocorre que, com a Resolução CMN nº 4.695/2018 foram revogados o § 7º do art. 7º e o § 2º do art. 8º da Resolução CMN nº 3922/2010, assim, conforme os § 9º do art. 7º e § 7º do art. 8º, aplicam-se aos fundos de investimento que receberem aplicações dos RPPS os limites de concentração previstos pela CVM em ativos financeiros no exterior (em caso de fundos regulados pela Instrução CVM nº 555/2014, os limites de que trata o art. 101).

No que se refere aos Fundos de Ações - BDR Nível I (§ 3º do art. 115 da Instrução CVM nº 555/2014), esses têm tratamento específico pela Resolução. Passaram a integrar, o segmento “investimentos no exterior” e sujeito ao limite global de 10% do total da carteira do RPPS (art. 9º - A da Resolução CMN nº 4.963/2021). Portanto, têm tratamento diferenciado do da norma da CVM (§ 3º do art. 115 da ICVM 555/2014).

No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de:

Art. 9º I

Cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa - Dívida Externa”;

Art. 9º II

Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;

Art. 9º III

Cotas dos fundos da classe “Ações – BDR Nível I”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

O regime próprio de previdência social deve assegurar que:

- I. os gestores dos fundos de investimentos constituídos no exterior estejam em atividade há mais de 5 (cinco) anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento;
- II. os fundos de investimento constituídos no exterior possuam histórico de performance superior a 12 (doze) meses.

É vedada a aquisição de cotas de fundo de investimento com o sufixo “Investimento no Exterior” cujo regulamento não atenda à regulamentação para investidor qualificado nos termos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

É vedada a aquisição direta ou indireta de cotas de fundo de investimento em participações com o sufixo “Investimento no Exterior”.

Os fundos de investimento constituídos no Brasil de que trata o inciso II do caput somente poderão adquirir ativos financeiros emitidos no exterior mediante a aquisição de cotas de fundos de investimento constituídos no exterior, incluídas as cotas de fundos de índice.

Para fins de verificação do disposto no art. 19, em relação aos fundos de que trata este artigo, considera-se o patrimônio líquido do fundo constituído no exterior.

6.1.7 Segmento de Investimentos Estruturados

Entende-se por investimentos estruturados aqueles que estabeleçam participações relevantes no capital das empresas, ou em título da dívida de pequenas e médias empresas com bom potencial de crescimento e que, em geral, ainda têm capital fechado, ou seja, não têm ações negociadas em bolsa de valores.

São investimentos que se enquadram nesse segmento: os fundos de investimento em participação, em empresas emergentes e multimercado – que possuem características próprias, dentre as quais a possibilidade de realizar operações fora dos segmentos de renda fixa e renda variável.

As regras para as aplicações dos regimes próprios de previdência nestes ativos foram estabelecidas no artigo 10º da Resolução 4.963/2021.

No segmento de investimentos estruturados, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se ao limite global de até 15% (quinze por cento), e adicionalmente aos seguintes:

Art. 10º I - Até 10% (dez por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM);

Art. 10º II - Até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento em participações (FIP), constituídos sob a forma de condomínio fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a mesma proporção já investida nesses fundos;

Art. 10º III - Até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como “Ações - Mercado de Acesso”, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

Regras Gerais

As aplicações do regime próprio de previdência social em FIP, diretamente ou por meio de fundos de investimento em cotas de fundo de investimento, subordinam-se a:

- I. que o fundo de investimento seja qualificado como entidade de investimento, conforme regulamentação específica da Comissão de Valores Mobiliários;
- II. que o regulamento do fundo determine que:

- a) o valor justo dos ativos investidos pelo fundo, inclusive os que forem objeto de integralização de cotas, esteja respaldado em laudo de avaliação elaborado por auditores independentes ou analistas de valores mobiliários autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários;
 - b) a cobrança de taxa de performance pelo fundo seja feita somente após o recebimento, pelos investidores, da totalidade de seu capital integralizado no fundo, devidamente atualizado pelo índice de referência e taxa de retorno nele previstos;
 - c) o gestor do fundo de investimento, ou gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, mantenham a condição de cotista do fundo em percentual equivalente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital subscrito do fundo, sendo vedada cláusula que estabeleça preferência, privilégio ou tratamento diferenciado de qualquer natureza em relação aos demais cotistas;
 - d) as companhias ou sociedades investidas pelo fundo tenham suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários e publicadas, no mínimo, anualmente;
 - e) não sejam estabelecidos preferência, privilégio ou tratamento diferenciado de qualquer natureza ao gestor e/ou pessoas ligadas em relação aos demais cotistas;
- III.** que seja comprovado que o gestor do fundo já realizou, nos últimos 10 (dez) anos, desinvestimento integral de, pelo menos, 3 (três) sociedades investidas no Brasil por meio de fundo de investimento em participações,

observado o disposto no inciso I, ou fundo mútuo de investimento em empresas emergentes geridos pelo gestor e que o referido desinvestimento tenha resultado em recebimento, pelo fundo, da totalidade do capital integralizado pelo fundo nas referidas sociedades investidas, devidamente atualizado pelo índice de referência e taxa de retorno previstos no regulamento.

Os regimes próprios de previdência social que comprovarem, nos termos do § 7º do art. 7º, o terceiro e quarto níveis de governança terão os limites e os critérios para aplicação dos recursos nos ativos de que trata este artigo acrescidos da seguinte forma, desde que em seu conjunto não ultrapassem 20% (vinte por cento) do total de recursos:

- I. quanto ao FIM e FICFIM, um limite de até 15% (quinze por cento) do total dos recursos para o terceiro e quarto níveis;
- II. quanto ao FIP, um limite de até 10% (dez por cento) do total de recursos para o terceiro nível e de até 15% (quinze por cento) para o quarto nível;
- III. quanto ao fundo “Ações - Mercado de Acesso”, um limite de até 10% (dez por cento) para o terceiro nível e 15% (quinze por cento) para o quarto nível.

6.1.8 Segmento de Fundos Imobiliários

Os Fundos de Investimento Imobiliário, também conhecidos por FII, são uma parcela do segmento de renda variável que reúne cotistas para, com os recursos levantados, aplicar em demais ativos do mercado imobiliário: galpões logísticos ou industriais, prédios de escritórios, shoppings, hotéis, certificados de recebíveis

imobiliários, letras de crédito, entre outros. Possui regulamentação própria e por este motivo foi segregado das demais modalidades de aplicação em renda variável.

Art. 11° - No segmento de fundos imobiliários, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social sujeitam-se ao limite de até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento imobiliários (FII) negociadas nos pregões de bolsa de valores.

Regras Gerais

Aos ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de que trata o caput, aplica-se o previsto nos §§ 1° e 2° do art. 8°.

Os regimes próprios de previdência social que comprovarem, nos termos do § 7° do art. 7°, o segundo, terceiro e quarto níveis de governança, terão, respectivamente, o limite de que trata o caput elevado para 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento) e 20% (vinte por cento) do total de recursos.

Os limites previstos nesta Resolução não se aplicam às cotas de FII que sejam integralizadas, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, por imóveis vinculados por lei ao regime próprio de previdência social.

6.1.9 Segmento de Empréstimos Consignados

Além da segregação de ativos por característica particulares, outra novidade trazida pela Resolução 4.963/2021, é a possibilidade de os RPPS concederem aos seus

participantes empréstimos consignados, como estabelecido nas regras trazidas pelo artigo 12º.

No segmento de empréstimos a segurados, na modalidade consignados, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se, alternativamente, aos seguintes limites, apurados na forma do caput do art. 6º:

- I. até 5% (cinco por cento), para os regimes que não alcançarem os níveis de governança previstos no § 7º do art. 7º;
- II. até 10% (dez por cento), para os regimes que alcançarem ao menos o primeiro nível de governança de que trata o § 7º do art. 7º.

Os encargos financeiros das operações de que trata o caput devem ser superiores à meta de rentabilidade de que trata o inciso III do art. 4º, acrescidos das seguintes taxas:

- I. de administração das operações, que deverá suportar todos os custos operacionais e de gestão decorrentes das atividades de concessão e controle dos empréstimos;
- II. de custeio dos fundos garantidores ou de oscilação de riscos de que trata o § 6º;
- III. de adicional de risco, para fazer frente a eventos extraordinários, porventura não cobertos pelos fundos de que trata o inciso II.

Os contratos das operações de empréstimos devem conter:

- I. cláusula de consignação em pagamento com desconto em folha, cujo correspondente valor deverá ser imediatamente creditado ao órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social;

- II. autorização, em caso de exoneração, demissão, cessação do vínculo do servidor ou do benefício do aposentado ou pensionista, ou de afastamentos do servidor sem manutenção da remuneração mensal, de retenção das verbas rescisórias para a quitação do saldo devedor líquido do empréstimo;
- III. autorização para débito em conta corrente do tomador, no caso de inviabilidade do desconto direto em folha de pagamento ou das verbas rescisórias de que tratam os incisos I e II;
- IV. anuência dos órgãos responsáveis pelo pagamento dos servidores, aposentados e pensionistas, de que trata o § 5º, de sua responsabilidade como devedor solidário pela cobertura de eventual inadimplemento.

Os empréstimos serão concedidos, pelo órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social, aos servidores, aposentados e pensionistas vinculados ao regime, por meio de sistemas interligados aos de gestão das folhas de pagamento.

O regime próprio de previdência social deverá adequar os prazos e limites de concessão de empréstimos consignados ao perfil da massa de segurados, observados os seguintes critérios mínimos:

- I. quanto aos prazos dos empréstimos:
 - a. não poderão ser superiores àqueles previstos para os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto no § 5º;
 - b. deverão ter por base a expectativa de sobrevivência do segurado e o tempo de duração do benefício estimado conforme taxa de sobrevivência

utilizada na avaliação atuarial do regime próprio de previdência social, considerando a estrutura etária dos tomadores;

- II.** relativos à inelegibilidade dos tomadores:
 - a. histórico de inadimplência em relação a empréstimos consignados anteriores perante o regime próprio de previdência social;
 - b. recebimento de benefício que possua requisito para sua cessação, previsto na legislação do regime próprio de previdência social.

Para os empréstimos concedidos a servidores, aposentados e pensionistas, nas situações em que o pagamento da remuneração ou dos proventos seja de responsabilidade do ente federativo ou que dependa de suas transferências financeiras mensais, deverão ser observados os seguintes critérios mínimos, com base na classificação da situação financeira dos respectivos Estados, Distrito Federal e Municípios, divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional, relativa à sua capacidade de pagamento:

- II.** não poderão ser concedidos os empréstimos aos segurados de que trata este parágrafo, em caso de classificação B, C ou D;
- III.** em caso de inadimplência, pelo ente federativo, do repasse ao órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social dos valores devidos em consignação ou das transferências dos aportes para o pagamento das aposentadorias e pensões por morte, são vedadas novas concessões de empréstimos aos segurados de que trata este parágrafo por prazo igual ao período de atraso, contado a partir da regularização total dos pagamentos.

O regime próprio de previdência social deverá constituir, com os recursos das taxas de que trata o § 1º, fundos garantidores ou de oscilação de riscos destinados à situações de liquidação do saldo devedor dos empréstimos em caso de subestimação de eventos de decremento ou de não aderência das demais hipóteses, observados os seguintes critérios mínimos:

- II.** a constituição dos fundos deverá estar embasada em estudo atuarial que considere as perdas em caso de ocorrência de eventos de desvinculação de segurados do regime, por morte, exoneração, demissão, cessação do vínculo do servidor ou cassação do benefício, por decisão administrativa ou judicial, entre outros;
- III.** utilização, no estudo a que se refere o inciso I, de modelos que limitem a probabilidade de perdas máximas e o seu embasamento em hipóteses de taxa de sobrevivência de válidos e inválidos e de rotatividade aderentes às características da massa de segurados do regime, nos termos das normas de atuária aplicáveis aos regimes próprios de previdência social;
- IV.** cobertura integral, pelas taxas de que trata o § 1º, dos riscos calculados na forma dos incisos I e II, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro da carteira de empréstimos consignados.

Os parâmetros de rentabilidade perseguidos para a carteira do segmento de que trata este artigo deverão buscar compatibilidade com o perfil das obrigações do regime próprio de previdência social, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

Não haverá possibilidade de portabilidade, pelos tomadores, dos saldos devedores dos empréstimos contratados.

A concessão de empréstimos aos segurados será automaticamente suspensa quando o saldo da carteira de investimentos alocado aos empréstimos atingir o percentual de alocação máximo estipulado na política de investimentos de que trata o art. 4º, observados os limites previstos nos incisos I e II do caput.

A margem máxima individual consignável para os empréstimos consignados aos segurados dos regimes próprios de previdência social e os conceitos de remuneração básica e disponível deverão observar, como parâmetro mínimo, o previsto para os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social.

Os valores mínimo e máximo dos empréstimos deverão ser determinados na política de investimentos de que trata o art. 4º, com observação do valor da prestação, do prazo e do custo administrativo da carteira.

O regime próprio de previdência social deverá adotar medidas que objetivem mitigar os riscos inerentes a todo o processo de concessão e gestão dos créditos relativos aos empréstimos, de modo a preservar o retorno dos capitais empregados, evitar possível inadimplência e garantir a rentabilidade mínima exigida, para assegurar o equilíbrio dessa modalidade de investimento, nos termos do disposto no § 7º.

A Secretaria de Previdência, nos termos do art. 29, editará as regulamentações procedimentais para o cumprimento do disposto neste artigo, para garantir a observância dos princípios previstos no art. 1º desta Resolução.

6.1.10 Limites Gerais

Para verificação do cumprimento dos limites, requisitos e vedações estabelecidos nesta Resolução, as aplicações dos recursos realizadas diretamente pelos regimes próprios de previdência social, ou indiretamente por meio de fundos de investimento ou de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, devem ser consolidadas com as posições das carteiras próprias e carteiras administradas.

Nos segmentos de renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários, ficam os regimes próprios de previdência social sujeitos a um limite global de 30% (trinta por cento) da totalidade de suas aplicações, apurada na forma do art. 6º da Resolução 4.963/2021.

Os regimes próprios de previdência social que comprovarem, nos termos do § 7º do art. 7º, o primeiro, segundo, terceiro e quarto níveis de governança poderão elevar suas participações nos segmentos de que trata o caput, respectivamente, até os limites globais de 35% (trinta e cinco por cento), 40% (quarenta por cento), 50% (cinquenta por cento) e 60% (sessenta por cento) em relação ao total de seus recursos aplicados.

As aplicações dos recursos de que trata o inciso IV do caput do art. 7º ficam igualmente condicionadas a que a instituição financeira não tenha o respectivo controle societário detido, direta ou indiretamente, por Estado ou pelo Distrito Federal.

As aplicações dos regimes próprios de previdência social em fundos de investimento em cotas de fundos de investimento serão admitidas desde que seja possível

identificar e demonstrar que os respectivos fundos mantenham as composições, os limites e as garantias exigidos para os fundos de investimento de que trata esta Resolução.

A aplicação de recursos pelos regimes próprios de previdência social em fundos de investimentos ou em carteiras administradas, quando os regulamentos ou contratos contenham cláusulas que tratem de taxa de performance, está condicionada a que o pagamento da referida taxa atenda cumulativamente às seguintes condições:

- I. rentabilidade do investimento superior à valorização de, no mínimo, 100% (cem por cento) do índice de referência;
- II. montante final do investimento superior ao capital inicial da aplicação ou ao valor do investimento na data do último pagamento;
- III. periodicidade, no mínimo, semestral;
- IV. conformidade com as demais regras aplicáveis a investidores que não sejam considerados qualificados, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

As condições previstas nos incisos III e IV do caput não se aplicam aos fundos de investimento cujos regulamentos estabeleçam que a taxa de performance será paga somente após a devolução aos cotistas da totalidade de seu capital integralizado no fundo, devidamente atualizado pelo índice de referência e taxa de retorno neles previstos.

As aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento, fundo de investimento em cotas de fundos de investimento ou fundo de índice não podem, direta ou indiretamente, exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

Não se aplica o disposto no caput aos fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos definidos na alínea “a” do inciso I do art. 7º ou em compromissadas lastreadas nesses títulos.

O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo, observado o disposto no art. 16 da Resolução 4.963/2021.

O limite de que trata o caput será de até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido dos fundos de investimento de que trata o inciso V do art. 7º.

Para aplicações em fundos de investimento em direitos creditórios efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2015, o limite estabelecido no caput deve ser calculado em proporção do total de cotas de classe sênior e não do total de cotas do fundo.

Não se aplica o disposto neste artigo aos fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos definidos na alínea “a” do inciso I do art. 7º ou em compromissadas lastreadas nesses títulos.

O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em fundos de investimento e carteiras administradas não pode exceder a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, assim definido pela Comissão de Valores Mobiliários em regulamentação específica.

6.1.11 Gestão de Aplicação de Recursos

A gestão das aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social poderá ser própria, por entidade autorizada e credenciada ou mista.

Para fins da Resolução 4.963/2021, considera-se:

- I. gestão própria, quando as aplicações são realizadas diretamente pelo órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social;
- II. estão por entidade autorizada e credenciada, quando as aplicações são realizadas por intermédio de instituição financeira ou de outra instituição autorizada, nos termos da legislação em vigor, para o exercício profissional de administração de carteiras; e
- III. gestão mista, quando as aplicações são realizadas parte por gestão própria e parte por gestão por entidade autorizada e credenciada, observados os critérios definidos no inciso II.

Os regimes próprios de previdência social somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

- I. o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;
- II. o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;

- III. o gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

As aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social por meio de entidades autorizadas e credenciadas deverão observar os limites, condições e vedações estabelecidos nesta Resolução e deverão ser consolidadas na forma do art. 13 para verificação do cumprimento da Resolução.

A gestão dos recursos dos regimes próprios de previdência social por entidade autorizada e credenciada deverá observar os critérios estabelecidos no § 2º deste artigo e no art. 24, e aqueles definidos na forma do inciso IV do § 1º do art. 1º da Resolução 4.963/2021.

A entidade autorizada e credenciada de que trata o § 4º deverá comprovar:

- I. adoção de política de gerenciamento de riscos:
 - a. consistente e passível de verificação;
 - b. que fundamente efetivamente o processo decisório de investimentos;
 - c. compatível com a política de investimentos do regime próprio de previdência social;
 - d. que considere, sempre que possível, os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança dos investimentos;

- II. cumprimento dos limites e requisitos previstos nesta Resolução e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes;
- III. que possui recursos humanos, computacionais e estrutura adequados e suficientes para prestação dos serviços contratados.

Aplica-se o previsto no inciso III do § 2º deste artigo às instituições financeiras com obrigação ou coobrigação relacionadas aos ativos de que trata o inciso IV do art. 7º.

Os requisitos previstos no inciso I do § 2º deste artigo somente se aplicam aos gestores ou administradores que receberam diretamente as aplicações do regime próprio de previdência social.

Para fins de cumprimento do disposto no inciso I do § 2º deste artigo, admite-se que o gestor ou administrador esteja no escopo de atuação de comitê de auditoria e de comitê de riscos constituídos obrigatoriamente, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, por outra instituição autorizada integrante do mesmo conglomerado prudencial.

Os requisitos de que tratam os §§ 2º e 8º deste artigo devem ser observados apenas quando da aplicação dos recursos pelo regime próprio de previdência social.

Na aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social em títulos e valores mobiliários, conforme disposto nos incisos I e III do § 1º do art. 21, o responsável pela gestão, além da consulta à instituição financeira, à instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou às pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira, deverá observar as

informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação.

6.1.12 Custodiante

Em caso de contratação de serviços de custódia pelo regime próprio de previdência social, deverá ser efetuado o prévio credenciamento de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Banco Central do Brasil.

6.1.13 Outras Contratações

Na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do regime próprio de previdência social:

- I. a contratação deverá recair sobre pessoas jurídicas;
- II. a regulamentação específica da Comissão de Valores Mobiliários para os prestadores de serviço por esta regulados deverá ser observada;
- III. a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social, a fim de que:
 - a. não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço;

- b. não figurem como emissores dos ativos ou atuem na originação e estruturação dos produtos de investimento.

O regime próprio de previdência social deverá manter política de contratação e monitoramento periódico dos prestadores de serviço, de forma a verificar, no mínimo, que os prestadores cumpram, satisfatoriamente:

- I. os requisitos e condições estabelecidos na legislação aplicável;
- II. as condições, exigências e finalidades estabelecidas no contrato.

O regime próprio de previdência social deve avaliar a capacidade técnica e potenciais conflitos de interesse de seus prestadores de serviços e das pessoas que participam do processo decisório, inclusive por meio de assessoramento.

O conflito de interesse será configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do regime próprio de previdência social independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

6.1.14 Registro dos Títulos e Valores Mobiliários

Os ativos financeiros devem ser admitidos à negociação em mercado organizado, registrados em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira ou depositados perante depositário central, observada a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil, nas suas respectivas áreas de competência.

Os registros devem permitir a identificação do comitente final, com a consequente segregação do patrimônio do regime próprio de previdência social do patrimônio do custodiante e liquidante.

6.1.15 Controle das Disponibilidades Financeiras

Os recursos dos regimes próprios de previdência social, representados por disponibilidades financeiras, devem ser mantidos em contas bancárias ou em depósitos de poupança distintos dos do ente federativo, em instituições financeiras bancárias, públicas ou privadas, devidamente autorizadas a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, controlados e contabilizados de forma segregada dos recursos do ente federativo.

6.1.16 Enquadramentos

Os regimes próprios de previdência social poderão manter em carteira, por até 180 (cento e oitenta) dias, as aplicações que passem a ficar desenquadradas em relação a esta Resolução, desde que seja comprovado que o desenquadramento foi decorrente de situações involuntárias, para as quais não tenha dado causa, e que o seu desinvestimento ocasionaria, comparativamente à sua manutenção, maiores riscos para o atendimento aos princípios previstos no art. 1º desta Resolução.

Para fins do disposto no caput, são consideradas situações involuntárias:

- entrada em vigor de alterações desta Resolução;
- resgate de cotas de fundos de investimento por um outro cotista, nos quais o regime próprio de previdência social não efetue novos aportes;

- valorização ou desvalorização de ativos financeiros do regime próprio de previdência social;
- reorganização da estrutura do fundo de investimento em decorrência de incorporação, fusão, cisão e transformação ou de outras deliberações da assembleia geral de cotistas, após as aplicações realizadas pela unidade gestora do regime próprio de previdência social;
- ocorrência de eventos de riscos que prejudiquem a formação das reservas e a evolução do patrimônio do regime próprio de previdência social ou quando decorrentes de revisão do plano de custeio e da segregação da massa de segurados do regime;
- aplicações efetuadas na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, caso o regime próprio de previdência social deixe de atender aos critérios estabelecidos para essa categorização em regulamentação específica; e
- aplicações efetuadas em ativos financeiros que deixarem de observar os requisitos e condições previstos nesta Resolução.

As aplicações que apresentem prazos para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas de fundos de investimento, previstos em seu regulamento, superiores ao previsto no caput, poderão ser mantidas em carteira, durante o respectivo prazo, desde que o regime próprio de previdência social demonstre a adoção de medidas de melhoria da governança e do controle de riscos na gestão das aplicações, conforme regulamentação estabelecida pela Secretaria de Previdência.

6.1.17 Vedações

É vedado aos regimes próprios de previdência social:

- aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;
- aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais o ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;
- aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados;
- realizar diretamente operações de compra e venda de um mesmo ativo financeiro em um mesmo dia (operações day trade);
- atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos nesta Resolução;
- negociar cotas de fundos de índice em mercado de balcão;
- aplicar recursos diretamente na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, quando não atendidos os critérios estabelecidos em regulamentação específica;
- remunerar quaisquer prestadores de serviço relacionados direta ou indiretamente aos fundos de investimento em que foram aplicados seus recursos, de forma distinta das seguintes:

- taxas de administração, performance, ingresso ou saída previstas em regulamento ou contrato de carteira administrada; ou
- encargos do fundo, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;
- aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujos prestadores de serviço, ou partes a eles relacionadas, direta ou indiretamente, figurem como emissores dos ativos das carteiras, salvo as hipóteses previstas na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;
- aplicar recursos em empréstimos de qualquer natureza, ressalvado o disposto no art. 12 desta Resolução;
- aplicar recursos diretamente em certificados de operações estruturadas (COE).

A Secretaria de Previdência e a Comissão de Valores Mobiliários poderão editar regulamentações procedimentais necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução, observadas as respectivas competências legais.

6.1.18 Conclusão

É importante destacar que, em que pese ser significativo a vedação da aplicação e imposição de limites para determinados fundos e ativos financeiros, a decisão sobre realizá-las não envolve somente essa averiguação, deve-se ter em conta que as aplicações necessitam observar as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência previstas na Resolução do CMN, além do cumprimento dos limites de concentração e das demais normas relativas à gestão dos recursos previdenciários nela prevista, e dos parâmetros mínimos de gestão das aplicações financeiras dos RPPS

estabelecidos por intermédio da Portaria MPS nº 519/2011, em especial, a obrigação dos gestores de zelar pela promoção de elevados **padrões éticos** na condução das operações relativas aos recursos aplicados pelo RPPS, bem como pela **eficiência** dos procedimentos **técnicos, operacionais** e de **controle das aplicações**.

6.1.19 Portaria MPS 519/2011

A Portaria 519/11, e suas alterações posteriores, dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, altera redação da Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2008 e da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008; e dá outras providências.

O Ministro de Estado da Previdência Social, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 6º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, resolve:

Artigo 1º - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em relação a seus Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, comprovarão a elaboração da política anual de investimentos de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN, que dispõe sobre a aplicação dos recursos dos RPPS, mediante o envio à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS, do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN.

Parágrafo 1º - A estrutura do DPIN será disponibilizada pela SPPS na página do Ministério da

Previdência Social - MPS na rede mundial de computadores - internet, no endereço <http://www.previdencia.gov.br>, até 31 de dezembro de cada exercício em relação ao exercício seguinte.

Parágrafo 2º - O envio do DPIN de que trata o caput somente ocorrerá por via eletrônica, conforme estipulado pela SPPS.

Parágrafo 3º - O relatório da política anual de investimentos e suas revisões, a documentação

que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e controle pelo prazo de 10 (dez) anos.

Parágrafo 4º - O DPIN deverá conter as assinaturas dos responsáveis legais pelo ente federativo

e pela unidade gestora do RPPS e dos responsáveis pela elaboração, aprovação e execução da política anual de investimentos do RPPS.

Artigo 2º - Foi revogado pela Portaria nº 9.907, de 14/04/2020.

Artigo 3º - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão observar na gestão dos recursos de seus RPPS as seguintes obrigações, além daquelas previstas na Resolução do CMN que dispõe sobre a aplicação dos recursos dos RPPS:

- I. na gestão por entidade autorizada e credenciada, realizar processo seletivo e submetê-lo à instância superior de deliberação, tendo como critérios, no mínimo, a solidez patrimonial da entidade, a compatibilidade desta com o volume de recursos e a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros;

- II. exigir da entidade autorizada e credenciada, mediante contrato, no mínimo mensalmente, relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e risco das aplicações;
- III. realizar avaliação do desempenho das aplicações efetuadas por entidade autorizada e credenciada, no mínimo semestralmente, adotando, de imediato, medidas cabíveis no caso da constatação de performance insatisfatória;
- IV. zelar pela promoção de elevados padrões éticos na condução das operações relativas às aplicações dos recursos operados pelo RPPS, bem como pela eficiência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle das aplicações;
- V. elaborar relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle;
- VI. assegurar-se do desempenho positivo de qualquer entidade que mantiver relação de prestação de serviços e ou consultoria nas operações de aplicação dos recursos do RPPS e da regularidade do registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- VII. condicionar, mediante termo específico, o pagamento de taxa de performance na aplicação dos recursos do RPPS em cotas de fundos de investimento, ou por meio de carteiras administradas, ao atendimento, além da regulamentação emanada dos órgãos competentes, especialmente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, no mínimo, dos seguintes critérios:
 - a. que o pagamento tenha a periodicidade mínima semestral ou que seja feito no resgate da aplicação;

- b. que o resultado da aplicação da carteira ou do fundo de investimento supere a valorização do índice de referência;
- c. que a cobrança seja feita somente depois da dedução das despesas decorrentes da aplicação dos recursos, inclusive da taxa de administração; e
- d. que o parâmetro de referência seja compatível com a política de investimento do fundo e com os títulos que efetivamente o componha.

VIII. disponibilizar aos seus segurados e pensionistas:

- a. a política anual de investimentos e suas revisões, no prazo de até trinta dias, a partir da data de sua aprovação;
- b. as informações contidas nos formulários APR - Autorização de Aplicação e Resgate, no prazo de até trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;
- c. a composição da carteira de investimentos do RPPS, no prazo de até trinta dias após o encerramento do mês;
- d. os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas;
- e. as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS;
- f. relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento;
- g. as datas e locais das reuniões dos órgãos de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos;
- h. os relatórios de que trata o inciso V deste artigo.

Parágrafo 1º Para o credenciamento referido no inciso IX deste artigo deverão ser observados, e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS, no mínimo:

- a. atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- b. observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro.
- c. regularidade fiscal e previdenciária. (Incluído pela Portaria MPS nº 440, de 09/10/2013)

Parágrafo 2º - Quando se tratar de fundos de investimento:

- I. O previsto no § 1º do inciso IX deste artigo recairá também sobre a figura do gestor e do administrador do fundo, contemplando, no mínimo:
 - a) a análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;
 - b) a análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto à qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;
 - c) a avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.
- II. Deverá ser realizada a análise e registro do distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, certificando-se

sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Parágrafo 3º - A análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento deverá ser atualizada a cada 12 (doze) meses.

Parágrafo 4º - As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas de atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime. (Incluído pela Portaria MPS nº 440, de 09/10/2013)

Parágrafo 5º - Para fins desta Portaria, entende-se por:

- I. Gestão por entidade autorizada e credenciada: quando o RPPS realiza a execução da política de investimentos de sua carteira, por intermédio de entidade contratada para essa finalidade, cabendo a esta as decisões sobre as alocações dos recursos, respeitados os parâmetros da legislação.
- II. Gestão própria: quando o RPPS realiza diretamente a execução da política de investimentos de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos, respeitados os parâmetros da legislação.

Parágrafo 6º - As aplicações do RPPS, dentro dos limites previstos na Resolução do CMN, em cotas de fundos de investimento, cujas políticas de investimento assumam o compromisso de buscar o retorno de qualquer índice ou subíndice praticado pelo mercado, sujeitam-se à demonstração, por parte do responsável pela gestão dos recursos do RPPS, que a carteira de investimento desses fundos seja aderente ao compromisso estabelecido.

Parágrafo 7º - As aplicações do RPPS em fundos de investimento cujas carteiras sejam representadas, exclusivamente ou não, por cotas de outros fundos de investimento sujeitam-se à demonstração, por parte do responsável pela gestão dos recursos do RPPS, da manutenção, por estes fundos, das mesmas composições, limites e garantias exigidos pela Resolução do CMN para os fundos de investimento em que foram aplicados diretamente os recursos do RPPS.

Artigo 3º A - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar à SPPS que seus RPPS mantêm Comitê de Investimentos, participante do processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos.

Parágrafo 1º - A estrutura, composição e funcionamento do Comitê de Investimentos previsto no caput, será estabelecida em ato normativo pelo ente federativo, devendo atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- a) que seus membros mantenham vínculo com o ente federativo ou com o RPPS, na qualidade de servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração;
- b) previsão de periodicidade das reuniões ordinárias e forma de convocação de extraordinárias;
- c) previsão de acessibilidade às informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos do RPPS;
- d) exigência de as deliberações e decisões serem registradas em atas;
- e) previsão de composição e forma de representatividade.

Parágrafo 2º - A implantação do Comitê de Investimentos previsto no caput será exigida após decorridos 180 (cento e oitenta dias) da publicação desta portaria, sendo

facultativa para os RPPS cujos recursos não atingirem o limite definido no art. 6º, enquanto mantida essa condição. (Incluído pela Portaria MPS nº 170, de 25/04/2012)

Artigo 3º B - As aplicações ou resgates dos recursos dos RPPS deverão ser acompanhadas do formulário APR - Autorização de Aplicação e Resgate, conforme modelo e instruções de preenchimento disponibilizados no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores internet (www.previdencia.gov.br).

Parágrafo único - A utilização do formulário APR mencionado no caput será exigida após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta Portaria.

Artigo 4º - É vedado o pagamento de taxa de performance quando o resultado do valor da aplicação for inferior ao seu valor nominal inicial ou ao valor na data da última cobrança.

Artigo 5º - A documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata esta Portaria e a Resolução do CMN disposta sobre as aplicações dos recursos dos RPPS deverá permanecer à disposição dos órgãos de supervisão competentes.

Artigo 6º - A certificação de que trata o art. 2º deverá ser comprovada pelos entes federativos cujos recursos dos RPPS, sujeitos aos limites da Resolução do CMN, sejam iguais ou superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Parágrafo 1º - O valor dos recursos do RPPS de que trata o caput será aferido pelos DAIR relativos aos meses de junho e dezembro de cada exercício.

Parágrafo 2º - A comprovação da exigência de certificação será realizada até o dia 31 de dezembro, quando o alcance do limite for observado até o mês de junho do mesmo exercício, ou até o dia 30 de junho, quando observado até dezembro do exercício anterior.

Parágrafo 3º - Os entes federativos deverão informar a inexistência de recursos do RPPS, conforme estipulado pela SPPS.

Parágrafo 4º - Uma vez atingido o valor mencionado no caput, a comprovação da certificação continuará sendo exigida mesmo que os recursos retornem a patamares inferiores. (Incluído pela Portaria MPS nº 440, de 09/10/2013)

Parágrafo 5º - A partir de 01 de janeiro de 2015 a certificação de que trata o art. 2º será exigida de todos os entes federativos instituidores de RPPS e que detenham quaisquer valores sob gestão.

Parágrafo 6º - A comprovação das certificações de que trata esta Portaria, para o ente federativo que vier instituir RPPS será exigida no prazo de cento e oitenta dias contados da vigência da lei de instituição.

Artigo 6º A - Será considerado investidor qualificado, para os fins da normatização estabelecida pela CVM, o RPPS que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

- I. cujo ente federativo instituidor possua Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP vigente na data da realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, pelo cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, estabelecidas na Lei nº 9.717/1998 e nos atos normativos dela decorrentes;
- II. possua recursos aplicados, informados no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR enviado à SPPS, do bimestre imediatamente anterior à data de realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de

investidor, em montante igual ou superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);

- III. comprove o efetivo funcionamento do Comitê de Investimentos, na forma do art. 3º-A;
- IV. tenha aderido ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS", instituído pela Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015, e obtido certificação institucional em um dos níveis de aderência nela estabelecidos.

Parágrafo 1º - A partir do credenciamento da primeira entidade habilitada a atuar como certificadora do Pró-Gestão RPPS, nos termos do inciso II do art. 6º da Portaria MPS nº 185, de 2015:

- I. o montante de recursos definido no inciso II do caput será reduzido para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e
- II. os requisitos definidos no inciso IV do caput passarão a ser exigidos, sendo:
 - a) de imediato, a formalização da adesão ao Pró-Gestão RPPS; e
 - b) em até três anos a contar do primeiro ato de credenciamento, a obtenção da certificação institucional.

Parágrafo 2º - Observado o disposto no § 1º, é vedada a aplicação de recursos em investimentos destinados a investidores qualificados pelos RPPS que não cumpram integralmente os requisitos de que tratam os incisos I a IV do caput.

Artigo 6º B - Será considerado investidor profissional, para os fins da normatização estabelecida pela CVM, o RPPS que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

- I. cujo ente federativo instituidor possua Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP vigente na data da realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, pelo cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, estabelecidas na Lei nº 9.717/1998 e nos atos normativos dela decorrentes;
- II. possua recursos aplicados, informados no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR enviado à SPPS, do bimestre imediatamente anterior à data de realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, em montante igual ou superior a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais);
- III. comprove o efetivo funcionamento do Comitê de Investimentos, na forma do art. 3º-A;
- IV. tenha aderido ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS", instituído pela Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015, e obtido certificação institucional no quarto nível de aderência nela estabelecido.

Parágrafo único. A classificação de RPPS como investidor profissional somente produzirá efeitos quando atendidos os requisitos de que tratam os incisos I a IV do caput,

sendo vedada a aplicação de recursos em investimentos destinados a investidores profissionais pelos RPPS que não os cumpram integralmente.

Artigo 6º C - A classificação do RPPS como investidor qualificado ou investidor profissional, na forma dos art. 6º-A e 6º-B, não exime seus representantes legais, dirigentes, responsáveis pela gestão dos recursos e membros dos órgãos de deliberação colegiada da responsabilidade pela adoção de elevados padrões éticos e técnicos na governança e controle das operações e pela observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, segundo o disposto em Resolução do CMN.

Parágrafo 1º - Constatado em procedimento administrativo o descumprimento do disposto no caput, a SPPS declarará a suspensão da condição de investidor qualificado ou investidor profissional, que perdurará até que:

- I. sejam superadas as condições que motivaram a suspensão;
- II. seja comprovado pelo RPPS que foram adotadas medidas para apuração de responsabilidades, em relação aos agentes que deram causa ao descumprimento dos preceitos definidos no caput.

Parágrafo 2º - Durante o período da suspensão o RPPS, ficará impedido de realizar novas alocações ou subscrições que exijam a condição de investidor qualificado ou investidor profissional.

Parágrafo 3º - A SPPS divulgará a relação dos RPPS para os quais tenha sido declarada a suspensão da condição de investidor qualificado ou investidor profissional no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores - Internet.

Artigo 6º D - Os documentos e informações necessários à comprovação dos requisitos estabelecidos nos art. 6º-A e 6º-B estarão disponíveis para consulta no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores - Internet.

Artigo 6º E - Sem prejuízo do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 3º, serão observadas em relação ao credenciamento de que trata o inciso IX daquele artigo, as seguintes disposições: (Incluído pela Portaria MPS nº 300, de 03/07/2015)

- I. a análise das informações relativas à instituição credenciada e a verificação dos requisitos mínimos estabelecidos para o credenciamento deverão ser registradas em Termo de Análise de Credenciamento, cujo conteúdo mínimo constará de formulário disponibilizado pela SPPS, no endereço eletrônico do MPS, na rede mundial de computadores - Internet;
- II. a decisão final quanto ao credenciamento da instituição constará de Atestado de Credenciamento, conforme formulário disponibilizado pela SPPS, no endereço eletrônico do MPS, na rede mundial de computadores - Internet;
- III. os documentos que instruírem o credenciamento, desde que contenham identificação de sua data de emissão e validade e sejam disponibilizados pela instituição credenciada em página na rede mundial de computadores - Internet, cujo acesso seja livre a qualquer interessado, poderão ser mantidos pelo RPPS, por meio de arquivos em meio digital, que deverão ser apresentados à SPPS e aos demais órgãos de controle e fiscalização, internos ou externos, sempre que solicitados.

Parágrafo único - A utilização do Termo de Análise de Credenciamento e do Atestado de Credenciamento não afasta a responsabilidade do RPPS pela verificação do

cumprimento dos requisitos mínimos para o credenciamento e não impede que o RPPS estabeleça critérios adicionais, com o objetivo de assegurar a observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, segundo o disposto em Resolução do CMN.

Artigo 7º - Os artigos 5º e 7º da Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º

.....

.....

...

XVI -

.....

.....

...

d) Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR;

.....

...

g) Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN.

.....

...

Parágrafo 8º - Deverá ser informado, nos Demonstrativos de que trata o inciso XVI deste artigo, o número de inscrição do fundo com finalidade previdenciária do RPPS no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, na condição de estabelecimento matriz.
(NR)

Artigo**7º**

-

.....

.....

...

Paragrafo 2º - Além dos critérios previstos no caput, permanece exigível o envio do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR e do Comprovante do Repasse e Recolhimento, previstos nas alíneas "d" e "e" do inciso XVI do art. 5º, relativos às competências anteriores à vinculação ao RGPS.

....." (NR).

Artigo 8º - O artigo 22 da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. O ente federativo elaborará e encaminhará à SPS o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR e o Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN, conforme modelos disponibilizados no endereço eletrônico do MPS na internet (www.previdencia.gov.br), que deverão conter campos específicos para apresentação de informações acerca da comprovação da

qualificação ou certidão do responsável pelos investimentos dos recursos do RPPS." (NR)

Artigo 9º - A SPPS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV adotarão as medidas necessárias à implementação das disposições desta Portaria.

Parágrafo único - A SPPS estipulará a forma de comprovação dos parâmetros estabelecidos nesta Portaria, conforme divulgado no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores - Internet.

Artigo 10 - Os casos omissos relativos às disposições desta Portaria serão dirimidos pelo titular da SPPS.

Artigo 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 12 - Revogam-se as Portarias MPS nº 155, de 15 de maio de 2008, publicada na seção 1 do Diário Oficial da União do dia 16 de maio de 2008 e a MPS nº 345, de 28 de dezembro de 2009, republicada na seção 1 do Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2009.

6.2 Instrumentos de Renda Fixa

6.2.1 Definição

O mercado financeiro dispõe de vários instrumentos de captação de recursos, que podem ser classificados, segundo sua rentabilidade, em renda fixa e renda variável. Diz-se que uma aplicação é classificada como de renda variável quando no momento da aplicação o investidor não é informado qual a taxa será aplicada e nem qual o índice de correção será aplicado sobre o título.

Diferentemente do mercado de renda variável, a renda fixa é adotada para indicar os investimentos que definem a taxa de juros a ser aplicada ou, ainda, designam um índice que será aplicado para corrigir o principal, ou ambos os casos, o que é o mais comum atualmente. Na maioria dos casos, os instrumentos de renda fixa apresentam um prazo fixo para resgate, entretanto, há no mercado títulos emitidos com prazo de vencimento preestabelecido, mas admitem resgate antes do seu vencimento, pode-se citar, por exemplo, os CDB DI com liquidez diária.

Nos instrumentos de renda fixa, as partes envolvidas, tanto tomadores como doadores, sabem antecipadamente qual será a rentabilidade da operação, ou através da taxa de juros, ou através de um índice, que mesmo não indicando qual será o montante de resgate, indicam de antemão qual será a correção aplicada ao valor de face. Nos instrumentos de renda variável, tanto o aplicador quanto o tomador somente saberão a rentabilidade da operação na data de seu resgate ou liquidação.

Temos no mercado, inúmeros papéis de renda fixa, como por exemplo: Certificados e Recibos de Depósitos Bancários (CDB/RDB), Certificados de Depósitos

Interbancários (CDI), Letras de Câmbio, Letras Hipotecárias e Imobiliárias, Debêntures, Notas Promissórias (Commercial Papers) e os títulos emitidos pelos Tesouros Municipais, Estaduais e Federal.

6.2.2 Principais conceitos e características de instrumentos de Renda Fixa

6.2.2.1 Formas de remuneração – Prefixados e Pós-Fixado – principais Indexadores

Um título é **prefixado** quando o valor dos rendimentos é conhecido no início da operação.

Um título é **pós-fixado** quando o valor dos juros somente é conhecido no momento do resgate.

São os seguintes os principais indexadores para títulos pós-fixados: CDI, TR, IGP-M, TJP, SELIC etc. Alguns títulos pós-fixados podem pagar cupom periodicamente (trimestral, semestral etc.)

Os títulos conhecidos no mercado como flutuantes, são pós-fixados, por exemplo, em taxa DI ou Selic, ou seja, atrelados à variação do CDI ou Selic.

6.2.2.2 Formas de amortização e pagamento de juros

Os títulos emitidos com períodos mais longos, os juros podem ser pagos de forma semestral, anual e a amortização do principal ocorrerá no vencimento do título. Esses juros pagos pelo título antes de seu vencimento são chamados de cupom.

Também são emitidos títulos sem juros ou puros, conhecidos como “zero cupom”, colocados no mercado por meio de taxa de desconto.

Composição de cupom de taxa real e indexadores (IGP-M e Câmbio).

Cupom de juros é um termo utilizado no mercado financeiro, especificamente no segmento de renda fixa, que representam uma antecipação do capital investido em um título, ou seja, o cupom representa um pagamento de juros pagos periodicamente sobre o valor nominal de certo título.

Alguns títulos são corrigidos pela variação de um determinado indexador, IGP-M por exemplo, ou por IPCA ou taxa de câmbio (PTAX), os mais comuns. Além do indexador há uma taxa de juros prefixada, denominada de cupom.

Esse cupom existe para que o fluxo financeiro do título seja ajustado ao custo de oportunidade do mercado, sendo utilizado para balizar todas as cotações.

6.2.3 Principais instrumentos

6.2.3.1 Títulos públicos

O mercado de renda fixa é basicamente composto por dois tipos de emissores, os privados, que aqui podemos citar as instituições financeiras, empresas e até mesmo as pessoas físicas, e os títulos públicos, que são emitidos pelo Governo Federal. No mercado doméstico, como em outros países, via de regra, o principal emissor de títulos de renda fixa é o governo, ou, como alguns preferem, a União. Em nosso país, o órgão governamental

encarregado das emissões destes títulos é o Tesouro Nacional, responsável por administrar a dívida pública mobiliária (representada por títulos de renda fixa) e contratual (aquela representada por documentos legais, como contratos), não só no que se refere às emissões feitas no Brasil, mas também às captações de recursos realizadas no mercado internacional.

Como vimos acima, os títulos públicos federais são os ativos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional em favor do público investidor e são compostos por letras e notas de propriedades particulares. A razão pela qual estes títulos são emitidos pela União é o financiamento das atividades do setor público. A principal fonte de arrecadação dos governos é através da cobrança de impostos, taxas e contribuições de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, tanto nacionais como estrangeiras. Uma vez que os valores arrecadados não bastam para que o governo desenvolva suas atividades e faça frente aos custos com a administração pública, uma solução (bastante utilizada, em nosso e outros países) é a colocação destes títulos junto aos investidores privados. Instituições financeiras, empresas e pessoas físicas adquirem os ativos de dívida lançado pelo Tesouro Nacional e, conseqüentemente, financiam as atividades do Governo Federal.

6.2.3.1.1 LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F. Características.

Letra Financeira do Tesouro – LFT

A LFT são títulos de renda fixa pós-fixados emitidos pelo Tesouro Nacional, com o objetivo de prover os recursos necessários à cobertura dos déficits orçamentários ou à

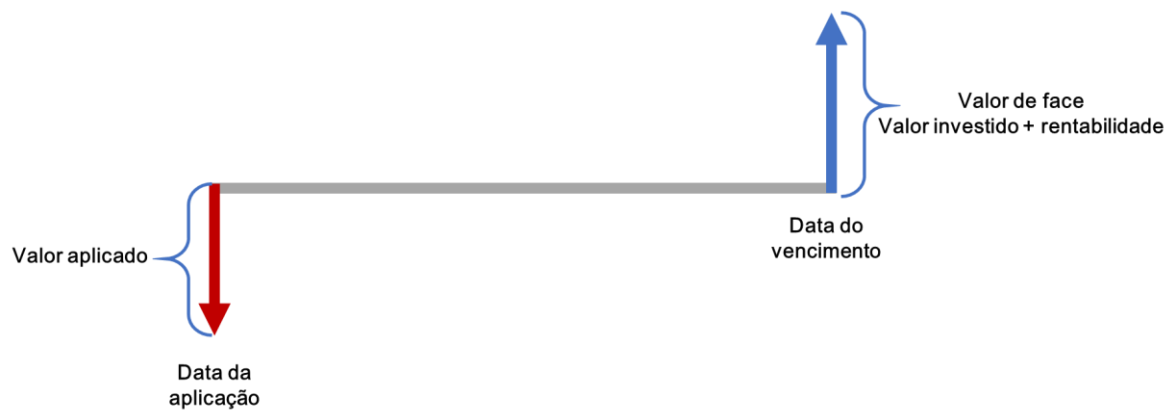
realização de operações de crédito por antecipação de receitas para atendimento de determinações legais.

São emitidas na modalidade escritural, nominativa e negociável, com valor nominal na data-base (data de emissão) de R\$1.000,00, sendo o seu prazo de emissão definido pelo Ministério da Economia, quando da emissão do título. O rendimento é a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC - para títulos públicos federais (Taxa Selic), calculada sobre o valor nominal¹. O resgate do título é realizado pelo valor nominal acrescido do respectivo rendimento, desde a data-base (emissão) do título.

- Indicado para quem acredita que a tendência da taxa Selic é de elevação, já que a rentabilidade desse título é indexada à taxa de juros básica da economia.
- O valor de mercado desse título apresenta baixa volatilidade, evitando perdas no caso de venda antecipada. Por essa razão, é considerado um título indicado para um perfil mais conservador. É indicado também para o investidor que não sabe exatamente quando precisará resgatar seu investimento.
- O fluxo de pagamento desse título é simples, isto é, não faz o pagamento de juros semestrais. Sendo assim, ele é mais interessante para quem pode esperar para receber o seu dinheiro até o final do período da aplicação (ou seja, quem não necessita complementar sua renda desde já).

¹ O Valor Nominal de um determinado título corresponde ao seu valor de face, isto é, ao valor que está expresso no próprio título, seja ele uma ação ou uma obrigação (título de renda fixa). No caso do valor nominal ser superior ao valor de emissão, diz-se que a colocação foi efetuada com desconto de emissão ou abaixo do par. Na situação inversa, diz-se que a colocação foi efetuada com prêmio de emissão ou acima do par.

- Não há restrições caso o investidor deseje resgatar o título antes do seu vencimento.



Letra do Tesouro Nacional - LTN

A base legal, objetivos, formas de emissão e prazos seguem os mesmos princípios da LFT, descritos acima.

Diferentemente da LFT, a LTN é um título prefixado com valor nominal de R\$1.000,00 sem fator de remuneração, pois os juros a serem pagos, ao investidor, estão implícitos no deságio do título quando de sua emissão e pagos quando de seu resgate pelo valor nominal ou de face (da mesma forma que um desconto de cheques ou duplicata).

- Possui fluxo de pagamento simples, isto é, o investidor receberá o valor investido acrescido da rentabilidade na data de vencimento ou resgate do título. Em outras palavras, o pagamento ocorre de uma só vez, no final da aplicação. Sendo assim, é mais interessante para quem pode esperar receber o seu dinheiro até o final do

período do investimento, ou seja, é indicado para quem não necessita complementar sua renda desde já.

- Mantendo o título até o vencimento, o investidor receberá R\$1.000,00 para cada unidade do papel. A diferença entre esse valor recebido no final da aplicação e o valor pago no momento da compra representa a rentabilidade do título.
- Caso necessite vender o título antecipadamente, não são impostas restrições. Porém, a rentabilidade poderá ser maior ou menor do que a contratada na data da compra, dependendo do preço do título no momento da venda. Por essa razão, é recomendável que o investidor procure conciliar a data de vencimento do título com o prazo desejado para o investimento.



Nota do Tesouro Nacional Série B - NTN-B

São títulos, pós-fixados, com valor nominal de emissão, em geral escritos em múltiplos de R\$1.000,00, ou seja, cada título apresenta esse valor unitário (PU). São

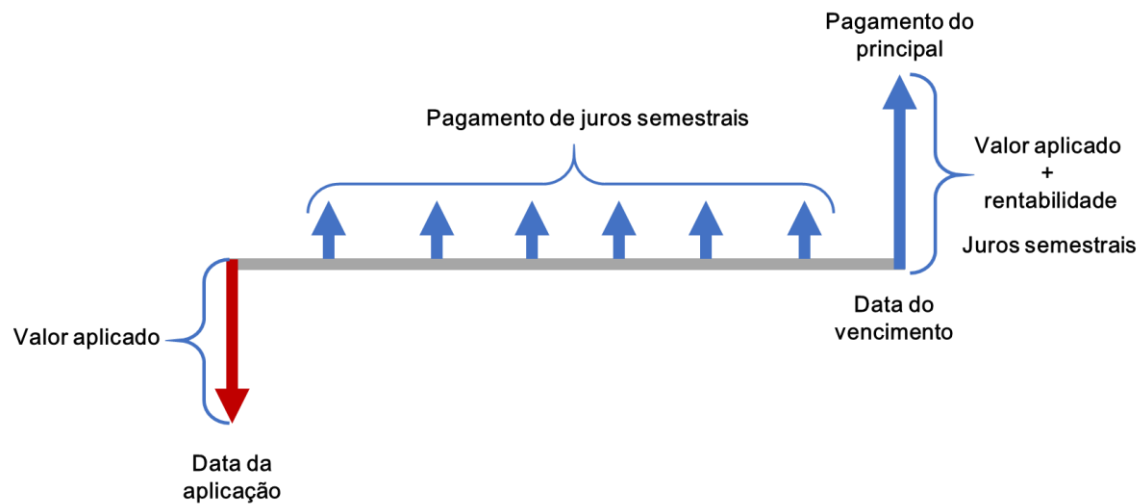
emitidos na forma nominativa, escritural e negociáveis. A forma de colocação pode ser direta ou por oferta pública, realização de leilões pelo Banco Central.

A NTN-B é um título corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Logo, o valor nominal do título na data-base (emissão) é atualizado pela variação deste índice, e paga cupom de juros (juros intermediários) semestralmente, com ajuste no primeiro período de fluência, quando couber. O primeiro cupom de juros a ser pago irá considerar a taxa integral definida para seis meses, independente da data de emissão do papel. A taxa de juros é definida quando da emissão do título, em percentual ao ano, e é aplicada sobre o valor nominal atualizado pela variação do IPCA. O prazo de resgate é definido pelo Ministério da Economia quando de sua emissão, por oferta pública (leilão) ou colocação direta em favor do interessado. O valor principal corrigido pela variação do IPCA é pago em parcela única na data de vencimento ou resgate antecipado do título.

- Ele proporciona rentabilidade real, ou seja, garante o aumento do poder de compra do dinheiro, pois seu rendimento é composto por duas parcelas: uma taxa de juros prefixada (cupom) e a variação da inflação (IPCA). Desse modo, independente da variação da inflação, a rentabilidade total do título sempre será superior a ela. A rentabilidade real, nesse caso, é dada pela taxa de juros prefixada, contratada no momento da compra do título.
- Este título é mais indicado para quem deseja utilizar o rendimento para complementar sua renda a partir do momento da aplicação, pois faz pagamento de juros a cada semestre, diferentemente do Tesouro IPCA+(NTN-B Principal). Isso significa que o rendimento é recebido pelo investidor ao longo do período da

aplicação, em vez de receber tudo no final. Os pagamentos semestrais, nesse caso, representam uma antecipação da rentabilidade contratada.

- Cabe destacar, adicionalmente, que no pagamento desses recebimentos semestrais há incidência de imposto de renda (IR), obedecendo a tabela regressiva. Desse modo, caso o investidor deseje reinvestir os valores recebidos a cada seis meses, é mais interessante aplicar em um título que não paga juros semestrais. Esse tipo de ativo, no qual o imposto de renda é recolhido apenas no final da aplicação, garante que a taxa de rentabilidade incida sobre um montante superior, ou seja, sobre uma maior base, já que não sofreu reduções em função da incidência do IR nos eventos de pagamento de juros semestrais. Isso beneficia a rentabilidade final da aplicação.
- Na data de vencimento do título, o investidor resgata o valor investido atualizado pela inflação acrescido do último pagamento de juros semestrais.
- Caso necessite vender o título antecipadamente, não há restrição, contudo caso ocorra variação nas taxas de juros de mercado, a rentabilidade poderá ser maior ou menor do que a contratada na data da compra, dependendo do preço do título no momento da venda. Por essa razão, é recomendável que o investidor procure conciliar a data de vencimento do título com o prazo desejado para o investimento.



Nota do Tesouro Nacional Série B Principal - NTN-B Principal

A NTN B- Principal apresenta as mesmas características da NTN-B, com a diferença de não pagar juros intermediários (cupom semestral), sendo, portanto, um título de acumulação de juros para pagamento em parcela única no vencimento do título.

- Tal qual a NTN-B é um título que oferece rentabilidade real, ou seja, garante o aumento do poder de compra do dinheiro, pois seu rendimento é composto por duas parcelas: uma taxa de juros prefixada e a variação da inflação (IPCA). Desse modo, independente da variação da inflação, a rentabilidade total do título sempre será superior a ela. A rentabilidade real, nesse caso, é dada pela taxa de juros prefixada, contratada no momento da compra do título.
- Dada essa característica, aliada ao fato de esse título possuir disponibilidades de vencimentos mais longos, ele é indicado para quem deseja poupar para a aposentadoria, compra de casa e estudo dos filhos, dentre outros objetivos de longo prazo.

- Possui fluxo de pagamento simples, isto é, o investidor receberá o valor aplicado acrescido da rentabilidade na data de vencimento ou resgate do título. Em outras palavras, o pagamento ocorre de uma só vez, no final da aplicação. Sendo assim, é mais interessante para quem pode esperar para receber o seu dinheiro até o vencimento do título (ou seja, quem não necessita complementar sua renda desde já).
- Caso o investidor necessite vender o título antecipadamente, não há qualquer restrição, entretanto, a rentabilidade poderá ser maior ou menor do que a contratada na data da compra, dependendo do preço do título no momento da venda. Por essa razão, é recomendável que o investidor procure conciliar a data de vencimento do título com o prazo desejado para o investimento.



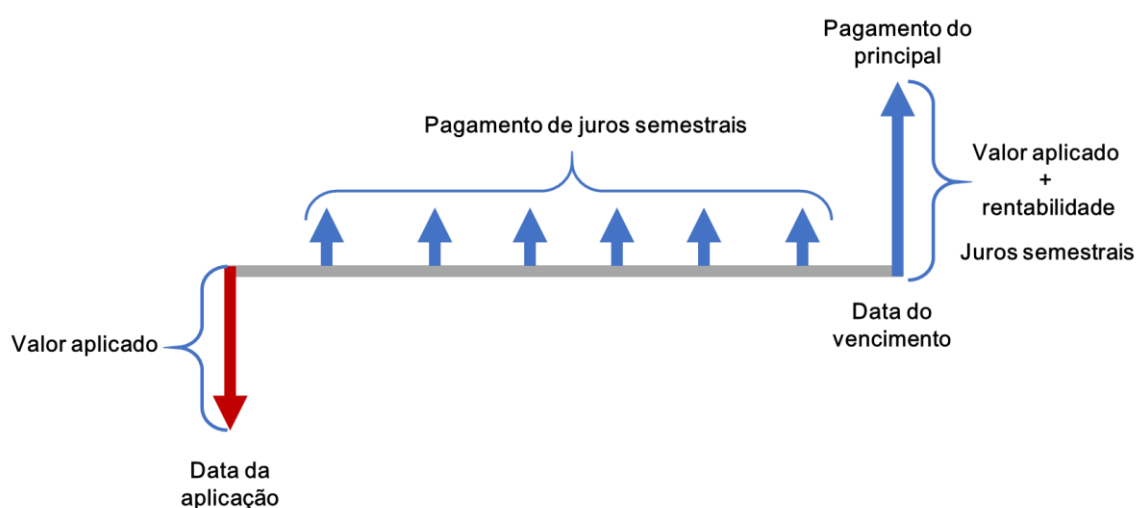
Nota do Tesouro Nacional Série F - NTN-F

É um título prefixado, sendo a sua rentabilidade definida pelo deságio sobre seu valor nominal quando do seu lançamento. Paga cupom semestral (rendimento semestral)

com ajuste do prazo no primeiro período de fluência quando couber. O primeiro cupom de juros a ser pago contemplará a taxa integral definida para seis meses, independente da data de emissão do papel. A taxa de juros é definida quando da emissão do título, em percentual ao ano, e é aplicada sobre o valor nominal. O prazo de resgate é definido pelo Ministério da Economia quando da emissão do título por oferta pública (leilão) ou colocação direta em favor do interessado. O resgate é realizado em parcela única na data de vencimento do papel.

- É mais indicado para o investidor que deseja utilizar seus rendimentos para complementar sua renda a partir do momento da aplicação, pois esse título faz pagamento de juros (cupom) a cada seis meses. Isso significa que o rendimento é recebido pelo investidor ao longo do período da aplicação, diferentemente da LTN. Os pagamentos semestrais, nesse caso, representam uma antecipação da rentabilidade contratada.
- Cabe destacar, adicionalmente, que no pagamento desses rendimentos semestrais, há incidência de imposto de renda (IR), obedecendo a tabela regressiva.
- Desse modo, quem planeja reinvestir os valores recebidos a cada seis meses, é mais interessante investir em um título que não pague juros semestrais. Um título no qual o imposto de renda é recolhido apenas no final da aplicação garante que a taxa de rentabilidade incida sobre um montante superior, ou seja, uma maior base, pois não sofre reduções em função dos descontos do IR nos eventos de pagamentos de juros semestrais. Isso beneficia a rentabilidade final da aplicação.
- Mantendo o título até o vencimento, o investidor receberá R\$1.000,00 acrescido do último pagamento de juros semestrais. Caso necessite vender o título

antecipadamente, não há restrição, porém, a rentabilidade poderá ser maior ou menor do que a contratada na data da compra, dependendo do preço do título no momento da venda. Por essa razão, é recomendável que o investidor procure conciliar a data de vencimento do título com o prazo desejado para o investimento.



6.2.3.1.2 Negociação de títulos públicos - Mercado Primário: Leilões - Mercado Secundário: balcão

Mercado Primário – Leilões

Para lançar um título no mercado, isto é, para fazer a primeira venda de um título emitido pelo Tesouro Nacional – mercado primário-, o Banco Central realiza o chamado leilão primário ou leilão formal.

Por intermédio das instituições financeiras, que podem ser bancos, corretoras ou distribuidoras, os interessados na compra dos títulos (pessoa física ou jurídica) enviam

suas ofertas, que a autoridade monetária pode ou não aceitar, através de sistema informatizado. Geralmente, os participantes destes leilões são as instituições financeiras que usam estes títulos para compor as exigências dos fundos e de outros depósitos compulsórios, além de assegurar a rentabilidade de outras aplicações que disponibilizam a seus clientes.

Há ainda um outro tipo de leilão específico, o leilão de oferta firme, que acontece sem duas etapas (dois dias). No primeiro dia, os investidores fazem as ofertas indicando o volume de títulos e as taxas que pretendem receber para comprá-los. Nesta etapa, só as instituições credenciadas pelo Banco Central participam.

No segundo dia, com base nos dados da primeira etapa, o Tesouro decide o volume de títulos que vai colocar à venda e a taxa de juros que aceita pagar. Nesta parte, todos concorrem.

Os leilões periódicos realizados pelo BACEN, podem ser:

- **Formais:** em que participam todas as instituições financeiras; e
- **Informais** (go around): em que os negócios são realizados por meio de instituições financeiras legalmente autorizadas a atuar no mercado em nome do BACEN (essas instituições são chamadas de dealers) e depois repassados às demais instituições.

O objetivo desta forma de leilão é manter o maior nível de competitividade possível, mediante a participação de todos os dealers credenciados em uma operação de venda ou resgates de títulos.

Mercado secundário – também chamado de Open Market

O open Market ou mercado aberto é onde ocorrem as operações do mercado secundário, ou seja, onde se negociam títulos já emitidos anteriormente.

A legislação em vigor (Resolução BACEN 3.339/06) estabelece que apenas as instituições financeiras podem operar neste segmento do mercado e é neste aqui que ocorrem as trocas de reservas bancárias.

O Banco Central utiliza o open market como um instrumento de ajuste da política monetária, vendendo títulos quando há excesso de recursos em circulação ou resgatando quando há falta de dinheiro no sistema e for necessário elevar a liquidez. Com a realização das operações de open market, a autoridade monetária influencia a taxa juros. O overnight é uma operação que ocorre do dentro do open market. As operações de overnight, representam a compra de títulos públicos no mercado secundário com a condição de revendê-los no dia seguinte (operação compromissada) por uma taxa preestabelecida entre as partes. É uma operação de um dia.

Como vimos, ocorre a negociação, compra e venda, dos títulos já lançados no mercado primário, sem captação de recursos pelo emitente (Governo Federal), promovendo a liquidez necessária às negociações.

6.2.3.1.3 Tesouro Direto. Conceito e características operacionais

Tesouro Direto é um serviço lançado pelo Tesouro Nacional que permite aos pequenos investidores (pessoas físicas) comprar títulos públicos diretamente pela Internet. Este serviço - uma iniciativa pioneira na América Latina - é operacionalizado pela Câmara de liquidação, compensação e custódia da B3 S/A (Câmara BM&FBovespa).

O objetivo do Tesouro Direto é popularizar o mercado de títulos públicos e democratizar o acesso aos papéis da dívida pública federal. O valor mínimo do investimento no Tesouro Direto é de R\$ 30,00, sendo 100% garantido pelo Tesouro Nacional.

A liquidez dos títulos públicos adquiridos no Tesouro Direto é garantida pelo Tesouro Nacional. Isso significa que o investidor poderá resgatar os seus investimentos todos os dias.

Das 9h30 às 18h, nos dias úteis, os resgates serão processados com os preços e taxas disponíveis no momento da transação. Das 18h às 5h e ao longo de todo o fim de semana ou feriado, os resgates serão liquidados com os preços e taxas de abertura do dia útil seguinte.

Para os títulos que pagam juros semestrais (cupons de juros) - Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), e Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F) - a opção de resgate será suspensa 2 (dois) dias úteis antes do pagamento desses fluxos periódicos.

Não há prazo de carência para o investidor resgatar os títulos do Tesouro Direto, nem limite no valor do resgate. É importante destacar que os títulos públicos são recomprados pelo Tesouro Nacional aos preços de mercado na data da operação.

Caso o investidor permanecer com os títulos até a sua data de vencimento, receberá o valor correspondente à rentabilidade pactuada no momento da compra, independente das variações de preço do título ao longo da aplicação. Entretanto, no caso de resgate antecipado, o Tesouro Nacional recompra o título com base em seu valor de

mercado. Assim, nos resgates realizados antes do vencimento, o retorno da aplicação poderá ser diferente do acordado no momento da compra, dependendo do preço do título quando o investidor decidir resgatá-lo.

6.2.3.1.4 Custos para o investidor

As compras de títulos realizadas no Tesouro Direto, estão sujeitas ao pagamento de taxas referentes aos serviços prestados.

Atualmente são cobradas duas taxas no Tesouro Direto.

- Taxa de custódia devida à B3 S/A de 0,20% ao ano sobre o valor aplicado: referente aos serviços de guarda dos títulos, manutenção do sistema e envio de extratos mensais aos investidores. Essa taxa é cobrada semestralmente, no primeiro dia útil de janeiro ou de julho, ou na ocorrência de um evento como recebimento de juros semestrais, resgate antecipado ou vencimento do título, o que ocorrer primeiro. No caso em que, no semestre, a soma do valor da taxa da B3 S/A e da taxa da Instituição Financeira for inferior a R\$10,00, o valor das taxas será acumulado para a cobrança no semestre seguinte, conforme regras já mencionadas.
- A partir do dia 01/08/2020, o título Tesouro Selic passou a ser isento da taxa de custódia até o estoque de R\$10.000,00. A taxa será cobrada sobre os valores que excederem o estoque de R\$10.000,00, por investidor (CPF).
- Taxa de Administração devida às Instituições Financeiras sobre o valor aplicado: referente aos serviços de transferência de valores, recolhimento do IR e abertura do cadastro do investidor. Essas taxas são livremente acordadas com os

investidores e estão disponíveis para consulta no site do Tesouro Direto. O investidor deve confirmá-las no momento da contratação da Instituição Financeira.

Assim, no momento da aplicação, será cobrado o valor da transação (preço unitário do título vezes a quantidade adquirida) mais a taxa da Instituição Financeira referente ao primeiro ano de aplicação. A taxa da B3 S/A (0,25% ao ano) será provisionada diariamente a partir da liquidação da operação de investimento (D+1).

6.2.3.1.5 Nomenclatura dos títulos negociados

O Tesouro Direto tem como objetivo disponibilizar às pessoas físicas os mesmos títulos públicos ofertados às instituições financeiras nos leilões tradicionais do Tesouro Nacional.

No entanto, foi constatado que os investidores tinham necessidade de uma melhor compreensão com relação ao tipo de aplicação que cada título representava, e para atender essa necessidade, o STN (Secretaria do Tesouro Nacional) alterou o nome desses papéis, tornando melhor sua identificação.

Os títulos são os mesmos, mudaram somente seus nomes. Vejam abaixo:

- **LTN:** passou a se chamar Tesouro Prefixado 20xx (inclui-se depois do nome o ano de vencimento do título);
- **LFT:** passou a se chamar Tesouro Selic 20xx;
- **NTN B:** passou a se chamar Tesouro IPCA + com juros semestrais 20xx;
- **NTN B Principal:** passou a se chamar Tesouro IPCA 20xx;
- **NTN F:** passou a se chamar Tesouro Pré-fixado com juros semestrais 20xx;

Percebam que, em todos os casos inclui-se depois do nome, o ano de vencimento do título.

A compra de títulos públicos por pessoa física, antes da implantação do tesouro direto se dava, indiretamente, através de fundos de investimentos.

| Nome Antigo | Novo Nome | Emissor | Rentabilidade | Pgto de Juros |
|-----------------|---|------------------|--------------------------|---------------|
| LFT | Tesouro Selic 20XX | Tesouro Nacional | Pós Fixada Selic Over | Resgate |
| LTN | Tesouro Prefixado 20xx | Tesouro Nacional | Taxa de desconto Pré | Resgate |
| NTN-B | Tesouro IPCA Juros Semestrais 20xx | Tesouro Nacional | Taxa Pós IPCA + Cupom | Semestral |
| NTN-B Principal | Tesouro IPCA 20xx | Tesouro Nacional | Taxa Pós IPCA + Taxa Pré | Resgate |
| NTN-F | Tesouro Prefixado com Juros Semestrais 20xx | Tesouro Nacional | Taxa Prefixada | Semestral |

6.2.3.1.6 Adequação dos produtos em função do nível de conhecimento do investidor e objetivos

Antes de escolher um investimento, o investidor precisa estabelecer o seu objetivo e um prazo para esse investimento.

Alternativas de curto prazo, por exemplo, como formar uma reserva para emergências requer que os ativos sejam de baixa volatilidade e de alta liquidez (facilidade para resgate), no caso de títulos negociados no tesouro direto, o Tesouro Selic.

Por outro lado, caso o objetivo seja de longo prazo, frente a uma taxa Selic em 4,25% ao ano e inflação com tendência de alta, a alternativa é analisar um Tesouro IPCA

+, que não são adequados para longo prazo, com um potencial de retorno muito maior. Definindo o objetivo do investimento, as chances de achar o produto correto são muito maiores.

Do ponto de vista de risco de crédito, como vimos no início deste tópico, os títulos negociados pelo Tesouro Direto apresentam um grau de segurança maior que outros ativos negociados no mercado e, portanto, adequados para compor as carteiras de investidores mais conservadores. No caso da LFT, o risco de mercado é muito baixo, o que faz com que este título seja indicado para investidores avessos à volatilidade, ou seja, variações bruscas em suas posições. Para investidores que desejam proteção contra os efeitos da inflação, a NTN-B e a NTN-B Principal são os títulos que atendem a essa necessidade. E para aqueles investidores que desejam saber o valor do resgate no momento da aplicação, a LTN e a NTN-F são os ativos mais indicados, contudo, resgates antes do vencimento podem trazer prejuízos para o investidor. A liquidez é oferecida pelo próprio Tesouro Nacional, que garante a recompra dos títulos diariamente, desta forma, o risco de liquidez é mitigado, o investidor pode resgatar a aplicação antecipadamente. Assim, os investidores podem escolher via Tesouro Direto o perfil de risco e retorno que desejam para suas carteiras, em função das suas necessidades de fluxo de caixa e de suas expectativas quanto ao comportamento futuro das taxas de juros.

6.2.3.2 Títulos Privados Bancários: Certificado de Depósito Bancário – CDB e Letras Financeiras – LF

6.2.3.2.1 Características

O Certificado de Depósito Bancário - CDB é um título de crédito emitido por Bancos Comerciais, de Investimento, Múltiplos e Caixas Econômicas que representa um depósito a prazo efetuado pelo cliente.

É transferível, resgatado a critério do emissor, antes do vencimento, por endosso nominativo, endosso em preto, desde que respeitados os prazos mínimos de emissão.

Formas de resgate

Tendo em vista que o CDB é um Depósito a Prazo, existe uma data marcada para que ocorra o resgate do valor investido. Nessa data, chamada de data de vencimento do papel, ocorre o crédito em conta corrente do cliente do valor aplicado acrescido da remuneração que tenha sido contratada (menos os impostos devidos). Caso o cliente necessite dos recursos antes do vencimento do papel, pode solicitar o resgate dentro das condições fixadas pela instituição emissora do título.

Taxas e formas de remuneração

Certificado de Depósitos pré-fixados – CDBs são títulos garantidos por bancos comerciais de investimentos e bancos de desenvolvimento. Podem ser adquiridos em agências bancárias e sociedades corretoras e distribuidoras de valores. São nominativos endossáveis. Seu rendimento pode ser pago mensal, trimestral, semestral ou até no momento do resgate, mas sua rentabilidade é definida já no momento da aplicação, quando também seu imposto é descontado em alíquota, que varia de acordo com o prazo da aplicação.

Certificado de Depósito Bancário pós-fixados – os CDBs - pós são semelhantes aos CDBs - pré. Diferenciam-se nos rendimentos, pois embora pague juros previamente determinados, o rendimento final vai depender da correção monetária do período; enquanto no CDB – pré, a remuneração total é definida por estimativa no momento da aplicação. Outra diferença está no pagamento do imposto que só é retido no momento do resgate.

Letra Financeira - LF

A Letra Financeira - LF é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo, dado que tem vencimento superior a dois anos. Em contrapartida, oferece aos investidores melhor rentabilidade do que outras aplicações financeiras com liquidez diária ou com prazo inferior de vencimento. Desta forma, a LF beneficia tanto as instituições financeiras que necessitam captar recursos quanto os investidores que possuem montante relevante para aplicações de longo prazo.

A LF não pode ser emitida com valor nominal unitário inferior a:

- R\$150.000,00, se não contiver cláusula de subordinação; ou
- R\$300.000,00, se contiver cláusula de subordinação.

No caso da LF emitida com cláusula de subordinação, seus detentores têm seu direito de crédito condicionado ao pagamento de outras dívidas da instituição emissora em caso de falência ou inadimplência. Contudo, este tipo de LF oferece benefícios contábeis aos emissores e, por esse motivo, tende a proporcionar uma melhor remuneração quando comparada com a LF sem cláusula de subordinação.

As cláusulas de subordinação podem tornar elegível a composição do patrimônio de referência da instituição emissora, conforme abaixo:

- **Letra Financeira elegível - Nível II (LFSN)** – contém cláusula de subordinação que torna o instrumento elegível a compor o capital de nível II do patrimônio de referência da instituição emissora; ou
- **Letra Financeira elegível - Capital Complementar (LFSC)** – contém cláusula de subordinação que torna o instrumento elegível a compor o capital complementar da instituição emissora.
- Podem ser emitidas com opção de recompra pela instituição emissora, caso não seja indexada à taxa DI e possua prazo superior a quatro anos, e com cláusula prevendo a antecipação do vencimento, caso seja utilizada para operações ativas vinculadas.
- Tem prazo mínimo para vencimento de 24 meses, sem possibilidade de recompra ou resgate antes desse prazo, e prazo mínimo para pagamento de rendimentos de 180 dias. Deve ser emitida de forma escritural, mediante registro em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central.
- Sua remuneração poderá ser por juros fixos (prefixada) ou flutuantes (pós fixada). A LF pode ser negociada de forma privada entre as instituições financeiras e seus clientes ou pode ser objeto de oferta pública.

Letra Financeira - Imposto de Renda

Na Letra Financeira, a alíquota de imposto de renda segue a mesma tabela das operações de renda fixa. Mas, como já se sabe que o prazo será superior a dois anos, o investidor não pagará mais de 15% de IR.

Riscos

Mercado

Na hipótese de revenda antecipada: se ocorrer elevação da taxa de juros do mercado e/ou variação negativa do índice flutuante, se houver.

No caso do resgate no vencimento: variação negativa do índice flutuante, se houver.

Crédito

Este é o risco de a Instituição não honrar o resgate do investimento.

Liquidez

Apresenta risco de liquidez, uma vez que possui carência de 24 meses.

Apesar de ser um título de emissão de instituição financeira, a LF não tem cobertura do FGC, que garante créditos até o valor de R\$ 250.000,00 mil por CPF, por Instituição.

6.2.3.2.2 Características; Debêntures: Conceito e Características

Debêntures são títulos representativos de dívida emitidos por uma companhia, de capital aberto ou fechado, e que garantem a seus possuidores o direito de crédito contra a companhia emissora, nas condições estabelecidas, na escritura de emissão.

Geralmente, as debêntures são emitidas com a finalidade de proporcionar recursos de médio e longo prazos à companhia emitente, sendo seus recursos

normalmente utilizados para a aquisição de participações acionárias, implantação de projetos, alongamento do perfil de endividamento e financiamento de capital de giro.

As debêntures proporcionam flexibilidade de prazos, garantias e condições de pagamento, o que permite a adequação dos pagamentos dos juros e amortização às características do projeto e à disponibilidade de recursos das companhias emitentes.

A captação de recursos pela empresta emitente acontece no mercado primário, local em que as debêntures são oferecidas ao público em geral, em casos de emissão pública, ou quando as debêntures são adquiridas por investidores específicos, quando for emissão privada.

As emissões públicas podem ser realizadas exclusivamente por empresas não financeiras de capital aberto (com registro na CVM), sociedades de arrendamento mercantil (leasing), companhias hipotecárias. Empresas de capital fechado só podem emitir debêntures através de emissões privadas (destinada exclusivamente a investidor qualificado).

As companhias podem se utilizar da emissão de debêntures para captar recursos no mercado. No entanto, a captação por meio de debêntures só pode ser feita por Sociedades Anônimas abertas ou fechadas, porém, somente as companhias de capital aberto com registro na CVM podem efetuar emissões públicas de debêntures.

Tipos

- **Não conversíveis ou simples:** esta modalidade paga juros e amortizam o principal (se for o caso) em dinheiro dentro do prazo de vencimento da debênture.

- **Conversíveis em ações:** conhecidas no mercado pela sigla DCA, dão ao debenturista a opção de receber o valor aplicado mais o rendimento em dinheiro ou a conversão do título em ações da empresa, nas condições estabelecidas, na escritura de emissão. Os acionistas têm o direito de preferência na compra quando da emissão deste tipo de debênture. Caso o debenturista opte pela conversão, então ela passa à condição de acionista ou, caso já seja acionista, eleva a sua participação acionária, e ocorre aumento do capital social da empresa.
- **Permutável:** são parecidas com as debêntures conversíveis, contudo, a opção de conversão em ações de uma empresa que não a emissora das debêntures.

Escritura

A Escritura de Emissão é o documento em que constam as características das debêntures, suas cláusulas e condições da emissão, onde estão descritos todos os direitos conferidos pelos títulos, como suas garantias.

Da Escritura de Emissão devem constar, entre outras, as seguintes condições: montante da emissão, quantidade de títulos e o valor nominal unitário, forma, condições de conversibilidade, espécie, data de emissão, data de vencimento, remuneração, juros, prêmio, cláusula de aquisição facultativa e/ou resgate antecipado facultativo e condições de amortização.

Registros

A debênture, quando da sua emissão, deverá ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e, por ser emissão escritural, também na SND (Sistema Nacional de Debêntures) onde são efetuados os controles de transferências e as liquidações financeiras das operações.

Característica dos títulos

Características da Emissão e dos Títulos

- nome da empresa
- número da emissão/número de série
- data da emissão
- data do vencimento de cada série (se for o caso)
- índice de atualização monetária
- espécies (tipos de garantias)
- tipo (simples, permutável ou conversível)
- quantidade de emissão e valor
- forma (nominativa, em nome do investidor)
- cronograma de eventos (datas de pagamento de juros, prêmios ou repactuação)
- condições de resgate
- rendimentos
- forma de conversão
- banco mandatário
- agente fiduciário

Taxas e Formas de Remuneração

As debêntures poderão assegurar ao seu titular, juros, fixos ou variáveis, participação no lucro da companhia e prêmio de reembolso.

- **Rendimento agregado ao valor nominal** - as atualizações são realizadas periodicamente sobre o valor nominal da debênture (valor de emissão). Os índices de correção podem ser: índice de preços, taxa de câmbio, e outros referenciados não proibidos pela legislação em vigor.
- Geralmente, o fator de correção da debênture está vinculado a índices de preços, como, por exemplo, o IPCA. Neste caso, o prazo mínimo para vencimento ou repactuação é de no mínimo 1 (um) ano, sendo que a cláusula de aplicação da correção monetária não pode ser menor que 1 (um) ano. É importante destacar que o pagamento do valor correspondente à correção monetária somente pode acontecer no momento do vencimento ou repactuação do título. Nas situações em que ocorrerem pagamentos de juros e amortizações efetuados em períodos inferiores a um ano, deve-se ter como parâmetro de cálculo o valor nominal das debêntures, sem considerar a correção monetária do período.
- **Juros** - é o pagamento realizado periodicamente sobre o valor inicial ou valor nominal corrigido do título (estipulado na escritura de emissão ou em cláusula de repactuação).
- Os juros podem ser fixos (prefixados), flutuantes (pós fixados) ou mistos (um indexador varável e uma taxa prefixada). As taxas flutuantes mais utilizadas são:

Taxa DI, Taxa Referencial- TR, Taxa de Longo Prazo – TLP e Taxa Básica Financeira – TBF.

- **Participação nos Lucros** - em algumas ocasiões, a remuneração periódica do título varia em função do lucro apurado pela companhia emissora.
- **Prêmios:** podem ser ofertados em determinados eventos específicos. Alguns exemplos são: processo de repactuação (especialmente quando há debenturistas dissidentes); necessidade de adequar a rentabilidade do título às condições do mercado; resgate antecipado.
- **Repactuação** - renegociação entre a companhia emissora e os debenturistas em relação às condições de remuneração das debêntures, alinhada ao cenário de mercado. Caso os aplicadores não aceitem a proposta da companhia emissora, esta deverá recomprar os títulos.

Decisão conjunta do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários estabeleceu que as debêntures de distribuição pública somente podem ter por remuneração:

- taxa de juros prefixada;
- uma das seguintes remunerações básicas, ajustada, para mais ou para menos, por taxa fixa:
 - Taxa Referencial - TR ou Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, observado o prazo mínimo de um mês para vencimento ou período de repactuação;
 - Taxa Básica Financeira - TBF, observado o prazo mínimo de dois meses para vencimento ou período de repactuação;
 - Taxas flutuante, observado que a taxa utilizada como referencial deve:

- ser regularmente calculada e de conhecimento público;
- basear-se em operações contratadas à taxas de mercado prefixadas, com prazo não inferior ao período de reajuste estipulado contratualmente.

Debêntures Incentivadas - são debêntures emitidas para financiar projetos de infraestrutura, considerados prioritários pelo Governo Federal. Elas foram criadas pela Lei Federal nº 12.431/2011, e apresentam como vantagem, a isenção de IR sobre os rendimentos.

- Remuneração por taxa de juros pré-fixada (com prazo mínimo de intervalo de pagamento dos juros de 180 dias) + índice de preço (normalmente IPCA);
- Prazo médio ponderado superior a 4 anos;
- Não é permitida a recompra nos 2 primeiros anos.

Cláusulas de resgate e vencimento antecipado, e covenants

- **Resgate Antecipado** - as debêntures podem ter na escritura de emissão cláusula de resgate antecipado, que dá ao emissor (a empresa que está captando recursos) o direito de resgatar antecipadamente, parcial ou totalmente as debêntures em circulação. A principal vantagem dessa cláusula para o emissor é a possibilidade de resgatar sua debênture quando as condições de remuneração estão claramente desfavoráveis, ou seja, o seu custo financeiro estiver muito elevado. Funciona como uma opção de compra. Não há desvantagem para o emissor, já que o resgate antecipado é facultativo. Para o investidor, por outro lado, essa cláusula não traz

vantagem, ao contrário, é uma desvantagem, porque a empresa só exercerá o direito se lhe for conveniente.

- **Vencimento Antecipado** - no caso de debêntures, o agente fiduciário, no exercício de sua função de proteção aos direitos dos debenturistas (investidores), poderá, observadas as condições da escritura, declarar antecipadamente vencida a debênture, em caso de inadimplemento da companhia, das obrigações assumidas na escritura de emissão.
- **Covenants** - é um sistema de garantia indireta, utilizados em financiamentos, que representam um conjunto de obrigações contratuais acessórias e positivas ou negativas, para o pagamento da dívida. Estas exigências são indispensáveis para a observação de certas práticas de gestão à eficiente administração da empresa.

Repactuação como renegociação de qualquer das características da dívida

A repactuação é a condição de resgate que se estabelece para que a emitente recompre as debêntures a um preço estipulado antes do vencimento. Geralmente, o interesse do resgate/repactuação é em função das taxas de juros de momento.

Hierarquia das espécies de debêntures de acordo com garantias

As debêntures são classificadas em função do tipo de garantia ou da ausência de garantia:

| | |
|--|--|
| Garantia Real: | A garantia real fornecida pela emissora pressupõe a obrigação de não alienar ou onerar o bem registrado em garantia. As debêntures com garantia real têm preferência sobre outros créditos, desde que averbada no registro. É uma garantia forte. |
| Garantia flutuante: | A garantia flutuante assegura aos credores da debênture privilégio geral sobre o ativo da companhia, mas não impede a negociação dos bens que compõem esse ativo. Na preferência sobre outros créditos, ela está após as garantias reais, dos encargos trabalhistas e dos impostos. É uma garantia fraca, e sua execução privilegiada é de difícil realização. |
| Garantia quirografária ou sem preferência: | Concorre em igualdade de condições com os demais credores quirografários (sem preferência), em caso de falência da companhia. Não oferece privilégio algum sobre o ativo da emissora. |
| Debênture subordinada: | A debênture subordinada é aquela que não possui garantia e pode conter cláusula de subordinação aos credores quirografários (sem garantia), tendo preferência apenas aos acionistas no ativo remanescente. Isto quer dizer que se a debênture for |

| | |
|--|--|
| | subordinada, ela está em penúltimo lugar na lista de recebimento, antes apenas dos acionistas. É um título sem garantia. |
|--|--|

Assembleia de Debenturistas

Ocorre quando os debenturistas se reúnem para discutir e deliberar sobre assuntos relativos à emissão, como por exemplo, alterações nas características da debênture.

Quem pode convocar uma Assembleia:

- A Companhia emissora;
- O agente fiduciário;
- A CVM; e
- Os debenturistas.

6.2.3.2.3 Títulos do segmento Imobiliário

Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI

É um valor mobiliário com lastro em créditos imobiliários, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras, criado para a captação de recursos dos investidores institucionais, em prazos compatíveis com as características do financiamento imobiliário.

O CRI é emitido a partir de um Termo de Securitização, documento com valor legal, assentado no Registro de Imóveis e na CVM, onde estão listados os créditos imobiliários que servem de lastro para a emissão do certificado.

Podem investir em CRI pessoas físicas e jurídicas, sendo seu valor mínimo de R\$ 300.000,00.

Quanto à remuneração dos CRIs:

- a) não podem ser emitidos com cláusula de correção monetária com base na variação da taxa cambial;
- b) podem ser ajustados mensalmente por índices de preços setoriais ou gerais ou pelo índice de remuneração básica dos depósitos de poupança, se emitidos com prazo de vencimento mínimo de 36 meses.

Aspectos tributários - isenção de Imposto de renda sobre sua remuneração, para investidores pessoa física.

Letras de Crédito Imobiliário - LCI

As Letras de Crédito Imobiliário, que são papéis de renda fixa lastreados em créditos imobiliários garantidos por hipotecas ou por alienação fiduciária de um bem imóvel e que dão aos seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal, juros e atualização monetária, se for o caso.

As instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central a emitir LCI são os bancos comerciais, múltiplos, a Caixa Econômica Federal e demais instituições que têm

autorização para realizar operações de crédito imobiliário, cuja contratação deve ser, obrigatoriamente, registrada na B3 S/A (Cetip).

Em outras palavras, estas instituições financeiras utilizam parte de suas carteiras de créditos imobiliários como lastro para uma aplicação financeira que pode ser oferecida a seus clientes. Os recursos aplicados, desta forma, são direcionados para financiamentos habitacionais.

As LCIs podem ser garantidas por um ou vários créditos imobiliários, mas a soma do principal das letras emitidas não pode exceder o valor total dos créditos imobiliários detidos pela instituição que a emitiu.

Prazos - o prazo de vencimento destes papéis é limitado pelo prazo das obrigações imobiliárias que serviram de base para o seu lançamento. Cabe ressaltar que os créditos dados em caução de determinada LCI podem ser substituídos por outros da mesma natureza, o que poderia acontecer, por exemplo, no caso de vencimento antecipado ou liquidação antes do prazo das operações imobiliárias dada em garantia.

No caso da Caixa Econômica Federal, atualmente, a instituição mais ativa em crédito imobiliário no Brasil, o prazo mínimo dessa aplicação é de 90 dias e o máximo de 25 meses.

Tributação - desde 2004 a remuneração é isenta de Imposto de Renda para pessoas físicas e condomínios de edifícios residenciais ou comerciais. Já para pessoas jurídicas, a tributação é a mesma dos demais títulos de renda fixa.

As LCIs podem ser oferecidas ao investidor em uma operação vinculada com um contrato de swap indexado a um percentual do CDI. Ou seja, ao invés de receber seu retorno indexado à TR (como ocorre na grande maioria das aplicações relacionadas a financiamento imobiliário, como a poupança, por exemplo) o investidor tem uma aplicação que paga um percentual do CDI.

Cédula de Crédito Imobiliário – CCI

As cédulas de crédito imobiliário foram criadas pela Lei 10.931/2004 e são emitidas pelo credor do crédito imobiliário, podendo ser integral ou fracionária, se representar a totalidade ou parte do crédito, respectivamente, de modo que a soma das CCIs fracionárias não pode exceder o valor total do crédito que as representam. Poderão, ainda, ser emitidas com ou sem garantia real ou fidejussória.

Sendo o crédito da CCI garantido por direito real, sua emissão deve ser averbada no Registro de Imóveis da situação do imóvel na respectiva matrícula, devendo constar, exclusivamente, o número, a série e a instituição custodiante.

No caso da CCI escritural, ainda que garantida por direito real, há a dispensa da necessidade de averbação da cessão do crédito por ela representado no Registro de Imóveis.

A CCI é um título executivo extrajudicial, exigível pelo valor apurado de acordo com as cláusulas e condições pactuadas no contrato que lhe deu origem.

6.2.3.2.4 Operações compromissadas

A operação compromissada é aquela em que o vendedor assume o compromisso de recomprar os títulos que alienou em data futura predefinida e com o pagamento de remuneração preestabelecida. Na mesma operação, o comprador, por sua vez, assume o compromisso de revender o título ao vendedor na data acordada e com o pagamento do preço fixado.

Ou seja, as operações compromissadas são realizadas com um compromisso duplo: a compra com compromisso de revenda e a venda com compromisso de recompra.

As operações compromissadas devem ser realizadas com rentabilidade definida (taxa prefixada) ou com parâmetro de remuneração estabelecido (taxa pós-fixada).

Quais títulos podem ser negociados dessa forma?

Não é qualquer título que pode ser negociado através de operações compromissadas. O regulamento lista exclusivamente quais títulos estão habilitados, entre eles:

- Títulos públicos (LFTs, LTNs e NTNs);
- Certificados de depósito bancário (CDB);
- Letras de crédito imobiliário (LCI);
- Letras de crédito do agronegócio (LCA);
- Debêntures;
- Notas Promissórias (comercial papers);
- Certificados de recebíveis imobiliários (CRI);
- Certificados de recebíveis do agronegócio (CRA).

Características - o prazo, lastro, forma de resgate, liquidez e formas de resgate das operações compromissadas são definidos de acordo com o título que estrutura a operação.

Normalmente, uma operação compromissada proporciona ao investidor um rendimento atrelado a um percentual do CDI, livremente negociado com a instituição financeira. Da mesma forma que um CDB, o investidor está sujeito ao risco de crédito em relação a instituição com o qual realiza a operação compromissada, mas esse risco é minimizado pela garantia dada pelo FGC até o valor de R\$ 250.000,00 por investidor e por conglomerado financeiro (sujeita ao limite global de R\$ 1.000.000,00 em um período de quatro anos, como mencionado anteriormente neste capítulo). Segundo a regra do FGC, a garantia para operações compromissadas só é válida quando as operações têm como objeto títulos emitidos após 8 de março de 2012 por empresa ligada. Além disso, cabe ressaltar que a garantia se refere a todas as posições mantidas pelo investidor junto ao banco – ou seja, o limite de R\$ 250.000,00 inclui os saldos em conta corrente e poupança, além de aplicações em CDB e nas próprias operações compromissadas, em todas as instituições financeiras de um mesmo conglomerado.

A tributação das operações compromissadas é idêntica à tributação do CDB, Debêntures e Títulos Públicos: imposto de renda regressivo em função do prazo de aplicação, e IOF regressivo em caso de resgate realizados antes de 30 dias de aplicação.

6.2.3.2.5 Caderneta de Poupança

A poupança é o investimento mais simples e popular do Brasil.

O Banco Central define a remuneração, que é igual em todas as Instituições - bancos com carteira de crédito imobiliário, caixa econômica, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo.

Os rendimentos são creditados mensalmente e o prazo do investimento é indeterminado.

Tem sua origem em 1964, juntamente com regulamentação da correção monetária no País, e seus recursos financiam o setor de habitação.

Qualquer brasileiro pode abrir uma caderneta de poupança, inclusive menores de idade.

- **Aplicação Inicial** - varia conforme a instituição.
- **Liquidez imediata** - as quantias depositadas podem ser sacadas a qualquer tempo.
- **Prazo** - não há prazo. Contudo, os valores mantidos por menos de 1 mês não recebem nenhuma remuneração.
- **Rentabilidade** - taxa de juros de 0.5% ao mês, aplicada sobre os valores atualizados pela TR, creditada mensalmente na data de aniversário da aplicação.

Nova regras de rentabilidade



6.2.3.3 FGC – Fundo Garantidor de Crédito

O FGC tem por objetivos prestar garantia de créditos contra instituições dele associadas, nas situações de:

- decretação da intervenção ou da liquidação extrajudicial de instituição associada;
- reconhecimento, pelo Banco Central do Brasil, do estado de insolvência de instituição associada que, nos termos da legislação em vigor, não estiver sujeita aos regimes referidos no item anterior.

Integra também o objeto do FGC, consideradas as finalidades de contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e prevenção de crise sistêmica bancária, a contratação de operações de assistência ou de suporte financeiro, incluindo operações de liquidez com as instituições associadas, diretamente ou por intermédio de empresas por estas indicadas, inclusive com seus acionistas controladores.

Limite de Cobertura Ordinária - Até R\$ 250.000,00. O pagamento é realizado por CPF/CNPJ e por instituição financeira ou conglomerado.

Depósitos Garantidos

- Depósitos à vista ou sacáveis mediante aviso prévio;
- Depósitos de poupança;
- Depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado;
- Depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos referentes à prestação de serviços de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares;
- Letras de câmbio;
- Letras imobiliárias;
- Letras hipotecárias;
- Letras de crédito imobiliário;
- Letras de crédito do agronegócio;
- Operações compromissadas que têm como objetivo títulos emitidos após 8 de março de 2012 por empresa ligada.

Limite total de garantia

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, em 21 de dezembro de 2017, a alteração promovida no Regulamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que estabelece teto de R\$ 1 milhão, a cada período de 4 anos, para garantias pagas para cada CPF ou CNPJ.

A contagem do período de 4 anos se inicia na data da liquidação ou intervenção em instituição financeira onde o investidor detenha valor garantido pelo FGC, sendo que

permanece inalterado o limite da garantia de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ e conglomerado financeiro.

Aos investimentos contratados ou repactuados até 21 de dezembro de 2017, data da aprovação do CMN, não se aplica o teto de R\$ 1 milhão a cada período de 4 anos.

| Como era | Como ficou |
|--|--|
| Garantia de até R\$ 250 mil por CPF/CNPJ e conglomerado financeiro, em depósitos cobertos pelo Fundo Garantidor de Créditos e emitidos por instituições associadas à entidade. | Limite permanece inalterado. |
| Não havia teto para garantia paga pelo FGC por CPF ou CNPJ em qualquer período. | Teto de R\$ 1 milhão por CPF ou CNPJ, a cada período de 4 anos, para a garantia paga pelo FGC. |
| Investidores não-residentes não contavam com a garantia do FGC. | Investidores não-residentes passam a contar com a garantia, para investimentos elegíveis. |

Exemplo: tomando como base uma família com pai, mãe e dois filhos que mantém conta conjunta com R\$250.000,00 em aplicações de LCI e mais R\$200.000,00 em CDB DI. Caso a instituição financeira seja liquidada pelo BACEN, o FGC vai garantir apenas R\$250.000,00 dividido pelos quatro CPF.

6.3. Renda Variável

6.3.1 Definição

São classificados como instrumentos de renda variável aqueles produtos cujos rendimentos não são conhecidos, ou não podem ser previamente determinados, pois dependem de eventos futuros, tais como os fatores conjunturais. Possibilitam maiores ganhos, porém o risco de eventuais perdas é bem maior. O exemplo mais comum são as ações.

Ação é um título mobiliário nominativo e negociável representativo da menor fração do capital social de uma Companhia (Sociedade Anônima ou Sociedade por Ações).

O acionista de uma S.A. é proprietário de uma parte dessa companhia, ou seja, ao adquirir ações, o investidor passa a ser coproprietário da empresa, tendo direito à participação nos resultados proporcionalmente ao número de ações possuídas.

6.3.2 Ações Ordinárias, preferenciais

As Ações Ordinárias (ON) são aquelas que conferem ao acionista os direitos de um sócio comum, dentre os quais se destacam o direito de receber dividendos e o direito de voto em assembleia, na proporção de um voto por ação. Portanto, os acionistas que detêm ações ordinárias são aqueles que podem decidir os rumos da empresa, já que a assembleia geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

As Ações Preferenciais (PN) são aquelas que não permitem o direito de voto, porém, atribuem ao seu titular algumas vantagens:

- Prioridade de reembolso do capital no caso de dissolução da sociedade;
- Prioridade no recebimento de dividendos (fixos ou mínimos).

As ações preferenciais somente serão admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários se a elas for atribuído pelo menos uma das seguintes preferências ou vantagens:

- direito de participar do dividendo a ser distribuído, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, sendo desse montante garantido pelo menos 3% do patrimônio líquido da ação, cumulativamente, com o direito de participar dos lucros remanescentes em iguais condições com as ações ordinárias;
- direito ao recebimento de dividendo, pelo menos 10% maior que o atribuído às ações ordinárias;
- direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias (tag along*).

Tag Along é o direito de os acionistas não controladores (extensivo às ações preferenciais) de uma companhia receberem uma oferta pública de aquisição de ações, de modo a assegurar o preço mínimo de 80% do valor pago pelas ações integrantes do bloco de controle.

Notas

1. As ações preferenciais adquirem o direito de voto, se a empresa deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus pelo prazo de 3 anos (exercícios) consecutivos. Elas conservarão esse direito até que se restabeleça a distribuição de dividendos.
2. O número de ações preferenciais sem direito a voto, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas.

6.3.3 ADRs – American Depositary Receipts

É um certificado, emitido por bancos norte-americanos, que representa ações de uma empresa fora dos Estados Unidos.

Foram criados com o objetivo de possibilitar o acesso ao mercado de capitais dos Estados Unidos por empresas estrangeiras. Esses certificados/títulos têm como lastro as ações da empresa, que ficam depositadas em um banco custodiante em seu país de origem, sendo que cada ADR corresponde a um determinado número dessas ações.

Os ADRs concedem ao seu detentor o direito sobre todos os dividendos, subscrições, bonificações, além do ganho de capital, ou seja, os mesmos direitos do detentor das ações.

Muitas empresas brasileiras têm suas ações negociadas na NYSE - Bolsa de Valores de Nova Iorque através desse instrumento. A empresa ganha visibilidade no

mercado internacional e pode ter maior facilidade em captar recursos no exterior, através de empréstimo ou mesmo de emissão de novas ações.

Negociadas: EUA

Emitidas: empresas não americanas

As emissões de ADRs são classificadas em 3 níveis ou categorias, sendo que cada nível tem as suas exigências, observe o quadro a seguir:

| MODALIDADES DE EMISSÃO DE ADR's | |
|---------------------------------|--|
| ADR | CARACTERÍSTICA |
| Nível I | <ul style="list-style-type: none">Não precisa atender normas contábeis americanas;Negociados no mercado de balcão (fora do mercado organizado);Não é lançamento de novas ações;Ações adquiridas no mercado secundário;Tem o objetivo simples de colocar ações no mercado norte-americano, preparando o terreno para futuros lançamentos primários; |

| | |
|-------------------------|---|
| | <p>É o método mais simples, pois não precisa atender todas as exigências da Securities Exchange Commission – SEC (a CVM norte-americana).</p> |
| <p>Nível II</p> | <p>Deve atender normas contábeis americanas. Há a necessidade de que a empresa adeque seu balanço às normas contábeis do USGAAP (United States Generally Accepted Accounting Principles);</p> <p>Não é lançamento de novas ações;</p> <p>Maiores exigências da SEC, por ser obrigatório o registro do ADR em Bolsa de Valores;</p> <p>Há negociação em Bolsa.</p> |
| <p>Nível III</p> | <p>Mais completo e oneroso;</p> <p>Deve atender requisitos da SEC e das Bolsas;</p> <p>Deve atender normas contábeis americanas. Há a necessidade de que a empresa adeque seu balanço as normas contábeis do</p> |

| | |
|--------------------|---|
| | <p>USGAAP (United States Generally Accepted Accounting Principles);</p> <p>Tem como objetivo o levantamento de recursos para a empresa;</p> <p>Atendimento total às exigências da SEC;</p> <p>Como o nível II, deve prever um programa de divulgação institucional de alta qualidade.</p> |
| Nível 144 A | <p>Menos oneroso que o nível três;</p> <p>É lançamento privado;</p> <p>Negociado no Sistema Portal;</p> <p>Colocado apenas para investidores institucionais qualificados;</p> <p>Não há necessidade de formalidades de registro em Bolsa.</p> |

6.3.4 BDRs – Brazilian Depositary Receipts

Da mesma maneira, empresas estrangeiras, sediadas fora do Brasil, podem vender suas ações no mercado brasileiro na forma de BDRs - Brazilian Depositary Receipts (Recibos de Depósitos Brasileiros).

Os BDR's são certificados representativos de valores mobiliários de emissão de companhia aberta, ou assemelhada, com sede no exterior e emitidos por instituição depositária no Brasil.

Os BDR's concedem ao seu detentor o direito sobre todos os dividendos, subscrições, bonificações, além do ganho de capital.

Participam do programa de BDRs:

- **Instituição custodiante:** instituição do país de origem dos valores mobiliários devidamente autorizadas;
- **Instituição depositária ou emissora:** que emite, no Brasil, os certificados;
- **Empresa patrocinadora:** companhia aberta ou assemelhada, com sede no exterior, emissora dos valores mobiliários objeto dos certificados de depósitos e que esteja sujeita à supervisão e fiscalização da entidade ou órgão similar à CVM.

Somente serão aceitos valores mobiliários de emissão de companhias com sede em países cujos órgãos reguladores tenham convênio com a CVM.

Dos Programas - poderão ser instituídos programas de BDRs patrocinados ou não patrocinados pela companhia aberta, ou assemelhada, emissora dos valores mobiliários objeto dos certificados de depósitos, os quais deverão ser previamente registrados na CVM.

Negociadas: Brasil

Emitidas: empresas não brasileiras

O programa de BDR patrocinado caracteriza-se por ser instituído por uma única instituição depositária ou emissora, contratada pela companhia emissora dos valores mobiliários objeto dos certificados de depósitos, podendo ser classificado nos seguintes níveis:

| MODALIDADES DE EMISSÃO DE BDR | |
|-------------------------------|--|
| BDR | CARACTERÍSTICA |
| Nível I | <p>Negociado exclusivamente no mercado de balcão não organizado</p> <p>Dispensa exigência de outras informações da Cia emissora, além das que está obrigada a divulgar em seu país de origem</p> <p>Não há a emissão de novas ações</p> <p>Dispensa o registro da empresa na CVM</p> |
| Nível II | <p>Negociação em mercado de balcão organizado ou em bolsa de valores</p> <p>Não há emissão de novas ações</p> |

| | |
|------------------|--|
| | Registro da Cia emissora na CVM |
| Nível III | Distribuição pública no mercado – emissão de novas ações Negociação em mercado de balcão organizado ou em bolsa de valores Registro da Cia emissora na CVM |

- O **BDR patrocinado** é emitido por uma instituição depositária contratada pela companhia estrangeira emissora dos valores mobiliários e pode ser classificado como Nível I, Nível II ou Nível III.
- O **BDR não patrocinado** é emitido por uma instituição depositária, sem envolvimento da companhia estrangeira emissora dos valores mobiliários lastro, e só pode ser classificado como Nível I.

6.3.5 Bônus de Subscrição

São títulos nominativos, negociáveis, que conferem ao seu proprietário o direito de subscrever ações do capital social da companhia emissora, nas condições previamente definidas.

Os bônus representam um direito disponível que, pode ser renunciado, ou seja, os “bonistas” não estão obrigados a antecipar ou exercer o exercício do direito previsto nos títulos.

O titular pode negociar a qualquer momento em bolsas de valores, o seu direito aos bônus.

O bônus não exercido até a data limite estipulada para cada série será automaticamente cancelado.

6.4 Derivativos

Um contrato derivativo pode ser definido como um instrumento financeiro que depende (deriva) de valores, outros ativos financeiros ou *commodity*² (ativos subjacentes). As variáveis subjacentes podem ser entendidas como o preço das *commodities* ou ativos negociados no mercado financeiro. O preço de um derivativo pode depender de, praticamente, qualquer variável, desde o preço de uma ação, dólar ou até o tempo de estiagem de uma região.

Para o mercado financeiro, a definição mais abrangente do que se convencionou chamar de contrato de derivativos é dada pela *International Accounting Standards Board* – IASB e pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC. Estas entidades definem

² Commodities são artigos de comércio, bens que não sofrem processos de alteração (ou que são pouco diferenciados), como frutas, legumes, cereais e alguns metais. Como seguem um determinado padrão, o preço das commodities é negociado na Bolsa de Valores Internacionais, e depende de algumas circunstâncias do mercado, como a oferta e demanda. Muitas vezes a palavra commodities pode ser sinônimo de "matéria-prima", porque são produtos usados na criação de outros bens.

derivativos como um instrumento financeiro ou outro contrato com todas as seguintes propriedades:

- seu preço é alterado em função das alterações de uma taxa de juros estabelecida, do valor de um instrumento financeiro, do preço de uma *commodity*, das taxas de câmbio, de um índice de preços (inflação) ou taxas, de *rating*³ de crédito ou índice de crédito, ou outras variáveis, selecionadas no caso de ativos não financeiros relacionadas a uma parte do contrato.
- modalidade de aplicação que não demanda investimento inicial líquido ou investimento inicial que é menor do que seria exigido se comparado a ativos negociados no mercado à vista ou similares, suscetíveis à mudanças nos fatores de mercado;
- a liquidação acontecerá em data futura que pode ser, previamente, estabelecida entre as partes ou padronizadas pela bolsa.

As principais modalidades de negociação são os contratos a termo, contratos futuros, opções e swap.

Os derivativos surgiram da necessidade dos agentes econômicos em reduzir as incertezas características de determinadas atividades, como a comercialização da soja em fase de plantio e que será vendida em data futura, após a colheita. A utilização dos instrumentos derivativos, atualmente, é fundamental para o gerenciamento dos riscos.

³ Um rating é uma nota que as agências internacionais de classificação de risco de crédito atribuem a um emissor (país, empresa, banco) de acordo com sua capacidade de pagar uma dívida. Serve para que investidores saibam o grau de risco dos títulos de dívida que estão adquirindo.

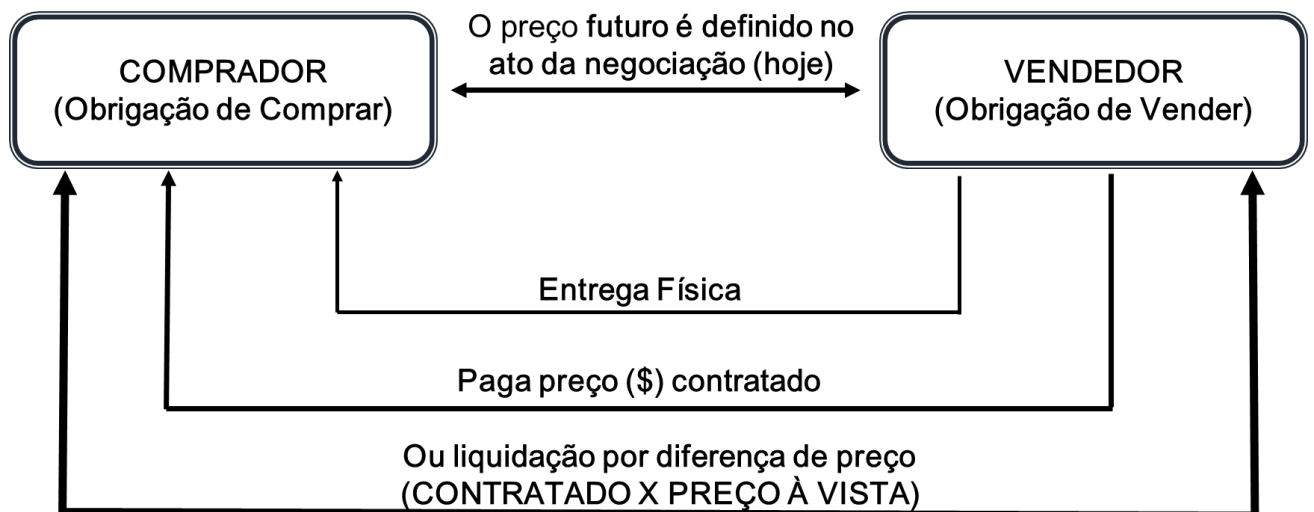
6.4.1 Termo, Futuros, Swaps e Opções

6.4.1.1 Contratos a Termo

Representa a **compra** ou **venda** de uma quantidade de ativos estipulada, em uma **data futura**, e por um **preço estabelecido no momento da negociação**. Assim, as partes envolvidas na negociação assumem a obrigação de comprar ou vender, independentemente do comportamento do preço desse ativo durante a vigência do contrato.

Principal objetivo dos agentes econômicos é fixar o preço de compra/venda de um ativo financeiro, com entrega física ou não do objeto de negociação.

O fluxograma abaixo irá ajudá-lo a fixar os conceitos da negociação a termo.



Principais características do contrato a termo:

- Não há fluxo financeiro no início da operação;
- São negociações realizadas fora de bolsa, na maioria;
- Liquidação com a entrega física do objeto de negociação ou por diferença de preços.
- Balcão (em geral);
- Contrato adequado às partes;
- Contratos sem padronização;
- Posição mantida até o vencimento;
- Baixa liquidez;
- Risco de crédito entre as partes;

As operações envolvendo contrato a termo, normalmente, são realizadas no mercado de balcão, entretanto, algumas negociações podem ser realizadas na B3 (com ações) e (contrato de ouro). Quando esses negócios forem realizados em Bolsa de Valores ou de mercadorias exigem-se garantias das partes (comprador e vendedor).

| CONTRATO A TERMO | |
|---|----------------------------|
| COMPRADOR | VENDEDOR |
| Obrigação de Comprar | Obrigação de Vender |
| Não permite “zerar” a posição antes do vencimento | |

6.4.1.2 Contratos Futuros

O contrato a futuro se resume em uma **operação** de **compra** e **venda** de determinada quantidade de um **ativo padronizado**, por um **preço previamente estabelecido** entre as partes, para **liquidação** em uma data **futura**.

Essas operações são negociadas em mercado de Bolsa.

| CONTRATO FUTURO | |
|---|---------------------|
| COMPRADOR | VENDEDOR |
| Direito de Comprar | Obrigação de Vender |
| Permite “zerar” a posição antes do vencimento, fazendo a operação inversa | |

O contrato a futuro se resume em uma **operação** de **compra** e **venda** de determinada quantidade de um **ativo padronizado**, por um **preço previamente estabelecido** entre as partes, para **liquidação** em uma data **futura**.

- **Principais características dos contratos futuros:**
- **Contrato padronizado quanto à:** quantidade do ativo, tipo, qualidade, vencimento, etc.
- **Liquidação:** física ou financeira.
- **Encerramento antecipado:** por meio de operação inversa.
- **Preço:** Livrementemente acordado entre as partes, entre um intervalo de preço permitido pela bolsa.

- **Margem de garantia:** depósito que deverá ser efetuado, por ambas as partes (comprador e vendedor) e pode ser em: dinheiro, carta de fiança, títulos públicos ou privados.
- **Preço de liquidação:** igual ao mercado à vista.
- **Ajuste diário:** ajuste de ganhos e perdas entre o preço de fechamento do dia e o fechamento do dia anterior, isso ocorre em função da oscilação dos preços futuros.
- O resultado do ajuste é repassado diariamente para o cliente (débito ou crédito).
- **Possui alta liquidez.**

| Propriedades dos contratos a termo e futuros | | |
|--|---|---|
| Características | Futuro | Termo |
| Objetivo | Proteção contra variações nos preços dos ativos, normalmente com a entrega física do produto contratado | Proteção contra variações nos preços dos ativos sem que ocorra, na maioria dos casos, transferência das mercadorias ou ativos negociados. |
| Negociabilidade | Podem ser negociados (zerados) antes do vencimento. | Não podem ser negociados antes do vencimento. |
| Responsabilidade | Câmara de compensação | Partes do contrato |
| Qualidade/Quantidade | Padrão estabelecido pela bolsa | Estabelecido em contrato pelas partes |
| Local de negociação | Segmento de mercadorias e futuros da bolsa | Mercado de balcão, ou seja, diretamente entre as partes |
| Sistema de garantias | Tanto comprador como vendedor devem depositar as garantias exigidas pela bolsa, portanto, sempre haverá garantias | As garantias podem ou não existir e são estabelecidas entre as partes. |
| Vencimentos | Os vencimentos seguem os padrões estabelecidos pela bolsa | É negociado entre as partes do contrato |

| | | |
|-------------------------|---|--|
| Participantes | Qualquer pessoa física ou jurídica que com conta em uma corretora ou distribuidora de valores mobiliários | Produtores, consumidores ou especuladores |
| Ajuste | Os ajustes são realizados diariamente. A parte perdedora paga diariamente a parte ganhadora | No vencimento |
| Variações nos preços | Acompanha as oscilações de preços do mercado, ou seja, diariamente | O valor do contrato não se altera até o vencimento |
| Porte dos participantes | Neste mercado podem participar pequenos, médios e grandes investidores | Mais acessível aos grandes participantes |
| Risco | Crédito – minimizado pelos depósitos de garantias e ajustes diários | De uma das partes não honrar o compromisso no vencimento do contrato |

Vamos utilizar como exemplo, para melhor entendimento de um contrato futuro, uma operação envolvendo um contrato de DI1:

O contrato de DI1 tem como ativo subjacente⁴ a taxa de juros negociada no mercado interbancário (CDI), para o prazo de um dia. Esses contratos têm seus preços formados com base nas expectativas dos agentes econômicos em relação às taxa de juros lastreadas em CDI. O mercado de DI1 é acessado por empresas ou instituições com o objetivo de obter proteção das oscilações das taxas de juros de mercado. Como exemplo, podemos citar uma empresa que tenha parcela de sua dívida corrigida pela variação do CDI, corre o risco da elevação dessa taxa. Uma alternativa para se proteger da oscilação dos juros seria utilizar os contratos de DI1.

⁴ Refere-se ao objeto base para um contrato, seja ele de opção ou futuro, para negociações específicas na bolsa de valores.

As principais características deste tipo de operação são:

- a negociação é feita em taxa de juros.
- os negócios são fechados com base em taxa anual efetiva para 252 dias, ou seja, considera somente dias úteis.
- o contrato tem sua data de vencimento sempre no primeiro dia do mês.
- o valor do contrato no vencimento é de R\$100.000,00.
- A forma de negociação é parecida com um título “careca” (que não paga cupom intermediário de juros).
- as posições no mercado de juros futuro são lançadas na forma de preço unitário (PU)
- na negociação há a necessidade da conversão em taxa para o valor equivalente em PU (desconto de 100.000) – semelhante a um título zero cupom. Ex.: Cada contrato vale R\$100.000,00 que dividido por 100.000 resulta em um PU de R\$1,00.
- ao realizar a operação será necessário fazer a conversão: compra de taxa = venda de PU e venda de taxa = compra de PU.
- diariamente as posições em aberto são ajustadas com base no preço definido pela bolsa.
- o preço do ajuste é feito sempre em PU com duas casas decimais.
- vencimentos líquidos são determinados por média dos últimos negócios, os demais por call ou arbitrados.
- o valor do ajuste é calculado diariamente pela B3 S/A (média dos últimos negócios).
- o preço de ajuste do dia anterior deve ser corrigido antes de ser utilizado no cálculo do ajuste diário.

- o fator de correção é a taxa média do DI da B3 S/A.
- após a correção, os preços de ajuste do dia anterior e do dia passam a se referir ao mesmo prazo até o vencimento.
- o preço a ser pago por um título está eficientemente associado à taxa de juros.
- é utilizado o desconto do valor de resgate do título para se calcular o preço do contrato.
- A conversão da taxa em PU é realizada conforme a fórmula a seguir:

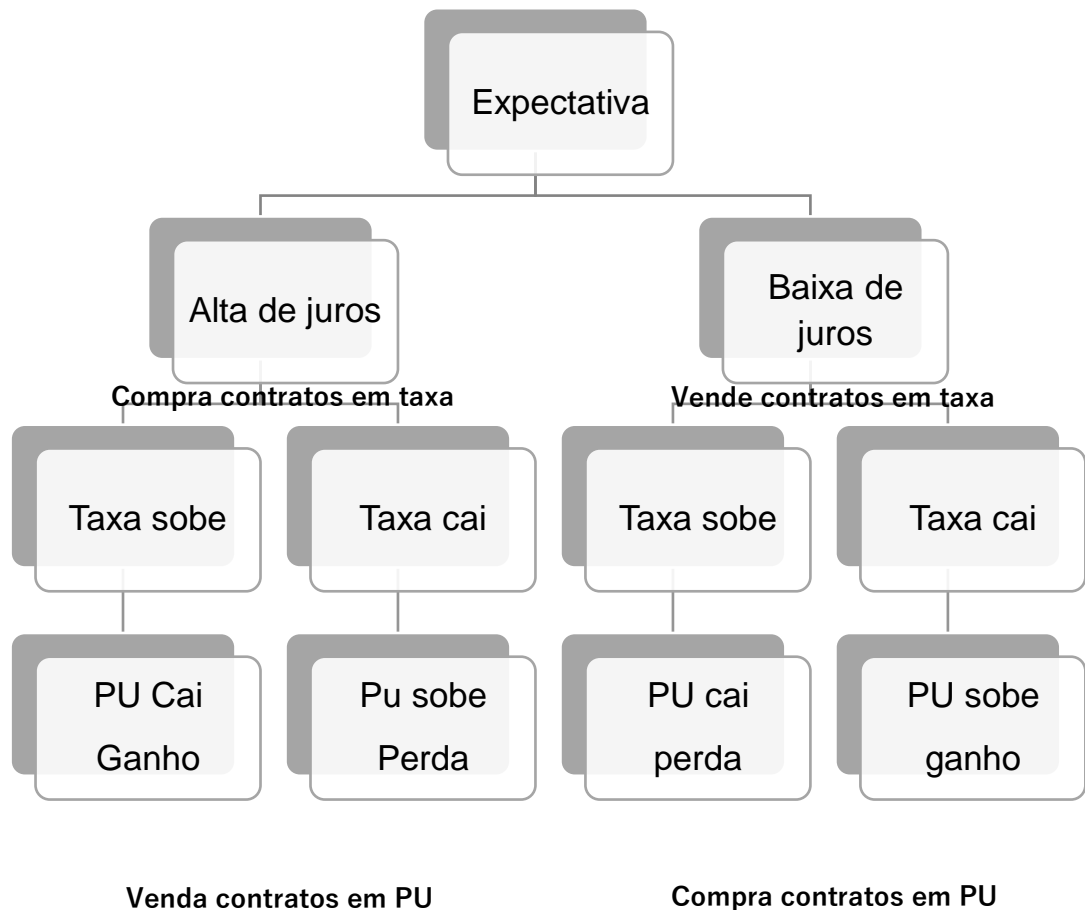
$$PU = \frac{100.000}{\left(1 + \frac{i}{100}\right)^{du/252}}$$

onde:

i = taxa de juros ao ano over⁵

du = dias úteis até o vencimento

⁵ A Taxa Over é uma forma de expressar certa **taxa de juros de um dia útil de forma anual na base 252 dias úteis no ano**. Ou seja, a convenção é um ano de 365 dias, mas **para efeitos de dias úteis no ano utiliza-se a base 252 dias** no ano.



6.4.1.3 Contrato de SWAP

Podemos definir *swap* como um contrato de derivativo por meio do qual as partes pactuam uma troca de fluxos de caixa relativos à uma operação em um determinado período futuro sem que haja troca do principal.

Os swaps podem ser realizados sobre taxas de juros, indexadores, moedas, commodities, ou outros ativos e derivativos.

Finalidade do "swap": é permitir que as partes ajustem o rendimento, ou o custo de suas operações financeiras às suas necessidades. O "swap", portanto, pode ser utilizado pelos investidores como instrumento de "hedge", para converter operações prefixadas em pós-fixadas, como, por exemplo, no caso de uma LCI que rende TR + 2% ser transformada em uma LCI que rende 100% do CDI. O "swap", portanto, permite a troca de rendimentos. As operações com "swap", no entanto, não se restringem à troca de juros. São também usuais "swaps" de:

- Troca de Moedas - exemplo: R\$ por US\$
- Troca de Taxas de Juros - exemplo: prefixados por pós-fixado
- Troca de Indexadores - exemplo: IGP-M por CDI.

Negociação: os contratos de Swap são realizados no mercado de balcão, porém, no Brasil há exigência de registro na B3 S/A (CETIP), e no caso de Swaps internacionais a operação deve ser registrada no BACEN.

Nas operações de swap no mercado balcão, as garantias são estabelecidas entre as partes. No caso das operações registradas na B3 S/A, os "swaps" podem ser com ou sem garantias.

Principais características do contrato de swap:

- **Fluxo financeiro:** no momento da contratação do Swap **não há troca de fluxos de caixa** entre as partes (hedge sem caixa);
- **Componentes do swap:** sempre tem **dois componentes**, um **ativo** (recebe) e um **passivo** (paga);
- **Vencimento do Swap:** são apuradas as variações nos ativos e passivos de acordo com os respectivos indexadores sobre o **valor de referência** (valor nominal). Se o valor do ativo no vencimento for maior que o valor do passivo para uma parte, digamos a **Instituição A**, esta recebe essa diferença que é paga pela outra parte, **caso contrário o fluxo é inverso**.
- **Liquidação por diferença de fluxos:** o valor sobre o qual os juros incidirão, que é fixado no início do contrato, é apenas um valor de referência, conhecido no mercado como valor "Nominal";
- **Risco de crédito:** da diferença não ser honrada.

O principal motivo para a realização de um Swap está associado à **gestão de risco**. Por meio do swap é possível **minimizar o grau de exposição a riscos de mercado**, compatibilizando os prazos, as moedas e os indexadores dos ativos e passivos.

O "swap", portanto, serve como um instrumento de proteção contra riscos de mercados, podendo ser utilizado para:

- Eliminação do risco da alta da taxa de juros;
- Melhor casamento entre ativos e passivos;

- Alterar a moeda de um fluxo de rendimento de um ativo;
- Administração de risco e exposição cambial.

6.4.1.4 Contrato de Opções

Opções são **contratos** nos quais uma das partes tem **só o DIREITO** (comprador ou titular) e a outra parte tem **só a OBRIGAÇÃO** (vendedor ou lançador).

O **Comprador ou Titular** adquire o **DIREITO** de **comprar ou vender determinado ativo a um preço prefixado** (preço de exercício), numa certa data, ou antes, da data de vencimento. Por este direito, os titulares das opções **pagam um prêmio** ou **preço da opção**, que é negociado entre o titular e o lançador por meio de seus representantes no pregão da Bolsa.

O **Vendedor ou Lançador** possui a **OBRIGAÇÃO** de **comprar ou vender determinado ativo a um preço prefixado** (preço de exercício), se for exercido, numa certa data. Por esta obrigação, os lançadores das opções **recebem um prêmio** ou **preço da opção**, que é pago pelo titular da opção.

Abaixo estão alguns conceitos básicos do mercado de opções:

Titular: é o proprietário ou **comprador da opção**, aquele que **detém o direito** de **comprar ou vender**. O titular **paga** um prêmio por esse direito;

Lançador: é o **vendedor da opção**, ou seja, aquele que **cede o direito ao titular, devendo comprar** ou **vender** o ativo ao titular, se este o desejar.

6.4.2 Tipos de opções e representação gráfica

Opção de Compra (CALL): compreende o direito de comprar o ativo por um determinado preço, se assim desejar o investidor.

Opção de Venda (PUT): é o direito de vender o ativo por um determinado preço, se assim desejar o investidor.

Ativo-objeto: É o produto que referencia a opção, é a mercadoria ou ativo financeiro objeto do contrato;

Prêmio: corresponde ao **preço de negociação da opção** definido pelo mercado, ou seja, é o preço que o titular paga pela opção ao lançador. O prêmio é pago no **ato da negociação** sem **direito à devolução**, caso não haja exercício;

Preço de Exercício (strike price): refere-se ao valor futuro pelo qual o ativo será negociado, ou o preço pelo qual o titular pode exercer o seu direito;

Data de Vencimento: corresponde ao dia em que a posição pode ser exercida ou que cessam os direitos do titular de exercer sua opção;

Valor Intrínseco: é a diferença entre o valor atual do ativo-objeto que está sendo negociado no mercado à vista e o preço de exercício da opção, sendo uma medida intuitiva do seu valor;

Séries de uma Opção: quando há lançamento de opções, as Bolsas o fazem por séries que compreendem a fixação do preço de exercício para uma mesma data, sendo **cada série identificada por um código** que identifica se a opção é de venda ou de compra e o mês de vencimento;

Opção Coberta: quando o lançador vincula o ativo-objeto como garantia da operação;

Opção Descoberta: quando o lançador não efetua o depósito da totalidade do ativo-objeto, ou seja, ele vende uma opção sem depositar o ativo-objeto que terá que entregar, caso seja exercida a opção pelo comprador. No caso do ativo-objeto ser ações, o lançador deverá aportar margem por meio de depósito de ativos aceitos em garantia pela Câmara de Liquidação da B3 S/A.

Quanto ao dia de exercício, as opções podem ser do tipo:

- Opção **Americana:** quando permite o exercício do direito **em qualquer dia**, até o dia do vencimento.
- Opção **Europeia:** o exercício somente pode ser exercido **no dia** do vencimento.

Titular (Comprador) de Opção de Compra (Call)

O titular de opção de compra **tem o direito de comprar** um ativo específico a um determinado preço e data. O titular de uma Call tem por expectativa a tendência de **alta no preço do ativo**.

Exemplo 1: Um investidor pagou **R\$ 0,38 de prêmio** por uma opção de compra PETRJ277 para ter o direito de **comprar a R\$ 27,52**. No dia do exercício, o valor da mesma ação no mercado à vista era de **R\$ 28,40**. A opção deve ser exercida?

Resposta: Sim, pois ele **pode comprar a R\$ 27,52**, abaixo do preço no mercado à vista.

E qual o ganho com a operação, dado que ele vendeu as ações?

Resposta:

Preço de Venda 28,40

(-) Preço de Exercício 27,52

(-) Prêmio pago 0,38

Resultado da Operação 0,50

Exemplo 2: Um investidor pagou **R\$ 0,38 de prêmio** por uma opção de compra PETRJ277 para ter o direito de **comprar a R\$ 27,52**. No dia do exercício, o valor da mesma ação no mercado à vista era de **R\$ 27,90**. A opção deve ser exercida?

Resposta: Deve exercer se o investidor **apostar na alta do mercado**, pois tem opção de comprar por R\$ 27,52, mais barato do que os R\$ 27,90. Como ele já pagou o prêmio no início da operação, o preço final passou a ser de R\$ 27,90 (27,52 + 0,38).

Exemplo 3: Um investidor pagou **R\$ 0,38 de prêmio** por uma opção de compra PETRJ277 para ter o direito de **comprar a R\$ 27,52**. No dia do exercício, o valor da mesma ação no mercado à vista era de **R\$ 24,90**. A opção deve ser exercida?

Resposta: Não, pois o investidor pode comprar o ativo por R\$ 24,90, mais barato do que os R\$ 27,52. Não exercendo seu direito, o investidor minimizará seu prejuízo que monta em R\$ 0,38 (prêmio). Se exercesse, o preço final ficaria em R\$ 27,90 e com prejuízo de R\$ 3,00.

Portanto, o titular só vai exercer uma opção no ponto em que a operação passe a dar retorno.

No caso de estratégia de hedge, onde uma empresa tenha dívidas em dólar e faturamento em reais, uma opção em dólar atenderia às necessidades de um investidor que:

- Não tem caixa para efetuar o pagamento de sua dívida de imediato;
- Acredita em uma tendência de alta no ativo.

O resumo na tabela abaixo ajudará você a fixar os conceitos de opções de compra e venda.

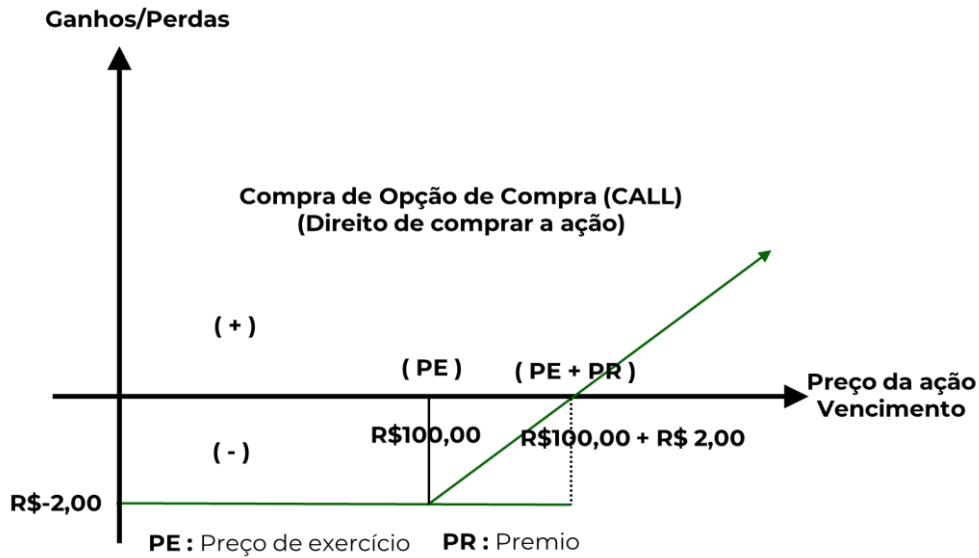
| OPÇÕES | | | | | | | |
|---------------|----|--------------|----|---------------|----|--------------|----|
| COMPRA (CALL) | | | | VENDA (PUT) | | | |
| TITULAR | | LANÇADOR | | TITULAR | | LANÇADOR | |
| DIREITO DE | DE | OBRIGAÇÃO DE | DE | DIREITO DE | DE | OBRIGAÇÃO DE | DE |
| COMPRAR | | VENDER | | VENDER | | COMPRAR | |
| PAGA O PRÊMIO | | RECEBE O | O | PAGA O PRÊMIO | | RECEBE O | O |
| | | PRÊMIO | | | | PRÊMIO | |

Importante: A sua prova ANBIMA costuma pedir interpretação gráfica de opções.

Para isso, estruturamos os gráficos de opção de compra e de venda sob a ótica do titular e lançador. Analise-os cuidadosamente para uma ótima

Representação Gráfica - Ganhos/perdas do TITULAR da opção de compra (Call)

Suponha que o comprador da opção paga um prêmio de R\$ 2,00 e, com isso, adquire o direito de comprar uma ação por R\$ 100,00.



O gráfico mostra que:

Se o preço da ação na data do exercício for menor que R\$ 100,00, o titular não exercerá e perderá R\$ 2,00 correspondentes ao valor do prêmio.

Se o preço da ação estiver entre R\$ 100,00 e R\$ 102,00, o titular exercerá recuperando parcialmente o capital investido, pois R\$ 102,00 é o preço de equilíbrio (preço de exercício + prêmio).

Se o preço da ação estiver acima de R\$ 102,00, o titular exercerá e terá ganho líquido.

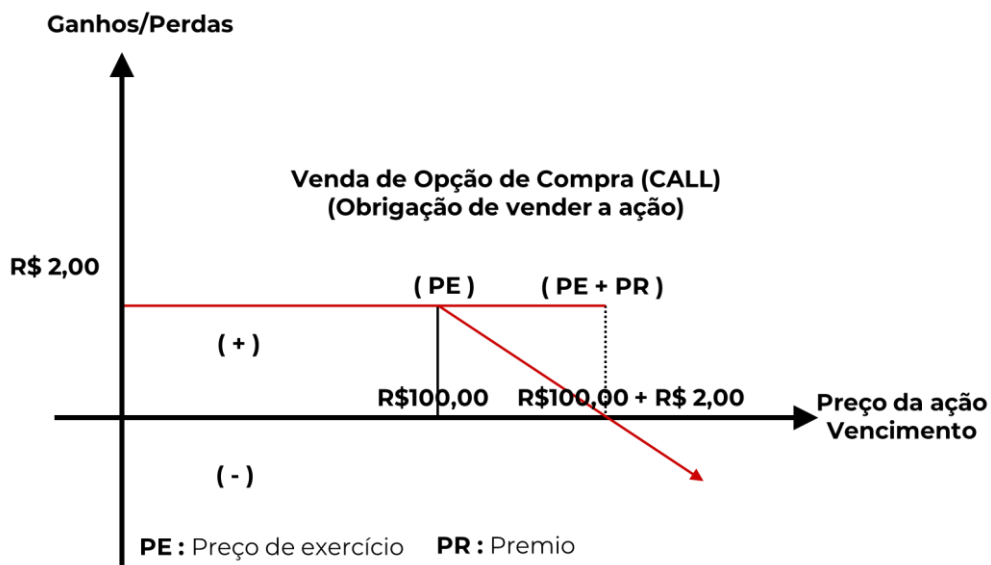
Lançador (Vendedor) de Opção de Compra (Call)

O lançador tem a **obrigação de vender** o ativo, se exercido. É o lado oposto ao titular de uma opção de compra. O lançador tem por expectativa a **tendência de queda no preço do ativo**.

Portanto, o ganho do vendedor está limitado ao prêmio que recebeu pela venda da opção de compra, sendo que esse ganho vai diminuindo à medida que há o exercício da opção pelo titular. O prejuízo do vendedor vai aumentando à medida que o preço do ativo aumenta.

Representação Gráfica: ganhos/perdas do LANÇADOR da opção de compra (Call).

Suponha que o lançador da opção receba um prêmio de R\$ 2,00 e, com isso, assume a obrigação (se exercido) de vender a ação por R\$ 100,00 ao comprador da opção.



O gráfico mostra que:

- Se o preço da ação na data do exercício for menor que R\$ 100,00, o lançador ganhará R\$ 2,00 correspondentes ao valor do prêmio. Lucro limitado ao prêmio.
- Se o preço da ação estiver entre R\$ 100,00 e R\$ 102,00, o ganho irá diminuir à medida que cresce o preço de mercado e se anulará quando atingir os R\$ 102,00.
- Se o preço da ação estiver acima dos R\$ 102,00, o lançador terá perdas crescentes.

Se você entendeu a dinâmica da opção de compra, sob a ótica do titular e lançador, acompanhe agora o processo com a opção de venda.

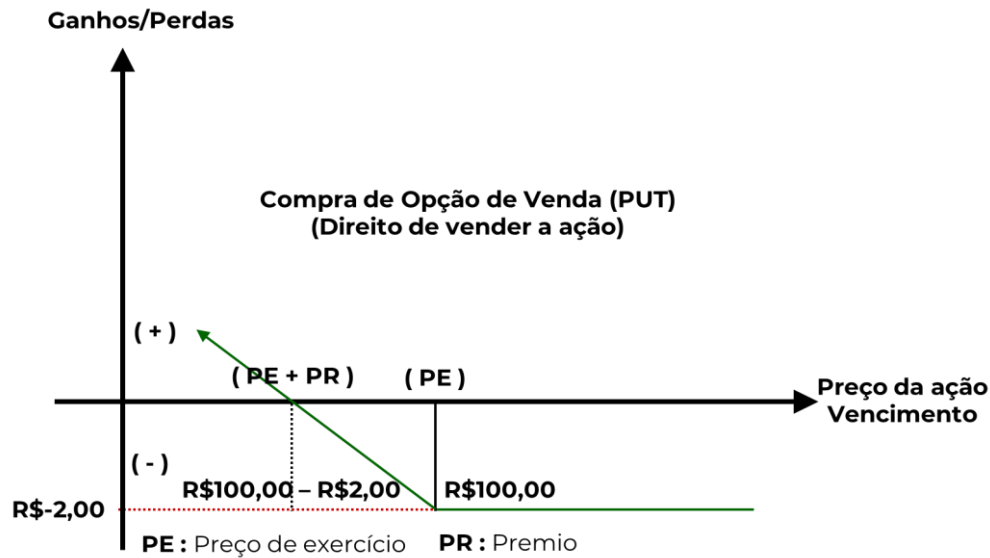
Titular (Comprador) de Opção de Venda (Put)

O titular da opção de venda **tem o direito de vender** determinado ativo a um preço definido, em uma certa data, se assim o desejar. Seu retorno vai diminuindo à medida que o preço do ativo objeto (preço no mercado à vista) vai aumentando. O titular ao adquirir uma opção de venda **tem por expectativa a queda no preço do ativo.**

O titular de uma opção de venda somente exercerá seu direito enquanto o preço de exercício for maior que o preço do ativo-objeto. Comprar uma opção de venda permite garantir um preço mínimo para vender o ativo, caso este se desvalorize. Pode ser considerada uma estratégia de hedge eficaz.

Representação Gráfica: ganhos/perdas do TITULAR da opção de venda (Put)

Suponha que o titular da opção paga um prêmio de R\$ 2,00 e, com isso, tem o direito de vender uma ação por R\$ 100,00.



O gráfico mostra que:

- Se o preço da ação, na data de exercício, for superior a R\$ 100,00, o titular não exercerá e perderá R\$ 2,00 correspondentes ao valor do prêmio pago.
- Se o preço da ação estiver entre R\$ 98,00 e R\$ 100,00, o titular exercerá e reduzirá o prejuízo.
- Se o preço da ação for inferior a R\$ 98,00, o titular exercerá e seu ganho será crescente à medida que o preço cai.

Lançador (VENDEDOR) de Opção de Venda (PUT)

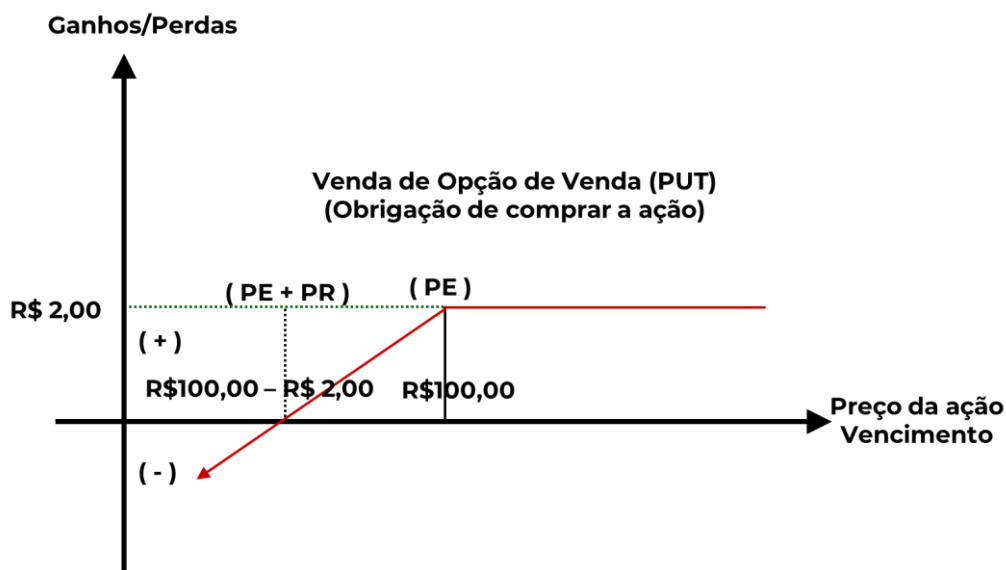
O lançador de opção de venda **tem a obrigação de comprar** se for exercido. Busca retorno, limitando ao mesmo tempo o seu ganho. Esta estratégia é adequada para investidores que estejam correndo risco por carregarem posição vendida.

Se o preço do ativo subir, o investidor perderá, nesse caso o lançador de uma opção de venda ficará com o prêmio se a opção for exercida.

Portanto, conclui-se que após o exercício da opção por parte do titular da opção de venda, o ganho do lançador fica limitado. Nos pontos em que o preço de mercado seja superior ao preço de exercício, o investidor estará sempre elevando seu retorno.

Representação Gráfica: ganhos/perdas do LANÇADOR da opção de venda (Put)

Suponha que o lançador da opção receba um prêmio de R\$ 2,00 e, com isso, assume a obrigação de comprar (se exercido) a ação por R\$ 100,00 do titular da opção.



O gráfico mostra que:

- Se o preço da ação, na data do exercício, **for menor que R\$ 98,00**, o lançador terá perdas, pois será exercido (vai ter que comprar a ação por um preço maior).
- Se o preço da ação estiver entre R\$ 98,00 e R\$ 100,00, o ganho irá diminuir à medida que cai o preço da ação e se anulará quando atingir os R\$ 98,00.
- Se o preço da ação estiver acima de R\$ 100,00, o lançador da opção de venda ganhará R\$ 2,00, correspondentes ao valor do prêmio, pois não será exercido.

Classificação das Opções

No quadro abaixo, podemos observar a relação que existe entre o preço de exercício da opção e o preço do ativo-objeto.

| CLASSIFICAÇÃO | OPÇÃO DE COMPRA | OPÇÃO DE VENDA |
|--|---|---|
| Dentro do dinheiro (in the Money) | Preço de exercício menor que o preço do ativo (à vista) | Preço de exercício maior que o preço do ativo (à vista) |
| No dinheiro (at the Money) | Preço de exercício igual que o preço do ativo (à vista) | Preço de exercício igual que o preço do ativo (à vista) |
| Fora do dinheiro (out of the Money) | Preço de exercício maior que o preço do ativo | Preço de exercício menor que o preço do ativo |

| | | |
|--|-----------|-----------|
| | (à vista) | (à vista) |
|--|-----------|-----------|

Exemplo de Opção de Compra:

| Valor atual | Preço Exercício | Valor Intrínseco (*) | Classificação |
|-------------|-----------------|-------------------------|--------------------|
| 73 | 63 | 10 | Dentro do dinheiro |
| 68 | 63 | 5 | Dentro do dinheiro |
| 63 | 63 | 0 | No dinheiro |
| 58 | 63 | 0 | Fora do dinheiro |
| 53 | 63 | 0 | Fora do dinheiro |

Exemplo de Opção de venda – raciocínio contrário à compra:

| Valor atual | Preço Exercício | Valor Intrínseco (*) | Classificação |
|-------------|-----------------|-------------------------|------------------|
| 73 | 63 | 0 | Fora do dinheiro |
| 68 | 63 | 0 | Fora do dinheiro |
| 63 | 63 | 0 | No dinheiro |

| | | | |
|----|----|----|--------------------|
| 58 | 63 | 5 | Dentro do dinheiro |
| 53 | 63 | 10 | Dentro do dinheiro |

O valor intrínseco de uma opção tem relação direta apenas com a vantagem imediata que este contrato proporciona ao investidor titular da opção. Assim, uma opção de compra só possui algum valor intrínseco quando o seu preço de exercício (*strike price*) for menor que a cotação do ativo-objeto no mercado (preço spot), valendo a pena para o titular exercer o seu direito de compra do ativo-objeto. O valor intrínseco de um contrato de opção de compra pode ser calculado pela subtração do preço spot do ativo-objeto pelo preço de exercício.

Por outro lado, uma opção de venda só possui valor intrínseco quando o seu preço de exercício (strike) for maior que a cotação do ativo-objeto no mercado (preço spot), valendo a pena para o titular exercer o seu direito de venda do ativo-objeto. O valor intrínseco de uma opção de venda é calculado pela subtração do preço de strike do contrato pelo preço spot do ativo-objeto.

De um modo geral, o valor intrínseco pode ser definido matematicamente como:

$$\text{OPÇÃO DE COMPRA (CALL)} = (\text{Valor Atual} - \text{Valor de Exercício})$$

$$\text{OPÇÃO DE VENDA (PUT)} = (\text{Valor de Exercício} - \text{Valor Atual})$$

Exemplo 1:

A ação BBAS3 (ativo-objeto) está sendo negociado no mercado à vista pelo valor de R\$ 24,94. Uma opção de compra deste ativo-objeto pelo valor de R\$ 24,00 (*strike price*) possui um valor intrínseco de R\$ 0,94.

Percebam que para o cálculo do valor intrínseco desta opção de compra não precisamos saber qual a sua data de vencimento. O fator tempo não é considerado para o cálculo do valor intrínseco. Considera-se apenas a vantagem imediata dessa opção para o investidor. Neste caso, a vantagem significa um lucro de R\$ 0,94 por opção de compra, caso o titular exerça seu direito de exercício.

Exemplo 2:

A ação BVMF3 (ativo-objeto) está sendo negociado no mercado à vista pelo valor de R\$ 11,02. Uma opção de venda deste ativo (ativo-objeto) pelo valor de R\$ 12,00 (*strike price*) possui um valor intrínseco de R\$ 0,98.

Percebam que para o cálculo do valor intrínseco desta opção de venda também não precisamos saber qual a sua data de vencimento. O fator tempo não é considerado para o cálculo do valor intrínseco. Considera-se apenas a vantagem imediata dessa opção para o investidor. Neste caso, a vantagem significa um lucro de R\$ 0,98 por opção de venda, caso o titular exerça seu direito de exercício.

6.4.3 Efeito no prêmio das Opções

O modelo de Black & Scholes pressupõe que o prêmio da CALL é função das seguintes variáveis:

- Preço à vista: quanto maior, maior o prêmio;
- Preço de exercício: quanto maior, menor o prêmio;
- Taxa de juros: quanto maior, maior o prêmio;
- Prazo de vencimento: quanto maior, maior o prêmio;
- Volatilidade: quanto maior, maior o prêmio.

6.4.4 Estratégias de Proteção, Alavancagem e Posicionamento

- **Proteção ou Hedge:** reduz a exposição ao risco de preços, transferindo para um investidor que tenha posição contrária à sua ou para investidores que desejem aceitá-lo em troca de uma oportunidade de lucro – especulador. Funciona como um "seguro de preço".
- **Posicionamento ou Especulação:** é adotada pelo investidor que está disposto a correr riscos em busca de maior retorno. Quando acredita na alta do preço de um ativo, assume posição comprada – ganha com a alta. Quando acredita na queda do preço do ativo, assume uma posição vendida – ganha com a queda.
- **Alavancagem:** estratégia que permite assumir riscos de valor superior ao patrimônio da carteira, ou seja, amplia os resultados de ganho e de perdas.
- **Posicionamento x Alavancagem:** na estratégia de posicionamento, a posição de risco é IGUAL ou MENOR do que o patrimônio da carteira; na alavancagem, a posição de risco é SUPERIOR ao patrimônio da carteira.

RESUMO DAS ESTRATÉGIAS
Opção de Compra

| ESTRATÉGIA | OPÇÃO DE COMPRA | |
|--------------------|--|---|
| | Titular | Lançador |
| Quando usar | Acredita na elevação do preço do ativo | Acredita na queda do preço do ativo |
| Potencial de lucro | Acima do ponto de equilíbrio (preço de exercício + prêmio), à medida que o preço do ativo sobe, o lucro cresce | O valor do prêmio, se sua expectativa de queda se confirmar |
| Potencial de perda | Se a expectativa de alta não se confirmar, perde o prêmio | Ilimitado acima do ponto de equilíbrio (preço de exercício + prêmio), à medida que o preço do ativo sobe, seu prejuízo cresce |

Opção de Venda

| ESTRATÉGIA | OPÇÃO DE COMPRA | |
|-------------|-------------------------------------|--|
| | Titular | Lançador |
| Quando usar | Acredita na queda do preço do ativo | Acredita na elevação do preço do ativo |

| | | |
|--------------------|---|---|
| Potencial de lucro | Abaixo do ponto de equilíbrio (preço de exercício + prêmio), à medida que o preço do ativo sobe, o lucro cresce | O valor do prêmio, se sua expectativa de alta se confirmar |
| Potencial de perda | Se a expectativa de queda não se confirmar, perde o prêmio | Abaixo do ponto de equilíbrio (preço de exercício + prêmio), à medida que o preço do ativo cai, seu prejuízo cresce |

6.4.5 Contratos futuros de balcão sem entrega física (NDF – *non deliverable forward*).

Conceito

NDF (*Non Deliverable Forward*), ou **Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física** é um derivativo operado em **mercado de balcão**, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda. É uma operação normalmente **utilizada como instrumento de hedge**, pois o contratante de um NDF **garante uma taxa de câmbio futura** para a moeda base do contrato. No Brasil, as operações de NDF são contratadas **nas mesas de operações dos bancos comerciais** (ligação telefônica) e/ou **na internet** ("Proteção Cambial On-Line", exclusiva do Banco do Brasil).

O **NDF** pode ser melhor compreendido através de um exemplo:

A empresa "X" tem uma obrigação no valor de US\$ 1.000.000,00 com vencimento em 30 dias. Para se proteger da variação cambial, compra a termo (compra NDF) no mesmo valor e vencimento da obrigação. Se fosse um exportador, por outro lado, deveria

vender moeda a termo. Supondo-se que a taxa contratada foi de US\$ 1,00 = R\$ 2,20, analisemos duas possibilidades ao final da operação:

1. Dólar cotado a R\$ 2,30 -> Nesse caso, a empresa receberá do banco (contraparte) R\$ 0,10 por dólar (diferença entre cotação do dia e taxa previamente pactuada) da operação, ou seja, R\$ 100.000,00. Sendo assim, para pagar a dívida de R\$ 2.300.000,00, a empresa desembolsará apenas os R\$ 2.200.000,00 conforme o previsto no início da operação, ficando o restante por conta do ganho com o NDF.

2. Dólar cotado a R\$ 2,05 -> Nesse caso, a empresa pagará ao banco (contraparte) R\$ 0,15 por dólar da operação, ou seja, R\$ 150.000,00. Como a dívida convertida em R\$ no dia ficou em 2.050.000,00, a empresa terá que desembolsar ao todo os mesmos R\$ 2.200.000,00 previstos no início do NDF.

Se é feita compra a termo, e o preço sobe, recebe-se o crédito da diferença, uma vez que se pagou pela moeda, no vencimento, preço mais baixo do que está negociado em mercado. Ao contrário, se é feita venda a termo, recebe-se crédito, se o preço da moeda cai, uma vez que se vendeu mais caro do que o preço de mercado. O raciocínio oposto ocorre: debita-se quando o comprador de moeda vê-la diminuir de preço ou quando o vendedor de moeda vê-la aumentar de preço.

Cabe ressaltar que não há entrega física do dólar (ou qualquer outra moeda estrangeira envolvida na operação) fazendo-se apenas o pagamento da diferença entre a taxa acordada previamente e a taxa do dia do vencimento da operação (ajuste).

6.4.6 Tributação

Mercado a termo

Fato Gerador: Ganho líquido auferido na negociação/liquidação de contratos a termo.

Base de Cálculo: o resultado positivo da soma algébrica dos ajustes diários apurados na liquidação dos contratos ou no encerramento.

Alíquota: 15%

Imposto de Retido na Fonte:

Haverá a incidência de IR a alíquota de 0,005%, sobre os seguintes valores:

- a) quando houver a previsão de entrega do ativo objeto na data do seu vencimento; a diferença se positiva, entre o preço a termo e o preço à vista na data da liquidação;
- b) com liquidação exclusivamente financeira; o valor da liquidação previsto no contrato.

6.4.6.1 Compensação de Perdas

As perdas incorridas poderão ser compensadas com os ganhos líquidos auferidos, no próprio mês ou nos meses subsequentes, em outras operações realizadas nos demais mercados de bolsa.

Mercado Futuro

Fato Gerador: Ganho líquido auferido na negociação/liquidação de contratos futuros.

Base de Cálculo: o resultado positivo da soma algébrica dos ajustes diários apurados na liquidação dos contratos ou no encerramento.

Alíquota: 15%

Imposto de Retido na Fonte:

Haverá a incidência do IRF à alíquota de 0,005%, sobre os seguintes valores:

Nos mercados a futuros, a soma algébrica dos ajustes diários, se positiva, apurada por ocasião do encerramento da posição, antecipadamente ou no seu vencimento.

Compensação de Perdas:

As perdas incorridas poderão ser compensadas com os ganhos líquidos auferidos, no próprio mês ou nos meses subsequentes, em outras operações realizadas nos demais mercados de bolsa.

Swap

Fato gerador: é o ajuste positivo na liquidação ou cessão do swap (resultado positivo swap).

Base de cálculo: é a liquidação financeira do swap, ou seja, o valor do ajuste pago por uma parte à sua contraparte.

Alíquotas: segue a tabela a seguir:

| Prazo de Permanência | Alíquota |
|--|----------|
| Até 180 dias | 22,5% |
| De 181 dias a 360 dias | 20,0% |
| De 361 dias até 720 dias | 17,5% |
| Acima de 720 dias | 15,0% |

Embora o Swap seja uma operação do mercado de **renda variável**, para efeito de incidência é equiparado ao mercado de **renda fixa**.

Compensação de Perdas: pessoas físicas não têm como compensar perdas em operações de *swap*, mas pessoas jurídicas podem levar o prejuízo do *swap* a balanço, caso tenham outras receitas em *swaps*. Ou seja, pessoas jurídicas podem compensar perdas de *swaps* com resultados positivos de *swaps* no ajuste anual de IR. Importante notar que este benefício de levar o prejuízo do *swap* a balanço, só ocorre quando a pessoa jurídica tiver receitas em operações de *swap*.

Opções: Nessas operações, o recolhimento do imposto de renda é de responsabilidade do contribuinte. Essas apurações devem ser feitas para cada ativo isoladamente, porém, o recolhimento poderá ser feito por um único DARF. O imposto de renda é apurado em períodos mensais e pago até o último dia útil do mês subsequente ao da apuração, através de DARF específico.

Fato Gerador: Ganho líquido auferido na negociação/liquidação.

Base de Cálculo: Diferença positiva apurada na negociação desses ativos ou no exercício da opção.

Alíquota: 15%

Imposto de Retido na Fonte:

Haverá a incidência do IRF à alíquota de 0,005% sobre os seguintes valores:

Nos mercados de opções será sobre o resultado, se positivo, da soma algébrica dos prêmios pagos e recebidos no mesmo dia.

Compensação de Perdas: Para fins de apuração e pagamento do imposto mensal sobre os ganhos líquidos, as perdas incorridas poderão ser compensadas com os ganhos líquidos auferidos, no próprio mês ou nos meses subsequentes, em outras operações realizadas nos mercados de bolsa.

6.5 Fundos de Investimentos

Os fundos de investimento são considerados veículos de investimento coletivo. O objetivo de reunir pessoas em sociedades de investimento surgiu no século XVIII. A primeira companhia de investimentos foi uma sociedade suíça, fundada por banqueiros na cidade de Genebra em 1849, e denominada Omnium. Na Inglaterra, a publicação do Companies Act, em 1862, que disciplina as sociedades anônimas e os títulos por elas emitidos, proporcionou a criação dos primeiros investment trusts (sociedades de investimento), o London Financial Association e a International Financial Society, em 1863.

Nos EUA, o New York Stock Trust, de 1889, é considerado o primeiro organismo americano que se pode chamar de investment trust. Já na Europa, o instituto do fundo comum de investimento, constituído sob a forma condominial, também passou a ser regulado na França e na Bélgica em 1957, e na Holanda em 1960.

No Brasil, em 1957, foi constituído aquele que pode ser considerado o primeiro fundo de investimento do país, denominado Crescinco, administrado pela Companhia de Empreendimento e Administração IBEC, subsidiária da norte-americana International Basic Economy Corporation, baseada em Nova Iorque. Desde então, seu funcionamento foi aprimorado e as estratégias de alocação dos recursos ampliadas.

Atualmente, nas esferas legal e tributária, o fundo é designado como comunhão de recursos constituída sob a forma de condomínio. É possível investir em dívidas, participações (pequenas, médias e grandes empresas), imóveis, moedas, commodities etc., através de fundos. Sua estrutura é muito organizada, contando com agentes independentes para o seu funcionamento (gestor, administrador, custodiante e auditor) e a supervisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Mensalmente os gestores devem encaminhar a carteira do fundo (ativos) para a CVM que monitora o seu funcionamento. Hoje, a indústria de fundos de investimentos no Brasil reúne mais de 19 mil fundos e um patrimônio em torno de R\$ 5,4 trilhões em dezembro de 2019.

Aspectos Gerais

Os fundos de investimentos se caracterizam como um condomínio que reúnem os recursos de um conjunto de pessoas físicas ou jurídicas com os mesmos objetivos. Os

recursos captados pelos fundos são destinados à aplicações diversas em títulos e valores mobiliários, em modalidades de ativos disponíveis nos mercados financeiros e de capitais e em cotas de outros fundos de investimentos.

Atualmente, os fundos são constituídos com base na ICVM 555/14, que estabelece as regras de criação e funcionamento desta modalidade de aplicação.

Conceito de condomínio

Os fundos de investimento são constituídos sob a forma de condomínio, dessa forma, os direitos e obrigações são idênticos para cada investidor.

A rentabilidade gerada num fundo de investimento será atribuída a cada investidor na proporção de sua participação no fundo. O mesmo procedimento será adotado com relação às despesas do fundo.

Constituição e registro na CVM

Conforme regulamentado pela Instrução CVM 555:

Art. 6º - O fundo será constituído por deliberação de um administrador a quem incumbe aprovar, no mesmo ato, o regulamento do fundo.

Art. 7º - O funcionamento do fundo depende do prévio registro na CVM, o qual será procedido por meio do envio, pelo administrador, dos documentos previstos no art. 8º, por meio do Sistema de Envio

de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e considerar-se-á automaticamente concedido na data constante do respectivo protocolo de envio.

Art. 8º - O pedido de registro deve ser instruído com os seguintes documentos e informações:

I. regulamento do fundo, elaborado de acordo com as disposições desta Instrução;

II. declaração do administrador do fundo de que o regulamento do fundo está plenamente aderente à legislação vigente;

III. os dados relativos ao registro do regulamento em cartório de títulos e documentos;

IV. declaração do administrador do fundo de que firmou os contratos mencionados no art. 78, se for o caso, e de que estes se encontram à disposição da CVM;

V. nome do auditor independente;

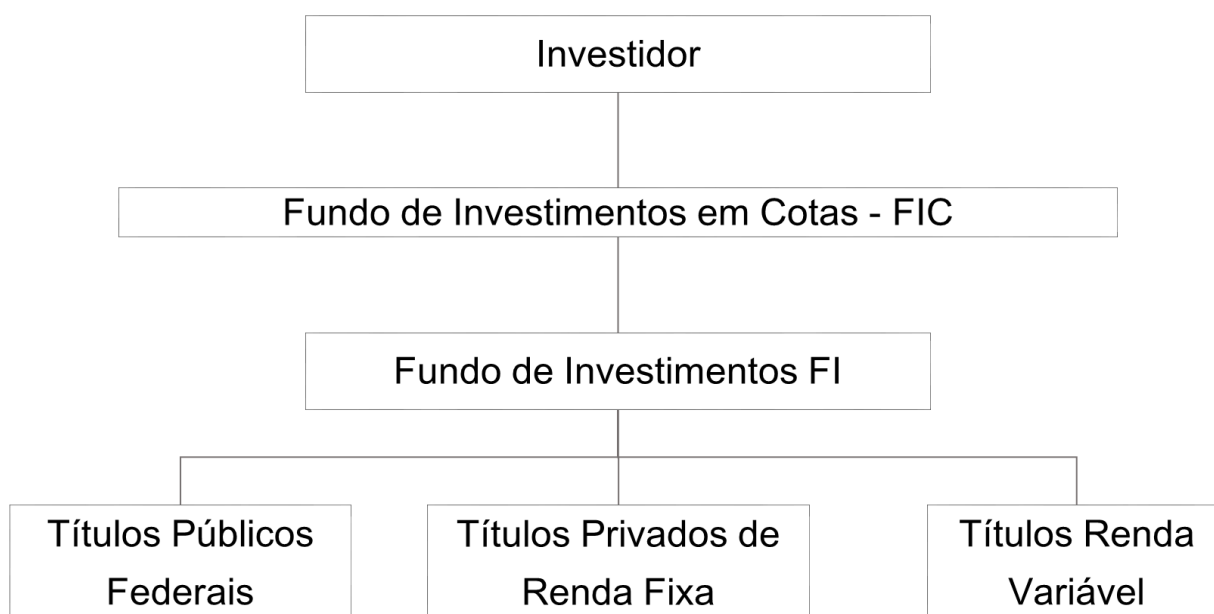
VI. inscrição do fundo no CNPJ; e

lâmina de informações essenciais, elaborada de acordo com o Anexo 42 desta Instrução, no caso de fundo aberto que não seja destinado exclusivamente a investidores qualificados.

Fundos de investimentos - são fundos que investem os recursos na aquisição direta de títulos e valores mobiliários, bem como em quaisquer outros ativos disponíveis no mercado financeiro e de capitais, sempre obedecendo o que determina o regulamento.



Fundos de Investimentos em Cotas - são fundos cujos recursos são destinados à aquisição de cotas de um fundo de investimento - FI. Esta modalidade de fundo, obrigatoriamente, deve manter no mínimo 95% de seu patrimônio, aplicado em cotas de fundo de investimento da mesma classe, exceto os FICs classificados como "Multimercado", que podem investir em cotas de fundos de classes distintas.



Tipos de Fundos: abertos e fechados

Fundos Abertos

Nos fundos abertos é permitida a entrada de novos cotistas ou o aumento da participação dos antigos por meio de novos investimentos. De modo análogo, também é permitida a saída de cotistas, por meio de resgates de cotas a qualquer momento. O Fundo Aberto não tem uma data de vencimento, portanto, o investidor não precisa renovar sua aplicação. Isso é considerado vantagem dos fundos abertos, pois o cotista pode aplicar e sacar os recursos a qualquer momento.

Principais características:

- Não tem vencimento - significa que o investidor não precisa renovar sua aplicação.
- Admite aquisição e resgate de cotas a qualquer momento.
- Adequado para investidores que precisam de liquidez.

- O número de cotas varia de acordo com a dinâmica de aplicações e resgates. Mais aplicação, o número aumenta, mais resgates, o número de cotas diminui.
- Os ativos que compõem a carteira de um fundo aberto devem ser de alta liquidez.

Fundos Fechados

Por sua vez, os fundos fechados, a aplicação e o resgate só são admitidos apenas em períodos previamente determinados no regulamento do fundo. Dessa forma, após o término do período de captação de recursos pelo fundo, não são permitidos novos cotistas, nem novos investimentos pelos antigos cotistas.

Ademais, também não é permitido o resgate de cotas por vontade do cotista; dessa maneira, caso deseje sair do fundo antes de seu vencimento ou liquidação, o cotista deve transferir suas cotas para outro investidor antes do encerramento do fundo. O regulamento do fundo fechado pode estabelecer uma data para vencimento ou não, e existe um período definido para o resgate de cotas. Nesse tipo de fundo, o investidor somente poderá reaver os recursos investidos no caso de liquidação do fundo ou no seu vencimento, caso haja.

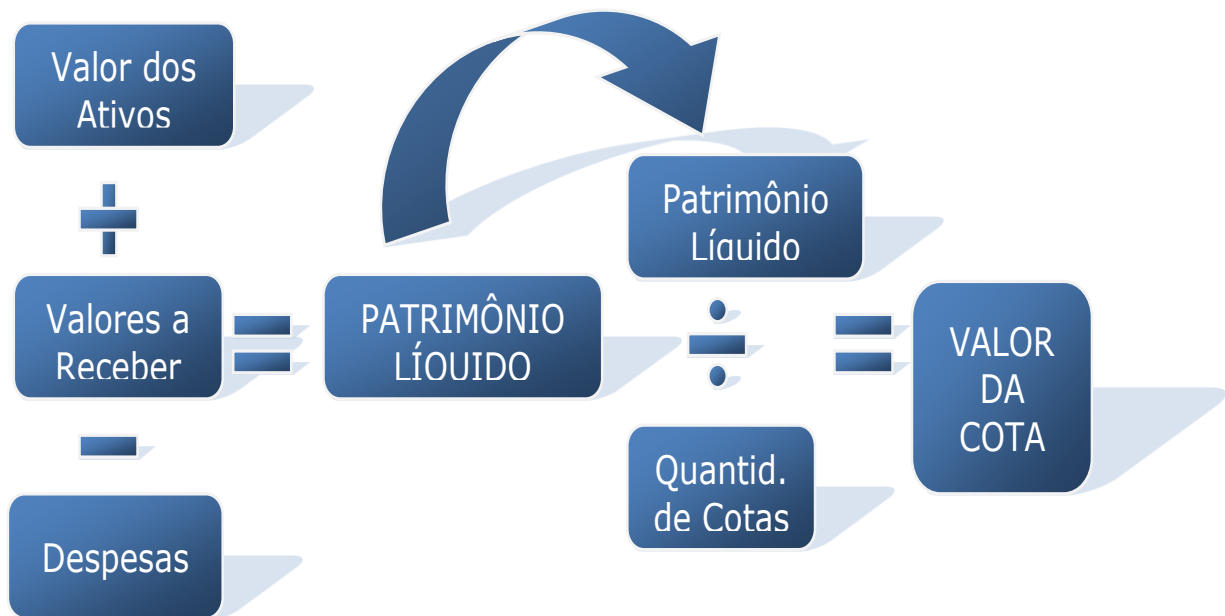
Principais características:

- Fundo pode ter vencimento ou não.
- A aplicação deve ser feita somente durante o prazo de aquisição de cotas.
- O resgate de cotas ocorre somente no dia do vencimento do fundo ou quando este for liquidado.

- O resgate antes do vencimento não é permitido, desta forma, o investidor deverá vender suas cotas no mercado secundário na B3 S/A.
- Não é recomendado para investidores com necessidade de liquidez.
- O número de cotas não varia.
- Os ativos que compõem a carteira podem ser de baixa liquidez.

Cota. Valor da cota e transferência de titularidade. Fatores que afetam o valor da cota

A cota é uma fração ideal do patrimônio do fundo, são escriturais e nominativas. Ao aplicar seus recursos em um fundo, o investidor adquire um determinado número de cotas que é obtido dividindo-se o valor aplicado pelo valor da cota de entrada (conforme o regulamento do fundo). O cálculo da cota, nos fundos abertos, é feito diariamente dividindo-se o patrimônio líquido atualizado pelo número de cotas do fundo. Desta forma, a valorização ou desvalorização diária dos títulos que compõem a carteira do fundo, assim como receitas e despesas, o lucro ou prejuízo na negociação dos títulos, taxa de administração, incorporação de dividendos, ou seja, a movimentação diária do fundo, afeta o seu patrimônio e, portanto, o valor da cota.



Exemplo - um administrador lançou o Fundo Referenciado DI Universo. No dia em que o fundo é aberto à captação, é conferido um valor para a cota, geralmente este valor é de R\$ 1,00. Um determinado investidor resolveu aplicar R\$ 1.000,00 no Fundo Referenciado DI Universo. Deste modo, da mesma maneira que todos os investidores que aplicaram recursos neste fundo, nesse dia, este investidor adquiriu cotas por R\$ 1,00.

Assim sendo, ao aplicar R\$ 1.000,00, este investidor adquiriu 1.000 cotas do fundo. Agora vamos imaginar que, 1 (um) mês depois, o valor da cota do fundo fosse de R\$ 1,004708, o investidor permaneceria com 1.000 cotas do Fundo Referenciado DI Universo, mas o valor aplicado teria subido de R\$ 1.000,00 para R\$ 1.004,71.

Cotas de fundos são **valores mobiliários**, portanto, os fundos são regulamentados e fiscalizados pela **CVM – Comissão de Valores Mobiliários**.

As cotas de fundo fechado e seus direitos de subscrição podem ser transferidos, mediante termo de cessão e transferência, assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou por meio de negociação em mercado organizado em que as cotas do fundo sejam admitidas à negociação.

A transferência de titularidade das cotas de fundo fechado fica condicionada à verificação, pelo administrador, do atendimento das formalidades estabelecidas no regulamento e na Instrução CVM em vigor.

Composição da carteira e riscos inerentes

O aspecto mais importante ao se lidar com o risco, sob a ótica do investidor, é a Diversificação, isto é, não colocar "todos os ovos na mesma cesta": tudo em fundos DI, só poupança, apenas CDB. A seguir, vem a Informação, isto é, conhecer as características dos investimentos.

O investidor deve considerar o risco da carteira, a cada investimento/resgate, seja para adicionar um novo ativo ou elevar/reduzir outro já existente. Por exemplo: um ativo com alta volatilidade poderia ser considerado de alto risco quando analisado individualmente, porém, se este ativo apresenta tendência de valorização ou desvalorização contrárias às da carteira, isto é, correlação negativa, sua aquisição irá diminuir o risco da carteira.

A matéria prima dos modelos de administração de risco são os dados do passado. O passado, porém, raramente nos revela quando ocorrerá a ruptura no futuro. A surpresa

é um combustível, sobretudo, no mundo das finanças. Portanto, a ciência da administração do risco nunca traça um quadro futuro perfeito, nas imperfeições que se esconde a turbulência.

Os tipos de risco dos Investimentos

Risco de Mercado: decorre de movimentos nos preços ou nas taxas de juro dos ativos que compõem a posição/portfólio. Também se enquadram nesta categoria os riscos Cambial, País e sistêmico.

Só se verifica quando o ativo é negociado antes do seu vencimento, pois a liquidação no vencimento é feita pelo valor par (valor do contrato).

Os impactos com movimentos de taxas variam:

- ativos com taxas pré-fixadas:
- sofrem desvalorização com a elevação da taxa de juros e apresentam valorização com a queda.
- ativos com taxas flutuantes ou pós fixados:
- sem deságio: não impacta no preço do ativo, apenas no nível do rendimento.
- com deságio: o deságio segue as regras dos ativos com taxas pré-fixadas.
 - O risco de Mercado é medido pelo descolamento em relação a um benchmark (referencial).

Risco de Liquidez: decorre da facilidade e ou dificuldade com que pode converter um ativo em dinheiro vivo, pelo valor de mercado a qualquer momento, antes do seu vencimento.

Neste quesito, os investimentos podem ser:

- com liquidez garantida: fundos de investimento, poupança, títulos públicos, CDB-DI.
- não tem liquidez antes do vencimento ou carência: fundos de capital garantido, títulos de capitalização, previdência, RDB.
- dependem de achar um comprador: ações no mercado à vista, debêntures, imóveis, CDB, L.C., LCI.

Risco de Crédito: decorre de uma obrigação de resgate e ou liquidação, que não seja honrada pela respectiva contraparte (a empresa emitente, ou o Banco) - quando ocorre um default.

No caso de captações pelas Instituições Financeiras (CDB, RDB, LC, LCI, LI, Poupança, Depósitos à vista), há o FGC - Fundo Garantidor de Crédito, que cobre até R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ. É importante ficar claro que, o FGC garante os títulos que compõem a carteira dos fundos e não o capital do cotista. Logo, se um fundo tiver problemas e não honrar seus compromissos, o FGC não ressarcirá o cotista, mas se caso um CDB, presente na carteira, não for honrado, o fundo garantidor ressarcirá o fundo em até R\$250.000,00.

Risco Operacional: decorre da falta de consistência e adequação dos sistemas, processamento de operações, bem como de falhas nos controles internos, fraudes ou qualquer evento deste tipo.

Risco Legal: decorre do potencial questionamento jurídico na execução dos contratos. Esta categoria de risco deve ser mensurada para investimentos que envolvam contratos específicos e os *taylor made*⁶.

Taxas de administração e outras despesas

Como regra, as instituições administradoras estabelecem em regulamento uma taxa pela administração da carteira e funcionamento do fundo, que é conhecida como taxa de administração e é cobrada na forma de percentual sobre o patrimônio do fundo. Além da taxa de administração, a legislação permite que possam ser cobradas ainda uma taxa de ingresso, no momento da aplicação e ainda uma taxa de saída, neste caso, pela saída dentro de um período mínimo estabelecido em regulamento, induzindo assim o cotista a ficar mais tempo com os recursos aplicados no fundo. Outra taxa que, quando estabelecida em regulamento, pode ser cobrada é a taxa de performance ou *sucess fee*, na forma de um percentual sobre o ganho que exceder 100% de um determinado índice de referência (benchmark).

Exemplo:

⁶ Taylor made significa personalização à medida de cada cliente. Esse modelo oferece vários benefícios às partes envolvidas, e, quando aplicado a processos contratuais, beneficia tanto o contratante como o contratado. Através desse acordo, eles estabelecem uma vantagem competitiva frente a seus concorrentes, já que a flexibilidade permite atender às especificidades de cada empresa.

- **Taxa de administração** de 1,5% a.a. cobrada diariamente sobre o patrimônio do Fundo.
- **Taxa de performance** de 20% sobre o retorno que ficar acima de 100% da variação do CDI no período de 6 meses.
- **Taxa de ingresso** de 10% sobre o valor aplicado.
- **Taxa de saída** de 3,5% sobre o valor resgatado se o saque ocorrer após 180 dias da data de aplicação, 2,0% do valor resgatado se o resgate acontecer após transcorridos 12 meses da data de aplicação. Após 12 meses não será mais cobrada taxa de saída.

É sempre importante lembrar que quanto maior a taxa de administração, menor será o retorno que o fundo oferecerá, assim cada 1% de taxa de administração cobrada pelo fundo representa menos 1% de rentabilidade proporcionada ao cotista. Desta forma, quanto menor a taxa de administração, maior será, teoricamente, a rentabilidade do fundo, mantidas inalteradas todas as outras variáveis. Contudo, se para os fundos do segmento de renda fixa este fato é incontestável, para os fundos de renda variável cabem algumas ponderações. Para os fundos de gestão passiva, não há o que contestar em relação a este ponto: menores taxas significam maiores retornos. Por sua vez, os fundos de gestão ativa, a taxa de administração se torna, no mínimo, secundária. Nestes casos, o que interessa é o resultado líquido que o fundo oferece. Se ele cobra uma taxa de administração superior a outros fundos, mas proporciona retorno líquido acima de outros fundos, melhor para o investidor que estará simplesmente sendo remunerado pela qualidade do serviço prestado.

É sempre bom ter em mente, e conforme Fortuna (2017, p.633), que: “quanto menor a taxa de juros de referência do mercado, Selic, menor terá que ser a taxa cobrada pelo fundo de investimento, sem distinção de classe de tributação e/ou capacidade de gestão” .

Direitos e obrigações dos condôminos

Direitos

- Ser informado sobre as características do fundo pelo administrador;
- Receber as informações sobre a composição da carteira ao mesmo tempo em que os outros cotistas e interessados;
- Receber convocação para Assembleia Geral de Cotistas dentro do prazo regulamentar;
- Receber qualquer informação que, porventura, possa alterar sua decisão de investimento (fato relevante).

Obrigações

- Comparecer às Assembleias Gerais dos Cotistas. A presença não é obrigatória, mas certas questões de interesse dos cotistas são decididas nessas assembleias e o não comparecimento pode resultar em uma decisão desfavorável ao cotista;
- Ler atentamente o regulamento e os demais instrumentos de divulgação do fundo antes de investir;

- Responder por eventual patrimônio líquido negativo do fundo, sem prejuízo da responsabilidade do administrador e do gestor, se houver, em caso de inobservância da política de investimento ou dos limites de concentração previstos no regulamento e na regulamentação vigente;
- Assinar Termo de Adesão e Ciência de Risco ao aplicar no fundo, com exceção do Fundo de Renda Fixa Simples que será apresentado no capítulo das principais modalidades dos Fundos de Investimento.

Administração

Vedações e obrigações do Administrador e do Gestor

É vedado ao administrador e ao gestor, no que é aplicável, praticar os seguintes atos em nome do fundo:

- receber depósito em conta corrente;
- contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade autorizada pela CVM;
- prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- vender cotas à prestação, sem prejuízo da integralização a prazo de cotas subscritas;
- prometer rendimento predeterminado aos cotistas;
- realizar operações com ações fora de mercado organizado;
- utilizar recursos do fundo para pagamento de seguro contra perdas financeiras de cotistas; e
- praticar qualquer ato de liberalidade.

Obrigações do Administrador e do Gestor

- diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem:
 - o registro de cotistas;
 - o livro de atas das assembleias gerais;
 - o livro ou lista de presença de cotistas;
 - os pareceres do auditor independente;
 - os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do fundo; e
 - a documentação relativa às operações do fundo.
- solicitar, se for o caso, a admissão à negociação das cotas de fundo fechado em mercado organizado;
- pagar a multa cominatória, nos termos da legislação vigente, por cada dia de atraso no cumprimento dos prazos previstos;
- manter atualizada junto à CVM a lista de prestadores de serviços contratados pelo fundo, bem como as demais informações cadastrais;
- custear as despesas com elaboração e distribuição do material de divulgação do fundo, inclusive da lâmina, se houver;
- manter serviço de atendimento ao cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, conforme definido no regulamento do fundo;
- observar as disposições constantes do regulamento;
- cumprir as deliberações da assembleia geral; e

- fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo fundo.

Normas de Conduta

O administrador e o gestor, nas suas respectivas esferas de atuação, estão obrigados a adotar as seguintes normas de conduta:

- exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o fundo, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e do fundo, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida, e respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua administração ou gestão;
- exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do fundo, ressalvado o que dispuser o regulamento sobre a política relativa ao exercício de direito de voto do fundo; e
- exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do fundo, ressalvado o que dispuser o formulário de informações complementares sobre a política relativa ao exercício de direito de voto do fundo;
- empregar, na defesa dos direitos do cotista, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, e adotando as medidas judiciais cabíveis.

Sem prejuízo da remuneração que é devida ao administrador e ao gestor na qualidade de prestadores de serviços do fundo, o administrador e o gestor devem transferir ao fundo qualquer benefício ou vantagem que possam alcançar em decorrência de sua condição.

É vedado ao administrador, ao gestor e ao consultor o recebimento de qualquer remuneração, benefício ou vantagem, direta ou indiretamente por meio de partes relacionadas, que potencialmente prejudique a independência na tomada de decisão de investimento pelo fundo.

A vedação de que trata o parágrafo acima não incide sobre investimentos realizados por:

- I. Fundo de Investimento em cotas de Fundo de Investimento que invista mais de 95,00% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio em um único Fundo de Investimento; ou
- II. Fundos de Investimento exclusivamente destinados a investidores profissionais, desde que a totalidade dos cotistas assine termo de ciência.

Objetivo do fundo e política de investimento. Definição e finalidade.

O Objetivo do fundo descreve aquilo a que o fundo se propõe, a sua meta. Por exemplo, ultrapassar um determinado índice de referência (benchmark). Já a Política de Investimento descreverá como o gestor pretende atingir esse objetivo proposto, por exemplo, comprando ações que possuam um potencial de rentabilidade superior à média do mercado acionário, de acordo com uma determinada metodologia.

Entender o Objetivo e a Política de Investimento do Fundo é fundamental para que o investidor escolha um fundo corretamente.

Objetivo de investimento: os objetivos dos fundos dizem respeito ao seu “fim”, e devem responder à pergunta.

“Onde o fundo pretende chegar?” .

Dessa forma, o administrador deverá descrever, obrigatoriamente, os objetivos de investimento do fundo, mencionando, quando for o caso, metas e parâmetros de performance.

Poderá também indicar a categoria ou tipo do Fundo de Investimento.

Política de investimento: A Política de Investimento de um fundo tem por finalidade definir a linha de atuação quanto aos instrumentos financeiros que podem compor a carteira, os riscos que o fundo pode correr e o que o administrador e o gestor podem ou não fazer para que os objetivos constantes do regulamento sejam alcançados.

A política de investimentos diz respeito aos “meios” utilizados, devendo responder à questão: “como o Objetivo será atingido?” .

Assim, a política de investimentos deve descrever, obrigatoriamente, como o fundo pretende atingir o seu objetivo, identificando as principais estratégias técnicas ou práticas de investimento utilizadas, os tipos de títulos e valores mobiliários nos quais o Fundo de Investimento pode investir (incluindo derivativos e suas finalidades), políticas de seleção e alocação de ativos, e, quando for o caso, políticas de concentração. Definir também as faixas de alocação de ativos e limites de concentração e limites de alavancagem, quando for o caso.

Cabe ressaltar que a distinção entre Política de Investimento e Objetivo deve ser clara no regulamento e na lâmina do fundo.

Diferenciais do Produto para o Investidor

O risco de um fundo de investimento está diretamente ligado à composição de sua carteira, ou seja, aos ativos que formam seu patrimônio. O risco individual de cada um desses ativos irá contribuir para o risco da carteira proporcionalmente à sua participação.

Dessa forma, podemos dizer que os Fundos de Investimento possuem algumas vantagens em relação à aplicação em Ativos Individuais, das quais destacamos:

Acessibilidade ao mercado financeiro.

Quando se fala em acessibilidade ao mercado financeiro, se faz referência justamente à possibilidade que os Fundos de Investimento proporcionam ao investidor de, com poucos recursos, ter acesso a investimentos que exigem um capital muito maior, o qual é obtido pela união dos recursos de vários investidores. Além disso, montar uma carteira individual representa custos altos para um pequeno investidor. Esses custos são diluídos quando se investe em Fundos de Investimento, já que são divididos entre diversos cotistas.

Diversificação

Todos os profissionais do Mercado Financeiro concordam que é muito melhor para o investidor diversificar sua carteira entre vários ativos do que concentrar num único investimento. A diversificação faz com que perdas de uma aplicação sejam compensadas com ganhos em outras.

Diversificar investimentos é tarefa que demanda tempo e experiência. Negociar no momento certo é mais fácil para profissionais especializados do que para o investidor pouco afeito ao mercado financeiro. Ao aplicar em fundos de investimento, o investidor tem o risco diluído nos diversos títulos de emissores diferentes.

Riscos dos ativos individuais versus riscos da carteira

Se ao invés de investir em um título específico, o investidor aplicasse em um fundo que tivesse este título na carteira, a perda do investidor seria bem menor, pois a participação do título representaria apenas uma pequena fração da carteira de investimento do fundo.

Os riscos isolados dos ativos que constituem a carteira se compensam parcialmente, e o risco remanescente é menor devido ao efeito da diversificação.

Conclusão - o risco de investir em uma carteira diversificada de ações, como normalmente são as de fundos, é menor que o risco isolado de investir em uma única ação da carteira desse fundo, pois parte do risco isolado é eliminado pelo processo de diversificação.

Liquidez

A liquidez é outra característica comum aos fundos de investimento, dado que confere aos seus cotistas a possibilidade de saques a qualquer momento.

A maioria dos fundos tem liquidez diária, conferindo ao cliente uma tranquilidade a mais na administração de eventuais necessidades de caixa.

Divulgação de informações para venda e distribuição

A divulgação de informações sobre o fundo deve ser abrangente, equitativa e simultânea para todos os cotistas, inclusive, mas não limitadamente, por meio da disponibilização dos materiais relacionados a cada fundo (a seguir). Usará os canais eletrônicos e as páginas na rede mundial de computadores do administrador, do distribuidor - enquanto a distribuição estiver em curso -, e da entidade administradora do mercado organizado onde as cotas sejam admitidas à negociação:

Materiais Relacionados a cada fundo:

- I. Regulamento atualizado;
- II. Lâmina de informações essenciais atualizada, se houver;
- III. Demonstração de desempenho;
- IV. Termo de adesão.

As informações referidas acima devem ser:

- I. Verdadeiras, completas, consistentes e não induzir o investidor a erro;
- II. Escritas em linguagem simples, clara, objetiva e concisa; e
- III. Úteis à avaliação do investimento.

Instrumentos de divulgação das políticas de investimento e rentabilidade

A divulgação de informações sobre o fundo deve ser abrangente, equitativa e simultânea para todos os cotistas por meio da disponibilização dos seguintes materiais:

- I. Regulamento Atualizado;
- II. Lâmina de informações essenciais atualizada, quando houver;
- III. Demonstração de Desempenho,
- IV. Termo de adesão.

A partir da Instrução CVM 555, foi eliminado o PROSPECTO, evitando duplicação de informação e custo para a indústria.

Regulamento

Documento que estabelece as regras de funcionamento e operacionalização de um fundo de investimento, segundo legislação vigente. O regulamento dos fundos é único e deve obrigatoriamente ser registrado em cartório. Deve conter as seguintes informações:

- Qualificação do administrador do fundo;

- Quando for o caso, referência à qualificação do gestor da carteira do fundo;
- Qualificação do custodiante;
- Espécie do fundo, se aberto ou fechado;
- Prazo de duração, se determinado ou indeterminado;
- Política de investimento, de forma a caracterizar a classe do fundo;
- Taxa de administração, fixa e expressa em percentual anual do patrimônio líquido (base 252 dias);
- Taxas de performance, de ingresso e de saída, se houver;
- Demais despesas do fundo, desde que devidamente autorizadas;
- Condições para a aplicação e o resgate de cotas;
- Distribuição de resultados;
- Público alvo;
- Referência ao estabelecimento de intervalo para a atualização do valor da cota, quando for o caso;
- Exercício social do fundo;
- Identificação dos riscos assumidos pelo fundo, e;
- Forma de comunicação que será utilizada pelo administrador.

Observação - o regulamento pode ser alterado, independentemente da Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento à exigências expressas da CVM, de adequação à normas legais ou regulamentares ou ainda em virtude da atualização dos dados cadastrais do administrador,

do gestor ou do custodiante do fundo, tais como alteração na razão social, endereço e telefone.

As alterações acima devem ser comunicadas aos cotistas, por correspondência, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data em que tiverem sido implementadas.

O administrador tem o prazo de até 30 (trinta) dias, salvo determinação em contrário, para proceder às alterações determinadas pela CVM, contado do recebimento da correspondência que formular as referidas exigências.

Lâmina de informações essenciais

O administrador de fundo aberto que não seja destinado exclusivamente a investidores qualificados deve elaborar uma lâmina de informações essenciais conforme modelo específico definido na ICVM 555. É facultado ao administrador do fundo formatar a lâmina livremente desde que:

- I. A ordem das informações seja mantida;
- II. O conteúdo não seja modificado;
- III. Os logotipos e formatação não dificultem o entendimento das informações; e
- IV. Quaisquer informações adicionais:
 - a. Sejam acrescentadas ao final do documento;
 - b. Não dificultem o entendimento das informações contidas na lâmina; e
 - c. Sejam consistentes com o conteúdo da própria lâmina e do regulamento.

O administrador e o distribuidor devem assegurar que potenciais investidores tenham acesso à lâmina antes de seu ingresso no fundo, que não pode ter a denominação “lâmina” atribuída a qualquer outro material de divulgação.

O administrador e o distribuidor devem assegurar que potenciais investidores tenham acesso à lâmina antes de seu ingresso no fundo, que não pode ter a denominação “lâmina” atribuída a qualquer outro material de divulgação.

A lâmina deve ser atualizada mensalmente até o dia 10 (dez) de cada mês com os dados relativos ao mês imediatamente anterior.

Demonstração de desempenho

A demonstração de desempenho deve ser preparada para todos os fundos abertos em operação há, no mínimo, 1 ano, e ser produzido conforme modelo específico, que prevê os seguintes pontos:

1. Denominação completa do fundo conforme o cadastro na CVM
2. Rentabilidade
 - 2.1 - Mensal nos últimos 12 meses
 - 2.2 - Últimos 5 anos
3. Despesas do Fundo

Termo de adesão e ciência de risco

Todo cotista ao ingressar no fundo deve atestar, mediante formalização de termo de adesão e ciência de risco, que:

- I. teve acesso ao inteiro teor:
 - a. do regulamento;
 - b. da lâmina, se houver; e
 - c. demonstração de desempenho;
- II. tem ciência:
 - a. dos fatores de risco relativos ao fundo;
 - b. de que não há qualquer garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo fundo;
 - c. de que a concessão de registro para a venda de cotas do fundo não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou de adequação do regulamento do fundo à legislação vigente ou julgamento sobre a qualidade do fundo ou de seu administrador, gestor e demais prestadores de serviços; e
 - d. se for o caso, de que as estratégias de investimento do fundo podem resultar em perdas superiores ao capital aplicado e à consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo.

O administrador deve manter à disposição da CVM o termo contendo essas declarações, devidamente assinado pelo investidor, ou registrado em sistema eletrônico que garanta o atendimento dessa exigência.

Taxas, Tipos e Formas de Cobrança

Taxa de Administração

A administração compreende o conjunto de serviços relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento e à manutenção do fundo, que podem ser prestados pelo próprio administrador ou por terceiros por ele contratados, por escrito em nome do fundo, a taxa de administração é cobrada pela instituição devido ao serviço de administração de um fundo de investimento. Como se trata da remuneração desse serviço, fica a critério da instituição estabelecer os valores percentuais dessa taxa, que deve estar preestabelecida no regulamento do fundo. A taxa de administração é calculada sobre o patrimônio do fundo, sendo provisionada diariamente e cobrada mensalmente.

A taxa de administração é fixa e expressa em percentual ao ano base 252 dias, sendo a forma mais comum de remuneração do administrador.

O regulamento deve dispor sobre a taxa de administração, que remunerará todos os serviços indicados abaixo:

- a gestão da carteira do fundo;
- a consultoria de investimentos;
- as atividades de tesouraria, de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários;
- distribuição de cotas;
- a escrituração da emissão e resgate de cotas;
- custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros; e

- classificação de risco por agência especializada constituída no País.

Formas de cobrança (ajuste no valor da cota)

A remuneração do administrador é calculada à base de 1/252 da taxa referida, sobre o valor diário do patrimônio líquido do fundo. Essa remuneração é paga mensalmente, por períodos vencidos.

Mesmo não levando em conta o rendimento da carteira no dia, é importante destacar que a taxa da administração afeta o valor da cota do fundo, ou seja, quando o administrador divulga o valor das cotas de um fundo, esse valor já é líquido da taxa de administração e outras despesas.

Taxa de Performance

É a taxa cobrada pelos administradores sobre a rentabilidade do fundo de investimento que exceder a variação de um determinado índice de referência (benchmark) previamente estabelecido, assim sendo, que varia de acordo com o desempenho do fundo.

Ex.: vamos imaginar uma taxa de performance de 20% sobre o CDI, significa que este percentual será cobrado sobre os rendimentos que ultrapassarem a variação do CDI no período.

É a CVM que determina as regras para a cobrança de taxa de performance:

O regulamento poderá estabelecer a cobrança da taxa de performance, sendo vedada a cobrança para os fundos das classes: Curto Prazo, Referenciado e Renda Fixa Curto Prazo, exceto se estes fundos forem destinados a investidor qualificado.

- A cobrança da taxa de performance deverá atender aos seguintes critérios:
 - vinculação a um parâmetro de referência compatível com a política de investimento do fundo e com títulos que efetivamente a componham;
 - vedação da vinculação da taxa de performance a percentuais inferiores a 100% do parâmetro de referência;
 - cobrança por período, no mínimo, semestral; e
 - cobrança após a dedução de todas as despesas, inclusive da taxa de administração.
 - é vedada a cobrança de taxa de performance quando o valor da cota do fundo for inferior ao seu valor por ocasião da última cobrança efetuada (conceito Linha d' água);
 - é permitida a cobrança de ajuste sobre a performance individual do cotista que aplicar recursos no fundo posteriormente à data da última cobrança, exclusivamente, nos casos em que o valor da cota adquirida for inferior ao valor dela na data da última cobrança de performance efetuada;
 - Os fundos destinados exclusivamente a investidores qualificados podem cobrar taxa de performance, de acordo com o que dispuser o seu regulamento.

Alguns fundos cobram taxa de ingresso, no momento da aplicação, desde que conste do regulamento sua forma de cobrança.

A maioria dos Fundos de Investimento não aplica essa cobrança atualmente, sendo mais comum sua utilização nos Planos de Previdência Complementar (Ex.: PGBL).

Taxa de Saída

Alguns fundos cobram taxa de saída no resgate, que pode ser utilizada para penalizar uma saída antes de um prazo preestabelecido.

Regras de Alteração

As taxas previstas em regulamento não podem ser aumentadas sem a aprovação da assembleia geral de cotistas, contudo, podem ser reduzidas unilateralmente pelo administrador, que deve comunicar esse fato, imediatamente, à CVM e aos cotistas, promovendo a devida alteração no regulamento e, se for o caso, na lâmina.

Encargos dos Fundo

Além das taxas de administração e performance, um fundo tem outras despesas (encargos) que podem ser debitadas pela instituição administradora que são:

- taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do fundo;

- despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas;
- despesas com correspondências de interesse do fundo, inclusive comunicações aos cotistas;
- honorários e despesas do auditor independente;
- emolumentos e comissões pagas sobre as operações do fundo;
- honorários de advogados, custas e despesas processuais correlatas, feitas em defesa dos interesses do fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao fundo, se for o caso;
- parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;
- despesas relacionadas, diretas ou indiretamente, ao exercício de direito de voto do fundo pelo administrador ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleias gerais das companhias nas quais o fundo detenha participação;
- despesas com custódia e liquidação de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais;
- despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários;
- no caso de fundo fechado, a contribuição anual, devida às bolsas de valores ou às entidades do mercado de balcão organizado, em que o fundo tenha suas cotas admitidas à negociação; e
- as taxas de administração e de performance se houver.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do fundo, inclusive as relativas à elaboração da lâmina, deverão correr por conta do administrador, devendo ser por ele contratados.

Principais estratégias de gestão

A rentabilidade dos fundos de investimentos está ligada diretamente a sua estratégia de gestão.

As principais estratégias do mercado são:

- Fundos de investimentos indexados, também conhecidos como fundos de gestão passiva.
- Fundos de gestão ativa.

Fundos de Investimento com Gestão Passiva - Definições.

A estratégia de gestão passiva de um fundo de investimento busca obter rentabilidade igual ao de um determinado índice de referência. Isso significa que o gestor procura no mercado as melhores alternativas de investimento visando atingir o objetivo deste fundo, sempre de acordo com a sua política de investimento.

Renda Fixa

Fundos DI - são fundos atrelados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Têm o objetivo de acompanhar as taxas de juros de mercado. É um bom investimento, de

baixo risco, especialmente quando há uma expectativa de que os juros subam. Investem no mínimo 95% em papéis pós-fixados de renda fixa, com rendimento atrelados à variação do CDI ou Selic e aplica pelo menos 80% em papéis da dívida federal ou ativos de renda fixa privados considerados de baixo risco.

Fundo DI procura acompanhar a variação da taxa de juros de curto prazo do mercado (CDI/SELIC). (**Fundo Passivo**)

Os fundos DI são adequados para investidores que tem, dentre outros, os seguintes objetivos ou expectativas:

- Cenário de elevação da taxa de juros;
- Cenário de incerteza ou muita volatilidade;
- Horizonte de tempo de curto/médio prazo;
- Necessidade de liquidez a qualquer momento;
- Deseja aderência à variação da taxa de juros.

Fundos Cambiais - são fundos que buscam acompanhar a variação do dólar, por meio de títulos públicos cambiais e papéis que financiam as exportações. É indicado para quem tem dívidas em dólar, família no exterior, e quer se proteger de variações da moeda norte-americana.

Fundos Cambiais são uma boa opção para investidores que têm, dentre outros, os seguintes objetivos ou expectativas:

- Necessidade de proteção (hedge) cambial, para eventuais dívidas em moeda estrangeira.

- Acumulação e recursos financeiros que serão despendidos em moeda estrangeira (pode ser viagem, curso no exterior, aquisição de máquinas e equipamentos importados).
- Expectativa de elevação da taxa de câmbio e desejo de especular oportunidade de ganhos neste cenário.

Fundo IGP-M ou IPCA - deve seguir a mesma estratégia de aderência ao índice de referência (benchmark), no caso deste tipo de fundo, a variação do índice de preço (inflação) medida pelo IGP-M (FGV) ou IPCA (IBGE).

Por sua característica, os fundos desta categoria são indicados para investidores que têm, dentre outros, os seguintes objetivos ou expectativas:

- Necessidade de proteção (hedge) do poder de compra de seu capital contra a variação dos índices de inflação.
- Expectativa de elevação do índice de preço e desejo de especular oportunidade de ganhos neste cenário.

Conceito e Finalidade dos Benchmarks e índices de referência: taxa DI, taxa Selic, Índices de Preços (IGP-M e IPCA), Índice de Mercado Anbima (IMA Geral, IMA-B e IRF-M)

Se procurarmos uma aplicação conservadora com rendimento que acompanhe as taxas de juros de mercado, os benchmarks mais indicados são a **Taxa DI** ou a **Taxa SELIC**.

- A **Taxa DI** é a média das taxas negociadas entre os bancos para empréstimos de curtíssimo prazo. Sendo assim, podemos entender que os Fundos Referenciados DI, investem em títulos atrelados a esta taxa negociada entre os bancos. A Taxa Referencial SELIC é uma taxa de juros fixada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil que remunera os investidores no negócio de compra e venda de títulos públicos. Ela é obtida mediante cálculo da taxa média ponderada dos juros praticados pelas instituições financeiras.
- Se o objetivo do investidor é manter o poder de compra do dinheiro em reais (R\$), deve procurar um investimento que tenha como benchmark o **IGP-M**, por exemplo, pois, como visto, trata-se de um índice de preços que registra a evolução dos preços como medida síntese da inflação. Já o Governo federal, para calcular se a inflação está de acordo com a meta inflacionária definida pelo Conselho Monetário Nacional utiliza-se do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo que é um benchmark para a inflação nacional.
- O **IMA - Índice de Mercado Anbima**, mede a rentabilidade de uma carteira teórica de títulos públicos federais, elaborada pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. O índice é composto por um índice geral (chamado “IMA-Geral”), que é calculado pela média ponderada de outros subíndices (IMA-B, IMA-C, IRF-M e IMA-S). Cada um dos subíndices, por sua vez, é calculado a partir de um tipo diferente de títulos:
 - **IMA-B** - Composto por títulos do tipo NTN-B, cuja rentabilidade é calculada a partir de juros prefixados mais correção pelo IPCA;
 - **IRF-M** - Composto por títulos prefixados (LTN e NTN-F).

Renda Variável

Trata-se de tipos de fundos de ações em que o gestor do fundo busca replicar a rentabilidade obtida por um determinado índice de ações, como por exemplo, o IBOVESPA ou o IBX. Em geral, estes fundos têm perfil menos agressivo de investimento que os fundos ativos de ações.

Os Fundos Indexados IBOVESPA ou IBX são mais adequados para investidores que tem, dentre outros, os seguintes objetivos ou expectativas:

- Deseja investir em ações que compõem o índice de referência do mercado acionário.
- Privilegia a liquidez considerando tratar-se das ações mais negociadas no mercado (gerencia o risco de liquidez).
- Deseja rentabilidade relativa ao benchmark.

Conceito e Finalidade dos Benchmarks e índices de referência: Índice Bovespa (IBOVESPA), Índice Brasil (IBrX) e Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Quando o investidor procura alternativa para investimento em ações, um possível referencial é o IBOVESPA, IBX ou ainda o ISE, já que esses índices são compostos pelas ações mais negociadas na Bovespa, refletindo o comportamento do mercado.

- Índice BOVESPA - IBOVESPA - O Ibovespa é o resultado de uma carteira teórica de ativos, elaborada de acordo com os critérios estabelecidos nesta metodologia.

- Aplicam-se ao Ibovespa todos os procedimentos e regras constantes do Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da B3 S/A.
- O objetivo do Ibovespa é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.
- A carteira teórica deste índice procura retratar o perfil dos negócios ocorridos na B3 S/A, tomando em consideração as ações com maior grau de negociabilidade.
- Estas ações, em conjunto, representam 80% do volume transacionado nos doze meses anteriores à formação da carteira. Como critério adicional, exige-se que a ação apresente, no mínimo, 80% de presença nos pregões do período. Portanto, o critério de corte é a liquidez do papel.
- **IBRX 100 - Índice Brasil 100 - IBRX** - Índice Brasil, é um índice que mede o retorno de uma carteira hipotética composta por 100 ações selecionadas entre as mais negociadas na B3 S/A, em termos de número de negócios e volume financeiro, ponderadas no índice pelo seu respectivo valor de mercado.

Sua apuração iniciou-se em 28/12/95, quando valia 1000 pontos, passando a ser divulgado no mercado a partir de 2/02/1997. A carteira teórica do IBRX é revisada a cada 4 meses.

- **IBRX 50 - Índice Brasil 50** - O IBRX-50 é um índice que mede o retorno total de uma carteira teórica composta por 50 ações selecionadas entre as mais negociadas

na BOVESPA em termos de liquidez, ponderadas na carteira pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação. Ele foi desenhado para ser um referencial para os investidores e administradores de carteira, e também para possibilitar o lançamento de derivativos (futuros, opções sobre futuro e opções sobre índice). O IBRX-50 tem as mesmas características do IBRX - Índice Brasil, que é composto por 100 ações, mas apresenta a vantagem operacional de ser mais facilmente reproduzido pelo mercado.

- O índice IBRX-50 é composto pelos 50 papéis mais líquidos da B3 S/A, escolhidos de acordo com os critérios de inclusão descritos abaixo.
- Integram a carteira do IBRX-50 as ações que atendem cumulativamente aos critérios a seguir:
 - ser uma das 50 ações com maior índice de negociabilidade apurados nos doze meses anteriores à avaliação.
 - ter sido negociada em pelo menos 80% dos pregões ocorridos nos doze meses anteriores à formação da carteira.

Cabe ressaltar que companhias que estejam sob regime de concordata preventiva, processo falimentar, situação especial, ou ainda que tenham sofrido ou estejam sob prolongado período de suspensão de negociação, não integrarão o IBRX-50.

- **Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE** - O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Tanto no IBOVESPA, como no IBrX e no IBrX-50, o critério para uma ação ingressar no índice é a **liquidez**. Contudo, o IBOVESPA caracteriza-se por ponderar as empresas (**estipular o peso da ação no índice**) pelo critério de liquidez (volumes de ações negociados). Já o IBRX-100 e o IBRX- 50 ponderam pelo valor de mercado de

Estratégias para manter aderência aos índices de referência e as respectivas limitações

Embora os gestores se empenhem em implementar a estratégia objetivando a maior aderência possível ao índice de referência, existem alguns fatores que impedem que essa aderência seja perfeita.

Os fatores que podem impedir uma aderência perfeita são:

- Parte da carteira - limite imposto pela CVM de 5% do patrimônio para investir em ativos não relacionados ao índice de referência.
- A utilização de derivativos para conseguir a aderência à carteira.
- Critério de Marcação a Mercado adotado pelo administrador.
- A variação do cupom de juros de títulos pós fixados - as NTN' s. Além da correção do índice de atualização, esses títulos pagam um cupom de juros, cujo preço pode oscilar ao longo do tempo.
- A taxa de administração e outras despesas.
- No caso dos fundos Ibovespa e IBX, o critério de cálculo é o valor da cota;
- Os índices de mercado são calculados, segundo critério da Bovespa, pelo preço de fechamento das ações. Valor da cota dos fundos de ações, segundo critério da CVM, devem ser apurados com base no preço médio de negociação das ações.

Fundos de Investimento com Gestão Ativa. Definições

Os fundos ativos procuram perseguir rentabilidade superior ao benchmark indicado. Os administradores normalmente mencionam no regulamento o mecanismo que será utilizado para perseguir tal rentabilidade. Fundos ativos são indicados para investidores que querem rendimentos superiores ao do mercado. Dentre os fundos ativos, podemos ter opções com maior ou menor grau de risco.

Renda Fixa

Os Fundos de Renda Fixa podem aplicar em taxa de juros pré ou pós-fixada, índices de preços ou a combinação de ambos.

Os Fundos Multimercados, por exemplo, são fundos que normalmente possuem gestão ativa, pois combinam investimentos em ativos de diversos mercados (juros, câmbio, ações, derivativos etc.) em função de uma estratégia de investimento adotada pelo Gestor e sem se preocupar com o desempenho de um índice de referência específico. Desta forma, podem assumir mais riscos visando rentabilidades maiores.

Renda Variável

Trata-se de um dos tipos de fundos de ações em que o gestor do fundo busca superar a rentabilidade obtida por um determinado índice de ações, como por exemplo, o Ibovespa ou o IBX. Em geral, estes fundos têm perfil mais agressivo de investimento que os fundos de ações indexados.

Dentre os fundos ativos existem também os alavancados, que utilizam derivativos para obter uma rentabilidade ainda mais atrativa e que, exatamente por isto, têm um perfil ainda mais arriscado de investimento.

Estratégias de gestão: posicionamento, hedge e alavancagem

- **Hedge** - Termo que vem do inglês e que significa proteção. Também denomina administração do risco, como, por exemplo, o ato de tomar uma posição em outro mercado (futuros, por exemplo) oposta à posição no mercado à vista, para minimizar o risco de perdas financeiras em uma alteração de preços adversa.
- **Posição ou Especulação:** o gestor pode assumir posição de risco através de derivativos. Sempre que o regulamento do fundo permitir, poderá adotar essa estratégia visando obter maior retorno para os cotistas desse fundo. Neste caso, a posição de risco é igual ou menor do que o valor do patrimônio. Exemplo: o gestor arrisca 20% do patrimônio.
- **Alavancagem:** Alguns fundos preveem em seus regulamentos a utilização da estratégia de alavancagem com a utilização de derivativos para atingir seus objetivos de investimento. Com isso, assumem uma posição de risco maior do que o patrimônio do fundo. Potencializando, dessa forma, os resultados da carteira. Esses resultados podem tanto ser positivos como negativos.
- **Estratégia de alavancagem:** No caso dos fundos de investimento, é a possibilidade de ocorrer perda superior ao patrimônio líquido de um fundo. É verdade que isso aumenta as chances de ganho. Porém, o uso desta estratégia aumenta o risco para quem participa de um fundo de investimento que usa a estratégia de alavancagem.

O investidor pode, inclusive, ser chamado pelo administrador para fazer aportes que cubram eventuais prejuízos.

O regulamento e a lâmina informam se o gestor do fundo está autorizado ou não a fazer esse tipo de operação.

Principais Modalidades de Fundos de Investimento

Classificação CVM

A regulamentação da CVM dada pela Instrução CVM 555/2014, organiza os fundos de investimento em quatro diferentes classes.

A classificação do fundo, que consta em sua denominação, caracteriza a sua política de investimento e, portanto, é informação fundamental para a tomada de decisão de investimento.

Além da classificação geral, os fundos podem acrescentar sufixos ao seu nome, que funcionam como uma espécie de subclassificação.

Conheça as classes dos fundos de investimento e os sufixos que podem receber:

Fundo de Renda Fixa

Os fundos classificados como “Renda Fixa” apresentam como principal fator de risco de sua carteira a variação da taxa de juros, de índice de preços, ou ambos. Devem ter pelo menos 80% da sua carteira investida em ativos que estejam relacionados a esses fatores de risco.

Na prática, esses ativos financeiros são, em sua maioria, os chamados títulos de renda fixa, como os títulos públicos federais, as debêntures e os títulos de emissão

bancária, como CDBs, LCIs, entre outros. Podem incluir na carteira, títulos que apresentam maior risco de crédito, como os títulos privados, e podem utilizar derivativos, tanto para proteção da carteira quanto para alavancagem.

Dependendo dos ativos integrantes de sua carteira e da política de investimento do fundo, os fundos da classe “Renda Fixa” podem receber sufixos que veremos mais adiante.

Entende-se por principal fator de risco do fundo, aquele cuja variação produza, potencialmente, os maiores efeitos sobre o valor da sua carteira.

Fundo de Ações

São fundos que investem no mínimo 67% de seu patrimônio, sem limites de concentração por emissor, nos seguintes ativos negociados em bolsa ou mercado organizado:

- ações e units⁷;
- bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósitos de ações;
- cotas de fundos de ações e cotas de fundos de índice de ações; e
- Brazilian Depositary Receipts - BDR classificados como nível II e III.

⁷ Units são ativos compostos por mais de uma classe de valores mobiliários, como uma ação ordinária e um bônus de subscrição, por exemplo, negociados em conjunto. As units são compradas e/ou vendidas no mercado como uma unidade.

- O limite que exceder ao percentual mínimo da carteira pode ser aplicado em quaisquer outras modalidades de ativos financeiros, respeitados os limites de concentração do patrimônio líquido dos fundos em relação a:
- às aplicações em ativos financeiros no exterior;
- à instituição emissora do ativo; e
- ao tipo do ativo financeiro.

Fundo de ações versus clube de investimento: vantagens e desvantagens

Os Clubes de Investimento apresentam uma série de vantagens e desvantagens em relação aos Fundos de Investimentos, oferecidos pelos bancos:

Vantagens

As principais vantagens de um Clube de Investimentos em relação a um Fundo de Investimentos em ações são:

- a maior influência dos membros na gestão da carteira;
- maior flexibilidade em ajustar a carteira ao perfil do grupo de investidores (membros);
- taxa de administração mais baixa: estrutura de gestão mais enxuta que de um fundo;
- custos menores: em um clube não há encargos com auditorias, fiscalização da CVM, as correspondências aos cotistas são em menor número e detalhamento.

Desvantagens

As desvantagens das aplicações em clubes são:

- As informações acerca dos custos nem sempre se apresentam claras;
- Há limites operacionais (de valor para aplicação e resgate, prazos, etc.) que precisam ser respeitados;
- O nível de liquidez é determinado pelo gestor do fundo.

Fundo Cambial

Os fundos classificados como “Cambiais” devem ter como principal fator de risco de carteira a variação de preços de moeda estrangeira ou a variação do cupom cambial.

No mínimo 80% (oitenta por cento) da carteira deve ser composta por ativos relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, ao fator de risco que dá nome à classe.

Fundo Multimercado

Os fundos classificados como "Multimercado" devem possuir políticas de investimento que envolvam vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator específico ou em fatores diferentes das demais classes previstas.

Características das subclassificações

A classe de Fundos Renda Fixa poderá conter os seguintes sufixos

- Curto prazo;
- Longo Prazo;
- Referenciado;
- Simples;
- Dívida Externa; e
- Crédito Privado.

No caso dos Fundos Multimercados poderão ser aplicados os sufixos "Longo Prazo" e "Crédito Privado", enquanto nos Fundos de Ações eles serão "Mercado de Acesso".

É importante destacar que os sufixos podem ser usados de maneira cumulativa.

Curto Prazo

O fundo classificado como "Renda Fixa" que atenda às condições abaixo deve incluir, à sua denominação, o sufixo "Curto Prazo" ;

Títulos públicos federais ou privados pré-fixados ou indexados à taxa SELIC ou a outra taxa de juros, ou títulos indexados a índices de preços, com prazo máximo a decorrer de 375 (trezentos e setenta e cinco) dias, e prazo médio da carteira do fundo inferior a 60 (sessenta) dias.

Referenciado

O Fundo classificado como "Renda Fixa" cuja política de investimento assegure que ao menos 95% (noventa e cinco por cento) do seu patrimônio líquido esteja investido em ativos que acompanham, direta ou indiretamente, determinado índice de referência deve incluir à sua denominação, o sufixo "Referenciado" seguido da denominação de tal índice.

Simples

O Fundo Renda Fixa Simples foi criado para oferecer uma alternativa de investimento simples, segura e de baixo custo, a fim de contribuir para a elevação da taxa de poupança do país, promovendo um primeiro acesso ao mercado de capitais. Na aplicação em um Fundo de Renda Fixa Simples, o investidor é dispensado da assinatura do termo de adesão e ciência de risco, e o distribuidor, da verificação da adequação do investimento no fundo ao perfil do cliente (suitability), se o investidor não possuir outros investimentos no mercado de capitais.

São fundos de baixo risco de crédito, liquidez e mercado e para que atendam a estas características devem apresentar as condições a seguir:

- que no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio líquido seja representado, isolada ou cumulativamente, por:
- títulos da dívida pública federal;
- títulos de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições financeiras que possuam classificação de risco atribuída pelo gestor, no mínimo, equivalente àqueles atribuídos aos títulos da dívida pública federal.

O gestor deve ainda adotar estratégia de investimento que proteja o fundo de perdas e volatilidade, utilizando derivativos exclusivamente para fins de proteção da carteira (hedge). Não são permitidos investimentos no exterior ou concentração em crédito privado.

Devem ser constituídos exclusivamente como fundos abertos e, para reduzir custos, todos os seus documentos e informações devem ser disponibilizados preferencialmente por meio eletrônico.

O fundo deve prever, em seu regulamento, que todos os documentos e informações a eles relacionados sejam disponibilizados aos cotistas preferencialmente por meios eletrônicos.

Para esse Fundo fica vedada:

- A cobrança de taxa de performance;
- Investimentos no exterior;
- Concentração em Crédito Privado;
- Transformação do Fundo em Fundo Fechado;
- Qualquer transformação ou mudança de classificação do Fundo;
- A lâmina do Fundo deve comparar o Fundo com a taxa Selic.

Ficam dispensados:

- A assinatura do Termos de Adesão;
- A verificação da adequação do investimento ao perfil do investidor (API).

Dívida Externa

O fundo classificado como “Renda Fixa” que tenha 80% (oitenta por cento), no mínimo, de seu patrimônio líquido representado por títulos representativos da dívida externa de responsabilidade da União, deve incluir, à sua denominação, o sufixo “Dívida Externa” .

Crédito Privado

A CVM criou regras específicas para os fundos de investimento, que tenham parcela preponderante de sua carteira, mais que 50% de seu patrimônio líquido, sujeita a “risco de crédito privado” , ou seja, alocada em ativos de emissores privados, pessoas físicas ou jurídicas, ou públicos, exceto a União.

Os fundos enquadrados nesta categoria deverão observar as seguintes regras, cumulativamente àquelas previstas para sua classe:

- I. incluir à sua denominação o sufixo “Crédito Privado” ; e
- II. incluir os destaques necessários no termo de adesão e ciência de risco.

Longo Prazo

Quando o prazo médio dos ativos da carteira do Fundo for superior a 365 dias.

Ações – Mercado de Acesso

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou através da instrução nº 549/14, a criação dos fundos de investimento em ações – mercado de acesso (FMA), visando estimular pequenas e médias empresas a abrirem capital na bolsa de valores.

A instrução define que os fundos invistam pelo menos dois terços de seu patrimônio em ações de companhias listadas no mercado de acesso da bolsa. Os FMA serão constituídos sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as cotas somente poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração do fundo.

Os FMA poderão ainda investir cerca de um terço do patrimônio em empresas não listadas na bolsa, desde que atuem na governança da empresa, seguindo os moldes exigidos dos fundos de investimento em participação (FIPs). A intenção é permitir que tais fundos possam acompanhar a evolução de empresas que ainda não realizaram oferta pública de ações, mas que pretendem ou tenham potencial de fazê-la futuramente.

Investimento no Exterior

Fundos de Investimento com carteiras que têm mais de 40% dos ativos alocados em papéis internacionais.

Ativos Financeiros no Exterior - o fundo de investimentos poderá manter em sua carteira, ativos financeiros negociados no exterior, desde que a possibilidade de sua aquisição esteja expressamente prevista em regulamento, conforme os limites de acordo com a classe:

- 100% para os fundos classificados como “Dívida Externa” (mantida a necessidade de 80% do patrimônio líquido em títulos de dívida externa da União);

- 20% para os fundos classificados como “Multimercado” ; e
- 10% nas demais classes.

Limites por emissor

O fundo observará os seguintes limites de concentração por emissor:

- até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do fundo quando o emissor for instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do fundo quando o emissor for companhia aberta;
- até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do fundo quando o emissor for fundo de investimento;
- até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo quando o emissor for pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado que não seja companhia aberta ou instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
- não haverá limites quando o emissor for a União Federal.

Limites por modalidade de ativo financeiro

Cumulativamente aos limites por emissor, o fundo deve observar os seguintes limites de concentração por modalidades de ativo financeiro:

- I. até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do fundo, para o conjunto dos seguintes ativos:

- cotas de fundos de investimento;
- cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento;
- cotas de fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados;
- cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados;
- cotas de Fundos de Investimento Imobiliário - FII;
- cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC;
- cotas de Fundos de Investimento em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIC-FIDC;
- cotas de fundos de índice admitidos à negociação em mercado organizado;
- Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI; e
- outros ativos financeiros.
- 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo, para o conjunto dos seguintes ativos:
 - cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados - FIDC-NP;
 - cotas de Fundos de Investimento em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados - FIC-FIDC-NP;
 - cotas de fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores profissionais; e
 - cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores profissionais.

II. não há limite de concentração por modalidade de ativo financeiro para o investimento em:

- títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos;
- ouro;
- títulos de emissão ou coobrigação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- valores mobiliários diversos;
- notas promissórias, debêntures e ações, desde que tenham sido emitidas por companhias abertas e objeto de oferta pública; e
- contratos derivativos.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC. Fundo de Investimento em Cota de FIDC - FIC-FIDC

É uma comunhão de recursos que destina no mínimo 50% do respectivo patrimônio líquido para aplicação em direitos creditórios, o restante poderá ser aplicado em outros ativos.

Direitos Creditórios: os direitos e títulos representativos de crédito, originários de operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, e os Warrants como direitos e títulos representativos de créditos de natureza diversa assim reconhecidos pela CVM.

Cota Sênior e Cota Subordinada. Características e riscos para o investidor.

A emissão de cotas será feita com classificação de risco diferenciada, sendo:

- **Cota de classe sênior:** aquela que não se subordina às demais para efeito de amortização e resgate.;
- **Cota de classe subordinada:** cota subscrita pelo emissor do recebível, aquela que se subordina às demais para efeito de amortização e resgate.

Principais características:

- será constituído na forma de condomínio aberto ou fechado;
- somente poderão receber aplicações, bem como ter cotas negociadas no mercado secundário, quando o subscritor ou o adquirente das cotas for investidor qualificado;
- cada classe ou série de cotas de sua emissão destinadas à colocação pública deve ser classificada por agência de risco em funcionamento no país.

Fundos de Investimento Imobiliário – FII. Conceitos e forma de negociação

O Fundo de Investimento Imobiliário é uma comunhão de recursos, captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários e destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários.

Um FII, sendo obrigatoriamente constituído na forma de condomínio fechado, só pode começar a funcionar quando o número mínimo de cotas mínimas necessárias,

estabelecidas em seu regulamento, tiver sido negociadas. Após o início das atividades do fundo, os investidores que desejarem aportar recursos deverão fazê-lo adquirindo as cotas na bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, que são as entidades responsáveis pelas ofertas das cotas de quem deseja vender sua participação no fundo.

Características principais:

- Constituído sob a forma de condomínio fechado, cujo resgate de cotas não é permitido. Contudo, alguns fundos permitem a negociação de cotas em mercado secundário.
- O Fundo poderá ter prazo de duração determinado ou indeterminado.
- Não tem personalidade jurídica própria.
- Sua denominação deverá constar a expressão “Fundo de Investimento Imobiliário” .
- No mínimo 75% dos recursos deverá ser investido no mercado imobiliário.
- Será destinado ao desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, tais como construção de imóveis, aquisição de imóveis prontos, ou investimentos em projetos visando viabilizar o acesso à habitação e serviços urbanos, inclusive áreas rurais, para posterior alienação, locação ou arrendamento.

Tributação***Tributação em FII - Fundo de Investimento Imobiliário***

Os Fundos Imobiliários brasileiros, bem como na maioria dos países em que este instrumento é utilizado, tem uma estrutura tributária incentivada, dada a importância do setor imobiliário para a economia destes países.

A tributação diferenciada é uma das principais vantagens dos fundos imobiliários. Os cotistas desses fundos recebem uma rentabilidade (geralmente mensal) proveniente do pagamento de aluguel dos imóveis que funcionam como lastro do fundo e que este rendimento é isento de Imposto de Renda, desde que seguidos alguns pré-requisitos.

1. O cotista beneficiado tem que ter menos do que 10% das cotas do Fundo;
2. O Fundo tem que ter, no mínimo, 50 cotistas; e
3. As cotas do Fundo têm que ser negociadas exclusivamente em Bolsa ou mercado de balcão organizado.

Por sua vez, a valorização da cota, é tributada na venda pela alíquota de 20% de IR.

No caso de negociação das cotas, a apuração do ganho de capital deve seguir o mesmo procedimento utilizado na negociação de ações, logo, quando houver uma venda, o imposto devido deve ser calculado com base no valor de venda contra o custo médio de aquisição, e deve ser recolhido via DARF com o código 6015 até o último dia do mês subsequente, admitindo-se a dedução dos custos com corretagem e emolumentos. Assim, o responsável pelo recolhimento é o próprio investidor à alíquota de 20%.

Fundo de Investimento em Índice de Mercado (Fundos de Índice) ETF - Exchange Traded Funds.

É um fundo de investimento em índice, com cotas negociáveis em bolsa, como se fossem ações. O ETF busca obter desempenho semelhante à performance de determinado índice de mercado e, para tanto, sua carteira replica a composição desse índice, de acordo com regras determinadas por regulação específica. São também conhecidos como trackers.

Ao investir em um ETF, aplica-se, ao mesmo tempo, em uma carteira de ações. Ou seja, ao adquirir um ETF, o investidor “leva para casa” uma cesta com papéis de diferentes companhias que, juntas, reproduzem um determinado índice, diminuindo, dessa forma, a probabilidade e o risco de perda que corre quando se opta por negociar um título em especial.

Outra vantagem é que o investidor pode comprar ou vender o ETF no mercado secundário da mesma forma que faz com suas ações, ou solicitar a emissão ou o resgate de ETFs, desde que tais operações sejam realizadas com os papéis que compõem a carteira teórica daquele índice, ao qual o ETF é vinculado e de acordo com o regulamento específico de cada produto.

O fundo deve ser constituído na forma de condomínio aberto e o administrador do fundo precisa, periodicamente, ajustar a carteira de modo a refletir as mudanças da composição do índice subjacente⁸.

Um ETF deve manter, no mínimo, de seu patrimônio aplicado em valores mobiliários ou outros ativos de renda variável autorizados pela CVM, na proporção em que esses integram o índice de referência, ou em posições, de forma a refletir a variação e rentabilidade do índice.

OS 5% restantes da carteira podem ser aplicados em:

- títulos públicos federais;
- títulos de renda fixa de emissão de instituições financeiras;
- quotas de fundo de investimento;
- operações compromissadas, realizadas em conformidade com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional - CMN;
- operações com derivativos realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuros ou em mercado de balcão organizado.

Fundos de Investimento em Participações – FIP

⁸ Um ativo subjacente, também tratado por ativo-objeto, ativo de suporte ou ativo de base, é um ativo sobre o qual é confeccionado um contrato derivativo. Trata-se neste, dos ativos primários e dos ativos derivativos (ditos derivados). Neste caso específico é o índice que serve de base para a carteira do fundo.

O Fundo de Investimento em Participações, instituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente por meio da indicação de membros do Conselho de Administração.

Os FIPs são regidos pela Instrução CVM nº 578, de 30/08/2016.

A participação do fundo no processo decisório da companhia investida pode ocorrer:

- pela detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle;
- pela celebração de acordo de acionistas ou, ainda;
- pela celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao fundo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

Somente poderão investir no fundo, investidores qualificados nos termos da regulamentação editada pela CVM, relativamente aos fundos de investimento em títulos e valores mobiliários, com valor mínimo de subscrição de R\$100.000,00.

A administração do fundo pode ser feita por pessoa jurídica autorizada pela CVM para exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários. As funções de administrador e de gestor poderão ser exercidas pela mesma pessoa jurídica legalmente habilitada, podendo o administrador contratar terceira pessoa igualmente

habilitada para o exercício profissional de administração de carteira para gerir a carteira do fundo.

Ao aderir ao fundo, o investidor deve assinar o Instrumento Particular de Compromisso de Investimento junto com o administrador e duas testemunhas. Do instrumento de compromisso de investimento deverá constar que, no decorrer da vigência do fundo haverá chamadas de capital, às quais o investidor estará obrigado, de acordo com regras constantes do referido instrumento e sob as penas nele expressamente previstas.

Fundos Restritos

Fundos para Investidores Qualificados

A Instrução CVM 555/14 estabelece que fundos de investimento destinados a investidores qualificados, desde que previsto em regulamento, podem, dentre outras possibilidades dispostas na referida Instrução:

- permitir a utilização de ativos financeiros na integralização e resgate de cotas, com o estabelecimento de critérios detalhados e precisos para adoção desses procedimentos;
- dispensar, na distribuição de cotas de fundos fechados, a elaboração de lâmina e a publicação de anúncio de início e de encerramento de distribuição;
- cobrar taxas de administração e de performance, conforme estabelecido em seu regulamento, sem prejuízo às dispensas dispostas no art. 88 da Instrução CVM 555/14;

- estabelecer prazos para conversão de cota e para pagamento dos resgates diferentes daqueles previstos na Instrução CVM 555/14; e
- prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma, em nome do fundo, relativamente à operações direta ou indiretamente relacionadas à carteira do fundo, sendo necessária a concordância de cotistas representando, no mínimo, dois terços das cotas emitidas pelo fundo.

Fundos para Investidores Profissionais

Para fundos destinados exclusivamente a investidores profissionais podemos destacar os seguintes pontos trazidos pela Instrução CVM 555/14:

- utilização das mesmas dispensas aplicáveis a fundos destinados exclusivamente a investidores qualificados e dispostas acima;
- não observância das limitações de modalidades de ativo financeiro e os limites de concentração por emissor estabelecidas nos arts. 102 e 103 da ICVM 555/14;
- aplicação de forma ilimitada no exterior, caso o fundo inclua em sua denominação o sufixo "Investimentos no Exterior";
- não observância de determinadas obrigações do administrador, relativas ao fornecimento de informações aos cotistas (constantes dos incisos I a V do art. 56 da Instrução CVM 555/14); e
- aplicação dos seus recursos em qualquer fundo registrado na CVM.

Tributação sobre Aplicações Financeiras em Fundos de Investimento, exceto Fundos Imobiliários

IOF - Imposto Sobre Operações Financeiras

O imposto sobre operações financeiras (IOF) incide apenas sobre os resgates realizados em um período inferior a 30 (trinta) dias à data da aplicação dos recursos, ou seja, o investidor que deixar o dinheiro aplicado em um fundo de investimento por menos de um mês terá que pagar IOF.

A alíquota de IOF varia de acordo com o número de dias que o dinheiro do investidor permaneceu aplicado, variando de 96% a 0% sobre o total de rendimento do investimento. Os investimentos com prazo superior a 30 (trinta) dias são isentos da cobrança de IOF.

| Prazo em dias | % limite do rendimento | Prazo em dias | % limite do rendimento | Prazo em dias | % limite do rendimento |
|----------------------|-------------------------------|----------------------|-------------------------------|----------------------|-------------------------------|
| 1 | 96 | 11 | 63 | 21 | 30 |
| 2 | 93 | 12 | 60 | 22 | 26 |
| 3 | 90 | 13 | 56 | 23 | 23 |
| 4 | 86 | 14 | 53 | 24 | 20 |
| 5 | 83 | 15 | 50 | 25 | 16 |
| 6 | 80 | 16 | 46 | 26 | 13 |
| 7 | 76 | 17 | 43 | 27 | 10 |
| 8 | 73 | 18 | 40 | 28 | 6 |
| 9 | 70 | 19 | 36 | 29 | 3 |
| 10 | 66 | 20 | 33 | 30 | 0 |

Fundos com carência

No caso dos fundos com carência de até 90 dias, o IOF será cobrado na fonte, à alíquota de 0,5% ao dia sobre o rendimento.

Imposto de Renda (IR)

Sob a ótica da Receita Federal, os fundos são divididos em:

- Fundos de curto prazo e;
- Fundos de Longo Prazo,

Essa distinção determinará **QUANDO** e **QUANTO** é devido de imposto de renda.

Imposto de Renda dos fundos com menos de 67% em ações

Base de Incidência - diferença positiva (líquida de IOF) entre o valor da quota apurado na data de resgate ou no final de cada período de incidência e na data da aplicação ou no final do período de incidência anterior, conforme o caso.

Incidência do Imposto de Renda na Fonte - Último dia útil dos meses de maio e novembro de cada ano ou no resgate, o que ocorrer primeiro.

Forma de Tributação - Regime do "come quotas". Significa que, ao invés de debitar a conta corrente do investidor semestralmente, o administrador resgata a quantidade de cotas necessárias para gerar o valor do imposto a ser retido. Portanto, o pagamento do imposto de renda diminui a quantidade de cotas do investidor.

Responsável pelo recolhimento - o administrador do fundo de investimento.

Alíquota – decrescente, de acordo com o tempo de permanência do cotista no Fundo.

| Fundo de Curto Prazo (carteira prazo igual ou inferior a 365 dias) | | Fundo de Longo Prazo (carteira prazo superior a 365 dias) | |
|---|----------|--|----------|
| Prazo de permanência | Alíquota | Prazo de permanência | Alíquota |
| até 180 dias | 22,5% | até 180 dias | 22,5% |
| | | de 181 a 360 dias | 20,0% |
| acima de 180 dias | 20,0% | de 361 a 720 dias | 17,5% |
| | | acima de 720 dias | 15,0% |

Importante

Rendimentos tributados semestralmente "come-cotas": a alíquota incidente será a menor da categoria (Fundos de Longo Prazo 15% e Fundos de Curto Prazo 20%). O ajuste, se necessário, será feito no momento do resgate.

Imposto de Renda nos fundos com mais de 67% em ações

Base de Incidência - Diferença positiva entre o valor apurado na data de resgate e valor na data da aplicação.

Forma de Tributação - por ocasião exclusiva do resgate de cotas.

Alíquota - 15% independente do prazo de permanência do cotista.

Responsável pelo recolhimento - o administrador do fundo de investimento.

Regime de tributação - na fonte.

Compensação de Perdas no Pagamento de IR

Pagar antecipadamente o imposto de renda sobre ganhos não efetivamente realizados (come-cotas) pode criar situações nas quais o investidor seria penalizado, caso não houvesse algum tipo de compensação.

Para evitar que o investidor seja prejudicado, a Receita Federal admite que eventuais perdas realizadas em fundos de Investimento sejam compensadas da base de cálculo de ganhos futuros para evitar nova tributação sobre a mesma base.

As perdas apuradas no resgate de quotas de fundos de investimento poderão ser compensadas com rendimentos auferidos em resgates ou incidências posteriores:

- No mesmo ou em outro fundo de investimento,
- Administrado pela mesma pessoa jurídica,
- Desde que sujeitos à mesma classificação de perfil de prazo da carteira do fundo, ou seja, curto prazo e longo prazo,
- Desde que a instituição administradora mantenha sistema de controle e registro em meio magnético que permita a identificação, em relação a cada cotista, dos valores compensáveis.

7. Gestão Contábil

7.1. A Contabilidade Aplicada aos RPPS

O objeto da Contabilidade é o patrimônio da entidade, assim também nos Regimes Próprios de Previdência Social, que necessariamente deverá dispor de autonomia, em relação ao patrimônio do ente público que o instituiu, em observância aos aspectos qualitativos, bem como às normas específicas que tratam da organização e funcionamento desses regimes.

Numa perspectiva sistêmica, a Contabilidade dos RPPS não só está voltada para o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, mas, também, para a correta apresentação do patrimônio e apreensão das causas de suas mutações, observando-se, como parte da essência, o cumprimento das normas brasileiras de contabilidade ao setor público aplicado à previdência.

Segundo a Lei 9.717/19987, que dispõe sobre as regras gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social, estes deverão ser organizados tendo como fundamentos as normas gerais de contabilidade e atuária, de modo que garantam o seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Basicamente, a normalização contábil aplicada aos RPPS tem como objetivo a uniformização dos registros contábeis, o conhecimento de sua situação econômica, patrimonial, orçamentária e financeira e a extração de relatórios gerenciais para avaliação de sua gestão.

Além do disposto nas Portarias MPS 916/2003 e suas atualizações, os registros contábeis das operações envolvendo os recursos dos RPPS e as demonstrações contábeis por eles geradas serão elaboradas observando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a legislação contábil pública em vigor.

Apesar de ser parte integrante da administração direta ou indireta do ente público que o instituiu (não, Estado, Distrito Federal ou Município), os RPPS diferenciam-se de outros órgãos regidos pela Contabilidade Pública pelos seguintes aspectos:

- a) visão de longo prazo: a preocupação é que a entidade se perpetue, para que seja possível o cumprimento do seu objeto social.
- b) foco no patrimônio: diferentemente da maioria dos órgãos públicos, a preocupação dos RPPS não está voltada exclusivamente para a execução orçamentária e financeira, mas também para o fortalecimento de seu patrimônio, objetivando garantir as condições de honrar os compromissos previdenciários sob sua responsabilidade.
- c) trazer as provisões para o balanço: as provisões atuariais constituídas são fundamentais, para aferir a capacidade de os RPPS garantirem a cobertura dos compromissos assumidos no momento do ingresso do servidor ao regime.
- d) taxa de administração: a unidade gestora dos RPPS dispõe de um limite de recursos para fazer face aos seus gastos administrativos, que pode ser controlado em conta contábil específica (em caso de opção) e com possibilidade de acumulação, a fim de constituir reserva, para utilização em exercícios posteriores (em caso de alíquota expressamente definida).

- e) carteira de investimentos – objetivando garantir a segurança, a rentabilidade, a solvência e a liquidez dos ativos, ou seja, a sustentabilidade do regime, os recursos disponíveis dos RPPS devem ser aplicados conforme as condições preestabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, mediante resoluções atualizadas, para que se mantenham as melhores remunerações e os menores riscos para os ativos financeiros dos RPPS.

Como se pode observar, a administração dos RPPS demanda a implantação de procedimentos contábeis que possibilitem o acompanhamento da evolução do seu patrimônio, como a atualização da carteira de investimentos a valores de mercado, e a contabilização da avaliação atuarial, exigindo dos profissionais contábeis a revisão e a incorporação de conceitos que fortaleçam o aspecto patrimonial.

A Lei 9.717/1998

Segundo a Lei 9.717/1998, os RPPS deverão ser organizados com base em normas gerais de Contabilidade e Atuária, de modo que garantam o seu equilíbrio financeiro e atuarial. Diversos procedimentos encontram-se relacionados no decorrer dos seus artigos, os quais destacamos, do ponto de vista contábil:

- a) A realização de avaliação inicial e em cada balanço, utilizando-se parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios: necessidade da constituição e registro contábil da avaliação atuarial inicial, sob a forma de provisão passiva, atualizada anualmente com base nas reavaliações atuariais realizadas.
- b) O financiamento mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo

- e dos pensionistas, para seus respectivos regimes: as fontes de financiamento dos RPPS serão contabilizadas sob a forma de receitas correntes, receitas correntes intraorçamentárias ou repasses previdenciários, dependendo da sua origem orçamentária e financeira.
- c) As contribuições e os recursos vinculados ao fundo previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas no art. 6º, inciso VIII, desta Lei, observados os limites de gastos estabelecidos em parâmetros gerais: todas as fontes de financiamento dos RPPS (receitas correntes, receitas correntes intraorçamentárias e repasses previdenciários) têm como objetivo o pagamento dos benefícios previdenciários de curto, médio e longo prazos. A única exceção prevista em lei é o limite de gastos destinados ao custeio das despesas administrativas da unidade gestora, cujo percentual deverá ser fixado em lei do respectivo ente federativo.
- d) Registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais: o controle da contribuição individual dos segurados dos RPPS deverá ser feito pela área de recursos humanos, cabendo à contabilidade, a consolidação desses valores.
- e) Identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo civil, militar e pensionista, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos: a Emenda Constitucional 41/2003 vedou a existência de mais de uma unidade gestora de RPPS em cada ente público, devendo todas as informações previdenciárias do ente

- público ser apresentadas de forma consolidada pelo seu RPPS, para efeito de elaboração dos demonstrativos exigidos pela Secretaria de Previdência, dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos Balanços Públicos da Lei 4.320/1964.
- f) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes de pagamentos de benefícios previdenciários: além do pagamento das contribuições patronais devidas, da amortização das dívidas reconhecidas junto ao RPPS e da transferência dos recursos previdenciários consignados, cabe ao ente público a responsabilidade pelo equilíbrio financeiro da sua unidade gestora, para que não haja prejuízo dos segurados beneficiados.
- g) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até 30(trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesas previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso: além das demonstrações contábeis e dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a unidade gestora deverá encaminhar todos os demonstrativos exigidos pelo Ministério da Previdência Social, segundo a forma e os prazos estabelecidos.
- h) Os RPPS não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no RGPS, salvo disposição em contrário da Constituição Federal: os gestores dos RPPS devem ficar atentos a essa determinação, para que não haja o pagamento de benefícios indevidos.

O art. 6º da Lei 9.717/1998 estabelece que fica facultada a constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária, desde que, entre outros: a conta do fundo seja distinta da conta do Tesouro da unidade federativa; os recursos previdenciários sejam aplicados em conformidade com as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; seja estabelecido um limite de gastos para as despesas administrativas (taxa de administração); e que o fundo seja criado e, se for o caso, extinto, mediante lei.

Ainda segundo a Lei 9.717/1998, os dirigentes do órgão ou da entidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social dos entes públicos, bem como os membros dos conselhos administrativo e fiscal dos fundos, respondem diretamente por infração, apurada mediante processo administrativo que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos irregulares, assegurando-se ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

ASPECTOS GERAIS - MCASP 9ª EDIÇÃO

A normatização dos procedimentos contábeis aplicáveis às transações e aos fatos contábeis relativos aos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores – RPPS dos entes da Federação foi elaborada com base na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) 15 – Benefícios a Empregados, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quanto ao conteúdo específico de RPPS, observando-se as situações aplicáveis à realidade brasileira, bem como a legislação brasileira aplicável.

Os procedimentos contábeis a serem conferidos às transações atinentes à gestão administrativa dos RPPS devem observar as regras gerais aplicáveis às demais entidades públicas, utilizando-se para isso do PCASP Federação.

Por outro lado, com relação à gestão de recursos vinculados a sua atividade fim, a Portaria MPS nº 509/2013 determina que os RPPS devem observar a obrigatoriedade de utilização do PCASP Estendido – benefícios previdenciários e suas fontes de custeio.

O art. 40 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) estabelece que, aos servidores titulares de cargos efetivos dos entes da Federação, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, bem como demais instruções e determinações da legislação competente.

Este artigo foi regulamentado pela Lei nº 9.717/1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos, instituídos e organizados pelos respectivos entes federativos.

Dada a sua competência legal para estabelecer normas gerais aplicáveis aos RPPS, a Secretaria de Previdência (SPREV), em harmonia com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), edita normatização específica quanto aos procedimentos contábeis aplicados aos RPPS de forma complementar a este Manual, disponível na página <http://www.previdencia.gov.br/>.

Conforme § 20 do Art. 40 da CF/1988, cada ente da Federação deverá manter um único RPPS, regulamentado pela Portaria MPS nº 402/2008, que deverá abranger os servidores públicos titulares de cargos efetivos, os magistrados, Ministros e Conselheiros dos Tribunais de Contas e os membros do Ministério Público de todos os poderes, órgãos e entidades.

Ademais, cada ente deverá possuir somente uma unidade gestora no respectivo regime próprio de previdência para seus servidores civis. Cabe destacar que, no caso dos militares, houve alteração legislativa com a publicação da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que instituiu o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM). Assim, conforme legislação atual, os militares dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios não integram mais o RPPS.

Destaca-se que não há exigência na referida lei de que seja promovido o equilíbrio atuarial desse sistema, no entanto, tendo em vista que permanece o caráter previdenciário dos benefícios de inatividade e pensão concedidos aos esses militares inativos, faz-se necessário evidenciar o resultado atuarial do SPSM, para fins de acompanhamento dos órgãos de controle e transparência à sociedade.

Ressalte-se que a figura administrativa da unidade gestora específica para o RPPS ora tratada não se confunde com a unidade gestora executora ou contábil. Destaca-se que somente poderá existir uma única entidade ou órgão, de natureza pública, que deve ser a responsável pela administração, gerenciamento e operacionalização dos recursos do RPPS. Tal entidade ou órgão se consubstanciará na unidade da Administração Pública gestora desses recursos, considerando-se a determinação constitucional de que somente

pode haver um regime próprio de previdência social (RPPS) para os servidores titulares de cargos efetivos.

De acordo com essas disposições, poderá ocorrer casos em que o ente federativo, mantendo única entidade/órgão (unidade gestora) de RPPS, controle os recursos em questão por meio de figuras administrativas conhecidas, geralmente, por unidade gestora executora – UGE ou contábil – UGC, de forma a segregar e controlar recursos de acordo com padrões que considere adequados à melhor gestão dos referidos recursos, a exemplo da constituição de uma UGE/UGC específica para o que se denomina como fundo em repartição, fundo em capitalização e unidade gestora administrativa do RPPS.

CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. São elas: a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade.

As restrições inerentes à informação são a materialidade, o custo-benefício e o alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas.

Cada uma das características qualitativas é integrada e funciona em conjunto com as outras. Entretanto, na prática, talvez não seja possível alcançar todas as características

qualitativas e, nesse caso, um equilíbrio ou compensação entre algumas delas poderá ser necessário.

CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Relevância

As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As informações financeiras e não financeiras são capazes de exercer essa influência quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.

A informação pode ser capaz de influenciar e, desse modo, ser relevante, mesmo se alguns usuários decidirem não a considerar ou já estiverem cientes dela.

Representação fidedigna

Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

A informação que representa fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno retrata a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.

Compreensibilidade

A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado.

As demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada.

A compreensão é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

Tempestividade

Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.

Ter informação disponível mais rapidamente pode aprimorar a sua utilidade como insumo para processos de avaliação da prestação de contas e responsabilização (accountability) e a sua capacidade de informar e influenciar os processos decisórios. A ausência de tempestividade pode tornar a informação menos útil.

Comparabilidade

Comparabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

A comparabilidade não é uma qualidade de item individual de informação, mas, antes, a qualidade da relação entre dois ou mais itens de informação.

A informação sobre a situação patrimonial da entidade, o desempenho, os fluxos de caixa, a conformidade com os orçamentos aprovados ou com outra legislação relevante ou com os demais regulamentos relacionados à captação e à utilização dos recursos, o desempenho da prestação de serviços e os seus planos futuros, é necessária para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Verificabilidade

A verificabilidade é a qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.

Essa característica implica que dois observadores esclarecidos e independentes podem chegar ao consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa, em que a informação representa os fenômenos econômicos e de outra natureza, os quais se pretende representar sem erro material ou viés; ou o reconhecimento apropriado, a mensuração ou o método de representação foi aplicado sem erro material ou viés.

RESTRIÇÕES ACERCA DA INFORMAÇÃO INCLUÍDA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Materialidade

A informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização (accountability), ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício

Custo-benefício

A informação contábil impõe custos, e seus benefícios devem justificá-los. A aplicação da restrição custo-benefício envolve avaliar se os benefícios de divulgar a informação provavelmente justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.

Ao fazer essa avaliação, é necessário considerar se uma ou mais características qualitativas podem ser sacrificadas até certo ponto para reduzir o custo.

Equilíbrio entre as características qualitativas

As características qualitativas funcionam, conjuntamente, para contribuir com a utilidade da informação. Por exemplo, nem a descrição que represente fielmente um fenômeno irrelevante, nem a descrição que represente de modo não fidedigno um fenômeno relevante resultam em informação útil. Do mesmo modo, para ser relevante, a informação precisar ser tempestiva e compreensível.

Em alguns casos, o equilíbrio ou a compensação (trade-off) entre as características qualitativas pode ser necessário para se alcançar os objetivos da informação contábil.

A importância relativa das características qualitativas em cada situação é uma questão de julgamento profissional. A meta é alcançar o equilíbrio apropriado entre as características para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

CRITÉRIOS GERAIS DE EVIDENCIAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A apresentação da informação nas demonstrações contábeis está relacionada às necessidades dos usuários, às características qualitativas e às restrições da informação contábil e às definições dos elementos, critérios de reconhecimento e bases de mensuração.

As decisões sobre a seleção, a localização e a organização da informação são tomadas em resposta às necessidades dos usuários pela informação sobre os fenômenos econômicos, financeiros, orçamentários e de outra natureza.

Na prática, essas decisões estão interligadas e podem ter implicações sobre o conteúdo do relatório e a forma de como ele é organizado.

SELEÇÃO E NATUREZA DA INFORMAÇÃO

As demonstrações contábeis podem fornecer também informação que auxilia os usuários na avaliação da extensão na qual:

- a. A entidade satisfaz os seus objetivos financeiros;
- b. As receitas, as despesas, os fluxos de caixa e o desempenho da entidade estão em conformidade com os orçamentos aprovados; e
- c. A entidade observou a legislação vigente e outros regulamentos que regem a captação e a utilização de recursos públicos.

As demonstrações contábeis também podem fornecer informação relevante aos aspectos financeiros do desempenho dos serviços, como informação sobre:

- a. Receita, despesa e fluxos de caixa relativos aos serviços; e

b. Os ativos e os passivos que orientam as avaliações dos usuários em relação à capacidade operacional da entidade ou aos riscos financeiros que podem impactar no fornecimento do serviço.

Assim, as decisões sobre a seleção da informação envolvem priorizar, resumir e evitar a sobrecarga de informação, a qual reduz a compreensibilidade. Informação em demasia pode dificultar a compreensão por parte dos usuários.

INFORMAÇÃO SELECIONADA PARA EXPOSIÇÃO OU EVIDENCIAÇÃO

A informação é selecionada para exposição ou para evidenciação nas demonstrações contábeis.

A informação selecionada para exposição comunica mensagens-chave, enquanto a informação selecionada para evidenciação torna a informação exposta mais útil ou fornece detalhes que auxiliam a compreensão por parte dos usuários.

Os itens expostos nas demonstrações contábeis fornecem informação sobre questões como, por exemplo, a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, em um nível conciso e compreensível.

Sempre que possível, deve-se buscar o equilíbrio entre a padronização da informação exposta (o que facilita a compreensibilidade) e a informação que é elaborada para aspectos específicos à entidade, como a natureza e as operações realizadas por esta.

A informação evidenciada inclui a base para a informação exposta (por exemplo, políticas contábeis e metodologias aplicáveis) e detalhamentos em quadros anexos e notas explicativas.

A informação evidenciada nas notas explicativas pode incluir também:

a. Os fatores relacionados à entidade que podem influenciar as opiniões sobre a informação evidenciada (por exemplo, informação sobre as partes relacionadas e entidades controladas ou participações em outras entidades);

b. A fundamentação para o que é exposto (por exemplo, a informação sobre as políticas contábeis e critérios de mensuração, inclusive os métodos e as incertezas quanto à mensuração, quando aplicáveis);

c. Os detalhamentos dos montantes expostos nas demonstrações (por exemplo, a divisão do imobilizado em classes diferentes);

d. Os itens que não satisfazem a definição de elemento ou os critérios de reconhecimento, mas são importantes para a devida compreensão das finanças e da capacidade de prestar serviços da entidade (por exemplo, a informação sobre os eventos e as condições que podem afetar fluxos de caixa ou potencial de serviços futuros, inclusive as suas naturezas, os efeitos possíveis sobre os fluxos de caixa ou potencial de serviços, as probabilidades de ocorrência e as sensibilidades a mudanças nas condições); e

e. A informação que pode explicar as tendências subjacentes afetando os totais expostos. Contudo, a repetição precisa ser evitada.

Por exemplo, o montante exposto nos quadros das demonstrações contábeis pode ser repetido nas notas explicativas quando tais notas fornecem o detalhamento do total exposto.

O nível de detalhe fornecido pela informação exposta contribui para a realização dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, desde que não seja excessivo. A informação evidenciada, assim como a informação exposta, é necessária para a realização de tais objetivos.

LOCALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A localização da informação tem impacto sobre a contribuição da informação para a realização dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil e para o atendimento das características qualitativas.

A localização pode afetar a maneira que os usuários interpretam a informação e a comparabilidade da informação.

A localização da informação nas demonstrações contábeis contribui para representar um panorama financeiro mais abrangente da entidade.

Para as demonstrações contábeis, a informação exposta é mostrada nos quadros da demonstração apropriada, enquanto as evidenciações encontram-se nas notas explicativas.

Distinguir a informação exposta e a informação evidenciada por meio da localização assegura que esses itens podem ser realçados com informação ainda mais

detalhada fornecida por meio da evidenciação em notas explicativas, os quais se relacionam diretamente a questões de comunicação, como, por exemplo, os itens da demonstração que evidencia a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade.

ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A organização da informação envolve uma série de decisões incluindo aquelas sobre a utilização de referência cruzada, quadros, tabelas, gráficos, cabeçalhos, numeração e a disposição dos itens dentro de determinado componente de relatório, incluindo decisões sobre a ordem dos itens.

A forma na qual a informação está organizada pode afetar a sua interpretação por parte dos usuários. A informação exposta nas demonstrações contábeis é, geralmente, organizada em totais e subtotais numéricos.

A sua organização fornece um resumo estruturado de tais parâmetros por meio dos itens das demonstrações que evidenciam a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A informação evidenciada está conectada por meio da utilização de cabeçalhos consistentes, ordem de apresentação e/ou outros métodos apropriados à relação e ao tipo de informação.

A informação evidenciada nas notas explicativas às demonstrações contábeis é organizada de modo que as relações com os itens evidenciados nas demonstrações contábeis sejam claras.

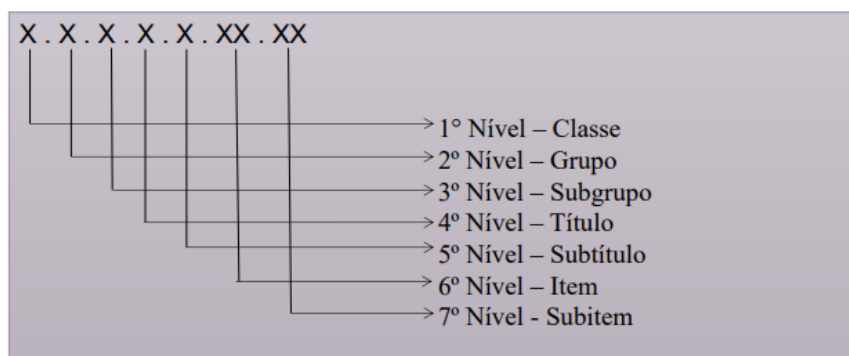
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. Orientações específicas sobre as demonstrações contábeis e as notas explicativas podem ser encontradas na Parte V deste Manual.

7.2 – Plano de Contas Aplicados ao RPPS

O plano de contas tem por objetivo padronizar os registros dos atos e fatos contábeis para geração de um melhor gerenciamento das consolidações dos dados com um intuito de gerar uma informação de qualidade para tomada de decisão dos gestores.

A utilização do Plano de Contas é obrigatória para todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta dos entes da Federação, incluindo seus fundos, autarquias, inclusive especiais, fundações, e empresas estatais dependentes, sendo facultativa às demais entidades, segundo a LRF.

O Plano de contas tem como o critério de ordenamento das estruturas das contas para facilitar o entendimento dos seus grupos e níveis de desdobramentos dos quais compreendem nove dígitos e sete níveis, conforme figura abaixo:



(Fonte: MCASP)

Conta é a expressão qualitativa e quantitativa de fatos de mesma natureza, evidenciando a composição, variação e estado do patrimônio, bem como de bens, direitos, obrigações e situações nele não compreendidas, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo.

O PCASP está estruturado de acordo com as seguintes naturezas das informações contábeis:

- a) Natureza de Informação Orçamentária: registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- b) Natureza de Informação Patrimonial: registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com a composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas.
- c) Natureza de Informação de Controle: registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.

O PCASP é dividido em 8 classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam:

| Natureza da informação | Classes | |
|---------------------------------------|-------------|--|
| | Patrimonial | 1. Ativo |
| 3. Variações Patrimoniais Diminutivas | | 4. Variações Patrimoniais Aumentativas |

| | | |
|--------------|---|--|
| Orçamentária | 5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento | 6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento |
| Controle | 7. Controles Devedores | 8. Controles Credores |

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os entes da Federação somente poderão detalhar a conta contábil nos níveis posteriores ao nível apresentado na relação de contas do PCASP. A única exceção a esta regra corresponde à abertura do 5º nível (subtítulo) das contas de Natureza de Informação Patrimonial, que obrigatoriamente será classificado em Intra OFSS, Inter OFSS (União, estados ou municípios) ou Consolidação.

Caso o 5º nível seja detalhado, pelo PCASP Federação, em Intra OFSS e Inter OFSS, as operações entre entidades relacionadas a tal classificação devem obedecer, obrigatoriamente, ao detalhamento a que pertence.

Os planos de contas dos entes da Federação deverão ter pelo menos 7 níveis. Eventuais níveis não detalhados deverão ser codificados com o dígito 0 (zero).

A fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, com a adequada elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público e do o Balanço do Setor Público Nacional, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação.

Para o melhor entendimento, a tabela abaixo foi adaptada para demonstrar os níveis e seus desdobramentos conforme as contas e seus grupos de contas, de acordo no que consta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

| NÍVEIS | DESDOBRAMENTO |
|-----------------|---|
| 1 | CLASSE– ATIVO |
| 1 | GRUPO – Ativo Circulante |
| 1 | SUBGRUPO – Caixa e Equivalente de Caixa |
| 1 | TÍTULO – Caixa. Equivalente de Caixa – Moeda Nacional |
| 1 | SUBTÍTULO – Caixa. Equivalente de Caixa – Moeda Nacional - Consolidação |
| 06 | ITEM – Conta Única |
| 01 | SUBITEM – Conta Banco. Movimento. RPPS |
| 1.1.1.1.1.06.01 | BANCOS CONTA MOVIMENTO – RPPS |

(fonte: própria)

A Secretaria do Tesouro Nacional disponibiliza o "PCASP Estendido" (constante do Anexo III da IPC 00). Além disso, é utilizado como base para a geração da Matriz de Saldos Contábeis - MSC.

As contas foram estruturadas em classes, sendo duas patrimoniais, duas de resultado, duas de controle orçamentário, e duas de controle de atos potenciais.

1. Ativos :Compreende os recursos controlados por uma entidade como consequência de eventos passados e dos quais se espera que fluam benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros à unidade. (patrimonial)
2. Passivo e Patrimônio Líquido: Compreende as obrigações existentes da entidade, oriundas de eventos passados de cuja liquidação se espera que resulte em fluxo

- de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou serviços em potencial. Patrimônio líquido compreende a diferença entre o ativo e o passivo. (patrimonial)
3. Variação Patrimonial Diminutiva (VPD): Compreende o decréscimo no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de saída de recurso ou redução de ativo ou incremento em passivo, que resulte em decréscimo do patrimônio líquido e que não seja proveniente de distribuição aos proprietários da entidade. (resultado)
 4. Variação Patrimonial Aumentativa (VPA): Compreende o aumento no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de entrada de recurso ou aumento de ativo ou diminuição de passivo, que resulte em aumento do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários. (resultado)
 5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento: Compreende as contas com função de registrar os atos e fatos ligados à execução orçamentária. (controle orçamentário)
 6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento: Compreende as contas com função de registra os atos e fatos ligados à execução orçamentária. (controle orçamentário)
 7. Controles Devedores: Compreende as contas em que são registrados atos potenciais e controles específicos. (informação de controle)
 8. Controles Credores: Compreende as contas em que são registradas a execução de atos potenciais e controles específicos. (informação de controle)

| ESTRUTURA DO PLANO DE CONTAS - PCASP | |
|--|--|
| 1 – Ativo 1.1 - Ativo Circulante 1.2 - Ativo Não Circulante | 2 – Passivo e Patrimônio Líquido 2.1 - Passivo Circulante 2.2 - Passivo Não Circulante 2.3 - Patrimônio Líquido |
| 3 – Variação Patrimonial Diminutiva - VPD 3.1 - Pessoal e Encargos 3.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais 3.3 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo 3.4 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras 3.5 - Transferências Concedidas 3.6 - Desvalorização e Perda de Ativos 3.7 - Tributárias 3.9 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 4 – Variação Patrimonial Aumentativa - VPA 4.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 4.2 - Contribuições 4.3 - Exploração e venda de bens, serviços e direitos 4.4 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras 4.5 - Transferências Recebidas 4.6 - Valorização e Ganhos com Ativos 4.9 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas |
| 5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento 5.1 - Planejamento Aprovado 5.2 - Orçamento Aprovado 5.3 - Inscrição de Restos a Pagar | 6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento 6.1 - Execução do Planejamento 6.2 - Execução do Orçamento 6.3 - Execução de Restos a Pagar |
| 7 – Controles Devedores 7.1 - Atos Potenciais 7.2 - Administração Financeira 7.3 - Dívida Ativa 7.4 - Riscos Fiscais 7.8 - Custos 7.9 - Outros Controles | 8 – Controles Credores 8.1 - Execução dos Atos Potenciais 8.2 - Execução da Administração Financeira 8.3 - Execução da Dívida Ativa 8.4 - Execução dos Riscos Fiscais 8.8 - Apuração de Custos 8.9 - Outros Controles |

A Portaria MPS nº 509/2013 determina que os RPPS devem adotar as contas a estes aplicáveis, especificadas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público PCASP Estendido até o 7º nível de classificação, conforme a versão atualizada do Anexo III da Instrução de Procedimentos Contábeis nº 00 (IPC 00) da STN, que explicita as medidas necessárias para a prestação de informações sobre a aplicação do PCASP.

ESPECIFICIDADE DO PLANO DE CONTAS RPPS

A Secretaria do Tesouro Nacional entendeu a necessidade de manter atualizado os PCASP para os RPPS, pelo fato da previdência pública ter suas peculiaridades no que tange aos seus lançamentos dos atos e fatos contábeis. Com isso, através do PCASP Estendido incluiu as contas específicas para serem utilizadas pelos RPPS gerando, desta forma, uma melhor compreensão nas informações contábeis.

Dentre as contas específicas podemos dar destaque às que são utilizadas pelos Regimes Próprios de Previdência Social:

A) – PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA: A constituição destas provisões tem por objetivo tratar contabilmente as informações atuariais dos RPPS. Este registro, conforme determina as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público, visa dar maior transparência às informações atuariais assumidas pelas unidades gestoras.

B) – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, APORTES E COMPENSAÇÕES: Estas representam as fontes de recursos para o pagamento dos benefícios previdenciários, de forma a garantir os recursos tanto financeiros, quanto orçamentários. Para melhor entendimento, podemos dizer que as contribuições mensais dos servidores ativos e inativos, recursos recebidos a título de compensação financeira do Regime Geral de Previdência Social, bem como aportes de bens entre outros.

C) – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS: É o pagamento dos benefícios de responsabilidade dos RPPS, com sua massa de segurados, do plano financeiro ou do plano previdenciário, em caso de segregação de massa.

D) – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS: A carteira de investimentos do RPPS recebe um tratamento diferenciado de qualquer outra entidade pública. Pois, pelo fato de poderem ser convertidas em espécie para o devido pagamento dos benefícios

previdenciários, devem ser obedecidas a tempestividade no ato do registro podendo gerar ganho (VPA) ou perdas (VPD)

E) - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: Conforme consta no art. 15 da Portaria MPS 402/2008, esta taxa tem por finalidade ser utilizada para gastos de despesas de custeio e de capital para as necessidades do funcionamento e organização da unidade gestora, obedecendo os parâmetros da legislação.

7.3 Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

Conforme MCASP 9ª edição, compõem o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- e) Balanço Orçamentário;
- f) Balanço Financeiro;
- g) Notas Explicativas, compreendendo a descrição sucinta das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas; e
- h) Informação Comparativa para o período anterior.

O objeto do curso, bem como da apostila são as Demonstrações Contábeis emitidas pela Administração Direta e Indireta, são elas: a) Balanço Orçamentário; b)

Balanço Financeiro; c) Balanço Patrimonial; d) Demonstração das Variações Patrimoniais; e e) Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Além das Demonstrações Contábeis, também são consideradas parte das demonstrações contábeis, as Notas Explicativas, que são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP e são consideradas parte integrante das demonstrações.

Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas.

São obrigatórias no âmbito da administração direta e indireta, porém, dada a quantidade de informações e detalhamentos, não serão objetos deste curso.

Por fim, a “Informação Comparativa com o período anterior” é uma novidade introduzida pela 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, e entrou em vigor a partir do exercício de 2019.

Os Balanços emitidos para fins de Prestação de Contas de 2018, não teriam essa obrigatoriedade, todavia, as Demonstrações obrigatórias no âmbito da administração direta, já possuem essa característica de comparabilidade, exceto o Balanço Orçamentário, que tem seus pressupostos estabelecidos através da lei n.º 4.320/1964.

A Informação Comparativa foi agregada ao MCASP, através da introdução da NBCT SP 11 – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público 11, que trata das Apresentações das Demonstrações Contábeis.

Além de atender ao MCASP, a NBCT SP, as Demonstrações Contábeis, devem atender a Lei n.º 4.320/1964, bem como a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei

Complementar n.º 101/2000. Por tal motivo, para fins de Prestação de Contas ao egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, além das DCASP's acima mencionadas, as Unidades Jurisdicionadas devem também encaminhar a “Demonstração da Dívida Flutuante” que é prevista na Lei n.º 4.320/1964.

Demonstrações contábeis consolidadas: compõem a prestação de contas anual de governo (União, estados e municípios), que recebem parecer prévio pelo tribunal de contas competente (chamada de contas de governo).

Demonstrações contábeis não consolidadas: compõem a prestação de contas ou tomada de contas anuais dos administradores públicos (contas de gestão).

Ressalte-se que a NBC TSP 11 não prevê o balanço financeiro, porém sua elaboração e publicação são obrigatórias por força dos arts. 101 e 103 da Lei nº 4.320/1964. Ou seja, trata-se de uma demonstração que não está incluída nas normas internacionais (IPSAS), porém, é exigida pela legislação brasileira.

Balanço Patrimonial (BP) (Anexo 14 Da Lei Federal Nº4.320/1964 E Parte V do Mcasp/Stn)

Balanço patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público: ativos, passivos e patrimônio líquido, além das contas de compensação (contas de controle de atos potenciais).

A classificação dos elementos patrimoniais, nos termos na NBC TSP 11, considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversabilidade e exigibilidade.

No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

Não esquecer, por oportuno, que a Lei Federal nº 4.320/1964, no seu art.105, confere viés orçamentário ao balanço patrimonial, já que separa o ativo e passivo em dois grandes grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária para a realização dos itens que o compõem: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial, além das contas de compensação.

De forma a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, convergidas com as IPSAS/IFCA (NBT SP nº 11), a estrutura atual do balanço patrimonial é composta por (STN, 2018):

- a) Quadro principal, será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Os ativos e passivos serão apresentados em níveis sintéticos (3º nível - Subgrupo ou 4º nível - Título). Os saldos das contas intragovernamentais deverão ser excluídos para viabilizar a consolidação das contas no ente.
- b) Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes, será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo), a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como as contas que representem passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 “Crédito Empenhado

- a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar”. Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial serão apresentados pelos seus valores totais. É facultativo o detalhamento dos saldos em notas explicativas.
- c) Quadro de contas de compensação (controle), apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. Os valores dos atos potenciais já executados não devem ser considerados. Será elaborado utilizando-se a classe 8 (Controles Credores) do PCASP.
- d) Quadro do superávit/déficit financeiro, será elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por fonte / destinação de recursos 15. Como a classificação por fonte / destinação de recursos não é padronizada, cabe a cada ente adaptá-lo à classificação por ele adotada. Poderão ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit / déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro conforme o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

De acordo com o MCASP (Parte V) (STN, 2018), o balanço patrimonial evidencia as informações (saldos) patrimoniais no encerramento do período (normalmente no dia 31/12/XX).

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) (Anexo 15 da Lei Federal Nº4.320/1964 e Parte V do Mcasp/Stn)

A DVP está prevista no art. 104 da Lei nº 4.320/1964:

Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

A DVP evidencia as transações quantitativas ocorridas no patrimônio – aquelas que decorrem da aplicação do princípio da competência e, por consequência, impactam o patrimônio líquido (aumentando ou diminuindo) da entidade, sendo elaborada a partir dos lançamentos realizados nas contas de resultados das contas de natureza patrimoniais: variações patrimoniais aumentativas (Classe 4) e variações patrimoniais diminutivas (Classe 3).

O resultado patrimonial (RP) do período é apurado pela diferença entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD), podendo ser:

- superavitário ($VPA > VPD$),
- nulo ($VPA = VPD$),
- ou deficitário ($VPA < VPD$).

O RP impacta no patrimônio líquido da entidade.

A DVP tem função semelhante à demonstração do resultado do exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo, considerado um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o RP não é um indicador de desempenho, mas de evidenciação das variações patrimoniais quantitativas no período, possibilitando

informações para o planejamento orçamentário, contabilidade de custos, transparência, controle social etc.

De forma a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, convergidas com as IPSAS/IFCA (NBT SP nº 11), a estrutura atual da DVP é composta por (STN, 2018):

Receita, corresponde às variações patrimoniais aumentativas.

Despesa, corresponde às variações patrimoniais diminutivas.

Parcela do resultado de coligadas e empreendimento controlado em conjunto mensurado pelo método da equivalência patrimonial.

Ganhos ou perdas antes dos tributos reconhecidos na alienação de ativos ou pagamento de passivos relativos à operações em descontinuidade.

Resultado do período.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) (Anexo 19 da Lei Nº 4.320/1964) e Parte V do Mcasp/Stn (Parte V)

A demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL), criada a partir da publicação, em 2014, na Parte V do MCASP, é obrigatória, apenas, para as empresas estatais dependentes constituídas sob forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

A DMPL oferece informações para o Anexo de Metas Fiscais (AMF), integrante do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), exigindo no art. 4º, § 2º, III, da LRF, pois no AMF deverá constar a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios.

O Anexo (de Metas Fiscais) conterá, ainda:

[...]

III – evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos (Lei Complementar nº 101/2000).

Quando obrigatória, de acordo com a NBC TSP 11 (CFC, 2018) e MCASP (STN, 2018) a DMPL deve evidenciar o que segue:

- a) O resultado do período.
- b) Cada item de receita e de despesa do período que seja reconhecido diretamente no patrimônio líquido em virtude de norma específica (ex.: aumento ou redução por reavaliação e ganhos, quando utilizada a reserva de reavaliação, ou perdas decorrentes de ajustes específicos de conversão para moeda estrangeira).
- c) Os ajustes de exercícios anteriores.
- d) A destinação do resultado, como por exemplo, constituição de reservas e a distribuição de dividendos.
- e) As transações de capital com os proprietários, como por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria, os juros sobre capital próprio e as distribuições aos proprietários.

- f) Para cada item do patrimônio líquido divulgado, os efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros.

Balanço Orçamentário (BO) (Anexo 12 da Lei Federal Nº4.320/1964 e Parte V do MCASP/STN)

O balanço orçamentário está previsto no art. 102:

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

De acordo com a NBC TSP 13 (CFC, 2018), a apresentação de informação orçamentária nas demonstrações contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados, decorrentes da execução do orçamento, deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) das entidades do setor público. É o caso do BO que, a partir da convergência com as IPSAS 24 (2018), tem representado a demonstração da informação do orçamento no Brasil.

O BO, em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução (realização do orçamento), demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- As receitas orçamentárias por categoria econômica e origem (até o segundo dígito da classificação da receita orçamentária).

- As despesas orçamentárias por categoria econômica e grupo de natureza (até o segundo dígito da classificação da despesa orçamentária: por natureza da despesa)
- Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária e de outras dívidas deverão constar, destacadamente, nas receitas de operação de crédito internas e externas e, nesse mesmo nível de agregação, nas despesas com amortização da dívida de refinanciamento.
- O superávit financeiro utilizado para a reabertura de créditos adicionais e o valor do crédito adicional reaberto de um exercício para o outro deverão ser evidenciados no campo saldo de exercícios anteriores, do balanço orçamentário.

O BO, de acordo com o MCASP (STN, 2018), é composto por:

- a) Quadro principal.
- b) Quadro da execução dos restos a pagar não processados.
- c) Quadro da execução dos restos a pagar processados.

Informações da receita orçamentária nas colunas do BO:

- **Previsão inicial:** corresponde aos valores da previsão inicial das receitas, constantes na LOA. Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento constante da LOA. As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA, também integrarão os valores apresentados na coluna.
- **Previsão atualizada:** demonstra os valores da previsão atualizada das receitas que refletem a reestimativa da receita decorrente de:

- a) Registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, ambas podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais.
 - b) Criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA.
 - c) Remanejamento entre naturezas de receita.
 - d) Atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA.
- **Receitas realizadas:** correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições, como, por exemplo, a rede bancária.

Informações da receita orçamentária nas linhas do BO:

- **Receitas correntes:** são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do ente federativo e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, provocam efeito positivo sobre o patrimônio líquido.
- **Receitas de capital:** são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do ente federativo e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.
- **Operações de crédito/Refinanciamento:** demonstram o valor da receita decorrente da emissão de títulos públicos e da obtenção de empréstimos, inclusive as destinadas ao refinanciamento da dívida pública.

Os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Esse nível de agregação também se aplica às despesas com amortização da dívida e refinanciamento.

Déficit: demonstra a diferença negativa entre os totais das receitas orçamentárias realizadas e as despesas empenhadas, quando isso acontecer (receita realizada menor que a despesa ou crédito orçamentário empenhado).

Saldo de exercícios anteriores: demonstra o valor dos recursos provenientes de exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas do exercício corrente. Estão compreendidos nessa rubrica:

- a) Recursos arrecadados em exercícios anteriores.
- b) Superávit financeiro de exercícios anteriores.
- c) Créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior ao de referência e reabertos no exercício de referência.

Informações da despesa orçamentária nas colunas do BO

- **Dotação inicial:** demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na LOA. Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.
- **Dotação atualizada:** demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias

efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos.

- **Despesas empenhadas:** demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive das despesas em liquidação, liquidadas ou pagas. Considera-se despesa orçamentária executada, a despesa empenhada.
- **Despesas liquidadas:** demonstra os valores das despesas liquidadas no exercício de referência, inclusive das despesas pagas. Não inclui os valores referentes à liquidação de restos a pagar não processados.
- **Despesas pagas:** demonstra os valores das despesas pagas no exercício de referência. Não inclui os valores referentes ao pagamento de restos a pagar, processados ou não processados.

Informações da despesa orçamentária nas linhas do BO

- **Despesas correntes:** são as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Despesas de capital: são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- **Reserva de contingência:** é a destinação de parte das receitas orçamentárias para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, inclusive para a abertura de créditos adicionais.
- **Amortização da dívida/Refinanciamento:** demonstra o valor da despesa orçamentária decorrente do pagamento ou da transferência de outros ativos para a quitação do valor principal da dívida, inclusive de seu refinanciamento.

- **Superávit:** demonstra a diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, quando isso acontecer.
- **Reserva do RPPS:** é a destinação de parte das receitas orçamentárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o pagamento de aposentadorias e pensões futuras. Trata-se de informação acrescida ao final do BO, para fins de interpretação dos possíveis superávits (receita total realizada maior que despesa empenhada).

Para preenchimento dos quadros de execução dos restos a pagar, processados e não processados são necessárias as seguintes definições:

- **Inscritos em exercícios anteriores:** compreende o valor de restos a pagar não processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.
- **Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior:** compreende o valor de restos a pagar não processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.
- **Liquidados:** compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e ainda não pagos.
- **Pagos:** compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos.
- **Cancelados:** compreende o cancelamento de restos a pagar não processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

- **Saldo a pagar:** compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência. Ressalta-se que a parcela do saldo que tiver sido liquidada ao longo do exercício de referência será transferida para restos a pagar processados no início do exercício seguinte.

Balanço Financeiro (BF) (Anexo 13 da Lei Federal Nº4.320/1964 e Parte V do MCASP/STN)

De acordo com o art. 103 da Lei Federal nº 4.320/1964:

O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Também, segundo o parágrafo único do referido artigo, os restos a pagar (despesas empenhadas e não pagas) do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

O balanço financeiro é, pois, uma demonstração contábil que evidencia o fluxo financeiro de uma entidade pública. Partindo do saldo inicial (SI) das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras e valores em espécie de terceiros), são acrescidos os ingressos oriundos das receitas orçamentárias (RO), mais as transferências financeiras recebidas (TFR) (duodécimos e/ou quotas da programação financeira) e recebimentos

extraorçamentários (RE) (somados a estes, os restos a pagar inscritos no exercício), em que, ao serem deduzidos do total das despesas orçamentárias empenhadas (DO), somadas às transferências financeiras concedidas (TFC) e pagamentos extraorçamentários (PE), obter-se-á o saldo das disponibilidades ao final (SF) do período analisado.

A equação algébrica do balanço financeiro é a seguinte:

$$\mathbf{RO + TFR + RE + SI\ disponível = DO + TFC + PE + SF\ disponível}$$

Pelo exposto, podemos dizer que o balanço financeiro representa o fluxo de caixa da entidade sob a perspectiva orçamentária e extraorçamentária, incluindo as transferências financeiras intragovernamentais, devendo discriminar:

- a) A receita orçamentária (RO) realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária).
- b) A despesa orçamentária (DO) empenhada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária).
- c) As transferências financeiras recebidas (TFR) e concedidas (TFC) decorrentes, ou não, da execução orçamentária.
- d) Os recebimentos (RE) e os pagamentos (DE) extraorçamentários.
- e) O saldo inicial (SI) e o saldo final (SF) em espécie (caixa e equivalente de caixa e valores de terceiros, que representam os ativos financeiros (F) da entidade).

O balanço financeiro deve ser elaborado, utilizando-se as seguintes classes do PCASP:

- Classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.
- Classes 4 (VPA) e 3 (VPD) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente.
- Classe 6 (controles de receita arrecadada e despesa empenhada) para o preenchimento dos valores totais das receitas e despesas orçamentárias.
- Classe 7 (controles de restos a pagar) para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, que deverá ser incluso nos recebimentos extraorçamentários para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, conforme o parágrafo único do art.103 da Lei nº 4.320/1964.
- Classe 8 (controles de disponibilidades por destinação de recursos - fontes ordinárias e vinculadas) para o preenchimento do desdobramento, por fontes, das receitas de despesas orçamentária executadas.

Para o levantamento do balanço financeiro, é necessário apresentar as seguintes definições:

- **Receitas e despesas orçamentárias ordinárias:** compreendem as receitas e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
- **Receitas e despesas orçamentárias vinculadas:** compreendem as receitas e as despesas orçamentárias, cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte/destinação de recursos. As fontes/destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

Transferências financeiras recebidas e concedidas: refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Podem ser orçamentárias extraorçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas.

Recebimentos extraorçamentários: compreendem os ingressos não previstos no orçamento, por exemplo:

- a) Ingressos de recursos relativos à consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, entre outros.
- b) Inscrição de restos a pagar (obs.: não constitui ingressos, é incluído no lado da receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária).

Pagamentos extraorçamentários: compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, por exemplo:

- a) Relativos à obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (ex.: devolução de depósitos).
- b) Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

Saldo do exercício anterior e saldo para o exercício seguinte: compreendem os saldos dos recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC (Anexo 18 da Lei N° 4.320/1964 e Parte V do MCASP/STN)

A DFC, estruturada na Parte V do MCASP (STN, 2018), fundamentada a partir da NBC TSP 12 (CFC, 2018), é obrigatória para todos os órgãos e as entidades abrangidos no campo de aplicação da CASP, a partir do exercício de 2015 (Portaria STN nº 733/2014).

A NBC TSP 12, convergida da IPSAS 2 (IFAC, 2010), expõe que as informações da DFC podem proporcionar os benefícios a seguir descritos.

- É útil ao auxílio dos usuários para prever:
 - a) futuras necessidades de caixa da entidade;
 - b) sua habilidade de gerar fluxos de caixa no futuro; e
 - c) financiar alterações no escopo e natureza de suas atividades.

Proporciona meios pelos quais a administração de uma entidade pode demonstrar o cumprimento dos requisitos exigidos pelo processo de accountability referentes às entradas e às saídas de caixa ocorridas durante o exercício financeiro analisado.

Quando utilizada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, disponibiliza informações que habilitam os usuários a avaliar as variações ocorridas nos

ativos líquidos/patrimônio líquido de uma entidade, sua estrutura financeira (inclusive sua liquidez e solvência) e sua capacidade para alterar os valores e prazos dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades.

Melhora a comparabilidade dos relatórios de desempenho operacional de diferentes entidades, porque elimina os efeitos decorrentes do uso de diferentes tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos.

Informações históricas dos fluxos de caixa são frequentemente usadas como elementos que irão compor indicadores do valor, da periodicidade (prazos) e do grau de certeza dos fluxos de caixa futuros. Também são úteis para verificar a exatidão das avaliações feitas, no passado, dos fluxos de caixa futuros.

De acordo com o MCASP(STN/2018), a DFC identificará:

- a) As fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa.
- b) Os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis.
- c) O saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

O objetivo central da DFC é apresentar informações relevantes inerentes aos ingressos (recebimentos) e dispêndios (pagamentos), em recursos financeiros (caixa e equivalente de caixa), geridos pelos órgãos e entidades do setor público, em um determinado período, possibilitando aos usuários analisar, em conjunto com as demais demonstrações contábeis, sua capacidade de geração e consumo de caixa e equivalentes.

De acordo com o MCASP/STN (Parte V), a DFC deve ser elaborada pelo método direto e deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no

exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade:

- a) Operacionais.
- b) De investimento.
- c) De financiamento.

Segundo o MCASP, deve apresentar:

- a) Quadro principal.
- b) Quadro de transferências recebidas e concedidas.
- c) Quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função.
- d) Quadro de juros e encargos da dívida.

Orientações para preenchimento da DFC e respectivos quadros, segundo MCASP/STN (Parte V), a filosofia da DFC é demonstrar os ingressos e desembolsos de numerários de forma a espelhar o que realmente acontece nas disponibilidades da entidade, especificamente a movimentação da conta do ativo circulante “caixa e equivalente de caixa”, seja orçamentária e/ ou não orçamentária.

Assim, o modelo de elaboração da DCF diferencia-se do balanço financeiro, porque a primeira trata do fluxo da conta “caixa e equivalente de caixa”, sob a perspectiva das atividades operacionais, dos investimentos e dos financiamentos da entidade pública, enquanto o BF apresenta a dinâmica do fluxo de caixa a partir da movimentação das contas “caixa e equivalente de caixa” e “depósitos restituíveis”. Esta última trata do controle das disponibilidades extraorçamentárias (depósitos de terceiro, consignações etc.), sob a posse e a responsabilidade da entidade pública.

Os dados para preenchimento da DFC são obtidos a partir de contas das receitas orçamentárias realizadas e despesas orçamentárias pagar (PCASP, Classe 6), conjugadas com as contas de controles de destinações de recursos por fontes de recursos (PCASP, Classe 8), ordinárias e vinculadas.

Para o levantamento da DFC, faz-se necessário apresentar as seguintes definições:

a) Quadro principal

a.1) Fluxo de caixa das atividades operacionais

Ingressos das operações: compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências correntes recebidas.

Desembolsos das operações: compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida, as transferências concedidas e demais desembolsos das operações.

a.2) Fluxo de caixa das atividades de investimento

Ingressos de investimento: compreendem as receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

Desembolsos de investimento: compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

a.3) Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Ingressos de financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Desembolsos de financiamento: compreendem as despesas com amortização e refinanciamento da dívida.

a.4) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis, além das aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Inclui, também, a receita orçamentária arrecadada que se encontra em poder da rede bancária em fase de recolhimento.

b) Quadro das transferências recebidas e concedidas

Transferências intergovernamentais: compreendem as transferências de recursos entre entes da Federação distintos.

Transferências intragovernamentais: compreendem as transferências de recursos no âmbito de um mesmo ente da Federação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Texto do MCASP/STN, Parte V)

Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. São consideradas parte integrante das demonstrações. Seu objetivo é facilitar a

compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas.

Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

As notas explicativas devem ser apresentadas de forma sistemática. Cada quadro ou item a que uma nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa.

A fim de facilitar a compreensão e a comparação das DCASP com as de outras entidades, sugere-se que as notas explicativas sejam apresentadas na seguinte ordem:

- a) Informações gerais:
 - i. Natureza jurídica da entidade.
 - ii. Domicílio da entidade.
 - iii. Natureza das operações e principais atividades da entidade.
 - iv. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.
- b) Resumo das políticas contábeis significativas, por exemplo:
 - i. Bases de mensuração utilizadas. Por exemplo: custo histórico, valor realizável líquido, valor justo.
 - ii. Valor recuperável.
 - iii. Novas normas e políticas contábeis alteradas.
 - iv. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.

- c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas.
- d) Outras informações relevantes, como, por exemplo:
 - i. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.
 - ii. Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e as políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas.
 - iii. Reconhecimento de inconformidades que possam afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.
 - iv. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.

Divulgação de políticas contábeis

Políticas contábeis são princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

Ao decidir se determinada política contábil específica será ou não evidenciada, a administração deve considerar se sua evidenciação proporcionará aos usuários melhor compreensão da forma como as transações, as condições e outros eventos estão refletidos no resultado e na posição patrimonial relatados.

Bases de mensuração

Quando mais de uma base de mensuração é utilizada nas demonstrações contábeis, por exemplo, quando determinadas classes de ativos são reavaliadas, é suficiente divulgar uma indicação das categorias de ativos e de passivos a qual cada base de mensuração foi aplicada.

Um caso especial são os ativos obtidos a título gratuito, que devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação. A eventual impossibilidade de sua valoração também deve ser evidenciada em notas explicativas.

Alteração de políticas contábeis

A entidade deve alterar uma política contábil e divulgá-la em nota explicativa apenas se a mudança:

- a) for exigida pelas normas de contabilidade aplicáveis; ou
- b) resultar em informação confiável e mais relevante sobre os efeitos das transações, outros eventos ou condições acerca da posição patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa da entidade.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis

Os julgamentos exercidos pela aplicação das políticas contábeis que afetem significativamente os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis devem ser divulgados em notas explicativas; por exemplo:

- a) Classificação de ativos.
- b) Constituição de provisões.
- c) Reconhecimento de variações patrimoniais.
- d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades.

Divulgação de estimativas

As notas explicativas devem divulgar os pressupostos das estimativas dos riscos significativos que podem vir a causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e dos passivos ao longo dos próximos 12 meses. Devem ser detalhados a natureza e o valor contábil desses ativos e passivos na data das demonstrações.

O uso de estimativas adequadas é parte da ciência contábil e não reduz a confiabilidade das demonstrações contábeis.

Uma mudança de método de avaliação é uma mudança na política contábil e não uma mudança na estimativa contábil e deve ser evidenciada nas notas explicativas. Se o montante não for evidenciado porque sua estimativa é impraticável, a entidade também deve evidenciar tal fato.

7.4 Matriz de Saldos Contábeis (MSC)

Anexo I da Portaria STN nº 549 de 2018, corresponde a uma estrutura padronizada para o recebimento de informações contábeis e fiscais dos entes da Federação para fins da consolidação das contas nacionais, da geração de estatísticas fiscais em conformidade com acordos internacionais firmados pelo Brasil e da elaboração das declarações do setor público.

Essa estrutura reúne uma relação de contas contábeis e de informações complementares e será produzida a partir do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

O principal objetivo do recebimento de dados e informações por meio da MSC é automatizar a elaboração das declarações, facilitando o trabalho de confecção e envio dessas à Secretaria do Tesouro Nacional pelos entes federados.

Além disso, por se tratar de um conjunto detalhado de dados de finanças públicas, a MSC contribui para melhorar a qualidade da informação disponibilizada à sociedade, sendo um instrumento de aprimoramento da transparência.

Ademais, as informações enviadas na MSC passarão a ser comparáveis, já que se converterão em relatórios padronizados de acordo com a metodologia definida no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), ambos editados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A MSC possibilitará o compartilhamento dos dados e informações recebidas por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)

entre diversos órgãos e entidades do Governo Federal, como a Secretaria de Previdência e os Ministérios da Saúde e Educação.

Deste modo, contribuirá para a redução da multiplicidade de formatos e de sistemas de transmissão de dados, simplificando o dia a dia dos entes públicos.

Outro aspecto é que a MSC forma um conjunto de dados detalhados de finanças públicas, e isso contribui para melhorar a qualidade da informação disponibilizada à sociedade, ou seja, a MSC é considerada um instrumento de aperfeiçoamento da transparência.

A MSC é fundamentada na Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seu art. 48, no § 2º, determina que o Órgão Central de Contabilidade da União deve estabelecer a periodicidade, o formato e o sistema por meio dos quais os entes da Federação enviarão suas informações.

Assim, a STN, por meio da Portaria 896, de 2017, estabeleceu como formato os relatórios: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF), Declaração de Contas Anuais (DCA) e a Matriz de Saldos Contábeis (MSC).

Como Sistema, é utilizado o SICONFI, e como periodicidade, mensal. A estrutura é dividida em MSC Agregada e MSC de Encerramento.

A MSC agregada tem periodicidade mensal e contém os registros mensais das contas contábeis combinadas com as informações complementares de todos os órgãos e poderes do ente da federação, com a geração dos relatórios fiscais (Relatório Resumido da Execução Orçamentária, o RREO, e Relatório de Gestão Fiscal, o RGF).

Já a MSC de encerramento terá periodicidade anual e, fazendo referência ao mês de dezembro, com a geração da Declaração das Contas Anuais, a DCA. Essa matriz será responsável pelas informações de encerramento do exercício.

FORMAS DE ENVIO DA MSC

A Matriz de Saldos Contábeis é baseada no padrão XBRL, acrônimo de eXtensible Business Reporting Language, que corresponde a uma derivação do padrão XML otimizado para a apresentação de informações financeiras.

Porém, por ser relativamente novo no Brasil, o padrão XBRL ainda não foi totalmente assimilado pelos entes públicos.

Assim, com o objetivo de não tornar o XBRL um empecilho para o envio de informações agregadas (relatórios) e da MSC, o Siconfi disponibilizará duas formas de transmissão dos dados detalhados:

arquivo CSV e a própria instância XBRL Global Ledger, também conhecida como XBRL GL.

ESTRUTURA DA MSC

A MSC é composta de uma relação de contas contábeis associadas a um conjunto de informações complementares de forma que permita a disponibilização de informações detalhadas sobre a contabilidade dos entes da federação e que seja capaz de gerar tanto as demonstrações contábeis quanto os demonstrativos fiscais exigidos pela LRF.

CONTA CONTÁBIL

As contas contábeis utilizadas na MSC são as contas definidas no PCASP Estendido, modelo publicado no Anexo III da Instrução de Procedimentos Contábeis nº 00 (IPC 00).

Destaca-se que serão utilizadas na MSC apenas as contas de último nível de detalhamento do PCASP Estendido. Essas contas de último nível, associadas às informações complementares relacionadas a cada conta, compõem o arquivo Leiaute MSC 2021 (Anexo II da Portaria STN nº 642, de 20 de setembro de 2019).

Caso a contabilidade do ente da Federação utilize alguma extensão que não esteja prevista no PCASP Estendido, o ente deverá fazer um “De-Para” no próprio Siconfi, utilizando a ferramenta “Mapear Contas”, ou por meio de ferramenta desenvolvida em seu próprio sistema.

Destaca-se que, conforme definido no MCASP 8º ed., parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, item 3.2.2, os entes da Federação somente poderão detalhar a conta contábil nos níveis posteriores ao nível apresentado na relação de contas do PCASP.

Ainda conforme definido no MCASP, a única exceção a esta regra corresponde à abertura do 5º nível (subtítulo) das contas de Natureza de Informação Patrimonial. O 5º nível destina-se à identificação dos saldos recíprocos, a fim de permitir a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, e pode ser classificado em: Consolidação (1), Intra OFSS (2), Inter OFSS – União (3), Inter OFSS – Estados (4) ou Inter OFSS – Municípios (5).

Quando a conta não estiver detalhada em determinado nível de consolidação no PCASP e o ente entender ser necessário, ele poderá criar a conta no nível de consolidação desejado.

8. Responsabilidade Fiscal e Previdenciária

8.1- Artigo 8º e 8 a da Lei 9717/98

O artigo 8º da lei 9717 de 1998 prevê maior responsabilidade dos dirigentes, dos membros dos seus conselhos e comitês pelo ressarcimento de prejuízos por aplicação em desacordo com a legislação. Sujeitos esses que caso realizem ilícitos sujeitam-se ao regime disciplinar estabelecido na Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

Art. 8º Os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades do ente estatal, os dirigentes da unidade gestora do respectivo regime próprio de previdência social e os membros dos seus conselhos e comitês respondem diretamente por infração ao disposto nesta Lei, sujeitando-se, no que couber, ao regime disciplinar estabelecido na Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e seu regulamento, e conforme diretrizes gerais. (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019).

§ 1º As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos irregulares, assegurados ao acusado o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com diretrizes gerais. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 13.846, de 2019).

§ 2º São também responsáveis quaisquer profissionais que prestem serviços técnicos ao ente estatal e respectivo regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada. (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019).

Como disposto acima o regime disciplinar estabelecido na Lei Complementar nº 109/2001, dispõe:

DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 63. Os administradores de entidade, os procuradores com poderes de gestão, os membros de conselhos estatutários, o interventor e o liquidante responderão civilmente pelos danos ou prejuízos que causarem, por ação ou omissão, às entidades de previdência complementar.

Parágrafo único. São também responsáveis, na forma do caput, os administradores dos patrocinadores ou instituidores, os atuários, os auditores independentes, os avaliadores de gestão e outros profissionais que prestem serviços técnicos à entidade, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada.

Art. 64. O órgão fiscalizador competente, o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários ou a Secretaria da Receita Federal, constatando a existência de práticas irregulares ou indícios

de crimes em entidades de previdência complementar, noticiará ao Ministério Público, enviando-lhe os documentos comprobatórios.

Parágrafo único. O sigilo de operações não poderá ser invocado como óbice à troca de informações entre os órgãos mencionados no caput, nem ao fornecimento de informações requisitadas pelo Ministério Público.

Art. 65. A infração de qualquer disposição desta Lei Complementar ou de seu regulamento, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, sujeita a pessoa física ou jurídica responsável, conforme o caso e a gravidade da infração, às seguintes penalidades administrativas, observado o disposto em regulamento:

I - advertência;

II - suspensão do exercício de atividades em entidades de previdência complementar pelo prazo de até cento e oitenta dias;

III - inabilitação, pelo prazo de dois a dez anos, para o exercício de cargo ou função em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, instituições financeiras e no serviço público; e

IV - multa de dois mil reais a um milhão de reais, devendo esses valores, a partir da publicação desta Lei Complementar, ser

reajustados de forma a preservar, em caráter permanente, seus valores reais.

§ 1º A penalidade prevista no inciso IV será imputada ao agente responsável, respondendo solidariamente a entidade de previdência complementar, assegurado o direito de regresso, e poderá ser aplicada cumulativamente com as constantes dos incisos I, II ou III deste artigo.

§ 2º Das decisões do órgão fiscalizador caberá recurso, no prazo de quinze dias, com efeito suspensivo, ao órgão competente.

§ 3º O recurso a que se refere o parágrafo anterior, na hipótese do inciso IV deste artigo, somente será conhecido se for comprovado pelo requerente o pagamento antecipado, em favor do órgão fiscalizador, de trinta por cento do valor da multa aplicada. (Vide Súmula Vinculante nº 21)

§ 4º Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 66. As infrações serão apuradas mediante processo administrativo, na forma do regulamento, aplicando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. (Regulamento)

Art. 67. O exercício de atividade de previdência complementar por qualquer pessoa, física ou jurídica, sem a autorização devida do

órgão competente, inclusive a comercialização de planos de benefícios, bem como a captação ou a administração de recursos de terceiros com o objetivo de, direta ou indiretamente, adquirir ou conceder benefícios previdenciários sob qualquer forma, submete o responsável à penalidade de inabilitação pelo prazo de dois a dez anos para o exercício de cargo ou função em entidade de previdência complementar, sociedades seguradoras, instituições financeiras e no serviço público, além de multa aplicável de acordo com o disposto no inciso IV do art. 65 desta Lei Complementar, bem como noticiar ao Ministério Público.

O artigo 8º A de acordo com Narlon Gutierre Nogueira, secretário adjunto da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, declarou que: “sem dúvida representa um grande avanço em relação à governança dos Regimes Próprios de Previdência Social e à responsabilização de todos aqueles que atuam na gestão e na supervisão dos RPPS”.

Não são apenas os gestores, presidentes, mas também membros de conselhos administrativo e fiscal e comitês de investimento que vão responder, fora profissionais que prestem serviços técnicos para o ente federativo, estado, município, Distrito Federal ou União, ou para o RPPS diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada também se torna responsável”, ou seja, os dirigentes do ente federativo instituidor do Regime Próprio ou da unidade gestora e todos aqueles que são consultores distribuidores, instituição financeira, administradora de carteira, gestora do fundo de investimento que

recebeu recurso serão solidariamente responsáveis na medida de sua participação pelo ressarcimento do prejuízo decorrente de aplicação em desacordo com a legislação vigente.

Art. 8º-A Os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa. (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

8.2 - Órgãos de Fiscalização

O art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, determina que se aplica aos RPPS o disposto na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, norma que dispõe sobre regras gerais para organização e funcionamento dos RPPS dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Veja-se o dispositivo:

Art. 9º Compete à União, por intermédio da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, em relação aos regimes próprios de previdência social e aos seus fundos previdenciários: (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)

*I - a orientação, a supervisão, a **fiscalização** e o acompanhamento;*

II - o estabelecimento e a publicação de parâmetros, diretrizes e critérios de responsabilidade previdenciária na sua instituição, organização e funcionamento, relativos a custeio, benefícios, atuária, contabilidade, aplicação e utilização de recursos e constituição e manutenção dos fundos previdenciários, para preservação do caráter contributivo e solidário e do equilíbrio financeiro e atuarial;

III - a apuração de infrações, por servidor credenciado, e a aplicação de penalidades, por órgão próprio, nos casos previstos no art. 8º desta Lei;

IV - a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), que atestará, para os fins do disposto no art. 7º desta Lei, o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e exigências aplicáveis aos regimes próprios de previdência social e aos seus fundos previdenciários.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, na forma, na periodicidade e nos critérios por ela definidos, dados e informações sobre o regime próprio de previdência social e seus segurados.

Conforme fixado no art. 73 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, que aprova o Regimento Interno do Ministério da Economia, essas atribuições são, hoje, desenvolvidas pela Secretaria de Previdência. Tais determinações também estão previstas na Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, cujo art. 30 prevê, dentre outros, que cabe à SEPRT orientar, supervisionar e acompanhar os regimes próprios e disponibilizar, em meio eletrônico, o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

Em matéria de regime próprio de previdência social, portanto, a secretaria de previdência exerce as competências fiscalizatórias e normativas legalmente atribuídas à União, atuando, relativamente a essa última função, na edição de comandos necessários a conferir, aos preceitos da Lei nº 9.717, de 1998, a operacionalidade necessária a que possam ser adequada e integralmente cumpridas por seus destinatários, padronizando e racionalizando os procedimentos e providências relacionados a esse objetivo.

Realiza portanto:

Auditoria direta: verificação in loco do cumprimento das obrigações previstas em lei.

Auditoria indireta: acompanhamento contínuo do cumprimento da legislação previdenciária, mediante encaminhamento de documentação específica, preenchimento periódico de demonstrativos e fornecimento de informações.

Como exposto acima à secretaria de previdência detém função fiscalizadora dos RPPS, além da mesma, outros órgãos possuem a mesma competência, tais como:

- TRIBUNAL DE CONTAS , através do Julgamento das contas; apreciação dos atos; auditorias; consultas manifestadas.
- MINISTÉRIO PÚBLICO
- PREFEITO
- SERVIDORES (CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E COMITÊ DE INVESTIMENTOS)

Por fim, de acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, atuam como fiscalizadores de infrações cometidas pelos gestores e afins dos RPPS:

Art. 64. O órgão fiscalizador competente, o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários ou a Secretaria da Receita Federal, constatando a existência de práticas irregulares ou indícios de crimes em entidades de previdência complementar, noticiará ao Ministério Público, enviando-lhe os documentos comprobatórios.

Parágrafo único. O sigilo de operações não poderá ser invocado como óbice à troca de informações entre os órgãos mencionados no caput, nem ao fornecimento de informações requisitadas pelo Ministério Público.

8.3 - Sujeito Ativo, Responsáveis.

Consideram-se responsáveis pela prática de infração os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades do ente estatal, os dirigentes do órgão ou entidade gestora do respectivo regime próprio de previdência social e os membros dos seus conselhos e comitês que concorrerem para a prática da infração, na medida da sua culpabilidade, conforme parâmetros definidos pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

São também responsáveis quaisquer profissionais que prestem serviços técnicos ao ente estatal e ao respectivo regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada.

Está previsto o regime disciplinar da LC 109/2001, no que couber, pela infração à lei, para os dirigentes, membros de conselho e comitê de investimentos, bem como para os consultores.

Tal regime disciplinar está previsto nos arts. 63 e seguintes, que estabelecem:

Art. 63. Os administradores de entidade, os procuradores com poderes de gestão, os membros de conselhos estatutários, o interventor e o liquidante responderão civilmente pelos danos ou

prejuízos que causarem, por ação ou omissão, às entidades de previdência complementar.

Parágrafo único. São também responsáveis, na forma do caput, os administradores dos patrocinadores ou instituidores, os atuários, os auditores independentes, os avaliadores de gestão e outros profissionais que prestem serviços técnicos à entidade, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada.

8.4 - Forma de Apuração

A responsabilidade de pessoa física ou jurídica por ação ou omissão, no exercício de suas atribuições ou competências, que configurem as infrações disciplinares, será apurada mediante processo administrativo estabelecido pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

A lei complementar 109 de 2001 dispõe:

Art. 66. As infrações serão apuradas mediante processo administrativo, na forma do regulamento, aplicando-se, no que couber, o disposto na Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999

Com a publicação da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é que veio se dispor sobre preceitos basilares para o processo administrativo na esfera da Administração.

A lei 9.784/99 em seu artigo 3º prevê os direitos dos administrados, sendo eles: ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações; ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas; formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente; fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

Como mencionado os administrados também possuem deveres, esses estão previstos no artigo 4º da mesma lei supracitada, sendo eles: expor os fatos conforme a verdade; proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé; não agir de modo temerário; prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

De forma conclusiva, a lei nº 9.784/99 trouxe a sociedade, ou administrado uma relação legal entre a administração pública e o devido processo legal, que resguarda juridicamente, sendo um amparo jurídico baseado em princípios que regem a lei, tais como os princípios da honestidade administrativa, moralidade, primazia do interesse público sobre o interesse privado, legalidade, isonomia, publicidade, impessoalidade, eficiência, devido processo legal, ampla defesa, e contraditório, vedação às provas ilícitas, motivação, duração razoável e celeridade, informalidade, oficialidade, verdade material, duplo grau de

jurisdição, finalidade, razoabilidade, segurança jurídica e boa-fé. Esses princípios são de grande importância elucidando os direitos e deveres das partes.

Sendo importante seguir os princípios constitucionais que regem no processo administrativo conforme a instrução adequada, configure uma maneira responsável e eficaz para que possa respeitar e preservar a coisa pública e que as normas sejam interpretadas de forma correta de acordo com o devido processo legal.

O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado. O requerimento, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito, preenchendo dados importantes descritos nos incisos do artigo 6º da lei 9.784/99, sendo vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos

Segue abaixo rol de pessoas que podem atuar como interessados na abertura de processo administrativo:

I - pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação;

II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;

III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;

IV - as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

No que tange à competência, esta é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos. Todavia, um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

8.5 - Responsabilidade Solidária e Subsidiária

A legislação determina a responsabilidade solidária dos dirigentes dos RPPS, dos membros dos respectivos conselhos administrativo e fiscal, bem como da instituição financeira administradora da carteira ou fundo de investimento, que recebeu a aplicação.

Releva considerar que os prejuízos causados pela aplicação dos recursos em desacordo com a legislação vigente deverão ser ressarcidos, em regime de responsabilidade solidária, pelos dirigentes do ente federativo, da unidade gestora e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos, inclusive, consultores, distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, fundo de investimentos que tenha recebido os recursos, bem como seus gestores e administradores.

9. Compensação Previdenciária

9.1 - Conceito e Finalidade

O termo COMPREV, trata-se de Compensação Previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos; basicamente, um acerto de contas entre o INSS e os RPPS, com a finalidade de que sejam repassados valores financeiros, dos servidores que estiveram vinculados a um dos dois regimes e se aposentaram em regime distinto ao que ingressou. Tem por finalidade: ser uma das formas de captação de recursos financeiros que aumentará a capitalização para o Fundo e/ou Instituto Previdenciário, podendo assegurar, dessa forma, o pagamento dos servidores aposentados e pensionistas dos Municípios com RPPS.

9.2 - Lei 9796/1999 e Decreto 10188/2019

A Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999 dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências, expondo abaixo as questões mais importantes, todavia, necessário se perfaz a análise na íntegra da referida legislação.

A referida legislação define regime de origem: o regime previdenciário ao qual o segurado ou servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes e regime instituidor: o regime previdenciário

responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.

O Regime Geral de Previdência Social, como regime instituidor, tem direito de receber de cada regime de origem, compensação financeira, observada:

I - identificação do segurado e, se for o caso, de seu dependente;

II - a renda mensal inicial e a data de início do benefício;

III - o percentual do tempo de serviço total do segurado correspondente ao tempo de contribuição no âmbito daquele regime de origem.

Cada regime de origem deve pagar ao Regime Geral de Previdência Social, para cada mês de competência do benefício, o valor resultante da multiplicação da renda mensal do benefício pelo percentual obtido. A compensação financeira referente a cada benefício não poderá exceder o resultado da multiplicação do percentual obtido pela renda mensal do maior benefício da mesma espécie, pago diretamente pelo regime de origem.

O regime de origem deve informar ao Regime Geral de Previdência Social, na forma do regulamento, a maior renda mensal de cada espécie de benefício por ele pago diretamente.

Cada regime próprio de previdência de servidor público tem direito, como regime instituidor, de receber do Regime Geral de Previdência Social, enquanto regime de origem, compensação financeira, observado:

I - identificação do servidor público e, se for o caso, de seu dependente;

II - o valor dos proventos da aposentadoria ou pensão dela decorrente e a data de início do benefício;

III - o tempo de serviço total do servidor e o correspondente ao tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social.

O pagamento para os regimes próprios de previdência social credores da compensação financeira, relativa ao período de 5 de outubro de 1988 a 5 de maio de 1999, cujos entes instituidores não sejam devedores de contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), será efetivado conforme os seguintes parâmetros:

I - até o exercício de 2017, para os Municípios

a) em parcela única, se o crédito não superar R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

b) em tantas parcelas mensais quantas forem necessárias até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), se o crédito superar esse montante;

II - a partir do exercício de 2018, para os Municípios, os Estados e o Distrito Federal:

a) em parcela única, se o crédito não superar R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

b) em tantas parcelas mensais de até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), se o crédito superar esse montante, no prazo de até cento e oitenta meses, condicionada à existência de recursos financeiros para cumprimento da meta de resultado primário estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias; c) caso o limite de cento e oitenta meses não seja suficiente para a quitação dos créditos, o valor da parcela disposto na alínea *b* deste inciso será ajustado de forma a garantir a quitação no prazo de cento e oitenta meses;

III - por meio de dação em pagamento de imóveis integrantes do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS);

§ 6º O pagamento da compensação financeira do Fundo do Regime Geral de Previdência Social depende da desistência de eventuais ações judiciais que tenham por objeto a dívida compensada, e é causa da extinção dos pagamentos previstos no § 5º deste artigo a manutenção do litígio ou o ajuizamento de novas ações.

A compensação financeira entre os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na hipótese de contagem recíproca de tempos de contribuição, obedecerá, no que couber, às disposições desta Lei.

O Decreto 10188 de 2019 regulamenta a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999 (exposta anteriormente), para dispor sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social dos servidores

públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e entre os regimes próprios, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências, expondo abaixo as questões mais importantes, todavia, necessário se perfaz a análise na íntegra do referido decreto.

Aplica-se o disposto neste Decreto aos benefícios de aposentadoria concedidos a partir de 5 de outubro de 1988, desde que em manutenção em 6 de maio de 1999 ou concedidos após essa data. É excluída a compensação à aposentadoria por invalidez decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e a pensão dela decorrente.

O referido decreto faz algumas definições:

I - Regime Geral de Previdência Social - RGPS - o regime previsto no art. 201 da Constituição;

II - Regime próprio de previdência social - RPPS - o regime de previdência social estabelecido no âmbito de cada ente federativo que assegure, por lei, aos servidores que ocupam cargo efetivo, no mínimo, os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição;

III - Regime de origem - o regime previdenciário ao qual o segurado ou servidor público esteve vinculado e não tenha ensejado o recebimento de aposentadoria ou de pensão aos seus dependentes;

IV - Regime instituidor - o regime previdenciário responsável pela concessão e pelo pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão por morte dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem;

V - Estoque RGPS - os valores da compensação financeira em atraso relativos ao período compreendido entre 5 de outubro de 1988 e 5 de maio de 1999 dos benefícios concedidos nesse período com contagem recíproca do tempo de contribuição do RGPS ou do RPPS, na hipótese de o RGPS ser o regime instituidor, desde que em manutenção em 5 de maio de 1999;

VI - Estoque RPPS - os valores da compensação financeira em atraso relativos ao período compreendido entre 5 de outubro de 1988 e 5 de maio de 1999 dos benefícios concedidos nesse período com contagem recíproca de outro RPPS, desde que em manutenção em 5 de maio de 1999 ou no período de 6 de maio de 1999 até a data de entrada em vigor deste Decreto;

VII - Fluxo acumulado - os valores da compensação financeira dos benefícios concedidos após o período de estoque RGPS ou de estoque RPPS relativos ao período entre a data de concessão e o deferimento do requerimento de compensação, observado o prazo prescricional;

VIII - Fluxo mensal - os valores da compensação financeira pagos mensalmente pelo regime de origem ao regime instituidor, a partir da competência de concessão da compensação, enquanto os pagamentos dos benefícios objeto da compensação financeira estiverem em manutenção.

O regime instituidor apresentará ao regime de origem os seguintes dados e documentos referentes a cada benefício concedido com cômputo de tempo de contribuição no âmbito daquele regime de origem:

I - dados pessoais e outros documentos necessários e úteis à identificação do segurado ou do servidor e, se for o caso, dos seus dependentes;

II - o valor inicial da aposentadoria ou da pensão por morte dela decorrente e a data de início do benefício;

III - o tempo de contribuição no âmbito do regime de origem utilizado na concessão do benefício na forma da contagem recíproca e o tempo de contribuição total do segurado ou do servidor no regime instituidor;

IV - cópia da Certidão de Tempo de Serviço ou da Certidão de Tempo de Contribuição fornecida pelo regime de origem e utilizada para cômputo do tempo de contribuição no âmbito do regime instituidor; V - cópia do laudo médico que reconheceu a invalidez nos casos de aposentadoria por invalidez;

V - cópia do ato expedido pela autoridade competente que concedeu a aposentadoria ou a pensão por morte dela decorrente;

VI - cópia do registro do ato concessório da aposentadoria ou da pensão por morte pelo Tribunal de Contas competente, quando couber.

Será dispensado o envio de cópia dos documentos previstos neste artigo quando:

I - o tempo de contribuição for averbado eletronicamente por meio de sistema disponibilizado pela Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;

II - os dados do registro do ato que tenha concedido a aposentadoria ou a pensão forem encaminhados eletronicamente pelo Tribunal de Contas;

III - as demais informações exigidas puderem ser obtidas eletronicamente pelo órgão ou pela entidade responsável por prestar a informação.

Aplica-se a prescrição quinquenal, nos termos do disposto no Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, aos valores não pagos nem reclamados em época própria do surgimento da pretensão, que ocorrerá:

I - no primeiro dia subsequente ao registro do ato concessório de aposentadoria ou a pensão pelo Tribunal de Contas competente, quando o regime instituidor for o RPPS;

II - no primeiro dia subsequente ao recebimento da primeira prestação, quando o regime instituidor for o RGPS. Parágrafo único. O prazo prescricional da compensação financeira relativo ao período do estoque do RPPS será contado a partir da entrada em vigor deste Decreto.

O referido decreto ainda instituiu o Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social, com as seguintes competências:

I - participar da definição das políticas e das diretrizes gerais relativas aos RPPS;

II - propor a elaboração e a revisão de normas e procedimentos relativos aos RPPS e à compensação financeira entre o RGPS e os RPPS e destes entre si;

III - examinar proposições de normas e procedimentos relativos aos RPPS e à compensação financeira entre os regimes;

IV - deliberar sobre os parâmetros, as diretrizes e os critérios de responsabilidade previdenciária na instituição, na organização e no funcionamento dos RPPS, relativos a custeio, benefícios, atuária, contabilidade, aplicação e utilização de recursos e constituição e manutenção dos fundos previdenciários, a serem estabelecidos pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;

V - propor metas e ações que contribuam para o aprimoramento dos RPPS e da compensação financeira;

VI - participar da definição e acompanhar o desenvolvimento de sistemas relativos aos RPPS e à compensação previdenciária;

VII - participar da definição de ações de educação previdenciária, de intercâmbio de informações e de articulação entre órgãos e entidades, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais que atuem com previdência;

VIII - acompanhar e avaliar a implementação de políticas, diretrizes gerais, metas, ações e a aplicação das normas e dos procedimentos relativos aos RPPS e à compensação financeira pelos entes federativos;

IX - deliberar sobre o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS; e

X - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

Por fim, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aderir à compensação financeira de que trata este Decreto até 31 de dezembro de 2021, sob pena de incidirem as sanções de que trata o art. 7º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e a suspensão do pagamento da compensação financeira devida pelo RGPS.

10. Gestão e Governança

10.1 Governança e Compliance do RPPS

O Manual do Pró-gestão RPPS, afirma que a governança corporativa diz respeito ao conjunto de processos, políticas e normas aplicados a uma organização com o objetivo de consolidar boas práticas de gestão e garantir a proteção dos interesses de todos aqueles que com ela se relacionam, interna e externamente, aumentando a confiança de seus investidores e apoiadores. Alguns princípios fundamentais ligados à governança corporativa são a transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*⁹) e responsabilidade.

A melhoria da governança do RPPS tem por finalidade assegurar o atingimento de sua missão institucional, com a preservação dos direitos dos segurados, a proteção dos interesses do ente federativo instituidor, a adequada gestão do patrimônio e a conformidade aos requisitos legais estabelecidos pelos órgãos de regulação e supervisão.

A governança corporativa liga-se a alguns princípios fundamentais, que em relação aos RPPS podem ser assim referidos:

a) **Transparência:** Criar meios adequados e eficientes de divulgação das informações relevantes para as partes interessadas, além daquelas impostas por leis ou

⁹ *Accountability* é um conjunto de mecanismos que permitem que os gestores de uma organização prestem contas e sejam responsabilizados pelo resultado de suas ações. O termo *accountability* não tem uma tradução específica para o português, mas pode ser relacionado com responsabilização, fiscalização e controle social.

regulamentos. A transparência proporciona confiança, tanto internamente quanto nas relações da organização com terceiros.

b) **Equidade:** Tratamento justo e isonômico entre os segurados interessados (servidores ativos, aposentados e pensionistas), o ente federativo e os demais agentes internos ou externos com os quais se relaciona, como: servidores da unidade gestora, prestadores de serviços, agentes financeiros, sociedade em geral e órgãos de supervisão, orientação e fiscalização.

c) **Prestação de contas:** Os agentes de governança (administradores, gestores, conselheiros) devem ser responsabilizados pelos seus atos e omissões. A organização deve criar mecanismos para que os membros dos órgãos administrativos ou representativos tenham como rotina prestar contas dos atos administrativos a seus controladores ou representados.

d) **Responsabilidade corporativa:** Zelar para que os recursos dos RPPS não sejam alocados a outros fins que não aqueles definidos em lei. Também denota a adoção de um conjunto de iniciativas que revelam preocupações sociais e ambientais, abrangendo desde ações para melhoria da qualidade de vida dos colaboradores até cooperação com ações sociais, mitigação de impactos ambientais, dentre outras.

10.1.1 Relatório de Governança Corporativa

Deve ser periodicamente disponibilizado pela unidade gestora do RPPS, em seu site, o Relatório de Governança Corporativa, instrumento de transparência e prestação de

contas da gestão, que deverá ser previamente submetido à análise e aprovação do Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo.

A seguir são especificadas as informações que deverão constar do relatório, observados os requisitos mínimos adiante definidos para cada nível de certificação.

- **Dados dos segurados, receitas e despesas:** Quantitativo de servidores ativos, aposentados e pensionistas, resumo das folhas de pagamentos, valor da arrecadação de contribuições e outras receitas, valor do pagamento de benefícios e outras despesas.
- **Evolução da situação atuarial:** Custo previdenciário total, evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício, evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial e do plano de custeio.
- **Gestão de investimentos:** Descrição detalhada dos ativos, investimentos, aplicações financeiras e do fluxo de entradas e saídas de recursos.
- **Publicação das atividades dos órgãos colegiados:** Reuniões e principais decisões do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos.
- **Atividades institucionais:** Gestão de pessoal, gestão orçamentária e financeira, gerenciamento do custeio e contratos, controles internos, imagem institucional, cumprimento de decisões judiciais e conformidade, entendida como o atendimento ao conjunto de normas, regras e padrões legais e infralegais estabelecidos.
- **Canais de atendimento:** Estatísticas dos canais de atendimento disponibilizados aos segurados, tais como ouvidoria própria ou do ente federativo, agências, postos de atendimento, atendimento agendado.

Para cada nível de certificação o Relatório de Governança Corporativa deverá observar:

- **Nível I:** Periodicidade anual, contemplando pelo menos as informações referidas nas alíneas “a”, “b” e “c” acima.
- **Nível II:** Periodicidade anual, contemplando pelo menos as informações referidas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” acima.
- **Nível III:** Periodicidade semestral, contemplando pelo menos as informações referidas em todas as alíneas acima.
- **Nível IV:** Periodicidade trimestral, contemplando pelo menos as informações referidas em todas as alíneas acima.

10.1.2 Planejamento

A unidade gestora do RPPS deve incorporar o planejamento à sua rotina de gestão e desenvolver Plano de Ação ou Planejamento Estratégico, ao qual deverá ser dada ampla divulgação, contemplando as ações a serem implementadas, metas para melhoria de cada processo, responsabilidades e prazos, bem como o monitoramento qualitativo de seus resultados.

Deverá ser dada ampla divulgação às principais diretrizes do Plano de Ação ou Planejamento Estratégico, bem como aos resultados de sua análise qualitativa. Para cada nível de certificação serão observadas as seguintes exigências:

- **Nível I:** Apresentar Plano de Ação Anual, contendo as metas a serem atingidas no exercício para as áreas de gestão de ativos e passivos, no mínimo quantitativas,

possibilitando o acompanhamento dos resultados pretendidos, com ênfase na área de benefícios.

- Nível II: Apresentar Plano de Ação Anual, contendo as metas a serem atingidas no exercício para todas as grandes áreas de atuação do RPPS, referidas no Anexo 7 deste Manual, no mínimo quantitativas, possibilitando o acompanhamento dos resultados pretendidos.
- Nível III: Elaborar e publicar em seu site o Planejamento Estratégico para o período de 5 (cinco) anos, com revisão anual.
- Nível IV: Elaborar e publicar em seu site o Planejamento Estratégico para o período de 5 (cinco) anos, vinculando-o ao plano orçamentário e ao Plano Plurianual - PPA, com revisão anual.

10.1.3 Relatório de Gestão Atuarial

O Relatório de Gestão Atuarial constitui importante ferramenta de monitoramento dos resultados atuariais dos planos de custeio e de benefícios e de gerenciamento do RPPS. Para cada nível de certificação deverá ser observado:

- Nível I: Elaboração do Relatório de Gestão Atuarial, contemplando a análise dos resultados das avaliações atuariais anuais relativas aos três últimos exercícios, com comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas.
- Nível II: Idem ao Nível I.
- Nível III: Elaboração do Relatório de Gestão Atuarial, contemplando, adicionalmente aos requisitos dos Níveis I e II, o estudo técnico de aderência 15 das hipóteses

biométricas, demográficas, econômicas e financeiras do plano de benefícios dos RPPS, que deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo e, obrigatoriamente, embasar as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial.

- Nível IV: Adicionalmente aos requisitos do Nível III, elaboração, aprovação e comprovação do cumprimento do Plano de Trabalho Atuarial.

10.1.4 Código de Ética da Instituição

O Código de Ética é um instrumento no qual são retratados a missão, a visão e os princípios de uma determinada organização, devendo ser difundido entre seus colaboradores, para que estes tenham ciência de suas responsabilidades. Por meio dele é possível conhecer os valores cultivados pela instituição e a função que ela exerce na sociedade.

A unidade gestora do RPPS deverá elaborar o Código de Ética, disponibilizá-lo em seu site e levá-lo ao conhecimento dos seus servidores, dos segurados e de partes relacionadas, reafirmando assim o compromisso dos gestores do RPPS com uma atuação responsável, transparente e sustentável.

Para cada nível de certificação almejado deverá ser observado:

- Nível I: Elaboração do Código de Ética e sua divulgação aos servidores do RPPS, segurados (servidores ativos, aposentados e pensionistas), aos membros dos órgãos colegiados e partes relacionadas (fornecedores, prestadores de serviço, agentes financeiros e outros).
- Nível II: Idem ao Nível I.

- Nível III: Adicionalmente aos requisitos dos Níveis I e II, promover ações de capacitação relativas ao Código de Ética com os servidores do RPPS, segurados (servidores ativos, aposentados e pensionistas) e membros dos órgãos colegiados.
- Nível IV: Adicionalmente aos requisitos do Nível III, constituir Comissão de Ética e elaborar relatório de ocorrências por ela tratadas e de eventuais propostas de revisão ou atualização do Código de Ética.

10.1.5 Políticas Previdenciárias de Saúde E Segurança do Servidor

Sem prejuízo do cumprimento das obrigações legais cabíveis, a unidade gestora do RPPS e o ente federativo devem atuar de forma coordenada com o objetivo de adotar medidas preventivas, que visem à redução dos riscos inerentes ao ambiente de trabalho e das situações que provocam o adoecimento e a incapacidade laborativa dos servidores. Devem ser implantados os controles e documentos obrigatórios exigidos para a concessão de aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos, sempre que possível buscando adotar medidas protetivas que eliminem ou minimizem as situações de risco que geram o direito à concessão desse benefício.

As exigências para cada nível de certificação são as seguintes:

- Nível I: Implantar ações isoladas em saúde do servidor, que contemplem:
 - Realizar exames médicos admissionais dos aprovados em concurso público, como requisito para posse e nomeação.
 - Manter serviço de perícia médica na unidade gestora do RPPS ou no ente federativo, por servidores do quadro efetivo ou contratados por meio de terceirização.

- Realizar ações educativas para redução dos acidentes de trabalho.
- Nível II: Adicionalmente aos requisitos do Nível I, implantar ações preparatórias em saúde do servidor, que contemplem:
 - Elaborar Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT.
 - Elaborar e fornecer o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP atualizado aos servidores que trabalhem em ambientes com exposição a agentes nocivos.
- Nível III: Adicionalmente aos requisitos do Nível II, implantar ações preparatórias em saúde do servidor, que contemplem:
 - Manter serviço de perícia oficial em saúde na unidade gestora do RPPS ou no ente federativo, por servidores do quadro efetivo ou contratados por meio de terceirização, com equipe multidisciplinar.
 - Elaborar estudo epidemiológico, contendo as potencialidades e desafios da atenção à saúde e segurança do servidor.
 - Publicar lei ou decreto estabelecendo a Política de Atenção à Segurança e Saúde do Servidor.
- Nível IV: Adicionalmente aos requisitos do Nível III, institucionalizar o Sistema de Gestão de Saúde do Servidor, contemplando:
 - Realizar ações em saúde do servidor com base nas necessidades levantadas em estudo epidemiológico.
 - Apresentar relatório anual de execução das ações em saúde do servidor.
 - Realizar exames periódicos de saúde do servidor, no mínimo a cada 3 (três) anos.

10.1.6 Política de Investimentos

A Política de Investimentos é um dos processos estratégicos do RPPS, pois a adequada administração dos ativos é fundamental para que se assegure a sua sustentabilidade. Sua formulação encontra-se prevista nos art. 4º e 5º da Resolução CMN nº 4.963/2021 e representa instrumento para a observância dos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, diversificação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência na aplicação dos recursos, e na avaliação de seus riscos. Seu conteúdo deve ser disponibilizado anualmente à Secretaria de Previdência - SPREV da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SEPRT do Ministério da Economia, por meio do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN, conforme art. 1º da Portaria MPS nº 519/2011, art. 22 da Portaria MPS nº 402/2008 e art. 5º, XVI, “g” da Portaria MPS nº 204/2008.

A Política de Investimentos (ou Plano Anual de Investimentos) não se limita à obrigatoriedade de elaboração de um documento anual, mas se constitui em importante instrumento de planejamento, por definir o índice referencial de rentabilidade a ser buscado pelos gestores no exercício seguinte, estabelecer estratégias de alocação, diretrizes e metas de investimentos, bem como permitir monitorar ao longo do ano, por meio de relatórios de acompanhamento, os resultados que forem sendo alcançados durante a sua execução.

São elementos mínimos da Política de Investimentos:

- a. Análise da conjuntura econômica, cenários e perspectivas do mercado financeiro; objetivos e diretrizes que orientam a gestão do fundo para o ano seguinte; cenários que pautam as projeções financeiras, tendo em vista os limites de

enquadramento para aplicação por segmento e modalidade, definidos na Resolução CMN nº 4.963/2021.

- b. Definição das estratégias de alocação; resultados esperados das projeções financeiras; limites mínimos e máximos de enquadramento e estratégias de investimento para cada segmento de aplicação financeira.
- c. Gestão de investimentos, considerando sua estrutura, propostas de aprimoramento, critérios de credenciamento para escolha das instituições financeiras e dos produtos financeiros onde os recursos do RPPS serão aplicados.

Dada a sua relevância, a Política de Investimentos e os relatórios de acompanhamento dos resultados deverão ser disponibilizados no site do RPPS, a fim de conferir maior transparência ao processo, permitindo a consulta por qualquer interessado. Na elaboração e execução da Política de Investimentos deverão ser observadas cautelas que mitiguem riscos por situações de conflito de interesses.

Além dessas orientações gerais, deverá ser comprovado pelo RPPS, para cada nível de certificação:

- Nível I: Elaboração de relatórios mensais, acompanhados de parecer do Comitê de Investimentos e aprovação do Conselho Fiscal, de acompanhamento da rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos.
- Nível II: Adicionalmente aos requisitos do Nível I: elaboração de plano de ação mensal com o cronograma das atividades a serem desempenhadas relativas à gestão dos recursos; elaboração de relatórios mensais de diligências de

verificação dos lastros relativos aos títulos ou a papéis incluídos em operações estruturadas adquiridas por meio de veículos de investimento, e de acompanhamento sistemático da situação patrimonial, fiscal, comercial e jurídica das instituições investidas e do desempenho dos papéis por elas emitidos e utilização do ALM, nos casos de RPPS com mais de 50 milhões de reais aplicados no mercado financeiro.

- Nível III: Adicionalmente aos requisitos do Nível II: utilização do *Asset Liability Management* – ALM (gerenciamento de ativos e passivos) para elaboração do diagnóstico da carteira de investimentos atual do RPPS e proposta de revisão de alocação das aplicações financeiras da política de investimentos, visando à otimização das carteiras de investimento; elaboração de relatório de acompanhamento da implementação das estratégias de carteiras específicas para os compromissos do plano com seus segurados e beneficiários.
- Nível IV: Adicionalmente aos requisitos do Nível III: criação, dentro da estrutura do RPPS, de área com a função específica de acompanhamento e monitoramento contínuo dos riscos de todas as posições dos recursos investidos, do cumprimento dos indicadores definidos por segmento de alocação e produto, de análise diária do comportamento do mercado, incluindo a performance de produtos e de instituições gestoras de carteiras.

O estudo de *Asset Liability Management* (ALM) deverá seguir a macro alocação através da Fronteira Eficiente de Markowitz nos RPPS com fundo capitalizado para os níveis de aderência III e IV e para o nível II, nos casos de RPPS com mais de 50 milhões de reais aplicados no mercado financeiro. Nos estudos do ALM, requisitos mínimos¹⁸ deverão ser considerados e o objetivo de cumprimento da meta atuarial deverá estar

sempre em consonância com os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

10.1.7 Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos é o órgão colegiado do RPPS que tem por atribuição específica participar do processo decisório de formulação e execução da Política de Investimentos, tendo seus requisitos básicos de instituição e funcionamento estabelecidos no art. 3º-A da Portaria MPS nº 519/2011. Sua atuação deve ser disciplinada em regimento interno, aprovado pelo Conselho Deliberativo, e seus membros devem atender aos requisitos de qualificação, padrões éticos de conduta e autonomia nas decisões.

O Comitê de Investimentos deve se reunir com periodicidade mínima mensal, para deliberar sobre as alocações dos recursos financeiros, observados os limites estabelecidos na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Política de Investimentos, e para apresentação dos resultados financeiros, avaliação da conjuntura econômica e do desempenho da carteira de investimentos.

Em suas reuniões, o Comitê de Investimentos deverá avaliar e tomar suas decisões embasado nos seguintes aspectos:

- a. Cenário macroeconômico.
- b. Evolução da execução do orçamento do RPPS.
- c. Dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo.

- d. Propostas de investimentos e respectivas análises técnicas, que deverão identificar e avaliar os riscos de cada proposta, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, jurídico e sistêmico.

O Comitê de Investimentos deverá contar com a seguinte composição, conforme o nível de certificação:

- Nível I: Mínimo de 3 (três) membros, que mantenham vínculo funcional com o ente federativo ou com a unidade gestora do RPPS.
- Nível II: Idem ao Nível I.
- Nível III: Mínimo de 5 (cinco) membros, que mantenham vínculo funcional com o ente federativo ou com a unidade gestora do RPPS.
- Nível IV: Mínimo de 5 (cinco) membros, que mantenham vínculo funcional com o ente federativo ou com a unidade gestora do RPPS, sendo a maioria servidores efetivos e segurados do RPPS.

10.1.8 Transparência

A transparência nas organizações diz respeito à existência de políticas e procedimentos continuados e permanentes que permitam fornecer informações aos diversos interessados segundo critérios gerais de acesso, uso e entendimento. Estudos internacionais demonstram que maiores níveis de transparência estão diretamente ligados ao fortalecimento do controle social e à redução dos desvios e da corrupção.

Na Administração Pública a transparência é desdobramento do princípio da publicidade e tem sido gradualmente fortalecida por novos diplomas legislativos, dentre os quais pode ser citada a Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI, que

estabeleceu importantes diretrizes, como: a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitação; a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; o fomento a uma cultura de transparência; o desenvolvimento do controle social.

Os documentos e informações mínimos a serem divulgados pelo RPPS em seu site estão a seguir relacionados, sendo em regra obrigatórios para os Níveis I a IV, exceto quando expressamente ressalvado:

- a. Regimentos internos e atas dos órgãos colegiados (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos).
- b. Certidões negativas de tributos: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão de Regularidade do FGTS.
- c. Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP e links para acesso, no endereço eletrônico da Previdência Social na Internet, ao Extrato Previdenciário e aos demonstrativos obrigatórios previstos no art. 5º, XVI da Portaria MPS nº 204/2008.
- d. Composição mensal da carteira de investimentos, por segmento e ativo.
- e. Cronograma de ações de educação previdenciária.
- f. Cronograma das reuniões dos órgãos colegiados (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos).
- g. Código de Ética.
- h. Demonstrações financeiras e contábeis (periodicidade: Níveis I e II: semestral; Nível III - trimestral; Nível IV - mensal).

- i. Avaliação atuarial anual.
- j. Informações relativas a procedimentos licitatórios e contratos administrativos.
- k. Relatório de avaliação do passivo judicial (apenas Níveis III e IV).
- l. Plano de Ação Anual (Níveis I e II) ou Planejamento Estratégico (Níveis III e IV).
- m. Política de Investimentos.
- n. Relatórios de controle interno (Níveis I e II: semestral; Nível III: trimestral; Nível IV: mensal).
- o. Relação das entidades escolhidas para receber investimentos, por meio de credenciamento.
- p. Relatórios mensais e anuais de investimentos.
- q. Acórdãos das decisões do Tribunal de Contas sobre as contas anuais do RPPS.

10.1.9 Definição de Limites de Alçadas

Por meio da definição de alçadas são estabelecidos critérios e limites para a tomada de decisões relativas a atos administrativos que envolvam recursos orçamentários ou financeiros do RPPS, possibilitando o compartilhamento de responsabilidades entre seus dirigentes.

No que se refere aos investimentos, a legislação do ente federativo deve disciplinar as esferas de atuação do Conselho Deliberativo e do Comitê de Investimentos e estabelecer limites de alçada para aprovação de alocações e desinvestimentos, cabendo ao Conselho Deliberativo referendar decisões do Comitê, caso este possua essa atribuição.

A definição de limites de alçadas deverá ser publicada no site do RPPS e observar como requisitos mínimos para cada nível de certificação:

- Nível I: Obrigatoriedade de no mínimo 2 (dois) responsáveis assinarem em conjunto todos os atos relativos a investimentos.
- Nível II: Idem ao Nível I.
- Nível III: Obrigatoriedade de no mínimo 2 (dois) responsáveis assinarem em conjunto todos os atos relativos à gestão de ativos e passivos e a atividades administrativas que envolvam concessões de benefícios, contratações e dispêndios de recursos, conforme limites de alçada definidos em ato normativo editado pela unidade gestora do RPPS.
- Nível IV: Adicionalmente aos requisitos do Nível III, elaborar e divulgar relatórios de exceção que registrem os casos em que os limites de alçada não tenham sido observados, com a devida justificativa.

10.1.10 Segregação das Atividades

A segregação de atividades ou funções em diferentes setores e responsáveis tem por objetivo evitar que um único agente tenha autoridade completa sobre parcela significativa de uma determinada transação (aprovação da operação, execução e controle), reduzindo assim o risco operacional e favorecendo a governança corporativa e os controles internos.

Assim, por exemplo, em uma unidade gestora de RPPS, enquanto a área de investimentos mantém o foco no acompanhamento do mercado para melhor tomada de

decisão, a área administrativo-financeira executa as atividades operacionais de orçamento, pagamentos, controles de recebimentos e registros contábeis. De igual forma, na gestão de benefícios, uma determinada área cuida da análise dos requerimentos para habilitação e concessão, enquanto outra fica responsável pela implantação, manutenção e pagamento dos benefícios.

Para cada nível de certificação deverão ser atendidos os seguintes requisitos mínimos de segregação de atividades, possível entre setores ou pessoas, a depender do porte do RPPS:

- Nível I: Segregação das atividades de habilitação e concessão de benefícios das atividades de implantação, manutenção e pagamento de benefícios.
- Nível II: Idem ao Nível I.
- Nível III: Segregação das atividades de habilitação/concessão de benefícios das atividades de implantação, manutenção e pagamento de benefícios e segregação das atividades de investimentos das atividades administrativo-financeiras.
- Nível IV: Idem ao Nível III.

10.1.11 Ouvidoria

A Ouvidoria é um serviço institucional para consultas, dúvidas, reclamações, denúncias, elogios e solicitações, que proporciona uma via de comunicação permanente entre a instituição e as pessoas ou grupos que nela possuem participação, investimentos ou outros interesses. Seu funcionamento deverá observar os requisitos abaixo, cabendo ao Conselho Deliberativo avaliar periodicamente a qualidade dos resultados de sua atuação: a) Os gestores deverão utilizar os relatórios por ela produzidos para aprimorar os

serviços e a administração do RPPS, analisando as sugestões, elogios, críticas, reclamações e denúncias recebidas, e acolhendo aquelas que forem pertinentes. b) Assegurar a confidencialidade e o sigilo dos registros. c) Encaminhar as demandas aos setores responsáveis e tomar as providências necessárias. d) Prover as informações necessárias aos demandantes sobre suas solicitações. e) Promover avaliação sobre o grau de satisfação dos segurados quanto ao atendimento. f) Acompanhar as providências tomadas pelos gestores e os prazos para cumprimento. A Ouvidoria deverá ser implantada em parceria com o ente federativo ou pela própria unidade gestora do RPPS, de acordo com o nível de certificação pretendido:

- Nível I: Disponibilização no site do ente federativo ou do RPPS de um canal de comunicação no modelo “fale conosco”.
- Nível II: Adicionalmente aos requisitos do Nível I, no mínimo 1 (um) servidor exercendo a função de Ouvidor na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS.
- Nível III: Adicionalmente aos requisitos do Nível I, no mínimo 1 (um) servidor efetivo exercendo a função de Ouvidor na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS.
- Nível IV: Adicionalmente aos requisitos do Nível I, no mínimo 1 (um) servidor efetivo exercendo a função de Ouvidor na estrutura da unidade gestora do RPPS, com certificação de Ouvidor e com procedimentos de atuação devidamente definidos em ato específico.

10.1.12 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva do RPPS deverá ser disciplinada pela legislação local e seus membros deverão ter formação educacional de nível superior, observadas as especificações abaixo, de acordo com o nível de certificação.

- Nível I: Nível superior para todos que compõem a Diretoria Executiva.
- Nível II: Nível superior para todos que compõem a Diretoria Executiva. Pelo menos 1 (um) membro deverá ser segurado do RPPS.
- Nível III: Nível superior para todos que compõem a Diretoria Executiva, com formação ou especialização em área compatível com a atribuição exercida. Pelo menos 1 (um) membro deverá ser segurado do RPPS.
- Nível IV: Nível superior para todos que compõem a Diretoria Executiva, com formação ou especialização em área compatível com a atribuição exercida e certificação em gestão previdenciária, por exame ou experiência. Pelo menos 1 (um) membro deverá ser segurado do RPPS.

10.1.13 Conselho Fiscal

O RPPS deverá obrigatoriamente manter Conselho Fiscal, cuja periodicidade das reuniões e funcionamento sejam disciplinados pela legislação local, contemplando pelo menos as seguintes atribuições:

- a. Zelar pela gestão econômico-financeira.
- b. Examinar o balanço anual, balancetes e demais atos de gestão.
- c. Verificar a coerência das premissas e resultados da avaliação atuarial.
- d. Acompanhar o cumprimento do plano de custeio, em relação ao repasse das contribuições e aportes previstos.
- e. Examinar, a qualquer tempo, livros e documentos.

- f. Emitir parecer sobre a prestação de contas anual da unidade gestora do RPPS, nos prazos legais estabelecidos.
- g. Relatar as discordâncias eventualmente apuradas, sugerindo medidas saneadoras.

O Conselho Fiscal deverá atuar com independência e autonomia em relação à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo e sua estrutura observará os seguintes requisitos mínimos, de acordo com o nível de certificação:

- Nível I: Pelo menos 1 (um) representante dos segurados.
- Nível II: Idem ao Nível I.
- Nível III: Composição paritária entre os representantes dos segurados e do ente federativo, tendo a maioria dos membros formação de nível superior, com a presidência do Conselho Fiscal sendo exercida por um dos representantes dos segurados, que terá o voto de qualidade. O Conselho Fiscal deverá adotar as seguintes práticas:
 - a. Elaboração, publicação e controle sobre a efetivação de plano de trabalho anual, estabelecendo os procedimentos, o cronograma de reuniões, o escopo a ser trabalhado e os resultados obtidos.
 - b. Elaboração de parecer ao relatório de prestação de contas, no qual devem constar os itens ressalvados com as motivações, recomendações para melhoria e áreas analisadas.
- Nível IV: Composição paritária entre os representantes dos segurados e do ente federativo, todos com formação superior ou especialização em área compatível, com a presidência do Conselho Fiscal sendo exercida por um dos

representantes dos segurados, que terá o voto de qualidade. O Conselho Fiscal deverá adotar as práticas referidas para o Nível III.

10.1.14 Conselho Deliberativo

O RPPS deverá obrigatoriamente manter Conselho Deliberativo, cuja periodicidade das reuniões e funcionamento sejam disciplinados por atos normativos do RPPS, contemplando, no mínimo, as seguintes atribuições:

- a. Aprovar o Plano de Ação Anual ou Planejamento Estratégico;
- b. Acompanhar a execução das políticas relativas à gestão do RPPS;
- c. Emitir parecer relativo às propostas de atos normativos com reflexos na gestão dos ativos e passivos previdenciários;
- d. Acompanhar os resultados das auditorias dos órgãos de controle e supervisão e acompanhar as providências adotadas.

O Conselho Deliberativo, como última instância de alçada das decisões relativas à gestão do RPPS, e a Diretoria Executiva possuem atribuições que se inter-relacionam, mas não se confundem: enquanto o Conselho “delibera” sobre as políticas e diretrizes estratégicas do RPPS, a Diretoria “executa”, ou seja, pratica os atos de gestão que permitirão a implementação das políticas.

A estrutura do Conselho Deliberativo observará os seguintes requisitos mínimos, de acordo com o nível de certificação:

- Nível I: Pelo menos 1 (um) representante dos segurados.
- Nível II: Idem ao Nível I.

- Nível III: Composição paritária entre os representantes dos segurados e do ente federativo, tendo a maioria dos membros formação de nível superior, com a presidência do Conselho Deliberativo sendo exercida por um dos representantes do ente federativo, que terá o voto de qualidade. O Conselho Deliberativo deverá adotar as seguintes práticas:
 - a. Elaboração, publicação e controle da efetivação de plano de trabalho anual, estabelecendo os procedimentos, o cronograma de reuniões, o escopo a ser trabalhado e os resultados obtidos.
 - b. Elaboração de relatório de prestação de contas que sintetize os trabalhos realizados e apresente as considerações que subsidiaram o Conselho Deliberativo a apresentar seu relatório de prestação de contas.
- Nível IV: Composição paritária entre os representantes dos segurados e do ente federativo, todos com formação superior ou especialização em área compatível, com a presidência do Conselho Deliberativo sendo exercida por um dos representantes do ente federativo, que terá o voto de qualidade. O Conselho Deliberativo deverá adotar as práticas referidas para o Nível III.

10.1.15 Mandato, Representação e Recondução

Caberá à legislação local disciplinar o processo de escolha dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, observadas as seguintes diretrizes, comuns a todos os níveis de certificação:

- a. Os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal terão mandato com duração entre 1 (um) e 4 (quatro) anos, conforme definido na legislação local, somente podendo ser substituídos nas situações definidas na legislação.
- b. Será admitida a recondução, limitada ao máximo de três mandatos consecutivos para o mesmo Conselho, como forma de assegurar sua renovação periódica.
- c. Para se preservar o conhecimento acumulado, os mandatos dos membros dos Conselhos não serão coincidentes, permitindo que a renovação da composição ocorra de forma intercalada e não integral.
- d. Quando a legislação local estabelecer que a escolha de membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo ou Conselho Fiscal ocorrerá por meio de processo eleitoral, deverão ser proporcionados os meios para que haja ampla participação dos segurados e para que estes tenham acesso às propostas de atuação dos candidatos.

Preferencialmente, o mandato dos conselheiros deverá ser de 4 (quatro) anos.

Além das diretrizes acima e dos requisitos mínimos previstos nas seções 3.1.12, 3.1.13 e 3.1.14 deste capítulo, cada nível de certificação deverá contemplar:

- Nível I: Definir na legislação o processo de escolha para composição da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal.
- Nível II: Idem ao Nível I.
- Nível III: Adicionalmente aos requisitos dos Níveis I e II, os membros da Diretoria Executiva terão mandato, somente podendo ser substituídos nas situações definidas em lei, e deverão apresentar anualmente prestação de contas ao Conselho Deliberativo.

- Nível IV: Adicionalmente aos requisitos do Nível III, os membros da Diretoria Executiva se submeterão a contrato de gestão, devendo anualmente ser dada publicidade aos resultados relativos ao seu cumprimento.

10.1.16 Gestão de Pessoas

Caberá à legislação local definir o quadro de pessoal do RPPS, de acordo com o seu porte, e estabelecer objetivos de gestão de pessoal, qualificação e treinamento.

Deverão ser observados os seguintes requisitos mínimos de composição do quadro de pessoal, para cada nível de certificação:

- Nível I: A unidade gestora do RPPS deverá possuir pelo menos 1 (um) servidor efetivo com dedicação exclusiva, ainda que cedido pelo ente federativo.
- Nível II: A unidade gestora do RPPS deverá possuir quadro próprio, ocupado por servidores efetivos (pelo menos 1 - um), comissionados ou cedidos pelo ente federativo.
- Nível III: A unidade gestora do RPPS deverá possuir quadro próprio, ocupado por servidores efetivos (pelo menos 50% do quadro), comissionados ou cedidos pelo ente federativo.
- Nível IV: Adicionalmente aos requisitos do Nível III, deverá contar em seu quadro de pessoal com 1 (um) servidor efetivo com dedicação exclusiva na área de investimentos e 1 (um) servidor ocupante do cargo de atuário.

Em caso de a unidade gestora do RPPS possuir um contrato de prestação continuada cujo objeto seja de assessoria atuarial ou tenha servidor com formação em ciências atuariais e que desempenhe efetivamente atribuições relacionadas à gestão

atuarial do RPPS, considerar-se-á atendido o requisito relativo ao servidor ocupante do cargo de atuário do Nível IV.

10.2 Controles Internos

Os controles internos podem ser entendidos como o conjunto de políticas e procedimentos de uma organização para garantir uma razoável certeza de que os seus objetivos estratégicos, operacionais, de conformidade e de evidenciação sejam atingidos. Os controles internos devem proporcionar à organização que:

- a) Os riscos que afetam suas atividades sejam mantidos dentro de patamares aceitáveis.
- b) Suas demonstrações contábeis e financeiras reflitam adequadamente suas operações.
- c) Seus procedimentos administrativos sejam operacionalizados em conformidade com bons padrões de ética, segurança e economia.

Como função administrativa, controle interno é um sistema de informação e avaliação da organização, com a finalidade de assegurar o cumprimento das leis, regulamentos, normativos internos e diretrizes de planejamento. Os instrumentos adotados pelo controle interno devem ser capazes de utilizar as informações disponíveis, com o propósito de realizar análises de natureza administrativa, financeira e de produtividade concernentes à gestão.

Em relação ao aspecto financeiro, o controle interno busca garantir que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de acordo com os princípios contábeis,

preservando a integridade dos registros contábeis, de modo a salvaguardar os ativos pertencentes à instituição ou sob sua responsabilidade.

No setor público, os sistemas de controle interno possuem fundamento de natureza constitucional (art. 31, 70 e 74 da Constituição Federal) e legal (art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 76 a 80 da Lei nº 4.320/1964).

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T 16.8, aprovadas pela Resolução CFC nº 1.135/2008, estabelecem os referenciais para o controle interno no setor público, buscando minimizar riscos, dar efetividade às informações contábeis e contribuir para o alcance dos objetivos das entidades, com a preservação do patrimônio público. É de grande relevância o conhecimento e a aplicação da NBC T 16.8, pois nela se define a abrangência do controle interno, as categorias a que se aplica, sua estrutura, componentes e procedimentos.

Os requisitos para o controle interno de um RPPS procuram estruturar os procedimentos administrativos, para que seja possível a sua verificação e monitoramento permanentes, com vistas a aperfeiçoar os processos decisórios e conferir maior transparência à gestão.

O ente federativo e a unidade gestora do RPPS devem buscar o aprimoramento do sistema de controle interno, com a finalidade de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos mais relevantes para o RPPS.

A seguir são descritas as ações e os procedimentos relativos aos Controles Internos, cuja observância deverá ser verificada pela entidade certificadora no processo de obtenção e renovação da certificação institucional.

10.2.1 Mapeamento das Atividades das Áreas de Atuação do RPPS

O diagnóstico sobre a organização deve ser feito a partir do reconhecimento e mapeamento dos processos executados e não somente pelos resultados obtidos. Os gestores devem ter uma visão sistêmica e abrangente da organização, por isso, como primeiro passo, é necessário que sejam mapeados os seus processos e atividades.

O gestor deverá identificar, dentre as grandes áreas de atuação de um RPPS, elencadas no Anexo 7 do Manual do Pró-gestão, aquelas que deverão ser mapeadas. De acordo com o nível de adesão pretendido, haverá necessidade de mapear determinado quantitativo de áreas do RPPS, dentre aquelas indicadas a seguir como prioritárias, sendo no mínimo:

- Nível I: 1 (uma) área obrigatória: Benefícios (concessão e revisão de aposentadorias e pensões).
- Nível II: 3 (três) áreas obrigatórias: Benefícios (concessão e revisão de aposentadorias e pensões e gestão da folha de pagamento de benefícios), Investimentos (processo de elaboração e aprovação da política de investimentos, de credenciamento das instituições financeiras e de autorização para aplicação ou resgate) e Tecnologia da Informação - TI (procedimentos de contingência que determinem a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso - físico e lógico).
- Nível III: 6 (seis) áreas obrigatórias: Arrecadação, Benefícios (concessão e revisão de aposentadorias e pensões e gestão da folha de pagamento de benefícios),

Compensação Previdenciária, Investimentos, Tecnologia da Informação - TI e Jurídica.

- Nível IV: Além das áreas obrigatórias exigidas nos Níveis I, II e III, outras duas áreas dentre as elencadas no Anexo 7 deste Manual.

10.2.2 Manualização das Atividades das Áreas de Atuação do RPPS

Dentre as áreas de atuação do RPPS que tenham sido mapeadas, deverão ser selecionados os processos e atividades que serão manualizados, ou seja, que terão definidos procedimentos padronizados de execução, desempenho, qualidade e reprodutividade.

De acordo com o nível de adesão pretendido, haverá necessidade de manualizar processos e atividades que correspondam no mínimo a:

- Nível I: Benefícios (análise da concessão e revisão de aposentadorias e pensões).
- Nível II: Benefícios (análise da concessão e revisão de aposentadorias e pensões e gestão da folha de pagamento de benefícios); Investimentos (processo de elaboração e aprovação da política de investimentos, de credenciamento das instituições financeiras e de autorização para aplicação ou resgate) e Tecnologia da Informação - TI (Procedimentos de contingência que determinem a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso - físico e lógico).
- Nível III: Arrecadação (cobrança de débitos de contribuições em atraso do ente federativo e dos servidores licenciados e cedidos), Benefícios (análise da concessão e revisão de aposentadorias e pensões e gestão da folha de pagamento

de benefícios); Compensação Previdenciária (envio e análise de requerimentos de compensação previdenciária); Investimentos (elaboração e aprovação da política de investimentos, credenciamento de instituições financeiras e análise de riscos da carteira de investimentos e de autorização para aplicação ou resgate); Jurídica (acompanhamento e atuação nas ações judiciais relativas a benefícios); e Tecnologia da Informação - TI (procedimentos de contingência que determinem a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso - físico e lógico).

- Nível IV: Todas as áreas e processos do Nível III e pelo menos um processo relevante de cada uma das duas outras áreas escolhidas para mapeamento, conforme Nível IV daquela ação.

10.2.3 Capacitação e Certificação dos Gestores e Servidores das Áreas de Risco

Nas grandes áreas de atuação do RPPS deverão ser ofertados cursos e treinamentos aos gestores e servidores, que proporcionem a estes a capacitação e a obtenção de certificações individuais de qualificação em relação a suas áreas. Tais ações de capacitação deverão alcançar as áreas consideradas prioritárias e sujeitas a maior risco, tais como benefícios, investimentos e gestão atuarial, relacionando-se ao Plano de Ação de Capacitação, na dimensão Educação Previdenciária.

No entanto, dada a sua criticidade e por possuir um processo de qualificação dos gestores e servidores dos RPPS em curso, na forma prevista pela Portaria MPS nº 519/2011, a exigência de qualificação para fins de obtenção da certificação institucional

terá início pela área de investimentos, na qual serão exigidos como requisitos mínimos, em cada nível:

- Nível I: O gestor dos recursos do RPPS e a maioria dos membros do Comitê de Investimentos aprovados em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, com conteúdo mínimo estabelecido no Anexo da Portaria MPS nº 519/2011.
- Nível II: O gestor dos recursos do RPPS e todos os membros do Comitê de Investimentos aprovados em exame de certificação especificado no Nível I.
- Nível III: Adicionalmente aos requisitos do Nível II:
 - a. 1 (um) membro do Conselho Deliberativo, 1 (um) membro do Conselho Fiscal e 1 (um) membro da Diretoria Executiva aprovados em exame de certificação especificado no Nível I.
 - b. O gestor de recursos do RPPS e 1 (um) membro do Comitê de Investimentos aprovados em exame de certificação que, além do conteúdo exigido para o Nível I, contemple módulos que permitam atestar a compreensão das atividades relacionadas à negociação de produtos de investimento.
- Nível IV: Adicionalmente aos requisitos do Nível III:
 - a. 2 (dois) membros do Conselho Deliberativo, 2 (dois) membros do Conselho Fiscal e o Diretor Presidente aprovados no exame de certificação especificado no Nível I.
 - b. A maioria dos membros do Comitê de Investimentos aprovados no exame de certificação especificado na alínea “b” do Nível III e o responsável pela gestão

de recursos do RPPS com certificação que, além do conteúdo exigido no Nível III, ateste habilidade equivalente àquela dos que desempenham atividades de gestão profissional de recursos de terceiros e de carteiras de títulos e valores mobiliários.

10.2.4 Estrutura de Controle Interno

O ente federativo deverá manter função de controle interno do RPPS, diretamente em sua estrutura organizacional (níveis I e II) ou na unidade gestora do RPPS (níveis III e IV), integrada ao seu sistema de controle interno, que terá, dentre outras, a finalidade de avaliar o cumprimento de metas, programas e orçamentos e comprovar a legalidade, eficácia e eficiência dos atos de gestão.

A função de controle interno contará com no mínimo um controlador, responsável pelo monitoramento e avaliação da adequação dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela gestão, e deverá fornecer capacitação sobre controle interno aos servidores, para seu aperfeiçoamento.

O Conselho Deliberativo do RPPS deverá definir os critérios que serão observados nos relatórios produzidos pelo controle interno do RPPS, que permitam aferir a sua qualidade, relacionados à abrangência dos assuntos a serem objeto de verificação, bem como a sua funcionalidade, repercussão e alcance.

Deverá ser observado, de acordo com o nível pretendido:

- Nível I: Existência, na estrutura organizacional do ente federativo, de uma área comum de controle interno que atenda ao RPPS, com emissão de relatório

semestral que ateste a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas e de todas as ações atendidas na auditoria de certificação, bem como acompanhar as providências adotadas pelo RPPS para implementar as ações não atendidas. Deverá ser capacitado pelo menos 1 (um) servidor do ente.

- Nível II: Existência, na estrutura organizacional do ente federativo, de área comum de controle interno que atenda ao RPPS, com emissão de relatório trimestral que ateste a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas e de todas as ações atendidas na auditoria de certificação, bem como acompanhar as providências adotadas pelo RPPS para implementar as ações não atendidas.

Deverão ser capacitados pelo menos 2 (dois) servidores do ente.

- Nível III: Existência, na estrutura organizacional da unidade gestora do RPPS, de área específica de controle interno, com emissão de relatório trimestral que ateste a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas e de todas as ações atendidas na auditoria de certificação, bem como acompanhar as providências adotadas pelo RPPS para implementar as ações não atendidas.

Deverão ser capacitados pelo menos 3 (três) servidores da unidade gestora do RPPS, sendo 1 (um) servidor da área de controle interno, 1 (um) membro do Comitê de Investimentos e (1) um membro do Conselho Fiscal.

- Nível IV: Existência, na estrutura organizacional da unidade gestora do RPPS, de área específica de controle interno, que se reportará diretamente ao Conselho Deliberativo, com controlador ocupante de cargo efetivo, que atue também como agente de conformidade em pelo menos uma área de risco, com emissão mensal de relatório que ateste a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas e de todas as ações atendidas na auditoria de certificação, bem como acompanhar as

providências adotadas pelo RPPS para implementar as ações não atendidas. Deverão ser capacitados pelo menos 3 (três) servidores da unidade gestora do RPPS, sendo 1 (um) servidor da área de controle interno, 1 (um) membro do Comitê de Investimentos e 1 (um) membro do Conselho Fiscal.

10.2.5 Política de Segurança da Informação

A informação é um ativo essencial da organização e precisa ser adequadamente protegida.

Conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (ISO 27002), “Segurança

da informação é a proteção da informação de vários tipos de ameaças, para garantir a continuidade do negócio, minimizar o risco ao negócio, maximizar o retorno sobre os investimentos e as oportunidades de negócio”.

A adoção de procedimentos que garantam a segurança das informações deve ser prioridade constante do RPPS, reduzindo os riscos de falhas, danos e prejuízos que possam comprometer os objetivos da instituição.

A Política de Segurança da Informação é uma declaração formal de compromisso do RPPS com a proteção das informações sob sua guarda e a formalização das normas para segurança.

Deve observar os seguintes princípios básicos:

- c. Confidencialidade: Proteção e garantia de que determinadas informações só são disponíveis a pessoas autorizadas.

- d. Integridade: Garantia da exatidão das informações e dos métodos de processamento.
- e. Disponibilidade: Garantia de que os usuários autorizados e os interessados tenham acesso às informações.

A Política de Segurança da Informação deverá ser publicada na Internet e atender aos seguintes requisitos:

- Nível I: Deve abranger todos os servidores e prestadores de serviço que acessem informações do RPPS, indicando a responsabilidade de cada um quanto à segurança da informação.
- Nível II: Adicionalmente aos requisitos do Nível I:
 - a. Indicar regras normativas quanto ao uso da Internet, do correio eletrônico e dos computadores e outros recursos tecnológicos do RPPS.
 - b. Definir procedimentos de contingência, que determinem a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso (físico e lógico) e a área responsável por elas, estando estes procedimentos mapeados e manualizados.
- Nível III: Adicionalmente aos requisitos do Nível II, deverá contar com servidor ou área de Gestão da Segurança da Informação, no âmbito do ente federativo ou do RPPS, com a responsabilidade de:
 - a. Prover todas as informações de Gestão de Segurança da Informação solicitadas pela Diretoria Executiva.
 - b. Prover ampla divulgação da Política e das Normas de Segurança da Informação para todos os

- c. servidores e prestadores de serviços.
 - d. Promover ações de conscientização sobre Segurança da Informação para os servidores e prestadores de serviços.
 - e. Propor projetos e iniciativas relacionados ao aperfeiçoamento da segurança da informação. e) Elaborar e manter política de classificação da informação, com temporalidade para guarda.
- Nível IV: Adicionalmente aos requisitos do Nível III:
 - a. Manter Comitê de Segurança da Informação, no âmbito do ente federativo ou do RPPS, como grupo multidisciplinar com o intuito de definir e apoiar estratégias necessárias à implantação, manutenção e aprimoramento da Política de Segurança da Informação, que deverá ser revista periodicamente, no mínimo a cada 2 (dois) anos, conforme prescrição em normativo interno.
 - b. Definir procedimentos para auditoria de acesso e rotinas de recuperação de desastres.

10.2.6 Gestão e Controle da Base de Dados Cadastrais dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas

A atualização permanente da base de dados cadastrais permite ao ente federativo maior controle da massa de seus segurados e garante que as avaliações atuariais anuais reflitam a realidade dessa base, possibilitando dessa forma a correta organização e revisão dos planos de custeio e benefícios, conforme estabelece o artigo 1º, inciso I da Lei nº 9.717/1998.

A base de dados cadastrais deve ser construída com estrutura (leiaute) compatível com o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias

e Trabalhistas - eSocial, instituído pelo Decreto nº 8.373/2014, observados as resoluções e manuais aprovados pelo Comitê Gestor, de modo a possibilitar a formação do sistema integrado de dados dos servidores públicos previsto no art. 3º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Além disso, para cada nível deverá ser observado:

- Nível I: Recenseamento previdenciário no mínimo a cada 3 (três) anos para aposentados e pensionistas e a cada 5 (cinco) anos para os servidores ativos, com encaminhamento da base atualizada por meio Sistema Previdenciário de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - SIPREV/Gestão para o Sistema de Informações Gerenciais dos Regimes Próprios de Previdência Social - SIG-RPPS12, instituído pela Portaria MF nº 47, de 14 de dezembro de 2018.
- Nível II: Recenseamento previdenciário no mínimo a cada 2 (dois) anos para aposentados e pensionistas e a cada 5 (cinco) anos para os servidores ativos, encaminhamento da base atualizada por meio Sistema Previdenciário de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - SIPREV/Gestão para o Sistema de Informações Gerenciais dos Regimes Próprios de Previdência Social - SIG-RPPS, instituído pela Portaria MF nº 47, de 14 de dezembro de 2018.
- Nível III: Adicionalmente aos requisitos do Nível II, estabelecer por meio de instrumento legal a política de recenseamento dos servidores, na qual estejam estabelecidos critérios, padrões e periodicidade para o processo de recenseamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.
- Nível IV: Recenseamento previdenciário no mínimo a cada 2 (dois) anos para aposentados e pensionistas e a cada 4 (quatro) anos para os servidores ativos,

com encaminhamento da base de dados cadastrais atualizada para o SIG-RPPS, e:

- a. Estabelecer por meio de instrumento legal a política de recenseamento dos servidores, na qual estejam estabelecidos critérios, padrões e periodicidade para o processo de recenseamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.
 - b. Estabelecer por meio de instrumento legal a política de digitalização e conversão da base documental em arquivos eletrônicos.
- O recenseamento previdenciário será considerado efetivo para atendimento dos requisitos desse programa se atingir as taxas mínimas de comparecimento de 95% para os aposentados e pensionistas e de 80% para os servidores ativos.
 - Recomenda-se, para todos os níveis, que após o primeiro recenseamento previdenciário seja implantado procedimento de atualização anual dos dados dos aposentados e pensionistas, no mês de aniversário, e que posteriormente se desenvolva procedimento similar para os servidores ativos.

10.3 Gestão de Risco

Os princípios básicos e diretrizes para o gerenciamento de riscos, no Brasil, são dados pela ISO 31000. Através desta norma são estabelecidas as bases para o gerenciamento de risco em qualquer organização.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a ISO 31000, representa uma norma geral, a despeito de indústria, setor ou área e não rivaliza com outras normas sobre gestão de riscos em áreas específicas.

Objetiva se comportar como uma referência quando o assunto for gestão de riscos e compatibilizar os processos de gestão de riscos, oferecendo um tratamento comum, que pode ser empregada a uma vasta gama de atividades, englobando estratégias, decisões, operações, processos, funções, projetos, produtos, serviços e ativos.

O risco pode ser definido e surge em decorrência da incerteza em relação aos objetivos estipulados. Representa a perspectiva de ocorrências que prejudiquem a concretização ou conquista dos objetivos propostos, combinada com os efeitos desse evento sobre os resultados esperados.

Os riscos estão a nossa volta, a despeito da importância que é conferimos a eles. Não importa se em nossa vida privada ou profissional, estamos as voltas com uma série de riscos, que podem ser classificadas como oportunidades e ameaças que, caso não sejam gerenciados, tem potencial de prejudicar a conquista de objetivos pretendidos.

Cada decisão necessária, movimento executado ou não, são alteradas as possibilidades de eventos futuros e, conseqüentemente, são aumentados ou diminuídos os níveis de riscos a que todos estão sujeitos.

Comprovadamente, há aqueles que julgam que, em meio ao risco, os resultados positivos se sobrepõem aos negativos e por este motivo, estas pessoas estão mais dispostas a correr maiores riscos.

Contudo, existe um grupo avesso ao risco e que não se sente confortável com os efeitos de qualquer ameaça sobre seus objetivos.

Logo, as reações podem variar dependendo do nível de aversão ao risco, que também é afetado pela maturidade e experiências passadas, potencial de evitar, mitigar ou potencializar sua ocorrência, bem como de minimizar ou suportar seu efeito.

Via de regra, a experiência traz maior compreensão do ambiente, as competências para identificação de vulnerabilidades (falhas ou fraquezas) tornam-se mais desenvolvidas, há uma maior percepção que permite identificar ameaças e oportunidades e, conseqüentemente, mais aptos a distinguir ocorrências com capacidade de causar impacto nos objetivos estabelecidos.

A avaliação do ambiente onde se está inserido, e com foco nos propósitos definidos, uma pessoa pode estabelecer quais as medidas ou controles internos devem ser empregados para gerenciar os eventuais riscos e assim conserva-los em níveis adequados ao perfil de risco (aceitação) e tolerância (resiliência).

Tendo em mente que risco zero não existe, é importante considerar que, após a implementação das medidas de controle, os riscos remanescentes precisam ser observados e conservados dentro de fronteiras apropriadas e em linha com os critérios de risco estipulados.

Esquema Básico para gestão de riscos

Com base com que foi tratado acima, se faz necessário uma reflexão sobre o projeto em curso e responder às questões que seguem:

1. Qual a iniciativa necessita de proteção ou que busque ver bem-sucedido?

É importante ter em mente que pode ser um projeto, um processo, um departamento, uma organização, uma política.

2. Quais são os objetivos dessa iniciativa?
3. Que aspectos (fraquezas, ameaças, erros, falhas...) podem comprometer o atingimento dos objetivos?
4. Que riscos podem se advir caso se verifique tais fatores?
5. Qual seria a perspectiva e o efeito da ocorrência de cada um desses riscos se nada tivesse sido feito para mitigá-los até o momento? Calcular o nível de risco inerente (probabilidade inicial x impacto inicial).
6. Qual é o seu perfil e nível de tolerância a risco? Qual nível de risco você considera aceitável?
7. Quais medidas de redução já foram tomadas e que controles internos já estão implantados? Qual a eficácia dessas medidas e controles? Algum deles pode ser eliminado?
8. Que outras medidas redutoras e controles internos podem ser aplicados para ajustar o nível de risco de risco aceito e à tolerância a risco?
9. Qual é a probabilidade e o impacto esperado da ocorrência desses riscos após a avaliação de eficácia e adequação das medidas mitigadoras e controles internos? Calcule o nível de risco residual (nível de risco inerente x risco de controle).
10. Com que regularidade esses riscos devem ser monitorados?
11. Quem são os encarregados por controlar os riscos? Quem deve ser informado a respeito desses? Com que regularidade isso deve ser feito e por quais meios?

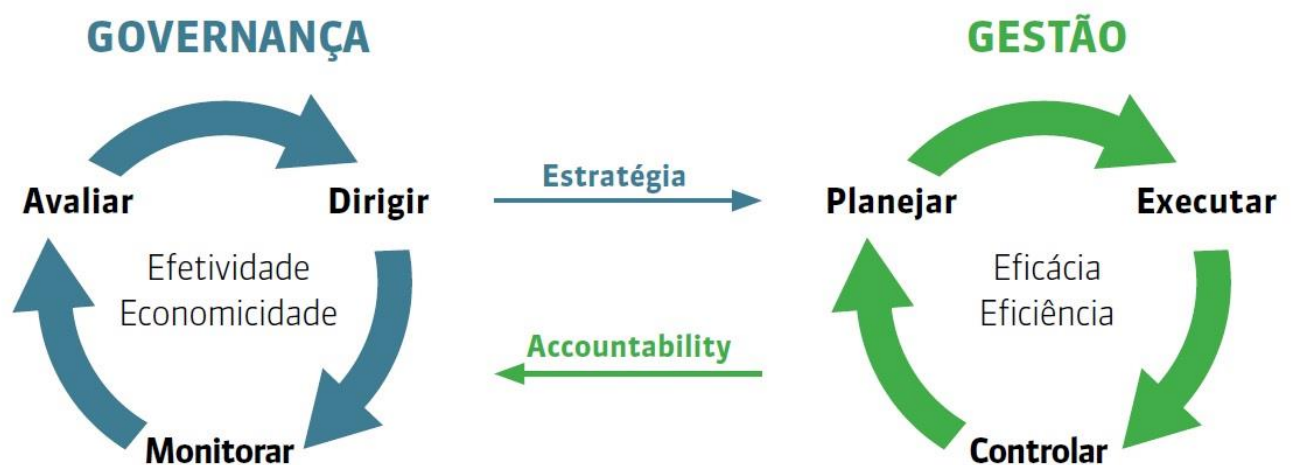
É importante destacar que as indagações acima realçam uma das potenciais maneiras para o gerenciamento de riscos. A literatura é rica em modelos, técnicas,

ferramentas e estudos que podem, a depender da necessidade, produzir análises mais simples ou complexa, mais abrangente ou específicas, mais gerais ou precisas. Cabe a cada pessoa e organização, à luz do seu contexto, escolher os modelos e instrumentos que melhor se adequem à sua necessidade.

10.4 A relação entre Gestão de Riscos e Governança

Enquanto a governança é a função direcionadora, a gestão é a função realizadora. A figura abaixo representa essas distinções de modo resumido: enquanto a governança é responsável por estabelecer a direção a ser tomada, com fundamento em evidências e levando em conta os interesses das partes interessadas, a gestão é a função responsável por planejar a forma mais adequada de implementar as diretrizes estabelecidas, executar os planos e fazer o controle de indicadores e de riscos.

Esta definição é dada pelo Tribunal de Contas da União – TCU.



Fonte: Tribunal de Contas da União – TCU.

10.5 A relação entre Gestão de Riscos e Integridade

A gestão de riscos pode ser definida como o processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos.

A relação entre gestão de riscos e a integridade está em permitir aos agentes públicos estruturar os procedimentos organizacionais das instituições que integram, de maneira a detectar vulnerabilidades que permitam que ocorram fraudes e práticas de corrupção.

Uma vez identificados, estabelecem-se procedimentos prevenção que reduzam as debilidades e evitem rupturas de integridade.

O procedimento compreende, também, em um instrumento de gestão para melhorar a governança das organizações, setores, projetos ou processos no setor público. Nesse contexto, alguns dos benefícios decorrentes da realização de processos de gestão de riscos para a integridade são:

- Mantém as questões de prevenção da corrupção, integridade e boa governança na agenda e dá um passo em relação a uma abordagem puramente legalista.
- Permite a identificação de riscos comuns em uma determinada área ou setor que exija ação ou reforma institucional mais ampla.

- Permite partilhar conhecimentos e boas práticas na identificação de riscos e, em particular, em medidas de mitigação em determinado setor ou entre setores, instituições, projetos ou processos.
- Permite o intercâmbio efetivo de boas práticas que sirva como fonte de inspiração, ideias e apoio entre pares para a boa governança no setor público.

É importante observar que um processo de gestão de riscos realmente efetivo precisa ir além da previsão legal, sendo fundamental também poder contar com o comprometimento e engajamento de pessoas.

Se não for implementado adequadamente, pode se tornar um programa meramente formal por meio do qual apenas seja criada uma camada adicional de burocracia anticorrupção, sem que haja uma efetiva mudança de cultura.

10.6 A importância da Gestão de Riscos para organização

O gerenciamento de riscos permite identificar e conhecer os riscos existentes em cada atividade, processo ou rotina realizada na organização, e permite identificar os riscos oriundos de fatores externos como os sociais, econômicos, políticos, tecnológicos, ambientais, entre outros. Tudo depende do ambiente em que está inserida a organização, pois quanto mais volátil, maiores são os riscos a serem tratados.

A gestão de riscos necessita estar alinhada à área de *compliance* e à governança corporativa, logo, deve ser instituída e solidificada em todas as áreas da organização. Após compreendido quais são os riscos, é fundamental que sejam oficializados em modelos ou dicionários de riscos para que sejam desenvolvidos e acompanhados.

A garantia de que os riscos identificados foram de fato tratados nas rotinas e processos internos da organização, se dá através de políticas e normativos internos que devem ser aprovados pela Administração, a organização deve implantar à sua maneira de operar e garantir que seja praticado por toda a estrutura organizacional. E é neste momento que os controles internos ganham o destaque devido, pois toda a tarefa de identificação e estratégias para mitigar os efeitos dos riscos podem ser totalmente ineficazes, se os controles internos não tiverem sido bem implementados.

10.7 As Linhas do IIA (Linhas de Defesa)

No modelo de Três Linhas de Defesa, o controle da gerência é a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos, as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecidas pela gerência são a segunda linha de defesa e a avaliação independente é a terceira. Cada uma dessas três “linhas” desempenha um papel distinto dentro da estrutura mais ampla de governança da organização.

Modelo de Três Linhas de Defesa



Adaptação da Guidance on the 8th EU Company Law Directive da ECIIA/FERMA, artigo 41

Mesmo que os órgãos de governança e da alta administração não sejam incluídos neste modelo das três “linhas”, não se pode considerar completo qualquer debate a respeito dos sistemas de gerenciamento de riscos, se forem deixados de lado os papéis essenciais dos órgãos de governança (i.e., conselho de administração e órgãos equivalentes) e da alta administração. As estruturas de governança e a alta administração representam as partes centrais interessadas servidas pelas “linhas” e são os segmentos em melhor posição a contribuir para assegurar que o sistema de Três Linhas de Defesa seja empregado nos processos de gerenciamento de riscos e controle de uma organização.

A administração central e os órgãos de governança têm, em conjunto, a atribuição e a obrigação da prestação de contas sobre a instauração dos objetivos da organização, a

fixação de estratégias para conquistar tais objetivos e a instituição de estruturas e procedimentos de governança para melhor administrar os riscos ao longo da realização desses objetivos. O modelo de Três Linhas de Defesa é instalado melhor com o apoio ativo e a orientação dos órgãos de governança e da alta administração da organização.

Como destacado na imagem acima, o modelo é baseado em três princípios básicos que serão mostrados na sequência.

1ª Linha de Defesa: Gestão Operacional

O modelo de Três Linhas de Defesa identifica três grupos (ou linhas) comprometidos no gerenciamento efetivo de riscos:

- Funções que gerenciam e têm propriedade sobre riscos.
- Funções que supervisionam riscos.
- Funções que fornecem avaliações independentes.

Na primeira linha de defesa, os gerentes operacionais gerenciam os riscos e têm propriedade sobre eles. Eles também são os responsáveis por implantar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

A gerência operacional é responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente. A gerência operacional identifica, avalia, controla e mitiga os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos e garantindo que as atividades estejam de acordo com as metas e objetivos. Por meio de uma estrutura de responsabilidades em cascata, os gerentes do nível

médio desenvolvem e implementam procedimentos detalhados que servem como controles e supervisionam a execução, por parte de seus funcionários, desses procedimentos.

A gerência operacional serve naturalmente como a primeira linha de defesa, porque os controles são desenvolvidos como sistemas e processos sob sua orientação de gestão operacional. Deve haver controles de gestão e de supervisão adequados em prática, para garantir a conformidade e para enfatizar colapsos de controle, processos inadequados e eventos inesperados.

2ª Linha de Defesa: Funções de Gerenciamento de Riscos e Conformidade

Em um mundo perfeito, apenas uma linha de defesa talvez fosse necessária para garantir o gerenciamento eficaz dos riscos. No mundo real, no entanto, uma única linha de defesa pode, muitas vezes, se provar inadequada. A gerência estabelece diversas funções de gerenciamento de riscos e conformidade para ajudar a desenvolver e/ou monitorar os controles da primeira linha de defesa. As funções específicas vão variar entre organizações e indústrias, mas funções típicas dessa segunda linha de defesa incluem:

- Uma função (e/ou comitê) de gerenciamento de riscos que facilite e monitore a implementação de práticas eficazes de gerenciamento de riscos por parte da gerência operacional e auxilie os proprietários dos riscos a definir a meta de exposição ao risco e a reportar adequadamente informações relacionadas a riscos em toda a organização.
- Uma função de conformidade que monitore diversos riscos específicos, tais como a não conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis. Nesse quesito, a função separada reporta diretamente à alta administração e, em alguns setores do

negócio, diretamente ao órgão de governança. Múltiplas funções de conformidade existem frequentemente na mesma organização, com responsabilidade por tipos específicos de monitoramento da conformidade, como saúde e segurança, cadeia de fornecimento, ambiental e monitoramento da qualidade.

- Uma função de controladoria que monitore os riscos financeiros e questões de reporte financeiro.

A gerência estabelece essas funções para garantir que a primeira linha de defesa seja apropriadamente desenvolvida e posta em prática e que opere conforme intencionado. Cada uma dessas funções tem seu nível de independência em relação à primeira linha de defesa, mas são, por natureza, funções de gestão. Como funções de gestão, elas podem intervir diretamente, de modo a modificar e desenvolver o controle interno e os sistemas de riscos.

Portanto, a segunda linha de defesa tem um propósito vital, mas não pode oferecer análises verdadeiramente independentes aos órgãos de governança acerca do gerenciamento de riscos e dos controles internos.

As responsabilidades dessas funções variam em sua natureza específica, mas podem incluir:

- Apoiar as políticas de gestão, definir papéis e responsabilidades e estabelecer metas para implementação.
- Fornecer estruturas de gerenciamento de riscos.
- Identificar questões atuais e emergentes.
- Identificar mudanças no apetite ao risco implícito da organização.

- Auxiliar a gerência a desenvolver processos e controles para gerenciar riscos e questões.
- Fornecer orientações e treinamento sobre processos de gerenciamento de riscos.
- Facilitar e monitorar a implementação de práticas eficazes de gerenciamento de riscos por parte da gerência operacional.
- Alertar a gerência operacional para questões emergentes e para as mudanças no cenário regulatório e de riscos.
- Monitorar a adequação e a eficácia do controle interno, a precisão e a integridade do reporte, a conformidade com leis e regulamentos e a resolução oportuna de deficiências.

3ª Linha de Defesa: Auditoria Interna

Os auditores internos fornecem ao órgão de governança e à alta administração avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização. Esse alto nível de independência não está disponível na segunda linha de defesa. A auditoria interna provê avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle. O escopo dessa avaliação, que é reportada à alta administração e ao órgão de governança, normalmente cobre:

- Uma grande variedade de objetivos, incluindo a eficiência e a eficácia das operações; a salvaguarda de ativos; a confiabilidade e a integridade dos processos de reporte; e a conformidade com leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos.

- Todos os elementos da estrutura de gerenciamento de riscos e controle interno, que inclui: o ambiente de controle interno; todos os elementos da estrutura de gerenciamento de riscos da organização (i.e. identificação de riscos, avaliação de riscos e resposta); informação e comunicação; e monitoramento.
- A empresa como um todo, divisões, subsidiárias, unidades de operação e funções - incluindo os processos do negócio, como vendas, produção, marketing, segurança, funções voltadas para o cliente e operações - assim como funções de suporte (ex.,
- Contabilidade de receita e despesas, recursos humanos, compras, folha de pagamento, orçamentos, gestão de infraestrutura e ativos, inventário e tecnologia da informação).

Estabelecer uma atividade profissional de auditoria interna deveria ser um requisito de governança para todas as organizações. Não é importante apenas para empresas de grande e médio porte, mas também pode ser igualmente importante para negócios menores, já que eles podem enfrentar ambientes igualmente complexos com uma estrutura organizacional menos formal e robusta para garantir a eficácia de seus processos de governança e gerenciamento de riscos.

A auditoria interna contribui ativamente para a governança organizacional eficaz, desde que algumas condições - que promovam sua independência e profissionalismo - sejam atendidas. A melhor prática é estabelecer e manter uma função independente de auditoria interna, com uma equipe adequada e competente, que inclua:

- Atuar de acordo com as normas internacionais reconhecidas para a prática de auditoria interna.

- Reportar a um nível suficientemente alto na organização, de modo a cumprir com suas responsabilidades de forma independente.
- Ter uma linha de reporte ativa e eficaz ao órgão de governança.

Audidores Externos, Reguladores e Outros Órgãos Externos

Em que pese os auditores externos, reguladores e outros órgãos externos extra a margem da estrutura da organização, cumprem um papel relevante em sua composição geral de governança e controle. Tal princípio é válido especialmente para entidades reguladas, como por exemplo o setor de serviços financeiros ou seguros. As entidades reguladoras, ocasionalmente, instituem exigências com o intuito de consolidar os controles em uma instituição e, em outras ocasiões, têm uma função independente e objetiva, para avaliar o todo ou parte da primeira, segunda ou terceira linha de defesa relativamente a essas obrigações. Quando coordenados com sucesso, os auditores externos, reguladores e outros grupos externos à organização podem ser considerados linhas adicionais de defesa, que

fornecem avaliações às partes interessadas da organização, incluindo o órgão de governança e a alta administração. Considerando o escopo e objetivos específicos de suas missões, no entanto, as informações de riscos reunidas são, em geral, menos extensas do que o escopo abordado pelas três linhas internas de defesa de uma organização.

Estruturando as Três Linhas de Defesa

Já que cada organização é única e situações específicas variam, não há uma forma “certa” de sistematizar as Três Linhas de Defesa. No decorrer da distribuição de responsabilidades particulares e a coordenação entre atividades de gerenciamento de

riscos, contudo, pode ser útil ter definido a função específica de cada grupo no processo de gerenciamento de riscos.

| 1ª LINHA DE DEFESA | 2ª LINHA DE DEFESA | 3ª LINHA DE DEFESA |
|--|---|--|
| Proprietários/ Gestores de Riscos | Controle de Risco e Conformidade | Avaliação de Riscos |
| <ul style="list-style-type: none">• gerência operacional | <ul style="list-style-type: none">• independência limitada• reporta primariamente à gerência | <ul style="list-style-type: none">• auditoria interna• maior independência• reporta ao órgão de governança |

Independentemente da complexidade, estrutura e porte das organizações, haveria claramente a necessidade da existência das Três Linhas de Defesa. A gestão de riscos, via de regra, é mais consistente quando há três linhas de defesa separadas e nitidamente definidas.

Porém, em circunstâncias especiais que podem aparecer, particularmente em pequenas organizações, determinadas linhas de defesa capazes de ser combinadas. Podem ocorrer situações em que haveria demandado para que auditoria interna institua ou gerencie as atividades de gestão de riscos ou conformidade. Nestes casos, a auditoria interna precisa informar diretamente ao órgão de governança e à alta administração a implicação da combinação. Caso atribuições duplas sejam atribuídas a uma única pessoa ou departamento, seria pertinente cogitar a segregação de responsabilidade por essas atribuições em uma outra oportunidade para instituir as três linhas.

A despeito da forma como o modelo de Três Linhas de Defesa é efetivado, a alta administração e os órgãos de governança devem comunicar claramente a expectativa de que as informações sejam compartilhadas e as atividades coordenadas entre cada um dos grupos responsáveis por gerenciar os riscos e controles da organização. Segundo as Normas Internacionais para Prática Profissional de Auditoria Interna, os diretores executivos de auditoria devem “compartilhar informações e coordenar atividades com outros prestadores internos e externos de serviços de avaliação e consultoria, para assegurar a cobertura apropriada e minimizar a duplicação de esforços”.

Práticas indicadas:

- Os processos de riscos e controle devem ser estruturados de acordo com o modelo de Três Linhas de Defesa.
- Cada linha de defesa deve ser apoiada por políticas e definições de papéis apropriadas.
- Deve haver a coordenação apropriada entre as diferentes linhas de defesa para promover a eficiência e a eficácia.
- As funções de riscos e controle em operação nas diferentes linhas devem compartilhar conhecimento e informações apropriadamente, para auxiliar todas as funções a desempenhar melhor seus papéis de forma eficiente.
- As linhas de defesa não devem ser combinadas ou coordenadas de uma forma que comprometa sua eficácia.
- Em situações em que as funções de diferentes linhas forem combinadas, o órgão de governança deve ser aconselhado a respeito da estrutura e seu impacto. Em organizações que ainda não tenham uma atividade de auditoria interna

estabelecida, deve-se exigir que a gerência e/ou o órgão de governança explique e divulgue às suas partes interessadas que consideraram como será obtida a avaliação adequada da eficácia das estruturas de governança, gerenciamento de riscos e controle da organização.

10.8 Conceitos de Gestão de Riscos

A gestão de riscos corporativos representa uma medida mais abrangente da administração de riscos, que engloba o estabelecimento de objetivos, reconhecimento de ocorrências que podem afetá-los, avaliação dos riscos e resposta aos riscos.

Geralmente, esses sistemas possibilitam que as organizações decidam conscientemente com base em seus objetivos e relevância dos riscos que precisarão de assumir em sua existência.

Desta forma, o gerenciamento de riscos corporativos objetiva administrar os resultados e incertezas futura, incorporando as políticas de compliance e controle interno em sua estrutura.

A base para os fundamentos de gerenciamento de risco tem está fundado nos conceitos de governança corporativa, que estipula códigos e melhores práticas para assegurar o funcionamento das organizações.

Da perspectiva de sua finalidade, o gerenciamento de riscos é abrangente, ou seja, está além dos limites das operações e repercute decisivamente na orientação estratégica.

Compete aos encarregados pela área de gerenciamento de riscos reconhecer, aferir, analisar e estabelecer qual medida necessita ser adotada para mitigar os riscos.

É imprescindível destacar que a gestão de riscos não se atém somente às incertezas, mas ainda, as ameaças ou eventos negativos.

É importante destacar que o objetivo do sistema não está em eliminar os riscos, mas sim em gerenciá-los de forma a prevenir problemas e identificar as oportunidades.

Frequentemente, o procedimento ideal não é reduzir os riscos, mas admitir os níveis de risco básicos para alcançar objetivos definidos.

Podem ainda ser utilizadas ferramentas para a transferência de risco, tais como o hedge ou seguros.

Assim, é perceptível a existência de diversas classes de riscos, que se segmentam entre estas classes:

- **Riscos passíveis de prevenção:** indesejáveis sob todos os pontos de vista
 - **Riscos de execução de estratégia:** podem ser controlados e monitorados
- Riscos externos incontroláveis: exigem preparo e redução de impactos.

Assim, um gerenciamento de riscos eficiente pode reduzir ou elevar o grau do risco de acordo com os objetivos, considerando sempre o tipo de incerteza adiante.

10.9 Plano de Continuidade de Negócios

Define-se um plano de continuidade de negócios como um procedimento meticuloso e um grupamento de sistemas com o objetivo de assegurar que uma

organização seja capaz de impedir a suspensão de suas atividades ou retomar rapidamente após uma paralisação expressiva. O plano é elaborado na forma de manual que estabelece como uma organização (por exemplo, uma empresa do setor privado, uma agência governamental ou uma escola) é capaz de prosseguir com suas atividades cotidianas frente a hipótese de uma catástrofe ou mesmo outras cenários de anormalidade.

Alguns exemplos das condições descritas acima podem ser: um incêndio, um terremoto de grande magnitude, outros desastres naturais, um surto de uma doença, um ataque cibernético e muitos outros cenários que podem afetar as operações normais de uma organização. Quando ocorrências com as citadas, provocam paralizações ou danos expressivos na rotina de qualquer instituição, ela deve dispor de um plano de continuidade de negócios, que especifica orientações, processos e os dispositivos fundamentais para prosseguir com as atividades ou se recompor velozmente do período de paralização.

Importância de um plano de continuidade de negócios

Como já tratado anteriormente, os riscos podem ser gerenciados, mas não eliminados. O plano de continuidade de negócios é uma ferramenta indispensável, pois, em sua ausência, as instituições ficam reféns do tempo inativo e de outras adversidades com potencial de provocar perda de ordem financeira. Quando se verifica uma ocorrência fora da normalidade de grande magnitude, a inexistência de um plano de continuidade de negócios tem potencial de provocar prejuízos financeiros irrecuperáveis que, por fim, podem forçar a organização a encerrar suas atividades definitivamente.

Elaboração de um plano de continuidade de negócios

Atualmente, existem inúmeras maneiras utilizadas para a elaboração de um planejamento eficiente objetivando a continuidade de negócios. Via de regra, a maior parte delas estabelece três fases sobrepostas:

- **Análise:** etapa onde são identificadas as várias atribuições de organização e de suas operações. Após deve-se verificar como essas atribuições seriam impactadas por um sinistro. Normalmente, esta etapa pressupõe eleger diferentes setores ou departamentos conforme a sua importância para as atividades. Isso possibilita que o plano assegure a continuidade das funções indispensáveis em primeiro lugar. Frequentemente, os profissionais que atuam na função de continuidade de negócios procedem a Análise de Impacto nos Negócios (*Business Impact Analysis* - BIA, pela sigla em inglês) na etapa inicial do desenvolvimento de um novo plano. Uma BIA afere as consequências de distintos hipóteses de sinistros em razão de perda de receita e outras variáveis próprias das atividades desenvolvidas pela organização.
- **Planejamento:** a segunda etapa do processo engloba todos os pontos da elaboração de um plano sobre como continuar as operações em caso de uma catástrofe ou como se recuperar rapidamente da suspensão e retornar às atividades normais.

Durante a fase de planejamento, as organizações devem:

- Desenvolver protocolos para possíveis necessidades, como realocação ágil ou mudança para trabalho remoto.
- Criar estratégias temporárias em relação a alterações ou necessidades de pessoal.

- implantar instrumentos de recuperação de sinistro de TI para assegurar a continuidade de sistemas essenciais.

Uma parte fundamental esta etapa é designar uma equipe de continuidade ou de gerenciamento de riscos composta por executivos e partes interessadas que serão responsáveis pela efetivação do plano, caso preciso.

- **Treinamento e teste:** até mesmo o plano de continuidade de negócio mais consistente precisa passar por testes periódicos para assegurar que poderá funcionar, caso seja necessário. Isso inclui informar aos colaboradores a respeito das atribuições e responsabilidades nesses cenários, e ainda submeter a testes diversos componentes do plano. Um exemplo seria incluir uma implantação de curto prazo de um cenário de trabalho remoto para identificar problemas e oportunidades de otimização.

Recursos para um plano de continuidade de negócios

Alguns recursos de um plano de continuidade de negócios são específicos a cada seção ou organização, mas alguns elementos que são comuns a todos os eles:

- **Pessoas:** um plano de continuidade de negócio precisa estabelecer nitidamente as funções e responsabilidades, não somente da equipe de liderança de gerenciamento de riscos, mas também de qualquer unidade responsável pela implementação de partes diferentes do plano em caso de um sinistro. Alguns planos também especificam o “pessoal essencial”, ou seja, as pessoas cuja função exige que elas estejam presentes na atividade mesmo em períodos de risco elevado.

- **Tecnologia:** quase todos os planos de continuidade de negócios modernos também destacam com clareza a função que a tecnologia da informação exercerá para garantir que os dados e serviços essenciais permanecerão disponíveis ou serão restaurados rapidamente após uma interrupção. Isso inclui:
 - Ferramentas de backup e recuperação de dados
 - Infraestrutura de computação em nuvem e serviços
 - Plataformas de trabalho remoto
- **Fornecimento de serviços:** um BCP também deve descrever quais serviços são mais essenciais e como eles continuarão a ser fornecidos aos clientes, funcionários, parceiros, público e outras partes interessadas.
- **Saúde e segurança:** por fim, um programa de continuidade de negócios sólido apresenta os critérios e as diretrizes para garantir a saúde e segurança de todos os envolvidos (funcionários, clientes e parceiros) durante a implementação e o gerenciamento do plano.

Checklist

Muitas organizações elaboram uma lista de verificação que é parte integrante de seu plano de continuidade de negócios. Esta lista engloba as principais etapas do plano e, pode ser usada de duas maneiras:

- **Concepção:** primeiro, ela pode ser usada como parte da criação do plano. Neste contexto, uma lista de verificação do BCP apresentaria a descrição detalhada das etapas necessárias para desenvolver o plano, desde a análise até os testes.
- **Implementação:** em segundo lugar, uma lista de verificação do BCP pode ser usada para testar e/ou implementar o plano. Neste contexto, o BCP ou a equipe de

gerenciamento de crises usariam a lista de verificação para ter certeza de que abordaram todas as ferramentas e processos do plano e comunicaram isso com clareza em toda a organização.

Intervalo de revisão do plano de continuidade de negócios

Preventivamente, é recomendável que os planos de continuidade de negócios sejam revisados periodicamente e atualizados caso necessário. Esse procedimento contribui para garantir que o plano ainda atenderá às necessidades da organização frente a crescentes riscos e ameaças.

A periodicidade sugerida para a revisão do plano de continuidade de negócios depende de alguns aspectos, como a natureza da organização, o setor e os riscos específicos. Via de regra, esses planos devem ser reavaliados anualmente ou a depender do caso, a cada dois. Contudo, a depender da conjuntura e do nível de exposição, é indicado que a organização realize reavaliações com maior frequência, como:

- Alterações significativas nos negócios ou nas operações
- Localização em uma área de maiores riscos de desastres naturais ou outros possíveis eventos de interrupção
- Qualquer organização ou agência que fornece serviços essenciais ao público.

Para encerrar compete destacar que o plano da continuidade de negócios e o plano da recuperação de desastres, geralmente são citados em um mesmo contexto, contudo, não são sinônimos. Um plano de continuidade de negócios representa uma estratégia abrangente para a operação em cenários de sinistro ou para a recuperação após uma interrupção forçada.

Por sua vez, um plano de recuperação de desastres está ligado exclusivamente aos processos e às ferramentas de TI em que a organização pode confiar para manter ou restaurar o acesso a dados essenciais, aplicativos e serviços em cenários de crise. Por exemplo, um plano de recuperação de desastres deve tratar detalhadamente como reestabelecer o acesso a um aplicativo de Internet que proporciona geração de receita em caso de uma inundação no local onde é mantido o data center que operacionaliza o serviço.

11. Planejamento

11.1 Conceito De Planejamento Estratégico

Podemos entender planejamento como “a escolha consciente de ações que aumentem as chances de obter no futuro algo desejado no presente” (Ministério do Planejamento, 2012).

Trata-se de atividade que orienta possibilidades, arranjos institucionais e políticos para o futuro. Planejar não é um ato isolado, mas sim um processo, que recolhe os dados do passado, as condições do presente e pretende assegurar o máximo de sucesso para os desejos e condições futuras.

Planejamento estratégico pode ser entendido como processo de elaborar a estratégia de uma organização, empresa ou setor público, e definir como ela pode ser alcançada, reconhecendo a situação atual e fazendo projeção de futuro.

O planejamento estratégico funciona como GPS, primeiro define o destino para então calcular a rota. Não dá para planejar uma rota sem saber aonde ir.

Dentro da Administração Pública, a Constituição Federal previu para traçar esta rota o modelo orçamentário como planejamento estratégico, composto por três instrumentos de planejamento:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

Estes instrumentos foram detalhados na Lei de Responsabilidade Fiscal e trataremos deles na sequência.

11.2 Plano Plurianual – PPA

A Constituição Federal, em seu artigo 165, § 1º, previu que:

“A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”

O PPA tem vigência de quatro anos, e cabe a ele estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública.

De acordo com a Constituição Federal, o exercício da função do planejamento é um dever do Estado, tendo caráter determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Assim, o planejamento expresso no Plano Plurianual assume a forma de grande moldura legal e institucional para a ação nacional, bem como para a formulação dos planos regionais e setoriais.

O § 1º do art. 167 da Constituição Federal é um argumento forte em relação à importância que os constituintes deram ao planejamento no Brasil:

Art. 167 [...]

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

11.3 Lei De Diretrizes Orçamentárias – LDO

A LDO além de prever as metas e prioridades, também orienta a elaboração do orçamento para o ano seguinte, dentro das diretrizes da PPA, conforme a seguinte previsão constitucional:

Art. 165. [...]

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO tem vigência de um ano.

11.4 Lei Orçamentária Anual – LOA

A LOA é competente para fixar despesas e prever receitas para o próximo exercício, dentro das diretrizes do PPA e da LDO.

O Poder Legislativo só encerra a sessão legislativa com a aprovação da LOA.

A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. (Art. 165, § 5º, da CF/88)

O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, supra, compatibilizados com o PPA, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

12. Controle Interno e Externo

12.1 Controle Dos Regimes Próprios De Previdência Social

A finalidade do controle é a de assegurar que a Administração atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, como os da legalidade, moralidade, finalidade pública, publicidade, motivação, impessoalidade; em determinadas circunstâncias, abrange também o controle chamado de mérito e que diz respeito aos aspectos discricionários da atuação administrativa (Di Pietro, 2013).

A obrigação de prestação de contas é denominada *accountability* e demonstra que o agente responde integralmente por seus atos no exercício de seu mandato. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IGC) conceitua *accountability* como sinônimo de prestação de contas ou responsabilização pelas decisões tomadas.

Os controles interno e externo na gestão pública têm a finalidade de avaliar e acompanhar os atos da gestão pública para que cumpram suas finalidades.

12.1.1 Base Legal do Controle Interno e Externo

O controle na Administração Pública, e em particular dos Regimes Próprios, não está previsto em uma só norma. O tema está disperso em várias normas a saber:

12.1.1.1 Constituição Federal

Na Constituição Federal, o controle dos Regimes Próprios está previsto nos artigos 40, e 70:

Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 22.

....

*III - fiscalização pela União e **controle externo e social**;*
*VII - estruturação do órgão ou entidade gestora do regime, observados os princípios relacionados com governança, **controle interno e transparência**;*

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

*Parágrafo único. Prestará contas **qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada**, que **utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos** ou pelos quais a*

União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

12.1.1.2 Lei 9.717/98

O art. 1º. da Lei 9.717 de 27 de novembro de 1998, prevê a obrigatoriedade de atendimento à fiscalização interna e externa:

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

IX - sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo.

12.1.1.3 Normas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Previdência e Trabalho

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, editou normas a serem observadas pelos RPPS quanto ao Controle Interno e Externo.

A Portaria MPS no. 204 de 10 de julho de 2008, que dispõe sobre os critérios de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, cujo cumprimento está previsto no art. 10.

Art. 10. O cumprimento dos critérios previstos nesta Portaria será supervisionado pela SPS mediante auditoria direta ou indireta.

A Portaria MPS no. 402 de 10 de dezembro de 2008 dispõe sobre os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Cabe ressaltar que tais. Parâmetros serão objeto de fiscalização quanto ao seu cumprimento pelos RPPS.

12.1.1.4 Lei no. 12.527/11

A Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI) integra o controle externo da sociedade através de denúncias, requisições de ações e pedidos de informação sobre os. Atos e a gestão dos recursos públicos.

12.1.2 Competências e mecanismos de controle

Compete à União, por meio do Ministério do Trabalho e Previdência Social, a orientação, supervisão e acompanhamento dos RPPS além de estabelecer os parâmetros e diretrizes gerais para sua organização e funcionamento.

O controle externo pela União, é auxiliado pela fiscalização dos Tribunais de Contas da União e dos Estados sobre os atos do Poder Executivo, suas autarquias e fundações, incluindo os RPPS. A competência, funcionamento e demais atuações do Tribunal de Contas da União estão previstas na Constituição Federal de 1988 (arts. 71 a 73)

12.1.2.1 Mecanismos de Controle

Os mecanismos de controle são definidos quanto às seguintes espécies:

1. quanto ao órgão;
2. quanto ao momento em que se efetua;
3. quanto ao ambiente (posição: interno ou externo);
4. de legalidade ou de mérito.

Quanto ao órgão podem ser:

- administrativo: os objetivos desse controle são: fiscalizar e corrigir os próprios atos da Administração Pública, sob os aspectos de legalidade e mérito, por iniciativa própria ou mediante provocação;
- legislativo: compreende o controle político e financeiro. O controle político (federal, estadual e municipal) é realizado sobre as decisões administrativas para verificar se atendem aos aspectos legais, de oportunidade e conveniência diante do interesse público. O controle financeiro é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas na fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial;

- judicial: realizado pelo poder judiciário para apreciar e invalidar os atos ilícitos perpetrados pela Administração Pública.

Quanto ao momento em que se efetua podem ser:

- controle prévio: quando o ato administrativo está sujeito à autorização prévia, objetivando impedir a prática de atos ilegais ou contrários ao interesse público;
- controle concomitante: ocorre durante a execução do ato administrativo (licitações, execução do orçamento etc;

12.2 Controle Interno

O controle interno é o conjunto de atividades e rotinas que visam assegurar que os objetivos da administração pública sejam alcançados em defesa do patrimônio público, exercendo as funções de auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção, garantindo a transparência da gestão.

Nos RPPS, o controle interno é exercido pelo próprio órgão, ou pelo Controle Interno do Ente Federativo instituído em Lei para essa finalidade. O controle interno também é exercido pelos Conselhos Fiscais dos RPPS.

A exigência de estrutura de controle interno está prevista no § 22, inciso VII do art. 40 da CF, parágrafo. 22:

§ 22. *Vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, lei complementar federal estabelecerá,*

para os que já existam, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, dispondo, entre outros aspectos, sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

VII - estruturação do órgão ou entidade gestora do regime, observados os princípios relacionados com governança, controle interno e transparência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

12.2.1 Controle Interno

O controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança que visa garantir segurança razoável da realização dos objetivos da organização bem como promover a eficiência operacional. Pode também ser definido como ações estabelecidas por meio de políticas e procedimentos que ajudam a garantir o cumprimento das diretrizes determinadas pela administração para mitigar os riscos sistêmicos.

Os controles internos devem proporcionar à organização que¹⁰:

- a) Os riscos que afetam suas atividades sejam mantidos dentro de patamares aceitáveis.
- b) Suas demonstrações contábeis e financeiras reflitam adequadamente suas operações.

¹⁰ Manual do Pró-Gestão

- c) Seus procedimentos administrativos sejam operacionalizados em conformidade com bons padrões de ética, segurança e economia.

O controle interno visa atender os aspectos administrativo e financeiro do RPPS. O controle administrativo tem a finalidade de assegurar o cumprimento das leis, regulamentos, normativos internos e diretrizes de planejamento. O controle financeiro busca garantir que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de acordo com a legislação vigente e observando os princípios contábeis.

O ente federativo e a unidade gestora do RPPS, na implementação do controle interno, devem ter como objetivo o monitoramento dos riscos sistêmicos que possam afetar a gestão do RPPS.

A função de controle interno poderá ser mantida no Ente ou na Unidade Gestora do RPPS, com a finalidade de avaliar o cumprimento de metas, programas e orçamentos e comprovar a legalidade, eficácia e eficiência dos atos de gestão.

Segundo o Manual do Pró-Gestão RPPS, a função de controle interno contará com no mínimo um controlador, responsável pelo monitoramento e avaliação da adequação dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela gestão, e deverá fornecer capacitação sobre controle interno aos servidores, para seu aperfeiçoamento.

Os critérios que serão observados nos relatórios produzidos pelo controle interno do RPPS deverão ser definidos pelo Conselho Deliberativo do RPPS.

12.2.2 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é parte integrante do sistema de governança e representa um mecanismo de fiscalização independente. Os conselheiros fiscais possuem poder de atuação individual, apesar do caráter colegiado do órgão.

A responsabilidade dos conselheiros é para com o RPPS, independentemente daqueles que os tenham indicado ou eleito. Assim, sua atuação deve ser pautada por equidade, transparência, independência e confidencialidade. No exercício de seu mandato, o conselho fiscal deve se relacionar com os diversos órgãos e agentes que compõem o sistema de governança da organização.

O Conselho Fiscal, cuja periodicidade das reuniões e funcionamento devem ser disciplinados pela legislação local, contemplando pelo menos as seguintes atribuições⁸:

- a. Zelar pela gestão econômico-financeira;
- b. Analisar o balanço anual, balancetes e demais atos de gestão;
- c. Verificar a coerência das premissas e resultados da avaliação atuarial;
- d. Acompanhar o cumprimento do plano de custeio, em relação ao repasse das contribuições e aportes previstos;
- e. Examinar, a qualquer tempo, livros e documentos;
- f. Emitir parecer sobre a prestação de contas anual da unidade gestora do RPPS, nos prazos legais estabelecidos;
- g. Relatar as discordâncias eventualmente apuradas, sugerindo medidas saneadoras;

- h. Opinar sobre o relatório mensal/anual do Conselho Deliberativo, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias em cumprimento à lei vigente dos RPPS;
- i. Denunciar, por qualquer de seus membros, às instâncias superiores para que sejam tomadas as providências necessárias para a proteção dos interesses do RPPS.

O Conselho Fiscal deve ter o direito de fazer consultas a profissionais externos (auditores, especialistas em impostos, recursos humanos, entre outros), para obter subsídios em matérias de relevância. Os conselheiros fiscais possuem poder de atuação individual, apesar de o órgão ser colegiado.

12.2.3 Servidores/Segurados

O controle sobre a gestão também é exercido pelos segurados do RPPS, condição inscrita na Lei 9.717/98 em seu artigo 1º. Os segurados devem ter acesso às informações da gestão além de garantia de representação nos colegiados e instâncias de decisão.

VI - pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

12.3 Controle Externo

O conceito de controle externo é aquele realizado “por um Poder ou órgão constitucional independente funcionalmente sobre a atividade administrativa de outro Poder estranho à Administração responsável pelo ato controlado”.

Nas palavras de Hely Lopes Meirelles (1997), controle externo é o que se realiza por órgão estranho à Administração responsável pelo ato controlado e visa comprovar a probidade da Administração e a regularidade da guarda e do emprego de bens, valores, dinheiros públicos, bem como a fiel execução do orçamento.

12.3.1 Tribunal de Contas

Embora o controle externo seja principalmente exercido pelo Poder Legislativo, através dos representantes eleitos pela sociedade, o controle externo tem o auxílio técnico dos Tribunais de Contas, como o Tribunal de Contas da União (TCU) no caso federal e, nos Estados e Municípios, os Tribunais de Contas dos Estados. Em nível de municípios só existem os Tribunais de Contas dos Municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo.

As funções exercidas pelos Tribunais de Contas são:

- a. **Função Fiscalizadora:** compreende aos levantamentos, auditorias, inspeções, acompanhamentos e monitoramentos, relacionados com a atividade de controle externo. Adicionalmente, compreende a análise da conformidade e legalidade dos atos de concessão de aposentadorias e pensões;

- b. **Função Consultiva:** compreende a elaboração de parecer técnico sobre a prestação de contas;
- c. **Função Sancionadora:** compreende na aplicação aos responsáveis das sanções previstas na legislação específica de cada Tribunal, em caso de ilegalidade na despesa ou irregularidade nas contas. Essas sanções podem compreender, isolada ou cumulativamente:
 - i. ao agente público, a aplicação de multa proporcional ao valor do prejuízo causado ao erário, constituindo o montante do dano o limite máximo da penalidade;
 - ii. cominação de multa ao responsável por contas julgadas irregulares, por ato irregular, ilegítimo ou antieconômico, por não-atendimento de diligência ou determinação do Tribunal, por obstrução ao livre exercício de inspeções ou auditorias e por sonegação de processo, documento ou informação;
 - iii. inabilitação do responsável, pelo período de cinco a oito anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública;
 - iv. declaração de inidoneidade do responsável, por fraude em licitação, para participar, por até cinco anos, de certames licitatórios promovidos pela administração pública.
- d. **Função Corretiva:** uma vez constatada a ilegalidade ou irregularidade em ato de gestão, o Tribunal de Contas pode fixar um prazo para cumprimento da lei.

- e. **Função Normativa:** o Tribunal de Contas pode expedir instruções e atos normativos sobre as matérias de sua competência.
- f. **Função de Ouvidoria:** O Tribunal de Contas pode receber denúncias e representações relativas a irregularidades ou ilegalidades que lhe sejam comunicadas por responsáveis pelo controle interno, por autoridades ou por qualquer cidadão, ou qualquer outro órgão.
- g. **Função Educativa:** O Tribunal de Contas da União atua como orientador e informa sobre procedimentos e melhores práticas de gestão, mediante publicação de manuais e cartilhas, realização de seminários, reuniões e encontros de caráter educativo, participação em palestras, conferências e workshops, ou, ainda, quando recomenda a adoção de providências, em auditorias de natureza operacional.

As contas podem ser julgadas:

- a. Regulares – quando a prestação de contas atende a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável.
- b. Regulares com ressalva – quando as contas evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falha de natureza formal de que não resulte dano ao erário.
- c. Irregulares – quando houver omissão no dever de prestar contas; a prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico ou com infração à norma legal; dano ao erário, desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

12.3.2 Ministério Público

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 128 a abrangência do Ministério Público.

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I - o Ministério Público da União, que compreende:

a) o Ministério Público Federal;

b) o Ministério Público do Trabalho;

c) o Ministério Público Militar;

d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II - os Ministérios Públicos dos Estados.

O Ministério Público é um órgão independente, permanente, incumbido da defesa da ordem jurídica, da democracia e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Pode promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

O Ministério Público Federal (MPF) atua em conjunto com a Polícia Federal, exercendo, inclusive, o controle externo da atividade policial. As várias ações deflagradas pela Polícia Federal são oriundas de procedimentos investigatórios autuados por Procuradores da República, que solicitam aos juízes federais a quebra de sigilos telefônicos e bancários, além da busca e apreensão de bens e documentos, bem como a prisão temporária de envolvidos em irregularidades e corrupções.

A sociedade poderá representar junto ao Ministério Público Federal, qualquer tipo de irregularidade cometida contra a Administração Pública, seja por servidores ou outras autoridades.

Os Tribunais de Contas ao julgar as contas dos gestores irregulares, encaminham cópia da decisão para o Ministério Público para que promovam ações cíveis, penais e/ou de improbidade administrativa.

O art. 129 da CF define as funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

12.3.3 Poder Legislativo

A Constituição Federal de 1988, no art. 70, dispõe que: “a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercido pelo Congresso Nacional, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder”.

O controle externo nos Estados é de responsabilidade das Assembleias Legislativas e, nos Municípios, das Câmaras de Vereadores. No Distrito Federal, a titularidade do controle externo recai sobre a Câmara Legislativa do DF.

12.3.4 Secretaria Especial de Previdência e Trabalho

A Lei no. 9.717 de 27 de novembro de 1998 atribuiu a competência da fiscalização e controle dos RPPS à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

***Art. 9º** Compete à União, por intermédio da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, em relação aos regimes próprios de previdência social e aos seus fundos previdenciários:*

***I** - a orientação, a supervisão, a fiscalização e o acompanhamento;*

***II** - o estabelecimento e a publicação de parâmetros, diretrizes e critérios de responsabilidade previdenciária na sua instituição, organização e funcionamento, relativos a custeio, benefícios, atuária, contabilidade, aplicação e utilização de recursos e constituição e manutenção dos fundos previdenciários, para preservação do caráter contributivo e solidário e do equilíbrio financeiro e atuarial;*

***III** - a apuração de infrações, por servidor credenciado, e a aplicação de penalidades, por órgão próprio, nos casos previstos no art. 8º desta Lei;*

***IV** - a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), que atestará, para os fins do disposto no art. 7º desta Lei, o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e*

exigências aplicáveis aos regimes próprios de previdência social e aos seus fundos previdenciários.

Parágrafo único. *A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, na forma, na periodicidade e nos critérios por ela definidos, dados e informações sobre o regime próprio de previdência social e seus segurados.*
(Redação dada pela Lei no 13.846, de 18/06/2019)

12.3.5 Controle Social

O controle social exercido diretamente sobre a gestão dos RPPS pode ser entendido como o controle da sociedade sobre a execução orçamentária e financeira dos recursos previdenciários, que, uma vez mal geridos, pode inviabilizar as políticas públicas. Isso se dá pela responsabilidade dos entes federativos pela solvência do sistema previdenciário esculpida no § 1º, art. 2º da Lei 9.717/98.

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

A Lei Complementar no. 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), cujos ditames também devem ser obedecidos pelos RPPS, dispõe sobre a disponibilidade e ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos¹¹.

O controle social pode ser exercido diretamente pelos cidadãos, de forma individual, por Organizações Não-Governamentais (ONGs), que acompanham as despesas públicas, como por exemplo a entidade “Contas Abertas” (www.contasabertas.com.br/) e o “Instituto de Fiscalização e Controle – IFC” (www.ifc.org.br/).

12.3.5.1 Lei de Acesso à Informação

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), foi criada para atender o disposto no inciso XXXIII do art. 5º e no § 3º do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 5º (...)

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

¹¹ Art. 48 da LC 101/2000.

Art. 37 (...)

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

A LAI define como informação os dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

Essa lei subordina os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Também estão obrigadas à sua aplicação, no que couber, as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante

subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

A Lei de Acesso à Informação, em seu art. 6º, estabelece que:

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e

III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

12.3.5.2 Ouvidoria

A Ouvidoria integra o Sistema de Controle Interno, porque é um instrumento capaz de fornecer informações do público externo para as áreas estratégicas,

Toda a legislação já citada, em particular a Lei de Acesso à Informação - LAI, e a institucionalização das Ouvidorias nos vários órgãos públicos, federais, estaduais e municipais ampliou consideravelmente a participação dos cidadãos de forma cada vez mais democrática perante os órgãos públicos.

A Ouvidoria tem um papel distinto dos demais canais de comunicação institucionais, pois além de receber, avaliar, encaminhar a demanda, o seu papel é limitado a um arcabouço legal de sigilo de informações, mediação de conflitos e cuidar para que não haja danos entre as partes envolvidas.

A Ouvidoria é um poderoso canal por meio do qual o cidadão pode participar de forma efetiva do controle social, que poderá ser percebido independentemente do Poder a que esteja vinculado ou do nível federativo a que pertença, seja municipal, estadual ou federal. Frise-se que a Ouvidoria não é apenas um canal entre o cidadão e a Administração Pública. Ela é, antes de tudo, uma mediadora eficaz na busca de soluções e conflitos extrajudiciais, razão pela qual se tornou um instrumento de vital importância na estrutura de um órgão. Em resumo, a Ouvidoria é um instrumento a serviço da democracia, pois só nos países democráticos é que o cidadão pode se manifestar das mais variadas formas, seja elogiando, criticando ou sugerindo medidas que venham ao encontro dos interesses coletivos.

13. Regulação, Fiscalização e Supervisão

13.1 Regulação Previdenciária nos RPPS

13.1.1 - Conceito

O termo regulação, etimologicamente, vem de *regula* + *ar* (ideia de regra) ou *regulare* (ideia de dirigir ou orientar). A primeira definição está ligada à noção de controle, com a consequente redução da autonomia dos agentes; e a segunda, relaciona-se à imposição de direcionamentos, interpretação que se aproxima da ideia de governança. Wegrich (2008, p. 10) reconhece existir três variações deste termo:

- a) Regulação como forma específica de condução: decretos e execuções de regulamentos do governo;
- b) Regulação como uma totalidade de programas e condução governamentais – independentemente do surgimento de instrumentos e formas de condução;
- c) Regulação como forma intrínseca de controle social através de normas e instituições.

Regulação, em sentido restrito, é forma de controle de relações transacionais, em que a “interferência nunca se dá realmente sobre o agente; ela incide sobre as transações que o agente tem com outros agentes” (Abranches, 1999, p. 24).

Pode-se dizer, numa noção ampliada, que se tem a regulação como um mecanismo de controle, que envolve as instituições formais (leis) e informais (valores, códigos de conduta etc.).

Em relação às diferenças entre regulação estatal e autorregulação, a natureza dos interesses tutelados é diversa, pois, na medida em que a autorregulação preserva os interesses daqueles que se autorregulam, a regulação estatal, por sua vez, tem por objetivo preservar interesses que são próprios daquela atividade.

Outra diferença diz respeito à presença do elemento “autoridade”. Enquanto a autorregulação prescinde do poder de império, a regulação estatal não dispensa a figura da autoridade do estado.

No que se refere à realidade dos RPPS, pode-se dizer que a regulação estatal é exercida pelos órgãos de controle externo – Ministério da Previdência Social (MPS), tribunais de contas, Ministério Público (MP) – e interno – controladorias, auditorias – dos entes federados.

13.1.2 - Órgãos De Regulação No RPPS

- Poder Legislativo
- Secretaria de Previdência do Ministério da Economia
- Tribunal de contas

13.1.3 - Espécies de Regulação

Em síntese, pode-se dizer que há quatro espécies de regulação:

1. **regulação estatal:** leis, proibições, constrangimentos e sanções controle interno (Controladorias) e externo (MPS, TCE, MP)
2. **condução estatal:** incentivos e busca da simetria informacional

3. **autorregulação:** acompanhamento próprio
4. **regulação social:** participação e controle social

Regulação estatal por meio de leis, proibições e sanções:

- a) Certificado de Regularidade Previdenciária x ações judiciais
- b) Equacionamento do déficit: amortização e segregação de massas
- c) Remessa periódica de informações ao MPS
- d) Política de investimentos e certificação financeira (CPA-10 e 20)

Condução estatal por incentivo e simetria informacional:

- a) CONAPREV: criação de níveis de governança corporativa com a certificação dos RPPS.
- b) Seminários, publicação de livros e informes.
- c) Disponibilização de soluções tecnológicas gratuitas.
- d) Programas para reestruturação de RPPS (PARSEP, PREVMUN) com contrapartida de carregamento do SIPREV.

13.2 - Principais Normas de Regulação dos Regimes Próprios de Previdência

13.2.1 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (arts. 24, 30, 37, 38, 39, 40, 42, 142, 144, 149, 194, 195, 201, 202 e 249) e arts. 19 e 100 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Via de regra, apresenta-se na CF/88 uma clara divisão de competências horizontais, ou seja, cada esfera de poder tem suas atribuições específicas e as realiza de maneira autônoma e independente das demais. Os artigos 23 e 24, trazem as competências comuns e concorrentes, que são aquelas referentes à matérias que exigem esforços conjuntos de todas as esferas de poder para que sejam eficientemente concretizadas.

O denominado Princípio do Interesse Local encontra respaldo na Constituição da República, especificamente em seu artigo 30, I, que determina a possibilidade do Município legislar sobre assuntos de interesse local.

O artigo 37 da Constituição Federal dispõe os princípios da Administração Pública, seus efeitos, suas atribuições. Os princípios são a base norteadora, auxiliam na construção de leis e jurisprudências. Sem esses princípios na administração pública, o ato se tornará nulo. São eles: Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência. O referido artigo dispõe também as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta; agência executiva; acessibilidade dos cargos públicos para brasileiros e estrangeiros; necessidade de aprovação em concurso público; vedação de acumulação de cargos públicos; remuneração; dever de licitar; responsabilidade civil do Estado.

No caput do art. 38, da nossa Carta Política, trata dos servidores públicos da administração direta, bem como os das autarquias e fundações públicas, e que tenham cargo, emprego ou função e sejam detentores de mandato eletivo, bem como possuíam o vínculo com a máquina administrativa antes do pleito e são servidores efetivos, disciplinados por tal norma.

O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria de seus Ministros, suspendeu liminarmente a vigência do caput do artigo 39 da Constituição Federal, conforme redação dada pela EC 19/98, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, ao apreciar o pedido cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 2.135-4 – DF.

Com efeito, voltou a vigorar a redação originária do artigo 39 da Carta Magna, perfazendo renascer o Regime Jurídico Único – RJU para os planos de carreira dos servidores da Administração Pública Federal, das autarquias e fundações públicas.

Portanto, hoje está suspensa a vigência do caput do artigo 39 da Constituição Federal, na redação dada pela EC 19/98, como também a opção da Administração Pública de adotar regimes jurídicos diferenciados – seja o estatutário, seja o da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT – uma vez que se restabeleceu o texto previsto pelo Legislador Constituinte Originário, que previa Regime Jurídico Único – RJU para os servidores públicos da Administração Pública direta, das Autarquias e das Fundações Públicas.

As principais regras de funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) estão contempladas no artigo 40 da Constituição Federal de 1988 e começaram a ser modificadas com o surgimento da Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998, para alguns anos mais tarde sofrerem alterações ainda mais profundas

com a edição das Emendas Constitucionais 41, de 19 de dezembro de 2003, e a de 47, de 5 de julho de 2005, e hoje com a EC 103/2019.

O artigo 142 da Constituição não trata de divisão entre os poderes, mas descreve o funcionamento das Forças Armadas. Segundo constitucionalistas, em nenhum momento ele autoriza qualquer poder a convocá-lo para intervir em outro.

O art. 144 da Constituição aponta os órgãos incumbidos do exercício da segurança pública, onde segundo o referido artigo, a segurança pública é exercida pela polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

O artigo 149 da Constituição Federal é o fundamento normativo de validade para instituição, pela União Federal, de três espécies de contribuições: as sociais gerais, as de intervenção no domínio econômico (CIDE) e as de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

A Seguridade Social, segundo o texto constitucional, é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (art. 194 da CF).

Como forma de impulsionar o custeio para a Seguridade Social o artigo 195 da Constituição Federal, assegurou que o sistema deve ser financiado de maneira direta ou indireta pela sociedade, utilizando-se de expedientes financeiros oriundos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Tal meio de custeio é distinto do financiamento tripartite (empregadores, empregados e governo com base de financiamento na folha de salários), adquirindo a forma *quadripartite* (empregadores, empregados, governo e sociedade com base de financiamento nos orçamentos públicos, contribuições dos empregadores e empresas, contribuições dos trabalhadores e demais segurados da previdência social e receita de concursos de prognósticos).

Na relação de custeio da Seguridade Social, aplica-se o princípio de que todos que compõem a sociedade devem colaborar para a cobertura dos riscos provenientes da perda ou redução da capacidade de trabalho ou dos meios de subsistência. Por ser uma relação jurídica estatutária, é compulsória aqueles que a lei impõe, não sendo facultado ao contribuinte optar por não cumprir a obrigação de prestar a sua contribuição social; podem os contribuintes, quando muito, nos casos em que a lei permite, estar isentos ou optar por contribuir com mais ou com menos, mantendo-se a obrigação.

Há dois modelos básicos de financiamento da Seguridade; no primeiro, o custeio é suportado apenas pelo repasse de recursos orçamentários; no outro, através de contribuições pagas pelos participantes. O custeio da Seguridade brasileira é misto, pois abrange as formas indireta e direta. A forma indireta diz respeito ao repasse de recursos orçamentários. A forma direta refere-se ao pagamento de contribuições sociais.

Todo indivíduo que trabalha na forma legal está obrigado a contribuir para a previdência social, uma vez que tem direito à proteção do Estado na hora que precisar. Os casos em que o Estado oferece proteção estão elencados no art. 201.

A Constituição prevê a criação de regimes de previdência complementar tanto para os segurados do regime geral (art. 202, CF) quanto para os servidores titulares de cargo efetivo, vinculados aos regimes próprios (art. 40, §§ 14 a 16, CF). Como exercentes de mandatos eletivos, os parlamentares não se inserem no regime próprio, mas, sim, no regime geral e, por isso, se submetem ao disposto no art. 202 da Carta Federal. A lei complementar que regula o regime de previdência privada, a que se refere o art. 202 e seu § 4º, destina-se à criação de regras e princípios gerais a que todos os regimes devem submeter-se.

O artigo 249 da CF trata da criação de fundos públicos, não sendo uma novidade: “Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes.

O art. 19 do ADCT, norma transitória, criando uma estabilidade excepcional para servidores não concursados da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando da promulgação da CF.

No caput do art. 100 consta a regra geral dos precatórios, ou seja, os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em decorrência de condenação judicial devem ser realizados na ordem cronológica de apresentação dos precatórios. Existe, então, uma espécie de “fila” para pagamento dos precatórios.

Para acesso das referidas legislações, acesse os referidos links:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/conadc/1988/constituicao.adct-1988-5-outubro-1988-322234-publicacaooriginal-1-pl.html>

13.2.2 - Lei Geral da Previdência no Serviço Público: Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998

A referida legislação dispõe acerca da competência atribuída à União, para, por meio do Secretaria de Previdência Social, exercer a orientação, supervisão e acompanhamento dos Regimes Próprios de Previdência Social dos entes federativos e estabelecer parâmetros e diretrizes gerais para sua organização e funcionamento que, se descumpridos, resultam em impedimento à realização de operações relacionadas às transferências voluntárias de recursos

Para acesso da referida legislação, acesse o referido link:

http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9717.htm#:~:text=L9717&text=LEI%20N%C2%BA%209.717%2C%20DE%2027%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201998.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20regras%20gerais%20para,Federal%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.

13.2.3 - Regulamentação da Lei Geral da Previdência no Serviço Público: Portaria MPS no 402, de 10 de dezembro de 2008

Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos RPPS, apresentando regras relativas ao caráter contributivo, ao equilíbrio financeiro e

atuarial, à gestão do regime próprio, à utilização dos recursos previdenciários, à escrituração contábil, ao depósito e à aplicação de recursos, à concessão de benefícios, ao controle interno e externo dos regimes e sua supervisão pela SpreV.

Para acesso da referida legislação, acesse o referido link:

<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/legislacao-dos-rpps/portarias/arquivos/2020/portaria-mps-no-402-de-2008-atualizada-ate-19agor2020.pdf>

13.2.4 - Portaria SPREV/MF no 04, de 05 de fevereiro de 2018

Dispõe sobre a forma de comprovação do cumprimento dos parâmetros previstos nos §§ 2º e 3º do art. 16 da Portaria MPS nº 402/2008, para contabilização dos títulos de emissão do Tesouro Nacional, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos.

Para acesso da referida legislação, acesse o referido link:

<http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/02/PORTARIA-SPREV-MF-n%C2%BA-04-de-05fev2018.pdf>

13.2.5 - Instituição do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP: Decreto no 3.788, de 11 de abril de 2001

Para acesso da referida legislação, acesse o referido link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3788.htm#:~:text=D3788&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.788%2C%20DE%2011,IV%20e%20VI%20do%20art.

13.2.6 - Instituição do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS - “Pró-Gestão RPPS”: Portaria MPS no 185, de 14 de maio de 2015

Para acesso da referida legislação, acesse o referido link:

<http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/01/PORTARIA-MPS-n%C2%BA-185-de-14maio2015-atualizada-at%C3%A9-02jan2018.pdf>

13.2.7 - Aplicações dos Recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social: Resolução BC CMN no 3.922, de 25 de novembro de 2010.

Para acesso da referida legislação, acesse o referido link:

http://sa.previdencia.gov.br/site/arquivos/office/4_101129-103306-555.pdf

13.2.8 - Portaria MPS no 519, de 24 de agosto de 2011

Dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos RPPS, altera as Portarias MPS nº 204, de 10/07/2008, e nº 402, de 10/12/2008, e revoga as Portarias MPS nº 155, de 15/05/2008, e nº 345, de 28/12/2009.

Para acesso da referida legislação, acesse o referido link:

<http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/01/PORTARIA-MPS-n%C2%BA-519-de-24ago2011-atualizada-at%C3%A9-02jan2018.pdf>

13.2.9 - Plano de Contas e Procedimentos Contábeis para os Regimes Próprios de Previdência Social: Portaria MPS no 509, de 12 de dezembro de 2013

Para acesso da referida legislação, acesse o referido link:

<http://sa.previdencia.gov.br/site/2016/07/PORTARIA-509.pdf>

13.2.10 - Normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social: Portaria MPS no 746, de 27 de dezembro de 2011

Para acesso da referida legislação, acesse o referido link:

<http://sa.previdencia.gov.br/site/2016/07/PORTARIA-746.pdf>

13.2.11 - Portaria MF no 464, de 19 de novembro de 2018

Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do deficit atuarial.

Para acesso da referida legislação, acesse o referido link:

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/50863383/do1-2018-11-20-portaria-n-464-de-19-de-novembro-de-2018-50863118

13.2.12 - Processo Administrativo Previdenciário - PAP: Portaria MPS no 530, de 24 de novembro de 2014

Para acesso da referida legislação, acesse o referido link:

<http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/01/PORTARIA-MPS-n%C2%BA-530-de-24nov2014-atualizada-at%C3%A9-02jan2018.pdf>

13.2.13 - Compensação Previdenciária: Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.

Para acesso da referida legislação, acesse o referido link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9796.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20compensa%C3%A7%C3%A3o%20financeira,aposentadoria%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.

13.2.14 - Decreto no 10.188, de 20 de dezembro de 2019

Regulamenta a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, para dispor sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios

de previdência social dos servidores públicos, a hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

Para acesso da referida legislação, acesse o referido link:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.188-de-20-de-dezembro-de-2019-234972115>

13.3 - Fiscalização Previdenciária nos RPPS

13.3.1 - Órgãos Fiscalizadores

- Ministério Público
- Servidores (Conselhos de Administração e Fiscal e Comitê de Investimentos)
- Controladoria
- Tribunais de Contas
- Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda
- Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
- Poder Judiciário
- Poder legislativo

Ao atribuir à lei complementar federal dispor sobre normas gerais de organização, funcionamento e responsabilidade previdenciária, o § 22 do art. 40 da Constituição Federal relaciona, em seu inciso III, dentre as matérias que devem ser tratadas por aquele diploma, a fiscalização dos regimes próprios pela União.

Porém, até que seja editada aquela lei complementar, o art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, determina que se aplica aos RPPS o disposto na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, norma que dispõe sobre regras gerais para organização e funcionamento dos RPPS dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em seu art. 9º, a Lei nº 9.717, de 1998, atribui à União competência para atuar, por intermédio da SEPRT, em matéria de regime próprio de previdência social. Veja-se o dispositivo:

Art. 9º Compete à União, por intermédio da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, em relação aos regimes próprios de previdência social e aos seus fundos previdenciários: (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)

- I - a orientação, a supervisão, a fiscalização e o acompanhamento;*
- II - o estabelecimento e a publicação de parâmetros, diretrizes e critérios de responsabilidade previdenciária na sua instituição, organização e funcionamento, relativos a custeio, benefícios, atuária, contabilidade, aplicação e utilização de recursos e constituição e manutenção dos fundos previdenciários, para preservação do caráter contributivo e solidário e do equilíbrio financeiro e atuarial;*

III - a apuração de infrações, por servidor credenciado, e a aplicação de penalidades, por órgão próprio, nos casos previstos no art. 8º desta Lei;

IV - a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), que atestará, para os fins do disposto no art. 7º desta Lei, o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e exigências aplicáveis aos regimes próprios de previdência social e aos seus fundos previdenciários.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, na forma, na periodicidade e nos critérios por ela definidos, dados e informações sobre o regime próprio de previdência social e seus segurados.

Conforme fixado no art. 73 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, que aprova o Regimento Interno do Ministério da Economia, essas atribuições são, hoje, desenvolvidas pela Secretaria de Previdência.

Tais determinações também estão previstas na Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, cujo art. 30 prevê, dentre outros, que cabe à SEPRT orientar, supervisionar e acompanhar os regimes próprios e disponibilizar, em meio eletrônico, o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

No desempenho da fiscalização dos regimes próprios, exercida por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, deverão ser apresentados todos os documentos exigidos para a realização do procedimento, inclusive registros contábeis e folhas de pagamento, de acordo com o estabelecido nos §§ 4º e 5º do art. 11 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Em matéria de regime próprio de previdência social, portanto, esta Secretaria exerce as competências fiscalizatória e normativa, legalmente atribuídas à União, atuando, relativamente a essa última função, na edição de comandos necessárias a conferir, aos preceitos da Lei nº 9.717, de 1998, a operacionalidade necessária a que possam ser adequada e integralmente cumpridos por seus destinatários, padronizando e racionalizando os procedimentos e providências relacionados a esse objetivo.

A edição de normas dessa espécie mostra-se especialmente importante quando a observância dos preceitos legais, por seus destinatários, exige ou pressupõe reiterada realização de conjunto variado de atividades ou ações, preparatórias ou sequenciadas, para sua consecução, hipótese em que, não raro, o próprio texto da lei destaca que o atendimento se dará na forma estabelecida pelo órgão fiscalizador.

Esse é o caso da obrigação prevista no parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.717, de 1998, dispositivo que determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem encaminhar, à SEPRT, dados e informações sobre seus RPPS, e seus segurados, na forma, na periodicidade e nos critérios por ela estabelecidos, os quais, atualmente, encontram-se dispostos, principalmente, na Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2008.

Dentre as várias informações de envio obrigatório pelas unidades federadas, destacam-se os dados funcionais e remuneratórias dos beneficiários dos seus respectivos regimes próprios, material cujo encaminhamento a SEPRT está previsto, dentre outros, no art. 41 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, e que, após recebido e tratado por esta Secretaria, é aplicado em suas atividades de acompanhamento e de fiscalização daqueles sistemas previdenciários. Assim estabelece aquele dispositivo:

Art. 41. Os arquivos contendo a base de dados utilizada na avaliação atuarial do RPPS deverão ser encaminhados à Secretaria de Previdência conforme a estrutura e os elementos mínimos do modelo aprovado em instrução normativa.

.....

§ 2º O envio pelos entes federativos dos arquivos de eventos de cadastro dos beneficiários do RPPS e de movimentação das folhas de pagamento mensais do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e Social subsidiará a Secretaria de Previdência na análise da consistência da base de dados utilizada na avaliação atuarial e na elaboração dos estudos e projeções de que trata o § 6º do art. 68.

.....

A disponibilização, pelos entes federativos, desse conjunto de informações ganhou ainda mais importância com a promulgação da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, cujo art. 12 determina o seguinte:

Art. 12. A União instituirá sistema integrado de dados relativos às remunerações, proventos e pensões dos segurados dos regimes de previdência de que tratam os arts. 40, 201 e 202 da Constituição Federal, aos benefícios dos programas de assistência social de que trata o art. 203 da Constituição Federal e às remunerações, proventos de inatividade e pensão por morte decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, em interação com outras bases de dados, ferramentas e plataformas, para o fortalecimento de sua gestão, governança e transparência e o cumprimento das disposições estabelecidas nos incisos XI e XVI do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e os órgãos e entidades gestoras dos regimes, dos sistemas e dos programas a que se refere o caput, disponibilizarão as informações necessárias para a estruturação do sistema integrado de dados e terão acesso ao compartilhamento das referidas informações, na forma da legislação.

.....

Essa previsão já constava do art. 3º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, que regulamentou a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, mas, agora, ampliada, por aquela EC, com a inclusão das informações referentes às prestações assistenciais.

Além dessa ferramenta, a SPREV recebe, anualmente, desde o exercício de 2016, em documento específico, a base de dados dos segurados e beneficiários, utilizada nas avaliações atuariais dos RPPS, providência exigida com base nas disposições do parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.717, de 1998, da Portaria MPS nº 204, de 2008, e da Portaria MF nº 464, de 2018.

Também são recebidas, em meio próprio, de forma estruturada, no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV, informações mensais das remunerações de contribuições dos servidores (bases de cálculo), da quantidade de segurados e beneficiários, relativas ao repasse das contribuições dos segurados, beneficiários e do ente federativo e de prestações de parcelamento.

Além da Sprev, os Tribunais de Contas e o Ministério Público de Contas possuem competência para fiscalizar os RPPSs, em cumprimento ao ar. 70 da CF de 1988, que dispõe que a “fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”.

No caso de indícios de desvios de recursos ou outras ações que tragam prejuízo para o regime próprio, a Sprev faz a denúncia aos órgãos competentes – Tribunal de Contas, Ministério Público ou Polícia Federal – para as providências cabíveis. Também cabe aos segurados nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objetos de discussão e deliberação, acompanhar e fiscalizar a administração dos RPPSs. Registre-se que o Conselho Fiscal é um órgão consultivo, de fiscalização e controle interno.

13.3.2 - Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão de fiscalização independente, cujo objetivo é examinar, acompanhar e fiscalizar a administração do RPPS no que tange aos seus deveres legais.

Ele é composto por um representante do Poder Executivo e dois representantes dos servidores ativos, inativos e pensionistas.

Todos os membros do CF são, obrigatoriamente, servidores públicos municipais efetivos. Assim fica garantido que tanto as principais decisões do Fundo de Previdência como sua fiscalização estão inteiramente nas mãos dos principais interessados na solidez e na estabilidade do sistema.

13.3.3 - Tribunal de Contas

O controle externo do Poder Executivo, no Brasil, é exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas, a quem compete, nos termos dos artigos 70 e 71 da Constituição Federal, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do ente público e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade e à fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas.

O sistema de Tribunal de Contas, diferentemente do anterior, possui como características marcantes o caráter colegiado de suas decisões e o seu poder coercitivo de impor sanções, pecuniárias ou não.

No Brasil, o Tribunal de Contas somente veio a ser criado efetivamente no primeiro ano da República, através do Decreto nº 966-A, de 07 de novembro de 1890, de iniciativa de Ruy Barbosa, que propunha a criação de um Tribunal de Contas com o objetivo de apreciar a legalidade da despesa antes mesmo de ser realizada, impedindo a realização de despesas ilegais por parte do ente público. Todavia, o referido modelo nunca chegou a ser implementado no país, haja vista que, até o momento, ainda não existe previsão genérica de que os Tribunais de Contas devam examinar o dispêndio público antes que este ocorra. Ressalta-se que as atividades das Cortes de Contas ocorrem, regra geral, a posteriori.

Os Tribunais de Contas são órgãos autônomos e independentes, com seu estatuto jurídico delineado pela Constituição. Trata-se de órgãos que auxiliam e fiscalizam, porém sem subordinação de nenhuma espécie a qualquer deles. No tocante ao controle externo, a utilização pela Constituição do termo “auxílio” não pode dar margem ao entendimento de que existe uma relação de hierarquia entre os Tribunais de Contas e o Legislativo.

Competência do Tribunal de Contas – artigo 71 CF

I – Emitir Parecer Prévio das contas do Chefe do Poder Executivo;

II – Julgar contas de administradores e demais responsáveis por dinheiros bens e valores públicos, inclusive da administração indireta, bem como qualquer pessoa que der causa a prejuízo ao erário;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - Realizar por iniciativa própria, do Poder Legislativo ou de Comissão Própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nos órgãos e entidades que são responsáveis por recursos públicos;

VI – TCU fiscaliza recursos federais repassados a Estados e Municípios, através de convênios, ajustes e congêneres;

VIII – aplicar as sanções previstas em lei, inclusive multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX – assinar prazo para adoção de providências necessárias no caso de ilegalidade;

X – sustar, não sendo atendido, a execução do ato impugnado, comunicando ao

Poder Legislativo.

Efeitos das Decisões dos Tribunais de Contas

- Débito ou multa: eficácia de título executivo extrajudicial (art. 71 § 3º)
- Multa é executada pelo ente público ao qual o TC esteja vinculado
- Ressarcimento ao erário deve ser executado pelo ente que foi lesado
- Inelegibilidade para atos dolosos de improbidade administrativa

13.3.4 - Poder Legislativo

“Fiscalizar é competência básica, primária e originária dos membros do Poder Legislativo”.

O referido poder deve fiscalizar:

1. As Receitas

As receitas dos RPPS são oriundas:

- Da contribuição retida da folha dos servidores ativos;
- Da contribuição da folha dos servidores inativos e pensionistas (sobre o que ultrapassar o teto do INSS);
- Dos rendimentos das aplicações financeiras;
- Da compensação previdenciária;

- Da contribuição patronal sobre a folha dos servidores ativos;
- Do parcelamento de débitos previdenciários;
- Do aporte de recursos do ente federativo.
- Contribuições
- Compensação Previdenciária
- Parcelamentos de Débitos

Lei nº 9.717/98 e LRF/LC nº 101/2000 – os recursos previdenciários somente poderão ser utilizados para pagamentos de benefícios e despesas administrativas.

2. As Despesas E Aplicações

- Licitações, Pessoal e Gastos.
- Revisões de Proventos
- Consultoria
- Perícia Médica → Junta Médica
- Investimentos → Política De Investimentos

3. Avaliação Atuarial

- ✓ Parecer Do Atuário
- ✓ SIPREV - MPS

4. CRP – Certificado De Regularidade Previdenciária

O Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, instituído pelo Decreto 3.788, de 11/04/01, atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/98, para regimes próprios dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

13.3.4 - SUBSECRETARIA DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, base legal para a fiscalização, extensão, competências, finalidade; responsabilidade dos gestores no atendimento à fiscalização da Subsecretaria; consequências e modalidades da fiscalização

O Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, inicialmente expôs a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Fazenda, instituiu em seu art. 48 a Secretaria de Previdência – SPREV, composta por quatro subsecretarias, entre elas a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social – SRPPS; o referido decreto foi revogado pelo DECRETO Nº 9.679, DE 2 DE JANEIRO DE 2019; **onde este último também fora revogado pelo DECRETO Nº 9.745, DE 8 DE ABRIL DE 2019 que é o que está em vigência, tal qual o texto do mesmo não substitui o publicado no DOU de 9.4.2019 e retificado em 30.4.2019 edição extra**, onde em seu artigo 2º caput dispõe: “ O Ministério da Economia tem a seguinte estrutura organizacional”. Mais especificamente em seu inciso II: “II - órgãos específicos singulares:”, na alínea ”d”: “Secretaria Especial de Previdência e Trabalho”, no item 2: “2. Secretaria de Previdência:”, mais especificamente 2.2: “2.2. Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social”.

Em seu artigo 75, é disposta a competência da referida subsecretaria (atribuições que parcialmente já haviam sido explicitadas no artigo 41 da portaria N° 359, DE 26 DE JULHO DE 2018), como exposto abaixo:

Art. 75. À Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social compete:

~~I - assistir o Secretário Especial de Previdência e Trabalho na formulação, no acompanhamento e na coordenação das políticas dos Regimes Próprios de Previdência Social;~~

I - assistir o Secretário de Previdência na formulação, no acompanhamento e na coordenação das políticas dos Regimes Próprios de Previdência Social; (Redação dada pelo Decreto nº 10.072, de 2019)

II - assistir a proposição de normas relativas aos parâmetros e às diretrizes gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social;

III - coordenar e desenvolver estudos técnicos necessários para subsidiar a formulação de políticas, o aperfeiçoamento da legislação aplicada e o acompanhamento da situação financeira e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social;

IV - acompanhar e avaliar os impactos das propostas de alteração da legislação federal aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social;

V - orientar, supervisionar e acompanhar os Regimes Próprios de Previdência Social;

VI - coordenar e acompanhar a auditoria direta e indireta dos Regimes Próprios de Previdência Social;

VII - gerenciar os critérios exigidos para a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária;

VIII - coordenar e administrar o Processo Administrativo Previdenciário;

IX - prestar suporte ao desenvolvimento de sistemas e ações destinados à formação e ao aperfeiçoamento dos cadastros dos Regimes Próprios de Previdência Social;

X - coordenar e avaliar informações e dados relativos aos Regimes Próprios de Previdência Social;

XI - promover ações destinadas à modernização da gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social;

XII - estabelecer parcerias com entidades representativas dos Regimes Próprios de Previdência Social para o desenvolvimento de estudos e ações conjuntas, o intercâmbio de experiências e a disseminação de conhecimentos;

~~XIII - promover a articulação institucional, a cooperação técnica e o intercâmbio de informações relacionadas com o acompanhamento dos Regimes Próprios de Previdência Social com outros órgãos; e~~

~~XIV - coordenar e desenvolver ações de educação previdenciária relacionadas aos Regimes Próprios de Previdência Social.~~

XIII - promover a articulação institucional, a cooperação técnica e o intercâmbio de informações relacionadas com o acompanhamento dos Regimes Próprios de Previdência Social com outros órgãos; (Redação dada pelo Decreto nº 10.072, de 2019)

XIV - coordenar e desenvolver ações de educação previdenciária relacionadas aos Regimes Próprios de Previdência Social; (Redação dada pelo Decreto nº 10.072, de 2019)

XV - coordenar as atividades de estruturação e acompanhamento dos sistemas de informações relacionados aos Regimes Próprios de Previdência Social e aos servidores ativos, aposentados e pensionistas vinculados a esses regimes e sua interação com outras bases de dados, ferramentas e plataformas; e (Incluído pelo Decreto nº 10.072, de 2019)

XVI - disponibilizar informações gerenciais para subsidiar a melhoria da gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social. (Incluído pelo Decreto nº 10.072, de 2019)

A finalidade da Subsecretaria se perfaz em fortalecer a fiscalização e a supervisão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), ou seja, fortalecer a orientação, supervisão, fiscalização e acompanhamento dos RPPS de Estados, Distrito Federal, Municípios e União, por meio da aplicação de penalidades aos seus responsáveis e da previsão expressa de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

Todo mês, a Subsecretaria de Regimes Próprios de Previdência Social recebe demonstrativos de investimentos desses regimes. Com essas informações, é feito um monitoramento para identificar a existência de distorções nos fundos de investimento.

Hoje, o Brasil possui 2.123 entes federativos com RPPS, incluindo a União, os 26 estados, o Distrito Federal e 2.095 municípios.

Além de coordenar a ação 10, a SpreV também participou das ações 1 e 2 como colaborador. A primeira ação resultou no Plano de Diretrizes de Combate à Corrupção, que buscou sintetizar os principais pontos que devem ser observados para o Brasil promover mudança estrutural no combate à corrupção.

Já a ação 2 propôs o aprimoramento na gestão de bens apreendidos no processo penal e nas ações de improbidade administrativa. Teve como resultados:

1. Projeto AutoJus – Desenvolvimento de Plano de Negócio, com potencial para se tornar uma plataforma eletrônica para unificar o cadastramento e a disponibilização de veículos passíveis de serem levados a leilão, permitindo sua alienação por leiloeiros oficiais;
2. Diagnóstico de bens apreendidos e sugestões de aprimoramento do Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA).

As atribuições da Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social envolvem não apenas o acompanhamento e supervisão, para fins de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária, mas também a orientação, para que os responsáveis pela gestão dos RPPS possam atuar de forma adequada, observando o que

estabelece a legislação. Esse papel de orientação sempre foi exercido por meio do atendimento às consultas recebidas dos entes federativos, com respostas por e-mail ou elaboração de pareceres específicos, além da publicação de orientações normativas, que detalham aspectos constantes de leis, decretos e portarias. Nos últimos anos, a SRPPS, por meio de sua Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal e da Coordenação-Geral de Atuária, Contabilidade e Investimentos, intensificou a divulgação de outros instrumentos de orientação, notadamente por meio de notas técnicas e notas explicativas. As notas técnicas resultam de estudo mais aprofundado sobre um determinado tema, objeto de consultas recorrentes recebidas de vários entes, que então tem seus contornos gerais tratados em tese. Já as notas explicativas geralmente trazem orientação mais imediata e prática sobre as consequências e aplicação de alguma alteração legislativa recente.

Finalmente, registra-se a implantação, a partir do segundo semestre de 2018, do Sistema de Gestão de Consultas e Normas dos Regimes Próprios de Previdência Social - GESCON-RPPS, que passa a ser o canal único de recebimento e resposta de consultas escritas relativas à aplicação da legislação, utilização de sistemas, preenchimento de demonstrativos obrigatórios e solicitação de análise de documentos e informações, bem como para envio da legislação de cada RPPS. O GESCON-RPPS possibilitará a formação de um banco de consultas e de legislação, que poderá ser acessado por todos os interessados.

Quanto à responsabilidade dos gestores no atendimento à fiscalização da Subsecretaria, de acordo com a portaria PORTARIA MF Nº 464/2018: Os **dirigentes** do RPPS, os **gestores** e **representantes legais** do ente federativo e os atuários por eles

habilitados são responsáveis pela veracidade das informações atuariais prestadas aos conselhos deliberativo e fiscal do regime, à Secretaria de Previdência e aos órgãos de controle interno e externo.

- RESOLUÇÃO CMN N° 3.922/2010: Entende-se por **responsáveis pela gestão** as **pessoas que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação** dos recursos dos RPPS e os **participantes do mercado de títulos e valores mobiliários**, no que se refere à distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. Incluem-se no rol de pessoas, na medida de suas **atribuições**, os **gestores, dirigentes e membros dos conselhos** e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do RPPS, os consultores e outros profissionais que participem do processo de **análise, de assessoramento e decisório** sobre a aplicação dos recursos do RPPS, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. **O RPPS deve definir claramente a separação de responsabilidades de todos** os agentes que participem do processo de **análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão** sobre a aplicação dos recursos, inclusive com a definição das **alçadas de decisão de cada instância**. O Regime Próprio de Previdência Social deverá manter registro, por meio digital, de todos os **documentos** que **suportem a tomada de decisão na aplicação de recursos**.

O artigo 8º da lei 9717 de 1998 prevê maior responsabilidade dos dirigentes, dos membros dos seus conselhos e comitês pelo ressarcimento de prejuízos por aplicação em

desacordo com a legislação. Sujeitos esses que caso realizem ilícitos sujeitam-se ao regime disciplinar estabelecido na Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

Não são apenas os gestores, presidentes, mas também membros de conselhos administrativo e fiscal e comitês de investimento que vão responder, fora os profissionais que prestem serviços técnicos para o ente federativo, estado, município, Distrito Federal ou União, ou para o RPPS diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada.

Quanto ao tema de consequências da fiscalização da subsecretaria, cabe ressaltar inicialmente que o ente federativo prestará à mesma, no prazo estipulado, as informações solicitadas sobre o regime de previdência social dos seus servidores.

De acordo com o artigo 9º, da Lei 9717/98, compete a União, por intermédio do Ministério da Previdência Social a orientação, supervisão e o acompanhamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; o estabelecimento e a publicação dos parâmetros e das diretrizes gerais previstos nesta lei; a apuração de infrações, por servidor credenciado, e a aplicação de penalidades, por órgão próprio, nos casos previstos no artigo 8º desta Lei.

Art. 8º Os dirigentes do órgão ou da entidade gestora do regime próprio de previdência social dos entes estatais, bem como os membros dos conselhos administrativo e fiscal dos fundos de que trata o art. 6º, respondem diretamente por infração ao disposto nesta Lei, sujeitando-se, no que couber, ao regime repressivo da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977 (Revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29.5.2001)., e alterações subseqüentes, conforme diretrizes gerais.

PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS da fiscalização: comprometimento crescente frente à LRF – Limite Prudencial; impossibilidade de realização de investimentos em áreas prioritárias para a sociedade, em especial: saúde, educação e segurança; impossibilidade dos Entes Federados adotarem políticas de desenvolvimento mais robustas; Impossibilidade de manter o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Parágrafo único. As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos irregulares, em que se assegure ao acusado o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com diretrizes gerais.

Por fim, quanto às modalidades de fiscalização da Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência nos RPPS, como já exposto acima, ocorre:

Auditoria direta: verificação in loco do cumprimento das obrigações previstas em lei.

Auditoria indireta: acompanhamento contínuo do cumprimento da legislação previdenciária, mediante encaminhamento de documentação específica, preenchimento periódico de demonstrativos e fornecimento de informações.

13.3.6 - Função Dos Órgãos Fiscalizadores

As principais competências são:

- I. proceder à fiscalização das atividades e das suas operações;
- II. apurar e julgar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis;
- III. expedir instruções e estabelecer procedimentos para a aplicação das normas;
- IV. enviar/ realizar relatório e adotar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos.

Os regimes próprios de previdência social sujeitam-se às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo (art. 1º, inciso IX da Lei 9.717/1998). A orientação, supervisão e o acompanhamento dos RPPSs é de competência da União, por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social (art. 9º, inciso I da Lei 9.717/1998).

Conforme informações da Secretaria de Previdência Social (SPrev) a auditoria dos RPPSs pode se dar da forma direta, quando é verificado *in loco* o cumprimento das obrigações previstas legalmente, ou indireta, quando é feito o acompanhamento contínuo do cumprimento da legislação previdenciária, mediante encaminhamento de documentação específica, preenchimento periódico de demonstrativos e fornecimento de informações para a SPrev, conforme determinado na legislação.

Inicialmente é feito um planejamento anual, periodicamente atualizado a partir das informações extraídas do regime, mas também as auditorias podem ser motivadas por denúncias de irregularidades, por solicitação do Ministério Público, dos Tribunais de

Contas e da Polícia Federal. As informações para fins de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) são declaratórias. Quando é feita auditoria *in loco*, essas informações declaradas são confrontadas com a documentação mantida pelo ente federado.

Além da Spreve, os Tribunais de Contas e o Ministério Público de Contas possuem competência para fiscalizar os RPPSs, em cumprimento ao ar. 70 da CF de 1988, que dispõe que a “fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”.

No caso de indícios de desvios de recursos ou outras ações que tragam prejuízo para o regime próprio, a Spreve faz a denúncia aos órgãos competentes – Tribunal de Contas, Ministério Público ou Polícia Federal – para as providências cabíveis. Também cabe aos segurados nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objetos de discussão e deliberação, acompanhar e fiscalizar a administração dos RPPSs. Registre-se que o Conselho Fiscal é um órgão consultivo, de fiscalização e controle interno.

Quanto ao papel dos CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E COMITÊ DE INVESTIMENTOS, inicialmente cabe ressaltar que a palavra Conselho vem do latim “conciliam”, deriva do verbo consulo/consulere, ato de ouvir alguém, submeter algo à deliberação de alguém, após uma ponderação refletida, prudente e de bom senso.

Os conselhos desempenham vários papéis relacionados à garantia do funcionamento eficiente do RPPS; - criam regras para os processos administrativos e operacionais; - enriquecem a entidade com o conhecimento que possuem; - orientam iniciativas, questões legais, contabilidade, administração e outros assuntos.

Conselheiros são emissários dos servidores e do Ente. Definem políticas, objetivos, metas e alcances, bem como, o controle e a fiscalização sobre a realização dessas.

O conselho de Administração atua no estabelecimento das políticas, das metas e na definição dos objetivos de uma entidade; o Conselho Fiscal atua no controle e na fiscalização na execução dessas.

14 Certificação Institucional – Pró Gestão

14.1 Pró-Gestão

14.1.1 Conceito

A criação do Pró-gestão está relacionada com os diversos problemas de gestão enfrentados pelos RPPS de todo o país, hoje em torno de 2.150 regimes próprios.

As Emendas Constitucionais no 20/1998, no 41/2003 e no 103/2019 e as Leis no 9.717/1998 e no 10.887/2004 estabeleceram regras gerais de organização e funcionamento no sentido de melhorar a gestão dos RPPS. Inegável o salto de qualidade e o aumento da compreensão das normas previdenciárias. Porém, os regimes próprios ainda necessitam avançar na gestão, para que possam garantir o equilíbrio financeiro e atuarial na concessão e manutenção dos benefícios previdenciários aos segurados e seus dependentes.

A Portaria MPS 185 de 14 de maio de 2015, alterada pela Portaria MF no. 577 de 27 de dezembro de 2017, instituiu o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão – RPPS.

Desde então, é recomendável que os Regimes Próprios elaborem um Plano de Adequação ao Programa de Certificação de acordo com as ações nas dimensões de Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

O Pró Gestão RPPS é um programa de certificação dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS que adotarem boas práticas de gestão. A avaliação é realizada por uma entidade certificadora externa, credenciada pela Secretaria de Previdência - SPREV, que atesta se o RPPS cumpriu as exigências contidas nas diretrizes do Pró-Gestão,

de cada uma das ações, nos respectivos níveis de aderência.

14.1.2 Aspectos gerais do Pró-Gestão RPPS

A Portaria MPS no. 185/2015 estabeleceu as premissas para implementar o Pró-Gestão RPPS. Entre as premissas está a adesão à certificação, as dimensões, os níveis de aderência, a temporalidade e a regularidade previdenciária.

14.1.2.1 Adesão Voluntária

A adesão não é obrigatória¹², mas se o RPPS quiser aderir, os representantes legais do ente federativo e da unidade gestora devem formalizar por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Pró-Gestão RPPS, que deverá ser digitalizado e enviado à Secretaria de Previdência - SPREV da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SEPRT do Ministério da Economia, pelo e-mail progestao.rpps@economia.gov.br.

Após a adesão, o RPPS deve escolher a entidade certificadora, dentre aquelas previamente credenciadas pela Secretaria de Previdência, que irá avaliar os processos do RPPS e o cumprimento dos requisitos para a obtenção da certificação.

14.1.2.2 Dimensões

¹² Art. 3º. da Portaria 185/15

O Pró-Gestão RPPS possui três dimensões para dar sustentabilidade à modernização da gestão: Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

14.1.2.3 Níveis de Aderência

Cada uma das ações possui quatro níveis de aderência, que representam os diferentes graus de complexidade que poderão ser atingidos, que vão do Nível I até o Nível IV. Os níveis I e II possuem exigências mais adequadas aos pequenos RPPS. Os níveis III e IV demandam uma estrutura organizacional mais sofisticada da unidade gestora do RPPS, típicas de RPPS de médio e grande porte.

Para ser enquadrado em qualquer um dos níveis, o RPPS deve demonstrar à entidade certificadora que atingiu esse nível em todas as 24 (vinte e quatro) ações avaliadas. Caso o RPPS possua diferentes níveis de aderência nas ações, a certificação será determinada pelo menor nível atingido. Por exemplo, mesmo se atingir nível IV em uma ou mais ações, seu nível será o menor atingido nas demais ações (I, II ou III).

No intuito de estimular as adesões ao Pró-Gestão RPPS, anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, a certificação poderá ser obtida se atendidos cumulativamente os critérios do Quadro 1. Nos níveis I, II e III, o RPPS deve realizar pelo menos 50% das ações de cada dimensão. Por fim, todos os níveis devem realizar obrigatoriamente as ações consideradas essenciais de cada dimensão.

Quadro 1. Critérios para Certificação entre os anos de 2018 a 2021

| CERTIFICAÇÃO | NÚMERO DE AÇÕES | (%) DE AÇÕES | AÇÕES POR DIMENSÃO | AÇÕES ESSENCIAIS OBRIGATÓRIAS |
|--------------|-----------------|--------------|---|---|
| Nível I | 17 | 70% | Pelo menos 3 (três) ações de Controles Internos | Controle Interno <ul style="list-style-type: none"> Estrutura de Controle Interno Gestão do Controle da Base de Dados¹³ |
| Nível II | 19 | 79% | (50% das ações) | |
| Nível III | 21 | 87% | Pelo menos 8 (oito) ações de Governança Corporativa (50% das ações) | |

¹³Fica dispensada a exigência da comprovação do censo previdenciário nas auditorias de certificação realizadas nos exercícios de 2020 e 2021, entretanto, a certificação de 3 anos recebida pelo RPPS, ficará condicionada à comprovação da realização do censo previdenciário até o exercício de 2022, com o encaminhamento da base atualizada para o SIG- RPPS à SRPPS/SPREV e cópia dessa comprovação enviada para o e-mail [progestao.rpps@ economia.gov.br](mailto:progestao.rpps@economia.gov.br), sob pena de a empresa certificadora cancelar o certificado emitido e desde que seja cumprida a exigência prevista do art. 9º, II, da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, que exige que “a unidade gestora do regime próprio de previdência dos servidores, prevista no art. 40, § 20, da Constituição Federal, procederá, no mínimo a cada 5 (cinco) anos, a recenseamento previdenciário, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do respectivo regime. Para a dispensa da comprovação do censo previdenciário nas auditorias de certificação realizada no exercício de 2021, também deverá ser comprovada a transmissão dos arquivos do RPPS para base de dados do CNIS-RPPS, via SIPREV/Gestão ou pelo Fluxo de Transmissão Simplificada, para o cruzamentos dos dados e o retorno dos dados com os batimentos pelo Sistema SIG-RPPS, com as indicações de indicativo de óbito, quantitativo de pessoas enviadas e localizadas, dados para análise do teto remuneratório e dados para análise de acúmulo de vínculos ou a comprovação de que o RPPS participa do compartilhamento de dados e informações oriundos do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) ou ainda possui convênio, acordo de cooperação técnica e termo de execução descentralizada vigente, celebrado com o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, que tratam da utilização dos dados de óbito.

| | | | | |
|----------|----|------|--|--|
| | | | Pelo menos 1 (uma) ação de Educação Previdenciária (50% das ações) | Governança <ul style="list-style-type: none"> • Planejamento • Transparência |
| Nível IV | 24 | 100% | | Educação Previdenciária <ul style="list-style-type: none"> • Ações e Diálogo com a Sociedade |

14.1.2.4 Temporalidade

A validade da certificação é de 3 (três) anos, mas se o RPPS mudar para um nível superior durante a vigência, essa situação será considerada como uma nova certificação alterando a contagem do prazo de validade.

14.1.2.5 Regularidade Previdenciária

Desde a edição da Portaria MF no 577 de 27 de dezembro de 2017, a certificação institucional no Pró-Gestão RPPS está desvinculada do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

14.1.3 Objetivos

O Pró-Gestão RPPS tem por objetivo incentivar os RPPS a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade¹⁴.

Os três pilares do Programa Pró-Gestão são: Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária. A partir desses pilares, os RPPS devem elencar as ações necessárias para introduzir ou incrementar padrões de qualidade em todos os seus processos.

Outros aspectos importantes desse processo de qualificação são:

- A adoção de transparência das informações aos beneficiários, ao próprio Ente federativo, aos órgãos internos e externos de fiscalização e controle do RPPS e à sociedade;
- Garantia da efetiva participação dos beneficiários no acompanhamento da gestão do RPPS.
- Realizar uma boa gestão dos recursos destinados ao RPPS para garantir o equilíbrio das contas públicas e a manutenção da capacidade de os entes federativos implementarem as políticas públicas de interesse da coletividade.

¹⁴ art. 2o da Portaria MPS no 185/2015

14.2 Controle Interno

O controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança que visa garantir segurança razoável da realização dos objetivos da organização, bem como promover a eficiência operacional. Pode também ser definido como ações estabelecidas por meio de políticas e procedimentos que ajudam a garantir o cumprimento das diretrizes determinadas pela administração para mitigar os riscos sistêmicos.

Os controles internos devem proporcionar à organização que¹⁵:

- d) Os riscos que afetam suas atividades sejam mantidos dentro de patamares aceitáveis.
- e) Suas demonstrações contábeis e financeiras reflitam adequadamente suas operações.
- f) Seus procedimentos administrativos sejam operacionalizados em conformidade com bons padrões de ética, segurança e economia.

14.2.1 Ações da Dimensão Controles Internos

14.2.1.1 Mapeamento das Atividades das Áreas de Atuação do RPPS

O mapeamento das atividades executadas no RPPS deve abranger todos os processos existentes. Alguns RPPS possuem estruturas maiores e mais complexas, outros

¹⁵ Manual do Pró-Gestão

menores com estruturas mais simples, muitas vezes com parte da gestão executada pelo Ente.

O RPPS, através do mapeamento, deve fazer o levantamento e registrar a situação atual, descrevendo os fluxos e demais informações necessárias visando a uniformização de processos existentes por área.

14.2.1.1.1 As Grandes Áreas de Atuação do Controle Interno

Os gestores devem utilizar como referência as grandes áreas de atuação, elencadas no Quadro 2, conforme o nível de adesão pretendido.

Quadro 2. Grandes áreas de atuação do RPPS

| Áreas de Atuação | Atividades | Exemplos de Manuais dos Processos |
|-----------------------|--|---|
| Administrativa | Suporte administrativo aos setores internos da unidade gestora. | Contratos, compras, licitações, almoxarifado, imóveis, bens patrimoniais, folha de pagamentos, protocolo, arquivo geral, gestão de recursos humanos, serviços gerais. |
| Arrecadação | Controle dos repasses das contribuições previdenciárias e aportes. | Acompanhamento dos repasses das contribuições e aportes, cobrança de débitos em atraso, parcelamentos de débitos, controle das contribuições de servidores |

| | | |
|---|--|--|
| | | ativos, licenciados, cedidos ou afastados sem remuneração. |
| Atendimento aos Segurados e seus Dependentes | Serviços de atendimento aos servidores ativos, aposentados e pensionistas. | Atendimento presencial, atendimento on-line ou por aplicativos, atendimento telefônico, atendimento por e-mail, ouvidoria. |
| Atuarial | Estudos e acompanhamento dos resultados das avaliações atuariais. | Acompanhamento atuarial, elaboração de relatório de gestão atuarial. |
| Benefícios | Concessão, implantação, manutenção e pagamento dos benefícios previdenciários. | Análise, cálculo, concessão e revisão de benefícios. |
| Compensação Previdenciária | Compensação previdenciária, como regime instituidor - RI ou regime de origem - RO. | Processo de análise e envio de requerimentos via sistema COMPREV. |
| Financeira | Gestão Financeira. | Execução orçamentária, controle de despesas e contabilidade geral. |
| Investimentos | Tomada de decisão e acompanhamento dos | Operações de investimentos, análises de risco e gestão dos ativos mobiliários e imobiliários, |

| | | |
|---------------------------------|---|---|
| | resultados das aplicações dos recursos do RPPS. | elaboração da política de investimentos, credenciamento de instituições financeiras. |
| Jurídica | Consultoria e defesa judicial da unidade gestora do RPPS. | Análise e elaboração de pareceres em processos de contratação, concessão de benefícios, revisão de legislação, defesa em processos judiciais e cumprimento de decisões judiciais. |
| Tecnologia de Informação | Suporte de informática e manutenção de bases de dados. | Políticas de segurança de informações, acesso e operacionalização dos sistemas de informática e das bases de dados. |

14.2.1.2 Manualização das Atividades das Áreas de Atuação do RPPS

Dentre as áreas de atuação do RPPS que tenham sido mapeadas, os gestores devem selecionar os processos e atividades que serão manualizados.

A manualização vai garantir que os processos, as atividades e as tarefas sejam padronizadas em conformidade com as normas técnicas, requisitos legais e também possam atender as normas de qualidade na produção de um bem ou serviço.

14.2.1.3 Capacitação e Certificação dos Gestores e Servidores das Áreas de Risco

As grandes áreas de atuação do RPPS definidas no Quadro 2 deverão ser objeto de capacitação aos gestores e servidores.

As ações de capacitação deverão alcançar as áreas consideradas prioritárias e sujeitas a maior risco, tais como benefícios, investimentos e gestão atuarial. A capacitação pode ser definida no Plano de Ação de Capacitação, na dimensão Educação Previdenciária.

O artigo 2º. da Portaria MPS no 519/2011, tornou obrigatória a capacitação dos gestores dos investimentos, logo a obtenção da certificação institucional terá início pela área de investimentos.

14.2.1.4 Estrutura de Controle Interno

A função de controle interno poderá ser mantida no Ente ou na Unidade Gestora do RPPS, com a finalidade de avaliar o cumprimento de metas, programas e orçamentos e comprovar a legalidade, eficácia e eficiência dos atos de gestão.

Segundo o Manual do Pró-Gestão RPPS, a função de controle interno contará com no mínimo um controlador, responsável pelo monitoramento e avaliação da adequação dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela gestão, e deverá fornecer capacitação sobre controle interno aos servidores, para seu aperfeiçoamento.

Os critérios que serão observados nos relatórios produzidos pelo controle interno do RPPS deverão ser definidos pelo Conselho Deliberativo do RPPS.

14.2.1.6 Política de Segurança da Informação

A informação é um ativo essencial da organização e precisa ser adequadamente protegida. O RPPS deve adotar procedimentos que garantam a segurança das informações, mitigando os riscos de falhas ou prejuízos que possam comprometer os objetivos da instituição.

A Política de Segurança da Informação pode ser implementada através de ato formal de compromisso do RPPS com a proteção das informações sob sua guarda, formalizando as normas para segurança, por exemplo, na forma de um código de segurança e proteção das informações.

Além da publicidade, a política de segurança de informações deve observar os seguintes princípios básicos:

a) Confidencialidade: Proteção e garantia de determinadas informações que só devem ser disponibilizadas a pessoas autorizadas.

b) Integridade: Garantia da fidelidade das informações e dos métodos do seu processamento.

c) Disponibilidade: Garantia de que os usuários autorizados e os interessados tenham acesso às informações.

14.2.1.6 Gestão e Controle da Base de Dados Cadastrais dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas

A base de dados cadastrais permite uma gestão mais eficiente sobre a massa de segurados. A base cadastral deve ser atualizada permanentemente para garantir que as

avaliações atuariais anuais reflitam a realidade do RPPS. Dependem dessa base cadastral os planos de custeio e de benefícios da unidade gestora.

14.2.2 Ações E Níveis De Aderência Da Dimensão Controles Internos

Quadro 3. Ações e Níveis de Aderência da Dimensão Controles Internos

| Ações | Níveis de Aderência | Mínimo do Nível |
|--|---------------------|---|
| Mapeamento das Atividades das Áreas de Atuação do RPPS | Nível I | 1 (uma) área obrigatória: <ul style="list-style-type: none"> • Benefícios (concessão e revisão de aposentadorias e pensões) |
| | Nível II | 3 (três) áreas obrigatórias: <ul style="list-style-type: none"> • Benefícios - concessão e revisão de aposentadorias e pensões e gestão da folha de pagamento de benefícios • Investimentos - processo de elaboração e aprovação da política de investimentos, de credenciamento das instituições financeiras e de autorização para aplicação ou resgate • Tecnologia da Informação – TI - procedimentos de contingência que determinem a existência de cópias de |

| | | |
|--|-----------|--|
| | | segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso (físico e lógico). |
| | Nível III | 6 (seis) áreas obrigatórias: <ul style="list-style-type: none"> • Arrecadação • Benefícios • Compensação Previdenciária • Investimentos • Tecnologia da Informação – TI • Jurídica |
| | Nível IV | <ul style="list-style-type: none"> • Todas as áreas obrigatórias dos níveis I, II e III • Outras duas áreas dentre as elencadas no Quadro 2 |
| | Nível I | 1 (uma) área obrigatória: <ul style="list-style-type: none"> • Benefícios (concessão e revisão de aposentadorias e pensões) |
| | Nível II | 3 (três) áreas obrigatórias: |

| | | |
|--|------------------|---|
| <p>Manualização das Atividades das Áreas de Atuação do RPPS</p> | | <ul style="list-style-type: none"> • Benefícios - concessão e revisão de aposentadorias e pensões e gestão da folha de pagamento de benefícios. • Investimentos - processo de elaboração e aprovação da política de investimentos, de credenciamento das instituições financeiras e de autorização para aplicação ou resgate. • Tecnologia da Informação – TI - procedimentos de contingência que determinem a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso (físico e lógico). |
| | <p>Nível III</p> | <p>6 (seis) áreas obrigatórias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Arrecadação • Benefícios • Compensação Previdenciária • Investimentos • Tecnologia da Informação – TI • Jurídica |

| | | |
|---|-----------|--|
| | Nível IV | <ul style="list-style-type: none"> • Todas as áreas obrigatórias dos níveis I, II e III • Outras duas áreas dentre as elencadas no Quadro 2 |
| Capacitação e Certificação dos Gestores e Servidores das Áreas de Risco | Nível I | Exame de Certificação ¹⁶ : <ul style="list-style-type: none"> • Gestor dos recursos do RPPS • Maioria dos membros do Comitê de Investimentos |
| | Nível II | Exame de Certificação do Nível I: <ul style="list-style-type: none"> • Gestor dos recursos do RPPS • Todos os membros do Comitê de Investimentos |
| | Nível III | Adicionalmente aos requisitos do Nível II: <p>a) 1 (um) membro do Conselho Deliberativo, 1 (um) membro do Conselho Fiscal e 1 (um) membro da Diretoria Executiva aprovados em exame de certificação especificado no Nível I.</p> <p>b) O gestor de recursos do RPPS e 1 (um) membro do Comitê de Investimentos</p> |

¹⁶ Certificação com o conteúdo mínimo estabelecido no Anexo da Portaria MPS no 519/2011

| | | |
|--|----------|--|
| | | <p>aprovados em exame de certificação que, além do conteúdo exigido para o Nível I, contemple módulos que permitam atestar a compreensão das atividades relacionadas à negociação de produtos de investimento.</p> |
| | Nível IV | <p>Adicionalmente aos requisitos do Nível III:</p> <p>a) 2 (dois) membros do Conselho Deliberativo, 2 (dois) membros do Conselho Fiscal e o Diretor Presidente aprovados no exame de certificação especificado no Nível I.</p> <p>b) A maioria dos membros do Comitê de Investimentos aprovados no exame de certificação especificado na alínea “b” do Nível III e o responsável pela gestão de recursos do RPPS com certificação que, além do conteúdo exigido no Nível III, ateste habilidade equivalente àquela dos que desempenham atividades de gestão profissional de recursos de terceiros e de carteiras de títulos e valores mobiliários.</p> |
| | Nível I | <ul style="list-style-type: none"> • Ações de Controle Interno na estrutura organizacional do ente federativo |

| | | |
|-------------------------------|-----------|---|
| Estrutura de Controle Interno | | <ul style="list-style-type: none"> Emissão de relatório semestral que ateste a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas e de todas as ações atendidas na auditoria de certificação Capacitação de pelo menos 1 (um) servidor do ente. |
| | Nível II | <ul style="list-style-type: none"> Requisitos do nível I Capacitação de pelo menos 2 (dois) servidores do ente. |
| | Nível III | <ul style="list-style-type: none"> Ações de controle interno na estrutura organizacional da unidade gestora do RPPS Emissão de relatório trimestral que ateste a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas e de todas as ações atendidas na auditoria de certificação Capacitação de pelo menos 3 (três) servidores da unidade gestora do RPPS, sendo 1 (um) servidor da área de controle interno, 1 (um) membro do Comitê de Investimentos e (1) um membro do Conselho Fiscal. |

| | | |
|--|----------|--|
| | Nível IV | <ul style="list-style-type: none"> • Ações de controle interno na estrutura organizacional da unidade gestora do RPPS, que se reportará diretamente ao Conselho Deliberativo • Controlador ocupante de cargo efetivo, que atue também como agente de conformidade em pelo menos uma área de risco • Emissão trimestral de relatório que ateste a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas e de todas as ações atendidas na auditoria de certificação • Capacitação de pelo menos 3 (três) servidores da unidade gestora do RPPS, sendo 1 (um) servidor da área de controle interno, 1 (um) membro do Comitê de Investimentos e 1 (um) membro do Conselho Fiscal. |
| | Nível I | <p>Deve abranger todos os servidores e prestadores de serviço que acessem informações do RPPS, indicando a responsabilidade de cada um quanto à segurança da informação.</p> |

| | | |
|-------------------------------------|-----------|---|
| Política de Segurança da Informação | Nível II | <p>Adicionalmente aos requisitos do Nível I:</p> <p>a) Indicar regras normativas quanto ao uso da Internet, do correio eletrônico e dos computadores e outros recursos tecnológicos do RPPS.</p> <p>b) Definir procedimentos de contingência que determinem a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso (físico e lógico) e a área responsável por elas, estando esses procedimentos mapeados e manualizados.</p> |
| | Nível III | <p>Adicionalmente aos requisitos do Nível II, deverá contar com servidor ou área de Gestão da Segurança da Informação, no âmbito do ente federativo ou do RPPS, com a responsabilidade de:</p> <p>a) Prover todas as informações de Gestão de Segurança da Informação solicitadas pela Diretoria Executiva.</p> <p>b) Prover ampla divulgação da Política e das Normas de Segurança da Informação para todos os servidores e prestadores de serviços.</p> |

| | | |
|--|-----------------|--|
| | | <p>c) Promover ações de conscientização sobre Segurança da Informação para os servidores e prestadores de serviços.</p> <p>d) Propor projetos e iniciativas relacionados ao aperfeiçoamento da segurança da informação.</p> <p>e) Elaborar e manter política de classificação da informação, com temporalidade para guarda.</p> |
| | <p>Nível IV</p> | <p>Adicionalmente aos requisitos do Nível III:</p> <p>a) Manter Comitê de Segurança da Informação, no âmbito do ente federativo ou do RPPS, como grupo multidisciplinar com o intuito de definir e apoiar estratégias necessárias à implantação, manutenção e aprimoramento da Política de Segurança da Informação, que deverá ser revista periodicamente, no mínimo a cada 2 (dois) anos, conforme prescrição em normativo interno.</p> <p>b) Definir procedimentos para auditoria de acesso e rotinas de recuperação de desastres.</p> |

| | | |
|---|-----------|---|
| Gestão e Controle da Base de Dados Cadastrais dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas | Nível I | Recenseamento previdenciário no mínimo a cada 3 (três) anos para aposentados e pensionistas e a cada 5 (cinco) anos para os servidores ativos ¹⁷ . |
| | Nível II | Recenseamento previdenciário no mínimo a cada 2 (dois) anos para aposentados e pensionistas e a cada 5 (cinco) anos para os servidores ativos (com leiaute previsto no Nível I) |
| | Nível III | Adicionalmente aos requisitos do Nível II, estabelecer por meio de instrumento legal a política de recenseamento dos servidores, na qual estejam estabelecidos critérios, padrões e periodicidade para o processo de recenseamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas. |
| | Nível IV | Recenseamento previdenciário no mínimo a cada 2 (dois) anos para aposentados e pensionistas e a cada 4 (quatro) anos para os |

¹⁷ A base deve ser encaminhada observando o leiaute simplificado instituído pela Portaria MF nº 47, de 14 de dezembro de 2018. Leiaute disponível no Portal da Previdência, no módulo Sistemas, opção SIG-RPPS. <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/sistemas/sig-rpps>.

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>servidores ativos com encaminhamento da base de dados no leiaute do nível I e:</p> <p>a) Estabelecer por meio de instrumento legal a política de recenseamento dos servidores, na qual estejam estabelecidos critérios, padrões e periodicidade para o processo de recenseamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.</p> <p>b) Estabelecer por meio de instrumento legal a política de digitalização e conversão da base documental em arquivos eletrônicos.</p> <p>O recenseamento previdenciário será considerado efetivo para atendimento dos requisitos desse programa se atingir as taxas mínimas de comparecimento de 95% para os aposentados e pensionistas e de 80% para os servidores ativos¹⁸.</p> |
|--|--|---|

Fonte: Manual do Pró-Gestão RPPS

Elaboração Própria

¹⁸ Recomenda-se, para todos os níveis, que após o primeiro recenseamento previdenciário seja implantado procedimento de atualização anual dos dados dos aposentados e pensionistas, no mês de aniversário, e que posteriormente se desenvolva procedimento similar para os servidores ativos.

14.3 Dimensão de Governança Corporativa

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas¹.

A governança corporativa é o conjunto de controles, processos, políticas e normas de uma organização com o objetivo de garantir boas práticas de gestão, facilitar o relacionamento entre diretorias, conselhos e demais interessados, além de proteger os interesses de todos os interessados. Os princípios da governança corporativa são permeados pela transparência, equidade, prestação de contas (accountability) e responsabilidade corporativa.

A governança do RPPS, além de garantir a missão institucional, também deve assegurar a preservação dos direitos dos segurados, a proteção dos interesses do ente federativo instituidor, a eficiência na gestão dos recursos previdenciários, a conformidade às normas estabelecidas pelos órgãos de regulação e supervisão e o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário.

Os princípios de governança corporativa aplicados ao RPPS são:

a) **Transparência:** Consiste na disponibilização das informações relevantes para todos os interessados.

b) **Equidade:** Tratamento justo e isonômico entre os segurados interessados (servidores ativos, aposentados e pensionistas), o ente federativo e os demais agentes internos ou externos com os quais se relaciona.

c) Prestação de contas: Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis².

d) Responsabilidade Corporativa: Os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira do RPPS, levando em consideração os diversos capitais (financeiro, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional, etc.) no curto, médio e longo prazo.

14.3.1 Ações Relativas À Dimensão Governança Corporativa

A seguir são descritas as ações e procedimentos relativos à Governança Corporativa, que será avaliada pela entidade certificadora no processo de obtenção e renovação da certificação institucional.

14.3.1.1 Relatório de Governança Corporativa

O Relatório de Governança Corporativa é um instrumento de transparência e prestação de contas da gestão, que deverá ser previamente submetido à análise e aprovação do Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo e deve ser disponibilizado no site da unidade gestora.

As informações que devem constar no relatório, observados os requisitos mínimos para cada nível de certificação:

- a. Dados dos segurados, receitas e despesas;
- b. Evolução da situação atuarial;
- c. Gestão de investimentos;
- d. Publicação das atividades dos órgãos colegiados: Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos;
- e. Atividades institucionais: Gestão de pessoal, gestão orçamentária e financeira, gerenciamento do custeio e contratos, controles internos, imagem institucional, cumprimento de decisões judiciais e conformidade, entendida como o atendimento ao conjunto de normas, regras e padrões legais e infralegais estabelecidos; e
- f. Canais de atendimento: canais de atendimento disponibilizados aos segurados, tais como ouvidoria própria ou do ente federativo, agências, postos de atendimento, atendimento agendado.

14.3.1.2 Planejamento

O planejamento deve ser incorporado à rotina de gestão previdenciária. O Plano de Ação ou Planejamento Estratégico deverá ser divulgado, e deverá contemplar as ações a serem implementadas, metas para melhoria de cada processo, responsabilidades e prazos, bem como o monitoramento qualitativo de seus resultados.

14.3.1.3 Relatório de Gestão Atuarial

O Relatório de Gestão Atuarial é uma importante ferramenta para acompanhamento dos resultados atuariais dos planos de custeio e de benefícios e gerenciamento do RPPS.

14.3.1.4 Código de Ética da Instituição

A unidade gestora do RPPS deverá elaborar seu Código de Ética, e disponibilizá-lo em seu site para conhecimento dos segurados, diretoria, conselhos, instituições financeiras e demais interessados na gestão do RPPS.

14.3.1.5 Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor

A unidade gestora do RPPS e o ente federativo devem atuar de forma coordenada com o objetivo de adotar medidas preventivas que visem a redução dos riscos inerentes ao ambiente de trabalho e das situações que provocam o adoecimento e a incapacidade laborativa dos servidores³.

14.3.1.6 Política de Investimentos

A Política de Investimentos é um dos processos de risco do RPPS, cuja gestão dos recursos garantidores é um dos principais fatores de sustentabilidade do sistema previdenciário.

A gestão dos investimentos⁴ deve observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, diversificação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência na aplicação dos recursos, e na avaliação de seus riscos.

14.3.2 Órgãos da Governança

14.3.2.1 Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos é o órgão colegiado do RPPS que tem por atribuição específica participar do processo decisório de formulação e execução da Política de Investimentos⁷.

Sua atuação deve ser disciplinada em regimento interno, aprovado pelo Conselho Deliberativo, e seus membros devem atender aos requisitos de qualificação, padrões éticos de conduta e autonomia nas decisões.

Em suas reuniões, o Comitê de Investimentos deverá avaliar e tomar suas decisões embasado nos seguintes aspectos:

- a. Cenário macroeconômico.
- b. Evolução da execução do orçamento do RPPS.
- c. Dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo.
- d. Propostas de investimentos e respectivas análises técnicas, que deverão identificar e avaliar os riscos de cada proposta, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, jurídico e sistêmico.

No que se refere aos investimentos, a legislação do ente federativo deve disciplinar as esferas de atuação da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e do Comitê de Investimentos e estabelecer limites de alçada para aprovação de investimentos e desinvestimentos.

A segregação de atividades ou funções tem por objetivo evitar que um único agente tenha autoridade completa sobre determinado processo (aprovação da operação, execução e controle), reduzindo assim o risco operacional e favorecendo a governança corporativa e os controles internos. Em uma unidade gestora, o setor de investimentos analisa o mercado e toma as decisões de investimentos, enquanto o setor administrativo-financeiro executa as atividades operacionais de orçamento, pagamentos, controles de recebimentos e registros contábeis.

14.3.2.2 Ouvidoria

A Ouvidoria é o canal institucional para consultas, dúvidas, reclamações, denúncias, elogios e solicitações, e estabelece a comunicação permanente entre a unidade gestora e todos os interessados na gestão.

Cabe ao Conselho Deliberativo a avaliação periódica da qualidade dos resultados dessa ação. Os requisitos para implementar a Ouvidoria do RPPS deve permitir:

- a. a utilização dos relatórios por ela produzidos para a melhoria dos serviços prestados pelo RPPS;

- b. a confidencialidade e o sigilo dos registros;
- c. encaminhamento das demandas aos setores responsáveis e adoção das providências necessárias;
- d. o retorno das informações aos demandantes sobre suas solicitações;
- e. a avaliação sobre o grau de satisfação dos segurados quanto ao atendimento;
- f. o acompanhamento das providências tomadas pelos gestores e os prazos para cumprimento das demandas.

14.3.2.3 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela gestão do RPPS, cujo principal objetivo é fazer com que ele cumpra seu objeto e sua função social. Ela executa a estratégia e as diretrizes gerais aprovadas pelo conselho de administração, administra os ativos e conduz a unidade gestora. Por meio de processos e políticas formalizados, a diretoria é responsável pela elaboração e implementação de todos os processos operacionais e financeiros, inclusive os relacionados à gestão de riscos e de comunicação com os segurados e demais partes interessadas.

A Diretoria Executiva do RPPS deverá ter suas atividades disciplinadas pela legislação local e seus membros deverão ter formação educacional de nível superior.

14.3.2.4 Conselho Fiscal

É parte integrante do sistema de governança e representa um mecanismo de fiscalização independente. Os conselheiros fiscais possuem poder de atuação individual, apesar do caráter colegiado do órgão.

A responsabilidade dos conselheiros é para com o RPPS, independentemente daqueles que os tenham indicado ou eleito. Assim, sua atuação deve ser pautada por equidade, transparência, independência e confidencialidade.

O Conselho Fiscal, cuja periodicidade das reuniões e funcionamento devem ser disciplinados pela legislação local, deve contemplar pelo menos as seguintes atribuições⁸:

- b. Zelar pela gestão econômico-financeira;
- c. Analisar o balanço anual, balancetes e demais atos de gestão;
- d. Verificar a coerência das premissas e resultados da avaliação atuarial;
- e. Acompanhar o cumprimento do plano de custeio, em relação ao repasse das contribuições e aportes previstos;
- f. Examinar, a qualquer tempo, livros e documentos;
- g. Emitir parecer sobre a prestação de contas anual da unidade gestora do RPPS, nos prazos legais estabelecidos;
- j. Relatar as discordâncias eventualmente apuradas, sugerindo medidas saneadoras.

14.3.2.5 Conselho Deliberativo

O RPPS deverá obrigatoriamente manter Conselho Deliberativo, cuja periodicidade das reuniões e funcionamento sejam disciplinados por atos normativos do RPPS, contemplando, no mínimo, as seguintes atribuições:

- a. Aprovar o Plano de Ação Anual ou Planejamento Estratégico;
- b. Acompanhar a execução das políticas relativas à gestão do RPPS;
- c. Emitir parecer relativo às propostas de atos normativos com reflexos na gestão dos ativos e passivos previdenciários;
- d. Acompanhar os resultados das auditorias dos órgãos de controle e supervisão e acompanhar as providências adotadas.

O Conselho Deliberativo, como última instância de alçada das decisões relativas à gestão do RPPS, e a Diretoria Executiva possuem atribuições que se inter-relacionam, mas não se confundem: enquanto o Conselho “delibera” sobre as políticas e diretrizes estratégicas do RPPS, a Diretoria “executa”, ou seja, pratica os atos de gestão que permitirão a implementação das políticas.

Na qualidade de gestores, os conselheiros possuem deveres fiduciários para com a unidade gestora e devem prestar contas aos segurados e às demais partes interessadas por meio de relatórios periódicos. O conselho deve sempre decidir em favor do melhor interesse do RPPS como um todo, independentemente das partes que indicaram ou elegeram seus membros. Ele deve exercer suas atribuições considerando os objetivos do RPPS, sua viabilidade no longo prazo, os impactos decorrentes de suas atividades e serviços prestados e em suas partes interessadas (externalidades).

14.3.3 Ações E Níveis De Aderência Da Dimensão Governança Corporativa

Quadro 4. Ações e Níveis de Aderência da Dimensão Governança Corporativa

| Ações | Requisitos Mínimos de cada Nível | | | |
|-------------------------------------|---|---|---|---|
| | Nível I | Nível II | Nível III | Nível IV |
| Relatório de Governança Corporativa | Periodicidade anual, contemplando pelo menos as informações referidas nas alíneas “a”, “b” e “c” (item 2.1) | Periodicidade anual, contemplando pelo menos as informações referidas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” (item 2.1) | Periodicidade semestral, contemplando as informações referidas em todas as alíneas do item 2.1. | Periodicidade trimestral, contemplando pelo menos as informações referidas em todas as alíneas do item 2.1. |
| Planejamento | Plano de Ação Anual, contendo metas serem | Plano de Ação Anual, contendo metas serem | Elaborar e publicar em seu site o Planejamento Estratégico para o período de 5 (cinco) anos, com revisão anual. | Elaborar e publicar em seu site o Planejamento Estratégico para |

| | | | | |
|------------------------------|---|---|--|---|
| | atingidas no exercício para as áreas de gestão de ativos passivos, no mínimo quantitativas, possibilitando o acompanhamento dos resultados pretendidos, com ênfase na área de benefícios. | atingidas no exercício para todas as grandes áreas de atuação do RPPS (Quadro 2) no mínimo quantitativas, possibilitando o acompanhamento dos resultados pretendidos. | | o período de 5 (cinco) anos, vinculando-o ao plano orçamentário e ao Plano Plurianual - PPA, com revisão anual. |
| Relatório de Gestão Atuarial | Contemplar no Relatório a análise dos resultados | Idem ao Nível I. | Contemplar no Relatório adicionalmente requisitos dos Níveis I e II, o estudo técnico de aderência | Adicionalmente aos requisitos do Nível III, elaboração, aprovação e comprovação do |

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | <p>das avaliações atuariais anuais relativas aos três últimos exercícios, com comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas, financeiras do plano de benefícios dos RPPS, que deverá ser aprovado pelo Conselho</p> | | <p>a¹⁰ das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras do plano de benefícios dos RPPS, que deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo e, obrigatoriamente, embasar as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, conforme previsto no art. 15 da Portaria MF no 464, de 19 de novembro de 2018.</p> | <p>cumprimento do Plano de Trabalho Atuarial¹¹.</p> |
|--|---|--|--|--|

| | | | | |
|--------------------------------|---|------------------|---|--|
| | Deliberativo e, obrigatoriame nte, embasar as hipóteses atuariais adotadas | | | |
| Código de Ética da Instituição | Divulgação do Código de Ética do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS aos servidores do RPPS, segurados (servidores ativos, aposentados e pensionistas), aos membros | Idem ao Nível I. | Adicionalmente aos requisitos dos Níveis I e II, elaboração do Código de Ética da unidade gestora do RPPS e promoção de ações de capacitação relativas ao seu conteúdo com servidores do RPPS, segurados (servidores ativos, aposentados e pensionistas) e membros dos órgãos colegiados. | Adicionalmente aos requisitos do Nível III, constituir Comissão de Ética e elaborar relatório de ocorrências por ela tratadas e de eventuais propostas de revisão ou atualização do Código de Ética. |

| | | | | |
|--|--|---|---|---|
| | dos órgãos colegiados e partes relacionadas (fornecedores, prestadores de serviço, agentes financeiros e outros). | | | |
| Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor ¹² | Implantar ações isoladas em saúde do servidor, que contemplem: <ul style="list-style-type: none"> a) Realizar exames médicos admissionais dos aprovados em concurso público como requisito para | Adicionalmente aos requisitos do Nível I, implantar ações preparatórias em saúde do servidor, que contemplem: <ul style="list-style-type: none"> a) Elaborar Laudo Técnico de Condição | Adicionalmente aos requisitos do Nível II, implantar ações preparatórias em saúde do servidor, que contemplem: <ul style="list-style-type: none"> a) Manter serviço de perícia oficial em saúde na unidade gestora do RPPS ou no ente federativo, por servidores do quadro efetivo ou contratados por meio de terceirização, com | Adicionalmente aos requisitos do Nível III, institucionalizar o Sistema de Gestão de Saúde do Servidor, contemplando: <ul style="list-style-type: none"> a) Realizar ações e |

| | | | |
|---|---|---|---|
| <p>posse e nomeação.</p> <p>b) Manter serviço de perícia médica na unidade gestora RPPS ou no ente federativo, por servidores do quadro efetivo contratados por meio de terceirização.</p> <p>c) Realizar ações educativas para redução</p> | <p>s Ambientais do Trabalho - LTCAT.</p> <p>b) Elaborar e fornecer Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP atualizado aos servidores que trabalham em ambientes com exposição a agentes nocivos.</p> | <p>equipe multidisciplinar.</p> <p>b) Elaborar estudo epidemiológico, contendo as potencialidades e desafios da atenção à saúde e segurança do servidor.</p> <p>c) Publicar lei ou decreto estabelecendo a Política de Atenção à Segurança e Saúde do Servidor.</p> | <p>levantadas em estudo epidemiológico.</p> <p>asb) Apresentar relatório anual de execução das ações em saúde do servidor.</p> <p>c) Realizar exames periódicos de saúde do servidor, no mínimo a cada 3 (três) anos.</p> |
|---|---|---|---|

| | | | | |
|---------------------------|--|---|---|---|
| | dos acidentes de trabalho. | | | |
| Política de Investimentos | Elaboração de relatórios mensais, acompanhados de pareceres do Comitê de Investimentos e aprovação do Conselho Fiscal, acompanham o desempenho e rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e | Adicionalmente aos requisitos do Nível I: elaboração de plano de ação mensal com cronograma das atividades a serem desempenhadas relativas à gestão dos recursos; elaboração de relatórios semestrais de diligências de verificação dos lastros | Adicionalmente aos requisitos do Nível II: utilização do Asset Liability Management – ALM (gerenciamento de ativos e passivos) para elaboração do diagnóstico da carteira de investimentos atual do RPPS e proposta de revisão de alocação das aplicações financeiras da política de investimentos, visando a otimização das carteiras de investimento; elaboração de relatório de acompanhamento da implementação das estr | Adicionalmente aos requisitos do Nível III: criação, dentro da estrutura do RPPS, de área com função específica de acompanhamento e monitoramento contínuo dos riscos de todas as posições dos recursos investidos, do cumprimento dos indicadores definidos por segmento |

| | | | | |
|--|---|---|---|--|
| | <p>da aderência das alocações e processos de cisórios de investimento à Política de Investimentos</p> | <p>relativos aos títulos pú blicos e demais papéi s incluídos na s carteiras de ativos dos fundos de investimentos aplicados pelo RPPS, acrescidos da análise da situação patri monial, fiscal, comercial e jurídica das instituições in vestidas, tendo como suporte as informaçõe s prestadas</p> | <p>atégias de carteiras específicas para os compromissos do plano com seus segurados e beneficiários.</p> | <p>de alocação e produto, de análise diária do comportamento do mercado, incluindo a performance de produtos e de instituições ge storas de carteiras.</p> |
|--|---|---|---|--|

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | pelas administrador as e gestoras dos fundos de investimentos e demais inform ações disponí veis na internet de conhecimento público ou outros meios disponí veis no mercado aces síveis pelos RPPS (jornais, revistas, órgã os de regulaç ão e controle, agen cias de | |
|--|--|--|--|

| | | | | |
|-------------------------|---|--|--|--|
| | | rating, associação de entidades do mercado financeiro e de capitais, softwares, dentre outros) e utilização do ALM, nos casos de RPPS com mais de 50 milhões de reais aplicados no mercado financeiro. | | |
| Comitê de Investimentos | Mínimo de 3 (três) membros, que mantenham vínculo funcional | Idem ao Nível I. | Mínimo de 5 (cinco) membros, que mantenham vínculo funcional com o ente federativo | Mínimo de 5 (cinco) membros, que mantenham vínculo funcional com o |

| | | | | |
|---------------|--|---------------|--|--|
| | al com o ente federativo ou com a unidade gestora do RPPS. | | ou com a unidade gestora do RPPS. | ente federativo ou com a unidade gestora do RPPS, sendo a maioria servidores efetivos e segurados do RPPS. |
| Transparência | Publicidade dos seguintes documentos: a) Regimento e atos internos e atas dos órgãos colegiados (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de | Idem ao Nível | Idem ao Nível II até a letra “m”. n) Demonstrações financeiras e contábeis trimestrais o) Planejamento Estratégico p) Relatórios de controle interno trimestrais q) Relatório de avaliação do passivo judicial | Idem ao Nível III até a letra “m”. n) Demonstrações financeiras e contábeis mensais o) Planejamento Estratégico p) Relatórios de controle interno trimestrais |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | <p>Investimentos</p> <p>)</p> <p>b)</p> <p>Certidões neg ativas de tributos: Certi idão de Débito s Relativos a Créditos Tri butários Fede rais e à Dívida Ativa da União e Certidão de Regularidade do FGTS.</p> <p>c) Certificado de Regularidade Previdenciári a- CRP e links para acesso, no endereço e</p> | | <p>q) Relatório de ava liação do passivo judicial</p> |
|--|---|--|---|

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | <p>letrônico da P revidência So cial na Internet, ao Extrato Previd enciário e aos demonstrativ os obrigatório s previstos no art. 5o, XVI da Portaria MPS no 204/2008.</p> <p>d) Composiçã o mensal da carteira de investimentos , por segmento e ativo.</p> <p>e) Cronograma de ações de e ducação previ</p> | | | |
|--|--|--|--|--|

| | | | |
|--|--|--|--|
| denciária. f) Cronograma das reuniões dos órgãos co legiados (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos). g) Código de Ética. h) Avaliação a tuarial anual. i) Informação s relativas a procedimento s licitatórios e contratos | | | |
|--|--|--|--|

| | | | |
|--|---|--|--|
| | <p>administrativo</p> <p>s</p> <p>j) Relação da</p> <p>s entidades</p> <p>escolhidas</p> <p>para receber</p> <p>investimentos</p> <p>, por meio de</p> <p>credenciamen</p> <p>to.</p> <p>k) Relatórios</p> <p>mensais e</p> <p>anuais de</p> <p>investimentos</p> <p>.</p> <p>l) Acórdãos d</p> <p>as decisões d</p> <p>o Tribunal de</p> <p>Contas sobre</p> <p>as contas</p> <p>anuais do</p> <p>RPPS e o</p> | | |
|--|---|--|--|

| | | | |
|--|--|--|--|
| Parecer Prévio do das contas de governo, caso do Órgão de Controle Externo emita os dois. m) Política de Investimentos . n) Demonstra ções financeir as e contábeis s emestral o) Plano de Ação Anual p) Relatórios de controle interno semestral | | | |
|--|--|--|--|

| | | | | |
|--|--|-------------------------|--|---|
| <p>Definição de Limites de Alçadas</p> | <p>Obrigatoriedade de no mínimo 2 (dois) responsáveis assinar em conjunto todos os atos relativos a investimentos.</p> | <p>Idem ao Nível I.</p> | <p>Obrigatoriedade de no mínimo 2 (dois) responsáveis assinarem em conjunto todos os atos relativos à gestão de ativos e passivos e atividades administrativas que envolvam concessões de benefícios, contratações e dispêndios de recursos, conforme limites de alçada definidos em ato normativo editado pela unidade gestora do RPPS.</p> | <p>Adicionalmente aos requisitos do Nível III, elaborar e divulgar relatórios de exceção que registrem os casos em que os limites de alçada não tenham sido observados, com devida justificativa.</p> |
| <p>Segregação das Atividades</p> | <p>Segregação das atividades de habilitação e concessão de benefícios das atividades de implantação, manutenção,</p> | <p>Idem ao Nível I.</p> | <p>Segregação das atividades de habilitação/concessão de benefícios das atividades de implantação, manutenção e pagamento de benefícios e segregação das atividades de</p> | <p>Idem ao Nível III.</p> |

| | | | | |
|-----------|--|--|--|---|
| | o e pagamento de benefícios. | | investimentos das atividades administrativo-financeiras. | |
| Ouvidoria | Disponibilização no site do ente federativo do RPPS de um canal de comunicação no modelo “fale conosco”. | Adicionalmente aos requisitos do Nível I, no mínimo 1 (um) servidor efetivo exercendo a função de Ouvidor na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS. | Adicionalmente aos requisitos do Nível I, no mínimo 1 (um) servidor efetivo exercendo a função de Ouvidor na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS. | Adicionalmente aos requisitos do Nível I, no mínimo 1(um) servidor efetivo exercendo a função de Ouvidor na estrutura da unidade gestora do RPPS, com certificação de Ouvidor e com procedimentos de atuação devidamente definidos em ato específico. |

| | | | | |
|---------------------|--|--|---|--|
| Diretoria Executiva | Nível superior para todos que compõem a Diretoria Executiva. | Nível superior para todos que compõem a Diretoria Executiva. Pelo menos 1 (um) membro deverá ser segurado do RPPS. | Nível superior para todos que compõem a Diretoria Executiva, com formação ou especialização em área compatível com a atribuição exercida. Pelo menos 1 (um) membro deverá ser segurado do RPPS. | Nível superior para todos que compõem a Diretoria Executiva, com formação ou especialização e área compatível com a atribuição exercida e certificação em gestão previdenciária, por exame ou experiência. Pelo menos 1 (um) membro deverá ser segurado do RPPS. |
|---------------------|--|--|---|--|

| | | | | |
|------------------------|---|-------------------------|---|---|
| <p>Conselho Fiscal</p> | <p>Pelo menos 1 (um) representante dos segurados.</p> | <p>Idem ao Nível I.</p> | <p>Composição paritária entre os representantes dos segurados e do ente federativo, tendo a maioria dos membros formação de nível superior, com a presidência do Conselho Fiscal sendo exercida por um dos representantes dos segurados, que terá voto de qualidade. O Conselho Fiscal deverá adotar as seguintes práticas:</p> <p>a) Elaboração, publicação e controle sobre a efetivação de plano de trabalho anual, estabelecendo procedimentos, cronograma de reuniões,</p> | <p>Composição paritária entre os representantes dos segurados e do ente federativo, todos com formação superior ou especialização em área compatível com a presidência do Conselho Fiscal sendo exercida por um dos representantes dos segurados, que terá o voto de qualidade. O Conselho Fiscal deverá adotar as seguintes práticas referidas</p> |
|------------------------|---|-------------------------|---|---|

| | | | | |
|-----------------------|--|------------------|---|--|
| | | | <p>escopo a ser trabalhado e das para os resultados obtidos. o Nível III.</p> <p>b) Elaboração de parecer ao relatório de prestação de contas, no qual devem constar os itens ressaltados com as motivações, recomendações para melhoria e áreas analisadas.</p> | |
| Conselho Deliberativo | Pelo menos 1 (um) representante dos segurados. | Idem ao Nível I. | <p>Composição paritária entre os representantes dos segurados e do ente federativo, tendo a maioria dos membros do ente federativo, todos de nível superior, com a presidência do Conselho Deliberativo exercida por um dos representantes do ente federativo, que terá o voto de qualidade. O Conselho</p> | <p>Composição paritária entre os representantes dos segurados e do ente federativo, todos de nível superior, com formação superior em área compatível, com a presidência do Conselho</p> |

| | | | | |
|--|--|-------------------------|---|--|
| | | | <p>Deliberativo deverá adotar as seguintes práticas:</p> <p>a) Elaboração, publicação e controle da efetivação de plano de trabalho anual, estabelecendo os procedimentos, cronograma de reuniões, e escopo a ser trabalhado e os resultados obtidos.</p> <p>b) Elaboração de relatório de prestação de contas que sintetize os trabalhos realizados e apresente as considerações que subsidiaram o Conselho Deliberativo a apresentar seu relatório de prestação de contas</p> | <p>Deliberativo sendo exercida por um dos representantes do ente federativo, que terá o voto de igualdade. O Conselho Deliberativo deverá adotar as práticas referidas para o Nível III.</p> |
| <p>Mandato, Representação e Recondução</p> | <p>Definir na legislação o processo de escolha</p> | <p>Idem ao Nível I.</p> | <p>Adicionalmente aos requisitos dos Níveis I e II, os membros da Diretoria Executiva terão mandato,</p> | <p>Adicionalmente aos requisitos do Nível III, os membros da</p> |

| | | | | |
|-------------------|---|---|---|---|
| | para composição da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal. | | somente podendo ser substituídos nas situações definidas em lei, e deverão apresentar anualmente prestação de contas ao Conselho Deliberativo. | Diretoria Executiva e se submeterão a contrato de gestão, devendo anualmente ser dada publicidade aos resultados relativos ao seu cumprimento. |
| Gestão de Pessoas | A unidade gestora do RPPS deverá possuir pelo menos 1 (um) servidor efetivo com dedicação exclusiva, ainda que cedido pelo ente | A unidade gestora do RPPS deverá possuir quadro próprio, ocupado por servidores efetivos (pelo menos 1 - comissionados ou cedidos | A unidade gestora do RPPS deverá possuir quadro próprio, ocupado por servidores efetivos (pelo menos 50% do quadro), comissionados ou cedidos pelo ente federativo. | Adicionalmente aos requisitos do Nível III, deverá contar em seu quadro de pessoal com 1 (um) servidor efetivo com dedicação exclusiva na área de investimentos e 1 (um) servidor |

| | | | |
|--|-------------|-------------|-------------------|
| | federativo. | pelo ente | ocupante do |
| | | federativo. | cargo de atuário. |

Fonte: Manual do Pró-Gestão RPPS

Elaboração Própria

14.4 Dimensão da Educação Previdenciária

A educação previdenciária diz respeito ao conjunto de ações de capacitação, qualificação, treinamento e formação específica ofertadas aos servidores públicos do ente federativo, da unidade gestora do RPPS, aos segurados e beneficiários em geral (servidores ativos, aposentados e pensionistas), aos gestores e conselheiros e aos diferentes profissionais que se relacionam ou prestam serviços ao RPPS, a respeito de assuntos relativos à compreensão do direito à previdência social e de seu papel como política pública, à gestão, governança e controles do RPPS nos seus mais variados aspectos (gestão de ativos e passivos, gestão de pessoas, benefícios, investimentos, orçamento, contabilidade, finanças, estruturas internas e externas de controle, dentre outros)¹⁹.

São consideradas políticas de educação previdenciária a divulgação das informações relativas à gestão do RPPS, seja para os segurados, seja para os órgãos de fiscalização e órgãos integrantes do ente federativo, para instituições públicas e privadas e para a conjunto da sociedade.

¹⁹ Manual do Pró-Gestão - RPPS

Também são consideradas ações de educação previdenciária as ações de orientação e melhoria da qualidade de vida dos segurados do RPPS, como a promoção da saúde, prevenção de doenças, educação financeira, programas de planejamento para a aposentadoria, vida durante a aposentadoria e envelhecimento ativo.

14.4.1 Ações Relativas à Dimensão Educação Previdenciária

14.4.1.1 Plano de Ação de Capacitação

O RPPS deverá desenvolver plano de ação de capacitação para os servidores que atuam na unidade gestora, seus dirigentes e conselheiros.

14.4.1.2 Ações de Diálogo com os Segurados e a Sociedade

O RPPS deverá implementar ações de diálogo com os segurados e com a sociedade.

14.4.2 Ações E Níveis De Aderência Da Dimensão Educação Previdenciária

Quadro 5. Ações e Níveis de Aderência da Dimensão Educação Previdenciária

| Ações | Requisitos Mínimos de cada Nível | | | |
|------------------|----------------------------------|--------------------|--|---|
| | Nível I | Nível II | Nível III | Nível IV |
| Plano de Ação de | a) Formação básica em RPPS | Adicionalmente aos | Adicionalmente aos requisitos do Nível II: | Adicionalmente aos requisitos do Nível III: |

| | | | | |
|--------------------|---|---|---|---|
| <p>Capacitação</p> | <p>para os servidores, dirigentes e conselheiros.</p> <p>b) Treinamento dos servidores que atuam na área de concessão de benefícios sobre as regras de aposentadorias e pensão por morte.</p> | <p>requisitos do Nível I:</p> <p>a) Treinamento para os servidores que atuam na área de investimentos sobre sistema financeiro, mercado financeiro e de capitais e fundos de investimentos.</p> | <p>a) Treinamento em gestão previdenciária para os servidores, dirigentes e conselheiros, contemplando legislação previdenciária, gestão de ativos, conhecimentos de atuária, controles internos e gestão de riscos.</p> <p>b) Programa de Educação Previdenciária que sistematize as ações realizadas e a realizar (planejamento, público alvo, mecanismos de capacitação permanente).</p> | <p>a) Preparação dos servidores e dirigentes para obtenção de certificação individual de qualificação nas respectivas áreas de atuação.</p> |
|--------------------|---|---|---|---|

| | | | | |
|--|--|---|---|---|
| <p>Ações de Diálogo com os Segurados e com a Sociedade</p> | <p>a) Elaboração de cartilha dirigida aos segurados que contemple os conhecimentos básicos essenciais sobre o RPPS e os benefícios previdenciários, que deverá ser disponibilizada em meio impresso ou digital e no site do RPPS.</p> <p>b) Realização de pelo menos uma audiência pública anual com os segurados, representantes do ente federativo (Poder Executivo e Legislativo) e a</p> | <p>Adicionalmente aos requisitos do Nível I:</p> <p>a) Seminários dirigidos aos segurados, com conhecimentos básicos sobre as regras de acesso aos benefícios previdenciários.</p> <p>b) Ações preparatórias para a</p> | <p>Adicionalmente aos requisitos do Nível II:</p> <p>a) Ações de conscientização sobre a vida após a aposentadoria e o envelhecimento ativo com os segurados.</p> | <p>Adicionalmente aos requisitos do Nível III:</p> <p>a) Ações de educação previdenciária integradas com os Poderes.</p> <p>b) Seminários dirigidos aos segurados, com conhecimentos básicos sobre finanças pessoais.</p> |
|--|--|---|---|---|

| | | | | |
|--|---|---------------------------------|--|--|
| | sociedade civil, para exposição e debates sobre o Relatório de Governança Corporativa, resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial. | aposentadoria com os segurados. | | |
|--|---|---------------------------------|--|--|

Fonte: Manual do Pró-Gestão RPPS

Elaboração Própria

14.5 Implementação do Pró-Gestão

O Manual do Pró-Gestão elaborou uma lista exemplificativa de um roteiro com as etapas do processo de certificação, resumido no Quadro 6.

Quadro 6. Etapas do Processo de Certificação

| Etapa | Meta | Ação |
|--------------------|-----------------------------------|---|
| Nível de Aderência | Definir o nível de aderência mais | 1. O ente federativo e a unidade gestora devem analisar as três dimensões do Pró-Gestão |

| | | |
|----------------------|---|---|
| | adequado ao porte do RPPS | 2. Avaliar a situação de seus processos internos, grau de organização, recursos a serem despendidos e complexidade das adequações para atingir o nível pretendido |
| Conformidade Legal | Cumprir as obrigações legais previstas na Lei 9.717/1998 e atos normativos dela decorrentes | As estruturas de governança, como os conselhos e a diretoria executiva, devem observar de forma permanente o cumprimento das obrigações legais |
| Diagnóstico | Realizar o diagnóstico situacional | Elaborar o diagnóstico da gestão do RPPS a partir de uma visão sistêmica da organização, contendo a avaliação dos processos, recursos humanos e materiais disponíveis, e identificação dos processos-chave. |
| Adesão ao Pró-Gestão | Assinar o Termo de Adesão ao Pró-Gestão RPPS | <p>1. Definir em documento próprio os compromissos e as obrigações recíprocas, necessários para o atingimento da certificação no nível de aderência almejado.</p> <p>2. Enviar o Termo de Adesão à Secretaria de Previdência, pelo e-mail progestao.rpps@economia.gov.br.</p> |

| | | |
|--------------------------|-------------------------------------|---|
| <p>Plano de Trabalho</p> | <p>Elaborar o Plano de Trabalho</p> | <p>Fazer o planejamento para implantação do nível pretendido contendo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Critérios de documentação dos procedimentos de implantação e etapas do processo de certificação. 2. Definição das etapas de implantação, prazos e obrigações do ente federativo e da unidade gestora do RPPS, e respectivos responsáveis. 3. Treinamento dos servidores do RPPS e outros colaboradores, divulgação dos objetivos e métodos para a implantação dos novos procedimentos. 4. Definição dos recursos necessários e áreas prioritárias, a partir de uma visão sistêmica da organização. 5. Identificação, mapeamento, modelagem e manualização dos principais processos, de acordo com o nível de aderência pretendido, definição dos pontos críticos das atividades e das responsabilidades. 6. Descrição dos processos e atividades necessárias para adequação ao nível pretendido. |
|--------------------------|-------------------------------------|---|

| | | |
|-----------------------------------|---|--|
| | | <p>7. Definição de procedimentos de acompanhamento e avaliação permanentes e de ações corretivas em todos os processos e indicação dos responsáveis.</p> <p>8. Cronograma de implantação.</p> |
| Implementação | Implementar o Plano de Trabalho | Implementar os procedimentos definidos no Plano de Trabalho |
| Seleção da Entidade Certificadora | Selecionar e contratar a entidade certificadora | O RPPS deverá estabelecer critérios para selecionar a entidade certificadora, dentre aquelas credenciadas pela SPREV, e efetivar sua contratação. |
| Auditoria de Certificação | Definir o momento da auditoria de certificação | <p>1. Concluir a implementação das adequações nos processos de trabalho do RPPS</p> <p>2. Definir com a entidade certificadora o momento em que se dará a auditoria de certificação.</p> |
| Certificação | Obter a Certificação | <p>1. Documentar e demonstrar todas os critérios cumpridos em cada dimensão conforme o nível de aderência pretendido.</p> <p>2. Aguardar a emissão do Termo de Concessão de Certificação pela entidade certificadora</p> |

Fonte: Manual do Pró-Gestão

Elaboração Própria

14.6 Certificação

14.6.1 Atuação Das Entidades Certificadoras

As entidades certificadoras são credenciadas pela Secretaria de Previdência - SPREV da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SEPRT do Ministério da Economia, após o devido processo de habilitação, conforme art. 5º e art. 6º, I, “b” e II da Portaria MPS no 185/2015.

É responsabilidade do RPPS demonstrar à entidade certificadora, durante a auditoria de certificação, que seus processos de trabalho atendem aos requisitos mínimos de conformidade estabelecidos para o nível de aderência pretendido, em cada uma das ações das três dimensões.

A relação da entidade certificadora com o RPPS, além da orientação para a adequação de seus processos de trabalho para o atendimento dos requisitos estabelecidos pelo Pró-Gestão RPPS, é limitada aos procedimentos relativos à pré-auditoria de certificação, à auditoria de certificação e à auditoria de supervisão²⁰, sendo vedada a relação comercial de outra natureza com os RPPS, seja de forma direta ou indireta, por meio de seus proprietários, dirigentes, colaboradores ou por entidades a ela ligadas.

²⁰ Ressalvadas a atuação em ações de capacitação, por meio da oferta de treinamentos e da certificação individual de qualificação de servidores e dirigentes da unidade gestora do RPPS.

A pré-auditoria de certificação e a auditoria de supervisão não são obrigatórias, exceto a auditoria de supervisão em caso de certificação nos Níveis III e IV.

Para a auditoria de certificação, a certificadora deverá atender o tempo mínimo de auditoria presencial, conforme nível de aderência pretendido pelo RPPS, sendo de 2 dias para os Níveis I e II; e 3 dias para os Níveis III e IV. A auditoria de conformidade para fins de certificação institucional em qualquer dos níveis deverá contemplar pelo menos uma fase presencial. Nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 será admitida a verificação não presencial, exclusivamente para os Municípios de pequeno porte (com menos de 50 mil habitantes) que busquem a certificação no Nível I.

14.6.2 Renovação E Manutenção Da Certificação

Durante o prazo de validade de 3 (três) anos da certificação institucional, o RPPS deve acompanhar seus processos e atividades, objetivando a manutenção de boas práticas de gestão e os requisitos mínimos estabelecidos em cada uma das ações nas dimensões de Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

Para a certificação nos níveis III ou IV, será obrigatória a realização anual de auditoria de supervisão pela entidade certificadora²¹.

Após 1 (um) ano da emissão da certificação e antes do término de sua validade, o RPPS pode solicitar a alteração de seu nível de certificação para um superior, sendo

²¹ No caso de supervisão anual, deverá haver previsão no Termo de Referência da Contratação.

obrigatória nova auditoria de certificação, referente às ações que se relacionem ao nível pretendido.

Em caso de renovação, o RPPS poderá contratar a mesma entidade certificadora ou outra credenciada.

15 Compliance e Ética

15.1 Risco de Imagem e Risco Legal

O termo ética tem origem no termo grego ethos (caráter, modo de ser de uma pessoa). Ética representa um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade. A ética serve para que haja um equilíbrio e bom funcionamento social, possibilitando que ninguém saia prejudicado. Desta forma, ética no mercado financeiro, se refere pontualmente às normas que definem o comportamento moral desse mercado.

O propósito principal das regras que regulam o mercado financeiro é contribuir para a geração e manutenção de confiança do público investidor. Uma vez a confiança no Sistema Financeiro Nacional (SFN) é a chave fundamental para sua evolução. Objetivando fomentar e zelar por essa confiança, tanto a regulação oficial quanto os mecanismos de autorregulação empenham-se em estabelecer procedimentos centrados em dois pilares: (i) garantir que o SFN cumpra sua função de modo a satisfazer o público e (ii) zelar para que o mercado financeiro seja utilizado de acordo com as demais leis vigentes na sociedade. Para entender melhor o funcionamento e os objetivos das principais medidas regulatórias nesse sentido, este módulo está dividido em tres partes.

A primeira parte trata de conceituar risco de imagem e legal, que advém do não cumprimento das

normas. A segunda parte trata do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros. Na terceira parte vamos abordar a

segregação de atividades na gestão e gerenciamento de conflitos. Na sequência, serão explicadas as medidas direcionadas ao combate e à prevenção à lavagem de dinheiro.

15.1.1 Risco de Imagem e Risco Legal

Risco Legal - está associado a potenciais conflitos legais que possam ocasionar inconvenientes na realização de acordo nas condições negociadas. Um título ou contrato pode ter deficiências jurídicas que impeçam ou dificultem o exercício dos direitos anteriormente pactuados, favorecendo ao devedor ou tomador não honrar com suas obrigações. Desta forma é imprescindível somente buscar modalidades de aplicação financeira regulamentadas, pois esta é melhor forma de gerenciar este tipo de risco.

Risco de Imagem ou Reputação – Nasce da possibilidade de perdas resultantes do degradação da imagem da instituição junto ao mercado e órgãos reguladores motivado por publicidade negativa, provocadas por más práticas internas, eventos de risco e fatores externos que possam motivar uma impressão negativa da instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais, stakeholders , produzindo impactos no valor da marca e/ou perdas financeiras, além de afetar de maneira adversa a capacidade de a instituição manter relações comerciais existentes, dar início a novos negócios e/ou continuar tendo acesso à fontes de captação.

15.2 Segregação de Atividades na Gestão (Resolução Bacen nº 2.451/97) e gerenciamento de conflitos.

A Resolução 2.491/1997 estabelece as normas a respeito da segregação da atividade de administração de recursos de terceiros das demais atividades da instituição.

Esta Resolução está vinculada às Resoluções do CMN 2.486/1998 e 2.536/1998 e as Circulares do Banco Central 2.883/1999 e 2.893/1999 e Carta Circular do Bacen nº 3.211/2005.

15.2.1.Segregação da Administração de Recursos

No art. 1º da resolução 2.451/1997, fica estabelecida a obrigatoriedade de as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil promoverem a segregação da administração de recursos de terceiros das demais atividades da instituição.

A segregação de atividades tratada neste artigo pode ser promovida mediante a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de recursos de terceiros.

Mais adiante no art. 2º, fica estabelecido que para efeito do disposto no art. 1º, as instituições que atuem na administração de recursos de terceiros devem designar membro da diretoria ou, se for o caso, sócio-gerente, tecnicamente qualificado, para responder, civil, criminal e administrativamente, pela gestão e supervisão dos recursos de terceiros, bem como pela prestação de informações a eles relativas.

A designação de membro da diretoria ou sócio-gerente para responder pela gestão de recursos de terceiros deve recair sobre pessoa que não possua qualquer vínculo com as demais atividades da instituição.

O art. 3º estabelece que a designação tratada no artigo segundo deve ser comunicada imediatamente por escrito à Delegacia Regional do Banco Central do Brasil responsável pela jurisdição que a instituição estiver subordinada e, quando for o caso, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A comunicação referida neste artigo deve ser acompanhada de declaração do administrador designado pela instituição de que:

- I. está ciente de suas obrigações para com os titulares dos recursos sob administração da instituição, bem como da exigência de que trata o art. 2º, parágrafo único;
- II. é responsável, prioritariamente, nos termos da legislação em vigor, pela ocorrência de situações que indiquem fraude, negligência, imprudência ou imperícia na administração dos recursos de terceiros, sujeitando-se, ainda, à aplicação das penalidades cabíveis.

A obrigatoriedade de atendimento ao que determina a Resolução 2.451 foi estabelecida no art. 4º da referida norma e definiu que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que administram recursos de terceiros deveriam se adequar e atender às disposições fixadas até 30.06.98.

Ficou ainda fixado pelo art. 5º que tanto o Banco Central do Brasil, como a Comissão de Valores Mobiliários, cada qual dentro de sua esfera de competência, estão autorizados a adotar as medidas e baixar normas complementares que se fizerem necessárias à execução das diretrizes da Resolução 2.451/1997.

15.3 Princípios Gerais de Ética aplicada para profissionais de gestão de investimentos

Os profissionais que fazem a gestão de investimentos devem ser merecedores de confiança, pois em suas mãos está uma parte das vidas de milhões de pessoas que delegam a gestão de seus recursos. Profissionais e instituições de investimento que assumem e executam suas responsabilidades com honestidade e integridade são cruciais para a manutenção da confiança, fidelidade, prudência e cuidado com o cliente.

15.3.1 Princípios gerais de conduta

1. Os Gestores têm as seguintes responsabilidades perante seus clientes

Os Gestores devem:

- Agir sempre de maneira profissional e ética.
- Agir em benefício dos clientes.
- Agir com independência e objetividade.
- Agir com habilidade, competência e diligência.
- Comunicar-se com os clientes de uma maneira oportuna e precisa.
- Seguir as regras aplicáveis que regem os mercados de capital.

15.3.2 Código de Conduta Profissional para Gestores de Ativos

1. Fidelidade aos clientes

Os Gestores devem:

- Colocar os interesses do cliente à frente dos seus próprios interesses.
- Preservar o sigilo das informações comunicadas pelos clientes, no âmbito do relacionamento gestor–cliente.
- Recuar-se a participar de qualquer relacionamento comercial ou aceitar qualquer presente que se possa esperar, condizentemente, que afete sua independência, objetividade ou fidelidade ao cliente.

2. Processo e ações de investimento

Os Gestores devem:

- Empenhar o cuidado condizente e juízo prudente quando administrarem ativos de clientes.
- Não se envolver com práticas concebidas para distorcer preços ou inflar artificialmente o volume de negociações com a finalidade de enganar os participantes no mercado.
- Tratar de forma justa e objetiva com todos os clientes quando fornecer informações de investimento, fizer recomendações de investimento ou tomar ações de investimento.
- Ter uma fundamentação condizente e adequada para as decisões de investimento.
- Quando estiverem administrando uma carteira ou fundos coletivos de acordo com um mandato, estratégia ou estilo específico:
 - Só tomar ações de investimento consistentes com os objetivos e limitações declarados da carteira ou fundo.

- Fornecer *disclosures* e informações adequadas, de forma que os investidores possam considerar se alguma mudança proposta no estilo ou estratégia de investimento atende suas necessidades.
- Quando estiver administrando contas separadas e antes de dar um conselho de investimento ou tomar uma ação de investimento pelo cliente:
 - Avaliar e entender os objetivos de investimento, tolerância a risco, perspectiva de prazo, necessidades de liquidez, limitações financeiras, eventuais circunstâncias particulares (incluindo considerações fiscais, limitações legais ou regulatórias etc.) do cliente, além de qualquer outra informação relevante que possa afetar a política de investimento.
 - Determinar se um investimento é adequado à situação financeira de um cliente.

3. Negociação

Os Gestores devem:

- Não agir nem fazer com que outros ajam com base em informações não públicas que possam afetar o valor de um investimento negociado publicamente.
- Dar prioridade aos investimentos feitos em nome do cliente, e não àqueles que beneficiem os seus próprios interesses.

- Utilizar as comissões geradas por negociações do cliente para pagar apenas pelos produtos ou serviços relacionados ao investimento que ajudem diretamente o Gestor em seu processo de tomada de decisão, e não para a administração da firma.
- Maximizar o valor da carteira do cliente ao buscar a melhor execução para todas as transações do cliente.
- Estabelecer políticas para assegurar uma distribuição equitativa e justa das negociações entre as contas dos clientes.

4. Gestão de risco, *compliance* e suporte

Os Gestores devem:

- Elaborar e manter políticas e procedimentos para garantir que suas atividades cumpram os dispositivos deste Código e todos os requisitos legais e regulatórios aplicáveis.
- Nomear um diretor de *compliance* responsável pela administração das políticas e procedimentos e pela investigação de reclamações referentes à conduta do Gestor ou da sua equipe.
- Garantir que as informações da carteira fornecidas aos clientes pelo Gestor sejam precisas e completas e providenciar a confirmação ou análise de tais informações por um terceiro independente. 4. Manter registros por um prazo apropriado e em um formato facilmente acessível.

- Ter em seus quadros uma equipe qualificada e recursos humanos e tecnológicos suficientes para investigar completamente, analisar, implementar e monitorar as decisões e ações de investimento. 6. Estipular um plano de continuidade de negócios para lidar com a recuperação em caso de desastres ou interrupção do curso normal de funcionamento dos mercados financeiros.
- Estabelecer um processo de gestão de risco em toda a empresa que identifique, meça e administre a posição de risco do Gestor e de seus investimentos, incluindo as fontes, natureza e grau de exposição ao risco.

5. Performance e valorização

Os Gestores devem:

- Apresentar informações de performance justas, precisas, relevantes, oportunas e completas. Os Gestores não devem fazer declarações enganosas sobre o desempenho de carteiras individuais ou da sua firma.
- Usar preços justos de mercado para avaliar as posições do cliente e aplicar, de boa-fé, métodos para determinar o valor justo de quaisquer valores mobiliários em relação aos quais não haja uma cotação de mercado feita por um terceiro independente prontamente disponível.

6. Disclosures

Os Gestores devem:

- Comunicar-se com os clientes de forma constante e oportuna.
- Garantir que *disclosures* verdadeiras, precisas, completas e compreensíveis sejam apresentadas em um formato que comunique as informações de forma eficaz.
- Incluir todos os fatos materiais quando fizerem *disclosures* ou fornecerem informações aos clientes sobre si mesmos, sobre sua equipe, sobre os investimentos e sobre o processo de investimento.
- Divulgar o seguinte:
 - Conflitos de interesse gerados por relacionamentos com corretoras ou outras entidades, outras contas de clientes, estruturas de taxas, ou outras questões.
 - Ação regulatória ou disciplinar tomada contra o Gestor ou sua equipe em relação à conduta profissional.
 - O processo de investimento, incluindo informações referentes a períodos de vedação à negociação, estratégias, fatores de risco e uso de derivativos e alavancagem.
 - Taxas de administração e outros custos de investimento cobrados dos investidores, inclusive quais custos compõem as taxas e as metodologias para a determinação de taxas e custos.
 - O valor de todas as comissões em espécie ou agrupadas, os bens e/ou serviços recebidos em troca, e como esses bens e/ou serviços beneficiam o cliente.
 - A performance dos investimentos dos clientes, de forma regular e oportuna.

- Os métodos de avaliação utilizados para tomar decisões de investimento e avaliar os valores do cliente.
- As políticas de votação dos acionistas.
- As políticas de distribuição de negociações.
- Os resultados da análise ou da auditoria do fundo ou da conta.
- Mudanças expressivas de equipe ou da organização que tenham ocorrido no Gestor.
- Os processos de gestão de risco.

15.3.3 Recomendações e instruções

1.Fidelidade aos clientes

Os Gestores devem:

- Colocar os interesses do cliente à frente dos seus próprios interesses. Os interesses do cliente são primordiais. Os Gestores devem instituir políticas e procedimentos para garantir que os interesses dos clientes prevaleçam sobre os dos Gestor em todos os aspectos do relacionamento Gestor–cliente, incluindo (entre outros) a seleção do investimento, transações, monitoramento e custódia. Os Gestores devem tomar providências condizentes para evitar situações em que seus interesses e os do cliente entrem em conflito e devem instituir salvaguardas operacionais para proteger os interesses do cliente. Os Gestores devem implementar arranjos de compensação que alinhem os interesses financeiros dos

clientes e os seus e evitar incentivos que possam resultar na tomada de ação pelos Gestores de forma conflitante com os interesses do cliente.

- Preservar o sigilo das informações comunicadas pelos clientes, no âmbito do relacionamento Gestor–cliente. Como parte de suas obrigações éticas, os Gestores devem manter as informações que lhes forem comunicadas pelos clientes ou por outras fontes dentro do contexto do relacionamento Gestor–cliente em estrito sigilo e devem tomar todas as medidas condizentes para preservar a confidencialidade dessas informações. Esta obrigação aplica-se quando os Gestores obtêm informações com base em seu relacionamento confidencial com o cliente e em sua capacidade especial de conduzir uma parcela dos negócios ou assuntos pessoais do cliente. Os Gestores devem criar uma política de privacidade que trate de como as informações confidenciais do cliente serão coletadas, armazenadas, protegidas e utilizadas. A obrigação de manter o sigilo não prevalece sobre a obrigação (e, em alguns casos, o requisito legal) de denunciar a suspeita de atividades ilegais envolvendo as contas do cliente às autoridades apropriadas. Caso seja apropriado, os Gestores devem
- Recusar-se a participar de qualquer relacionamento comercial ou aceitar qualquer presente que se possa esperar, condizentemente, que afete sua independência, objetividade ou fidelidade ao cliente. Como parte da obrigação de manter os interesses do cliente como primordiais, os Gestores devem estabelecer políticas para aceitação de presentes ou entretenimento, em uma variedade de contextos. Para evitar a aparência de conflito, os Gestores devem recusar-se a aceitar presentes ou entretenimento com valor que não seja mínimo de provedores de serviços, alvos de investimento potencial ou outros parceiros de negócios. Os

Gestores devem definir qual é o valor mínimo e devem consultar os regulamentos locais, que também podem estabelecer limites. Os Gestores devem estabelecer uma política escrita limitando a aceitação de presentes e entretenimento a itens de valor mínimo. Os Gestores devem considerar a criação de limites específicos para a aceitação de presentes (por exemplo: valor por período e por fornecedor) e proibir a aceitação de qualquer presente em dinheiro. Deve-se exigir que os funcionários documentem e divulguem ao Gestor, por meio de seu supervisor, diretor de *compliance* da firma ou gerência sênior, a aceitação de qualquer presente ou entretenimento. Este dispositivo não se destina a impedir que os Gestores mantenham múltiplos relacionamentos comerciais com um cliente, desde que potenciais conflitos de interesse sejam administrados e divulgados.

2. Processo e ações de investimento

Os Gestores devem:

- Empenhar o cuidado condizente e o juízo prudente quando administrarem ativos de clientes. Os Gestores devem exibir o cuidado e prudência necessários para cumprir suas obrigações junto aos clientes. Prudência requer precaução e discrição. O exercício da prudência exige que se aja com o cuidado, habilidade e diligência que uma pessoa com autoridade similar e familiaridade com assuntos desta natureza utilizaria sob as mesmas circunstâncias. No contexto da administração da carteira de um cliente, a prudência exige que seja seguidos os parâmetros de investimento definidos pelo cliente e que se equilibrem o risco e o retorno. Atuar com cuidado

exige que os Gestores ajam de forma prudente e ponderada para evitar danos para os clientes.

- Não se envolver com práticas concebidas para distorcer preços ou inflar artificialmente o volume de negociações com a finalidade de enganar os participantes no mercado. A manipulação de mercado é ilegal na maioria das jurisdições e prejudica os interesses de todos os investidores ao atrapalhar o funcionamento eficiente dos mercados financeiros e causar deterioração na confiança dos investidores. Manipulação de mercado inclui práticas que distorcem preços de valores mobiliários ou inflam artificialmente os volumes de negociações com a intenção de enganar pessoas ou entidades que venham a confiar em informações no mercado. Tais práticas podem envolver, por exemplo, transações que enganem os participantes no mercado ao distorcer o mecanismo de definição de preço de instrumentos financeiros e a disseminação de informações falsas ou enganosas. A manipulação com base em transações inclui, entre outras, transações que distorcem artificialmente preços ou volume para dar a impressão de atividade ou movimentação de preço em um instrumento financeiro (por exemplo: negociação com ações ilíquidas no final de um período de mensuração para aumentar o preço e melhorar a performance do Gestor) e garantir uma posição maior com a intenção de explorar e manipular o preço de um ativo e/ou derivativo relacionado. Manipulação com base em informações inclui, entre outras, disseminar rumores sabidamente falsos para induzir os outros a negociações e pressionar os analistas de vendas a classificar ou recomendar um valor mobiliário de forma que beneficie o Gestor ou seus clientes.

- Tratar de forma justa e objetiva com todos os clientes ao fornecer informações de investimento, fazer recomendações de investimento ou tomar ações de investimento. Para manter a confiança que os clientes depositam neles, os Gestores devem lidar com todos os clientes de forma justa e objetiva. Não devem dar tratamento preferencial a clientes favoritos, em detrimento de outros clientes. Em alguns casos, pode ser que os clientes paguem por um nível mais alto de serviço ou que certos serviços e produtos só sejam disponibilizados para certos clientes que se qualifiquem (por exemplo: alguns fundos podem estar abertos apenas para clientes com ativos acima de determinado nível). Essas práticas são permitidas, desde que sejam divulgadas e disponibilizadas para todos os clientes. Este dispositivo não se destina a impedir que os Gestores se envolvam em oportunidades secundárias de investimento, conhecidas em algumas jurisdições como arranjos “carta complementar”, “sidecar” ou “tag-along”, com certos clientes, desde que tais oportunidades sejam distribuídas justamente entre clientes com situações semelhantes, para quem ela seja apropriada.
- Ter fundamentação razoável e adequada para as decisões de investimento. Os Gestores devem agir com prudência e se assegurar de que suas decisões têm uma fundamentação condizente e adequada. Antes de tomar ações em nome de seus clientes, os Gestores devem analisar as oportunidades de investimento em questão e só devem agir depois de realizar uma verificação detalhada a fim de garantir que têm conhecimento suficiente sobre investimentos ou estratégias específicas. Essa análise dependerá do estilo e da estratégia que estão sendo usados. Por exemplo, um Gestor que esteja implementando uma estratégia passiva terá uma base muito diferente para ações de investimento do que um Gestor que usa uma estratégia

ativa. Os Gestores podem contar com pesquisas feitas por terceiros, desde que empenhem os esforços condizentes e diligentes para determinar se tal pesquisa tem uma fundamentação razoável. Quando avaliarem pesquisas de investimento, os Gestores devem considerar os pressupostos utilizados, a meticulosidade da análise realizada, a oportunidade das informações e a objetividade e independência da fonte. Os Gestores devem ter profundo conhecimento dos valores mobiliários em que investem e das estratégias que usam em nome dos clientes. Devem entender a estrutura e a função dos valores mobiliários, como são negociados, sua liquidez e todos os outros riscos (incluindo risco de contraparte). Gestores que implementam estratégias de investimento complexas e sofisticadas devem entender a estrutura e as potenciais vulnerabilidades dessas estratégias e comunicá-las de forma compreensível a seus clientes. Por exemplo, quando forem implementar estratégias com derivativos complexos, os Gestores devem entender os vários riscos e realizar uma análise estatística (ou seja, testes de stress) para determinar qual será a performance da estratégia sob diferentes condições. Ao executar a devida diligência adequada, os Gestores podem julgar melhor a adequabilidade dos investimentos para seus clientes.

- Quando estiverem administrando uma carteira ou fundos coletivos de acordo com um mandato, estratégia ou estilo específico:
 - Só tomar ações de investimento consistentes com os objetivos e limitações declarados da carteira ou fundo. Quando os Gestores recebem dos clientes um mandato específico ou oferecem um produto como um fundo coletivo sem conhecer a situação financeira específica de cada cliente, devem administrar os fundos ou carteiras de acordo com os mandatos ou

estratégias declaradas. Os clientes precisam poder avaliar autonomamente a adequabilidade dos fundos de investimento ou estratégias. Subsequentemente, devem poder confiar que os Gestores não desviarão dos mandatos ou estratégias declaradas ou acordados. Quando os eventos ou oportunidades de mercado mudarem de tal forma que os Gestores desejarem ter a flexibilidade para aproveitar tais ocorrências, essa flexibilidade não é inadequada, mas deve ser expressamente acordada e entendida pelos Gestores e pelos clientes. A melhor prática consiste em os Gestores divulgarem eventos dessa natureza quando ocorrerem ou, no mínimo, no curso das notificações normais para o cliente.

- o Fornecer disclosures e informações adequadas, de forma que os investidores possam considerar se alguma mudança proposta no estilo ou estratégia de investimento atende suas necessidades. Para proporcionar aos clientes uma oportunidade de avaliar a adequabilidade dos investimentos, os Gestores precisam lhes fornecer informações adequadas a respeito de todas as mudanças materiais propostas em seus estilos ou estratégias de investimento. Devem apresentar essas informações com bastante antecedência em relação às mudanças. Deve-se proporcionar aos clientes tempo suficiente para considerarem as mudanças propostas e tomarem eventuais ações que se fizerem necessárias. Se o Gestor decidir efetuar uma mudança material em seu estilo ou estratégia de investimento, devem permitir aos clientes que resgatem seus investimentos, se desejarem, sem incorrerem em quaisquer multas indevidas.

- Quando estiver administrando contas separadas e antes de dar um conselho de investimento ou tomar uma ação de investimento pelo cliente:
 - Avaliar e entender os objetivos de investimento, tolerância a risco, perspectiva de prazo, necessidades de liquidez, limitações financeiras, eventuais circunstâncias particulares (incluindo considerações fiscais, limitações legais ou regulatórias, etc.) do cliente, além de qualquer outra informação relevante que possa afetar a política de investimento. Antes de tomar qualquer ação de investimento pelo cliente, os Gestores devem tomar as medidas necessárias para entender e avaliar a situação financeira, limitações e outros fatores relevantes do cliente. Sem entender a situação do cliente, não é possível para o Gestor selecionar e implementar uma estratégia de investimento apropriada. O ideal é que cada cliente tenha uma declaração de política de investimento (IPS, ou investment policy statement) que inclua uma discussão das tolerâncias a risco (tanto a capacidade quanto a disposição do cliente de assumir risco), objetivos de retorno, prazo, requisitos de liquidez, responsabilidades, considerações fiscais e toda circunstância legal, regulatória ou outra circunstância individual. A finalidade da IPS é oferecer aos Gestores planos estratégicos escritos para guiar as decisões de investimento de cada cliente. O Gestor deve dispor de tempo para analisar a IPS de cada cliente, oferecer eventuais sugestões de esclarecimento da IPS e conversar com o cliente sobre as várias técnicas e estratégias a serem utilizadas para atingir as metas de investimento do cliente. Os Gestores devem analisar as IPS com cada cliente pelo menos uma vez ao ano e sempre que as circunstâncias

sugerirem que podem ser necessárias mudanças. As informações contidas em uma IPS permitem que os Gestores avaliem se uma estratégia ou segurança específica é adequada para um cliente (no contexto do restante da carteira do cliente) e ela serve como base para a definição da distribuição estratégica dos ativos do cliente. (Observação: em alguns casos, o cliente determinará a distribuição estratégica dos ativos; em outros, essa obrigação será delegada para o Gestor). A IPS deve especificar também a função e as responsabilidades do Gestor na administração dos ativos do cliente e deve estabelecer um calendário de análise e avaliação. O Gestor deve chegar a um acordo com o cliente em relação a um ou mais benchmarks apropriados que serão utilizados na avaliação da performance do Gestor e todos os outros detalhes do processo de avaliação da performance (por exemplo: quando a avaliação da performance deve começar).

- o Determinar se um investimento é adequado à situação financeira de um cliente. Os Gestores devem avaliar as ações e estratégias de investimento tendo em mente as circunstâncias de cada cliente. Nem todos os investimentos são adequados para todos os clientes, e os Gestores têm a responsabilidade de garantir que apenas investimentos e estratégias de investimento adequadas estejam incluídos na carteira do cliente. O ideal é que os investimentos individuais sejam avaliados no contexto dos ativos e passivos totais do cliente, o que pode incluir ativos mantidos fora da conta administrada pelo Gestor, na medida em que tais informações estejam disponíveis para o Gestor e estejam explicitamente incluídas no contexto da IPS do cliente.

3. Negociação

Os Gestores devem:

- Não agir nem fazer com que outros ajam com base em informações não públicas que possam afetar o valor de um investimento negociado publicamente. Negociar com base em informações materiais não públicas, o que é ilegal na maioria das jurisdições, corrói a confiança nos mercados de capital, instituições e profissionais de investimento e promove a percepção de que as pessoas que têm acesso especial e interno podem aproveitar-se injustamente do público investidor geral. Embora a negociação com base em tais informações possa levar à rentabilidade no curto prazo, com o tempo os indivíduos e a profissão como um todo sofrerão se os investidores evitarem os mercados de capital porque os veem como injustos por favorecerem as pessoas que têm conhecimento interno. Diferentes jurisdições e sistemas regulatórios podem definir materialidade de maneiras diversas, mas, em geral, a informação é “material” se for provável que um investidor razoável a considere importante e se ela for percebida como algo que altera expressivamente a composição total das informações disponíveis. Uma informação é “não pública” até que tenha sido amplamente disseminada para o mercado (ao contrário de ser disseminada para um grupo seletivo de investidores). Os Gestores devem adotar procedimentos de compliance, como o estabelecimento de barreiras de informação (exemplo: firewalls), para evitar a disclosure e a utilização indevida de informações materiais não públicas. Em muitos casos, negociações pendentes ou valores de um cliente ou fundo podem ser consideradas informações materiais não públicas e os

Gestores devem se assegurar de que sejam mantidas em sigilo. Além disso, informações sobre fusões e aquisições, antes de sua disclosure ao público, são geralmente consideradas informações materiais não públicas. Os Gestores devem avaliar as informações específicas da empresa que receberem e determinar se se enquadram na definição de informação material não pública. Este dispositivo não se destina a impedir que os Gestores utilizem a teoria de mosaico para tirar conclusões, ou seja, combinar partes de informações materiais públicas com partes de informações não materiais não públicas para tirar conclusões a partir das quais possam agir.

- Dar prioridade aos investimentos feitos em nome do cliente, e não àqueles que beneficiem os seus próprios interesses. Os Gestores não devem executar suas próprias negociações em um valor mobiliário antes das transações do cliente no mesmo papel. Atividades de investimento que beneficiem o Gestor não devem ter um efeito adverso sobre os interesses do cliente. Os Gestores não devem realizar atividades de negociação que sejam desvantajosas para os clientes (exemplo: o front-running de negociações do cliente). Em alguns arranjos de investimento, como parcerias limitadas ou fundos coletivos, os Gestores colocam seu próprio capital em risco, juntamente com o dos clientes, para alinhar seus interesses com os dos clientes. Tais arranjos só são permissíveis se os clientes não ficarem em desvantagem. Os Gestores devem elaborar políticas e procedimentos para monitorar e, quando apropriado, limitar as negociações pessoais de seus funcionários. Especificamente, os Gestores devem exigir que os funcionários obtenham autorização antes de qualquer investimento pessoal em IPOs ou colocações privadas. Os Gestores devem criar políticas e processos elaborados

com o intuito de garantir que as transações dos clientes tenham precedência sobre as transações dos funcionários ou da firma. Um método consiste em criar uma lista restrita e/ou uma lista de alerta de valores mobiliários mantidos nas contas dos clientes ou que possam ser comprados ou vendidos em nome dos clientes no futuro próximo; antes de negociar com valores mobiliários inclusos em uma lista dessa natureza, os funcionários precisariam obter aprovação. Além disso, os Gestores podem pedir que os funcionários forneçam ao diretor de compliance cópias de confirmações de negociação trimestral e anualmente, além de declarações de valores pessoais.

- Utilizar as comissões geradas por negociações do cliente para pagar apenas pelos produtos ou serviços relacionados ao investimento que ajudem diretamente o Gestor em seu processo de tomada de decisão, e não para a administração da firma. Os Gestores devem reconhecer que as comissões pagas (e todos os benefícios recebidos em retorno pelas comissões pagas) pertencem ao cliente. Consequentemente, todos os benefícios oferecidos em retorno por comissões devem beneficiar os clientes do Gestor. Para determinar se um benefício gerado a partir de comissões do cliente é apropriado, os Gestores devem determinar se esse benefício auxiliará diretamente no processo de tomada de decisão do Gestor sobre investimentos. O processo de tomada de decisão de investimentos pode ser considerado o processo qualitativo e quantitativo e as ferramentas acessórias utilizadas pelo Gestor quando dá conselhos de investimento aos clientes. O processo inclui análise financeira, análise de negociação e risco, seleção de valores mobiliários, seleção de corretor, distribuição de ativos e análise de adequabilidade. Alguns Gestores optaram por eliminar o uso de comissões em espécie (também

conhecidas como soft commissions ou soft dollars) para evitar conflitos de interesse que possam surgir. Os Gestores devem divulgar suas políticas de avaliação e utilização de benefícios para vantagem do cliente. Se os Gestores decidirem utilizar um arranjo de soft commission ou corretagem agrupada, devem divulgar esse uso aos seus clientes. Os Gestores devem considerar o cumprimento das melhores práticas do setor em relação à utilização e notificação de um arranjo dessa natureza, que podem ser encontrados nos “Padrões para Soft Dollar” do CFA Institute.

- Maximizar o valor da carteira do cliente ao buscar a melhor execução para todas as transações do cliente. Quando está efetuando negociações do cliente, os Gestores têm a obrigação de buscar termos que garantam a melhor execução e maximizem o valor da carteira de cada cliente (ou seja, garantir o melhor resultado geral). Os Gestores devem buscar os termos mais favoráveis para as negociações do cliente no âmbito das circunstâncias específicas de cada negociação (como tamanho da transação, característica do mercado, liquidez do valor mobiliário e tipo de valor mobiliário). Os Gestores devem decidir também quais corretores ou locais de negociação proporcionam a melhor execução, sem deixar de considerar, entre outras coisas, taxas de comissão, prazo de execução da negociação e a capacidade de manter o sigilo, minimizar negociações incompletas e minimizar o impacto sobre o mercado. Quando um cliente instrui o Gestor a efetuar negociações através de um corretor específico ou através de um tipo específico de corretor, os Gestores devem alertar o cliente de que ao limitar a capacidade do gestor de selecionar o corretor, o cliente pode não estar recebendo a melhor execução. O Gestor deve obter o reconhecimento escrito do cliente de que recebeu essa informação.

- Estabelecer políticas para assegurar uma distribuição equitativa e justa das negociações entre as contas dos clientes. Quando está efetuando negociações para contas de clientes, os Gestores devem distribuí-las de maneira justa, de forma que algumas contas de clientes não sejam rotineiramente negociadas primeiro ou recebam tratamento preferencial. Quando possível, os Gestores devem usar negociações em bloco e distribuir cotas proporcionalmente, através da utilização de uma média de preços ou algum outro método que garanta distribuições justas e equitativas. Quando está distribuindo cotas de uma oferta inicial ou secundária, o Gestor deve se empenhar para garantir que todos os clientes para quem o valor mobiliário for adequado tenha a chance de participar. Quando os Gestores não recebem uma distribuição grande o suficiente para permitir que todos os clientes elegíveis participem plenamente de uma oferta específica, devem se assegurar de que certos clientes não recebam tratamento preferencial e devem estabelecer um sistema para assegurar que novas emissões sejam distribuídas de maneira justa (exemplo: proporcionalmente). As políticas de distribuição de negociações devem tratar, especificamente, de como IPOs e colocações privadas serão trabalhadas.

4. Gestão de risco, cumprimento e suporte

Os Gestores devem

- **Elaborar e manter políticas e procedimentos para garantir que suas atividades cumpram os dispositivos deste Código e todos os requisitos legais e regulatórios aplicáveis. Elaborar e manter políticas e procedimentos para**

garantir que suas atividades cumpram os dispositivos deste Código e todos os requisitos legais e regulatórios aplicáveis. Políticas e procedimentos de *compliance* detalhados que cubram toda a empresa são ferramentas críticas para garantir que os Gestores cumpram seus requisitos legais quando estão administrando ativos de clientes. Além disso, os conceitos éticos fundamentais e com base em princípios contidos no Código devem ser colocados em operação com a implementação de políticas e procedimentos específicos. Procedimentos de *compliance* documentados auxiliam os Gestores no cumprimento das responsabilidades enumeradas no Código e garantem que os padrões expressos no Código sejam seguidos nas operações cotidianas das firmas. Os programas de *compliance* apropriados, controles internos e ferramentas de autoavaliação de cada Gestor dependerão de fatores como tamanho da firma e a natureza de seus negócios de gestão de investimentos.

- **Nomear um diretor de compliance responsável pela administração das políticas e procedimentos e pela investigação de reclamações referentes à conduta do Gestor ou da sua equipe.** Programas de compliance efetivos requerem que os Gestores nomeiem um diretor de compliance competente, experiente e crível, com poderes para executar suas obrigações. Dependendo do tamanho e da complexidade das suas operações, os Gestores podem nomear um funcionário que já faça parte de seus quadros para atuar como diretor de compliance, pode contratar um indivíduo para a função ou pode criar todo um departamento de compliance. Quando possível, o diretor de compliance deve ser independente das equipes de investimentos e operações, e deve estar diretamente subordinado ao CEO ou ao Conselho de Administração. O diretor de compliance e a gerência sênior

devem, com regularidade, deixar claro para todos os funcionários que o respeito às políticas e procedimentos de compliance é crucial e que qualquer pessoa que os violar será responsabilizada. Os Gestores devem considerar exigir que todos os funcionários confirmem que receberam uma cópia do Código (assim como de todas as alterações materiais subsequentes), que o entendem e concordam em cumpri-lo, e que denunciarão qualquer suspeita de violação do Código ao diretor de compliance designado. Os diretores de compliance devem tomar medidas para implementar o treinamento apropriado de funcionários e realizar auto-avaliações contínuas das práticas de cumprimento do Gestor para medir a eficácia das práticas. Entre outras coisas, o diretor de compliance deve ficar encarregado de analisar as transações da firma e dos funcionários a fim de garantir a prioridade dos interesses dos clientes. Como são constantes as mudanças de pessoal, de práticas comerciais e de produtos, a função do diretor de compliance (especialmente a função de manter a firma atualizada nesses assuntos) é particularmente importante. O diretor de compliance deve documentar e agir prontamente para lidar com quaisquer violações de cumprimento e trabalhar com a gerência para tomar as medidas disciplinares adequadas.

- **Garantir que as informações da carteira fornecidas aos clientes pelo Gestor sejam precisas e completas e providenciar a confirmação ou análise de tais informações por um terceiro independente.** Os Gestores têm a responsabilidade de garantir que as informações que fornecem aos clientes sejam precisas e completas. Ao receberem uma confirmação ou análise feita por um terceiro independente em relação a essas informações, os clientes têm um grau maior de confiança de que tais informações são corretas, o que pode aumentar a

credibilidade do Gestor. Tal verificação é ainda uma boa prática comercial e pode servir como ferramenta de gestão de risco para ajudar o Gestor a identificar potenciais problemas. A confirmação das informações da carteira pode assumir a forma de uma auditoria ou revisão, como é o caso da maioria dos veículos coletivos, ou podem assumir a forma de cópias dos extratos de conta e das confirmações de negociação do banco custodiante onde os ativos do cliente são mantidos.

- **Manter registros por um prazo apropriado e em um formato facilmente acessível.** Os Gestores devem reter registros que substanciem suas atividades de investimento, o escopo da pesquisa que fizeram, a fundamentação das suas conclusões e os motivos para as ações tomadas em nome do cliente. Os Gestores devem ainda reter cópias de outros registros relacionados ao cumprimento que embasem e substanciem a implementação do Código e das políticas e procedimentos relacionados, além dos registros de eventuais violações e medidas tomadas como resultado delas. Os registros podem ser mantidos impressos ou em formato eletrônico. Muitas vezes, os reguladores impõem exigências relacionadas à retenção de registros. Na falta de uma regulação dessa natureza, os Gestores devem determinar o período mínimo apropriado para a manutenção dos registros da organização. A menos que os regulamentos ou leis locais exijam de outra maneira, os Gestores devem manter os registros por um mínimo de sete anos.
- **Ter em seus quadros uma equipe qualificada e recursos humanos e tecnológicos suficientes para investigar completamente, analisar, implementar e monitorar as decisões e ações de investimento.** Para salvaguardar o relacionamento Gestor–cliente, os Gestores precisam alocar todos os recursos necessários para garantir que os interesses do cliente não sejam comprometidos.

Os clientes pagam valores significativos aos Gestores por serviços profissionais de gestão de ativos, e seus ativos devem ser manuseados com o máximo cuidado possível. Gestores de todos os estilos de investimento e tamanhos lutam com questões de custo e eficiência e tendem a ser cautelosos em relação a contratar mais pessoal em áreas operacionais importantes. Todavia, a proteção adequada dos ativos do cliente requer um suporte administrativo, interno e de *compliance*. Os Gestores devem garantir que controles internos adequados estejam implantados para evitar comportamentos fraudulentos. Uma consideração crítica é o emprego exclusivamente de pessoal qualificado. Os Gestores devem garantir que os ativos dos clientes sejam investidos, administrados e protegidos por uma equipe qualificada e experiente. O emprego de uma equipe qualificada reflete-se em uma atitude de colocar o cliente em primeiro lugar e ajuda a garantir que os Gestores estejam aplicando o cuidado e prudência necessários para cumprir suas obrigações perante o cliente. Este dispositivo não se destina a proibir a terceirização de certas funções, mas o Gestor retém a responsabilidade, inclusive civil, por todo trabalho terceirizado. Os Gestores têm uma responsabilidade perante os clientes de prestar precisamente os serviços que dizem oferecer. Os Gestores devem utilizar os recursos adequados para realizar a pesquisa e a análise necessárias para implementar suas estratégias de investimento, com a devida diligência e cuidado. Da mesma forma, os Gestores devem contar com recursos adequados para monitorar os valores da carteira e as estratégias de investimento. À medida que estratégias e instrumentos de investimento ficam cada vez mais sofisticados, a necessidade de se ter recursos suficientes para analisá-los e monitorá-los torna-se ainda mais importante.

- **Estipular um plano de continuidade de negócios para lidar com a recuperação em caso de desastres ou interrupção do curso normal de funcionamento dos mercados financeiros.** Parte do processo de salvaguardar os interesses do cliente consiste em estabelecer procedimentos para lidar com contas dos clientes e perguntas em situações de emergência nacional, regional ou local, ou ainda com interrupções do curso normal de funcionamento do mercado. Comumente chamada de planejamento de continuidade dos negócios ou de recuperação em caso de desastres, tal preparação tem uma importância crescente em um setor e mundo altamente suscetíveis a uma ampla gama de desastres e rupturas. O nível e a complexidade do planejamento de continuidade dos negócios depende do tamanho, natureza e complexidade da organização. No mínimo, os Gestores devem considerar ter o seguinte:
 - back-up adequado, preferencialmente externo, de todas as informações de contas,
 - planos alternativos para monitorar, analisar e negociar investimentos se os sistemas principais ficarem indisponíveis,
 - planos de comunicação com os principais fornecedores e prestadores de serviço,
 - planos de comunicação com funcionários e cobertura das funções críticas de trabalho em caso de inacessibilidade às instalações ou interrupção das comunicações, e
 - planos de comunicação e contato com clientes durante um período de inacessibilidade prolongada.

Diversos outros fatores podem ter de ser considerados quando se elabora o plano. De acordo com as necessidades da organização, entre esses fatores podem estar o estabelecimento de um escritório e de espaço operacional de reserva no caso de inaccessibilidade prolongada e para lidar com casos de morte ou partida de funcionários importantes. Como ocorre com qualquer planejamento comercial importante, os Gestores devem se assegurar de que todos os funcionários e a equipe conheçam o plano e sejam treinados especificamente nas suas áreas de responsabilidade. Os planos devem ser testados em toda a firma, em intervalos, para promover a compreensão por parte dos funcionários e identificar eventuais necessidades de ajuste.

- **Estabelecer um processo de gestão de risco em toda a empresa que identifique, meça e administre a posição de risco do Gestor e de seus investimentos, incluindo as fontes, natureza e grau de exposição ao risco.**

Muitos investidores, inclusive os que investem em fundos hedge e em investimentos alternativos ou estratégias alavancadas, investem especificamente para aumentar seus retornos ajustados pelo risco. Presumindo que algum risco é uma parte necessária desse processo. O básico de uma gestão de risco sólida pelos Gestores é tentar garantir que o perfil de risco desejado pelos clientes corresponda ao perfil de risco de seus investimentos. A gestão de risco deve complementar o processo de gestão de investimentos, e não concorrer com ele. Gestores de investimento devem implementar técnicas de gestão de risco consistentes com seu estilo e filosofia de investimento. Os tipos de riscos que os Gestores enfrentam incluem, entre outros, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco de contraparte, risco de concentração e vários tipos de risco operacional. Esses tipos

de risco devem ser analisados pelos Gestores como parte de um processo de gestão de risco abrangente para carteiras, estratégias de investimento e para a firma. Estes exemplos são meramente ilustrativos e podem não se aplicar a todas as organizações de investimento. Embora gestores de carteiras considerem questões de risco como parte da formulação de uma estratégia de investimento, o processo de gestão de risco da firma deve ser objetivo, independente e isolado da influência dos gestores de carteiras. Os Gestores podem querer descrever para os clientes como a estrutura de gestão de risco complementa o processo de gestão de carteiras, mantendo-se, porém, separado desse processo. Os Gestores devem considerar terceirizar as atividades de gestão de risco se uma função de gestão de risco separada não for adequada ou exequível por causa do tamanho da organização. Um processo de gestão de risco eficaz identifica fatores de risco para carteiras individuais, assim como para as atividades do Gestor como um todo. Com frequência, será apropriado que os gestores façam testes de stress, testes de cenário e backtests como parte da elaboração de modelos de risco que captem, de forma abrangente, a ampla gama de suas exposições a risco reais e contingentes. A meta desses modelos é determinar como as várias mudanças no mercado e nas condições de investimento podem afetar os investimentos. Os modelos de risco devem ser continuamente avaliados e testados, e os Gestores devem estar preparados para descrevê-los para os clientes. Contudo, apesar da importância dos modelos de risco, em última instância a eficácia da gestão de risco depende da experiência, ponderação e capacidade dos Gestores de analisar suas métricas de risco.

5. Performance e valorização

Os Gestores devem:

- **Apresentar informações de performance justas, precisas, relevantes, oportunas e completas. Os Gestores não devem fazer declarações enganosas sobre a performance de carteiras individuais ou da sua firma.** Embora a performance passada não seja necessariamente um indicador da performance futura, os registros históricos de desempenho são muitas vezes usados por potenciais clientes como parte do processo de avaliação quando vão contratar gestores de ativos. Os Gestores têm a obrigação de apresentar informações de performance que sejam uma representação justa de seu histórico e inclua todos os fatores relevantes. Particularmente, os Gestores devem se assegurar de que não dão declarações enganosas em relação a seu histórico ao assumir o crédito por uma performance que não seja sua (ou seja, quando não estavam administrando uma carteira ou produto específico) ou ao apresentar seletivamente certos períodos ou investimentos (ou seja, escolher só o que há de bom). Toda performance hipotética ou que tenha sido submetida a backtests deve ser claramente identificada como tal. Os Gestores devem proporcionar a máxima transparência de carteira que for possível na prática. Todas as informações voltadas para o futuro fornecidas aos clientes devem ser justas, precisas e completas. Encontra-se um modelo de relatório de performance justo, preciso e completo nos Global Investment Performance Standards (GIPS®), que se baseiam nos princípios de declaração justa e disclosure plena, e que foram criados para

atender as necessidades de uma ampla gama de mercados globais. Ao seguir esses padrões de relatórios de performance de um investimento, os Gestores ajudam a assegurar aos investidores que as informações de performance que estão sendo fornecidas são apresentadas de forma completa e justa. Quando os Gestores cumprem os padrões GIPS, tanto os clientes atuais como os potenciais saem ganhando, porque podem ter um grau mais alto de confiança na fiabilidade dos números de performance que os Gestores estão apresentando. Isso, por sua vez, aumenta o senso de confiança dos clientes em seus Gestores.

- **Usar preços justos de mercado para avaliar os valores do cliente e aplicar, de boa-fé, métodos para determinar o valor justo de quaisquer valores mobiliários em relação aos quais não haja uma cotação de mercado feita por um terceiro independente prontamente disponível.** Em geral, as taxas de Gestores de fundos são calculadas como uma porcentagem dos ativos que administram. Em alguns casos, uma taxa adicional é calculada como porcentagem dos retornos anuais ganhos sobre os ativos. Conseqüentemente, pode surgir um conflito de interesses em que o Gestor de carteiras tem uma responsabilidade adicional de determinar valores de final de período e retornos sobre os investimentos. Tais conflitos podem ser superados com a transferência da responsabilidade pela valorização dos ativos (incluindo moedas estrangeiras) para um terceiro independente. No caso de fundos coletivos, que têm conselhos administrativos compostos de membros independentes, os membros independentes devem ter a responsabilidade de aprovar as políticas e procedimentos de valorização de ativos e de analisar as valorizações. Nos casos de fundos coletivos sem diretores independentes, recomendamos que essa função seja assumida por terceiros independentes

especializados em fazer tais valorizações. Os Gestores devem usar métodos e técnicas de valorização amplamente aceitos para avaliar os valores mobiliários da carteira e outros investimentos e devem aplicá-los de maneira consistente.

6. Disclosures

Os Gestores devem:

- **Comunicar-se com os clientes de forma constante e oportuna.** Desenvolver e manter práticas de comunicação claras, frequentes e completas é crítico para prestar serviços financeiros de alta qualidade aos clientes. Entender as informações comunicadas a eles permite que os clientes saibam como os Gestores estão atuando por eles e lhes dá a oportunidade de tomar decisões bem fundamentadas em relação a seus investimentos. Os Gestores devem determinar a melhor forma de estabelecer linhas de comunicação que se adéquem às suas circunstâncias e que permitam aos clientes avaliar sua situação financeira.
- **Garantir que disclosures verdadeiras, precisas, completas e compreensíveis sejam apresentadas em um formato que comunique as informações de forma eficaz.** Os Gestores não devem dar declarações enganosas a respeito de nenhum aspecto de seus serviços ou atividades, incluindo (entre outros) suas qualificações ou credenciais, os serviços que prestam, seu histórico de desempenho e as características dos investimentos ou estratégias que usam. Uma declaração enganosa é uma declaração falsa ou uma omissão de fato, ou ainda qualquer declaração que, de alguma outra forma, seja falsa ou inverídica. Os Gestores devem

garantir que não ocorram declarações enganosas em declarações verbais, marketing (seja através da mídia em massa ou em brochuras impressas), comunicações eletrônicas ou materiais escritos (sejam eles publicamente disseminados ou não). Para serem eficazes, as declarações devem ser feitas em linguagem simples e de uma maneira projetada para comunicar efetivamente as informações aos clientes e potenciais clientes. Os Gestores devem determinar a frequência, forma e as circunstâncias específicas sob as quais as disclosures devem ser feitas.

- **Incluir todos os fatos materiais quando fizerem disclosures ou fornecerem informações sobre si mesmos, sobre sua equipe, sobre os investimentos e sobre o processo de investimento aos clientes.** Os clientes devem ter informações plenas e completas para julgar as habilidades dos Gestores e suas ações no investimento dos ativos do cliente. Informações “materiais” são informações que investidores razoáveis gostariam de conhecer para saber se optariam ou não por usar ou continuar a usar o Gestor.
- **Divulgar o seguinte:**
 - **Conflitos de interesse gerados por relacionamentos com corretores ou outras entidades, outras contas de clientes, estruturas de taxas, ou outras questões.** Muitas vezes, surgem conflitos de interesses na profissão de gestão de investimentos, conflitos esses que podem tomar muitas formas. A melhor prática é evitar tais conflitos, se possível. Quando os Gestores não podem, condizentemente, evitar conflitos, devem administrá-los com cuidado e divulgá-los aos clientes. A disclosure de conflitos de interesses protege os investidores ao lhes fornecer as informações de que

precisam para avaliar a objetividade dos conselhos e ações dos seus gestores, tomadas em nome dos clientes, e ao lhes disponibilizar as informações para julgar eles mesmos as circunstâncias, motivos e possíveis viés do Gestor. Exemplos de alguns dos tipos de atividade que podem constituir conflitos de interesses efetivos ou potenciais são o uso de soft dollars ou comissões agrupadas, taxas de indicação e colocação, taxas de acompanhamento, incentivos de vendas direcionados a arranjos de corretagem, distribuição de oportunidades de investimento entre carteiras semelhantes, valores do Gestor ou de funcionários nos mesmos valores mobiliários que os clientes, e o uso de corretores afiliados.

- **Ação regulatória ou disciplinar tomada contra o Gestor ou sua equipe em relação à conduta profissional.** Os históricos de conduta profissional são fatores importantes na seleção de um Gestor por um investidor. Esse histórico inclui medidas tomadas contra um Gestor por um regulador ou por outra organização. Os Gestores devem divulgar plenamente todas as instâncias significativas em que se julgou que o Gestor ou um funcionário tenha violado os padrões de conduta ou outros padrões de uma forma que reflita mal sobre a integridade, ética ou competência da organização ou do indivíduo.
- **O processo de investimento, incluindo informações referentes a períodos de vedação à negociação, estratégias, fatores de risco e uso de derivativos e alavancagem.** Os Gestores devem divulgar aos clientes e potenciais clientes a forma de tomada e implementação de decisões de investimento. Tais disclosures devem tratar da estratégia de investimento

geral e devem incluir uma discussão sobre os fatores de risco inerentes a essa estratégia. Entender as características básicas de um investimento é um fator importante para se julgar a compliance de cada investimento individualmente, mas é especialmente importante na determinação do efeito que cada investimento terá sobre as características da carteira do cliente. Apenas com uma compreensão profunda sobre a natureza do produto ou serviço de investimento o cliente pode determinar se as mudanças nesse produto ou serviço podem afetar materialmente seus objetivos de investimento.

- **Taxas de administração e outros custos de investimento cobrados dos investidores, inclusive quais custos compõem as taxas e as metodologias para a determinação de taxas e custos.** Os investidores têm o direito a disclosures completas e justas em relação aos custos associados aos serviços de gestão de investimento prestados. O material que deve ser divulgado inclui informações referentes a quaisquer taxas a serem pagas aos Gestores de forma contínua, além de custos periódicos conhecidos pelos Gestores e que afetarão os gastos gerais de investimento do investidor. No mínimo, os Gestores devem fornecer aos clientes os retornos bruto e líquido de taxas e divulgar todos os gastos pouco comuns. Uma declaração geral de que certas taxas e outros custos serão avaliados para os investidores pode não comunicar de maneira adequada o valor total dos gastos em que os investidores podem incorrer como resultado do investimento. Portanto, os Gestores devem não apenas usar uma linguagem simples na apresentação dessas informações, mas também devem explicar

claramente os métodos de determinação de todas as taxas e custos fixos e contingentes que serão incorridos pelos investidores, além de explicar também as transações que acionarão a imposição desses gastos. Os Gestores devem ainda, retrospectivamente, divulgar a cada cliente as taxas efetivas e outros custos cobrados, juntamente com as discriminações desses encargos, quando solicitado pelos clientes. Essa disclosure deve incluir a taxa de gestão específica, eventuais taxas de incentivo, além do valor das comissões pagas pelos Gestores em nome dos clientes durante o período. Ademais, os Gestores devem divulgar a potenciais clientes as despesas ou taxas médias ou esperadas em que provavelmente incorrerão.

- **O valor de todas as comissões em espécies ou agrupadas, os bens e/ ou serviços recebidos em troca, e como esses bens e/ou serviços beneficiam o cliente.** As comissões pertencem ao cliente e devem ser usadas em seu melhor interesse. Qualquer comissão em espécie ou agrupada deve ser usada em benefício do cliente. Os clientes merecem saber como suas comissões são gastas, o que receberam em retorno desses gastos, e como esses bens e/ou serviços os beneficiam.
- **A performance dos investimentos dos clientes, de forma regular e oportuna.** Os clientes podem, condizentemente, esperar receber relatórios regulares de performance das suas contas. Sem essas informações sobre a performance, mesmo no caso de veículos de investimento com períodos de vedação à negociação, não é possível para os clientes avaliar suas distribuições gerais de ativos (ou seja, incluindo ativos que não são mantidos ou administrados pelos Gestores) e determinar se um

remanejamento é necessário. Conseqüentemente, a menos que especificado em contrário pelo cliente, os Gestores devem fornecer, regularmente, relatórios sobre a performance. No mínimo, os Gestores devem mandar relatórios trimestrais aos clientes e, quando possível, eles devem ser entregues dentro de 30 dias após o final do trimestre.

- **Os métodos de valorização utilizados para tomar decisões de investimento e avaliar os valores do cliente.** Os clientes merecem saber se os ativos em suas carteiras são avaliados com base nos valores de fechamento do mercado, em avaliações de terceiros, em modelos de avaliação internos ou outros métodos. Este tipo de disclosure permite que os clientes comparem resultados de desempenho e determinem se fontes e métodos diferentes de avaliação podem explicar as diferenças nos resultados. Essa disclosure deve ser feita por classe de ativo e deve ser significativa (ou seja, não ser generalizada) para que os clientes possam entender como os valores mobiliários são avaliados.
- **As políticas de votação dos acionistas.** Como parte de suas obrigações fiduciárias, os Gestores que exercem autoridade de votação em relação a ações do cliente devem votar de uma maneira embasada e responsável. Esta obrigação inclui o dever primordial de dar o voto relativo às ações de forma que seja do interesse dos clientes. Para cumprir suas obrigações, os Gestores devem adotar políticas e procedimentos para a votação relativa às ações e divulgá-los aos clientes. Tais disclosures devem especificar, entre outras coisas, diretrizes para a instituição de revisões regulares em caso de questões novas ou controversas, mecanismos de análise de propostas

pouco comuns, instruções para se decidir se são adequadas ações adicionais quando os votos forem contra a administração corporativa, além de sistemas para o monitoramento de toda delegação de responsabilidade de voto por ação a outras pessoas. Os Gestores devem também divulgar aos clientes a forma de obtenção de informações sobre o assunto em que deram o voto por suas ações.

- **As políticas de distribuição de negociações.** Ao divulgar suas políticas de distribuição de negociações, os Gestores proporcionam aos clientes uma compreensão sobre como as negociações são distribuídas e dão expectativas realistas de qual será a sua prioridade no processo de distribuição de investimentos. Os Gestores devem divulgar aos clientes todas as mudanças nas políticas de distribuição de negociações. Ao criar e divulgar políticas de distribuição de negociações que tratam os clientes de maneira justa, os Gestores promovem um ambiente de abertura e confiança com os clientes.
- **Os resultados da análise ou da auditoria do fundo ou da conta.** Se o gestor enviar seus fundos ou contas (geralmente fundos coletivos ou mútuos) para uma revisão ou auditoria anual, deve divulgar os resultados para os clientes. Essa disclosure permite que os clientes cobrem dos Gestores e os alerta em relação a quaisquer potenciais problemas.
- **Mudanças expressivas de equipe ou da organização que tenham ocorrido no Gestor.** Os Clientes devem ser informados, oportunamente, sobre mudanças significativas nos quadros do Gestor. Mudanças

“significativas” incluem troca de pessoal, atividades de fusão e aquisição do Gestor, e ações similares.

- **Os processos de gestão de risco.** Os Gestores devem divulgar aos clientes seus processos de gestão de risco. Mudanças materiais no processo de gestão de risco também devem ser divulgadas. Os Gestores devem ainda considerar divulgar regularmente informações de risco específicas e informações específicas em relação a estratégias de risco relacionadas a cada cliente. Os Gestores devem fornecer aos clientes informações detalhando quais métricas relevantes de risco podem esperar receber no nível de produto/carteira individual.

15.4 Prevenção Contra a Lavagem de Dinheiro

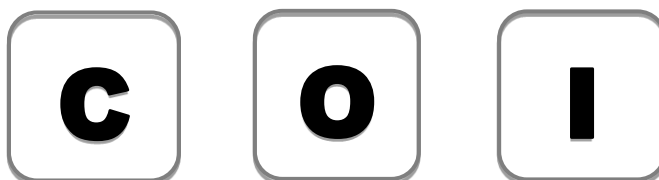
15.4.1 Conceito de lavagem de dinheiro. Legislação

A Lei 9613/98 e suas modificações tipifica lavagem de dinheiro como um conjunto de operações comerciais ou financeiras que tem por objetivo a incorporação na economia de recursos, bens e serviços de origem ou ligação com atos ilícitos. Resumidamente, lavagem de dinheiro é fazer com que produtos ou recursos de origem criminosa, pareçam adquiridos legalmente.

Desta forma, podemos entender lavagem de dinheiro como sendo um processo de conversão de recursos financeiros originados em uma atividade criminosa, em fundos de origem aparentemente licita. Logo, representa a aplicação dos lucros, obtidos nas

diversas modalidades dos crimes praticados, em atividades legais e seu retorno ao financiamento de ações criminosas.

O processo de lavagem de dinheiro tem, normalmente, três etapas (guarde essa sigla):



1ª. Colocação: Fazer o dinheiro passar pelo caixa ou balcão dos bancos.

É a colocação do dinheiro ilícito no sistema financeiro, distanciando-o da sua origem de forma a torná-lo mais portátil e menos suspeito.

Ex.: Depósitos em espécie, de valores que não necessitam de registro.

2ª. Ocultação: Confundir o rastreamento por meio de transferências e/ou aplicações múltiplas.

Compreende a realização de uma série de transações financeiras que, em sua variedade, complexidade e volume, procuram esconder o dinheiro ilícito. O objetivo é quebrar a cadeia de evidências ante a possibilidade da realização de investigações sobre a origem do dinheiro. Os criminosos buscam movimentá-lo de forma eletrônica,

transferindo os ativos para contas anônimas ou realizando depósitos em contas "fantasmas".

3ª. Integração: trazer o dinheiro de volta à economia, agora com origem, aparentemente, legítima.

É o passo final no ciclo da lavagem. O dinheiro ilícito que agora está "limpo" é incorporado, formalmente, ao sistema econômico. As organizações criminosas buscam investir em empreendimentos que facilitem suas atividades, podendo tais sociedades prestar serviços entre si, por meio de empréstimos ou geração de lucros falsos. Uma vez formada a cadeia, torna-se cada vez mais fácil legitimar o dinheiro ilegal.

15.4.1.1 Legislação e regulamentação aplicável – crime e infração administrativa

No Brasil, o crime da lavagem de dinheiro foi regulamentado pela Lei 9613/98 alterada pela Lei 12.683 de 2012, que ampliou a abrangência da legislação penal e configurou o crime como sendo a “dissimulação e ocultação da origem de recursos provenientes de qualquer crime ou contravenção penal”, como jogo do bicho e exploração de máquinas de caça-níqueis. Mais recentemente, em 23 janeiro de 2020 entrou em vigor, a Circular 3.978 do Banco Central do Brasil e a Instrução CVM 617 de 5 de dezembro de 2019 que detalham e dispõem sobre a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo – PLDFT no âmbito do mercado financeiro e de valores mobiliários.

A regulamentação em vigor dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco

Central do Brasil visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016.

Para os fins da regulamentação aplicável, os crimes referidos acima são denominados genericamente “lavagem de dinheiro” e “financiamento do terrorismo”.

15.4.1.2 Responsabilidades administrativa e legal. Entidades e pessoas físicas sujeitas à lei e a regulamentação

Sujeitam-se às obrigações previstas na regulamentação aplicável, no limite de suas atribuições:

- I. as pessoas naturais ou jurídicas que prestem no mercado de valores mobiliários, em caráter permanente ou eventual, os serviços relacionados à distribuição, custódia, intermediação, ou administração de carteiras;
- II. entidades administradoras de mercados organizados e as entidades operadoras de infraestrutura do mercado financeiro;
- III. as demais pessoas referidas em regulamentação específica que prestem serviços no mercado de valores mobiliários, incluindo:
 - a. os escrituradores;
 - b. os consultores de valores mobiliários;
 - c. as agências de classificação de risco;
 - d. os representantes de investidores não residentes; e

- e. as companhias securitizadoras; e
- IV. os auditores independentes no âmbito do mercado de valores mobiliários.

Importante: No que diz respeito à ICVM 617/19, esta não se aplica aos analistas de valores mobiliários e às companhias abertas, desde que não exerçam outras atividades abrangidas pelos incisos I a IV do caput.

As instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários devem submeter os agentes autônomos de investimento e demais prepostos a elas vinculados à sua respectiva política de PLDFT, bem como às regras, procedimentos e controles internos estabelecidas nos termos da presente Instrução.

15.4.2 Modelo de abordagem baseada em risco

15.4.2.1 Avaliação Interna de Risco

As instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem realizar avaliação interna com o objetivo de identificar e mensurar o risco de utilização de seus produtos e serviços na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo.

Para identificação do risco de que trata o caput, a avaliação interna deve considerar, no mínimo, os perfis de risco:

- I. dos clientes;
- II. da instituição, incluindo o modelo de negócio e a área geográfica de atuação;

- III. das operações, transações, produtos e serviços, abrangendo todos os canais de distribuição e a utilização de novas tecnologias; e
- I. das atividades exercidas pelos funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados.

O risco identificado deve ser avaliado quanto à sua probabilidade de ocorrência e à magnitude dos impactos financeiro, jurídico, reputacional e socioambiental para a instituição.

Devem ser definidas categorias de risco que possibilitem a adoção de controles de gerenciamento e de mitigação reforçados para as situações de maior risco e a adoção de controles simplificados nas situações de menor risco.

Devem ser utilizadas como subsídio à avaliação interna de risco, quando disponíveis, avaliações realizadas por entidades públicas do País relativas ao risco de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

A avaliação interna de risco pode ser realizada de forma centralizada em instituição do conglomerado prudencial e do sistema cooperativo de crédito.

As instituições que optarem por realizar a avaliação interna de risco na forma do caput devem formalizar essa opção em reunião do conselho de administração ou, se inexistente, da diretoria da instituição.

A avaliação interna de risco deve ser:

- I. documentada e aprovada pelo diretor responsável pelo cumprimento das obrigações previstas na Circular 3978/20 e ICVM 617/19;
- II. encaminhada para ciência:

- III. ao comitê de risco, quando houver;
- IV. ao comitê de auditoria, quando houver; e
- V. ao conselho de administração ou, se inexistente, à diretoria da instituição; e
- VI. revisada a cada dois anos, bem como quando ocorrerem alterações significativas nos perfis de risco como segue:
 - a. para identificação do risco, devem realizar avaliação interna com o objetivo de identificar e mensurar o risco de utilização de seus produtos e serviços na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo, a avaliação interna deve considerar, no mínimo, os perfis de risco:
 - 1. dos clientes;
 - 2. da instituição, incluindo o modelo de negócio e a área geográfica de atuação;
 - 3. das operações, transações, produtos e serviços, abrangendo todos os canais de distribuição e a utilização de novas tecnologias; e
 - 4. das atividades exercidas pelos funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados.

15.4.2.2 Política direcionada às características e riscos relevantes da instituição

As instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem dispor de estrutura de governança, visando a assegurar o cumprimento da política referida no art. 2º e dos procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo previstos na Circular 3978/20.

Devem, ainda, indicar formalmente ao Banco Central do Brasil, diretor responsável pelo cumprimento das obrigações previstas na Circular.

O diretor mencionado acima pode desempenhar outras funções na instituição, desde que não haja conflito de interesses.

A responsabilidade mencionada no caput deve ser observada em cada instituição, mesmo no caso de opção pela faculdade estabelecida como segue: nos arts. 4º, 11, 42, 46 e 52.

- I. Admite-se a adoção de política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo única por conglomerado prudencial e por sistema cooperativo de crédito. As instituições que não constituírem política própria, em decorrência do disposto no caput, devem formalizar a opção por essa faculdade em reunião do conselho de administração ou, se inexistente, da diretoria da instituição.
- II. A avaliação interna de risco pode ser realizada de forma centralizada em instituição do conglomerado prudencial e do sistema cooperativo de crédito. As instituições que optarem por realizar a avaliação interna de risco na forma do caput, devem formalizar essa opção em reunião do conselho de administração ou, se inexistente, da diretoria da instituição.
- III. Os procedimentos de monitoramento e seleção referidos no art. 39 da Circular 3978/20 podem ser realizados de forma centralizada em instituição do conglomerado prudencial e do sistema cooperativo de crédito. As instituições que optarem por realizar os procedimentos de monitoramento e seleção na forma do caput devem formalizar essa opção em reunião do conselho de administração ou, se inexistente, da diretoria da instituição.

- IV. Os procedimentos de análise referidos no art. 43 podem ser realizados de forma centralizada em instituição do conglomerado prudencial e do sistema cooperativo de crédito. As instituições que optarem por realizar os procedimentos de análise na forma do caput, devem formalizar a opção em reunião do conselho de administração ou, se inexistente, da diretoria da instituição.
- V. As comunicações podem ser realizadas de forma centralizada por meio de instituição do conglomerado prudencial e de sistema cooperativo de crédito, em nome da instituição na qual ocorreu a operação ou a situação. As instituições que optarem por realizar as comunicações de forma centralizada, nos termos do caput, devem formalizar a opção em reunião do conselho de administração ou, se inexistente, da diretoria da instituição.

15.4.2.3 Controle de efetividade das políticas e procedimentos

As instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central devem instituir mecanismos de acompanhamento e de controle, de modo a assegurar a implementação e a adequação da política, dos procedimentos e dos controles internos de que trata esta Circular, incluindo:

- I. a definição de processos, testes e trilhas de auditoria;
- II. a definição de métricas e indicadores adequados; e
- III. a identificação e a correção de eventuais deficiências.

Os mecanismos de que trata o caput devem ser submetidos a testes periódicos pela auditoria interna, quando aplicáveis, compatíveis com os controles internos da instituição.

15.4.3 Clientes/investidores

15.4.3.1 Ações preventivas: princípio do “conheça seu cliente”

O princípio do "Know Your Customer" (Conheça seu Cliente) para instituições financeiras está centrado no cadastramento, manutenção e acompanhamento das informações referentes aos clientes estipuladas pela Circular 2025/93.

A legislação recomenda que se utilize um formulário de identificação. Desde o início de qualquer relação financeira, a instituição que aceitar a transação deverá se convencer de que o novo cliente ou parceiro de negócios é realmente quem afirma ser, e de que não existem motivos para suspeitas de qualquer envolvimento na lavagem de dinheiro e/ou atividades criminosas.

15.4.3.1.1 Função do cadastro e implicações de um cadastro desatualizado e análise da capacidade financeira do cliente

O primeiro passo é obter do possível cliente as informações necessárias para o correto cadastramento através dos documentos exigidos. Uma vez estabelecida a identificação, o cadastro deve seguir para uma análise geral, onde possa ser verificada a veracidade e conformidade dos dados coletados e sua autenticidade.

Uma vez estabelecida a identificação do cliente, se faz necessário que o contratante dos serviços de um fornecedor tenha o conhecimento da origem do patrimônio do cliente.

15.4.3.1.2 O princípio “conheça seu cliente” como forma de proteção da instituição financeira e do profissional

Qual a origem do patrimônio do cliente? Qual o faturamento mensal ou anual do cliente? O que é vendido? Quais são os parceiros?

Qualquer transação que ocorra, deve exigir o conhecimento da origem, pois, em alguns casos pode estar vindo de uma fonte que não seja confiável e que ofereça risco.

Conhecer a origem dos recursos utilizados, saber onde serão alocados esses recursos é fundamental.

Caso o profissional não consiga estabelecer a origem dos recursos com base nessas questões, alguma coisa deve estar errada com o seu processo de avaliação do cliente. É importante tanto para a instituição quanto para o profissional, o conhecimento de onde é feita a aquisição dos recursos e onde os mesmos serão utilizados, dessa forma, será minimizada as chances de envolvimento com atividades criminosas.

15.4.4 Registro de Operações

As instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central devem manter registros de todas as operações realizadas, produtos e serviços contratados, inclusive saques, depósitos, aportes, pagamentos, recebimentos e transferências de recursos.

Os registros referidos no caput devem conter, no mínimo, as seguintes informações sobre cada operação:

- I. tipo;
- II. valor, quando aplicável;
- III. data de realização;
- IV. nome e número de inscrição no CPF ou no CNPJ do titular e do beneficiário da operação, no caso de pessoa residente ou sediada no País; e
- V. canal utilizado.

No caso de operações envolvendo pessoa natural residente no exterior desobrigada de inscrição no CPF, na forma definida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, as instituições devem incluir no registro, as seguintes informações:

- I. nome;
- II. tipo e número do documento de viagem e respectivo país emissor; e
- III. organismo internacional de que seja representante para o exercício de funções específicas no País, quando for o caso.

No caso de operações envolvendo pessoa jurídica com domicílio ou sede no exterior desobrigada de inscrição no CNPJ, na forma definida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, as instituições devem incluir no registro as seguintes informações:

- I. nome da empresa; e
- II. número de identificação ou de registro da empresa no respectivo país de origem.

Os registros de que são tratados até aqui devem ser realizados inclusive nas situações em que a operação ocorrer no âmbito da mesma instituição.

No caso de operações relativas a pagamentos, recebimentos e transferências de recursos, por meio de qualquer instrumento, as instituições participantes do mercado financeiro e de capitais devem incluir nos registros de todas as operações realizadas, produtos e serviços contratados, inclusive saques, depósitos, aportes, pagamentos, recebimentos e transferências de recursos, as informações necessárias à identificação da origem e do destino dos recursos.

A origem mencionada acima refere-se à instituição pagadora, sacada ou remetente e à pessoa sacada ou remetente dos recursos, bem como ao instrumento de transferência ou de pagamento utilizado na transação.

O destino dos recursos estabelecidos na norma, refere-se à instituição recebedora ou destinatária e à pessoa recebedora ou destinatária dos recursos, bem como ao instrumento de transferência ou de pagamento utilizado na transação.

Para fins do cumprimento do disposto acima, devem ser incluídas no registro das operações, no mínimo, as seguintes informações, quando couber:

- I. nome e número de inscrição no CPF ou no CNPJ do remetente ou sacado;
- II. nome e número de inscrição no CPF ou no CNPJ do recebedor ou beneficiário;
- III. códigos de identificação, no sistema de liquidação de pagamentos ou de transferência de fundos, das instituições envolvidas na operação; e
- IV. números das dependências e das contas envolvidas na operação.

No caso de transferência de recursos por meio de cheque, as instituições mencionadas no art. 1º devem incluir no registro da operação, além das informações referidas no item acima, o número do cheque.

Caso as instituições referidas no art. 1º estabeleçam relação de negócio com terceiros não sujeitos à autorização para funcionar do Banco Central do Brasil, participantes de arranjo de pagamento do qual a instituição também participe, deve ser estipulado em contrato o acesso da instituição à identificação dos destinatários finais dos recursos, para fins de prevenção à lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo.

O registro da operação citado na Lei se aplica inclusive no caso de relação de negócio que envolva a interoperabilidade com arranjo de pagamento não sujeito à autorização pelo Banco Central do Brasil, do qual as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central não participem.

No caso de transferência de recursos por meio da compensação interbancária de cheque, a instituição sacada deve informar à instituição depositária, e a instituição depositária deve informar à instituição sacada, os números de inscrição no CPF ou no CNPJ dos titulares da conta sacada e da conta depositária, respectivamente.

No caso de operações com utilização de recursos em espécie de valor individual superior a R\$2.000,00 (dois mil reais), as instituições referidas na Lei devem incluir no registro, além das informações previstas nos arts. 28 e 30 da Circular 3978/20, o nome e o respectivo número de inscrição no CPF do portador dos recursos.

No caso de operações de depósito ou aporte em espécie de valor individual igual ou superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), as instituições participantes do mercado

financeiro e do sistema de distribuição de valores mobiliários devem incluir no registro, além das informações previstas descritas no parágrafo acima:

- I. o nome e o respectivo número de inscrição no CPF ou no CNPJ, conforme o caso, do proprietário dos recursos;
- II. o nome e o respectivo número de inscrição no CPF do portador dos recursos; e
- III. a origem dos recursos depositados ou aportados.

Na hipótese de recusa do cliente ou do portador dos recursos em prestar a informação referida no item III acima, a instituição deve registrar o fato e utilizar essa informação nos procedimentos de monitoramento, seleção e análise de que tratam os arts. 38 a 47 da Circular 3978/20.

No caso de operações de saque, inclusive as realizadas por meio de cheque ou ordem de pagamento, de valor individual igual ou superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), as instituições devem incluir no registro, além das informações previstas nos arts. 28 e 30 da Circular 3978/20:

- I. o nome e o respectivo número de inscrição no CPF ou no CNPJ, conforme o caso, do destinatário dos recursos;
- II. o nome e o respectivo número de inscrição no CPF do portador dos recursos;
- III. a finalidade do saque; e
- IV. o número do protocolo de atendimento ao cliente ou ao sacador não cliente, no qual devem ser informados o valor da operação, a dependência na qual deverá ser efetuado o saque e a data programada para o saque.

Em havendo a recusa do cliente ou do portador dos recursos em prestar a informação referida no item III imediatamente acima, a instituição deve registrar o fato e utilizar essa informação nos procedimentos de monitoramento, seleção e análise de que tratam os art. 38 a 47 da Circular 3978/20.

As instituições sujeitas à Lei devem requerer dos sacadores clientes e não clientes, solicitação de provisionamento com, no mínimo, três dias úteis de antecedência, das operações de saque, inclusive as realizadas por meio de cheque ou ordem de pagamento, de valor igual ou superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

As operações de saque de que trata o parágrafo acima devem ser consideradas individualmente, para efeitos de observação do limite previsto.

As instituições referidas devem:

- I. possibilitar a solicitação de provisionamento por meio do sítio eletrônico da instituição na internet e das agências ou Postos de Atendimento;
- II. registrar, no ato da solicitação de provisionamento, as informações indicadas no art. 35, conforme o caso.

No caso de saque em espécie a ser realizado por meio de cheque por sacador não cliente, a solicitação de provisionamento de que trata o caput deve ser realizada exclusivamente em agências ou em Postos de Atendimento.

O disposto no artigo 36 da Lei 3.978/20 deve ser observado sem prejuízo do art. 2º da Resolução nº 3.695, de 26 de março de 2009.

As instituições participantes do mercado devem manter registro específico de recebimentos de boleto de pagamento pagos com recursos em espécie.

A instituição que receber boleto de pagamento que não seja de sua emissão deve remeter à instituição emissora a informação de que o boleto foi pago em espécie.

15.4.5 Operações suspeitas

Algumas práticas frequentes dos criminosos para burlar a fiscalização e os controles de uma instituição bancária podem ser:

- Dividir um alto volume de recursos em pequenos valores que não caracterizem operação de risco e não sejam passíveis de registro e comunicação aos órgãos fiscalizadores.
- Transferências sequenciais entre diversas contas em diferentes bancos e, logo em seguida, com saque em dinheiro “na boca do caixa”, dificultando o rastreamento dos depósitos;
- Aberturas de contas em nome de clientes fantasmas ou “laranjas”;
- Trocas de grandes quantidades de notas de pequeno valor por notas de grande valor ou em moeda estrangeira por moeda nacional;
- Operações elevadas com traveller checks (cheque de viagem);
- Elevadas aplicações no mercado de títulos e valores mobiliários ou de derivativos;
- Mescla de recursos oriundos de atividades criminais com atividades legais.

15.4.5.1 Caracterização

As instituições obrigadas à Lei devem implementar procedimentos de monitoramento, seleção e análise de operações e situações com o objetivo de identificar e dispensar especial atenção às suspeitas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

Para os fins do estabelecido na Circular 3.978/20, operações e situações suspeitas referem-se a qualquer operação ou situação que apresente indícios de utilização da instituição para a prática dos crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

Os procedimentos referidos acima devem ser aplicados, inclusive, às propostas de operações.

Os procedimentos mencionados devem:

- I. ser compatíveis com a política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, tratados no art. 2º da Circular 3.978/20;
- II. ser definidos com base na avaliação interna de risco definidas no art. 10;
- III. considerar a condição de pessoa exposta politicamente, constante no art. 27,
- IV. bem como a condição de representante, familiar ou estreito colaborador da pessoa exposta politicamente, definidos no art. 19; e
- V. estar descritos em manual específico, aprovado pela diretoria da instituição.

15.4.5.2 Obrigatoriedade de comunicação e controle – instituições, empresas e autoridades competentes

As instituições referidas no art. 1º devem comunicar ao Coaf as operações ou situações suspeitas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

A decisão de comunicação da operação ou situação ao Coaf deve:

- I. ser fundamentada com base nas informações contidas no dossiê mencionado exigido no art. 43, § 2º da Circular 3.978/20;
- II. ser registrada de forma detalhada no dossiê mencionado no mesmo artigo e parágrafo citado no item I acima; e
- III. ocorrer até o final do prazo de análise estabelecido no art. 43, § 1º.

A comunicação da operação ou situação suspeita ao Coaf deve ser realizada até o dia útil seguinte ao da decisão de comunicação.

As instituições sujeitas à Lei de Lavagem de Dinheiro devem comunicar ao Coaf:

- I. as operações de depósito ou aporte em espécie ou saque em espécie de valor igual ou superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais);
- II. as operações relativas a pagamentos, recebimentos e transferências de recursos, por meio de qualquer instrumento, contra pagamento em espécie, de valor igual ou superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais); e
- III. a solicitação de provisionamento de saques em espécie de valor igual ou superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) de que trata o art. 36.

Importante: a comunicação mencionada no caput deve ser realizada até o dia útil seguinte ao da ocorrência da operação ou do provisionamento.

As instituições devem realizar as comunicações mencionadas acima sem dar ciência aos envolvidos ou a terceiros.

As comunicações alteradas ou canceladas após o quinto dia útil seguinte ao da sua realização devem ser acompanhadas de justificativa da ocorrência.

As comunicações podem ser realizadas de forma centralizada por meio de instituição do conglomerado prudencial e de sistema cooperativo de crédito, em nome da instituição na qual ocorreu a operação ou a situação.

As instituições que optarem por realizar as comunicações de forma centralizada, nos termos do caput, devem formalizar a opção em reunião do conselho de administração ou, se inexistente, da diretoria da instituição.

As comunicações citadas nos arts. 48 e 49 da Circular 3.978/20 devem especificar, quando for o caso, se a pessoa objeto da comunicação:

- I. é pessoa exposta politicamente ou representante, familiar ou estreito colaborador dessa pessoa;
- II. é pessoa que, reconhecidamente, praticou ou tenha tentado praticar atos terroristas ou deles participado ou facilitado o seu cometimento; e
- III. é pessoa que possui ou controla, direta ou indiretamente, recursos na instituição, no caso do item II.

As instituições de que trata o art. 1º que não tiverem efetuado comunicações ao Coaf em cada ano civil deverão prestar declaração, até dez dias úteis após o encerramento do referido ano, atestando a não ocorrência de operações ou situações passíveis de comunicação.

As instituições referidas no art. 1º devem se habilitar para realizar as comunicações no Sistema de Controle de Atividades Financeiras (Siscoaf), do Coaf.

15.4.6 Indisponibilidade de bens, direitos e valores em decorrência de resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas

As pessoas naturais ou jurídicas que prestem no mercado de valores mobiliários, em caráter permanente ou eventual, os serviços relacionados à distribuição, custódia, intermediação, ou administração de carteiras e ainda os auditores independentes no âmbito do mercado de valores mobiliários, mencionadas nos incisos I a IV do art. 3º da ICVM 617/19, devem cumprir, imediatamente e sem aviso prévio aos sancionados, as medidas estabelecidas nas resoluções sancionatórias do CSNU ou as designações de seus comitês de sanções que determinem a indisponibilidade de ativos, de quaisquer valores, de titularidade, direta ou indireta, de pessoas naturais, de pessoas jurídicas ou de entidades, nos termos da Lei nº 13.810, de 2019, sem prejuízo do dever de cumprir determinações judiciais de indisponibilidade também previstas na referida lei.

As pessoas mencionadas citadas no parágrafo acima devem ainda informar, sem demora, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e à CVM, a existência de pessoas e ativos sujeitos às determinações de indisponibilidade referidas no caput a que deixaram de dar o imediato cumprimento, justificando as razões para tanto.

A indisponibilidade de que trata o parágrafo acima refere-se à proibição de transferir, converter, trasladar, disponibilizar ativos ou deles dispor, direta ou indiretamente, incidindo inclusive sobre os juros e outros frutos civis e rendimentos

decorrentes do contrato, conforme o previsto no inciso II do art. 2º e no § 2º do art. 31 da Lei nº 13.810, de 2019.

Ainda em relação ao que é relatado nos incisos I a IV do art. 3º, as pessoas obrigadas devem adotar os procedimentos abaixo, sem que para tanto seja necessária a comunicação da CVM de que trata o inciso I do art. 10 da Lei nº 13.810, de 2019:

- I. monitorar, direta e permanentemente, as determinações de indisponibilidade referidas no caput, bem como eventuais informações a serem observadas para o seu adequado atendimento, inclusive o eventual levantamento total ou parcial de tais determinações em relação à pessoas, entidades ou ativos, visando ao cumprimento imediato do quanto determinado, acompanhando para tanto, sem prejuízo da adoção de outras providências de monitoramento, as informações divulgadas na página do CSNU na rede mundial de computadores; e
- II. comunicar imediatamente a indisponibilidade de ativos e as tentativas de sua transferência relacionadas às pessoas naturais, às pessoas jurídicas ou às entidades sancionadas por resolução do CSNU ou por designações de seus comitês de sanções, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.810, de 2019:
 - a. à CVM;
 - b. ao MJSP;
 - c. à Unidade de Inteligência Financeira; e
- III. manter sob verificação, a existência ou o surgimento, em seu âmbito, de ativos alcançados pelas determinações de indisponibilidade de que trata o caput, para efeito de pôr tais ativos imediatamente, tão logo detectados, sob o regime de

indisponibilidade previsto no inciso II do art. 2º e no § 2º do art. 31 da Lei nº 13.810, de 2019.

No rol do que estabelece nos incisos I a IV do art. 3º, as pessoas naturais ou jurídicas que prestem no mercado de valores mobiliários, em caráter permanente ou eventual, os serviços relacionados à distribuição, custódia, intermediação, ou administração de carteiras e ainda os auditores independentes no âmbito do mercado de valores mobiliários devem proceder ao imediato levantamento da indisponibilidade de ativos de que trata o caput, nas hipóteses de exclusão de pessoas, entidades ou ativos das correspondentes listas do CSNU ou de seus comitês de sanções.

O cumprimento das obrigações de sanções impostas por resoluções do CSNU estabelecidas no Capítulo VII da ICVM 617;19 não devem se submeter aos parâmetros da abordagem baseada em risco de LDFT.

E para assegurar o fiel cumprimento do disposto no art. 27 da ICVM, as pessoas naturais ou jurídicas que prestem no mercado de valores mobiliários, em caráter permanente ou eventual, os serviços relacionados à distribuição, custódia, intermediação, ou administração de carteiras e ainda os auditores independentes devem, no limite de suas atribuições, adequar suas regras, procedimentos e controles internos no tocante a todas as relações de negócio já existentes, ou que venham a ser posteriormente iniciadas em seu âmbito, quanto às quais possam ser identificadas como interessadas pessoas físicas, pessoas jurídicas ou entidades alcançadas pelas determinações de indisponibilidade tratados no artigo 27.

15.4.7 Princípio do “conheça seu parceiro”

As instituições sujeitas à Lei devem implementar procedimentos destinados a conhecer seus funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados, incluindo procedimentos de identificação e qualificação.

Os procedimentos referidos acima devem ser compatíveis com a política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo de que trata o art. 2º e com a avaliação interna de risco de que é tratada no art. 10 da Circula Bacen 3.978/20, que estabelece a realização de avaliação interna com o objetivo de identificar e mensurar o risco de utilização de seus produtos e serviços na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo.

As instituições devem adotar procedimentos destinados a conhecer seus funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados, incluindo procedimentos de identificação e qualificação que devem ser formalizados em documento específico aprovado pela diretoria da instituição. O documento mencionado deve ser mantido atualizado.

As instituições obrigadas à Lei devem classificar as atividades exercidas por seus funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados nas categorias de risco definidas na avaliação interna de risco, nos termos do art. 10.

A classificação em categorias de risco mencionada no caput deve ser mantida atualizada.

Os critérios para a classificação em categorias de risco referida no parágrafo acima devem estar previstos e devem ser formalizados em documento específico aprovado pela diretoria da instituição.

As informações relativas aos funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados devem ser mantidas atualizadas, considerando inclusive eventuais alterações que impliquem mudança de classificação nas categorias de risco.

As instituições sujeitas à Lei, na celebração de contratos com instituições financeiras sediadas no exterior, devem:

- I. obter informações sobre o contratado que permitam compreender a natureza de sua atividade e a sua reputação;
- II. verificar se o contratado foi objeto de investigação ou de ação de autoridade supervisora relacionada com lavagem de dinheiro ou com financiamento do terrorismo;
- III. certificar que o contratado tem presença física no país onde está constituído ou licenciado;
- IV. conhecer os controles adotados pelo contratado relativos à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;
- V. obter a aprovação do detentor de cargo ou função de nível hierárquico superior ao do responsável pela contratação; e
- VI. dar ciência do contrato de parceria ao diretor mencionado no art. 9º da Circular Bacen 3.978/20.

O disposto no item acima aplica-se inclusive às relações de parceria estabelecidas com bancos correspondentes no exterior.

As instituições obrigadas, na celebração de contratos com terceiros não sujeitos à autorização para funcionar do Banco Central do Brasil, participantes de arranjo de pagamento do qual a instituição também participe, devem:

- I. obter informações sobre o terceiro que permitam compreender a natureza de sua atividade e a sua reputação;
- II. verificar se o terceiro foi objeto de investigação ou de ação de autoridade supervisora relacionada com lavagem de dinheiro ou com financiamento do terrorismo;
- III. certificar que o terceiro tem licença do instituidor do arranjo para operar, quando for o caso;
- IV. conhecer os controles adotados pelo terceiro relativos à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; e
- V. dar ciência do contrato ao diretor mencionado no art. 9º da Circular 3.978/20.

15.4.8 Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF

A Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020, reestruturou o COAF, criado pela Lei nº 9.6134, de 3 de março de 1998, vinculando-o administrativamente ao Banco Central do Brasil. As competências do COAF não foram alteradas.

O Brasil é membro do GAFI, além de ser signatário de convenções das Nações Unidas que envolvem o tema Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

Na condição de membro pleno do GAFI, o Brasil assumiu o compromisso de seguir e implementar suas Quarenta Recomendações, dentre elas a Recomendação 29, que dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de uma UIF com jurisdição nacional e com autonomia operacional.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) é a Unidade de Inteligência Financeira (UIF) brasileira e participa ativamente das atividades e reuniões dos principais organismos multilaterais relacionados à prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT).

O COAF coordena a participação brasileira em diversas organizações multigovernamentais de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT). O Conselho participa ativamente das atividades e reuniões dos principais organismos multilaterais relacionados ao tema.

O Brasil integra desde 1999 o Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI/FATF) e o Grupo de Egmont de Unidades de Inteligência Financeira. Desde 2000, também faz parte do Grupo de Ação Financeira da América Latina (Gafilat).

O Coaf busca internalizar as discussões e orientações de como implantar as recomendações dos organismos internacionais, com o objetivo de se adequar às melhores práticas adotadas para combater de forma mais efetiva os delitos financeiros, resguardando-se a soberania do país. Cabe ressaltar que a atuação internacional conta sempre com o apoio dos diversos órgãos governamentais brasileiros envolvidos no tema.

O conselho também se relaciona com as Unidades de Inteligência Financeiras de outros países, quer seja na troca de informações, quer seja prestando assistência àquelas unidades que solicitaram apoio, especialmente para treinamento.

Outras Atribuições:

- Coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores;
- Requerer aos órgãos da Administração Pública as informações cadastrais bancárias e financeiras de pessoas envolvidas em atividades suspeitas;
- Comunicar às autoridades competentes para a instauração dos procedimentos cabíveis, quando concluir pela existência de crimes previstos nesta Lei, de fundados indícios de sua prática, ou de qualquer outro ilícito.

16 Administração Pública (Licitações e Contratos)

16.1 Administração Pública

A Administração Pública poderá ser conceituada em sentido subjetivo (entidades e sujeitos que nela atuam) e objetivo (objeto por ela pretendido).

Em sentido subjetivo (formal ou orgânico), a Administração Pública corresponde às pessoas jurídicas, aos órgãos e aos agentes públicos que executam a atividade administrativa.

Por outro lado, Administração Pública em sentido objetivo (material ou funcional) consiste na atividade administrativa executada pelas entidades, órgãos e agentes públicos que compõem a Administração.

16.1.1 Princípios

Nas lições da professora Fernanda Marinela, podemos entender os princípios como “proposições básicas, fundamentais, típicas, que condicionam todas as estruturas e institutos subsequentes de uma disciplina.”²²

Em outras palavras, os princípios são os valores fundamentais de um sistema, que servem de alicerce para o restante da estrutura. Os princípios servem tanto para auxiliar na interpretação das regras, quanto na tomada de decisão em caso concreto ou até para inspirar a criação de regras do direito positivo (leis, por exemplo).

²² In Direito Administrativo, p. 69.

16.1.1.1 Da Legalidade

O princípio da legalidade, na qualidade de norma do direito público, rege as atividades da Administração de forma diversa ao princípio da legalidade para o particular.

No âmbito do direito público, só se pode fazer o que a lei permite, enquanto que ao particular, pode-se fazer o que a norma legal não proíbe. O professor Hely Lopes Meirelles ensina que o administrador público está sujeito às ordens da lei e às exigências do bem comum.²³

A professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, nesse sentido, expõe que:

Em decorrência disso, a Administração Pública não pode, por simples ato administrativo, conceder direitos de qualquer espécie, criar obrigações ou impor vedações aos administrados; para tanto, ela depende de lei.²⁴

Junto ao princípio da legalidade, a doutrina implementa o princípio da finalidade, que nos ensinamentos do professor José Afonso da Silva tem a seguinte colocação:

O princípio da finalidade administrativa, que não foi referido no art. 37, porque, certamente o legislador constituinte o entendeu como um aspecto da legalidade. De fato o é na medida em que o ato administrativo só é válido quando atende o seu fim legal, ou

²³ Pg. 89

²⁴ Direito administrativo, pg. 63.

seja, o fim submetido à lei. Logo, o fim já está sujeito ao princípio da legalidade, tanto que é sempre vinculado.²⁵

16.1.1.2 Da Moralidade

A moralidade, na espécie de princípio da administração pública, chamada de moralidade administrativa, estudada pelo jurista francês MauriciHauriou, que a definiu como “conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração”²⁶.

A autora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, ao citar o mencionado jurista, desenvolve da seguinte forma:

Implica saber distinguir não só o bem e o mal, o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, mas também entre o honesto e o desonesto; há uma moral institucional, contida na lei, imposta pelo Poder Legislativo, e há moral administrativa, que ‘é imposta de dentro e vigora no próprio ambiente institucional e condiciona a utilização de qualquer poder jurídico, mesmo o discricionário’.²⁷

²⁵ Direito Constitucional Positivo, pg. 667

²⁶ Maurice Hauriou, PrécisÉlémentaires de DroitAdministratif, Paris, 1926, PP.197 e ss Apud Direito Administrativo Brasileiro, Hely Lopes Meirelles, pg. 90

²⁷ Direito administrativo, pg. 73.

Nesse sentido, o professor Hely Lopes Meirelles colaciona o entendimento de Franco Sobrinho, assim:

A moralidade administrativa está intimamente ligada ao conceito do “bom administrador”, que, no dizer autorizado de Franco Sobrinho, “é aquele que usando de sua competência legal, se determina não só pelos preceitos vigentes, mas também pela moral comum”. Há que conhecer, assim, as fronteiras do lícito e do ilícito, do justo e do injusto, nos seus efeitos.²⁸

Dessarte, percebe-se que o administrador deve levar em consideração todas as noções de moral comum, para que se atue além da moral imposta pela lei, principalmente na prática dos atos discricionários.

O professor Alexandre de Moraes, ao que tange suas lições acerca da moralidade administrativa, ensina que:

Deve o Poder judiciário, ao exercer o controle jurisdicional, não se restringir ao exame estrito da legalidade do ato administrativo, mas, sim, entender por legalidade ou legitimidade não só a conformação do ato com a lei, como também administrativa e com o interesse coletivo.²⁹

²⁸ Direito administrativo brasileiro, pg. 93

²⁹ Pg. 326/327

Assim, constata-se que o princípio da moralidade atinge as finalidades da norma além do enquadramento do ato à letra da lei.

16.1.1.3 Da Impessoalidade

O princípio da impessoalidade traduz a ideia de que o funcionário público, atuando nessa qualidade, não emana suas vontades pelos seus atos, mas a vontade do ente que representa.

Nos ensinamentos do professor José Afonso da Silva, temos a seguinte lição:

O princípio ou regra da impessoalidade da Administração Pública significa que os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome da qual age o funcionário. Este é um mero agente da Administração Pública, de sorte que não é ele o autor institucional do ato. Ele é apenas o órgão que formalmente manifesta a vontade estatal.³⁰

O professor Celso Antonio Bandeira de Mello, em seu Curso de Direito Administrativo, traz a seguinte colocação sobre o tema da impessoalidade:

Nele se traduz a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou

³⁰ Curso de Direito Constitucional Positivo. Pg. 667

detrimentosas. Nem favoritismo nem perseguições são toleráveis.³¹

Dessarte, percebe-se que não há vínculo de pessoalidade entre o agente e seu ato, pois o funcionário pode, inclusive, estar atuando de forma diversa ao seu entendimento pessoal, mas jamais poderá atuar em desacordo com a vontade do ente que representa.

16.1.1.4 Da Publicidade

A publicidade deve, em regra, estar presente em todos os atos da Administração Pública. É entendido como publicidade o “dever administrativo de manter plena transparência em seus comportamentos”³².

Nesse sentido são os ensinamentos do professor José Afonso da Silva:

A publicidade sempre foi tida como um princípio administrativo, porque se entende que o Poder Público, por ser público, deve agir com a maior transparência possível, a fim de que os administrados tenham, a toda hora, conhecimento do que os administradores estão fazendo.³³

³¹ Pg. 114

³² Celso Antonio Bandeira de Mello, Curso de Direito Administrativo, pg. 114

³³ Pg. 667

As lições do professor Wallace Paiva Martins Júnior robustecem a questão com o seguinte esclarecimento:

Publicidade significa tornar público: é ato de comunicação, veiculando algo que, por existência jurídica, não pode ficar na esfera da intimidade ou da reserva, para satisfação da pluralidade de seus fins.³⁴

O professor Celso Antonio Bandeira de Mello entende que não pode existir obscuridade ou ocultamento para os administrados sobre os assuntos que a todos interessam, principalmente aos individualmente afetados por algum ato administrativo num Estado Democrático de Direito, no qual o poder reside no povo.³⁵

Ademais, pelas lições do administrativista Hely Lopes Meirelles, podemos verificar que a publicidade não é um pressuposto de formação do ato administrativo, vejamos:

A publicidade não é um elemento formativo do ato; é requisito de eficácia e moralidade. Por isso mesmo, os atos irregulares não se convalidam com a publicação, nem os regulares a dispensam para sua exeqüibilidade, quando a lei ou o regulamento a exige.³⁶

³⁴ Transparência administrativa, pg. 37.

³⁵ Pg. 114.

³⁶ Direito administrativo brasileiro, 2005, 30ª ed. Pg. 94

Cumpre-nos salientar, por derradeiro, que a publicidade não deve ter o condão de promoção pessoal do administrador, sob pena de ofensa a outros princípios da Administração Pública.

Nesse sentido, temos a lição do professor Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

Sob pena de lesar os princípios da impessoalidade, finalidade e moralidade, a publicidade não poderá caracterizar promoção pessoal do agente público.³⁷

Dessa forma, depreende-se desse princípio que apesar de necessária para sua eficácia, deve ser feita de forma impessoal e moral.

16.1.1.5 Da Eficiência

O princípio da eficiência foi introduzido na Constituição Federal de 1988 pela Emenda Constitucional nº 19/98.

Inicialmente, a questão que poderia ser levantada é: seria um divisor de águas na Administração Pública a posituação do princípio da eficiência? A resposta é óbvia: não.

Primeiro porque eficiência administrativa significa, em suma, obter melhores resultados na prestação de serviços públicos, mediante organização racional dos insumos necessários.³⁸

³⁷ Pg. 96.

³⁸ Celso Antonio Bandeira de Mello, pg. 672.

Assim, presume-se que qualquer pessoa que se propõe a administrar o bem alheio tem o dever de fazê-lo de forma excelente. Não se admite resultados inferiores ao ótimo. E ter resultados ótimos não inclui utilização desordenada dos meios postos a sua disposição.

Nesse sentido, o professor Celso Antonio Bandeira de Mello, senão vejamos:

Nas hipóteses em que há discricção administrativa, ‘a norma só quer a solução excelente’. Juarez Freitas, em oportuno e atraente estudo – no qual pela primeira vez entre nós é dedicada toda uma monografia ao exame da discricionariedade em face do direito à boa administração –, com precisão irretocável, afirmou o caráter vinculante do direito fundamental à boa administração.³⁹

O professor Hely Lopes Meirelles ensina que a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional,⁴⁰ e prossegue afirmando que ganhou status de direito em sede constitucional, *in verbis*:

Com a EC45/2004 a eficiência passou a ser um direito com sede constitucional, pois o Título II, “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, inseriu no art. 5º o inc. LXVIII, que assegura “a todos, no âmbito judicial e administrativo”, a “razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua

³⁹ Pg. 122/123.

⁴⁰ Pg. 96.

tramitação”. Logo, a duração do processo que não se revelar razoável afronta esse direito constitucional, ensejando a apuração da responsabilidade do servidor que lhe deu causa.⁴¹

Cabe frisar, ainda, que a busca da eficiência não significa a busca por bons resultados a todo e qualquer custo, à revelia da legalidade. Pois, como assevera o professor Celso Antonio Bandeira de Mello, não se pode conceber a eficiência senão na intimidade do princípio da legalidade.⁴²

16.1.1.6 Da Supremacia do Interesse Público

Ao se falar em interesse público, fala-se de vontade coletiva, de anseios da comunidade e não do particular, do indivíduo, este que tem interesse egoísta, que gira em torno de suas vontades e necessidades.

Dessa forma, privilegiar o interesse privado em detrimento do coletivo, não se tem ordem alguma, pois restaria a dúvida quem seria o privado a ser privilegiado. Por óbvio, resta claro que esta dúvida seria facilmente dirimida ao se verificar os mais íntimos do poder, o que ofenderia inúmeros outros princípios norteadores da Administração Pública.

Assim, parece mais razoável que o interesse a ser cultivado é o de todos. Tal interesse é, em regra, cultivado e protegido pelo Estado, a este cabe a tutela dos interesses da coletividade.

⁴¹ Pg. 97.

⁴² Pg. 122.

Nesse esteio, colacionamos o entendimento da professora Odete Medauar:

A expressão interesse público pode ser associada a bem de toda a coletividade, à percepção geral das exigências da vida na sociedade. Esse princípio vem apresentado tradicionalmente como o fundamento de vários institutos e normas do direito administrativo e, também, de prerrogativas e decisões, por vezes arbitrárias, da Administração Pública.⁴³

O professor Celso Antonio Bandeira de Mello ensina que há dois outros princípios subordinados: (a) da posição privilegiada do órgão encarregado de zelar pelo interesse público e de exprimi-lo, nas relações com os particulares; e (b) da posição de supremacia do órgão nas mesmas relações.⁴⁴

O primeiro versa sobre privilégios que são atribuídos, tais como prazos judiciais dilatados, presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos, dentre outros.

Outro princípio subordinado trata da verticalidade das relações com particulares, que possibilita à Administração criar obrigações aos particulares ou modificar, unilateralmente, relações já estabelecidas, tal como ocorre com contratos administrativos que podem ser aditados em 25% ou 50%, sem prévia anuência do contratado, sob pena de rescisão do contrato e, ainda, aplicação de penalidade.

⁴³ Direito Administrativo Moderno, 12ª ed. 2008, pg. 128/129.

⁴⁴ Pg. 70 e seguintes.

Cumprе ressaltar, por derradeiro, que a supremacia do interesse público, instrumentalizada em atos especiais que só podem ser emanados pela Administração, se fundamenta na impessoalidade.

A vontade emanada nunca é do agente, mas do ente que o representa, este, por sua vez, tutela as vontades da coletividade. Uma vez percebida a ausência de vontade coletiva, desconfigura-se a supremacia do interesse público, porque, simplesmente, esse não existe mais.

Nesse sentido são as lições do professor Celso Antonio Bandeira de Mello:

Quem exerce 'função administrativa' está adstrito a satisfazer interesses públicos, ou seja, interesses de outrem: a coletividade. Por isso, o uso das prerrogativas da Administração é legítimo se, quando e na medida indispensável ao atendimento dos interesses públicos.⁴⁵

Assim, extrapolada a satisfação do interesse da coletividade, o uso das prerrogativas seria ilegítimo.

16.1.1.7 Da Indisponibilidade do Interesse Público

O interesse público, com seu patrimônio material ou imaterial, é confiado aos gestores públicos para gestão e zelo, não lhes sendo facultada a disponibilidade.

⁴⁵ Pg. 72.

O administrador do interesse público tem o dever de cuidado, conservação e até melhora do patrimônio, não tendo liberdade de abrir dele.

Na iniciativa privada, a regra de comando é da autonomia da vontade, é a liberdade; bastante diferente no trato da coisa pública: a ordem é submeter-se aos comandos da lei e da Constituição Federal.

É indispensável que aprofundemos, nesta fase dos estudos, o conceito de interesse público.

Interesse público consiste no interesse de todos ao mesmo tempo, de forma global e social. Não se resume ao interesse do indivíduo, mas do todo.

Para o professor Celso Antonio Bandeira de Mello, é “o interesse resultante do conjunto dos interesses que os indivíduos pessoalmente têm quando considerados em sua qualidade de membros da Sociedade e pelo simples fato de o serem”⁴⁶.

Temos, ainda, que diferenciar a existência de interesse público primário e secundário. O interesse público primário é o interesse público propriamente dito, da sociedade em geral; já o interesse público secundário é do Estado como pessoa jurídica, sujeito simples de direito.

A busca do Estado pelo interesse público secundário não pode contrariar o interesse público primário, razão de ser e de existir do Estado.

⁴⁶ p. 59.

16.2 Administração Pública Direta e Indireta

A estrutura do Estado indica a forma pela qual ele é organizado para prestar os serviços públicos, dividindo-se em pessoas jurídicas e órgãos públicos.

O Decreto-Lei 200/67, que foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 como lei ordinária, prevê a estrutura da Administração Pública da União, consistindo como norma geral para os estados membros, Distrito Federal e os municípios.

A prestação dos serviços públicos poderá ser feito diretamente pelos respectivos entes políticos, situação que denominamos como Administração Direta, pois é exercida diretamente pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, sem delegação a outras pessoas jurídicas.

A administração pública indireta é constituída por autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação pública, as quais são criadas pelos entes políticos para execução de serviço previsto na respectiva lei que o criou ou que autorizou sua criação.

O artigo 37, inciso XIX, da Carta da República prevê que “somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação”.

Primeiramente, cumpre registrar que as entidades administrativas da administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista) possuem personalidade jurídica e patrimônio próprios, ou seja, elas

constituem pessoa jurídica distinta do ente que o criou, possuindo autonomia administrativa, com poder de autoadministração.

Tais entidades não possuem relação de subordinação com o ente instituidor, não existe relação de hierarquia. Existe somente a relação de vinculação, cujo controle fica adstrito à finalidade, o que se chama de tutela administrativa ou supervisão.

Podemos dizer que a administração indireta se submete a três formas de controle:

- a.** Controle político: pois a escolha e nomeação dos dirigentes é feito pela autoridade a qual está vinculada;
- b.** Controle administrativo e finalístico: a fim de verificar se a entidade está atendendo a finalidade para qual fora criada;
- c.** Controle financeiro: referido ao controle das contas destas entidades, em especial pelas cortes de contas (p. ex: TCE e TCU).

A- Autarquia

As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criada diretamente por lei, com a finalidade de desempenhar atividades típicas de Estado. Via de regra, são dotadas de autonomia administrativa e financeira, além de patrimônio próprio.

Na hipótese de extinção, esta também deve ser operada mediante lei, do mesmo ente que o criou.

É admitida a criação de autarquia por um ou por vários entes da administração pública direta, como é o caso das associações públicas, na forma do artigo 6º, § 1º, da Lei Federal nº 11.107, de 2005.

Dentro das autarquias, existe, ainda, a classe de autarquia especial, espécie que por suas peculiaridades gozam de algum regime especial, como é o caso dos conselhos profissionais (autarquias profissionais).

Os conselhos profissionais, de acordo com o Supremo Tribunal Federal (ADI 1.717/DF), por exercerem atividade de fiscalização de profissões, no exercício do poder de polícia, devem ser submetidas ao regime do direito público. Desta forma, o STF entendeu que os conselhos profissionais possuem natureza jurídica de autarquia, mesmo que haja alguma peculiaridade em relação à norma geral das autarquias.

Uma exceção é a Ordem dos Advogados do Brasil, que apesar de ser uma entidade que fiscaliza os profissionais da advocacia, não tem natureza de autarquia, tampouco está vinculada à Administração Indireta.

De acordo com o STF (ADI 3026), a OAB é um 'serviço público independente', consistindo em entidade 'sui generis' no ordenamento jurídico, por possuir atribuições constitucionais lhe conferindo finalidade institucional (além da mera atividade de fiscalizar a profissão dos advogados), como é o caso da legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.

B- Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista

Com o advento da Lei Federal nº 13.303, de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, foi estabelecido conceito legal para as empresas estatais.

Art. 3º **Empresa pública** é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

Art. 4º **Sociedade de economia mista** é a entidade dotada de personalidade de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

Estas entidades estatais se submetem ao controle das cortes de contas, nos termos do artigo 71, inciso II, da Constituição Federal, e seus empregados se submetem à vedação constitucional de acumulação de empregos, cargos e funções públicas, conforme artigo 37, inciso XVII.

Importante registrar que as empresas em que o Poder Público é acionista minoritário não são tidas como empresas estatais.

Apesar de haver mais similaridades que diferenças, é importante destacarmos os pontos de divergência entre estas duas formas de empresas estatais: empresa pública e sociedade de economia mista.

A primeira diz respeito à composição do capital social, que no caso da empresa pública é exclusivamente da Administração Pública, enquanto que na Sociedade de Economia Mista (SEM) o capital é composto por capital público e privado, podendo inclusive ser de particulares e pessoas físicas.

A formação da empresa também é outro ponto de diferencial, visto que a forma societária das SEM somente se admite por Sociedade Anônima, enquanto que as empresas públicas podem ser formadas sob qualquer espécie existente para constituição de empresa (Ltda, comandita simples, por ações, etc).

Por fim, existe um ponto de diferença processual para o caso de empresas federais. As empresas públicas federais deslocam a competência para a Justiça Federal (vide art. 109, VIII, da CF/88⁴⁷), enquanto que a SEM são julgadas pela justiça comum estadual (vide súmula 556/STF⁴⁸).

C- Fundação Pública

⁴⁷ Art. 109. Aos juízes federais, compete processar e julgar:

...

VIII- os mandados de segurança e os habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais.

⁴⁸ Súmula nº 556/STF: É competente a Justiça Comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista.

Primeiramente, vale o registro que além das fundações públicas existem as fundações privadas, cujo conceito se coincide em se tratar de conjunto de patrimônio que forma uma pessoa jurídica sem fins lucrativos para atingir finalidade social.

No caso da fundação pública, o patrimônio que a constitui é público, a criação é autorizada por lei, e a finalidade deve atingir o interesse público.

As fundações públicas podem ser constituídas sob a forma de pessoa jurídica de direito privado ou público, estas também são conhecidas como fundação autárquica, devido sua semelhança às autarquias. Entretanto, existe diferença fundamental entre elas: as autarquias prestam serviço público relevante personalizado, as fundações públicas possuem patrimônio personalizado para prestar atividade de interesse social.

16.2.1 Atos Administrativos

A realização da atividade administrativa do Poder Público é externada pelos atos administrativos. Vejamos que está ao lado dos atos legislativos (próprio da função legislativa) e atos judiciais (típicos da decisão judicial).

Podemos entender ato administrativo pelo conceito tradicional do professor Hely Lopes Meirelles: “ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.”⁴⁹

⁴⁹ *In* Direito Administrativo Brasileiro, p. 159.

Temos ainda que diferenciar e registrar a existência de outros atos da administração (além do ato administrativo): que são os atos privados praticados pela administração e os atos materiais.

Os atos privados praticados pela administração são comuns a atos praticados por qualquer particular, como doação, permuta, locação, etc.

O que se chama de atos materiais são as condutas de mera execução, como demolição de casa de invasão, apreensão de mercadorias, etc. Diz-se até que se trata apenas de fato administrativo e não ato, por se tratar de mera ocorrência de fato concreto, sem haver manifestação de vontade.

A - Requisitos/Elementos do Ato Administrativo

Os elementos do ato administrativo nada mais são que os requisitos exigidos para sua perfeita formação, para que o ato passe a existir. Trata-se de ingredientes indispensáveis para formação do ato administrativo, sendo eles: sujeito competente, forma, motivo, objeto e finalidade – consensualizado pela maioria da doutrina brasileira, mesmo não sendo unânime.

Sujeito competente: agente público, permanente ou temporário, com competência legal para prática de determinado ato administrativo.

Não se pode presumir a competência para praticar atos administrativos, normalmente previstos em lei, ou na própria Constituição Federal para cargos de elevada hierarquia, ou ainda em atos internos para organização de pequenos órgãos.

Dentro do assunto da competência, podemos destacar dois institutos jurídicos: delegação e avocação de competência, ambas dependem de autorização legal.

A delegação consiste em transferir a competência de um agente público para outro de hierarquia inferior. A lei pode vedar a delegação, como ocorre com o artigo 13 da Lei Federal nº 9.784, de 1999, que veda a delegação de atos normativos, de decisão de recurso ou de matéria exclusiva.

Já a avocação é o movimento contrário, em que ocorre a atração de competência para prática de determinado ato administrativo de agente público inferior para o superior, desde que não seja de competência exclusiva.

O vício da competência pode ser saneado se convalidado pelo sujeito competente.

Forma: é a própria exteriorização da vontade do agente público, conforme as exigências legais para que o ato cumpra suas formalidades específicas e tenha validade no mundo jurídico, ou seja, se será escrito, registrado, publicado, mediante portaria, decreto, ordem de serviço, etc.

Os atos administrativos, por serem regidos pelo direito público, são sujeitos ao princípio da solenidade, que impõe a forma escrita como regra. Todavia, admite-se a exceção de outras formas de exteriorização da vontade do agente público, por exemplo o gestual praticado pelos agentes de trânsito, as ordens verbais dos agentes de segurança, os sinais do semáforo ou das placas de trânsito.

Motivo: representa as razões de fato e de direito que justificam a edição do ato administrativo. As razões de fato são as circunstâncias fáticas que justificam a prática do

ato, são as razões do mundo real que ensejam aquela tomada de decisão. Já as razões de direito são as normas jurídicas que fundamentam a prática do ato.

Há diferença entre motivo e motivação, eis que este consiste em registrar no respectivo processo ou expediente o motivo, ou seja, a motivação é o ato de escrever e deixar registrado o motivo (razões de fato e de direito que ensejaram o ato administrativo).

A teoria dos motivos determinantes entende que o motivo apresentado pelo agente público o vincula ao ato, mesmo que não fosse obrigatória a motivação escrita. Em outras palavras, o administrador está vinculado aos motivos postos como fundamento do ato, seja ele vinculado ou discricionário, sob pena de vício de legalidade.

Objeto: trata-se do efeito jurídico imediato do ato, é seu resultado prático. Em outras palavras, podemos dizer que o objeto do ato de aplicação de multa é a aplicação efetiva da multa; em uma nomeação, o objeto é a própria admissão da pessoa.

O objeto do ato administrativo deve ser lícito, possível e determinado ou determinável. Ou seja, não pode contrariar o sistema jurídico (lícito); suscetível de ser realizado (possível); e deve ser passível de definição (determinado ou determinável).

Finalidade: é o bem jurídico que se deseja atender. A finalidade geral sempre será o atendimento do interesse público. A finalidade específica do ato administrativo irá depender de cada ato, sem contrariar a finalidade geral, ou seja, nenhum ato poderá violar o interesse da coletividade.

O desvio de finalidade é a prática do ato administrativo com fim diverso ao previsto em lei. Por exemplo: a transferência de lotação de servidor por inimizade política. A figura da transferência de lotação de servidor público foi criada pela lei para que houvesse

melhor aproveitamento dos recursos humanos dentro do serviço público, e não para penalizar ou perseguir desafetos.

B - Extinção do ato administrativo

Existem diversas formas de retirar o ato administrativo do mundo jurídico, configurando o desfazimento do ato ou a extinção, por razões variadas: porque já produziu os efeitos, porque não é mais conveniente e oportuno, porque não é mais compatível com o ordenamento jurídico, etc.

Dentre as formas mais clássicas de extinção, podemos citar o cumprimento dos efeitos do ato administrativo, revogação, anulação, cassação, caducidade e contraposição.

Cumprimento dos efeitos do ato administrativo: quando o ato já cumpriu seus efeitos e já finalizou, como é o caso de ato que autoriza férias de servidor, decorridas as férias o ato cumpriu seus efeitos; outro exemplo é autorização de licença para realizar festa em praça pública, finda a festa, o ato exauriu seus efeitos.

Outra possibilidade é oriunda do desaparecimento do sujeito em relação personalíssima, como é o caso de falecimento de servidor, em que se extingue o ato de nomeação, chamada de extinção subjetiva.

Revogação: não sendo mais o ato oportuno ou conveniente, é cabível sua extinção por outro que atenda aos interesses públicos de modo mais atualizado. A revogação extingue atos administrativos legais, em caso de ilegalidade a forma de extinção é a anulação.

Nesta oportunidade é relevante registrar a existência da Súmula do STF nº 473, que prevê:

“A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada em todos os casos, a apreciação judicial.”

Anulação: ocorre quando há defeito na formação do ato que não possa ser saneado, o que chamamos de vício de formação. Haverá anulação do ato administrativo quando for detectada alguma ilegalidade nele.

Cassação: quando ocorrer o descumprimento de condições impostas ao destinatário do ato, a extinção será feita mediante a cassação. Importante mencionar que não se trata de defeito na formação do ato (que seria extinto pela anulação), mas ilegalidade na execução pelo destinatário do ato. Por exemplo: o feirante que possui autorização para comércio de frutas e acaba vendendo produtos ilegais, neste caso sua licença será cassada, pois houve descumprimento ou ilegalidade na execução do ato.

Caducidade: trata-se da extinção do ato em razão de incompatibilidade com o ordenamento jurídico posterior. Por exemplo: os bingos que tinham autorização para funcionamento e em razão de lei posterior tiveram seus atos de autorização extintos pela caducidade.

Contraposição: é a extinção por ato posterior contrário ao primeiro, como é o caso da portaria de exoneração, que se contrapõe ao ato de nomeação; neste caso, o ato de nomeação se extingue por contraposição em razão do novo ato de exoneração.

C - Convalidação e Ato Sanatório

A convalidação é o ato que corrige os defeitos do ato administrativo que seria anulado, em razão de defeito ou vício na sua formação. O ato sanatório tem efeitos retroativos e visa dar legalidade desde o início da existência do ato defeituoso.

O fundamento jurídico da convalidação é a segurança jurídica e manutenção da ordem social, de modo a manter a boa-fé dos administrados que confiaram no Poder Público.

A Lei Federal nº 13.655, de 25 de abril de 2018, inseriu dispositivos no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, denominada Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, com a finalidade de dispor sobre segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do direito público.

A nova lei cria mecanismos incentivando a manutenção dos atos administrativos que puderem ser mantidos, evitando-se a invalidação de atos por mera violação de princípios abstratos do ordenamento jurídico, sem efeitos práticos.

O artigo 20 da Lei prevê que não caberá decisão com fundamento em valores jurídicos abstratos, sem que sejam considerados os efeitos práticos da decisão.

D - Características ou atributos do ato administrativo

A doutrina denomina como atributos do ato administrativo as qualidades ou características que singularizam o ato administrativo e o diferenciam dos atos privados, conferindo-lhe a peculiaridade, sendo eles: presunção de legitimidade, autoexecutoriedade e imperatividade.

Presunção de legitimidade: presumem-se que todos os atos emanados pelo Poder Público são legítimos, válidos e legais. Ou seja, até que se prove o contrário o ato administrativo foi formado com perfeição e cumpridos todos os requisitos legais para sua formação.

Diz-se que esta presunção é relativa, ou seja, admite-se prova em contrário. Isto quer dizer que se alguém provar que o ato administrativo não é válido, ele poderá ser anulado, ou convalidado. Até lá, deve ser respeitado e cumprido, pois é presumido como válido.

Autoexecutoriedade: esta qualidade possibilita que o administrador execute os atos sem precisar de autorização judicial, como é o caso de demolição nos casos de invasões. O Poder Público tem autorização legal para uso da força para fazer valer suas decisões.

Imperatividade: a administração pode impor suas decisões unilateralmente, o administrado não precisa concordar com os atos administrativos para que haja cumprimento.

A obediência do ato administrativo não depende da anuência do administrado ou se ele acha justa e correta a decisão. O dever de cumprir é imperativo. Cabe ao

administrado insatisfeito se socorrer do Poder Judiciário, o qual avaliará tão somente a legalidade do ato administrativo, não entrando no mérito decidido pela administração.

16.3 Improbidade Administrativa

Improbidade administrativa são atos que contrariam a boa gestão pública e estão descritos na Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, podendo ser na espécie de enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário, concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário, violação aos princípios da administração pública ou descumprimento da ordem urbanística, sendo esta espécie prevista na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Importante registrar que apesar da similaridade ou proximidade conceitual entre os termos moralidade e probidade, sob o ponto de vista jurídico, os enquadramentos e as consequências jurídicas de ambos são distintos.

Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, moral significa:

“regras de conduta consideradas como válidas, tanto de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, como para grupo ou pessoa determinada. [...] conjunto de faculdades morais; brio, vergonha”.

A moralidade administrativa é o princípio que rege as ações administrativas, dentro do que seja honesto, justo. Conforme Hely Lopes de Meirelles, “a moralidade

administrativa constitui, hoje em dia, pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública.”⁵⁰

A prática da imoralidade na administração pública consiste em violação a princípio constitucional, configurado como espécie de improbidade administrativa.

A improbidade se relaciona com espécie de desonestidade na conduta contra administração pública, sendo agente público ou não.

Ademais, vale ainda ressaltar que a improbidade é tida como ilícito jurídico cível, não criminal; a violação da lei de improbidade não consistem em crime.

16.3.1 Sujeitos da Improbidade Administrativa

Como sujeitos da improbidade administrativa devemos entender as partes envolvidas no ato de improbidade praticado, que se de um lado está o violador da lei, praticador da improbidade, do outro está a parte violada, protegida por lei e que se encontra transgredida naquela ocasião, seja financeira, material ou principiologicamente.

16.3.1.1 Sujeito Ativo

Os sujeitos ativos da improbidade estão descritos nos artigos 2º e 3º da Lei de Improbidade:

⁵⁰ In Direito Administrativo, p. 91.

“Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.”

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.”

Da leitura do texto expresso na lei, podemos destacar duas espécies de sujeitos ativos: os agentes públicos e os não agentes públicos, que induzem, concorrem ou se beneficiam do ato ímprobo.

Os agentes públicos são todos aqueles que se relacionam com o Estado por algum vínculo pessoal, permanente ou não, remunerado ou não, agente político ou não.

No que concerne o agente político, há bastante debate sobre o tema, sobre a duplicidade de punição, tendo em vista a coincidência de enquadramento com a lei de crime de responsabilidade (Lei 1.079/1950), cuja jurisprudência ainda não está pacificada.

Todavia, algumas decisões do Supremo Tribunal Federal, principalmente de 2014 até a atualidade, inclusive após a Reclamação nº 2.138/DF julgada pelo Supremo Tribunal

(que decidiu pela não aplicabilidade da Lei nº 8.429/92 aos agentes políticos), a inaplicabilidade da normativa se daria apenas aos agentes políticos mencionados no art. 102, I, “c”, da Carta Magna de 1988 – o qual abrange os Ministros de Estado e Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, membros dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União e Chefes de missão diplomática.

O Supremo Tribunal Federal, após distinguir os regimes de responsabilidade político-administrativa previstos na Constituição (o do art. 37, § 4º, da Lei 8.429/92 e do regime de crime de responsabilidade fixado no artigo 102, I, c, Lei nº 1.079/50), determinou que tais agentes não estão abarcados pela Lei de Improbidade, e somente poderão ser responsabilizados por crimes de responsabilidade em demanda a ser proposta única e exclusivamente perante o Supremo Tribunal Federal.

Já quanto aos demais agentes políticos, não há jurisprudência que defina a aplicabilidade da Lei de Improbidade a esses agentes, contudo, existe forte tendência pela sua aplicação a todos esses agentes políticos assim enquadrados, sob pena de deixar-se de responsabilizá-los por seus atos.

Cumprido esclarecer, ainda, que tramita, desde o ano de 2007, na Câmara dos Deputados, alguns projetos de Lei que visam modificar determinados artigos da Lei de Improbidade Administrativa; dentre esses projetos de Lei, revela-se os de numeração 242/2007 e 381/2015, os quais expressamente acrescentam à redação do art. 2º da Lei nº 8.429/92, o seguinte parágrafo: “os agentes políticos estão sujeitos às disposições desta lei, sem prejuízo de sua responsabilização pela prática de crime de responsabilidade”.

Há ainda a Proposta de Emenda à Constituição nº 115/2007 que dispõe sobre a criação do Tribunal Superior de Probidade Administrativa, com competência para o julgamento de ações relativas aos crimes em face da Administração Pública, assim como das ações cíveis oriundas de atos ímprobos cometidos por agentes públicos.

O particular, não agente público, que induzir, concorrer ou se beneficiar dos atos de improbidade administra também poderá ser punidos nos termos da Lei.

Uma peculiaridade deste sujeito ativo é que não se pode punir o particular autonomamente, ele deve sempre ter praticado o ato de improbidade em conjunto ao agente público; não se admite sua responsabilização de forma autônoma.

Este é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. AUSÊNCIA DE INCLUSÃO DE AGENTE PÚBLICO NO POLO PASSIVO. IMPOSSIBILIDADE DE APENAS O PARTICULAR RESPONDER PELO ATO ÍMPROBO. PRECEDENTES.

1. Os particulares que induzam, concorram, ou se beneficiem de improbidade administrativa estão sujeitos aos ditames da Lei nº 8.429/192, não sendo, portanto, o conceito de sujeito ativo do ato

de improbidade restrito as agentes públicos (inteligência do art. 3º da LIA).

2. Inviável, contudo, o manejo da ação civil de improbidade exclusivamente e apenas contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.

3 Recursos especiais improvidos. (REsp 1282445/DF) [grifamos]

Ainda sobre os particulares como sujeito ativo do ato de improbidade, temos outro ponto de destaque, que é sobre a possibilidade de se punir ou não pessoa jurídica pela Lei de Improbidade Administrativa, com fundamento em seu artigo 3º.

O professor José dos Santos Carvalho Filho entende pela impossibilidade, pois os atos de descritos na lei são típicos de pessoas físicas e não de empresas, conforme ensina:

“De qualquer forma, o terceiro jamais poderá ser pessoa física. As condutas de indução e colaboração para a improbidade são próprias de pessoas físicas. Quanto à obtenção de benefícios indevidos, em que pese a possibilidade de pessoa jurídica ser destinatária deles (…), terceiro será o

dirigente ou responsável que eventualmente coonestar com o ato dilapidatório do agente público.⁵¹

Em sentido diverso, o Superior Tribunal de Justiça já condenou empresa por ato de improbidade, conforme segue:

ADMINISTRATIVO. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 10, DA LEI 8.429/92. DANO AO ERÁRIO. MODALIDADE CULPOSA. POSSIBILIDADE. FAVORECIMENTO PESSOAL. TERCEIRO BENEFICIADO. REQUISITOS CONFIGURADOS. INCURSÃO NAS PREVISÕES DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

1. O ato de improbidade administrativa previsto no art. 10 da Lei 8.429/92 exige a comprovação do dano ao erário e a existência de dolo ou culpa do agente. Precedentes.

⁵¹ p. 993

2. Os arts. 62 e 63, da Lei 4.320/64 estabelecem como requisito para a realização do pagamento que o agente público proceda à previa liquidação da despesa. Nesse contexto, incumbe ao ordenador de despesa aferir a efetiva entrega do material ou fornecimento do serviço contratado, em conformidade com a nota de empenho que, por sua vez, expressa detalhadamente o objeto contratado pelo Poder Público, com todas as suas características físicas e quantitativas.

3. A conduta culposa está presente quando, apesar de o agente não pretender o resultado, atua com negligência, imprudência ou imperícia. Nessa modalidade, há um defeito inescusável de diligência, no qual se comete um erro sobre a condição do agir ou sobre a consequência da conduta. A punição dessa prática justifica-se pela criação de um risco proibido ao bem jurídico tutelado.

4. Na hipótese, além do dano ao erário, a descrição dos elementos fáticos realizada na origem evidencia a negligência da autoridade municipal, pois:

a) realizou o pagamento da nota de empenho sem adotar qualquer providência para aferir a entrega da mercadoria, seja por meio da verificação do processo administrativo que ensejou a contratação, seja pela provocação da empresa contratada para comprovar a entrega do bem; b) deixou transcorrer praticamente três anos entre o pagamento integral do débito e a entrega parcial da mercadoria, sem ter adotado qualquer medida ou cobrança do particular; c) após todo esse tempo, sequer a totalidade da quantia contratada foi entregue.

5. A lei de improbidade administrativa aplica-se ao beneficiário direto do ato ímprobo, mormente em face do comprovado dano ao erário público. Inteligência do art. 3º da Lei de Improbidade Administrativa. **No caso, também está claro que a pessoa jurídica foi beneficiada com a prática infrativa, na medida em que se locupletou de verba pública sem a devida contraprestação contratual.** Por outro lado, em relação ao seu responsável legal, os elementos coligidos na origem não lhe apontaram a percepção de benefícios que ultrapassem a esfera patrimonial da sociedade empresária, nem individualizaram sua conduta no fato imputável, razão pela qual não deve ser condenado pelo ato de improbidade.

6. Recurso especial provido em parte.

(REsp 997564/SP) [grifamos]

Neste julgado, o STJ condenou empresa por ato de improbidade, pois foi ela quem se beneficiou do ato desonesto, sem que houvesse comprovação de benefício ilegal de qualquer particular de forma direta.

O entendimento doutrinário e jurisprudencial ainda não está sedimentado neste tema, o que deve ser objeto do caso concreto, para se inferir se é cabível ou não e quem deverá ser responsabilizado, além do agente público.

16.3.1.2 Sujeito Passivo

Os sujeitos passivos do ato de improbidade estão descritos no artigo 1º da Lei:

*Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, **contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.***

*Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados **contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.** (grifamos)*

Podemos verificar que a Lei incluiu além dos entes políticos propriamente ditos (União, estados, municípios e territórios), os entes da administração indireta (autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista), outras entidades que não integram a Administração, mas possuem alguma ligação com ela.

A ideia do legislador é proteger o dinheiro público, o erário, onde quer que ele esteja, é persegui-lo para que seja adequadamente respeitado até o último limite de uso, para que seja reto, certo e probó.

16.3.2 Atos de Improbidade Administrativa

A Lei Federal nº 8.429, de 1992, organizou originalmente três categorias de improbidade administrativa: enriquecimento ilícito, danos ao erário e violação a princípios da administração pública.

Em 2016, a Lei Complementar nº 157, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incluiu o artigo 10-A na Lei de Improbidade, para criar a espécie de atos de improbidade administrativa decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.

Além dessas previsões, o Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001) considera como improbidade administrativa alguns atos concernentes à ordem urbanística.

16.3.2.1 Enriquecimento Ilícito

O artigo 9º da Lei traz circunstâncias entendidas como improbidade em razão de enriquecimento sem causa lícita:

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art.

1º desta lei, e notadamente:

l - receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa

ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

II - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado;

III - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;

IV - utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;

V - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;

VI - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou

avaliação em obras públicas ou qualquer outro serviço, ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

VII - adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público;

VIII - aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;

IX - perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;

X - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

XI - incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

XII - usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei.

É indispensável que tal locupletamento se dê em razão do exercício irregular de função pública de modo geral, podendo ser desde percepção de dinheiro em espécie até uso de bens públicos para interesses privados.

Não se faz necessária a comprovação de prejuízo ao erário, pois este configura outra espécie de improbidade administrativa.

Para esta espécie, é exigida para condenação o dolo do agente ou particular.

16.3.2.2 Danos ao Erário

O prejuízo ao erário, entendido como patrimônio público, tratado pela lei, vai além do dano econômico-financeiro, pois visa qualquer perda, desvio, apropriação, malbaratamento ou lapidação do patrimônio, cujas hipóteses estão no artigo 10 da Lei de Improbidade:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento

ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I - facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

II - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

III - doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;

IV - permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta lei, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado;

V - permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;

VI - realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;

VII - conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente; (Redação dada pela Lei nº 13.019, de 2014) (Vigência)

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

X - agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;

XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;

XIII - permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

XIV – celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei; (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

XV – celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

XVI - facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a incorporação, ao patrimônio particular de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidades privadas mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie; (Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014) (Vigência)

XVII - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidade privada mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie; (Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014) (Vigência)

XVIII - celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie; (Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014) (Vigência)

XIX - agir negligentemente na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas; (Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014, com a redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XX - liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular. (Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014, com a redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XXI - liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das

normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular. (Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014)
(Vigência)

O patrimônio tutelado vai além dos recursos e dotações do orçamento público, amplia-se aos valores e bens que em conjunto formam o patrimônio público.

Não há necessidade de comprovação ou sequer ocorrência de enriquecimento ilícito de qualquer pessoa, pois o dano por si só se configura ofensa à boa gestão e consequentemente à Lei.

Para esta espécie, o agente poderá ser punido tanto pela ocorrência de dono ou culpa, ou seja, não é necessário comprovar intenção de causar prejuízo ao erário.

16.3.2.3 Concessão Indevida de Benefício Fiscal

Para melhor compreensão desta hipótese normativa de improbidade administrativa, introduzida pela LC 157, faremos breves comentários sobre a legislação tributária aplicável.

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é de competência dos municípios e do Distrito Federal, cujo fato gerador é a prestação de serviços listados na Lei Complementar nº 116, de 2003, ou seja, para incidir sobre o serviço, deve haver expressa previsão no anexo da referida lei complementar, e os municípios e o Distrito

Federal devem respeitar os limites impostos quando da edição da legislação local sobre o tema.

O artigo 8º-A⁵² da LC 116, de 2003, tratou de estipular uma regra geral a ser seguida pelos municípios e pelo Distrito Federal, qual seja, alíquota mínima de 2% para o ISS, isto é, não poderá haver por parte destes entes a edição de legislação que preveja alíquota inferior, tendo referida regra o objetivo de evitar a “guerra fiscal” entre municípios que visavam atrair novas empresas.

Em razão deste limite e para evitar que os entes buscassem formas de burlar a legislação, a Lei Complementar nº 157, de 2015, incluiu no artigo 8º-A, da Lei Complementar nº 116, de 2003, o § 1º, proibindo a edição de lei local que verse sobre a “concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima”.

Esta espécie de improbidade administrativa é tratada no artigo 10-A da Lei, com a seguinte redação:

*“Art. 10-A. Constitui ato de improbidade administrativa qualquer **ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o***

⁵² Art. 8º-A. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. *(Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)*
[grifamos]

Não precisaria constar expressamente tal circunstância como improbidade para o enquadramento na Lei, conforme se vê do julgado anterior à edição da LC 157:

EMBARGOS INFRINGENTES - AÇÃO CIVIL PÚBLICA – EX-PREFEITO MUNICIPAL - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS SEM AUTORIZAÇÃO LEGAL - NEGLIGÊNCIA NA ARRECADAÇÃO E RENÚNCIA ILEGAL DE RECEITA TRIBUTÁRIA - LESÃO AO ERÁRIO - CONDUTA CULPOSA - ART. 10, INCISOS VII E X, DA LEI Nº 8.429/92 - EMBARGOS ACOLHIDOS. Se o administrador público concede benefícios fiscais sem observar os requisitos previstos tanto na Constituição Federal (art. 150, § 6º) quanto na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 14), em especial ao não elaborar uma lei específica que regule exclusivamente sobre esta matéria, ele age de forma negligente - omitindo-se no cumprimento de uma determinação legal - ao arrecadar os tributos sob sua responsabilidade, deixando de exigir o recolhimento integral dos valores devidos sem a correspondente previsão dos mecanismos de compensação financeira. **O**

conjunto probatório caracteriza patente improbidade administrativa, com perfeita subsunção da conduta culposa do embargante nos incisos VII e X, do art. 10, da LIA, uma vez que se trata de ato ímprobo que causa prejuízo ao erário.

(TJMG - Embargos Infringentes 1.0106.01.000973-1/003, Relator(a): Des.(a) Edilson Olímpio Fernandes, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 06/11/2012, publicação da súmula em 19/11/2012) [grifamos]

Anteriormente, o enquadramento era de prejuízo ao erário, mas o legislador preferiu inserir dispositivo para poder dar maior efetividade e aumentar a punibilidade contra a guerra fiscal.

13.3.2.4 Violação aos Princípios da Administração Pública

O artigo 11 da Lei prevê hipóteses de improbidade administrativa por atos contra os princípios da administração pública, por ação ou omissão, que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

IV - negar publicidade aos atos oficiais;

V - frustrar a licitude de concurso público;

VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;

VII - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

VIII - descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas. (Vide Medida Provisória nº 2.088-35, de 2000) (Redação dada pela Lei nº 13.019, de 2014)

(Vigência)

IX - deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015)

(Vigência)

X - transferir recurso a entidade privada, em razão da prestação de serviços na área de saúde sem a prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congênere, nos termos do parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. (Incluído pela Lei nº 13.650, de 2018)

O dispositivo sob análise acabou por concretizar circunstâncias que configuram violação aos princípios da administração pública, que comumente são tratados sob a forma genérica e abstrata.

Também é importante registrar que não se faz necessário violar os demais artigos da Lei, pois a aplicação de um independe do outro.

Esta espécie não admite punição por culpa, é preciso comprovar a intenção, o dolo, em violar o princípio.

16.3.2.5 Ordem Urbanística

Fora da Lei de Improbidade, o artigo 52 do Estatuto da Cidade prevê hipóteses de improbidade quando o prefeito deixa de respeitar as imposições do referido estatuto:

Art. 52. Sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, o Prefeito

incorre em improbidade administrativa, nos termos da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, quando:

I – (VETADO)

II – deixar de proceder, no prazo de cinco anos, o adequado aproveitamento do imóvel incorporado ao patrimônio público, conforme o disposto no § 4o do art. 8o desta Lei;

III – utilizar áreas obtidas por meio do direito de preempção em desacordo com o disposto no art. 26 desta Lei;

IV – aplicar os recursos auferidos com a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso em desacordo com o previsto no art. 31 desta Lei;

V – aplicar os recursos auferidos com operações consorciadas em desacordo com o previsto no § 1o do art. 33 desta Lei;

VI – impedir ou deixar de garantir os requisitos contidos nos incisos I a III do § 4o do art. 40 desta Lei;

VII – deixar de tomar as providências necessárias para garantir a observância do disposto no § 3o do art. 40 e no art. 50 desta Lei;

VIII – adquirir imóvel objeto de direito de preempção, nos termos dos arts. 25 a 27 desta Lei, pelo valor da proposta apresentada, se este for, comprovadamente, superior ao de mercado.

O objeto tutelado por este dispositivo é a ordem urbanística, devendo o prefeito ser responsabilizado em caso de descumprimento das diretrizes gerais de política urbana definidas no plano diretor do município.

A lei exige o dolo como condição à punição do agente público, podendo ser fruto de ação omissiva ou comissiva.

16.4 Licitações

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XXI, prevê processo específico para as contratações da Administração Pública direta ou indireta, assim disposto:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá

as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O professor José Afonso da Silva elenca, dentre os princípios da Administração Pública, o princípio da licitação pública, *in verbis*:

Significa que essas contratações ficam sujeitas, como regra, ao procedimento de seleção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.⁵³

O referido processo, com suas regras gerais, bem como as regras gerais dos contratos administrativos, estão dispostos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, e na Nova Lei de Licitações, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A palavra licitar significa oferecer maior lance, combater, ou seja, traz a sensação de disputa por propostas, no caso de licitação pública, temos vários conceitos formulados pela doutrina.

Das lições do professor Adilson Abreu Dallari, ao comentar o entendimento de SayaguesLaso, retira-se o seguinte conceito de licitação:

“procedimento relativo ao modo de celebrar determinados contratos, cuja finalidade é a determinação da pessoa que ofereça à Administração condições mais vantajosas, após um

⁵³ Curso de Direito Constitucional Positivo, 31ª ed. 2008, pg. 672.

convite a eventuais interessados para que formulem propostas, as quais serão submetidas a uma seleção”⁵⁴

Em sua obra de direito administrativo, a professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro traz a seguinte lição acerca do conceito de licitação:

Aproveitando, parcialmente, conceito de José Roberto Dromi (1975:92), pode-se definir a licitação como o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitam às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará a mais conveniente para a celebração de contrato.⁵⁵

O professor Flávio Amaral Garcia define licitação como:

Procedimento que visa selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observada a igualdade de condições entre todos os licitantes.⁵⁶

Cumprido finalizar com o breve conceito do professor Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

⁵⁴ Dallari, Adilson Abreu. Aspectos Jurídicos da Licitação. São Paulo: Saraiva, pg. 3.

⁵⁵ Pg. 331

⁵⁶ Pg. 4

Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse.

Todavia, resta evidente que a doutrina não pacificou o conceito de licitação, sendo necessário, a guisa de complementação da matéria, explicitar, posteriormente, suas características e finalidades.

Do texto constitucional, estampado no artigo 37, XXI, supramencionado, pode-se destacar que o procedimento licitatório é, em regra, obrigatório, e deve ser seguido pela Administração Pública direta e indireta em todas as esferas da federação.

Ao que tange à administração indireta, importante colacionar a lição da professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

Quanto às entidades da administração indireta, o artigo 119 da Lei nº 8.666/93 determina que editarão regulamentos próprios, devidamente publicados e aprovados pela autoridade de nível superior a que estiverem vinculados, ficando sujeitos às disposições da lei.⁵⁷

Nesse esteio, temos a lição do professor Marçal Justen Filho, que assevera o seguinte:

Em síntese, as entidades da Administração indireta permanecerão sujeitas ao regime da Lei nº 8.666 até a edição de

⁵⁷ Direito Administrativo, 21ª ed. 2008, pg. 344.

novas regras.No futuro, haverá dois regimes básicos, um destinado à Administração direta e autárquica e outro para as entidades de direito privado organizadas segundo padrões empresariais.⁵⁸

Pertinente à empresa pública, sociedade de economia mista e suas subsidiárias que exploram atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviço, a lei que estabelecer o estatuto vai dispor sobre licitações e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública, conforme artigo 173, § 1º, III, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional 19/98.

Assim, instituiu-se uma possibilidade de haver normas diferenciadas acerca de licitações e contratos para empresas estatais.

Outra característica dos procedimentos licitatórios é sua obrigatoriedade em regra.

Quanto a isso, por ser um procedimento de disputa complexo, o próprio constituinte originário entendeu que haveria hipóteses em que o procedimento seria prescindível, ou seja, não obrigatório.

A Lei traz situações em que o administrador público se vê desobrigado de licitar, que são os casos de dispensa e de inexigibilidade, com a seguinte diferença, conforme a doutrinadora Maria Sylvia:

⁵⁸ Comentários à Lei de licitações e contratos administrativos, 11ª ed. 2005, pg. 17

A diferença básica entre as duas hipóteses está no fato de que, na dispensa, há possibilidade de competição que justifique a licitação; de modo que a lei faculta a dispensa, que fica inserida na competência discricionária da Administração. Nos casos de inexigibilidade, não há possibilidade de competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração; a licitação é, portanto, inviável.⁵⁹

O Professor Marçal Justen Filho entende que dispensa de licitação versa sobre situações que poderiam ser licitadas, mas a sua prática é inconveniente com os valores norteadores da atividade administrativa.⁶⁰

Enquanto que a inexigibilidade, prossegue o mesmo doutrinador, deriva da inviabilidade de competição, cuja caracterização reside na ausência de um dos pressupostos necessários à realização do certame, tais como ausência de alternativas, ausência de concorrência de mercado, ausência de objetividade na seleção do objeto, ausência de definição objetiva da prestação a ser executada.⁶¹

16.4.1 Modalidades de Licitação da Lei 8.666/1993

⁵⁹ Pg. 345

⁶⁰ 11^a ed. 2005, pg. 233

⁶¹ Opcit, pg. 271 e seguintes.

As modalidades licitatórias estão previstas, basicamente, na Lei Federal 8.666/93 e na Lei Federal 10.520/02, e são as seguintes: leilão, concurso, convite, tomada de preços, concorrência e pregão, esta última foi introduzida pelo diploma de 2002.

A lei federal 8.666/93, no artigo 22, § 8º, vedou a combinação das modalidades existentes, ou a adoção de outras. Todavia, já é pacífica a aceitabilidade da sexta modalidade: pregão.

O pregão foi introduzido na órbita jurídica pela Lei Federal 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei da ANATEL), como modalidade de licitação da ANATEL. Tal introdução sofreu certa resistência por parte da doutrina, mas não entraremos no mérito no presente trabalho.

Posteriormente, foi estendida a toda esfera federal, por meio da Medida Provisória 2.026, de 4 de maio de 2000. Por derradeiro, a Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, fez com que a modalidade fosse aplicável às demais esferas da federação. Assim, resta-se pacífica a sexta modalidade existente.

Há outra modalidade introduzida pela Lei da ANATEL, chamada de 'consulta', a qual encontra espaço na obra do professor Celso Antonio Bandeira de Mello, in verbis:

Quanto à 'consulta', não pode ser admitida. É que sua compostura não foi delineada por lei alguma, já que a Lei 9.472, que referiu pela primeira vez, disse que seria disciplinada pela ANATEL (art. 55), ou seja, procedeu a uma inconstitucional delegação legislativa. (p. 548)

O citado autor fundamenta sua alegação afirmando que a delegação legislativa, embarcada no artigo 68 da Constituição Federal, é do Congresso ao Presidente da República, por meio de uma resolução do Congresso, que especifica o conteúdo e os termos do exercício, enquanto que nenhum desses procedimentos ocorreram, e mais: a delegação não foi ao Presidente da República, mas a uma autarquia.

Para escolha da modalidade, é preciso definir o tipo de contrato a ser realizado: compra, venda, serviço de engenharia ou outros, etc. Há, ainda, que se atentar ao valor a ser despendido para tanto. A Lei de Licitações prevê três esferas de preços, em duas categorias: (a) obras e serviços de engenharia e (b) compras e outros serviços. Os valores foram atualizados pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018.

Para tanto, faz-se necessário analisar o cabimento das diferentes modalidades.

Concorrência

Essa modalidade é prevista, em suma, para os casos de obras e serviços de engenharia de valor superior a três milhões e trezentos mil reais (art. 23, I, 'c'); compras e serviços que não sejam de engenharia, bem como alienação de bens móveis, todos acima de um milhão, quatrocentos e trinta mil reais (art. 23, II, 'c' e art. 17, § 6º); compra e alienação de bens imóveis, de qualquer valor, conforme artigo 19 da Lei de Licitações, que possibilita a adoção de leilão também (art. 23, § 3º); concessão de direito real de uso (art. 23, § 3º); para licitações internacionais, juntamente à tomada de preços e convite (art. 23, § 3º); e para o registro de preços juntamente à modalidade pregão (art. 15, § 3º, I)3.

O artigo 23, § 3º, da Lei de Licitações, assevera que a concorrência é cabível em qualquer que seja o valor do objeto a ser alienado ou adquirido. Todavia, cabe-nos destacar que a aplicação de modalidade mais dispendiosa não parece homenagear o princípio da eficiência, já anteriormente tratado; portanto, o ideal é a escolha de modalidade adequada para os fins necessários, caso se verifique, apesar do baixo valor, que somente a concorrência satisfaz as necessidades da Administração, essa deve ser a modalidade escolhida.

A concorrência é caracterizada pela universalidade de participantes, pois não há a previsão de prévio cadastro para a participação.

Outro ponto a ser destacado dessa modalidade é quanto ao prazo de publicidade, que deverá ser feita com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência ao recebimento das propostas. Salvo quando se tratar de licitação do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço” ou quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral, cujo prazo será de 45 (quarenta e cinco) dias ininterruptos.

Tomada de Preços

A tomada de preços é cabível para obras e serviços de engenharia até três milhões e trezentos mil reais (art. 23, I, ‘b’); compras e outros serviços até um milhão, quatrocentos e trinta mil reais (art. 23, II, ‘b’); nos casos de licitações internacionais quando o órgão ou entidade possuir cadastro internacional de fornecedores, desde que dentro dos valores do artigo 23 (art. 23, § 3º).

Uma das diferenças entre essa modalidade e a concorrência é o fato de que a tomada de preços prevê a participação de interessados cadastrados, o que faz da habilitação uma fase mais célere, bastando a apresentação da prova de cadastro. Admite-se, também, a participação de não cadastrados, desde que atendam a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

Convite

É a modalidade cujos participantes são escolhidos e convidados pela unidade administrativa, dentre os interessados do ramo pertinente ao objeto licitado, no número mínimo de três licitantes, que poderão ser cadastrados ou não.

O instrumento convocatório dessa modalidade se chama carta-convite, cuja cópia deve ser afixada em local apropriado.

Cumpramos ressaltar que não será restrita a participação somente aos convidados, mas a outros cadastrados que manifestarem seu interesse em até 24 (vinte e quatro) horas antes da apresentação das propostas.

O valor limite é de até trezentos e trinta mil reais para obras e serviços de engenharia (art. 23, I, 'a'); e até cento e setenta e seis mil reais para os demais serviços e compras (art. 23, II, 'a').

A peculiaridade dessa modalidade é que não é necessário publicar o aviso em jornais ou no diário oficial do respectivo ente, como preceitua o artigo 21 da Lei de Licitações para as demais modalidades.

Impõe-se, na modalidade de convite, que se apresentem no mínimo três interessados qualificados, caso não haja tal requisito, deverá estar justificado nos autos a limitação do mercado ou o manifesto desinteresse dos convidados, sob pena de repetição do certame (art.22, § 7º).

Concurso

O concurso é utilizado para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, por meio de entrega de prêmios ou remuneração aos vencedores.

A publicidade é feita por meio de edital publicado em no mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias antes do evento (art.22, § 4º).

No caso de projetos, a Administração deverá obter a autorização do vencedor para que se efetue sua execução (art. 52, § 2º).

Importante destacar, por fim, que só poderá haver contratação, pagamento, premiação ou recebimento do projeto ou serviço técnico especializado, mediante a cessão dos respectivos direitos patrimoniais para que a Administração possa utilizá-lo.

Na hipótese de versar sobre obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação conforme preceitua o artigo 111, parágrafo único, da Lei de Licitações.

Leilão

O leilão é utilizado para a venda de bens móveis inservíveis ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, bem como para a alienação de bens imóveis, nos termos do artigo 19 da Lei.

A venda é feita a quem oferecer a maior proposta, desde que seja igual ou superior ao valor avaliado pela Administração.

Existe previsão de leilão em outras leis, tais como o artigo 4º, § 3º da Lei nº 9.491/97, o artigo 29 da Lei nº 9.074/95 e o artigo 10 da Lei nº 11.481/07.

Cumpre salientar, por derradeiro, que a Lei Federal 8.666/93 não tratou da alienação dos semoventes, nesse sentido é o ensinamento da professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

Na Lei nº 8.666/93 nada se diz quanto a esse tipo de bem, se móvel ou imóvel, ser-lhe aplicada a mesma regra que se refere aos bens móveis, já que os semoventes são, em regra, considerados, uma espécie de bem móvel dotado de movimento próprio (como os animais), ao lado de outra modalidade que não tem essa característica. (p. 366)

Pregão

A modalidade introduzida pela Lei nº 10.520/02 permite a aquisição de bens e serviços comuns, independente do valor previsto para a futura contratação, assim como utilizar para o sistema de registro de preços, juntamente à concorrência.

Como já exposto, o pregão foi instituído, inicialmente, somente à ANATEL, e depois à União, e somente com o advento da Lei 10.520/02 é que se tornou possível aos demais entes.

Existem três características principais na licitação sob modalidade pregão: propostas por lances, inversão de fases, e possibilidade de ser por meio de recursos de tecnologia da informação.

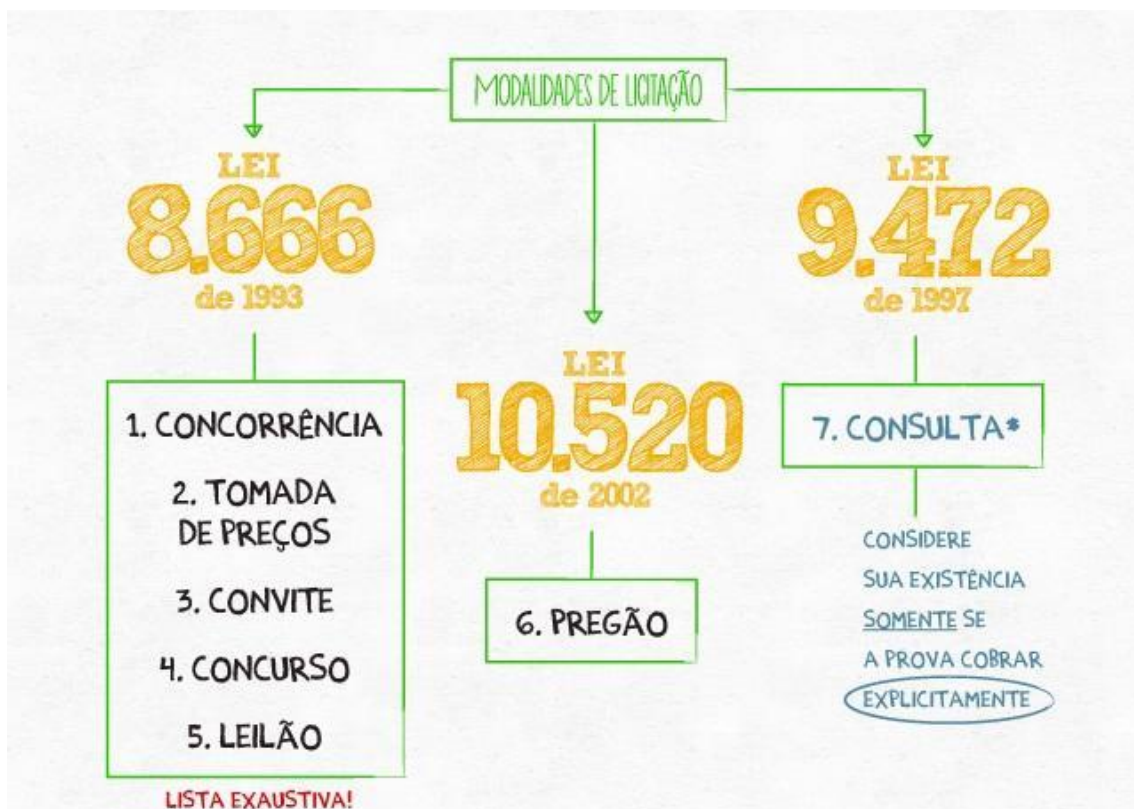
Os lances são efetuados verbalmente pelos licitantes classificados, após análise das propostas escritas, os requisitos de classificação constam da própria lei. Assim, é possível atingir propostas mais interessantes que as inicialmente ofertadas, quando da abertura dos envelopes, restando-se vencedor aquele que oferecer a melhor proposta.

Nas outras modalidades existentes, faz-se primeiro a habilitação dos interessados, para depois verificar as respectivas propostas dos habilitados. No caso, primeiramente classifica-se as propostas, seguindo-se dos lances, e do primeiro colocado, abre-se o envelope com os documentos de habilitação.

Por derradeiro, há previsão de serem utilizados recursos de tecnologia da informação, chamado de pregão eletrônico, regulamentado, no âmbito federal, pelo Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.

QUADRO RESUMO

| | Concorrência | Tomada de Preços | Convite |
|--------------------------------|---------------------------|----------------------|--------------------|
| Obras e Serviços de Engenharia | acima de R\$ 3.300.000,00 | até R\$ 3.300.000,00 | até R\$ 330.000,00 |
| Demais objetos e serviços | acima de R\$ 1.430.000,00 | até R\$ 1.430.000,00 | até R\$ 176.000,00 |



16.4.2 Modalidades de Licitação da Nova Lei de Licitações

As modalidades licitatórias da Nova Lei de Licitações estão previstas no artigo 28 da Lei, sendo elas: pregão, concorrência, concurso, leilão e o diálogo competitivo, conforme segue:

Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;

II - concorrência;

III - concurso;

IV - leilão;

V - diálogo competitivo.

§ 1º Além das modalidades referidas no caput deste artigo, a Administração pode servir-se dos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 desta Lei.

§ 2º É vedada a criação de outras modalidades de licitação ou, ainda, a combinação daquelas referidas no caput deste artigo.

Para escolha da modalidade, é preciso definir o tipo de contrato a ser realizado: compra, venda, serviço de engenharia, especiais ou comuns, etc.

Há vedação para criação de novas modalidades (ou combinação das existentes) aplicando-se ao administrador público e ao legislador de normas específicas. Contudo, nada impede que a União crie nova modalidade, por meio de lei, no futuro – diante da competência da União para legislar sobre regras gerais de licitações e contratos administrativos, conforme Constituição Federal.

Em comparação à Lei de Licitações anterior (Lei 8.666/93), houve grande modificação neste quesito, pois não há mais escolha de modalidade licitatória em razão do valor estimado do futuro contrato. As modalidades tomadas de preços e convite não existem na Nova Lei, e foi criada a modalidade diálogo competitivo.

Assim, faz-se necessário analisar o cabimento das diferentes modalidades.

Importante registrar que neste curso não iremos aprofundar as diferenças entre as leis de licitações, a nova e a anterior (vigente ainda por dois anos após publicação da Lei Nova), pois o conhecimento de uma não depende da outra.

16.4.2.1 Pregão

Pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Nova Lei de Licitações⁶², que será oportunamente tratada neste curso,

⁶² Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

I - preparatória;

adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado – é o que a doutrina chama de produto de prateleira.

A condução do pregão é feita pelo pregoeiro, sendo que nas demais modalidades o condutor do certame é o agente de contratação, via de regra, conforme artigo 8º da Nova Lei.

O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços comuns de engenharia, que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º da Lei Nova.

16.4.2.2 Concorrência

A Concorrência é uma modalidade de licitação destinada a contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério

II - de divulgação do edital de licitação;

III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

IV - de julgamento;

V - de habilitação;

VI - recursal;

VII - de homologação.

de julgamento poderá ser: a) menor preço; b) melhor técnica ou conteúdo artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto. Esta modalidade não admite o maior lance como critério de julgamento.

Como já dito no item anterior, a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, sendo que o pregão será utilizado sempre que o objeto for comum – de prateleira; aos demais casos, aplica-se o pregão, independente do valor a ser dispendido.

Também é cabível a adoção da modalidade concorrência para concessão de serviços públicos, precedida ou não de execução de obra pública, bem como para contratação de parcerias público-privada, tratadas pela Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei Federal 11.079, de 30 de dezembro de 2004, respectivamente, juntamente à modalidade diálogo competitivo.

16.4.2.3 Concurso

O concurso é modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.

A modalidade concurso observará as regras e condições previstas em edital, que deverá indicar: I - a qualificação exigida dos participantes; II - as diretrizes e formas de apresentação do trabalho; e III - as condições de realização e o prêmio ou remuneração a ser concedida ao vencedor, conforme artigo 30 da Lei Nova.

Nos concursos destinados à elaboração de projeto, o vencedor deverá ceder à Administração Pública, nos termos do artigo 93 da Lei Nova, todos os direitos patrimoniais

relativos ao projeto e autorizar sua execução conforme juízo de conveniência e oportunidade das autoridades competentes.

Não é demais registrar que a modalidade licitatória concurso nada tem a ver com a figura do concurso público destinado ao preenchimento de cargos efetivos na administração pública. A coincidência vem da origem latina que significa “concorrer, competir”.

16.4.2.4 Leilão

O leilão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.

Os certames na modalidade leilão são conduzidos por leiloeiros oficiais ou servidores designados pela autoridade competente.

Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão e adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados.

O leilão será precedido da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, que conterà:

Art. 31, § 2º, [...]

I - a descrição do bem, com suas características, e, no caso de imóvel, sua situação e suas divisas, com remissão à matrícula e aos registros;

II - o valor pelo qual o bem foi avaliado, o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, as condições de pagamento e, se for o caso, a comissão do leiloeiro designado;

III - a indicação do lugar onde estiverem os móveis, os veículos e os semoventes;

IV - o sítio da internet e o período em que ocorrerá o leilão, salvo se excepcionalmente for realizado sob a forma presencial por comprovada inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração, hipótese em que serão indicados o local, o dia e a hora de sua realização;

V - a especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os bens a serem leiloados.

Além da divulgação no sítio eletrônico oficial, o edital do leilão deverá ser afixado em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração e poderá, ainda, ser divulgado por outros meios necessários para ampliar a publicidade e a competitividade da licitação.

O leilão não exigirá cadastro prévio dos interessados, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

16.4.2.5 Diálogo competitivo

A modalidade introduzida pela Nova Lei de Licitações se destina a contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

A modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração vise a contratar objeto que envolva as condições peculiares, sendo elas: a) inovação tecnológica ou técnica; b) impossibilidade de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; c) impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração.

Cabível, ainda, quando se verificar a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades, com destaque para: a) a solução técnica mais adequada; b) os requisitos técnicos aptos a concretizar a solução já definida; e c) a estrutura jurídica ou financeira do contrato.

Na modalidade diálogo competitivo, devido à peculiaridade a que se destina, a Lei Nova prevê procedimentos específicos.

Primeiramente, a Administração apresentará no edital as necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 25 (vinte e cinco) dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.

Os critérios empregados para pré-seleção dos licitantes deverão ser previstos no edital, e serão admitidos todos os interessados que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos.

É proibida a divulgação de informações de modo discriminatório que possa implicar vantagem para algum licitante, tais como direcionamentos.

A Administração não poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um licitante sem o seu consentimento.

A fase de diálogo poderá ser mantida até que a Administração, em decisão fundamentada, identifique a solução ou as soluções que atendam às suas necessidades.

As reuniões com os licitantes pré-selecionados serão registradas em ata e gravadas mediante utilização de recursos tecnológicos de áudio e vídeo.

O edital poderá prever a realização de fases sucessivas, caso em que cada fase poderá restringir as soluções ou as propostas a serem discutidas.

A Administração deverá, ao declarar que o diálogo foi concluído, juntar aos autos do processo licitatório os registros e as gravações da fase de diálogo, iniciar a fase competitiva com a divulgação de edital contendo a especificação da solução que atenda às suas necessidades e os critérios objetivos a serem utilizados para seleção da proposta mais vantajosa e abrir prazo, não inferior a 60 (sessenta) dias úteis, para todos os licitantes

pré-selecionados apresentarem suas propostas, que deverão conter os elementos necessários para a realização do projeto.

A Administração poderá solicitar esclarecimentos ou ajustes às propostas apresentadas, desde que não impliquem discriminação nem distorçam a concorrência entre as propostas.

Será definida a proposta vencedora de acordo com critérios divulgados no início da fase competitiva, assegurada a contratação mais vantajosa como resultado.

O diálogo competitivo será conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos 3 (três) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.

Na hipótese de contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão, os profissionais deverão assinar termo de confidencialidade e abster-se-ão de atividades que possam configurar conflito de interesses, o que inclui ter algum vínculo com qualquer licitante, direta ou indiretamente.

16.5 Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021)

Antes de adentrarmos no conceito de contratos administrativos e suas peculiaridades, importante falarmos sobre contratos de modo geral, a fim de criar um ponto de partida comum.

Típico do direito privado, o contrato pode ser entendido como manifestação de vontade de duas ou mais pessoas, em que se fixam obrigações às partes, nos termos da legislação vigente aplicável, criando, modificando, resguardando, transmitindo ou extinguindo direitos aos envolvidos.

Via de regra, os contratos estabelecem vontades complementares e equivalentes. Se um quer comprar o outro quer vender, se um deseja doar, o outro deseja receber a doação. Trata-se de vontades complementares.

O contrato é diferente de convênio, pois nestes as partes possuem o mesmo interesse, firma-se o negócio jurídico para cooperação mútua visando interesse comum.

Nos contratos administrativos, dentro do direito público, a regra se mantém, fixando algumas prerrogativas aos órgãos públicos, em decorrência da defesa do interesse coletivo, são as chamadas 'cláusulas exorbitantes', que trataremos mais adiante.

Na lição clássica de Hely Lopes Meirelles, temos contrato administrativo como:

Ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com particular ou outra entidade administrativa para a consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração Pública.⁶³

⁶³/n Direito Administrativo Brasileiro, p. 223.

O objetivo do contrato administrativo sempre será o atingimento do interesse público, podendo versar sobre obras públicas, serviços, compras de medicamentos ou equipamentos em geral, etc.

Existem espécies de contratos administrativos tratados especificamente em legislação específica, como é o caso das concessões de serviços públicos, parcerias público-privadas, etc, mas todas respeitando as regras gerais do contrato administrativo, as quais abordaremos neste estudo.

16.5.1 Características

O contrato administrativo é a regra para negócios jurídicos dentro da administração pública, em razão de garantir prerrogativas para proteção do interesse público.

O contrato administrativo é consensual, formal, oneroso, comutativo, sinalagmático, de adesão e personalíssimo. Verificaremos um a um destes itens.

- a. Consensual porque decorre da vontade e consenso entre as partes envolvidas, mediante manifestação livre.
- b. Formal pois além do consenso das partes, exige o cumprimento de rito procedimental e o atendimento de requisitos previstos na lei para regularidade do negócio.

- c. Oneroso visto que via de regra demanda o pagamento convencionado, com algumas exceções de contratos gratuitos versados na lei. Mas a regra é a remuneração mediante aquisição ou prestação de serviços.
- d. Comutativa porque as obrigações das partes envolvidas devem ser equivalentes, não existe ônus excessivo a nenhuma das partes.
- e. Sinalagmático pois se exige a reciprocidade entre as obrigações dos envolvidos, além de serem equivalentes.
- f. De adesão porque as cláusulas, via de regra, não podem ser discutidas pelo contratado. A administração pública dita unilateralmente suas condições e as publica aos interessados.
- g. Personalíssimo (*intuitu personae*) visto que se exige que o contrato seja cumprido especificamente pela parte contratada. A subcontratação é exceção aos contratos administrativos e deve obedecer a critérios legais, conforme artigo 122 da Nova Lei.

16.5.2 Formalização

O formalismo e a formalização nos contratos administrativos têm o condão de conferir segurança aos negócios jurídicos, assim como facilitar o controle de órgãos externos.

O instrumento de contrato é obrigatório, via de regra, podendo em casos de dispensa de licitação em razão do valor ou compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, em que a Administração poderá

substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

Não se admite a contratação verbal dentro da administração pública, sendo nulo e de nenhum efeito, com exceção nos casos de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

A Lei Nova prescreve requisitos de formalização básicos para validade dos contratos administrativos.

O artigo 92 da Lei Nova estabelece o rol de cláusulas necessárias a todo contrato administrativo.

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios

de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

O objeto do contrato com todas suas características para boa execução é elementar a todos os contratos, públicos ou particulares, e podem constar como anexo mais detalhado, e comumente se remetem ao termo de referência e à proposta do contratado.

A legislação aplicável ao contrato é importante, sobretudo no período de dois anos após aprovação da Lei Nova, pois coexiste com a legislação anterior que versava sobre licitações e contratos administrativos.

Uma inovação da Lei Nova é sobre a indicação de matriz de risco, em que se divide com o contratado o eventual risco presente do negócio jurídico firmado.

Os riscos podem ser de diversas origens, pertinentes a execução do contrato, ou ainda decorrentes de fatores externos, como casos fortuitos ou de força maior.

Confeccionado o contrato, o proponente deverá ser convocado para assinatura em prazo previsto no edital, prorrogável uma única vez, se requerido pelo interessado ainda dentro do prazo para assinatura.

Quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a administração pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

Se por acaso nenhum dos classificados aceitar assinar o contrato nos mesmos termos do licitante vencedor, a administração poderá abrir negociação, na ordem de classificação, visando obter proposta com melhor preço.

Na hipótese de restarem frustradas as tentativas, poderá ser firmado o contrato nos termos propostos na licitação.

Nesta nova fase de negociação até a adjudicação, a administração pública deverá observar o valor médio de mercado estimado quando da licitação, atualizado se for o caso.

Uma vez assinado o contrato, tanto ele quanto seus aditamentos deverão ser juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, seja de licitação, dispensa ou inexigibilidade, admitida versão eletrônica.

A publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação, ou 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

16.5.3 Cláusulas Exorbitantes

A Administração Pública, em razão do regime jurídico administrativo, possui prerrogativas próprias dos contratos administrativos previstos na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, consistente na modificação, extinção e fiscalização dos contratos, com vistas ao interesse público.

Poderá ocorrer a modificação unilateral para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que respeitados os direitos do contratado, em especial aos atinentes à equação financeira do contrato.

O artigo 104, § 4º, da Nova Lei, prevê que as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual, ou seja, o contratado não pode ser prejudicado em razão do uso das prerrogativas da Administração Pública.

A extinção por vontade exclusiva da Administração também é admitida, com observância do artigo 138, §1º, da Nova Lei, que prevê autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente no respectivo processo.

As razões que fundamentam a extinção do contrato constam do artigo 137 da Nova Lei, e dizem respeito à má execução contratual ou a fatores externos que alteram condições previamente estabelecidas quando da contratação ou que coloquem em risco a execução do contrato, como segue:

Art. 137...

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

A fiscalização e aplicação de sanções ao particular é prerrogativa exclusiva da Administração Pública, devendo zelar pela boa execução do contrato.

Também é admitida à Administração Pública a ocupação provisória de bens móveis e imóveis bem como utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, em circunstâncias predeterminadas em lei.

A lei possibilita que nos casos de risco à prestação de serviços essenciais ou necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado,

inclusive após extinção do contrato, a Administração se utilize da prerrogativa da ocupação provisória.

As prerrogativas não são absolutas, reservando ao contratado o direito do equilíbrio financeiro, de modo que as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem sua prévia concordância.

16.5.4 Duração dos Contratos

Os contratos administrativos devem respeitar o limite de duração previsto no edital, limitado a 5 (cinco) anos, quando versar sobre serviços ou fornecimento contínuos, admitida a prorrogação até o limite de 10 (dez) anos.

Toda contratação fica condicionada à disponibilidade de créditos orçamentários, verificada anualmente (cada exercício financeiro); e quando se tratar de contratação que ultrapasse 1 (um) exercício financeiro, deverá conter previsão no plano plurianual.

A contratação por prazo indeterminado é exceção e caberá nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, tais como água, energia elétrica, etc. Nestes contratos, também fica condicionada à existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

Na contratação que gere receita e no contrato de eficiência que gere economia para a Administração, os prazos serão de até 10 (dez) anos, nos contratos sem investimento; e até 35 (trinta e cinco) anos, nos contratos com investimento, assim considerados aqueles que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes,

realizadas exclusivamente a expensas do contratado, que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato.

16.5.5 Alteração Contratual

Os contratos administrativos devem sempre zelar pela eficiência na prestação dos serviços, e a mutabilidade dos contratos contribui para esta adequação aos fatos que por ventura ocorram no decorrer do contrato.

A alteração contratual pode ocorrer unilateralmente, por vontade exclusiva da Administração, ou bilateralmente, por vontade das partes envolvidas.

A Administração poderá alterar unilateralmente o contrato quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos; ou quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

Caberá a alteração bilateral quando:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;*
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;*

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

Na alteração unilateral, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

As alterações contratuais não poderão configurar prejuízo ao contratado, de modo que a Administração deverá garantir o equilíbrio na equação financeira estabelecida quando da contratação. Em outras palavras, o particular fica obrigado às alterações

contratuais, nos limites da Lei, mas isso não poderá configurar prejuízo ou redução na margem de lucro.

As alterações unilaterais também não poderão configurar alteração no objeto da contratação.

As alterações do contrato administrativo, tais como que versem sobre mudança quantitativa, reequilíbrio econômico-financeiro, etc, devem ser feitas mediante termo aditivo.

É cabível, ainda, a necessidade de fazer algum registro no contrato, mas que não configure alteração contratual, tais como:

- I. variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- II. atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- III. alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- IV. empenho de dotações orçamentárias.

Nestes casos, como não se trata de alteração contratual propriamente dita, o instrumento competente é a apostila, e não o termo aditivo.

17 Regime Jurídico dos Servidores

O quadro de pessoal no funcionalismo público é tema ignorado por muitos advogados, que tendem a misturar conceitos próprios da iniciativa privada, em especial com fundamento na Consolidação das Leis do Trabalho, ignorando a relação típica de direito público que rege esta relação.

Neste curso, o aluno terá condições de compreender o tratamento especial voltado a esta categoria de trabalhador que movimenta a máquina pública no Brasil, em todos os seus níveis, em todas as formas de vínculo existente.

Primeiro faremos uma abordagem para separar cada espécie de vínculo, com suas peculiaridades, conceitos e tratamento legal.

Depois, aprofundaremos num tema muito importante: a remuneração. Este tema goza de especial tratamento legislativo e doutrinário, bem como é alvo comum dos órgãos de controle e deve ser visto com cuidado por advogados e gestores públicos.

Por fim, iremos tratar de prática comum, mas pouco estudada: a transformação de cargos públicos. De modo a compreender quando ocorre e quais os limites da autonomia legislativa dos entes públicos para tratar de seus servidores.

O intuito no final do curso é que o aluno tenha conhecimento razoável para compreender seus direitos e deveres, caso seja servidor; ou, se advogado, possa garantir a seus clientes atendimento especializado; e ainda compreensão da melhor abordagem de gestão de pessoas no serviço público, na hipótese de se tratar de gestor público.

17.1 Definição e Classificação

A doutrina estabelece o termo agente público como gênero de todas as pessoas físicas que exercem alguma função dentro do Estado.

O professor Hely Lopes Meirelles traz os conceitos mais replicados, a seguir delineados, dividindo o termo agente público nas seguintes espécies: agentes políticos, agentes administrativos, agentes honoríficos e agentes delegados.

Os agentes políticos são os ocupantes dos mais altos cargos dentro das entidades públicas, atuando diretamente para o exercício de prescrições constitucionais, como Presidente da República, Governador, Prefeito, Ministros de Estado, Secretários, Ministros dos tribunais superiores, desembargadores, vereadores, senadores e deputados, dentre outros.

Já os agentes administrativos possuem vinculação profissional com o Estado. São os ocupantes de cargos ou empregos públicos, traduzindo-se como a maior parte dos ocupantes dos postos públicos. A Constituição confere o tratamento como servidores públicos, podendo ser concursado ou nomeado a cargos de confiança, cujo tratamento é o foco deste curso e será esmiuçado mais adiante.

Existem, ainda, os cidadãos que são convocados para prestar temporariamente serviços relevantes ao Poder Público chamados de agentes honoríficos, sem remuneração nem vínculo permanente com o Estado, como os jurados, mesários eleitorais, etc.

Outra espécie existente são os agentes delegados, que são particulares, podendo ser até pessoa jurídica, que possuem a responsabilidade de exercer determinada atividade delegada a eles pelo Estado, como leiloeiros e intérpretes públicos.

17.2 Conceitos Legais

A Lei Federal 8.112, de 1990, que trata do Estatuto dos Servidores Federais, traz conceitos legais sobre posse, exercício, estabilidade, reversão, reintegração, recondução, disponibilidade e aproveitamento.

POSSE:

É o ingresso da pessoa no cargo público, após nomeação, momento em que ele passa a ser denominado servidor público.

Art. 13. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.

§ 2º Em se tratando de servidor, que esteja na data de publicação do ato de provimento, em licença prevista nos incisos I, III e V do art. 81, ou afastado nas hipóteses dos incisos I, IV, VI, VIII, alíneas "a", "b", "d", "e" e "f", IX e X do art. 102, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 3o A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 4o Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

§ 5o No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6o Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1o deste artigo.

Art. 14. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Exercício

O exercício é o efetivo exercício das funções do cargo para o qual tomara posse. A não entrada em exercício consistirá na exoneração do servidor nomeado e empossado.

O prazo é de até 15 (quinze) dias entre a posse e o exercício.

O tratamento legal é feito pelo artigo 15 e seguintes do Estatuto Federal.

Estabilidade

Após a entrada em exercício, começa a computar o prazo de período probatório do servidor público de 03 (três) anos, e após aprovação no estágio probatório é que o servidor público alcança a estabilidade.

A estabilidade constitui uma das principais garantias dos servidores públicos estatutários. Por meio dela, objetiva-se proporcionar que o servidor desempenhe suas atribuições sem a coação das autoridades superiores, que, não fosse a estabilidade, poderiam condicionar determinados comportamentos dos servidores à exoneração do cargo público.

Após a aquisição da estabilidade, o servidor público poderá perder o cargo público em circunstâncias previstas em lei:

- a. sentença judicial transitada em julgado;
- b. processo administrativo disciplinar;
- c. procedimento de avaliação periódica de desempenho;
- d. redução de gastos com pessoal para atingir o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Reversão

A reversão é o retorno do servidor público aposentado ao trabalho, nos termos do artigo 25:

Art. 25. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

I - por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou

II - no interesse da administração, desde que:

a) tenha solicitado a reversão;

b) a aposentadoria tenha sido voluntária;

c) estável quando na atividade;

d) a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação;

e) haja cargo vago.

O mais comum da reversão é em razão de alta médica ao servidor aposentado por invalidez.

REINTEGRAÇÃO

A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 30 e 31 do Estatuto Federal.

Na hipótese de o cargo estiver provido, o seu ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

RECONDUÇÃO

Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de (a) inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo; ou (b) reintegração do anterior ocupante.

DISPONIBILIDADE

A disponibilidade é a forma em que o servidor público estável aguarda o novo enquadramento em cargo público compatível com o seu anterior, que fora extinto.

Neste sentido, vide previsão do art. 41, § 3º, da CF/88:

Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

APROVEITAMENTO

Trata-se da convocação do servidor que fora posto em disponibilidade, em razão de extinção de cargo público.

O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

17.3 Servidores Públicos: Espécies

Dentro da categoria de agentes públicos, os agentes administrativos ou servidores públicos – que é o tratamento conferido pela Constituição Federal de 1988, são os maiores ocupantes dos postos de trabalho dentro da Administração Pública, podendo ser subdividido em servidores efetivos, estabilizados pela CRFB de 1988, de livre provimento e os por tempo determinado.

17.3.1 Servidores Efetivos

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, prevê os seguintes ditames para esta categoria de agentes:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade,

impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

[...]

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o

subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos

incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

[...]

Primeiramente, cumpre estabelecer que a categoria de servidores públicos efetivos configura o corpo fixo, técnico e burocrático da administração pública, que cuida da rotina da máquina estatal, não flutuante de acordo com a gestão política de ocasião.

Estes servidores possuem vinculação profissional com o Estado, tendo sido admitido mediante concurso público, e esta é a forma lícita de ingresso destes servidores⁶⁴.

Os servidores públicos efetivos podem ser ocupantes de cargos ou empregos públicos, neste caso também chamado de empregado público.

Os ocupantes de cargos públicos possuem vinculação mediante estatuto, que é lei do respectivo ente público, regrando seus direitos e deveres. A esta categoria não se aplicam as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), também não possuem carteira assinada nem contrato de trabalho. Tudo quanto direitos e deveres são versados em lei local, de acordo com a pessoa jurídica empregadora.

Apesar de existirem municípios com empregados públicos – vínculo celetista, as pessoas jurídicas de direito público, como União, estados, municípios, autarquias e fundações públicas, possuem mais afinidade ao vínculo estatutário.

Já os ocupantes de empregos públicos, direcionados às empresas públicas ou sociedades de economia mista, possuem relação contratual com seu empregador, e com tratamento nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho.

⁶⁴ É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido. [Súmula Vinculante 43.]

Em ambos os casos, a lei local deverá prever os respectivos cargos e empregos, contendo denominações/nomenclaturas, quantidades, atribuições (tarefas a serem exercidas) e requisitos de ingresso (escolaridade, experiência, etc)⁶⁵.

Os editais de concursos públicos somente poderão transcrever estas previsões legais, sem ter a possibilidade de previsão editalícia em desacordo com a lei que criou o referido cargo ou emprego público.

O servidor público possui direito de greve garantido pela Constituição Federal, conforme lei a ser editada pelo Congresso Nacional, todavia ainda não há tal legislação.

A ausência legislativa não pode impedir o referido direito constitucionalmente garantido. Deste modo, o Supremo Tribunal Federal consolidou, nos mandados de injunção 670, 708 e 712, entendimento no sentido de ser aplicável a Lei de Greve (Lei 7.783/1989) aos servidores, sem que haja paralisação completa, sob pena de ofender o

⁶⁵ Conforme a Jurisprudência desta Suprema Corte, a adoção de requisitos de capacidade física para o acesso a cargos públicos deve observar critérios idôneos e proporcionais de seleção, que guardem correlação com as atividades a serem desempenhadas pelo servidor. A norma contida no § 2º do art. 11 da Lei Federal 7.479/1986, no que se refere aos médicos e aos capelães, é incompatível com a Constituição Federal. Com relação ao restante da carreira de bombeiro-militar, não há ofensa aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da eficiência ou da proporcionalidade. Os limites de estatura estabelecidos pela norma impugnada, que reproduzem a mesma exigência imposta aos militares das Forças Armadas (1,60m para homens e 1,55m para mulheres), mostram-se razoáveis. [ADI 5.044, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 11-10-2018, P, DJE de 27-6-2019.]

princípio da continuidade dos serviços públicos, bem como é lícito o desconto dos dias parados das remunerações dos servidores⁶⁶.

Outro ponto que se debate muito é sobre a regra de não acumulação de cargos públicos (de igual aplicação aos empregos públicos). Sendo que a exceção deve seguir aos requisitos constitucionais.

A Constituição possibilita o acúmulo remunerado de:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

A condição comum a todos eles é a compatibilidade de horários. O servidor público que desejar acumular terá que cumprir as duas jornadas, sem qualquer privilégio em relação aos demais que não exercem dois vínculos públicos.

⁶⁶ O STF reconheceu a repercussão geral do tema no Recurso Extraordinário 693.456 e, em novembro de 2017, fixou a tese nos seguintes termos: “A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público”.

Cumpra registrar, também, que estas regras não se aplicam a vínculos particulares. O servidor público não possui vedação constitucional de possuir emprego privado.

O Supremo entendeu, inclusive, que não poderá haver mais condições de acúmulo do que as constantes na própria Constituição a serem criadas por lei, como é o caso de limitação de carga horária na soma dos vínculos.

Por maioria, foi aprovada a seguinte tese de julgamento do Tema 1.081: “As hipóteses excepcionais autorizadoras de acumulação de cargos públicos previstas na Constituição Federal sujeitam-se, unicamente, a existência de compatibilidade de horários, verificada no caso concreto, ainda que haja norma infraconstitucional que limite a jornada semanal”.

A vedação de acúmulo se estende a funções, cargos ou empregos públicos em autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

Estabilizados pelo ADCT:

Os atos e disposições constitucionais transitórias em seu artigo 19 previu a estabilidade a servidores que não estivessem se submetido a concurso público, ou instrumento congênere à época, que já contassem com mais de cinco anos quando da promulgação da Constituição Federal:

Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público.

§ 1º O tempo de serviço dos servidores referidos neste artigo será contado como título quando se submeterem a concurso para fins de efetivação, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão, nem aos que a lei declare de livre exoneração, cujo tempo de serviço não será computado para os fins do "caput" deste artigo, exceto se se tratar de servidor.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos professores de nível superior, nos termos da lei.

Importante o registro que a Carta da República conferiu estabilidade e não efetividade, o que tem gerado diversas celeumas sobre o tema.

A estabilidade é a garantia constitucional de permanência no serviço público, cuja perda do cargo somente se dará em hipóteses legais, não se admitindo que seja realizada sem justa causa.

Já a efetividade é uma característica do provimento do cargo, os cargos públicos podem ser providos em caráter efetivo ou em comissão.

17.3.2 Cargos e Funções de Livre Provimento

Dentro da estrutura funcional do Poder Público, a Constituição possibilita o exercício temporário de função pública, mediante provimento de cargos ou funções de confiança.

As funções de confiança são direcionadas exclusivamente aos servidores efetivos, já concursados, para funções temporárias de confiança. Já os cargos de confiança são de livre provimento, podendo ser ocupados por pessoas alheias ao quadro efetivo da Administração. Ambos os casos possuem restrições de atuação, devendo se restringir a atribuições de chefia, direção e assessoramento.

A lei deverá criar tais cargos e funções, com quantitativos, remunerações, atribuições e requisitos. Dentre os cargos em comissão, a lei deve prever percentuais mínimos de ocupação aos servidores já concursados.

Os cargos em comissão possuem regime jurídico específico, conforme a lei que o criou, e estão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social, caso o ocupante não esteja vinculado a Regime Próprio de Previdência Social em razão de ocupar cargo de provimento efetivo.

Apesar de a escolha para ocupação do cargo de livre provimento ter como critério principal a confiança entre o nomeante e o nomeado, há restrição em atendimento aos princípios aplicáveis à administração pública, como é o caso da vedação ao nepotismo, sedimentado na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal⁶⁷:

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

Esta súmula é aplicação direta e concreta dos princípios constitucionais, em especial o da imparcialidade no âmbito do Poder Público, sem necessidade de edição de lei específica para tal proibição.

⁶⁷ Importante registrar que o CNJ editou a Resolução nº 7/2005, e o CNMP a Resolução nº 192/2018, sobre o mesmo tema no âmbito do Judiciário e do Ministério Público, respectivamente.

Cumprido o registro que tal limitação se restringe aos cargos e funções de confiança, sem aplicabilidade nos cargos políticos, como secretários municipais ou estaduais, ou Ministros de Estado, conforme precedente do STF:

Então, quando o art. 37 refere-se a cargo em comissão e função de confiança, **está tratando de cargos e funções singelamente administrativos, não de cargos políticos. Portanto, os cargos políticos estariam fora do alcance da decisão que tomamos na ADC 12**, porque o próprio Capítulo VII é Da Administração Pública enquanto segmento do Poder Executivo. **E sabemos que os cargos políticos, como por exemplo, os de Secretário Municipal, são de agentes do Poder, fazem parte do Poder Executivo.** O cargo não é em comissão, no sentido do art. 37. Somente os cargos e funções singelamente administrativos — é como penso — são alcançados pela imperiosidade do art. 37, com seus lapidares princípios. Então, essa distinção me parece importante para, no caso, excluir do âmbito da nossa decisão anterior os secretários municipais, que correspondem a secretários de Estado, no âmbito dos Estados, e ministros de Estado, no âmbito federal.

[RE 579.951, rel. min. Ricardo Lewandowski, voto do min. Ayres Britto, P, j. 20-8-2008, DJE 202 de 24-10-2008, Tema 66.]
(grifamos)

No precedente destacado acima, o Ministro relator faz a distinção entre cargos em comissão, com abrangência administrativa, e cargos políticos, com atribuições prescritas nas constituições ou lei orgânicas dos municípios, versando de agentes políticos vinculados diretamente ao Chefe dos Poderes.

17.3.3 Contratação Temporária em Razão de Excepcional Interesse Público

O texto constitucional traz a previsão para contratação, a qual segue transcrita para melhor elucidação:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

[...]

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

Primeiramente, já se pode destacar que o texto constitucional prevê que ‘a lei estabelecerá’, o que na tradicional lição de José Afonso da Silva é enquadrado como norma constitucional de eficácia limitada, pois depende de lei para que possa se concretizar a exceção à obrigatoriedade de concurso público.

Em termos práticos, a validade deste comando impõe dizer que o ente deverá ter suas contratações temporárias fundadas em lei específica, e não somente se basear diretamente na Constituição Federal.

A lei deverá contemplar os casos de excepcional interesse público, cuja necessidade seja temporária, a ser suprida pelas contratações por tempo determinado. Entretanto, deve-se ter o cuidado para não legislar de forma genérica com hipóteses abrangentes para utilização desta exceção, sob pena de incorrer em inconstitucionalidade da norma, conforme precedentes da suprema corte constitucional⁶⁸.

⁶⁸ “É inconstitucional lei que institua hipóteses abrangentes e genéricas de contratações temporárias sem concurso público e tampouco especifique a contingência fática que evidencie situação de emergência. Essa a conclusão do Plenário ao prover, por maioria, recurso extraordinário no qual se discutia a constitucionalidade do art. 192, III, da Lei 509/1999 do Município de Bertópolis/MG. (...) Prevaleceu o voto do min. Dias Toffoli (relator). Ponderou que seria indeclinável a observância do postulado constitucional do concurso público (CF, art. 37, II). Lembrou que as exceções a essa regra somente seriam admissíveis nos termos da Constituição, sob pena de nulidade. Citou o Enunciado 685 da Súmula do STF. (...) Apontou que as duas principais exceções à regra do concurso público seriam referentes aos cargos em comissão e à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (CF, art. 37, II, *in fine*, e IX, respectivamente). Destacou que, nesta última hipótese, deveriam ser atendidas as seguintes condições: a) previsão legal dos cargos; b) tempo determinado; c) necessidade temporária de interesse público; e d) interesse público excepcional. Afirmou que o art. 37, IX, da CF deveria ser interpretado restritivamente, de modo que a lei que excepcionasse a regra de obrigatoriedade do concurso público não poderia ser genérica, como no caso. Frisou que a existência de meios ordinários, por parte da administração, para atender aos ditames do interesse público, ainda que em situação de urgência e de temporariedade, obstaría a contratação temporária. Além disso, sublinhou que a justificativa de a contratação de pessoal buscar suprir deficiências na área de educação, ou de apenas ser utilizada para preencher cargos vagos, não afastaria a inconstitucionalidade da norma. No ponto, asseverou que a lei municipal regular a contratação temporária de profissionais para realização de atividade essencial e permanente, sem que fossem descritas as situações excepcionais e transitórias que fundamentassem esse ato, como calamidades e exonerações em massa, por exemplo”.(RE

Acerca da competência para legislar, por se tratar de regulação de estrutura e interesse do próprio ente, a lei deverá ser do respectivo ente interessado; não é cabível a adoção de lei de outro ente. Isso quer dizer que os estados, o Distrito Federal e os municípios não poderão se valer da Lei Federal nº 8.743, de 1993, que regula o assunto na esfera federal⁶⁹.

Os pressupostos constitucionais da contratação temporária estão inscritas no próprio texto, quais sejam, que a necessidade seja temporária e que o interesse público seja excepcional.

Neste sentido, segue a elucidativa lição de Carmén Lúcia Antunes Rocha (2000, 241-242), afirmando ser necessário:

[...] que se estabeleçam os critérios legais para a definição do que seja a temporariedade e a excepcionalidade. Aquela referente à necessidade, e esta concernente ao interesse público. É temporário aquilo que não tendo a duração ou permanência no tempo. A transitoriedade põe-se como uma condição que indica ser passageira a situação, pelo que o desempenho da função, pelo menos pelo contratado, tem o condão de ser precário. A necessidade que impõe o comportamento há de ser temporária, segundo os termos constitucionalmente traçados. Pode-se dar que a necessidade

658.026, rel. min. **Dias Toffoli**, julgamento em 9-4-2014, Plenário, [Informativo 742](#), com repercussão geral). **Vide: ADI 2.229**, rel. min. **Carlos Velloso**, julgamento em 9-6-2004, Plenário, *DJ* de 25-6-2004.

⁶⁹ Neste sentido, Maria Sylvia Di Pietro e José dos Santos Carvalho Filho.

do desempenho não seja temporária, que ela até tenha de ser permanente. Mas a necessidade, por ser contínua e até mesmo por ser objeto de uma resposta administrativa contida ou expressa num cargo que até mesmo se encontre, eventualmente, desprovido, é que torna aplicável a expressão constitucionalmente manifestada pela expressão 'necessidade temporária'. Quer-se, então, dizer que a necessidade das funções é contínua, mas aquela que determina a forma especial de designação de alguém para desempenhá-las sem concurso e mediante contratação é temporária.

Em outras palavras, a contratação de que trata o artigo 37, IX, da CF, não pode legitimar nem contratação permanente, nem interesse público que não seja excepcional, extraordinário, fora do comum. Quanto a este último quesito (excepcional interesse público), cabe registrar que o termo 'excepcional' legitima a contratação temporária, visto que toda e qualquer contratação, assim como as demais atividades da administração pública, é para atendimento do interesse público.

É importante afastar a confusão entre contratação temporária e a investidura de cargos, seja mediante concurso público ou para cargos em comissão. Cada uma dessas situações possuem finalidades e fundamentos distintos.

A grosso modo, somente com o objetivo de diferenciar da contratação temporária em tela, a investidura em cargo decorrente de concurso público atende a necessidade

permanente do Estado, inerente ao funcionamento da máquina; ao passo que os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, servem para fins de chefia, direção e assessoramento, servindo principalmente às funções de governo.

Desta forma, se a contratação temporária for para o atendimento de excepcional interesse público, não há que se falar em preterição de candidatos classificados em concurso público que não foram chamados; um atende a necessidade sazonal do Estado, o outro a necessidade permanente.

Por assim dizer, temos como possíveis a contratação temporária de docentes em substituição aos docentes do quadro permanente, sem a necessidade, muito menos cabimento, de convocação de concurso público.

Igualmente, é a situação de contratar profissionais da área da saúde para programas temporários ou em casos de surtos.

Da mesma forma, há a contratação de guarda vidas temporários para atender as cidades praianas em épocas de temporada. O interesse público é excepcional com temporalidade fixada anualmente.

Não seria razoável a contratação mediante concurso público para composição permanente no quadro de pessoal de servidores que somente atuariam alguns meses do ano.

Para finalizar esta linha, a fim de afastar a ideia que somente há possibilidade de contratação temporária a determinadas funções extremas, podemos imaginar a hipótese teratológica em que todos os auxiliares administrativos de determinado ente fosse vítima de um desastre enquanto participavam de um congresso.

Nesta hipótese, até que se consuma novo concurso público, não pode a administração pública ficar sem suas rotinas administrativas, nem desviar servidor para tal função, o que seria inconstitucional, fica caracterizado o excepcional interesse público, justificando a contratação para atender a necessidade temporária até que os novos servidores ingressem definitivamente.

Nesta mesma linha, nos autos da ADI 3068, registrou-se que a Constituição Federal, no artigo 37, inciso IX:

Não separa de um lado atividades em caráter eventual, temporário ou excepcional e de outro lado atividades de caráter regular e permanente. Não autoriza exclusivamente a contratação por tempo determinado de pessoal que desempenha atividades de caráter temporário ou eventual. Amplamente autoriza contratações para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, em uma e outra hipótese⁷⁰.

O trecho supra, de relatoria do ministro Eros Grau, confirma o entendimento acima exposto em que a contratação para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público não distingue a natureza da atividade a ser exercida pelo contratado, mas atinge a necessidade da contratação em foco. A necessidade deve ser temporária.

⁷⁰ Importante destacar que o caso da ADI 3068 é flagrantemente irregular por prolongarem os contratos por anos, ultrapassando o caráter razoável de temporário.

Regime jurídico do vínculo:

O regime jurídico do vínculo da contratação temporária é outro tema que merece atenção dos gestores públicos, pois há grande dúvida acerca de como se dará tal contratação e quais direitos e deveres estarão em questão.

Na doutrina de Carvalho Filho (2011, 551), há registro de regime especial, em que o autor esclarece que não são tratados pelas regras estatutárias, visto que o próprio constituinte previu que se tratava de 'contrato'.

Outrossim, o entendimento do Supremo Tribunal Federal é de afastar as regras celetistas desta espécie de contratação, conforme segue:

Servidores públicos. Regime temporário. Justiça do Trabalho. Incompetência. No julgamento da ADI 3.395-MC/DF, este Supremo Tribunal suspendeu toda e qualquer interpretação do inciso I do art. 114 da CF (na redação da EC 45/2004) que inserisse, na competência da Justiça do Trabalho, a apreciação de causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo. As contratações temporárias para suprir os serviços públicos estão no âmbito de relação

jurídico-administrativa, sendo competente para dirimir os conflitos a Justiça comum e não a Justiça especializada⁷¹. (g.n.)

Para facilitar a rotina da administração pública, a própria lei que prever os casos de excepcional interesse público poderá dispor acerca dos direitos e deveres do contratado, assim dizer o regime jurídico de seus temporários.

Deve-se, igualmente, esclarecer que não se trata de cargos nem de empregos públicos, por não estarem sujeitos às peculiaridades típicas de cada um deles. Não há investidura nem nomeação em cargo público regido por estatuto, tampouco, regramento celetista como os empregos públicos.

Ademais, a previsão de cargos e empregos consta do inciso II do artigo 37, ao passo que a contratação temporária está prevista no inciso IX, do mesmo artigo, ambos da Constituição. Cuida-se de institutos paralelos, os quais não se confundem e possuem fundamentos, finalidades e disciplinas distintas.

Em via de conclusão deste tema, devemos registrar que o que se chama de regime especial ou regime jurídico administrativo significar dizer que não se trata de adoção de

⁷¹ No mesmo sentido: Rcl 7.126-AgR, rel. min. Joaquim Barbosa, julgamento em 20-6-2012, Plenário, DJE de 1º-8-2012; Rcl 7.157-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, julgamento em 17-2-2010, Plenário, DJE de 19-3-2010; Rcl 4.045-MC-AgR, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 14-10-09, Plenário, DJE de 19-3-10; Rcl 5.924-AgR, Rcl 7.066-AgR e Rcl 7.115-AgR, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 23-9-2009, Plenário, DJE de 23-10-2009; Rcl 7.028-AgR e 7.234-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 16-9-2009, Plenário, DJE de 16-10-2009; Rcl 4.489-AgR, Rcl 4.012-AgR e Rcl 4.054-AgR, Rel. p/ o ac. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 21-8-2008, Plenário, DJE de 21-11-2008; Rcl 5.381, Rel. Min. Ayres Britto, julgamento em 17-3-2008, Plenário, DJE de 8-8-2008.

regime já existente (celetista ou estatutário), mas que a administração regulará, naquele momento, quais serão os detalhes daquela relação que nascerá.

Cabe, ainda, registrar que uma vez estando em vínculo jurídico administrativo, a jurisprudência é farta no sentido de a Justiça do Trabalho não ser competente para analisar e julgar os conflitos oriundos de tais contratos, restando para a justiça comum resolver tais questões, sendo federal se a União for parte da lide, ou estadual, para demais esferas.

Contribuição previdenciária:

Mesmo estando sob escolha da administração pública os direitos de seus temporários, há determinadas regras que devem ser respeitadas, como o caso das contribuições previdenciárias.

Os contratados temporários devem ser filiados ao Regime Geral de Previdência Social, tendo que ter suas contribuições descontadas e repassadas ao respectivo ente gestor da previdência, conforme impõe a EC nº 20, conforme elucidativo acórdão:

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA REVISIONAL E ANULATÓRIA DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. CARGOS COMISSIONADOS MUNICIPAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. MUNICÍPIO CONVENIADO COM O IPSEP. REGIME

PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA. OBRIGATORIEDADE DE FILIAÇÃO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL APENAS A PARTIR DA EC 20/98. FATO GERADOR ANTERIOR À EDIÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL EM TELA.

[...]

O art. 40, § 13, acrescentado à Constituição Federal pela EC nº 20, que submeteu os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão ao regime geral de previdência social, somente passou a ter vigência a partir de 15/12/1998.

Confira-se o referido dispositivo constitucional, in verbis:

‘§ 13 - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.’ (LUCENA, 2006) (g.n.)

Deve-se registrar, por oportuno, que tal regramento adveio com a Emenda Constitucional 20, a partir de 1998.

Direitos sociais:

A lei que disciplinar o regime jurídico dos contratos temporários também deverá contemplar os alguns direitos constitucionais dos trabalhadores, tal como estabilidade

provisória e licença maternidade, conforme artigo 7º, XVIII, da CF e art. 10, II, b, do ADCT, além de férias e décimo terceiro salário, conforme sedimentada jurisprudência da corte constitucional⁷².

Regra de acúmulo constitucional:

Outra imposição que escapa ao alvedrio da administração pública toca o regramento constitucional do acúmulo cargos, empregos e funções públicas.

A vedação de acúmulo remunerado de cargos é regra do serviço público, comportando as exceções previstas no mesmo dispositivo, qual seja, o artigo 37, inciso XVI, abrangendo as funções e os empregos públicos pelo inciso XVII, todos da Constituição.

Desta forma, comporta-se como possível o acúmulo nos casos de professores, dois vínculos destes ou com outro técnico ou científico, bem como no caso de profissões regulamentadas da área da saúde, desde que haja compatibilidade de horários em quaisquer dos casos.

⁷² Neste sentido: ARE-AgR 663.104, Rel. Min. AYRES BRITTO, Segunda Turma, DJe 19.3.2012; AI-AgR 767.024, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe 24.4.2012; ARE-AgR 681.356, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 17.9.2012

17.4 Direitos e Remuneração no Serviço Público

A política remuneratória dos entes públicos estão no bojo de sua autonomia legislativa, ocorre que há diretrizes a serem observadas pelo legislador local.

Com isto, levantamos alguns pontos que vem sendo debatido pela doutrina e pela jurisprudência acerca, sobretudo, dessas limitações constitucionais ao poder instituidor dos sistemas remuneratórios no serviço público.

Décimo Terceiro Subsídio e Férias aos Agentes Políticos:

O governador, prefeito, os vices e os secretários não tem vínculo profissional. Trata-se de vínculo político, de natureza temporária, com o município, mediante eleição ou nomeação.

Os direitos sociais típicos de todo trabalhador, dentre os quais décimo terceiro e férias, previstos no artigo 7º da Constituição Federal, abrangendo os servidores públicos no artigo 39, § 3º, da mesma Carta, não afeta tais agentes políticos.

Neste sentido, tem-se a seguinte lição:

Os agentes políticos dos Poderes Executivo e Legislativo não gozam, como visto, da extensão promovida no art. 39, § 3º, ao

art. 7º da Constituição, restrita aos agentes públicos investidos em cargo de provimento efetivo⁷³.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo tem o mesmo entendimento:

Ação direta de inconstitucionalidade - sustentada inconstitucionalidade dos artigos 4º e 5º, caput, §§ 1º, 4º e 5º, da Lei nº 11.600, de 09 de abril de 2008, em sua redação original e na que foi dada pelo artigo 1º, I e II, da Lei nº 11.622, de 05 de maio de 2008, do Município de Ribeirão Preto, que ‘Fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Vereadores para a legislatura a iniciar-se em 1º de janeiro de 2009 e dá outras providências’, e ‘Dá nova redação ao parágrafo 4º e acrescenta o parágrafo 5º ao artigo 5º da Lei nº 11.600, de 09/04/08’, respectivamente - vedada é a vinculação do reajuste dos subsídios do Chefe do Poder Executivo, do Vice, e de seus auxiliares diretos à revisão geral anual do funcionalismo público municipal - é vedada a fixação dos subsídios dos Vereadores em percentual dos subsídios dos Deputados Estaduais - é vedada, ainda, a vinculação do reajuste dos subsídios dos Vereadores à revisão geral anual do funcionalismo público municipal ou à alteração dos subsídios dos Deputados Estaduais, eis que

⁷³ Wallace Paiva Martins Junior. Remuneração dos agentes públicos, São Paulo: Saraiva, 2009, p. 213.

inalterável o valor daqueles durante a legislatura, por força da reintrodução pela EC 23/2000, da chamada ‘regra da legislatura’ aos parlamentares municipais - vedada é a instituição de décimo terceiro subsídio a quem tem vínculo não profissional com a Administração Pública - é vedada a expansão do subsídio como parcela única concebido, para abranger valores excedentes à remuneração do mandato parlamentar estadual (ajuda de custo, jeton, verba de gabinete e outras) violação dos artigos 1º, 111, 115, XI, XII e XV, 124, § 2º, 144 e 297, da CE - ação procedente, assentando-se, ademais, a fim de que os Vereadores da atual Legislatura de Ribeirão Preto não fiquem sem remuneração, que, a este título, na corrente receberão o subsídio que vigorou na Legislatura anterior, obviamente que sem a revisão anual e observados os limites estabelecidos no inciso VI, do art. 29 da Constituição Federal” (TJSP, ADI 994.09.002644-6, Órgão Especial, Rel. Des. Palma Bisson, 10-02-2010, v.u.).

EMENTA. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Artigo 3º da Lei 15.401, de 06 de julho de 2011, do Município de São Paulo. Dispositivo legal que confere 13º subsídio ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, agentes políticos investidos em postos de relação não profissional, eventual e transitória. Vício de inconstitucionalidade material. Violação ao disposto nos artigos 111, 124, § 3º, 128 e 144, da Constituição do Estado.

Ação julgada procedente. (TJSP, ADI 0014607-04.2012.8.26.0000, Rel. Des. Franca Carvalho, v.u., 31-07-2013).

Em idêntico sentido, registre-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

‘RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EX-DEPUTADOS ESTADUAIS. POSTULAÇÃO DE PAGAMENTO DE 13º SALÁRIO. INOCORRENCIA DE RELAÇÃO DE TRABALHO COM O PODER PUBLICO. INVIABILIDADE. DEPUTADO ESTADUAL, NÃO MANTENDO COM O ESTADO, COMO É DA NATUREZA DO CARGO ELETIVO, RELAÇÃO DE TRABALHO DE NATUREZA PROFISSIONAL E CARÁTER NÃO EVENTUAL SOB VÍNCULO DE DEPENDÊNCIA, NÃO PODE SER CONSIDERADO COMO TRABALHADOR OU SERVIDOR PÚBLICO, TAL COMO DIMANA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ARTS. 7º , INCISO VIII, E 39, § 3º), PARA O FIM DE SE LHE ESTENDER A PERCEPÇÃO DA GRATIFICAÇÃO NATALINA’ (RMS nº 15.476-BA, 5ª T., Relator o Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, J. 16.03.2004, negaram provimento, V.U.)”

Neste julgamento, destaque-se o seguinte assente:

“Qual referido, os recorrentes ex-Deputados Estaduais, à exceção de Carla Acrux Miranda, Cristiane Acrux Miranda e

Maria das Graças Oliveira, dependentes da ex-deputada Ana Oliveira, buscam-lhes seja estendida, na condição de pensionistas da Caixa de Previdência dos Parlamentares e, posteriormente, da Superintendência de Recursos Humanos do Poder Legislativo Estadual, pelo exercício de mandato eletivo, a gratificação de natal.

De logo, convém ressaltar que o só fato de não mais exercerem o mandato e passarem a pensionista não faz incidir o 13º, com base no art. 201, § § 5º e 6º, da Constituição Federal. É que, se na ativa não faziam jus à vantagem, como se verá, não se altera essa situação com a passagem para a aposentadoria, eis que a disciplina desta é específica, no caso.

Dispõe o art. 7º, VIII, da Lei Magna:

‘Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.’

E o art. 39, § 3º:

‘§ 3º - Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII,

XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.’

Inquestionável que, por força do art. 7º, VIII e o art. 39, § 3º, a gratificação natalina somente se aplica aos servidores ocupantes de cargo público.

E sobre o conceito de servidor público tal como dimana da Constituição, assim pontifica o ilustre publicista Celso Antônio Bandeira de Mello:

‘8. Servidor público, como se pode depreender da Lei Maior, é a designação genérica ali utilizada para englobar, de modo abrangente, todos aqueles que mantêm vínculos de trabalho profissional com as entidades governamentais, integrados em cargos ou empregos da União, Estados, Distrito Federal, Municípios, respectivas autarquias e fundações de Direito Público. Em suma: são os que entretêm com o Estado e com as pessoas de Direito Público da Administração indireta relação de trabalho de natureza profissional e caráter não eventual sob vínculo de dependência.’

Compreendem as seguintes espécies:

‘a) servidores titulares de cargos públicos no Estado (anteriormente denominados funcionários públicos), nas autarquias e fundações de Direito Público da União, dos Estados,

do Distrito Federal e dos Municípios, assim como no Poder Judiciário e na esfera administrativa do Legislativo;

b) servidores empregados das pessoas supra-referidas...' (Curso de Direito Administrativo - 14ª ed, Malheiros, p. 223/224)

No mesmo sentido, o il. constitucionalista José Afonso da Silva, com remissão a Celso Antônio Bandeira de Mello, Hely Lopes Meirelles e Carmem Lúcia Antunes Rocha, asseverando:

'O elemento subjetivo do órgão público - o titular - denomina-se genericamente agente público, que, dada a diferença de natureza das competências e atribuições a ele cometidas, se distingue em: agentes políticos, titulares de cargos que compõem a estrutura fundamental do governo, e agentes administrativos, titulares de cargo, emprego ou função pública, compreendendo todos aqueles que mantêm com o Poder Público relação de trabalho, não eventual, sob vínculo de dependência, caracterizando-se, assim pela profissionalidade e relação de subordinação hierárquica' (Curso de Direito Constitucional Positivo, Malheiros, 22ª ed., p. 658).

Desse modo, a aplicabilidade de direitos sociais, arrolados no art. 7º, da Magna Carta, nomeadamente, no caso, o 13º salário, aos agentes públicos, somente tem cabida se expressamente

autorizada pelo texto constitucional, qual o refere o § 3º, do art. 39.

‘O exame da Constituição Federal, com as alterações da EC 19, em especial do art. 37 e seus incisos X, XI, XII, XIII e XV e do art. 39, § 1º, demonstra que há um sistema remuneratório para os ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Administração direta, autárquica e fundacional, para os membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para os detentores de mandato eletivo e para os demais agentes políticos...’(Direito Administrativo Brasileiro, Hely Lopes Meirelles, 28ª ed., Malheiros, p. 448).

Insista-se, sem previsão constitucional, não há como estender aos autores-recorrentes a gratificação natalina.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso”.

Nesta senda, vale registrar que os agentes políticos, quais sejam, prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e vereadores, não gozam dos direitos sociais prescritos no artigo 7º, com a abrangência aos servidores pelo artigo 39, § 3º, ambos da Constituição Federal, inclusive décimo-terceiro (ou gratificação natalina) e férias.

Entretanto, importante registrar que malgrado a última análise não fugir da apreciação do Poder Judiciário, cujo entendimento é o exposto acima, a Corte Bandeirante de Contas confere a tais agentes políticos tais verbas sociais⁷⁴.

17.5 Adicionais e Gratificações

As vantagens pecuniárias dos servidores são acréscimos permanentes ou temporários ao vencimento base, compreendendo adicionais e gratificações, dando fruto ao que se chama de remuneração.

Ao passo que ‘adicional’ significa recompensa ao tempo de serviço (ex facto temporis) ou retribuição pelo desempenho de atribuições especiais ou condições inerentes ao cargo (ex facto officii), a ‘gratificação’ constitui recompensa pelo desempenho de serviços comuns em condições anormais ou adversas (condições diferenciadas do desempenho da atividade – propter laborem) ou retribuição em face de condições pessoais ou situações onerosas do servidor (propter personam)⁷⁵.

⁷⁴ “De outro lado, por ocuparem cargo público, os Secretários Municipais fazem jus aos direitos sociais consagrados na Constituição (férias, terço de férias, décimo terceiro salário), consoante o § 3º do art. 39 e vários julgados desta Casa (TC’s 1910/026/01, 1639/026/01, 1576/026/01, 1889/026/01).” In Manual básico dos agentes políticos municipais, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2007.

⁷⁵ Hely Lopes Meirelles. Direito Administrativo Brasileiro, São Paulo: Malheiros, 2001, 26ª ed., p. 449; Diógenes Gasparini. Direito Administrativo, São Paulo: Saraiva, 2008, 13ª ed., p. 233; Marçal Justen Filho. Curso de Direito Administrativo, São Paulo: Saraiva, 2008, 3ª ed., p. 760.

Nas tradicionais lições do professor Hely Lopes Meireles, temos “o que caracteriza o adicional e o distingue da gratificação é o ser aquele uma recompensa ao tempo do serviço do servidor, ou uma retribuição pelo desempenho de funções especiais que refogem da rotina burocrática, e esta, uma compensação por serviços comuns executados em condições anormais para o servidor, ou uma ajuda pessoal em face de certas situações que agravam o orçamento do servidor” 4.

Neste sentido, temos que ter a devida cautela quando da criação de adicionais e gratificações, de modo a não afastar da vantagem pecuniária o correspondente interesse público, de modo a dissimular aumento de remuneração ao quadro de servidores, o que padece de duvidosa constitucionalidade.

Do mesmo cuidado, deve-se verificar quando a vantagem pecuniária possui em seus requisitos a serem implementados para sua percepção qualidade intrínsecas ao exercício de qualquer função pública, não merecendo, assim, ser considerado para concessão de vantagem extraordinária.

Nesta situação, faz-se o registro do seguinte precedente:

“Ação direta de inconstitucionalidade. Adicional de assiduidade. Município de Chavantes. Artigos 43, 44 e 45 da Lei Complementar 127/2012 (Dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos e Evolução Funcional dos Profissionais do Magistério Público e dá outras providências). Inconstitucionalidade. Ausência de critério, pois não se foi além

da assiduidade, dever e obrigação do servidor. Dispositivos que em nada asseguram valorização dos profissionais do magistério. Ação procedente” (ADI 2140689-75.2014.8.26.0000, Rel. Des. Borelli Thomaz, v.u., 28-01-2015).

Nesta senda, se não há razão peculiar, que sobeje além do simples, ordinário e rotineiro exercício da própria função, inerente ao cargo, não se justifica a instituição de vantagem pecuniária por lei.

Das Vantagens Pecuniárias e a Reserva de Lei:

Ainda no tocante à violação de artigo constitucional, deve-se ter a cautela ao prever que os critérios objetivos para concessão da gratificação serão estabelecidos por decreto, afrontando o princípio da reserva absoluta de lei.

Em torno do tema, o Supremo Tribunal Federal prestigia a prevalência da reserva legal na remuneração dos servidores públicos e sua indelegabilidade:

“O tema concernente à disciplina jurídica da remuneração funcional submete-se ao postulado constitucional da reserva absoluta de lei, vedando-se, em consequência, a intervenção de outros atos estatais revestidos de menor positividade jurídica, emanados de fontes normativas que se revelem estranhas, quanto à sua origem institucional, ao âmbito de atuação do Poder Legislativo, notadamente quando se tratar de imposições restritivas ou de fixação de limitações quantitativas ao estipêndio

devido aos agentes públicos em geral. - O princípio constitucional da reserva de lei formal traduz limitação ao exercício das atividades administrativas e jurisdicionais do Estado. A reserva de lei - analisada sob tal perspectiva - constitui postulado revestido de função excludente, de caráter negativo, pois veda, nas matérias a ela sujeitas, quaisquer intervenções normativas, a título primário, de órgãos estatais não-legislativos. Essa cláusula constitucional, por sua vez, projeta-se em uma dimensão positiva, eis que a sua incidência reforça o princípio, que, fundado na autoridade da Constituição, impõe, à administração e à jurisdição, a necessária submissão aos comandos estatais emanados, exclusivamente, do legislador. Não cabe, ao Poder Executivo, em tema regido pelo postulado da reserva de lei, atuar na anômala (e inconstitucional) condição de legislador, para, em assim agindo, proceder à imposição de seus próprios critérios, afastando, desse modo, os fatores que, no âmbito de nosso sistema constitucional, só podem ser legitimamente definidos pelo Parlamento. É que, se tal fosse possível, o Poder Executivo passaria a desempenhar atribuição que lhe é institucionalmente estranha (a de legislador), usurpando, desse modo, no contexto de um sistema de poderes essencialmente limitados, competência que não lhe pertence, com evidente transgressão ao princípio constitucional da

separação de poderes” (STF, ADI-MC 2.075-RJ, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, 07-02-2001, v.u., DJ 27-06-2003, p. 28).

“Em tema de remuneração dos servidores públicos, estabelece a Constituição o princípio da reserva de lei. É dizer, em tema de remuneração dos servidores públicos, nada será feito senão mediante lei, lei específica. CF, art. 37, X, art. 51, IV, art. 52, XIII. Inconstitucionalidade formal do Ato Conjunto n. 01, de 5-11-2004, das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados” (STF, ADI 3.369-MC, Rel. Min. Carlos Velloso, 16-12-2004, DJ 01-02-2005).

“Ação direta de inconstitucionalidade. Resoluções n.ºs 26, de 22/12/94; 15, de 23/10/97, e 16, de 30/10/97, todas do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, havendo a primeira criado a gratificação de representação, correspondente a 40% do valor global atribuído a diversos cargos, estendendo-a, inclusive, aos inativos que se aposentaram em cargos de igual denominação ou equivalente. 2. Alegação de ofensa a funções privativas dos Poderes Legislativo e Executivo. 3. Medida cautelar deferida e suspensa, com eficácia ex nunc, a eficácia das Resoluções impugnadas. 4. Procedência da alegação de ofensa a funções privativas dos Poderes Legislativo e Executivo, eis que há necessidade de lei em sentido formal para a criação de vantagens pecuniárias a servidores do Poder Judiciário. 5. A Lei

Magna não assegura aos Tribunais fixar, sem lei, vencimentos ou vantagens a seus membros ou servidores. 6. Jurisprudência do STF no sentido de que ‘não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos, sob o fundamento da isonomia’ (Súmula 339 e ADINs n.º 1776, 1777 e 1782). 7. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente” (STF, ADI 1.732-ES, Tribunal Pleno, Rel. Min. Néri da Silveira, 17-04-2002, v.u., DJ 07-06-2002, p. 81).

Diante da impossibilidade para o estabelecimento dos critérios objetivos para concessão de vantagem por meio de decreto, deve-se vedar a instituição de vantagem pecuniária sem critérios determinados por lei, sob pena de violação ao disposto no art. 128 da Constituição do Estado de São Paulo, pelo qual “as vantagens de qualquer natureza só poderão ser instituídas por lei e quando atendam efetivamente ao interesse público e às exigências do serviço”, bem como os princípios da razoabilidade e da moralidade, previstos no art. 111 da Constituição Paulista e no art. 37 da Constituição Federal.

Efeito Cascata:

O termo ‘efeito cascata’ é utilizado para designar a repercussão de uma verba sobre a outra, gerando inúmeros efeitos a partir de um só benefício.

Até a Emenda 19 de 1998, a vedação de utilizar determinado benefício para base de cálculo de outro se dava somente se ambos os eventos pecuniários tivessem o mesmo fundamento (v.g. tempo de serviço).

Com o advento da EC 19 de 1998, suprimiu-se a expressão do verbete, abrangendo quaisquer repercussões como efeito cascata, ficando com a seguinte redação:

“XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;”

Neste sentido, segue a seguinte reflexão:

“A Constituição vetou o cômputo ou acumulação de acréscimos pecuniários para fins de concessão de acréscimos ulteriores com identidade de título ou fundamento no art. 37, XIV. Proibiu o efeito-cascata, o repique, a influência recíproca. A Emenda n. 19/98 suprimiu a expressão final referente ao mesmo título ou idêntico fundamento. Isto impede que uma mesma vantagem seja repetidamente computada sobre as demais posteriores, de modo que elas não incidem umas sobre as outras, ou, em outras palavras, proíbe ‘tomar como base de cálculo dos novos acréscimos a retribuição básica aduzida dos acréscimos preexistentes’. (…)

Mas, antes da Emenda n. 19/98, a interpretação devotada não inibia o efeito cascata de uma vantagem sobre outra se não tivessem identidade de título ou fundamento, como, por exemplo, a incidência de gratificação por produtividade sobre os adicionais por tempo de serviço e de assiduidade, ou de gratificação de periculosidade sobre adicional de produtividade, diferentemente do tratamento dispensado ao adicional por tempo de serviço e à sexta-parte – muito embora o Supremo Tribunal Federal houvesse assentado que ela ‘não caracteriza gratificação por tempo de serviço, mas melhoria de vencimento alcançada com implemento de condição temporal’ - e àquela altura reputava inadmissível que norma constitucional estadual ampliasse a proibição, abrangendo a sobreposição de quaisquer parcelas remuneratórias. Atualmente, é indiferente a identidade de título ou fundamento”⁷⁶.

Percebe-se, deste modo, que o legislador constituinte resolveu por endurecer a vedação do ‘efeito cascata’, de modo a ampliar sua ocorrência não apenas a verbas de igual natureza, mas agora de qualquer natureza ou origem.

⁷⁶ Wallace Paiva Martins Junior. Remuneração dos agentes públicos, São Paulo: Saraiva, 2009, pp. 138-139.

17.6 Deveres e Proibições dos Servidores Públicos Federais

Os deveres do servidor público federal, previstos na Lei 8.112, de 1990, são em muito compatíveis com os previstos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994).

A lei descreve condutas esperadas pelo servidor público quando do desempenho de suas funções.

Em suma, espera-se o exercício de suas funções com zelo, agilidade e pontualidade, com lealdade às funções públicas que exerce, e ao ente que representa, preservando-se as informações e o patrimônio.

O rol completo deveres consta do artigo 116 da Lei Federal n. 8112/1990:

Art. 116. São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - ser leal às instituições a que servir;

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública.

VI - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; (Redação dada pela Lei nº 12.527, de 2011)

VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

VIII - guardar sigilo sobre assunto da repartição;

IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X - ser assíduo e pontual ao serviço;

XI - tratar com urbanidade as pessoas;

XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.

Já o artigo 117 da Lei apresenta o rol de vedações ao servidor público, que em contraposição aos deveres, pois elenca condutas que não se coadunam à função:

Art. 117. Ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV - proceder de forma desidiosa;

XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do caput deste artigo não se aplica nos seguintes casos:

I - participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e

II - gozo de licença para o trato de interesses particulares, na forma do art. 91 desta Lei, observada a legislação sobre conflito de interesses.

17.7 Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição

O provimento do cargo público é a forma de sua ocupação, que de forma originária se dá pela nomeação após aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

A Constituição Federal traz a previsão para ingresso nos cargos públicos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também,

ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

[...]

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (grifamos)

Nesta mesma linha, a Lei Federal nº 8112, de 1990, Estatuto Federal, apresenta os requisitos para investidura nos cargos públicos:

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de dezoito anos;

VI - aptidão física e mental.

A remoção, por sua vez, consiste na mudança de lotação do servidor público, que pode ser a pedido ou ex officio (por ordem superior), conforme artigo 36 do Estatuto Federal.

Não se trata de forma de provimento de cargo, mas sim de deslocamento do agente público dentro da estrutura organizacional, segundo interesse público.

O Estatuto Federal traz as formas de cabimento da remoção do serviço público federal:

Art. 36. [...]

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção:

I - de ofício, no interesse da Administração;

II - a pedido, a critério da Administração;

III - a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração:

a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração;

b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial;

c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

Enquanto que a remoção versa sobre o servidor, a redistribuição trata do deslocamento do cargo, ocupado ou vago, dentro da estrutura, de entre órgãos ou entidades do mesmo Poder, com as seguintes observações:

Art. 37. [...]

I - interesse da administração;

II - equivalência de vencimentos;

III - manutenção da essência das atribuições do cargo;

IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades;

V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional;

VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

§ 1o A redistribuição ocorrerá ex officio para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

§ 2o A redistribuição de cargos efetivos vagos se dará mediante ato conjunto entre o órgão central do SIPEC e os órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos.

§ 3o Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos arts. 30 e 31.

§ 4o O servidor que não for redistribuído ou colocado em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do SIPEC, e ter exercício provisório, em outro órgão ou entidade, até seu adequado aproveitamento.

A substituição consiste em ocupação temporária em função ou cargo de confiança, em razão de impedimento do titular, nos termos do artigo 38 do Estatuto Federal.

O substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo efetivo que ocupa, o exercício do cargo ou função de direção ou chefia e os de Natureza Especial, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, hipóteses em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período.

Vacância

Vacância é a situação em que o cargo público passa a ficar vago, sem ocupante, em razão de quem o ocupava o deixou, temporária ou definitivamente.

Art. 33. A vacância do cargo público decorrerá de:

- I - exoneração;
- II - demissão;
- III - promoção;
- IV - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- V - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- VI - readaptação;
- VII - aposentadoria;
- VIII - posse em outro cargo inacumulável;
- IX - falecimento.

A exoneração e a demissão são institutos similares, pois retratam a saída definitiva do cargo público, diferenciando-se por esta consistir em consequência de processo administrativo disciplinar.

A demissão consiste em punição ao servidor público que cometeu infração disciplinar e foi submetido a processo administrativo.

Já a exoneração pode ser voluntária, realizada a pedido do servidor, ou involuntária, em razão de reprovação em estágio probatório ou não entrada em exercício após a posse.

Também se chama de exoneração o desligamento dos cargos de livre provimento, para funções de direção, chefia ou assessoramento.

A promoção ocorre quando o servidor ascende na carreira, ocorrendo o provimento no cargo ascendido e a vacância do cargo anteriormente ocupado.

A readaptação consiste na mudança de cargo em razão de nova capacidade laborativa do servidor, em razão de circunstâncias de saúde. Este instituto jurídico ganhou previsão constitucional mediante a Emenda Constitucional nº 103/2019:

Art. 37. [...]

§ 13. **O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental,** enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida

a remuneração do cargo de origem. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019) (grifamos)

A aposentadoria ocorre após preenchimento dos requisitos previstos constitucionalmente, e podem ocorrer em razão voluntária, por idade ou tempo de serviço, ou involuntariamente, em razão da idade limite ou por incapacidade laborativa, esgotadas as tentativas de readaptação.

A posse em cargo inacumulável é a circunstância em que o servidor público deixa de ocupar um cargo público para ingressar, sem quebra de vínculo com o poder público, em outro órgão ou entidade do mesmo ente federativo.

Por fim, o falecimento é tratado como forma de vacância, visto que o servidor falecido não se exonerou do cargo antes de morrer e não é cabível a exoneração após o falecimento.

17.8 Regime Jurídico: Alteração e Direito Adquirido

Regime jurídico é o termo que designa toda base de direitos, deveres e regramentos em geral de determinada relação, no caso, dos servidores públicos. Logo, trata-se dos preceitos legais sobre acesso aos cargos públicos, investidura por concurso ou comissionamento, promoções, sistema remuneratório em geral, penalidades, etc.

Pautado pela autonomia política, cada ente público pode estabelecer regime jurídico para seus servidores, sempre mediante lei, a qual pode ser alterada a qualquer momento.

Neste aspecto, reside grande polêmica, visto que há, a uma, a cultura protetiva da Consolidação das Leis do Trabalho, em que a condição de trabalho só se altera, via de regra, para melhor – princípio da condição mais favorável, v.g. – a duas, por haver a invocação de eventual direito adquirido.

Entretanto, há limitação para tais alterações de matriz constitucional. A alteração de regime jurídico não pode acarretar redução de remuneração ao servidor⁷⁷.

Para ilustrar a sedimentada jurisprudência, segue o seguinte julgado:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO E A FORMA DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRESERVAÇÃO DO VALOR NOMINAL. INOCORRÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NO RE N. 563.965. 1. O regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a eventual modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global da remuneração e, em consequência, não provoque decesso de

⁷⁷ Hely Lopes Meirelles. Direito Administrativo Brasileiro, São Paulo: Malheiros, 2013, 39ª ed., p. 474

caráter pecuniário, não viola o direito adquirido (Precedentes: RE n. 597.838-AgR, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, DJe de 24.2.11; RE n. 601.985-AgR, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJe de 1.10.10; RE n. 375.936-AgR, Relator o Ministro Carlos Britto, 1ª Turma, DJ de 25.8.06; RE n. 550.650-AgR, Relator o Ministro Eros Grau, 2ª Turma, DJe de 27.6.08; RE n. 603.453-AgR, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, DJe de 01.02.11, entre outros). 2. Reconhecida a repercussão geral do tema no julgamento do RE n. 563.965-RG/RN, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, confirmando a jurisprudência desta Corte no sentido de que não há direito adquirido à forma de cálculo de remuneração, enfatizando, ainda, a legitimidade de lei superveniente que, sem causar decesso remuneratório, desvincule o cálculo da vantagem incorporada dos vencimentos do cargo em comissão ou função de confiança outrora ocupado pelo servidor, passando a quantia a ela correspondente a ser reajustada segundo os critérios das revisões gerais de remuneração do funcionalismo. 3. Recurso extraordinário a que se nega seguimento. (RE 653.736, Rel. Min. Luiz Fux, de 20.08.2012)

Vale destacar, outrossim, que o servidor somente terá direito à irredutibilidade de vencimentos após o implemento de todas as condições para determinada vantagem

pecuniária, ou seja, após aquela verba ingressar em seu patrimônio jurídico, mesmo que ainda esteja em processamento. Antes disso, há mera expectativa de direito sobre a verba, o que pode ser alterado a qualquer momento.

18 Processo Administrativo

Processo administrativo é concebido como sucessão de atos organizados e documentados com a finalidade de tomar decisões dentro da administração pública.

18.1 Princípios específicos de processo administrativo

A base principiológica da Administração Pública, cujo rol consta do caput do artigo 37, também se aplica aos processos administrativos. Nesta oportunidade, iremos tratar de princípios implícitos aplicáveis aos processos administrativos, conforme Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Lei de Processo Administrativo Federal):

- **Oficialidade:** instauração e impulsão de ofício do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.
- **Informalismo:** adoção de formas simples, não rígidas, suficientes para dar segurança aos administrados.
- **Instrumentalidade das formas:** possibilidade de aproveitamento dos atos processuais que tenham cumprido sua finalidade, ainda que com algum vício de forma.
- **Verdade material:** busca pela realidade dos fatos, além do que está nos autos; permite a produção de provas pela própria Administração.
- **Gratuidade:** proíbe a cobrança de despesas processuais.

18.2 Tramitação do processo administrativo

O Início do processo pode ser de ofício, diretamente pela autoridade competente, ou a pedido, via de regra, por escrito, salvo quando admitida solicitação oral.

É vedada a recusa imotivada de recebimento de documentos. O servidor deve orientar o interessado, mesmo quando este apresentar em local inadequado.

Vários interessados com pedido idêntico podem formular um único requerimento, e no caso de desistência de um deles, não se aplica aos demais, conforme previsão do artigo 51, § 1º, da Lei de Processo Administrativo Federal.

Inexistindo competência legal específica, o processo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

18.2.1 Impedimento e suspeição

IMPEDIMENTO: descreve situações objetivas, há interesse direto ou indireto na matéria; participação no processo (do servidor ou de seu cônjuge e parente e afins até 3º grau) como perito, testemunha ou representante; litígio judicial ou administrativo com o interessado e respectivo cônjuge ou companheiro. Deve ser declarado pelo próprio servidor (obrigatório!).

SUSPEIÇÃO: situações subjetivas, em casos de amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o 3º grau. Pode ser arguida pelo próprio servidor ou por outros interessados (Facultativo).

18.2.2 Peculiaridades na tramitação

- Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado;
- Preferencialmente, os atos do processo deverão ser realizados em dias úteis, na sede do órgão, mas podem também ser realizados em outro local, desde que o interessado seja cientificado.
- O desatendimento da intimação NÃO importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado; o direito de defesa será garantido na sequência do processo.
- Terão tramitação preferencial as pessoas: com idade igual ou superior a 60 anos; portadoras de deficiência, física ou mental; portadoras de doença grave.
- O interessado poderá, por escrito, desistir total ou parcialmente do processo; a Administração, contudo, poderá prosseguir com o feito, caso entenda que o interesse público exige.

18.3 Recurso administrativo

Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito, o qual não depende de garantia (caução) para processamento ou análise, salvo previsão legal expressa.

O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa, passado isso, culminará no que se chama de 'coisa julgada administrativa', em que não se admitirá sucessivos e infinitos pedidos recursais.

Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Do recurso administrativo, pode reverter a decisão para prejudicar o interessado (*reformatio in pejus*), conforme previsão do artigo 64, p.u., da Lei de Processo:

Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.

*Parágrafo único. **Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.** (grifo nosso)*

Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, instituto diverso do recurso administrativo, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

No caso da revisão, não se aplica o princípio do *reformatio in pejus*, ou seja, da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

19 Gestão de Pessoas

Não é possível enumerar os conceitos aplicáveis à gestão de pessoas. Todavia, podemos apresentar um campo em que ele atua, auxiliando na compreensão do tema.

Gestão de pessoas é um ramo que é composto de diversas ciências e que aborda a Psicologia Organizacional e do Trabalho e que contempla todas as ações empreendidas por uma organização, com o objetivo de integrar os colaboradores no contexto da organização e aumentar sua produtividade.

Gestão de pessoas pode ser definida como um conjunto de estratégias, técnicas e procedimentos focados na mobilização de talentos, potenciais, experiências e competências do quadro de colaboradores de uma organização, bem como a gestão e a operacionalização das normas internas e legais incidentes. (MILIOLI, 2002)

19.1 Gestão Estratégica de Pessoas

A gestão estratégica de pessoas é a nova abordagem utilizada pelas empresas e tem como objetivo entender os colaboradores e alinhar seus interesses com os da própria organização. Ela surge nesse cenário como peça fundamental para auxiliar as empresas.

19.2 Função do Órgão de Gestão de Pessoas: Atribuições Básicas e Objetivos

O órgão tem como função a disseminação da cultura organizacional e, portanto, deve conhecer todos os processos internos e mecanismos que fazem a empresa funcionar, de forma plena e a gerar resultados extraordinários, através das pessoas que fazem parte dos negócios.

A Gestão de Pessoas trabalha a capacitação, envolvimento e desenvolvimento dos funcionários de uma empresa. Esta área, por excelência, tem a função de humanizar os **processos organizacionais**, bem como as empresas de maneira geral.

Também conhecida como Administração de Recursos Humanos, um dos principais objetivos da Gestão de Pessoas é encontrar e colocar em prática, dentro das empresas, mecanismos e estratégias de valorização dos profissionais. Além disso, grande parte das ações desta área tem como função trabalhar na formação dos colaboradores, com o intuito de proporcionar o crescimento da organização e também da carreira destes próprios colaboradores.

19.3 Ambiente Organizacional

A gestão de pessoas pode ser efetivada estruturalmente em diferentes contextos organizacionais. O ambiente organizacional, a tecnologia, as políticas e diretrizes, a qualidade e quantidade de recursos humanos da organização, entre outros fatores, são determinantes para decidir como estruturalmente dispor a gestão de pessoas numa organização.

O entendimento desses conceitos que abarcam a área permite compreender a aplicabilidade da gestão de pessoas no ambiente organizacional.

Uma vez que no ambiente organizacional nada acontece sem as pessoas, cabe entender a definição de gestão de pessoas integrada aos conceitos de ambiente organizacional.

O contexto da gestão de pessoas é formado pelos colaboradores e pela organização. As pessoas passam boa parte de suas vidas trabalhando dentro de organizações e essas dependem destas mesmas pessoas para alcançarem os resultados almejados (planejamento estratégico).

Assim, as pessoas dependem das organizações para alcançarem seus objetivos e, por sua vez, as organizações também precisam das pessoas para crescerem e terem sucesso, numa espécie de dependência mútua. Há profissionais que buscam crescerem no ambiente organizacional:

- realização pessoal;
- oportunidades de crescimento;
- melhores salários e benefícios;
- segurança no trabalho;
- respeito e reconhecimento;
- qualidade de vida etc.

O ambiente organizacional é o conjunto de forças, tendências e instituições – externas e internas. Ele é capaz de influenciar o desempenho da empresa como um todo.

Uma organização consiste em um conjunto de pessoas reunidas que trabalham em prol de um objetivo comum. Ela é composta por diferentes elementos, os quais juntos compõem o contexto da organização.

Para constituir o ambiente de uma organização, é necessário integrar elementos como estrutura física, tecnologias, capacidades produtivas, colaboradores, hábitos e conhecimento. Todos esses conceitos são influenciados por aspectos como a cultura e o clima organizacional, o que é determinante para diferenciar uma organização da outra.

A cultura organizacional é um dos principais fatores do ambiente organizacional e, por isso, muitas pessoas acabam confundindo os dois conceitos. No entanto, a cultura consiste nos costumes, políticas e hábitos adotados pela empresa, os quais devem ser conhecidos e seguidos por todos para aprimorar o ambiente de trabalho.

19.4 Atendimento ao Público

Para estudar o atendimento ao público, é preciso compreender a diferença entre tratamento e atendimento:

- **Atendimento:** concerne a satisfazer as demandas de informação, produtos ou serviços apresentadas pelo cidadão.
- **Tratamento:** diz respeito à forma como o usuário é recebido e atendido.

- **Bom atendimento:** é um atendimento de qualidade, o que inclui dar um bom tratamento ao cidadão e satisfazer, COM TEMPESTIVIDADE E SUFICIÊNCIA, as demandas de informação, produtos ou serviços por ele apresentadas.
- **Tempestividade:** atender no prazo é muito importante hoje. As pessoas estão sempre com pressa, pois somos todos escravos do tempo. No passado, tempestividade não era valor no atendimento.
- **Suficiência:** o atendimento para ser bom deve ser completo. Não pode ficar faltando informação ou alguma etapa do serviço. Preste atenção: suficiência não significa ir além, mas sim fazer tudo e apenas o que é necessário para atender a demanda do cidadão.

O tratamento e o atendimento, em conjunto, formam o atendimento com excelência, dentro ou fora do serviço público.

Para garantir o atendimento com excelência, é importante que o atendente compreenda a visão sistêmica no local que trabalha, compreendendo a visão e a compreensão dos processos realizados.

Em outras palavras, é preciso conhecer as etapas dos trabalhos realizados, bem como a relação de uma fase com a outra. Deste jeito, o cidadão poderá ser assistido de forma completa durante seu atendimento.

19.4.1 Eficiência, Eficácia e Efetividade no Atendimento

Eficiência está relacionada à utilização de recursos financeiros, humanos e materiais. É para conseguir mais eficiência que devemos refletir sobre as rotinas que desempenhamos, sobre os fluxos de papéis e informações e sobre os funcionários envolvidos nas tarefas das quais participamos.

Já a eficácia, por outro lado, compreende a questão da produtividade, o quanto a organização atinge seus resultados.

Quando você prioriza a eficácia em seu trabalho sem se preocupar com a eficiência, está assumindo que os fins justificam os meios. Não é uma postura adequada, especialmente no serviço público que não pode ignorar as normas legais (o princípio da eficiência está expresso no caput do artigo 37 da Constituição Federal).

A efetividade compreende o sucesso de todas as fases do processo, dos meios, dos resultados e a visão passada ao público.

No atendimento, a efetividade é alcançada quando você servidor desempenha seu trabalho da melhor maneira possível e o cidadão recebe um bom atendimento (incluindo aqui um bom tratamento) e fica satisfeito com a solução dada a sua demanda.

Efetividade não significa que temos que conceder tudo o que o cidadão solicita. A efetividade estará presente também nos casos em que uma solicitação não pode ser atendida, mas o cidadão recebe de forma clara e suficiente a explicação pelo indeferimento. Nesse caso, o usuário certamente volta para casa chateado, mas devendo reconhecer a impossibilidade de sua demanda.

Para garantir a efetividade de todas nossas ações no atendimento, é preciso somar eficiência e eficácia à sensibilidade do atendente.

20 Inelegibilidade

Elegibilidade é o direito de ser votado, mediante condições legais e eleição popular, cujas condições se encontram em rol do artigo 14, § 3º, da Carta da República de 1988:

Art. 14. [...]

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

A Constituição Federal, também em seu artigo 14, prevê circunstâncias de inelegibilidade, que impedem o cidadão, parcial ou totalmente, de se eleger:

Art. 14. [...]

*§ 4º São **inelegíveis** os inalistáveis e os **analfabetos**.*

[...]

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

*§ 7º São **inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.** (grifamos)*

O § 9º do mesmo dispositivo constitucional reserva à Lei Complementar outros casos de inelegibilidades:

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (grifamos)

Neste sentido, foi editada a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, denominadas inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.

As inelegibilidades legais se dividem em inelegibilidades absolutas e relativas.

As inelegibilidades legais absolutas (LC 64/90, art. 1, I) geram impedimento para qualquer cargo público eletivo, ou seja, não importa que seja cargo federal, estadual ou municipal:

- a. Perda de mandato legislativo (art. 1º, I, b);
- b. Perda de mandato executivo (art. 1º, I, c);
- c. Abuso de poder econômico e político (art. 1º, I, d);
- d. Condenação criminal, vida pregressa e presunção de inocência (art. 1º, I, e);
- e. Indignidade do oficialato (art. 1º, I, f);
- f. Rejeição de contas (art. 1º, I, g);

- g.** Abuso de poder econômico ou político por agente público (art. 1º, I, h);
- h.** Cargo ou função em instituição financeira liquidanda (art. 1º, I, i);
- i.** Abuso de poder: corrupção eleitoral, captação ilícita de sufrágio, captação ou gasto ilícito de recurso em campanha, conduta vedada (art. 1º, I, j);
- j.** Renúncia a mandato eletivo (art. 1º, I, k);
- k.** Improbidade administrativa (art. 1º, I, l);
- l.** Exclusão do exercício profissional (art. 1º, I, m);
- m.** Simulação de desfazimento de vínculo conjugal (art. 1º, I, n);
- n.** Demissão do serviço público (art. 1º, I, o);
- o.** Doação eleitoral ilegal (art. 1º, I, p);
- p.** Aposentadoria compulsória e perda de cargo de magistrado e membro do Ministério Público (art. 1º, I).

Já as inelegibilidades legais relativas (LC 64/90, art. 1, II a VII) apenas criam obstáculos em determinados cargos, isto é, impõem restrições a algumas candidaturas.

Importante registrar que as inelegibilidades legais relativas normalmente se baseiam em critérios funcionais, o que exige a desincompatibilização para eleição. Sendo elas:

- a.** Inelegibilidade para Presidente e Vice-Presidente da República (art. 1, II);
- b.** Inelegibilidade para Governador e Vice-Governador (art. 1, III);
- c.** Inelegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito (art. 1, IV);
- d.** Inelegibilidade para o Senado (art. 1, V);
- e.** Inelegibilidade para a Câmara de Deputados (art. 1, VI);
- f.** Inelegibilidade para a Câmara Municipal (art. 1, VII);

Existem situações particulares de inelegibilidade relativa, que dependem do cargo ocupado e do que se pretende candidatar-se.

Para concorrência a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até 6 (seis) meses antes do pleito.

O Vice-Presidente, o Vice-Governador e o Vice-Prefeito poderão candidatar-se a outros cargos, preservando os seus mandatos respectivos, desde que, nos últimos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, não tenham sucedido ou substituído o titular.

O cônjuge e os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

21 Responsabilidade Disciplinar, Civil e Criminal

21.1 Conceito, Finalidades e Procedimentos Disciplinares

O servidor público no exercício de suas funções, caso estas sejam realizadas de maneira irregular, encontra-se sujeito a três espécies de responsabilidade, a saber: Administrativa, Civil e Penal⁷⁸.

O Estatuto dos Servidores Públicos Federais possui previsão expressa sobre as responsabilidades que estão sujeitos seus agentes públicos:

Art. 122. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

§ 1o A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada na forma prevista no art. 46, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

§ 2o Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

⁷⁸ Lei Federal nº 8.112, de 1990, Art. 121. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

§ 3o A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 123. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

Art. 124. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.

A apuração nas três esferas de responsabilidade tramita independente, desde que haja repercussão em todas elas. A responsabilização ou não em uma esfera, não impacta, via de regra, na outra.

Isto porque as esferas possuem finalidades distintas a serem atingidas: a responsabilidade disciplinar, ou administrativa, visa regular o bom andamento das normas do órgão; a responsabilidade civil foca na reparação financeira de eventual dano causado; e a responsabilidade criminal tem por escopo apuração na esfera penal.

A responsabilidade disciplinar, ou administrativa, é verificada no âmbito do respectivo ao qual está sujeito, por autoridades administrativas competentes para apuração e julgamento, segundo normas internas.

“se a conduta inadequada afeta a ordem interna dos serviços e vem caracterizada somente como infração ou ilícito administrativo, cogita-se, então, da responsabilidade administrativa, que poderá levar o agente a sofrer sanção administrativa. Essa responsabilidade é apurada no âmbito da Administração, mediante processo administrativo e a possível sanção é aplicada também nessa esfera. (MENDAUAR, 2011, p. 319)

Já a responsabilidade civil compreende a causa de danos a outrem, por ação ou omissão, de forma intencional ou não, e complementa professora Odete Medauar:

“se o agente, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, causou dano à Administração, deverá repará-lo, sendo responsabilizado civilmente. A apuração da responsabilidade civil poderá ter início e término no âmbito administrativo ou ter início nesse âmbito e ser objeto, depois, de ação perante o Judiciário” (MENDAUAR, 2011, p. 319).

Na hipótese de o agente público causar prejuízo a terceiros, não ao erário diretamente, ele responderá à Fazenda Pública em ação regressiva. Isto porque o terceiro ingressará com ação em face do Poder Público, conforme artigo 37, § 6º, da Constituição Federal:

Art. 37. [...]

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, **assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.** (grifo nosso)

Por derradeiro, na hipótese de ação ou omissão do agente público contrariar o disposto na legislação penal, sem prejuízo da apuração das demais esferas, diante do foro criminal competente, e no rito do processo penal, será apurada a responsabilidade criminal.

Haverá comunicação de uma esfera sobre a outra na hipótese de sentença absolutória na esfera criminal, conforme previsões a seguir:

Código Civil:

Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, **não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.**

Código de Processo Penal:

Art. 66. Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, **a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.**

A condenação penal irá repercutir e cessar a responsabilidade do agente nas demais esferas na hipótese de absolvição com negativa de fato criminoso ou de autoria, na hipótese de as apurações civil e disciplinar se fundarem sobre os mesmos fatos.

Na hipótese de absolvição por ausência de provas, prossegue a apuração nas demais esferas.

Igualmente permanece irretocável a apuração nas demais esferas caso se fundem em fatos que por norma própria mereçam responsabilização, visto que um fato determinado pode não ser crime, mas ser repellido pela legislação civil ou administrativa.

21.2 Requisitos Legais Mínimos

Os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades do ente estatal, os dirigentes da unidade gestora do respectivo regime próprio de previdência social e os membros dos seus conselhos e comitês respondem diretamente por infração ao disposto na Lei Federal nº 9.717, de 1998.

Sujeitam-se, igualmente, no que couber, ao regime disciplinar estabelecido na Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e seu regulamento, e conforme diretrizes gerais, a qual versa sobre o Regime de Previdência Complementar.

As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos irregulares, assegurados ao acusado o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com diretrizes gerais.

Também são responsáveis quaisquer profissionais que prestem serviços técnicos ao ente estatal e respectivo regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada.

Os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Os dirigentes da unidade gestora do regime próprio de previdência social deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I - não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar;

II - possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais;

III - possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

IV - ter formação superior.

Os requisitos a que se referem os incisos I e II aplicam-se aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos da unidade gestora do regime próprio de previdência social.

22 Critérios do CRP

22.1 Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP Critérios e Base Legal

22.1.1 Conceito

O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) é um documento emitido pela Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social (SRPPS)⁷⁹, do Ministério da Economia que atesta que o Ente Federativo segue normas de boa gestão capaz de assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

Todos os entes municipais, estaduais e Distrito Federal que possuem Regimes Próprios de Previdência Social⁸⁰ devem manter o Certificado de Regularidade Previdenciária na condição de “regular” para não sofrerem sanções que inviabilizam a celebração de convênios, empréstimos entre outras operações fundamentais da gestão pública.

⁷⁹ O inciso I, do art. 9º, da Lei nº 9.717/1998, atribuiu à União, por intermédio da então Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS que, em decorrência da extinção do Ministério da Previdência Social pela Medida Provisória nº 726/2016 (convertida na Lei nº 13.341/2016), foi incorporada pela Secretaria de Previdência – SPREV do Ministério da Fazenda. Essas atividades, conforme estrutura regimental definida pelo Decreto nº 9.003/2017, passaram a ser desenvolvidas pela Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social – SRPPS, a orientação, a supervisão e o acompanhamento dos regimes próprios de previdência social. A Previdência Social passou para o Ministério da Economia pela Lei 13.844 de 18 de junho de 2019 tendo a Subsecretaria de Regimes Próprios de Previdência Social como órgão de coordenação dos Regimes Próprios.

⁸⁰ O regime de Previdência assegurado exclusivamente aos servidores públicos, titulares de cargo efetivo, pode ser mantido pelos entes públicos da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), sendo, neste caso, denominado de Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

22.1.2 Base Legal

A legislação que submete o Ente federativo e que explicita as exigências e sanções legais relacionadas ao CRP são:

22.1.2.1 Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998

A Lei 9.717 de 27 de novembro de 1998 estabeleceu os princípios e as regras gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios do Ente Federativo.

Art. 7o O descumprimento do disposto nesta Lei pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e pelos respectivos fundos, implicará, a partir de 1o de julho de 1999:

I - suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União;

II - impedimento para celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; federais.

III - suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras;

*IV - REVOGADO pela **Lei no 13.846, de 18/06/2019**.*

22.1.2.2. Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001

O Decreto 3.788 de 11 de abril de 2001 regulamentou o Certificado de Regularidade Previdenciária.

Art. 1º O Ministério da Previdência e Assistência Social fornecerá aos órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta da União, Certificado de Regularidade Previdenciária -CRP, que atestará o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, pelos regimes próprios de previdência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos seguintes casos:

I - realização de transferências voluntárias de recursos pela União;

II - celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;

III - celebração de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

IV - pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social em razão da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.

Parágrafo único. O Ministério da Previdência e Assistência Social disponibilizará, por meio eletrônico, o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, para fins de atendimento do caput.

22.1.2.3. Portaria MPS no. 204 de 10 de julho de 2008

A portaria do órgão na época – Ministério da Previdência Social – MPS dispõe sobre os critérios para a emissão do CRP.

Art. 5o A SPS, quando da emissão do CRP, examinará o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e das exigências abaixo relativas aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS:

I - observância do caráter contributivo do RPPS, que será cumprido por meio de:

a) fixação, em texto legal, de alíquotas de contribuição do ente, dos segurados ativos, dos segurados inativos e dos pensionistas;

*b) repasse integral dos valores devidos ao RPPS; **(Redação dada pela Portaria MTPS no 360, de 30/03/2016)***

c) retenção, pela unidade gestora do RPPS, dos valores devidos pelos segurados e pensionistas, relativos aos benefícios e remunerações, cujo pagamento esteja sob sua responsabilidade; e

d) pagamentos à unidade gestora do RPPS dos valores relativos a débitos de contribuições parceladas mediante acordo.

II - observância do equilíbrio financeiro e atuarial, correspondente à implementação, em lei, atendidos os parâmetros estabelecidos pelas Normas de Atuária aplicáveis aos RPPS, do que segue:

a) alíquotas de contribuição necessárias para a cobertura de seu plano de benefícios; e

b) plano de amortização ou a segregação de massas para equacionamento de seu déficit atuarial.

III - cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares e seus respectivos dependentes;

IV - existência de apenas um RPPS e uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente federativo;

V - existência de colegiado ou instância de decisão em que seja garantida a representação dos segurados do RPPS;

VI - utilização de recursos previdenciários apenas para o pagamento de benefícios e para a taxa de administração do RPPS;

VII - não pagamento de benefícios mediante convênios, consórcios ou outra forma de associação entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios;

VIII - pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do RPPS;

IX - não inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança ou de cargo em comissão e do abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

X - manutenção de contas bancárias destinadas aos recursos financeiros do RPPS distintas das contas do tesouro do ente federativo;

XI - concessão de benefícios de acordo com a Lei no 9.717, de 1998 e Lei no 10.887, 18 de junho de 2004, observando-se ainda:

a) os requisitos e critérios definidos em ato normativo do MPS que estabeleça os parâmetros gerais para concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios;

b) a limitação de concessão apenas dos seguintes benefícios: aposentadorias previstas na Constituição, pensão por morte, auxílio-doença, salário-maternidade, auxílio-reclusão e salário-família; e

c) limitação ao rol de dependentes previsto pelo RGPS.

XII - atendimento, no prazo e na forma estipulados, de solicitação de documentos ou informações pelo MPS, em auditoria indireta, ou pelo Auditor Fiscal, em auditoria direta;

XIII - adoção do plano de contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público, na forma de ato normativo específico do MTPS;

XIV - observância dos seguintes limites de contribuição previdenciária ao RPPS:

a) contribuição dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas em alíquota não inferior à prevista para os servidores titulares de cargos efetivos da União;

b) contribuição sobre os proventos dos inativos e sobre as pensões, incidente sobre a parcela que ultrapassar o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, ou que ultrapassar o dobro desse limite, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante, nas mesmas alíquotas aplicadas às remunerações dos servidores ativos do respectivo ente federativo; e

c) contribuição do ente não inferior ao valor da contribuição do servidor ativo nem superior ao dobro desta, além da cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo RPPS, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

XV - aplicação dos recursos conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional e com observância dos parâmetros previstos nas normas gerais de organização e funcionamento.

XVI - encaminhamento à Secretaria de Previdência, dos seguintes documentos e informações:

a) legislação completa referente ao regime de previdência social; b)

Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA;

c) REVOGADO pela Portaria MPS no 21, de 16/01/2013

d) Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR;

e) REVOGADO pela Portaria MPS no 21, de 16/01/2013

f) informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais;

g) Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN;

h) Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR;

i) Nota Técnica Atuarial - NTA.

§ 1o A legislação referida na alínea "a" do inciso XVI do caput deverá ser encaminhada à Secretaria de Previdência, com as informações de sua publicação, por meio do Sistema de Gestão de Consultas e Normas - GESCON-RPPS.

I - REVOGADO pela Portaria MF no 393, de 31/08/2018

II - REVOGADO pela Portaria MF no 393, de 31/08/2018

§ 2o REVOGADO pela Portaria MF no 393, de 31/08/2018

§ 3o REVOGADO pela Portaria MF no 393, de 31/08/2018

§ 4o REVOGADO pela Portaria MF no 393, de 31/08/2018

§ 5o REVOGADO pela Portaria MF no 393, de 31/08/2018

*§ 6o Os documentos e informações previstos no inciso XVI do **caput**, alíneas "b" a "i", serão encaminhados na forma e conteúdo definidos pela Secretaria de Previdência, conforme divulgado no endereço eletrônico da Previdência Social na rede mundial de computadores - Internet, nos seguintes prazos:*

I - o DRAA, previsto na alínea "b", até o dia 31 de março de cada exercício;

II - o Demonstrativo das Aplicações e Investimento dos Recursos - DAIR, previsto na alínea "d", até o último dia de cada mês, relativamente às informações das aplicações do mês anterior, e o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR, previsto na alínea "h", até o último dia do mês seguinte ao encerramento de cada bimestre do ano civil;

III - as informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, previstos na alínea "f", até o último dia de cada mês, relativamente ao mês anterior, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI;

IV - o Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN, previsto na alínea "g", até 31 de dezembro de cada exercício em relação ao exercício seguinte;

V - REVOGADO pela Portaria MPS no 307, de 20/06/2013

VI - a NTA, prevista na alínea "i", até 31 de julho de 2015, ou imediatamente, em caso de sua posterior alteração ou de instituição de RPPS.

§ 7o REVOGADO pela Portaria MPS no 21, de 16/01/2013

§ 8o Deverá ser informado, nos Demonstrativos de que trata o inciso XVI deste artigo, o número de inscrição do fundo com finalidade previdenciária do RPPS no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, na condição de estabelecimento matriz.

§ 9o O demonstrativo previsto na alínea "h" do inciso XVI do caput será acompanhado de documento que certifique a veracidade de suas informações, assinado pelos representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS.

§ 10. REVOGADO pela Portaria ME no 23, de 30/01/2019

§ 11. A NTA e o DRAA observarão os parâmetros estabelecidos pelas Normas de Atuária aplicáveis aos RPPS, definidas em ato normativo do MTPS, devendo ser encaminhados por meio do CADPREV-Web, acompanhados de: Alteração: § 1 - a NTA, do documento que certifique a sua elaboração e utilização nas

avaliações e reavaliações atuariais do RPPS e da respectiva Nota Técnica Atuarial digitalizada; (Incluído pela Portaria MPS no 360, de 30/03/2016)

II - o DRAA, do documento que certifique a veracidade de suas informações, dos fluxos atuariais com as projeções das receitas e despesas do RPPS, da base cadastral utilizada na avaliação atuarial e do Relatório da Avaliação Atuarial digitalizado.

§ 12. REVOGADO pela Portaria ME no 23, de 30/01/2019

§ 13. REVOGADO pela Portaria ME no 23, de 30/01/2019

§ 14. REVOGADO pela Portaria ME no 23, de 30/01/2019

§ 15. Observado o disposto no § 16, o envio das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais pelo SICONFI, na forma do inciso III do § 6º deste artigo, será exigido a partir da competência janeiro de 2018, para os Estados, Distrito Federal e Capitais, e da competência janeiro de 2019, para os demais Municípios.

§ 16. Alternativamente às informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais pelo SICONFI, os entes federativos poderão manter o envio dos demonstrativos contábeis pelo CADPREV-WEB:

I - os Estados, Distrito Federal e Capitais, em relação ao encerramento do exercício de 2017, até 31 de março de 2018;

II - os demais Municípios, em relação ao encerramento do exercício de 2017, até 31 de março de 2018, e em relação ao primeiro semestre e encerramento do exercício de 2018, respectivamente, até 30 de setembro de 2018 e 31 de março de 2019.

§ 17. O envio dos demonstrativos contábeis pelo CADPREV-WEB permanecerá exigível somente nas hipóteses previstas no § 16.

§ 18. Os demonstrativos de que trata o inciso II do § 6º serão exigidos a partir da competência janeiro de 2014.

Art. 5º-A Poderá ser emitido o CRP do Estado, do Distrito Federal ou do Município que tenha submetido à SPPS, com a finalidade de atendimento aos critérios de que tratam os incisos I e VI do art. 5º, termos de acordo de parcelamento formalizados com fundamento nos arts. 5º e 5º-A da Portaria MPS/GM no 402, de 2008, que contemplem todo o período dos débitos e estejam na situação de "aguardando análise" no CADPREV-WEB.

Parágrafo único. A emissão do CRP será permitida quando não existirem impedimentos em critérios diversos daqueles referidos no caput e não afastará a posterior verificação, pela SPPS, da conformidade dos termos de acordo de parcelamento apresentados ao disposto nos arts. 5º e 5º-A da Portaria MPS/GM no 402, de 2008.

22.1.2 Critérios

Em resumo, são trinta e cinco os critérios⁸¹ para a emissão do CRP:

1. Acesso dos segurados às informações do regime;
2. Adoção do plano de contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público;
3. Aplicações financeiras de acordo com Resolução do CMN – previsão legal;
4. Aplicações financeiras de acordo com Resolução CMN – adequação DAIR e política de investimentos – Decisão Administrativa;
5. Atendimento ao Auditor Fiscal em auditoria direta no prazo;
6. Atendimento ao MPS em auditoria indireta no prazo;
7. Caráter contributivo (Ente e Ativos - Alíquotas);
8. Caráter contributivo (Ente e Ativos - Repasse);
9. Caráter contributivo (Inativos e Pensionistas- Alíquotas);
10. Caráter contributivo (Inativos e Pensionistas-Repasse);
11. Caráter contributivo (pagamento de contribuições parceladas);
12. Caráter contributivo (Repasse) – Decisão Administrativa;
13. Cobertura exclusiva a servidores efetivos;
14. Concessão de benefícios não distintos do RGPS – previsão legal;
15. Contas bancárias distintas para os recursos previdenciários;
16. Demonstrativo da Política de investimentos (DPIN) – Consistência;
17. Demonstrativo da Política de investimentos (DPIN) – Encaminhamento à SPPS;

⁸¹ Essa lista pesquisada no site da escolavirtual.gov.br

18. Demonstrativo das Aplicações e investimentos dos Recursos (DAIR) – Consistência;
19. Demonstrativo das Aplicações e investimentos dos Recursos (DAIR) – Encaminhamento a partir de 2017;
20. Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR) – Consistência e Caráter Contributivo;
21. Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR) – Encaminhamento à SPPS;
22. Demonstrativo Previdenciário – Consistência das Informações;
23. Demonstrativo Previdenciário – Encaminhamento à SRPPS;
24. Encaminhamento da legislação à SRPPS;
25. Envio das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais;
26. Equilíbrio Financeiro e Atuarial - Encaminhamento de NTA, DRAA e resultados das análises;
27. Escrituração Contábil – Consistência das Informações – Decisão Administrativa;
28. Existência de colegiado ou instância de decisão em que seja garantida a participação dos segurados;
29. Inclusão de parcelas remuneratórias temporárias nos benefícios;
30. Observância dos limites de contribuição do ente;
31. Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas;
32. Regras de concessão, cálculo e reajustamento de benefícios;
33. Unidade gestora e regime próprio únicos;
34. Utilização dos recursos previdenciários – Decisão Administrativa;
35. Utilização dos recursos previdenciários – Previsão legal.

22.1.4 Sanções

Os entes federativos serão penalizados por não cumprirem as exigências previstas no artigo 7º. da Lei 9.717 e no artigo 4º. a Portaria MPS 204.

Art. 4o O CRP será exigido nos seguintes casos:

I - realização de transferências voluntárias de recursos pela União;

II - celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como recebimento de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções, em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;

III - liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais; e

IV - pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, em razão do disposto na Lei no 9.796, de 5 de maio de 1999.

§ 1o Aplica-se o disposto neste artigo aos requerimentos para realização de operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 21, inciso VIII, da Resolução no 43, de 2001, do Senado Federal.

§ 2o Para fins de aplicação do inciso I, excetuam-se as transferências relativas às ações de educação, saúde e assistência social.

*§ 3o O responsável pela realização de cada ato ou contrato previsto nos incisos do **caput** deverá juntar ao processo pertinente, ou atestar nos autos, a verificação da validade do CRP do ente da federação beneficiário ou contratante, no endereço eletrônico do Ministério da Previdência Social - MPS na rede mundial de computadores - **Internet**, mencionando seu número e data de emissão.*

§ 4o O servidor público que praticar ato com a inobservância do disposto no § 3o, responderá civil, penal e administrativamente, nos termos da lei.

§ 5o O CRP cancelado nos termos do art. 2o, § 2o, continuará disponível para consulta, com a indicação do motivo de seu cancelamento.

22.1.5 Sobre o CRP

- O CRP é disponibilizado por meio eletrônico, contém numeração única e tem validade de cento e oitenta dias a contar da data de sua emissão.
- O CRP não será exigido nos casos de transferências relativas às ações de educação, saúde e assistência social.
- Para obter o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), o Ente Federativo que instituir o Regime próprio de previdência deve, primeiramente, encaminhar à Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

(SRPPS) a legislação específica que trata de previdência e do regime jurídico dos servidores, inclusive quando alteradas ou revogadas e quando ocorrer extinção do regime próprio, para fins de análise e atualização do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV).

- A legislação deve ser encaminhada de forma impressa, em documentos originais ou cópias autenticadas em cartório ou por servidor público devidamente identificado por nome, cargo e matrícula, e deve estar acompanhada de comprovante de sua publicação na imprensa oficial ou jornal de circulação local ou acompanhada de declaração da data inicial da afixação no local próprio.
- Para emissão do certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), é obrigatório que o Ente Federado cumpra todos os critérios estabelecidos, não sendo emitido, caso haja apenas um critério irregular.

22.1.6. Links da Legislação

| Lei/Decreto | Conteúdo | Link |
|-------------------------------------|---|---|
| Lei 9.717 de 27 de novembro de 1998 | Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos | http://sa.previdencia.gov.br/si/te/2019/08/Lei-9717-de-27nov1998_-atualizada-ate-18jun2019-Correcao-do-art.-7o-IV.pdf |

| | | |
|--|---|---|
| | Estados e do Distrito Federal e dá outras providências. | |
| Portaria MPS 204 de 10 de julho de 2008 | Dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP e dá outras providências. | http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/02/PORTARIA-MPS-no-204-de-10jul2008-atualizada-ate-01fev2019.pdf |
| Portaria MPS 402 de 10 de dezembro de 2008 | Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento das Leis no 9.717, de 1998 e no 10.887, de 2004. | http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/09/Portaria-MPS-no-402-de-10dez2008-atualizada-04set2018.pdf |
| Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001 | Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. | http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3788.htm |

22.2 Acompanhamento Legal Do CRP

O acompanhamento da regularidade do CRP começa pelo envio da legislação à SRPPS quando o ente (municípios, estados e DF) na criação ou extinção do RPPS.

Nota: Observem que a manutenção do CRP continuará sendo necessária mesmo após a extinção do RPPS.

A própria Lei do ente vai estabelecer os parâmetros para a fiscalização da SRPPS! Por isso, a elaboração da Lei do RPPS requer um texto com:

1. Observância obrigatória dos limites das Normas Gerais (Constituição Federal, Lei 9.717/98, Lei 8.213/91 etc);
2. Critérios para a concessão de aposentadoria e pensão;
3. Definição das alíquotas de contribuição do ente e dos segurados (custeio);
4. Definição da base de cálculo dos benefícios de aposentadoria e pensão.

Todas essas informações são registradas no CADPREV – Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social, que é o sistema que contém todos os dados dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Entre os 35 itens do CRP, 14 se referem **ao acompanhamento legal do RPPS**, ou seja, a SRPPS avaliará todos os atos normativos encaminhados pelo ente, verificando se as disposições estão de acordo com os critérios e exigências previstos na Lei nº 9.717/1998 e demais regulamentos.

Conforme art. 29 da Portaria 402/08 o acompanhamento legal poderá ser feito por **auditoria direta e auditoria indireta.**

Art. 29. O MPS exercerá a orientação, supervisão e acompanhamento dos RPPS e dos fundos previdenciários da União,

dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio dos procedimentos de auditoria direta e auditoria indireta.

§ 1o A auditoria direta será exercida por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, em exercício no MPS em conformidade com a Lei no 11.457, de 16 de março de 2007, devidamente credenciado pelo titular do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP, da SPS, admitida a delegação do credenciamento para os titulares das unidades administrativas subordinadas.

§ 2o Ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, devidamente credenciado, deverá ser dado livre acesso à unidade gestora do RPPS e do fundo previdenciário e às entidades e órgãos do ente federativo que possuam servidores vinculados ao RPPS, podendo examinar livros, bases de dados, documentos e registros contábeis e praticar os atos necessários à consecução da auditoria, inclusive a apreensão e guarda de livros e documentos.

*§ 3o O procedimento de auditoria direta poderá abranger a verificação da totalidade dos critérios relacionados à regularidade do RPPS ou apenas dos critérios necessários para o atendimento à denúncia ou outra ação específica. **(Redação dada pela Portaria MPS no 21, de 16/01/2013)***

§ 4o O ente federativo será cientificado do encerramento e dos resultados da auditoria direta por meio de relatório emitido pelo

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, credenciado para a auditoria, acompanhado, no caso de terem sido constatadas irregularidades, da Notificação de Auditoria-Fiscal - NAF. (Redação dada pela Portaria MPS no 21, de 16/01/2013)

Original: *§ 4o O ente federativo será cientificado do encerramento e dos resultados da auditoria direta por meio da Notificação de Auditoria-Fiscal - NAF, documento emitido pelo Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, credenciado para a auditoria.*

§ 5o As irregularidades relativas aos critérios exigidos para a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, inseridas em Notificação de Auditoria-Fiscal - NAF, serão analisadas e julgadas em Processo Administrativo Previdenciário - PAP, observadas as regras estabelecidas em norma específica do MPS.

§ 6o A auditoria indireta é realizada internamente no Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP, da SPS, mediante análise da legislação, documentos e informações fornecidos pelo ente federativo.

A **Auditoria Direta** é realizada in loco por auditor fiscal designado pela SRPPS, previamente comunicada ao ente, bem como quais serão os documentos a serem analisados.

A **Auditoria Indireta** é realizada no âmbito da SRPPS, através da análise de legislação e documentos enviados pelo representante legal do ente federativo. A forma de envio está prevista no § 1 do art. 5º. da Portaria MPS 204/08.

Nota: O ente deve enviar à SRPPS **todos os atos normativos** relacionados com o Regime Próprio de Previdência dos seus servidores (leis, decretos e suas alterações).

22.2.1 Critérios relacionados ao Acompanhamento Legal do CRP

Os critérios abaixo estão relacionados ao acompanhamento legal para manutenção do CRP, sendo que os doze primeiros dizem respeito às normas editadas pelo ente para a criação e estruturação do RPPS e as duas últimas, ao envio das referidas normas.

1. Acesso dos segurados às informações do regime.
2. Aplicações financeiras de acordo com Resolução do CMN – previsão legal.
3. Cobertura exclusiva a servidores efetivos.
4. Concessão de benefícios não distintos do RGPS – previsão legal.
5. Contas bancárias distintas para os recursos previdenciários.
6. Existência de colegiado ou instância de decisão em que seja garantida a participação dos segurados.
7. Inclusão de parcelas remuneratórias temporárias aos benefícios.
8. Regras de concessão, cálculo e reajustamento de benefícios.
9. Unidade gestora e regime próprio únicos.
10. Utilização dos recursos previdenciários – previsão legal.

11. Observância dos limites de contribuição do Ente.
12. Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas.
13. Encaminhamento de legislação à SRPPS.
14. Atendimento ao MPS em Auditoria Indireta no prazo.

22.2.1.1 Acesso dos Segurados às informações do regime

Critério - Esse critério obedece ao princípio constitucional da publicidade (art. 37 CF). É o critério que garante a **transparência da gestão** aos segurados e aos cidadãos. Para cumprir esse critério, além de permitir pleno acesso dos segurados dos relatórios contábeis, financeiros e previdenciários, deve manter as informações individualizadas de cada segurado⁸².

Regularidade – Através de Auditoria Indireta será verificado se no ato normativo de criação ou estruturação do RPPS está expresso o acesso dos segurados às informações sobre a gestão RPPS.

22.2.1.2 Aplicações financeiras de acordo com Resolução do CMN – previsão legal

Critério – Os entes federativos devem observar a Resolução 3.922/10, do Conselho Monetário Nacional, na qual estão previstos os limites para a alocação dos

⁸² O aplicativo poderá ser acessado a partir do site da Secretaria de Previdência: www.previdencia.gov.br, em Consultas Públicas. O aplicativo do sistema CADPREV-Web também poderá ser acessado diretamente no endereço: <http://cadprev.previdencia.gov.br>.

recursos previdenciários. Também deverão enviar as informações sobre os investimentos nas condições e prazos exigidos pela SRPPS.

Regularidade – através de auditoria indireta, a **regularidade** do critério será verificada pela previsão em Lei de que as aplicações financeiras dos recursos previdenciários estão submetidas aos limites estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN).

22.2.1.3 Cobertura exclusiva a servidores efetivos

Critério – O Regime Próprio de Previdência Social só pode amparar e conceder benefícios aos servidores públicos **titulares de cargos efetivos, os inativos e seus dependentes.**⁸³

Regularidade – A regularidade se dará na análise do ato normativo do ente federativo que incluir como beneficiários apenas os servidores ocupantes de cargo efetivo, os inativos e os dependentes.

Nota – Servidores amparados pelo Regime Próprio

- 1) Alguns estados incluem os militares no Regime Próprio de Previdência Social, através de lei estadual.

⁸³ O art.37 da CF prevê que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

- 2) Os magistrados, ministros e conselheiros dos Tribunais de Contas e membros do Ministério Público também estão amparados pelo Regime Próprio.
- 3) O servidor estável abrangido pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias podem ser amparados pelo Regime Próprio, desde que regidos expressamente pelo estatuto dos servidores do respectivo ente.

Nota – Servidores não amparados pelo Regime Próprio

- 1) Os militares não estão incluídos nessa condição. Os artigos 42 e 142 da CF determinam que suas aposentadorias e pensões serão dispostas em lei.
- 2) Os ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração (em comissão) são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social.
- 3) Os ocupantes de cargo temporário, pois seu ingresso acontece por processo seletivo simplificado e sua relação de trabalho é regida pela Lei nº 8.745/93
- 4) Os ocupantes de emprego público, apesar do ingresso ocorrer por concurso público, são vinculados ao Regime Geral de Previdência Social e sua relação de trabalho é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- 5) Os detentores de mandato eletivo e, portanto, agentes políticos, são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, excetuando-se apenas aqueles já vinculados ao regime próprio (alínea j, do inciso I, do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991).

22.2.1.4 Concessão de benefícios não distintos do RGPS – previsão legal.

Critério – É vedado ao Regime próprio criar e/ou conceder benefícios distintos dos benefícios concedidos pelo Regime Geral (art. 5º. Da Lei 9.717/98).

Regularidade – A Lei do ente federativo enviada SRPPS será analisada quanto aos benefícios que serão concedidos.

Regularidade - A regularidade desse critério é realizada pela auditoria indireta, analisando a legislação enviada pelo ente federativo à SRPPS.

Nota - O § 2º. do art. 9º. da EC 103/19 limitou o rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social às aposentadorias e à pensão por morte.

22.2.1.5 Contas bancárias distintas para os recursos previdenciários

Critério – O Fundo ou a Autarquia Previdenciários devem manter contas bancárias completamente apartadas das contas do Tesouro do ente federativo.

Regularidade – O ato normativo do ente federativo enviado à SRPPS deve conter previsão de que os recursos previdenciários serão destinados para uma conta distinta do Tesouro do ente.

Nota – As contas bancárias das contribuições previdenciárias também devem ser distintas no caso de existir a necessidade de segregação de massas. Cada plano – Plano Financeiro e Plano Previdenciário - deve ter uma conta bancária distinta para o depósito das contribuições e pagamento dos benefícios.

22.2.1.6 Existência de colegiado ou instância de decisão em que seja garantida a participação dos segurados

Critério – O ente federativo deve garantir a participação de representantes dos segurados, ou seja, dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos nas decisões da gestão previdenciária. Deve definir, através de ato normativo, a estrutura, o número de membros e os critérios para representação nos colegiados.

Regularidade – O ato normativo do ente federativo enviado à SRPPS deve prever a forma de representação dos segurados.

22.2.1.7 Inclusão de parcelas remuneratórias temporárias aos benefícios

Critério – O ato normativo do Ente Federativo deverá observar os limites e vedações da Constituição Federal e da Lei nº 9.717/98, no que tange à inclusão de parcelas remuneratórias temporárias, na base de cálculo dos benefícios.

Regularidade – A remuneração do cargo efetivo é constituída pelos vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes do cargo estabelecida em lei pelo Ente Federativo, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes.

Nota

- 1) A EC 103/19 vedou a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

- 2) Não compõe a remuneração do cargo efetivo qualquer verba de natureza indenizatória, ou temporária ou a retribuição pelo exercício de cargo em comissão ou função de confiança.
- 3) Mesmo que tenha existido contribuição sobre parcelas de outra natureza, o limite dos benefícios expresso no § 2º do art. 40 da CF é a remuneração do cargo efetivo.

22.2.1.8 Regras de concessão, cálculo e reajustamento de benefícios.

Critério – O critério Regras de Concessão, Cálculo e Reajustamento de Benefícios tem como objetivo acompanhar a legislação que trata da concessão de benefícios. Os RPPS devem observar a Lei nº 9.717/1998 e Lei nº 10.887/2004.

Regularidade – A regularidade desse critério é realizada pela auditoria indireta, analisando a legislação enviada pelo ente federativo à SRPPS.

Nota

- 1) A Emenda nº 41, de 2003 dividiu as regras de cálculo da aposentadoria e pensão em antes e depois da emenda. Aplicam-se as regras permanentes de aposentadoria aos servidores públicos efetivos que ingressaram no serviço público a partir de 01/1/2004. Em resumo, com proventos de aposentadoria, com base na média das contribuições e sem paridade, com reajuste no mesmo índice do Regime Geral.
- 2) As regras de transição aos servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/2003. Em resumo, o cálculo dos proventos de aposentadoria, sendo a última remuneração do cargo (integralidade) e reajuste dos proventos pelo índice aplicado aos servidores ativos do ente (paridade).

3) A EC 103/19 alterou as regras de elegibilidade para a aposentadoria e pensão de servidores públicos, alterou o cálculo dos mesmos e criou regras de transição para os servidores que ainda não haviam completado os requisitos para se aposentar. Em resumo, para os servidores da União, ingressos a partir da edição da referida emenda, as regras de cálculo dos proventos e reajuste se igualam ao do Regime Geral. Para os servidores dos estados e municípios, ficou a opção de aderir às regras da União ou fazer alterações nas leis locais, adequando-se aos novos parâmetros da EC 103/19.

22.2.1.9 Unidade gestora e regime próprio únicos

Critério – É obrigação constitucional a existência da unidade gestora e regime próprio únicos⁸⁴. Entende-se por unidade gestora a entidade ou órgão integrante da estrutura da Administração Pública de cada ente federativo, que tenha por finalidade, a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.

Regularidade – A regularidade desse critério é pela auditoria indireta na análise da legislação enviada pelo ente federativo à SRPPS.

⁸⁴ Parágrafo 20 do art. 40 da Constituição Federal: “É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica, definidos na lei complementar de que trata o § 22”.

Nota – Ver Nota Técnica SEI 11/2017 CGACI/SRPPS/SPREV-MF. Essa NT trata de esclarecimentos acerca da natureza e caracterização do regime próprio e unidade gestora únicos, estabelecidos por força do § 20 do art. 40 da Constituição Federal e disciplinados no art. 10 da Portaria MPS nº 402, de 2008.

22.2.1.10 Utilização dos recursos previdenciários – previsão legal.

Critério – Esse critério tem como objetivo garantir que recursos previdenciários (contribuição patronal e dos segurados, bens, ativos e seus rendimentos e os valores relativos à compensação previdenciária) se destinem apenas para o pagamento dos benefícios previdenciários e para a taxa de administração, nos termos do art. 1º, III, da Lei nº 9.717/98.

Regularidade – A regularidade desse critério é realizada pela auditoria indireta, analisando a legislação enviada pelo ente federativo à SRPPS.

Nota

- 1) A exceção de utilização dos recursos previdenciários, é o valor necessário para a organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio.
- 2) As despesas decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros não poderão ser custeadas com os recursos da Taxa de Administração, devendo ser suportadas com os próprios rendimentos das aplicações.

- 3) O RPPS poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a Taxa de Administração.
- 4) O percentual da Taxa de Administração deverá ser definido expressamente em texto legal.

22.2.1.11 Observância dos limites de contribuição do Ente

Critério - As alíquotas correspondentes à contribuição previdenciária do Ente Federativo não poderão ser inferiores às dos servidores ativos, nem superior ao dobro dessa contribuição (art. 2º da Lei nº 9.717/98; a alínea c do inciso XIV do art.5º da Portaria-MPS nº 204/2008, e o inciso III do art. 3º da Portaria-MPS nº 402/08).

Regularidade – A regularidade desse critério é realizada pela auditoria indireta, analisando a legislação enviada pelo ente federativo à SRPPS.

Nota

- 1) A EC 103/19 exige que a alíquota de contribuição dos segurados dos RPPS dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios se adequem à alíquota de contribuição do servidor da União, que poderá ter impacto na alíquota do ente, consoante o art. 2º da Lei nº 9.717/1998.
- 2) A Portaria 1.348 de 03 de dezembro de 2019 dispõe sobre os parâmetros e prazos para atendimento das disposições do artigo 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, entre elas, a adequação das alíquotas de estados, municípios e DF.

22.2.1.12. Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas.

Critério - Esse critério tem como objetivo acompanhar se o Ente Federativo observa a legislação, em particular o art. 3º, da Lei nº 9.717/98, em que a contribuição dos servidores ativos dos Estados, Distrito Federal e Municípios não poderá ser inferior à dos servidores titulares de cargos efetivos da União, devendo ainda as contribuições sobre os proventos dos inativos e pensionistas, serem as mesmas alíquotas aplicadas às remunerações dos servidores em atividade.

Regularidade – A regularidade desse critério é realizada pela auditoria indireta, analisando a legislação enviada pelo ente federativo à SRPPS.

Nota

- 1) A EC 103/19 determinou que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.
- 2) A Portaria no 1.348 de 03/12/2019, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, regulamentou o artigo 9º. da EC 103/19, que determinou que os Estados e os Municípios comprovem adequação do valor das contribuições ordinárias às disposições da CF até o dia 31 de julho de 2020.
- 3) Para o RPPS com déficit, existem duas opções: adoção de alíquota uniforme para todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas, de 14%, no mínimo; ou a

adoção de alíquotas progressivas, não inferiores às previstas para o servidor vinculado ao RPPS da União.

22.2.1.13. Encaminhamento de legislação à SRPPS

Critério – Encaminhamento à SRPPS de toda a legislação pertinente ao Regime Próprio dos Servidores do ente federativo.

Regularidade – Esse critério não possui prazo determinado, porque está limitado aos trâmites legislativos de cada ente federativo.

Nota - Conforme o § 5 do artigo 5º. da Portaria 204/08, a legislação completa referente ao Regime Próprio deverá ser encaminhada à Secretaria de Previdência, com as informações de sua publicação, por meio do Sistema de Gestão de Consultas e Normas - GESCON-RPPS.

22.2.1.14 Atendimento ao MPS em Auditoria Indireta no prazo

Critério – Depois de conhecer todos os critérios, o último critério é o atendimento à Auditoria Indireta no prazo às solicitações de legislação, documentos e/ou informações feitas pela SRPPS. Decorrido o prazo, sem a devida regularização pelo Ente Federativo, o status do critério constará como irregular.

Regularidade – O ente federativo deve atender as notificações e mensagens encaminhadas pela SRPPS, para em cada caso irregular complementar ou explicitar

alguma inconsistência dos documentos e informações prestadas objetivando a emissão do CRP.

Nota

- 1) Para a regularização dos critérios quanto ao aspecto formal – não disponibilizar a totalidade da legislação completa no GESCON-RPPS - o Ente será notificado pela SRPPS e o critério será considerado “irregular” de imediato. O critério só será regularizado no momento em que a pendência for sanada pelo Ente. Não há prazo estipulado!
- 2) Para a regularização dos critérios quanto ao conteúdo da legislação – discrepâncias de qualquer dispositivo da legislação com os preceitos da Lei 9.717/98 e demais regulamentos, o Ente será notificado por meio de Notificação de Irregularidade na Legislação (NIL), e será fixado prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que seja providenciada a adequação da legislação municipal. Decorrido esse prazo sem a devida providência do Ente, o critério passará para a condição de “irregular” no CADPREV. A regularização se dará no momento em que o Ente atender ao solicitado na NIL.
- 3) O prazo, após a notificação da SRPPS é de 30 (trinta) dias, e caso o ente federativo não atenda a notificação dentro do prazo estipulado, será consignado o conceito irregular no CADPREV.

22.3 Outras implicações legais Referente ao envio de informações

O descumprimento dos critérios do CRP tem outras implicações legais, por exemplo, a falta de informações sobre o critério Caráter Contributivo do RPPS ou a utilização dos recursos previdenciários.

No caso de deixar de apresentar documentação solicitada pelo Auditor Fiscal, nos processos de Auditoria, será configurado crime de embaraço à fiscalização. O Auditor deve comunicar o fato ao Ministério Público Federal (MPF), por meio de uma Representação Administrativa (RA), que tomará as providências cabíveis na esfera penal.

Nos casos de declaração falsa nos demonstrativos encaminhados, repasses que não ocorreram etc., ficará configurado crime de **falsidade ideológica**.

Quadro Outras Implicações Relacionados ao Envio e Apresentação de Documentos

| Crime | Lei/Portaria | Texto da Lei |
|-------------------------|---------------------------------|--|
| Embaraço à fiscalização | Lei 11.457/2007 – art. 11, § 5º | § 5º Na execução dos procedimentos de fiscalização referidos no § 3º, ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil é assegurado o livre acesso às dependências e às informações dos entes objeto da ação fiscal, de acordo com as respectivas áreas de competência, caracterizando-se embaraço à fiscalização, punível nos termos da lei, qualquer dificuldade oposta à consecução desse objetivo. |

| | | |
|--|---|--|
| Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores | Decreto-Lei no. 201/1967 – art.1º, XIV | XIV - Negar execução à lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente; |
| Improbidade Administrativa | Lei 8.429/1992 – art. 11, II e VI | Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: ... II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício; ... VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo; |
| Embaraço à fiscalização | Lei 9.717/1998 - parágrafo único do art. 9º | Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, na forma, na periodicidade e nos critérios por ela definidos, dados e informações sobre o regime próprio de previdência social e seus segurados. |

| | | |
|--------------------------------|---|--|
| <p>Embaraço à fiscalização</p> | <p>Portaria MPS no 204/2008 – art. 5º, XVI, “b”, “d” e “h” e § 6º, II</p> | <p>XVI - encaminhamento à Secretaria de Previdência, dos seguintes documentos e informações:</p> <p>b) Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA;</p> <p>d) Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR</p> <p>h) Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR.</p> <p>§ 6o Os documentos e informações previstos no inciso XVI do caput, alíneas "b" a "i", serão encaminhados na forma e conteúdo definidos pela Secretaria de Previdência, conforme divulgado no endereço eletrônico da Previdência Social, na rede mundial de computadores - Internet, nos seguintes prazos:</p> <p>II - o Demonstrativo das Aplicações e Investimento dos Recursos - DAIR, previsto na alínea "d", até o último dia de cada mês, relativamente às informações das aplicações do mês anterior, e o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR, previsto na alínea "h", até o último dia do mês seguinte ao encerramento de cada bimestre do ano civil;</p> |
| <p>Falsidade Ideológica</p> | <p>Decreto-Lei no 2.848/1940</p> | <p>Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer</p> |

| | | |
|---|--|---|
| | (Código Penal) – art. 299 | <p>inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:</p> <p>Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei no 7.209 de 1984 sobre o valor da multa)</p> <p>Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.</p> |
| Apropriação indébita previdenciária | Decreto-Lei no 2.848/1940 (Código Penal) – art. 168-A | <p>Art. 168-A. Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional:</p> <p>Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.</p> <p>§ 2º É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.</p> |
| Falsificação | Decreto-Lei no 2.848/1940 | Art. 304 - Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302: |

| | | |
|--|------------------------------|--|
| | (Código Penal) – art. 304 | Pena - a cominada à falsificação ou à alteração. |
|--|------------------------------|--|

Fonte: Legislação Específica

Elaboração: Própria

Bibliografia

GUSHIKEN, Luiz, **FERRARI**, Augusto Tadeu, **FREITAS**, Wanderley José de, **GOMES**, José Valdir, **OLIVEIRA**, Raul Miguel Freitas. *Regime Próprio de Previdência dos Servidores: Como Implementar? Uma Visão Prática e Teórica*. Coleção Previdência Social. Volume 17. Brasília. MPAS, 2002.

NOGUEIRA, Naron Gutierrez - *O equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS: de princípio constitucional a política pública de Estado*. Secretaria de Política de Previdência Social – SPPS – Coleção Previdência Social – Série Estudos - Vol. 34 – Brasília – MPS – 2012

Indicador de Situação Previdenciária ISP-RPPS-2019 - Ministério da Economia / Secretaria de Previdência - SPREV / Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social – SRPPS.

_____. Ministério da Previdência Social. **Portaria Ministerial 916, de 15 de julho de 2003**. Dispõe sobre normas contábeis a serem aplicadas aos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da união, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dos militares dos Estados e do Distrito Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de julho de 2003, Seção 1.

_____. **Lei 10.887, de 18 de junho de 2004**. Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 de junho de 2004, Seção 1.

_____. **Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 maio 2000, Seção 1, p. 1.

_____. **Lei 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, Poder Legislativo, DOFC de 23/03/1964, P. 2745.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil , de 05 de outubro de 1988.** Poder Legislativo. D.O.U de 05/10/1988, pág. nº 1.

_____. Ministério da Previdência Social. **Portaria Ministerial 402, de 10 de dezembro de 2008.** Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento das Leis 9.717, de 1998, e 10.887, de 2004. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 de dezembro de 2008, Seção 1.

_____. Ministério da Previdência Social. **Portaria Ministerial 403, de 10 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, define parâmetros para a segregação da massa e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 de dezembro de 2008, Seção 1.

_____. Ministério da Previdência Social. **Portaria 464, de 19 de novembro de 2018.** Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e

estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do deficit atuarial. Poder Executivo. Publicado em 20 de novembro de 2018, Seção 1, Página 34.

_____. Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão .

Portaria Interministerial 163, de 4 de maio de 2001 Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Poder Exexutivo. Publicada no D.O.U. nº 87-E, de 07.05.2001, Seção 1, páginas 15 a 20.

_____. Ministério da Fazenda. **Portaria 549, de 07 de agosto de 2018.** Estabelece regras acerca da periodicidade, formato e sistema relativos à disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, no exercício de 2019, em atendimento ao § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e as respectivas regras para a atualização dos registros do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC em relação aos incisos I e XIX do art. 22 da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, alterada pela Portaria Interministerial nº 451, de 18 de dezembro de 2017, e dá outras providências. Poder executivo.

_____. Ministério da Economia. **Portaria 19.451, de 18 de agosto de 2020.** Altera o art. 15 da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, e o art. 51 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, para dispor sobre a taxa de administração para o custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão ou entidade gestora dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS e dá outras providências. (Processo nº 10133.100638/2020-40). Poder Executivo. Publicado em 19/08/2020, Seção 1, Página 23.

_____. Ministério da Economia. **Portaria 642, de 20 de setembro de 2019**. Estabelece regras para o recebimento e disponibilização dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi. Poder Executivo. Publicado em 23 de setembro de 2019, Seção 1, Página 39.

_____. Ministério da Fazenda. INSTRUÇÕES DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:26305

_____. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. – 8. ed. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484

_____. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016. Disponível em : <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>

_____. Estudos Contabilidade Aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social. Disponível em : http://sa.previdencia.gov.br/site/arquivos/office/3_100204-101907-696.pdf

BEZERRA FILHO, J. E. **Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem simples e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2021.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, José Matias. **Finanças públicas: foco na política fiscal, no planejamento e orçamento público**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012

LIMA, Diana Vaz de, GUIMARÃES, Otoni Gonçalves. **A contabilidade na gestão dos regimes próprios de previdência social**. São Paulo, Atlas, 2016.

ANDRADE, F. C. M.; PAVIONE, L. S. Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/1992. 3.ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Ed. Juspodivm. 2012.

BRAGA, Pedro. Ética, direito e administração pública, 2ª ed. Brasília: Senado Federal, 2007.

BRASIL. Sítio de Legislação da Presidência da República:
<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição, 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2000.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*, 24ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CRETELLA JÚNIOR, José. Manual de direito administrativo: curso moderno de graduação, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

CUNHA JR, Dirley. Curso de direito administrativo, 7. ed., Salvador: JusPodivm, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. Improbidade administrativa e crimes de prefeitos , São Paulo: Atlas, 2000.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca; CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo; CERQUEIRA Luís Otávio Sequeira; JÚNIOR, Luiz Manoel Gomes; FAVRETO, Rogerio. Comentários à Lei de Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92, de 02 de junho de 1992. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo, 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARTINS JR, Wallace Paiva. Remuneração dos agentes públicos, São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Probidade administrativa, 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. Transparência administrativa. São Paulo: Saraiva, 2004.

- MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro, 36ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Licitações e contrato administrativo, 39ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
- MELLO, Celso Antonio Bandeira. Curso de direito administrativo, 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- _____. Discricionariedade e controle jurisdicional, 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- MORAES, Alexandre de. Direito constitucional, 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial, 16ª. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- PAZZAGLINE FILHO, Marino; ROSA, Marcio Fernando; FAZZIO JUNIOR, Waldo. Improbidade Administrativa: aspectos jurídicos da defesa do patrimônio público. 4ª Ed. – São Paulo: Atlas, 1999.
- PEREIRA, Diego Bezerra. Boletim Governet de Recursos Humanos nº 119 – Curitiba: Governet, 2015, p. 222.
- ROCHA, C. L. A. Princípios constitucionais dos servidores públicos. São Paulo: Saraiva, 2000.
- SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo, 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Manual básico dos agentes políticos municipais, São Paulo: 2007.
- BRAGA, Pedro. Ética, direito e administração pública, 2ª ed. Brasília: Senado Federal, 2007.

BRASIL. Sítio de Legislação da Presidência da República:

<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>

BRASIL. LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13460.htm.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição, 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2000.

MARTINS JR, Wallace Paiva. Remuneração dos agentes públicos, São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Probidade administrativa, 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. Transparência administrativa. São Paulo: Saraiva, 2004.

MILIONI, B. Glossário de termos e expressões de gestão de recursos humanos. In: BOOG, Gustavo (org.). Manual de Gestão de Pessoas e Equipes. São Paulo: Gente, 2002.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Almanaque do Planejamento, Brasília: 2012.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional, 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, Diego Bezerra. Boletim Governet de Recursos Humanos nº 119 – Curitiba: Governet, 2015, p. 222.

ROCHA, C. L. A. Princípios constitucionais dos servidores públicos. São Paulo: Saraiva, 2000.

SEBRAE. Manual do Atendimento ao Sistema Sebrae. Brasília, 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual básico dos agentes políticos municipais, São Paulo: 2007.

Legislação

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Instrução Normativa SEPRT/ME no 01, de 23 de agosto de 2019

Instrução Normativa SPREV no. 02 de 21 de dezembro de 2018

Instrução Normativa SPREV no 09, de 21 de dezembro de 2018

Instrução Normativa SPREV no 10, de 21 de dezembro de 2018

Lei 9.717 de 27 de novembro de 1998

Nota SEI no. 04/2020/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME de 29 de junho de 2020

Portaria MF no. 464 de 19 de novembro de 2018

Portaria SPREV/ME no 14.762, de 19 de junho de 2020

Lei N° 9.717, de 27 de Novembro de 1998.

Lei N° 9.796, de 5 de Maio de 1999.

Decreto 10188/2019

Sites

<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/indicador-de-situacao-previdenciaria>

<https://www.tce.rj.gov.br/documents/454798/462964/M%C3%B3dulo%20%20-%20Ambiente%20da%20Contabilidade%20Aplicada%20ao%20Setor%20P%C3%ABlico.pdf>

<https://www.crc-ce.org.br/crcnovo/files/ContabilidadeAplicadaaoSetorPublico.pdf>

<https://congressosp.fipecafi.org/anais/20Usplnernational/ArtigosDownload/2424.pdf>

<http://www.previdencia.gov.br>

<http://sa.previdencia.gov.br/>

<http://www.tce.pr.gov.br/>

http://dm.inf.br/abipem/2017/5cbc08a10NovBrasiliaDF/Palestras/2017-11-08_BRASILIA_ABIPEM_5_CONGRESSO_CONSELHEIROS_GOVERNANCA.pdf

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1277/1/TD_1838.pdf

<https://www.feliz.rs.gov.br/web/conselho-fiscal>

<https://www.revistarppsdobrasil.com.br/a-importancia-dos-conselhos-na-governanca-de-um-rpps/>

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

<https://www.tce.pi.gov.br/dmdocuments/11->

[Fiscalizacao_dos_Regimes_Proprios_de_Previdencia_e_A_Verificacao_do_Equilibrio_Financeiro_e_Atuarial.pdf](https://www.tce.pi.gov.br/dmdocuments/11-Fiscalizacao_dos_Regimes_Proprios_de_Previdencia_e_A_Verificacao_do_Equilibrio_Financeiro_e_Atuarial.pdf)

<https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/01/10%C2%B0-EGP-ALEX-ALBERT-A-ESTRAT%C3%89GIA-DE-FISCALIZA%C3%87%C3%83O-DOS-RPPS.pdf>

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cffc/apresentacoes-em-eventos/2017/30-08-17-secretario-da-previdencia/narlon-nogueira>

<https://epge.fgv.br/conferencias/seminario-reforma-da-previdencia-2016/files/6-apresentacao-narlon-gutierre-panorama-dos-rpps.pdf>

http://www.sbdp.org.br/wp/wp-content/uploads/2018/03/73_MariaAlice.pdf